

## Sumário

<b>Prolegômenos .....</b>	<b>4</b>
Prescrições de leitura: fundamentos, orientações, trajetos .....	5
O tratamento das materialidades .....	14
O que se dispõe logo à frente: estrutura e modos de escrita .....	24
<b>Suor e palavras.....</b>	<b>29</b>
<b>1.1 O que subjaz ao problema .....</b>	<b>30</b>
Comunicação.....	31
Sujeitos da comunicação .....	37
Mídia.....	43
<b>1.2 A experiência e o texto .....</b>	<b>53</b>
<i>Modos de se relacionar</i> e campo condensado de forças .....	53
Texto e formas de comunicação .....	63
Textos vivos: entre o tecer e o tecido.....	72
Escrita e leitura: encarnação de experiências.....	76
<b>1.3 – Abordagem metodológica .....</b>	<b>83</b>
Epifania da distanciação .....	87
Estudo de caso e paradigma indiciário: pistas, indícios e sinais .....	96
Derivas cartográficas: vestígios da dengue na (da) cidade .....	111
“Etnografia” dos textos: narrativas de um diário, objeto que acontece .....	119
Mapa de experiências e unidades de força: práticas de interação, campos problemáticos .....	134

<b>É tempo de sujar as mãos .....</b>	<b>149</b>
<b>2.1 Reciprocidade.....</b>	<b>150</b>
Diante de outros .....	150
De que natureza é o poder do acontecimento? .....	153
Acontecimento e experiência pública.....	159
Estranhamento e morte na experiência com a dengue .....	165
Uma reciprocidade promíscua: estética e contaminação na efetuação do acontecimento .....	175
<b>2.2 Percurso.....</b>	<b>186</b>
Assaltantes e mosquitos: perigo que circula na cidade .....	186
A perseguição dos anúncios .....	189
Descontinuidade num fundo de continuidade .....	197
Ameaça e proximidade .....	204
Ampliação dos possíveis .....	215
<b>2.3 Memória .....</b>	<b>222</b>
Exterminador de mosquito .....	222
Abertura no tempo .....	227
Histórias e previsões .....	236
Mnemotécnica: gestos de presentificação e de (in)clarividência .....	246
<b>2.4 Estratégia.....</b>	<b>255</b>
Poder público sob suspeita .....	255
Entre o problemático e o fazível.....	267
Informação + mobilização + cidadão-especialista = extermínio da dengue.....	278
Mobilização social: guardiã da experiência (e armadilha para mosquitos)? .....	293
<b>2.5 Os outros .....</b>	<b>304</b>
Os outros são muitos.....	304

Dimensões acontecimentais e rumor social: uma prosa aos pedaços .....	310
Pluralidade e agonística: (des)encaixes de uma experiência pública estilhaçada .....	317
<b>Em devir .....</b>	<b>328</b>
Inferências sobre o mapa: um sobrevoo pelos tensionamentos .....	329
Inferências de campo: estética, acontecimento e experiência pública .....	338
<b>Referências .....</b>	<b>343</b>

**Prolegômenos**

**ou como a escrita se intromete na leitura**



A partir de agora, inicia-se uma ponte entre dois mundos: o mundo do texto e o mundo da leitura. A falar bem da verdade, não se trata de lugares opostos ou milimetricamente demarcados – coexistem *em relação*, misturados, promíscuos, mesmo que nossos gestos epistêmicos tentem, *em tese*, apartá-los. O texto só existe na medida em que é degustado; da mesma forma, a leitura só existe quando é flechada pela insinuação do texto. Mas por que falar então em ponte, se não tratamos da ligação entre dois espaços afastados? Porque somos ainda tomados por uma velha mania moderna de olhar para as coisas – são orientações que insistem em coexistir em meio *a nosso ser-no-mundo* (principalmente em se tratando dos contextos de escrita desse texto, cunhados pelas expectativas de um campo de produção de conhecimento). Talvez seja essa velha mania mesma que tenha nos inspirado a *começar esse começo*: alimentamos uma ilusão de que essas poucas linhas fossem capazes de indicar os trajetos de leitura, secretos e invisíveis, que se deitam pelas bandas dessa tese. Ou, falando em bom e claro português: antes mesmo que descortinemos os percursos desse trabalho, estamos nos intrometendo, caro leitor, em seu gesto de leitura, iludidos de que esse início consiga orientar o correr nervoso e agitado de seus olhos. Pobres que somos! A leitura é caminho flutuante e inusitado aos viajantes que por ela se deixam levar. No entanto, somos todos impelidos a uma sina estratégica quando aventamos a fundação de um texto (*um próprio*, nos termos certaunianos). E por mais que tentemos fugir das prescrições, é tarefa impossível deixar de insinuar algumas passagens – até para que você mesmo se dê conta de sua rebeldia e imprima outros percursos, sem a obrigação indigesta de, por aqui, fundá-los.

### **Prescrições de leitura: fundamentos, orientações, trajetos**

Em maio de 2008, quando estava às voltas com uma jornada acadêmica em Salvador (BA), recebi um inusitado telefonema de Brasília, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) – órgão do Ministério da Saúde que cuida particularmente de programas do Governo Federal ligados à área epidemiológica. Tratava-se um convite para tomar assento no Comitê Assessor Técnico do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) – um órgão consultivo de participação voluntária, formado por especialistas de diversas áreas de universidades brasileiras, voltado à discussão, à apreciação e à deliberação de propostas técnicas direcionadas ao controle da dengue no país. Pelo que fui informado, as reuniões ordinárias do Comitê aconteciam duas vezes por ano, preferencialmente em Brasília, e, naquele momento, eu era convidado a tomar assento na cadeira especializada sobre *Comunicação e Mobilização Social*. Avaliei a proposta e considerei que poderia ser profícuo aceitar as possibilidades de interlocução que tal instância me abria naquele instante.

De certo modo, junto com esse convite vinha a clareza de que uma relação entre comunicação e dengue sempre nos despertara algumas inquietações: seja como exemplo recorrente oferecido em sala de aula, seja junto a conversas sub-reptícias com alguns colegas, instigava-nos os modos como meios, produtos e processos estratégicos de comunicação – particularmente sob o ponto de vista de instituições governamentais e de instâncias midiáticas – compunham publicamente o cenário problemático da dengue no país. Inúmeras campanhas publicitárias e informações estrategicamente preparadas pelos governos buscavam convocar o cidadão comum a tomar parte no controle da doença, a partir da oferta de dados sobre a reprodução de seu principal vetor – o mosquito *Aedes aegypti*<sup>1</sup> –, com vistas a estimular cada sujeito a contribuir na redução de focos do mosquito, em seus inúmeros contextos de interação. No terreno da mídia, particularmente no campo jornalístico, um cardápio variado de notícias sobre a dengue ocupava espaços privilegiados nos tabloides e nos jornais televisivos, denunciando os números cada vez maiores de infectados, com destaque para o aumento silencioso e preocupante de mortes provocadas principalmente pelo tipo hemorrágico da doença<sup>2</sup>. Histórias de pessoas comuns entremeadas a denúncias de descasos governamentais constituíam um cenário noticioso rico, pautado pela investigação, pelo questionamento público e pelo destaque de uma

---

<sup>1</sup> Em fontes oficiais do Ministério da Saúde (2011, web), é possível obter as seguintes informações técnicas sobre o mosquito transmissor da dengue: “o *Aedes aegypti* mede menos de um centímetro, tem cor café ou preta e listras brancas no corpo e nas pernas. Geralmente, o mosquito costuma picar nas primeiras horas da manhã e nas últimas da tarde, evitando o sol forte (contudo, nas horas quentes, pode atacar à sombra, dentro ou fora de casa)”. Cita também o Ministério da Saúde que (2011, web): “a fêmea do mosquito pica a pessoa infectada, mantém o vírus em sua saliva e o retransmite em novas picadas. (...). Após a ingestão de sangue infectado pelo inseto fêmea, transcorre nesta fêmea um período de incubação. Após esse período, o mosquito torna-se apto a transmitir o vírus e assim permanece durante toda a vida. O mosquito transmitirá o vírus em todas as picadas que realizar a partir dali. As fêmeas e os machos (que geralmente acompanham as fêmeas) ficam dentro das casas. A temperatura mais favorável para o desenvolvimento da larva é entre 25 a 30°C. Abaixo e acima destas temperaturas o *Aedes* diminui sua atividade. Acima de 42°C e abaixo de 5°C ele morre. (...) Em média, cada *Aedes aegypti* vive em torno de 30 dias e a fêmea chega a colocar entre 150 e 200 ovos de cada vez. Ela é capaz de realizar inúmeras posturas no decorrer de sua vida, já que copula com o macho uma única vez, armazenando os espermatozoides em suas espermatecas (reservatórios presentes dentro do aparelho reprodutor). Uma vez com o vírus da dengue, a fêmea torna-se vetor permanente da doença e calcula-se que haja uma probabilidade entre 30 e 40% de chances de suas crias já nascerem também infectadas. Os ovos não são postos na água, e sim milímetros acima de sua superfície, em recipientes tais como latas e garrafas vazias, pneus, calhas, caixas d'água descobertas, pratos de vasos de plantas ou qualquer outro que possa armazenar água de chuva. Quando chove, o nível da água sobe, entra em contato com os ovos que eclodem em pouco mais de 30 minutos. Em um período que varia entre cinco e sete dias, a larva passa por quatro fases até dar origem a um novo mosquito”.

<sup>2</sup> Desde que a dengue emergiu novamente no seio do país, o site <http://www.combatadengue.com.br> (acessado em 28 de maio de 2011) é uma ferramenta de comunicação criada pelo Ministério da Saúde para reunir as principais informações relativas à doença e a seu combate. Grande parte das informações oficiais sobre a dengue (números de casos, causas da doença, transmissão e expansão), contidas nessa tese, foram consultadas por meio dessa ferramenta.

situação que insinuava, ao mínimo, um conjunto de interrogações sem resposta e um indicativo de epidemias cada vez mais comuns e sem previsibilidade de controle<sup>3</sup>.

Em meio a esse cenário problemático, o volume de recursos despendido pelos governos para o combate à dengue mostrava-se muito elevado. Por exemplo, cita o Ministério da Saúde, em boletim epidemiológico de 2009<sup>4</sup>, que o montante de recursos aplicados no PNCD, em 2008, “incluindo as despesas com a aquisição de inseticidas e biolarvicidas, ações de comunicação e mobilização e o pagamento dos salários dos agentes de saúde que foram descentralizados para os estados e municípios” (Ministério da Saúde, 2011) totalizou o valor de R\$ 1,08 bilhão. Por outro lado, os dados acerca do controle da doença continuavam crescentes e alarmantes: segundo o mesmo boletim epidemiológico, em 2007, o Brasil teve cerca de 550 mil casos confirmados de dengue; já em 2008, o número chegou a 787 mil casos – um aumento aproximado de 43 por cento. Só em Minas Gerais, concentrava-se cerca de 10 por cento dos casos de dengue do país: foram notificados 77.549 casos de dengue, com 21.368 (27,5%) notificações na cidade de Belo Horizonte<sup>5</sup>. Sem sombra de dúvidas, estávamos (e ainda estamos) diante de um problema social grave, de urgência pública indiscutível.

Quando cheguei à primeira reunião do Comitê, e ao ser apresentado pelo coordenador do PNCD como ocupante da cadeira de comunicação, vi-me diante de olhares

---

<sup>3</sup> Vaz e Cardoso (2011) oferecem, em estudo recente, reflexões sobre uma relação possível entre dengue e cobertura televisiva, a partir do artigo “*A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008*”. Segundo os autores, a maneira como a cobertura jornalística posiciona os leitores em determinados quadros de vitimização faz coro a uma situação contemporânea em que a lógica do risco transforma a relação moderna entre política e sofrimento, já que “a construção causal e o modo de expor o sofrimento são historicamente singulares. A proposição de um nexo entre responsabilidade dos governantes e vulnerabilidade de todo e qualquer indivíduo não é apanágio do JN e nem ocorre só quando há alguma epidemia. De fato, esse nexo é o aspecto imediatamente visível de uma nova relação entre os cidadãos e o Estado, forma que tende a emergir sempre que há alguma notícia sobre eventos que interrompem catastrófica e subitamente a rotina prazerosa de indivíduos” (Ibidem, p.2).

<sup>4</sup> Informação mais recente que conseguimos obter de fontes oficiais do Ministério da Saúde.

<sup>5</sup> Em linhas gerais, de acordo com fontes oficiais do Ministério da Saúde, a dengue apresenta-se como um dos principais problemas de saúde pública no mundo, e, no Brasil, as condições socioambientais favoráveis à expansão do mosquito *Aedes aegypti* – principal vetor transmissor do vírus da dengue – possibilitaram o avanço da doença desde sua reintrodução no país, em 1976. Dessa forma, as características de expansão da dengue como doença infectocontagiosa típica de países tropicais têm a sazonalidade correspondente às alterações anuais da atmosfera climática, sendo que sua proliferação é mais contundente nos períodos de chuva. Nos dados mais recentes aos quais tivemos acesso de fontes oficiais, divulgados pelo Ministério da Saúde (“Boletim Epidemiológico”, de 15 de janeiro de 2009, da SVS, do Ministério da Saúde), no período de janeiro a novembro de 2008, foram constatados no país 787.726 casos suspeitos de dengue, 4.137 casos confirmados de Febre Hemorrágica da Dengue (FHD) e a ocorrência de 223 óbitos por FHD. Também foram confirmados 17.477 casos de dengue com complicação, com 225 óbitos. É possível verificar que em Belo Horizonte – cidade em que moramos no período da tese – foram notificados 19.178 casos de dengue, até o dia 25 de maio de 2009. Deste total, 8.627 casos foram confirmados (8.571 clássicos, 51 com complicações e 5 de febre hemorrágica) e 7.175 descartados, sendo que ainda existem 3.376 suspeitas, que aguardam resultados de exames recentes (Fonte: Portal da PBH: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=29243&pldPlc=&app=salanoticias><acesso em 20 de maio de 2009>).

múltiplos, que pareciam dirigir a mim um sentimento de esperança misturado com impressões também de desconfiança. Era o único pesquisador da área de comunicação – aliás, das ciências humanas e sociais – em meio a cerca de vinte cientistas brasileiros com trajetória reconhecida no campo da saúde pública e com formações e especializações as mais variadas possíveis, sobretudo na seara da epidemiologia. Todos, sem exceção, pareciam defender uma visão de que a *comunicação* era fundamental para o controle da dengue, mas expressavam frustrações com relação às campanhas governamentais e à participação dos veículos de massa (principalmente do jornalismo) junto a esse processo. Algumas opiniões ressaltavam que “as campanhas do governo não atingiam o cidadão”; outras afirmavam que o problema não era a “já saturada quantidade de informação publicamente disponível sobre a doença”, mas que era preciso encontrar “uma boa fórmula, como foi encontrada à época do Zé Gotinha, na década de 80”, para *chamar a atenção* das pessoas e *alterar seus comportamentos* com relação ao controle da dengue. Alguns diziam que “não adiantava fazer boas campanhas, porque a *mídia* manipulava as pessoas da forma como ela bem entendia”, e ainda acusavam os jornais de “produzir uma cobertura sensacionalista sobre a dengue”, “dando destaque apenas quando as situações estavam alarmantes”, “propagando ainda mais o pânico social ao invés de contribuir para o controle efetivo do vetor”. Outros ainda afirmavam que o “brasileiro era muito apático com a política” e que “as pessoas só aprenderiam a controlar a dengue quando fossem picadas pelo *Aedes*” ou “quando muitos brasileiros morressem”.

Diante de um cenário em que um debate da comunicação já era suposto, confesso que eu não sabia como me posicionar. Durante todo o período em que participei do comitê (nas reuniões presenciais por dois anos, e formalmente por três), mantive a indigesta impressão de que se esperava de mim a tão sonhada receita mágica da comunicação: aquela que pudesse *acessar a experiência dos sujeitos* e os fizesse engajar no controle do vetor. Certamente, sob o ponto de vista dessa expectativa, acho que minha participação frustrou a muitos: as discussões sobre as escassas pautas de comunicação (sempre baseadas na exposição de estratégias desenvolvidas por estados e/ou por municípios, como também voltadas à apresentação de campanhas institucionais do Ministério da Saúde), eram sempre modelizadas pelo grupo sob a ótica dos *efeitos* que tais estratégias poderiam produzir – questão sobre a qual eu me posicionava sempre com inquietude, de modo que meus lances discursivos tinham pouca ou nenhuma ressonância (em termos de aprofundamento da discussão). Ironicamente, depois de todos oferecerem contribuições e críticas, minha fala enquanto *especialista em comunicação* era sempre econômica: em postura taciturna, quando muito, dava conta de elogiar os produtos apresentados sob o ponto de vista estético e atentava apenas (e sentia que poucos me *escutavam*) à situação de que era preciso desenvolver um outro olhar à participação da comunicação junto ao

fenômeno público da dengue – uma vez que os cidadãos não poderiam ser tomados como depositários de informações ou mesmo como cartas manipuláveis de um jogo de baralho. Confiar que as estratégias de comunicação dariam conta de *mobilizar* os sujeitos para o controle do vetor talvez fosse mesmo uma grande falácia.

No centro político-administrativo de uma organização moderna, racional e burocratizada, por excelência, como o Governo Federal (ali representado pelo Comitê), afirmar que as estratégias de comunicação não conseguiriam mobilizar os sujeitos para o controle da dengue era quase uma afronta ao tão já conhecido e supostamente efetivo emprego da racionalidade pública: como duvidar de que o Estado não consiga controlar o vetor a partir de estratégias de comunicação? Como acreditar que produtos de comunicação não possam ser eficazes, *estimulando* os sujeitos a uma mudança de comportamento e a uma colaboração pública para captura do *Aedes aegypti*? Como seria possível aceitar de imediato a premissa de que os sujeitos se blindavam por uma espécie de “apatia” diante de *estímulos* oferecidos pelas campanhas e pelos processos de mobilização social – fato que justificava a sempre e a inútil procura por fórmulas mágicas capazes de fraturar essa blindagem e de tornar os cidadãos *receptivos* ao controle do vetor? Talvez fosse mesmo inadequada a participação naquele Comitê de um pesquisador da comunicação que começava a enxergar as estratégias e os produtos como aspectos que se perdiam em meio a interações sociais amplas e inusitadas. Certamente, eu não contribuiria nem para acalmar as angústias nem para oferecer os antídotos que todos esperavam, com vistas à redução de infectados por dengue no país.

Mesmo não tendo travado profícuas discussões sobre a comunicação no âmbito do comitê, um interesse de pesquisa cada vez mais centrado nos modos como a publicidade governamental e o jornalismo de massa participavam da constituição do problema público da dengue começava a se insinuar como uma possibilidade junto ao meu recém-iniciado curso de doutorado. Se um olhar exclusivamente pautado pela efetividade das estratégias parecia não fazer coro a uma perspectiva comunicacional que recusa tomar os fenômenos sob o ponto de vista dos efeitos, em que medida seria possível compreender os produtos estratégicos constituídos pelo jornalismo de massa e pela publicidade governamental como partes constitutivas da problemática da dengue? Dito por outras palavras, como perceber uma dimensão comunicativa da dengue, tendo em vista um olhar que considere os produtos do jornalismo e da publicidade sem privilegiar análises que se pautem por um juízo de valor acerca da eficácia de tais produtos – sem desconsiderar, ao mesmo tempo, suas feições estratégicas como constitutivas de um cenário comunicacional também revelado por aspectos espontâneos, imediatos e não planejados?

Munidos dessas questões, fomos apresentados a instigantes conceitos que se ofereceram junto às disciplinas realizadas e a profícuas interlocuções mantidas em

momentos de reuniões acadêmicas com colegas e com professores, durante o período do doutorado. Algumas dessas leituras foram determinantes para que pudéssemos transformar *em problema de pesquisa* aquilo que ainda se tratava de uma incipiente inquietação, diante de uma complexa realidade que se insinuava, prestes a se desnudar. *Grosso modo*, localizamos em meio ao conjunto de conceitos, *cinco temas* que se mostraram fundantes para a constituição de nosso quadro investigativo com os produtos da publicidade governamental e do jornalismo de massa, quando atravessados pelo problema público da dengue: *experiência estética, experiência pública, acontecimento, texto e cidade*. Com o primeiro tema, entendemos com Dewey (1980) que a *estética tomada enquanto processo de afetação mútua entre organismo e ambiente* poderia nos ser útil para problematizar tais produtos comunicacionais a partir de uma ótica centrada nos *modos de se relacionar* constituídos entre tais instrumentos e os sujeitos que com eles travassem qualquer interação. E também a partir das discussões sobre *materialidades da comunicação*, encetadas particularmente por Gumbrecht (2010), pudemos tomar os produtos do jornalismo de massa e da publicidade governamental a partir de uma compreensão não centrada exclusivamente num *sentido* que os mesmos pudessem produzir, mas também nas *presenças e nas epifanias* que tais produtos expressariam em meio às relações que com eles se estabelecessem. Tal entendimento nos credenciou a chamar tais produções de *materialidades da comunicação* ou de *materialidades comunicativas*.

Com o segundo tema, entendemos com Queré (1995; 2003; 2007) que esse processo de afetação que se constitui envolto aos produtos do jornalismo de massa e da publicidade governamental, quando ocupados pelo problema público da dengue, poderia também ser pensado sob a égide da ideia de *público*: trata-se de algo que, potencial e realmente, pode afetar os sujeitos, instituindo uma relação que interfere não apenas de modo isolado, visível e localizado na vida de *um alguém*, mas se posiciona incisivamente junto à construção mesma de um mundo comum (Arendt, 1999; 2007; 2008), diante de uma coletividade que é interpelada por tais produtos. Por esse prisma, os processos de afetação junto ao problema da dengue, permitidos pelas materialidades da publicidade e do jornalismo, instituem uma *experiência pública* pautada por uma pluralidade de vozes, pela abertura e pela imprevisibilidade de articulações discursivas possíveis e nunca fixas, e por um *estranhamento recíproco*, movido por encaixes e desencaixes agonísticos, que se expressam em ininterrupta contenda pública (Laclau e Mouffe, 1985; 1990; 1996; Mouffe, 2005). Nesse sentido, *experiência pública* pode ser entendida não somente como a fatia quantitativa de sujeitos afetados pelo problema da dengue a partir das materialidades elencadas em meio a uma coletividade; mas, sobretudo, tal ideia indica uma *relação* (um *nós* múltiplo, real e potencial), em meio à qual sujeitos participam – difusa e complexamente

– da ocupação de um espaço de experiências e da projeção de um horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), atividades afetas ao *eu*, aos *outros* e aos *muitos*.

Com o terceiro tema, pudemos entender que a dimensão problemática da dengue, transportada ou não pelas materialidades comunicativas, insinua a presença de uma *força incontrolável* que fratura a experiência, retirando qualquer possibilidade de uma única lógica, de linearidade ou de racionalidade. Tal situação nos foi assim descortinada pela noção de *acontecimento* (Deleuze, 2007; Queré, 1995; 2005; Mouillaud, 2002): ela nos permitiu compreender a natureza disruptiva e insopitável do problema público da dengue que se irrompe junto à experiência de uma coletividade, instaurando campos problemáticos e gestos investigativos em torno de tal irrupção. Com a dengue, uma força singular parece desorganizar os projetos de controle do vetor, de modo que a própria ideia de uma *epidemia* sugere a natureza acontecimental de tal problema quando o mesmo fratura a superfície de uma experiência pública (a insistência na criação de campanhas publicitárias *efetivas* sob o ponto de vista do controle do vetor, verificadas durante as discussões no Comitê, parecia insinuar, ironicamente, o cenário de extremo descontrole que caracterizava a doença no país). Por conta disso, pudemos entender que o problema público da dengue, quando tomado pelas instâncias do jornalismo e da publicidade, *constitui-se também enquanto dimensão acontecimental*: quando os fragmentos da dengue dispostos em tais materialidades se abatem sobre os sujeitos, efetua-se sempre uma força difusa, complexa e desorganizada, junto a inúmeros e por vezes imprevisíveis contextos de interação.

Por tudo isso, o conceito de *acontecimento* se mostrou central na abordagem postulada para o problema da dengue nas materialidades comunicativas supracitadas: ele nos auxiliou a constituir um movimento de pesquisa que não busca realizar nenhum *diagnóstico* acerca do problema público da dengue instituído junto aos campos da publicidade e do jornalismo (já que não partimos de um parâmetro ideal sobre como tais campos deveriam se portar publicamente); muito menos deseja *confirmar* a natureza acontecimental de tal problema ou compará-lo junto a outras materialidades e/ou a outros acontecimentos. Tal visada nos ajuda a realizar *que a dengue simplesmente acontece*, no seio da experiência pública brasileira (arrebanhando, em movimento, todas as opiniões, os sentimentos, as múltiplas afetações que ela faz existir): as pessoas são infectadas; algumas morrem; colam adesivos em carros, com vistas a lutar pelo controle do vetor; riem e ironizam o *Aedes aegypti*; choram e sofrem. Por esses termos, a dengue não é fato positivado que se encerra no mundo, mas é acontecimento que continua advindo (Deleuze, 2007). Buscar a singularidade das dimensões acontecimentais que as materialidades da publicidade e do jornalismo podem instituir tornou-se empreitada desafiadora que se mostrou relevante em nosso gesto de pesquisa. Sendo assim, é o *acontecer da dengue* que

passou a nos interessar, particularmente expressado pelos produtos de tais campos estratégicos.

Com o quarto tema, a partir de discussões empreendidas por Ricoeur (1991), Gumbrecht (1998), Olson (1994), Bounoux (1999), Antunes e Vaz (2006), Barthes (1987) e Certeau (1994), foi possível vislumbrar as materialidades comunicativas do jornalismo de massa e da publicidade governamental enquanto *textos*: ao contrário de uma visão que poderia tomar tais produtos *como pontes de acesso a sentidos produzidos externamente aos mesmos* (o que poderia alastrar em nós um desejo de sempre buscar algo que se posiciona *atrás* dos textos, ou *anterior* a estes), admitimos um olhar que 1) toma o texto como um fenômeno mesmo, passível de problematização em sua especificidade comunicacional; 2) em decorrência disso, compreende as materialidades comunicativas não como pontes de acesso ao acontecimento, mas como *dimensões acontecimentais mesmas*, singulares ao problema público da dengue; 3) compreende que estudar os textos não implica em dissecá-los – já que os mesmos não podem ser entendidos apartados de formas de comunicação; 4) acolhe o texto como um *dispositivo* – junto ao qual se constitui um processo de textualização que não se encerra no produto (*tecido*), mas que se estende por narrativas voláteis e invisíveis (*tecer*), a partir de gestos de leitura; e 5) assume as instâncias textuais enquanto *lugares em que se encarnam formas de experiência*: como objetos e como fenômenos de um ambiente de interações, os textos carregam, ainda que de modo desigual (Gumbrecht, 2010), uma oscilação entre presença e sentido e se posicionam num jogo de afetação mútua com aquele que, deles, faz uso.

Por fim, com o quinto tema, conseguimos entender que as materialidades comunicativas da publicidade governamental e do jornalismo de massa, enquanto sistemas especializados de comunicação instituídos pela modernidade, são formas que também se constituem enquanto vestígios de uma experiência urbana. Com Lefebvre (1969; 1999; 2008), Lepetit (2001), Fonseca (2008) e Silva et alii (2008) pudemos compreender que tais produtos não apenas representam ou dão acesso a uma experiência de cidade, mas que a própria urbe – essa instância que se constitui enquanto um amplo sistema de encaixes espaços-temporais, o que engloba tanto o *texto das ruas* quanto o *texto de outras materialidades* – também se institui a partir de produtos publicitários e jornalísticos. Tal compreensão mostra-se igualmente relevante por conta da expressão de uma condição peculiar vinculada à dengue: pelo menos nos dias de hoje, tal doença se apresenta como um problema tipicamente urbano. Segundo o Ministério da Saúde (2009), a dengue pode ser transmitida por duas espécies de mosquitos: *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Contudo, a transmissão pelo *Aedes albopictus* não é comum, uma vez que tal mosquito, ao contrário do *Aedes aegypti*, não costuma frequentar domicílios e ambientes fechados, onde as pessoas desenvolvem seus modos de viver, nos territórios das cidades. Por conta disso, o *Aedes*



*aegypti* se caracteriza por ser um inseto de comportamento quase que estritamente urbano, de modo que é raro encontrar amostras de seus ovos ou larvas em reservatórios de água nas matas – fator determinante para a expansão descontrolada da doença no espaço das cidades (Ministério da Saúde, 2011). Junto a isso, em meio a características próprias da dengue quando encarnada nas materialidades da publicidade e do jornalismo, podemos compreender que *um entendimento de cidade se precipita*: não estamos somente diante de um contexto urbano que acolhe os sujeitos e a doença; para muito além disso, *a experiência urbana outrossim torna-se parte constitutiva da problemática da dengue*.

Podemos afirmar que esse conjunto conceitual foi determinante – embora não suficiente, em si mesmo – para que pudéssemos admitir os produtos da publicidade governamental e do jornalismo de massa como *fenômenos comunicacionais* que tomam parte em meio a um múltiplo, incontrolável e inusitado processo interacional envolto à problemática da dengue. Em meio a isso, algumas escolhas empíricas precisavam ser feitas. Foi assim que aceitamos nos aventurar pela seara do *impresso*; ou talvez tenha sido a própria seara do impresso que tenha se abatido sobre nós, como o leitor poderá acompanhar detalhamentos sobre tal escolha no item *1.3 Abordagem Metodológica*. Alguns simples acertos terminológicos também precisavam ser estabelecidos: no amplo universo da publicidade e do jornalismo impressos – em que definições e termos se apresentam, muitas vezes, em contínua disputa corporativista por significações – seríamos amparados por quais acepções ao nos referirmos às materialidades de tais campos? De tal sorte, acordamos dois termos principais junto à designação das fontes empíricas de nossa pesquisa: *a) anúncio*: indica o conjunto de campanhas publicitárias conformadas por produtos impressos, tais como folhetos, panfletos, outdoors, publicidade em ônibus (ou *busdoor*), adesivos automotivos, etc., levando-se em conta também suas formas tipográficas, estilísticas, estéticas e materiais; *b) jornal*: indica o conjunto de notícias, envolvendo textos jornalísticos de circulação periódica, bem como a expressão de tipografias, de cores, de diagramações, não ignorando também suas dimensões materiais. Desejamos esclarecer que tais terminologias não se insinuem como definições conceituais sobre anúncio e jornal – estes que serão tomados nessa tese particularmente pelo conceito de *texto*; são apenas tentativas localizadas de explicitar ao leitor alguns entendimentos a que ajustamos, ao nos posicionarmos diante dos corpos empíricos que elegemos para coleta e para análise.

Pelo banho de ânimo e pelo enxerto de massa cinzenta que tais conceitos nos ofereceram, uma *incipiente indagação* diante da problemática da dengue pôde se elevar ao posto de *um problema indicativo de uma pesquisa de doutoramento*. Depois de algumas idas e vindas, foi assim que chegamos à seguinte redação final de nosso problema de pesquisa: desejamos nessa tese compreender como materialidades comunicativas

impressas do *jornal diário* e do *anúncio publicitário governamental*<sup>6</sup> encarnam formas singulares de experiência pública com o problema da dengue. Para isso, produzimos um caminho de pesquisa que busca investigar 1) como tal experiência – que se constitui por dimensões acontecimentais – é *tonalizada* por essas materialidades; e 2) em que medida essa tonalização – comunicacional por excelência – se revela por *práticas de interação* e por *campos problemáticos*, em meio a um *jeito urbano* de se viver e de suportar esse problema público. Precisamos ressaltar que nem todas as ideias contidas na redação desse problema de pesquisa poderão ser desenvolvidas no espaço primeiro dessa apresentação. Se assim fizermos, como garantir que um gesto de leitura daqui se apartará apenas quando passar pela derradeira página que encerra todo esse texto? Nesse sentido, alguns caminhos do problema serão desvelados aos poucos, na medida em que o leitor peregrinar em meio às próximas seções. Por enquanto, resta-nos ainda a obrigação de explicitar algumas questões relativas ao tratamento do material e à estrutura que dá forma ao trabalho, como veremos a seguir.

### **O tratamento das materialidades**

Após dirigir nossas escolhas empíricas para o impresso, outras decisões ainda precisavam ser tomadas para viabilizar um estudo sobre o problema da dengue no anúncio e no jornal. Quais jornais e anúncios seriam selecionados – e mediante qual critério? Qual recorte espaço-temporal seria privilegiado – elegeríamos jornais e campanhas de circulação nacional, estadual, municipal/pautaríamos tal eleição a partir dos períodos de mais intensa epidemia sofrida pelo país? Além de quais materiais e em qual recorte espaço-temporal, instigava-nos ainda deliberar sobre *como* faríamos um movimento de mergulho e de pesquisa em tais materiais elencados: escolheríamos todas as seções do jornal que tratassem da dengue? Faríamos uma análise de cobertura da epidemia pelos veículos impressos – selecionaríamos os conteúdos, as imagens, com vistas a categorizações quantitativas e qualitativas? Estabeleceríamos comparações entre as coberturas de um veículo e as coberturas de outro – com vistas a levantar diferentes abordagens? Tal conjunto de questões também se estendia aos anúncios: optaríamos por estabelecer gestos comparativos entre as campanhas selecionadas? Valeríamos-nos de uma análise formal e/ou de uma análise de conteúdo – cores, fontes, gestos, sujeitos possivelmente ali representados, etc. – com vistas a identificar um sentido e uma presença da dengue projetados por tais campanhas? Quais procedimentos nos ajudariam a verificar a singularidade das formas de experiência pública e das dimensões acontecimentais da

---

<sup>6</sup> As escolhas do anúncio *governamental* e do jornal *diário* também se encontram detalhadas no item 1.3 *Abordagem Metodológica*.

dengue nas materialidades impressas do anúncio publicitário governamental e dos jornais diários? O *quê* de comunicacional poderia realmente se precipitar em tais procedimentos?

Junto a todos esses imperativos, estávamos também munidos de uma inquietação que, ao mínimo, não desejava produzir *dois trabalhos* dentro de um mesmo movimento de pesquisa. Sendo assim, trazíamos pelo menos a certeza de que a decisão sobre a escolha de procedimentos metodológicos deveria levar em conta que: 1) os conceitos não poderiam ser apresentados sem uma aproximação com a empiria – indicar trajetos teóricos para a compreensão da realidade proposta não poderia se resumir a um movimento de fazer resenhas ou de buscar as *teorias pelas teorias*; mas tal indicação seria relevante apenas na medida em que os próprios fragmentos empíricos solicitassem arcabouços conceituais, conformando a produção de gestos epistêmicos pela inter-relação entre aportes e materialidades; e 2) o material empírico – anúncio e jornal – também não se apresentava como instância afônica, morta e insignificante, apenas sedenta por lances conceituais robustos que lhe pudessem oferecer, enfim, a iluminação supostamente almejada; anúncio e jornal são também fenômenos expressivos sob uma ótica conceitual, e se enredam ativamente em juntas possibilitadas pela expressão de outros conceitos. No caso dessa tese, a manifestação conceitual da empiria se achega, de modo constitutivo, à noção de *texto* (sem desconsiderar, obviamente, as outras quatro principais temáticas que nos inspiraram na elaboração de nosso problema de pesquisa): como veremos em toda a tese, as materialidades comunicativas impressas supracitadas não são cadáveres mortos, que aguardam um dissecar de suas estruturas – já que, sob um prisma comunicacional, tal dissecação diz pouco das interações vivas, múltiplas e flutuantes estabelecidas entre sujeitos e tais textos. Muito menos, são pontes que escondem ou dão acesso a sentidos: numa visada textual, anúncio e jornal são *sentido* – produzem significações nas interações mesmas que com eles se estabelecem, pautadas por infinitas situações e em meio a incontáveis quadros de experiência. Diante disso, antes mesmo de conceber a estrutura metodológica desse trabalho, já assumíamos o fato de que era preciso fugir das análises textuais internalistas (França, 2006) – estas que, embora pudessem até exaltar características dos textos enquanto objetos peculiares, diziam muito pouco (ou quase nada) de uma feição das materialidades escolhidas enquanto fenômenos comunicacionais.

Frente a essas duas constatações, não nos restava alternativa a não ser voltar nossas atenções aos outros quatro temas inspiradores do nosso problema de pesquisa (*experiência estética, experiência pública, acontecimento, e cidade* – além da própria noção de *texto*) e admiti-los enquanto instâncias metodológico-analíticas para pesquisar anúncio e jornal. Como tais noções poderiam insinuar recortes, escolhas e imersões diante da empiria tomada como âmbito de estudos desse trabalho? Seria possível compreender que, além de oferecerem uma forma de problematizar anúncio e jornal, tais temáticas poderiam se doar

enquanto forças metodológicas, capazes de nos auxiliar a fazer escolhas, a adentrar a superfície dos textos, a estabelecer um recorte espaço-temporal – diante de uma infinita e complexa realidade sob a qual se posicionam as materialidades elencadas, quando entremeadas ao problema público da dengue? Não foi fácil atender a tal questionamento: acostumados que estávamos, muitas vezes, a entender que o universo de uma pesquisa acadêmica se valia de conceitos quase inatingíveis, chegar a uma combinação metodológica a partir de interlocuções mesmas entre teoria e empiria talvez tenha sido o gesto que mais nos provocou inquietações e que igualmente mais nos gerou desafios junto à viabilização dessa pesquisa<sup>7</sup>.

Em meio a essas indagações, eis que se beiraram, diante de nós, duas leituras cujas contribuições se mostravam nucleares junto ao esforço metodológico que tentávamos produzir: *Comunicação, disciplina indiciária*, artigo de José Luiz Braga (2008), e *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, texto de Carlo Ginzburg (1991) – fonte esta também inspiradora para o artigo de Braga (2008). Grosso modo, a proposta de Braga (2008) advogava por um *status* indiciário às pesquisas em comunicação, a partir de uma visada no projeto histórico de Ginzburg (1991): 1) os estudos comunicacionais pareciam acolher bem a ideia de um caso a ser estudado, na medida em que as realidades empíricas da comunicação são múltiplas, inusitadas e inatingíveis em sua totalidade, por natureza; 2) em decorrência disso, um gesto indiciário é capaz de tomar um caso específico (um produto midiático, uma situação comunicativa, uma prática social) e recolher indícios, pistas e sinais, estes sempre percebidos por um olhar disponível e atento do pesquisador; 3) sendo assim, é possível à pesquisa tomar tais indícios e produzir inferências mais amplas – sem, contudo, prevalecer um desejo de universalização das conclusões a todo e a qualquer tipo de pesquisa afim; 4) para que tal movimento indiciário seja concretizado, Braga (2008) insinua que o pesquisador da comunicação deve se imbuir de um movimento de *tensionamento* diante da teoria e da empiria: a busca por um problema de pesquisa envolve uma tensão e um diálogo epistêmico entre conceitos e material empírico – com vistas a superar uma escrita unicamente restrita a movimentos de resenhas conceituais e/ou de descrições da empiria em meio às teses, duplo gesto que nem sempre promove avanço aos estudos da área; e 5) Ginzburg (1991) ressalta que os indícios mais instigantes são sempre aqueles que consideramos supostamente *negligenciáveis*, periféricos, tangentes – como *vestígios* e pegadas que revelam mundos invisíveis ao primeiro olhar, mas que, sub-repticiamente, participam do tensionamento empreendido pelo pesquisador diante da realidade estudada.

---

<sup>7</sup> Inclusive o item 1.3 *Abordagem Metodológica*, que expressa os caminhos e os procedimentos de acolhimento e de análise do material, será apresentado em meio às discussões primeiras – estas que nos ajudam a entender, particularmente, nosso movimento conceitual e analítico diante das materialidades selecionadas para pesquisa.

Toda essa contribuição nos parecia extremamente profícua: nesse momento, percebemos que o estudo de caso dessa tese se configurava em torno dos produtos escolhidos (experiência pública da dengue *no anúncio e no jornal*), e que, a partir de então, era preciso constituir caminhos metodológicos que nos auxiliassem a encontrar tais indícios. Nessas alturas, já estávamos de posse de alguns exemplares do Jornal *Estado de Minas* – um dos mais expressivos sob o ponto de vista de leitura e de capilaridade regional em Minas Gerais – que dispunham notícias sobre a dengue estampadas no espaço da capa, como também de alguns anúncios de uma campanha da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) do ano de 2009, voltada a chamar a atenção dos belo-horizontinos sobre o risco iminente de epidemia que a cidade acolhia, à ocasião. Quais indícios conseguiríamos enxergar diante daqueles textos? Quais inferências seríamos capazes de produzir em tensionamento com os conceitos inspiradores do problema de pesquisa? O que de mais negligenciável poderia se apresentar junto àquelas materialidades? Imbuídos dessas questões, lá fomos nós a discutir durante muitas e muitas horas de orientações e de conversas, para tentar descobrir uma forma de captar os restos, as pegadas, *os vestígios da dengue no anúncio e no jornal*. Para que isso fosse possível, três indagações se mostraram determinantes junto à escolha que se vislumbrava acerca dos procedimentos metodológicos, adotados em nossos gestos de pesquisa: 1) como aqueles jornais e anúncios que já estavam conosco tinham sido coletados? 2) em que contextos eles tinham sido lidos e em meio a quais situações? 3) tendo em vista um processo de afetação junto a nossa experiência de sujeitos ordinários (e também de pesquisadores), quais eram as sensações e as impressões que aqueles jornais e anúncios sugeriam a nós mesmos?

Se num primeiro momento, tais questões foram lançadas de modo despretenso e livre, num segundo momento elas foram tomadas enquanto perguntas nucleares, verdadeiros pontos nodais entre teoria, metodologia e empiria. De modo mais específico, nos demos conta de que elas insinuavam a) um *modo de coleta* do material; b) uma possibilidade de expressão de *gestos de leitura*, em meio às nossas próprias formas de comunicação; e c) um processo mesmo de *experenciação* (a partir da afetação que tais materialidades provocariam em nós mesmos enquanto sujeitos). *Grosso modo*, nossas respostas foram:

a) o material tinha sido coletado à deriva – quanto ao jornal *Estado de Minas*, tínhamos apenas a certeza de que o mesmo chegava todos os dias ao nosso setor de trabalho, sem a informação prévia sobre quando a dengue ocuparia o espaço privilegiado da capa; quanto aos anúncios, um deles tinha sido catado *por acaso* também em nosso trabalho, contudo foi avistado por nós na mesa de um colega de setor distinto ao nosso; o outro anúncio, não era digno de recordações: não sabíamos explicar como chegou até as

nossas mãos (o que vem à mente é apenas a lembrança – talvez – de um balcão público de atendimento...);

b) os jornais eram lidos rapidamente no local de trabalho (uma passada de olhos geral sempre e apenas sobre a *capa* – espaço este da materialidade que parecia nos capturar e nos fazer estacionar diante do jornal), e, quando algo despertava nosso interesse, normalmente tomávamos o jornal ao final do expediente e líamos a notícia completa (ou levávamos o exemplar emprestado para nossa residência, e o devolvíamos no dia seguinte); esse gesto parecia indicar que nossa leitura do jornal pautava-se muito mais por uma *afetação* que a capa nos trazia do que propriamente a um *interesse* prévio e racional de busca por conhecimento a partir das notícias; quanto aos anúncios, gestos de leitura eram sempre encetados quando tais materialidades chegavam a nossas mãos (dispostas em algum balcão público, entregues em sinais de trânsito, largadas a esmo no chão das ruas, etc.); leituras também eram possíveis quando anúncios sobre a dengue dispunham-se na traseira de um ônibus, por exemplo, circulando pela urbe, ou, talvez, em algum *outdoor* (interpelando-nos em meio ao nosso fluxo pela cidade);

c) ao sermos questionados sobre as sensações e as impressões que tais materialidades nos causavam, éramos capazes de expressar tais sentimentos a partir de inúmeras *narrativas* (ou *casos*), acionadas diante dos mundos que aqueles textos pareciam nos abrir (Ricoeur, 1991): entremeados à própria leitura, i) emergiam episódios, lembranças familiares e outras memórias em que vivenciávamos situações com a presença da dengue (pessoas conhecidas que já foram contaminadas, casos de cidadãos que reagiram bem ou mal ao vírus, formas de contágio e sintomas, etc.); ii) insurgiam sentimentos de indignação com relação ao controle do vetor por parte dos poderes públicos; iii) emergiam percepções diferentes junto aos bairros de Belo Horizonte infestados por dengue (percepções essas que apareciam, inclusive, em nossos caminhos por alguns desses bairros, *in loco*); iv) insurgiam constatações acerca de uma série de presenças inusitadas, múltiplas e imprevistas, no anúncio e no jornal (agentes de saúde, cidadãos comuns, governantes, programas de televisão, pessoas doentes ou engajadas no combate ao mosquito, etc..).

O que mais nos instigava era que todos esses casos pareciam ser *despretensiosamente* acionados quando executávamos o movimento de leitura diante dos textos do anúncio e do jornal – e talvez mesmo nunca fossem considerados por nós, antes da leitura de Ginzburg (1991), como processos relevantes de análise e de desvelamento dos processos comunicacionais envoltos a tais materialidades. Justamente por serem, *a priori*, negligenciáveis, periféricos, *sem importância*, nossas narrativas diante daqueles vestígios da dengue no anúncio e no jornal tornaram-se aspectos nucleares junto à constituição de esforços metodológicos, pautados por uma visada indiciária. Seria mesmo possível aproveitar aqueles fragmentos de nossas biografias, narrados sem ambição, como partes de

uma análise das materialidades comunicativas? O que nos parecia era que, ao mobilizarem *histórias dentro de histórias*, anúncio e jornal insinuavam um processo ininterrupto de textualização, marcado por um *tecer* (as narrativas), diante de um *tecido* (os produtos finalizados à nossa frente) – traços constitutivos de um movimento de *hermenêutica de distância*, sugerido por Ricoeur (1991). Além disso, imersos em meio às nossas próprias formas de experiência, tais materialidades pareciam se apresentar de modo *epifânico*, conforme proposto por Gumbrecht (2010): era como se os vestígios da dengue nos jornais e nos anúncios tocassem-nos sem razão nem porquê, transportando-nos a um *entretempo* (ainda que fugaz), a partir de um sequestro do tempo-espaço em que nos posicionávamos, no momento mesmo em que se aproximavam (inclusive os jornais que chegavam ao nosso local de trabalho, apesar de já serem esperados, pareciam se valer desse mesmo gesto epifânico, tomando-nos de sobressalto quando traziam alguma notícia sobre a dengue, no espaço da capa). Junto a isso, trazíamos também a sensação de que as narrativas próprias insurgidas diante de nossos gestos de leitura pareciam insinuar aspectos da experiência com os vestígios da dengue que não se referiam apenas a nossas realidades puramente íntimas: misturavam-se a aspectos *públicos*, relacionando-se a *outros* e a *muitos*, em *estranhamentorecípoco*. Por fim, o processo de leitura do anúncio e do jornal parecia também mobilizar aspectos relevantes da *cidade* de Belo Horizonte, que nos acolhia como moradores: as ruas, os bairros, os percursos pela urbe insurgiam em meio às leituras das materialidades, insinuando-nos que a dengue não se dissociava de tal movimento urbano. Ainda com relação à cidade, jornal e anúncio eram catados em meio à nossa própria dinâmica na urbe, e sugeriam uma experiência com a dengue sempre à deriva (mesmo os vestígios da dengue que se posicionavam na capa dos jornais que chegavam ao nosso trabalho não poderiam ser previstos por nós), indicando uma cidade sempre aos pedaços, a se realizar (Silva et alii., 2008).

De tal sorte, uma indagação ainda nos inquietava: poderíamos tomar nossas experiências próprias de sujeitos-pesquisadores com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal com vistas a problematizar *formas de experiência pública que tais materialidades supostamente permitiam?* Ginzbrug (1991), nesse momento, oferecia-nos alguma segurança acadêmica que precisávamos para tomar o caminho metodológico que insurgia (sem qualquer previsibilidade) diante de nós: ainda que aspectos de nossa experiência não pudessem ser estendidos a uma totalidade de sujeitos, inferências sobre a experiência pública – a partir de movimentos de afetação e de leitura com os vestígios da dengue, em meio a nossos próprios contextos de interação – poderiam ser produzidas, desde que: 1) se pautassem por uma visada não-universalizante; e 2) tomassem o indiciário enquanto paradigma decididamente interpretativo – cujo valor se expressava muito antes pelas possibilidades de interlocução e de reflexão projetadas do que por proposições totalizantes

– às quais ele realmente parecia não se prestar. Por tudo isso, decidimos assumir todos os riscos que tal proposta metodológica insinuava, e partimos para a *adoção de um método de forte inspiração etnográfica* – como aposta possível de pesquisa, junto às formas de experiência pública permitidas pelos vestígios da dengue no anúncio e no jornal (como veremos, trata-se de uma *inspiração*, e não de uma etnografia como normalmente reconhecida).

Sendo assim e em linhas bem gerais, o desenho metodológico de nossa pesquisa se expressou a partir de uma ideia a que chamamos de *epifania da distância*: tratou-se de um duplo e simultâneo movimento, constituído pela noção de *epifania* de Gumbrecht (2010) e de *hermenêutica da distância* de Ricoeur (1991), executado diante das materialidades comunicativas. Decorrentes desse movimento metodológico geral de pesquisa (a que chamamos de *quasi-epistemológico*), outros gestos metodológicos específicos contaram com a ajuda de: 1) Braga (2008) – que, como já vimos, nos inspirou a tomar os vestígios da dengue no anúncio e no jornal como fragmentos de um *estudo de caso*; 2) Ginzburg (1991) – que nos apresentou a proposta do paradigma indiciário, a partir da perspectiva dos restos e dos vestígios negligenciáveis; 3) Silva et alii. (2008) – que nos ofereceram sua noção de *derivas cartográficas* – como possibilidades de apreensão das materialidades impressas do anúncio governamental e do jornal diário enquanto *fragmentos urbanos*, em meio a um amplo e inusitado sistema de encaixes; e 4) Certeau (1994), Ricoeur (1991) e Canevacci (1993), que nos inspiraram na concepção de um método pautado por uma “*etnografia*” dos *textos* – sugerindo-nos tomar os textos do anúncio e do jornal em meio a protocolos que organizam suas práticas de presença e de significação. Tal desenho apresenta detalhamento específico, bem como é alvo de intenso aprofundamento no item 1.3 *Abordagem metodológica*.

É preciso dizer que essa combinação metodológica (que pode até parecer estranha num primeiro momento...) valeu-se de um gesto bastante simples diante das materialidades, na medida em que um movimento de *epifania da distância* nos sugeriu: *a) um modo de coleta peculiar*: coletaríamos os jornais e os anúncios que, a partir de então, nos afetassem em nossos cotidianos mesmos – particularmente em nosso ambiente de trabalho (onde o jornal *Estado de Minas* chegava todos os dias), e em meio a nosso circular pela cidade (onde os anúncios poderiam nos tomar, em meio a nossos percursos); *b) a expressão de gestos de leitura próprios*: quando fôssemos tomados pelo anúncio e/ou pelo jornal, registraríamos os modos de leitura executados diante de tais materialidades, em meio a nossos contextos de interação – anotando as narrativas insurgidas diante dos textos, bem como os detalhes dos contextos de leitura; *c) o registro de sensações e de impressões*: em meio às narrativas que produzíssemos diante das notícias, atentaríamos também para as sensações e para as impressões que insurgiriam em relação à dengue, por entendermos



que a afetação provocada pelos textos constituía-se por uma oscilação entre componentes de presença e componentes de sentido (Gumbrecht, 2010). Com isso, produzimos uma espécie de *notas de campo* – estas que, de certa maneira, se apresentaram modificadas, contaminando-se pelo estilo do texto que dá forma a esse trabalho e ocupando partes da tese em vários momentos. Foi assim que, de modo prático, a expressão do período em que estivemos abertos à afetação por tais materialidades, bem como o detalhamento dos tipos e das quantidades de jornais e anúncios coletados, pode ser observada a partir do quadro que se segue:

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A COLETA DAS MATERIALIDADES COMUNICATIVAS	
PERÍODO DE COLETA	
<p>Fevereiro de 2008 (início do doutorado) a julho de 2011 (previsão para encerramento da escrita).</p> <p><b>Obs.:</b> já que nos permitimos ser afetados pelo anúncio e pelo jornal, buscaríamos também captar os gestos de leitura e os contextos de afetação. Para isso, consideramos arbitrariamente, para efeito de recorte, o período em que iniciamos nosso curso de doutorado (2008) – uma vez que, antes mesmo de delineararmos essas propostas, alguns materiais já tinham sido catados por nós, mediante movimentos de <i>epifania</i>.</p>	
DESCRIÇÃO DAS MATERIALIDADES	
<p style="text-align: center;"><b>JORNAL CATADO: Estado de Minas</b></p> <p><b>Característica geral:</b> O <i>Estado de Minas</i>, fundado em 7 de março de 1928, é um dos principais jornais impressos diários de grande circulação em todo o Estado de Minas Gerais. Pertence ao grupo <i>Diários Associados</i> que também incorpora as mídias: TV Alterosa, Rádio Guarani FM e <i>Jornal Aqui</i> (jornal diário impresso, de caráter popular). Além de vários suplementos semanais, o <i>Estado de Minas</i> tem, atualmente, como cadernos fixos: Ciência, Economia, Cultura, Gerais, Internacional, Nacional, Opinião, Política e Superesportes</p> <p>(Fonte: <a href="http://impresso.em.com.br/">http://impresso.em.com.br/</a> &lt;Acesso em 1º de setembro de 2011&gt;).</p>	
EDIÇÕES DOS JORNAIS	FORMAS DE AFETAÇÃO
04 de fevereiro de 2010	<p>Estas se davam particularmente no local de trabalho aonde o jornal chegava diariamente – sem desconsiderar, obviamente, outras possibilidades de afetação, em meio a outros contextos de comunicação (como será descrito nas partes de análise do material).</p>
19 de fevereiro de 2010	
25 de março de 2010	
16 de abril de 2010	
13 de maio de 2010	
20 de maio de 2010	
05 de junho de 2010	

09 de setembro de 2010	Foram selecionados os jornais que apresentavam as notícias da dengue na capa – como modo afetação prevalente que se abatia sobre nós mesmos, tendo em vista uma relação que já estabelecíamos com o jornal impresso.
17 de novembro de 2010	
18 de novembro de 2010	
21 de janeiro de 2011	
07 de fevereiro de 2011	
14 de fevereiro de 2011	
25 de março de 2011	
08 de abril de 2011	
05 de maio de 2011	
<b>QUANTITATIVO DE JORNAIS</b>	<b>16</b>
<b>ANÚNCIOS CATADOS</b>	
<p><i>Já acabou com a dengue hoje</i> (2008) e <i>Agora é guerra: todos contra a dengue</i> (2010), concebidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais</p> <p><i>Atenção, BH, o risco de epidemia de dengue é alto</i> (2009), concebido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.</p> <p>Obs.: Além desses dois anúncios, apreciamos também um produto da campanha do Governo Federal sobre a dengue (da qual não conseguimos especificações sobre o período em que circulou no país), que teve o médico <i>Dráuzio Varela</i> como personagem principal (ao longo do trabalho, o leitor entenderá o porquê de considerarmos, mesmo sem mais detalhes, tal anúncio).</p> <p><b>Características gerais:</b> Anúncios publicitários governamentais que apresentavam como argumento principal o controle do vetor por parte da população.</p>	
<b>TIPOS DE PRODUTOS PUBLICITÁRIOS</b>	<b>FORMAS DE AFETAÇÃO</b>
<b>Anúncio <i>Já acabou com a dengue hoje</i> (2008)</b>	Deixamos nos afetar pelos anúncios em números e inusitados percursos pela cidade.
Um <i>folder</i> colorido, duas dobras (15 x 21,5 cm)	
<b>Anúncio <i>Agora é guerra: todos contra a dengue</i> (2010)</b>	Diferentemente dos jornais, não houve afetação preponderante em um local – característica que revela a não periodicidade do anúncio publicitário, bem como seu caráter propriamente dinâmico, que parece se misturar ao movimento da própria cidade.
Um panfleto colorido sem dobra, frente e verso (15 x 21 cm)	
Um adesivo para carro (26 x 7,5 cm)	
Uma cartilha (15 x 21 cm) ( <i>Manual do combatente</i> )	
Um cartaz (30 x 40 cm)	
Uma sacola plástica (24 x 45 cm)	
<b>Anúncio <i>Atenção BH</i> (2009)</b>	

Um folder (15 x 21 cm)	
Um cartaz (21 x 29,7 cm)	
Um anúncio em busdoor (cerca de 2,0 x 0,80m)	
<b>Anúncio Dr. Dráuzio Varela (sem data definida)</b>	
Um cartaz (cerca de 30 x 40 cm)	
<b>QUANTITATIVO DE TIPOS DE PRODUTOS PUBLICITÁRIOS</b>	<b>10</b>

Quadro 1: Algumas informações sobre a coleta das materialidades comunicativas

Fonte: Construção da pesquisa

Além do próprio movimento de registrar os contextos de comunicação em que vestígios da dengue nos afetavam, um outro gesto foi amplamente executado por nós: vez ou outra, dispúnhamos todo o material *catado* à nossa frente para buscar, em meio ao conjunto de jornais e de anúncios pilhados e aparentemente irreconciliáveis, pistas reveladoras, tensionadas mediante uma inter-relação com conceitos e/ou com fragmentos de outras materialidades. Normalmente, no dia em que éramos afetados por um material (uma notícia de capa, um anúncio que nos interpelava nas ruas, etc.), tentávamos, primeiramente, registrar aquele momento; depois, ao chegar em casa (normalmente após um dia intenso de trabalho), era como se o registro executado nos oferecesse um bom motivo para botar a materialidade *catada* no dia em meio a outras já *catadas* anteriormente. Por tudo isso, é possível afirmar que nossa empiria não se expressa apenas pelo conjunto *catado* de anúncios e de jornais – enquanto produtos fechados em si mesmos –, mas especialmente *pelos inúmeros movimentos de experimentação que insurgiam a partir de uma afetação provocada pelos mesmos*. Sendo assim, é válido destacar que, em perspectiva indiciária, o conjunto dos materiais coletados oferece inúmeras possibilidades de produção de inferências, da mesma forma que o conjunto dos conceitos elencados também pode oferecê-las: sob uma égide dos restos e dos vestígios, se dispuséssemos de outras materialidades, certamente teríamos outra tese – o que nos faz entender que nosso gesto metodológico constitui-se por pulsões conceituais e empíricas, vislumbradas em igual importância.

Valendo-nos não pela quantidade ou por tipos de jornais e/ou de anúncios, mas pelas formas de experiência produzidas com tais materialidades, o resultado de nosso esforço metodológico se voltou à geração de um *Mapa de Experiências*, livremente adaptado da noção de *Cartografia de Sentidos* de Silva et alii (2008). O leitor poderá acompanhar, ao longo da tese, que as coordenadas cartográficas de nosso mapa são móveis e flutuantes: seus substratos fundam-se no próprio processo de textualização produzido diante das materialidades do anúncio e do jornal; e suas expressões e formas se valem das narrativas em tensionamento com os vestígios da dengue, presentes em tais

textos. Por conta disso, a noção de mapa, nessa tese, não se orienta por um sentido de *representação* de uma experiência – já que tal movimento seria mesmo impossível e inaplicável –, mas se vale por um gesto de *localização* dos percursos de leitura que insinuam formas de experiência pública e dimensões acontecimentais permitidas por vestígios da dengue *quando* no anúncio e no jornal. Por isso, a terminologia *unidades de força* foi constituída para expressar as coordenadas cartográficas de nosso mapa: elas sugerem, de modo geral, que a experiência da dengue constituída por tais materialidades insinua-se por cinco *pontos nodais* em condensação, sobre o qual se gravitam componentes de sentido e componentes de presença. São eles: *reciprocidade*, *percurso*, *memória*, *estratégia* e *os outros*. Dessa maneira, pelo menos a partir do material elencado e do gesto metodológico admitido nessa tese, podemos entender que as formas de experiência pública e que as dimensões acontecimentais da dengue no anúncio e no jornal podem se gravitar (ou não, como nos lembra Ginzburg (1991)) em torno desses cinco eixos móveis, dinâmicos e flutuantes. Em meio a tais unidades, o acontecimento expressa-se em pujança: em cada uma delas, foi possível elencar aspectos relativos a dimensões acontecimentais que atravessavam as instâncias do jornal e do anúncio, oferecendo categorias analíticas relevantes, junto à problematização das formas de experiência pública com vestígios da dengue ora textualizados.

### **O que se dispõe logo à frente: estrutura e modos de escrita**

Por tudo isso que apresentamos anteriormente, podemos dizer que esta tese se organiza do início ao fim por uma ideia mesma de *tensionamento*, conforme proposição de Braga (2008): buscamos um problema de pesquisa, recorremos à realidade estudada, lançamos mão de perguntas, levantamos conceitos, questionamos as misturanças que construímos, expandimos formulações, recortamos possibilidades e recomeçamos novas problematizações. Dessa maneira, vislumbramos o tensionamento como um movimento epistemológico constante e inquieto, diante de limites empíricos, conceituais e metodológicos que precisam *ora ser transpostos, ora ser contidos*. Justamente por isso, entendemos que o próprio texto, aqui cunhado, deveria também se pautar pela vitalidade desse movimento – buscando sugerir, de algum modo, os vestígios de nossas pulsões de pesquisa, ainda que sob a forma encaixotada deste produto final. Sendo assim, tentamos abrir mão (na medida de nossos limites e de nossas possibilidades) de seguir à risca aquele formato já conhecido de estrutura de tese, em que somos convocados a apresentar uma introdução, uma revisão conceitual, uma metodologia, uma pesquisa empírica, e uma conclusão. Em termos de tensionamento, arriscamos dizer que esse formato – quando levado ao extremo – é pouco estimulante, quando de um movimento investigativo que

precisamos adotar na ocasião em que nos portamos diante de um mundo cheio de incontáveis e eternas lacunas. Aliás, para muito além daquela ideia precária que entende a ciência humana e social como um campo de respostas, nosso fazer é inspirado por um levantamento sempre inacabado de possibilidades interpretativas – diante de uma realidade escorregadia, pulsante, viva e passível, quase sempre, de inúmeras e intermináveis perguntas.

Todavia, é importante resguardar o fato de que não abandonamos a referência clássica de estruturação de tese – já que ela nos inspira, de algum modo, a organizar nossos percursos –, muito menos não abrimos mão, em nossos registros, de um modo científico de argumentação – uma vez que ele nos ajuda a elaborar os tensionamentos e se presta a sustentar nossas maluquices. Entretanto, é também imperativo reconhecer que nosso texto dissertativo foi visitado, algumas vezes, por uma brisa poética (ainda que anêmica...): como veremos, nossos escritos não se propõem a servir de escudo a uma interpretação exclusiva e se colocam como resultados de uma experiência de pesquisa, na qual também oscilam componentes de sentido e de presença (Gumbrecht, 2010).

Por conta disso, o leitor não encontrará, ao longo dos percursos que se seguem, uma descrição conceitual apartada das indagações relativas à realidade estudada. Os conceitos e os autores serão descortinados aos poucos, ocupando simultaneamente vários lugares do trabalho - na medida em que os gestos de tensionamento forem solicitados pelas materialidades do anúncio e do jornal. Sendo assim, não haverá na tese um lugar específico, em que aparecem todas as definições conceituais: essas últimas se darão a ver, na totalidade em que foram solicitadas, no conjunto da leitura. Em meio à tese, elas se desfolham, produzindo interações com a própria empiria. Dessa forma, abandonando uma lógica de capítulos e assumindo a proposta de Braga (2008) como guia epistemológico, tentamos estruturar nosso texto em alguns itens, partes e seções que fossem capazes de revelar nossas próprias afetações de pesquisa, em meio à produção obrigatória desse trabalho.

É assim que o conjunto de escritos dessa tese se organiza sob três grandes partes, a que chamamos literal e genericamente de *tensionamentos*. Cada parte foi nomeada com um subtítulo que se esforça por expressar uma oscilação entre às sensações de presença que tais tensionamentos produziram no momento mesmo da escrita e às interpretações que cada parte, em si, procura dar conta – em termos de articulações empíricas, conceituais e metodológicas com o problema de pesquisa em questão. Nesse caminho, chegamos à seguinte estrutura:

. *Tensionamento I, Suor e palavras*: essa parte faz as vezes de uma apresentação da proposta geral da tese, mas vai bem além – já que não é somente um tensionamento entre

conceitos e teorias, mas se constitui por um conjunto de reflexões entre problema, empiria, método e formulações conceituais. Dito por outras palavras, pautamo-nos, no conjunto dessas seções, pelo esforço de desentranhamento do problema de pesquisa e dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal enquanto fenômenos comunicacionais – razão pela qual nosso problema de pesquisa é solicitado várias vezes, em demandas que sugerem compreensões e aprofundamentos. A presença do suor no corpo e nos dedos marcou esse momento, já que entendemos como foi árdua a tarefa de construir o conjunto de pesquisa que aqui se apresenta. Tal tensionamento é constituído pelas seções *1.1 O que subjaz ao problema* – momento inicial em que levantamos as concepções de comunicação, de sujeitos e de mídia que subjazem ao modo como tomaremos os vestígios da dengue nesse trabalho; *1.2 A experiência e o texto* – ocasião em que problematizamos um olhar às noções de experiência e de texto, estas que foram essenciais na conformação da abordagem das materialidades comunicativas; e *1.3 Abordagem metodológica* – âmbito da tese em que expressamos, em detalhamento, o movimento de *epifania da distanciação*, bem como os procedimentos de investigação elencados para lidar com anúncio e jornal. Nessa seção, será possível perceber em que medida os temas principais que guiam nossa proposta colocam-se a serviço da pesquisa enquanto instâncias metodológico-analíticas.

. *Tensionamento II, É tempo de sujar as mãos*: essa parte faz as vezes de um desenvolvimento de pesquisa, mas não se expressa apenas por uma apresentação de dados e por uma análise empírica. Aqui, temos a continuidade de um caminho de tensionamentos, composta nesse momento por um foco maior na relação entre nós mesmos, como pesquisadores, e os fenômenos escolhidos para estudo. Imbuída de um modo mais narrativo, tem inspiração num termo de Gumbrecht (2010) ao tratar da própria postura científica presente nas humanidades: é preciso combater a assepsia que impera na relação entre pesquisador e objeto, e partir para um *sujar de mãos*, assumindo os riscos que esse movimento carrega.

As seções desse tensionamento são as próprias unidades de força do Mapa de Experiências: *reciprocidade, percurso, memória, estratégia* e *os outros*. Em torno delas, gravitam, particularmente, dois aspectos relevantes: *a) a expressão do processo de textualização diante dos vestígios*: diante das materialidades do anúncio e do jornal, expressam-se tanto um tecido (o produto em si) quanto um tecer (narrativas que insurgem em correlação junto ao tecido); e *b) a expressão de aspectos relacionados a dimensões acontecimentais que se irrompem na relação com tais materialidades*: em cada unidade de força, serão elencados alguns aspectos do acontecimento, de modo a tensionar, junto aos vestígios, elementos conceituais que se mostram reveladores a uma compreensão das

próprias dimensões acontecimentais da experiência da dengue *quando* no anúncio e no jornal.

Os processos de textualização (narrativas + fragmentos de anúncios e de jornais), presentes nessas seções de caráter mais analítico, apareceram quase como *notas de viagem*, fragmentos de um diário íntimo, em que expressamos detalhes incontáveis que apareceram entremeados à experiência de leitura da dengue nas materialidades elencadas. Particularmente nesses momentos, pediremos licença aos leitores da comunicação tão acostumados a uma escrita em primeira pessoa do plural para utilizarmos um *eu* desnudo, desmascarado, *singularizado*. Por que não apartar, em vários momentos, alguns detalhes não relacionados diretamente à dengue de tais reflexões? Justamente porque nossa *redação promíscua é presença* mesma que insinua uma experiência pública com a dengue *impura*, que acontece entremeada a uma infinidade de aspectos que nunca poderiam ser mesmos apanhados por nenhum gesto totalizante de pesquisa. O estilo de tal tensionamento caminha mesmo em direção ao ensaio, de modo que as metáforas, enquanto recursos retóricos e também metodológicos, nos ajudam a pensar no problema proposto.

Nesse esforço quase que *etnográfico*, eis que emerge um diário de campo, constituído por notas que acompanham meu próprio deambular pelas materialidades, e fazem com que um cotidiano íntimo suba à superfície do texto. Nesse momento, apesar de estarmos diante de fragmentos de uma intimidade escancarada, o que desejamos não é ressaltar apenas a singularidade de uma experiência própria que mantivemos com os vestígios da dengue, mas, especialmente, o processo mesmo em que se misturam experiências singulares e públicas, constituídas por uma *afetação* com as materialidades supracitadas. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que tais experiências aparecerão alinhavadas por conceitos – particularmente por aspectos do acontecimento –, o que garante à cada unidade de força várias articulações entre teoria, metodologia e empiria. Nesse momento, tomamos a inspiração de Peirano (2008) para nos ajudar a pensar nessas articulações:

É nesse contexto amplo que gostaria de sugerir que a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina - a “eterna juventude” de que falou Weber. No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia-a-dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e

ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação.

Nessas alturas da tese, mais do que em outros lugares, será possível ao leitor compreender que nossa abordagem diante dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal não se vale somente de uma metodologia, mas se traduz numa espécie mesma de *teoria em ação*.

. *Tensionamento III, Em devir*: de tamanho menor, faz as vezes das considerações finais. Obviamente, o problema de pesquisa dessa tese não se encerra com esse produto. Por isso, a ideia de um *devir* procura expressar a infinitude das questões aqui levantadas e estimular uma continuidade aos tensionamentos – tendo em vista o movimento conceitual, empírico e metodológico que sempre advém, quando do momento de interrupção de uma pesquisa, em recorte arbitrário.

É importante dizer que dentro de cada tensionamento o leitor se deparará com *itens* – ajuntamentos textuais de sentido que se encontram numerados – e com *seções* – outros ajuntamentos textuais que, contudo, se encontram vinculados e subordinados a cada *item*, sem subnumerações. No sumário, lembramos que é possível vislumbrar essa lógica estruturadora como um todo.

Para finalizar esse começo, não desejamos que o leitor fique irritado com algumas redundâncias que, porventura, teimaram em emergir ao longo desse irrequieto texto. Pelo menos da maneira como nos apropriamos de Braga (2008), a proposta de tensionamentos trouxe-nos o ônus de um constante questionar e a sensação curiosa e exaustiva de sempre lançar perguntas – inclusive sobre aparentes conclusões as quais acreditamos termos chegado. Foi assim que, em meio a esse movimento (que se assemelha a uma espécie de *looping* de pesquisa), fiamos numa liberdade de escrita, ainda que vigiada, como possibilidade de temperar o rigor de um campo de conhecimento, a que somos impelidos, com o sabor de alguns pedaços tímidos de registros poéticos, misturados ao fluir do próprio texto. Afinal de contas, o fazer de uma tese imprime sua presença no espaço – na dinâmica da casa, que se altera; nos trajetos pela cidade, que se pautam pela rapidez; no tempo sempre curto, que se escapole e brinca com as poucas horas nas quais se dispõem nossos desejos e obrigações. Segundo Gumbrecht (2010), não há gênero mais marcante do que a poesia para expressar os componentes de presença na experiência com o texto – e, por isso, tais componentes aqui também foram considerados, em emergências poéticas acanhadas em meio à argumentação dura e espartana, exigida numa experiência acadêmica de pesquisa.



**Suor e palavras**

**Tensionamento I**

## 1.1 O que subjaz ao problema

O que espera você, caro interlocutor, ao correr os olhos sobre uma tese de doutoramento, inscrita no campo da comunicação, que discute a temática *dengue e experiência pública*? Em princípio, parece não haver questionamentos sobre a relevância dessa proposta: num país como o Brasil, em que a incidência da doença se mostra elevada<sup>8</sup>, há expectativas de que as instâncias científicas tomem esse problema público como foco investigativo, em busca de um processamento metodológico que dê conta de estimular um ampliado diálogo na vida social. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1989), uma ciência que deseja provocar rupturas com um *modo-de-fazer* distante e arrogante<sup>9</sup>, deve ser sensível aos contextos nos quais se insere, e buscar a elaboração de um conhecimento que não se imponha como *a verdade* sobre o senso comum, mas que se coloque em tensionamento como *uma verdade* – pondo em evidência novas leituras e diferentes aspectos de um cenário social livremente interpretado e vivido por variados sujeitos e instituições.

Por essa visada, o problema público da dengue interessa aos quadros de produção de pesquisa, gerados no campo da comunicação<sup>10</sup>. E na imensa seara de possibilidades que tal campo oferece, nossos objetivos são modestos. Desejamos nessa tese investigar como determinadas materialidades comunicativas impressas – em especial as que são frutos do jornalismo diário e do anúncio publicitário governamental – *encarnam* formas singulares de experiência pública com o problema da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Nesse sentido, é parte de nossa tarefa investigar como tal experiência – que se constitui por dimensões acontecimentais – é *tonalizada*<sup>11</sup> por essas materialidades, e o que essa

<sup>8</sup> Um detalhamento sobre dados da dengue no Brasil encontra-se no “Anexo A – Sobre a Dengue”, ao final da tese.

<sup>9</sup> Santos (1989) se refere ao paradigma clássico da ciência moderna, que se propõe a encontrar verdades absolutas, a partir de uma separação total entre sujeito-pesquisador e objeto-pesquisado, e que toma o método como um recurso privilegiado de busca da verdade. Santos (2003) vislumbra uma modificação no lugar dessa ciência clássica na contemporaneidade, em cima do que propõe a ideia de uma ciência pós-moderna – que se utiliza do rigor e do método não como mecanismos privilegiados de busca de verdades, mas como instância produtora de conhecimento, em diálogo com o senso comum. O autor ilustra essa concepção em frase conhecida, que intitula um de seus livros: *Conhecimento prudente para uma vida decente* (Santos, 2006).

<sup>10</sup> Vale considerar que, pelo menos no Brasil, esse campo de estudos se constitui em plena crise do paradigma clássico moderno aplicado às ciências humanas, desafiado a buscar limites e a se legitimar como *lócus* válido e relevante de produção de um saber. O próprio uso da noção de campo, revisitada por Braga (2011) sugere o efeito de uma crise: a comunicação não poderia, em plena contemporaneidade, querer se valer de pressupostos científicos cartesianos para se firmar como ciência; e ao mesmo tempo, não poderia abrir mão de certo rigor metodológico para oferecer conhecimento ao mundo – ainda que não generalizável ou típico (Braga, 2008).

<sup>11</sup> Termo utilizado por Jorge Cardoso Filho, ao tratar da dinâmica de conformação da experiência com a música popular massiva a partir do estudo das expressões do gênero Rock. Cardoso Filho (2010) investigou a tonalização da experiência do Rock a partir de determinadas práticas de escuta constituídas na experiência musical com alguns álbuns. Acreditamos na força heurística do termo e

tonalização – comunicacional por excelência – se revela por *práticas de interação* e por *campos problemáticos*, em meio a um *jeito urbano* de se viver e de suportar esse problema público.

É preciso apresentar com mais vagar nossa proposta: o que chamamos mesmo de materialidades? E de experiência pública? Como vislumbramos a ideia central de que o jornal impresso e o anúncio publicitário *encarnam* formas de experiência com o problema da dengue? Como seriam as dimensões acontecimentais dessa experiência pública? Campos problemáticos e práticas de interação num jeito urbano de se viver – noções compreendidas por quais lentes? Rogo paciência ao leitor: pretendo, ao longo da tese, desembaraçar esses fios que costuram o problema de pesquisa. E para iniciar essa empreitada, escolhi dizer aquilo que subjaz ao problema, rizoma que não se vê, mas que nutre a tese e se deita na terra que a sustenta. Trata-se aqui de explicitar as abordagens que escolhemos sobre *comunicação*, sobre *sujeitos* e sobre *mídia*.

## Comunicação

Expressar a visão de comunicação aqui escolhida para modelizar os estudos sobre dengue e experiência pública é tarefa necessária e urgente: antes de qualquer coisa, é preciso que o interlocutor reconheça a fonte que inspirou o desenho do problema de pesquisa e as nossas sinceras aspirações com esse estudo. De início, já posso anunciar que não tomamos a comunicação como um *ente responsável* pelo extermínio da dengue; muito menos como *coisa* externa aos sujeitos, com autonomia própria, possuidora de habilidades de persuasão e/ou de quase encantamento. A comunicação aqui é vista como as águas que viajam no bojo de um grande rio (Bakhtin, 2002, 2003): como seres aquáticos, é nele que os sujeitos vivem mergulhados; é em meio às águas turvas que os sujeitos bebem de um sentido e sequer conseguem congelar o correr da significação e do movimento dos corpos que segue para bem longe de seus domínios. É mais ou menos assim que Bakhtin (2002) entende a comunicação: um processo instaurador da vida social, constituindo-se por um fluxo contínuo e incontrolável de enunciados e de sentidos. *Grosso modo*, sua concepção de linguagem funda-se nesse fluxo: para ele, a língua possui natureza social e se institui por signos vivos, móveis e plurivalentes, indissolivelmente ligados às condições de comunicação engendradas<sup>12</sup> socialmente. Ficção pura é supor a comunicação

---

por isso é nossa proposta utilizá-lo para clarificar aspectos acerca da experiência pública da dengue, numa cidade como Belo Horizonte, engendrada por materialidades impressas do jornalismo e do anúncio publicitário governamental.

<sup>12</sup> Por isso, Bakhtin (2003) entende que toda enunciação faz parte de um processo de comunicação ininterrupto, de modo que todo enunciado sempre responde de uma forma ou de outra aos enunciados que o precederam e com os quais entra em diálogo.

como *artefato* – facilmente adestrado, modulado e a serviço de mentes pensantes – e /ou como externalidade aos sujeitos.

As metáforas e os conceitos bakhtinianos nos oferecem possibilidades iniciais de explicitar de que paradigma da comunicação partimos ao problematizar dengue e experiência pública<sup>13</sup>. Nesse ínterim, é curioso observar que em contextos democráticos contemporâneos, a participação e a corresponsabilidade dos sujeitos para lidar com os problemas públicos têm sido cada vez mais postas como valores primordiais (Telles, 1999; Franco, 1995; Sherer-Warren, 1999; Toro & Werneck, 2004). É assim que tais valores pretendem se colocar como norteadores de práticas sociais, capazes de contribuir para o fortalecimento da cidadania, para a busca por soluções advindas de todos (inclusive dos diretamente afetados pelos problemas) e, com isso, para a construção de uma vida em coletividade orientada por decisões que tendem a ser mais legítimas e aceitas pelos sujeitos (Bohman, 2000; Cohen, 1997). Em meio a esse molde político, a mobilização social torna-se também uma prática estratégica de valor, já que se coloca no papel de convocadora das vontades dos sujeitos para lidar com os problemas públicos, por meio do estímulo à participação e à corresponsabilidade (Henriques et. alii, 2004; Mafra, 2006).

Nessa seara, atribui-se a esforços comunicacionais estratégicos e a pulsões de informação um lugar fundamental: imputa-se à geração de relações com públicos e à divulgação e à circulação de informações um caráter central para o extermínio da dengue – já que é posto como necessário que os sujeitos tomem conhecimento de como podem contribuir para o controle da doença, em seus próprios espaços cotidianos de vivência<sup>14</sup>, e se sintam, nessa lógica, vinculados a uma causa social mais ampla, que os transcende. Investimentos de governos e de outras instituições (como os *media*) em campanhas de divulgação e de mobilização têm sido consideráveis<sup>15</sup>, e, desde que a doença reemergiu

---

<sup>13</sup> É bom reforçar: esse é um ponto de partida. Veremos, mais adiante, que também não nos restringimos a uma abordagem centrada no sentido e na interpretação para dar conta da questão comunicacional.

<sup>14</sup> Em geral, tais campanhas preconizam – baseadas em visões governamentais e em estudos de especialistas em epidemiologia – que para o controle e/ou para a exterminação completa da doença, um investimento técnico em profissionais especializados em controle de vetores não é suficiente; mais do que isso, é essencial que os sujeitos tomem atitudes colaborativas cotidianas, em seus contextos práticos – já que os espaços preferidos em que o mosquito habita são os domicílios e os ambientes fechados (como os locais de trabalho).

<sup>15</sup> A título de exemplo, vale destacar que em 13 de fevereiro de 2009, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou a estratégia “Aliança contra a Dengue”, que consiste, essencialmente, no estabelecimento de parcerias com instituições da cidade para implementar ações de mobilização social para controle da doença: “Diante desse risco de aumento expressivo de casos de dengue e as implicações da doença na sociedade, Poder Público e as instituições parceiras acordaram medidas que visam garantir o desenvolvimento de ações de mobilização social que possibilitem a mudança de hábitos da população. A ideia é que cada instituição pública e privada se comprometa a exercer o seu papel no trabalho contínuo de controle e combate à dengue. Cada instituição assume o compromisso de manter seu espaço físico livre de dengue, mobilizar seu público de abrangência e contribuir com o cumprimento das metas de reduzir o índice de infestação predial (aferição através do LIRAA, o

novamente no seio da experiência pública do país<sup>16</sup>, há muitos esforços para se colocar em circulação pública as principais informações que cada cidadão deve conhecer para eliminar os focos do mosquito, em seus contextos de vida.

Sem desconsiderar a importância da informação e da comunicação estratégica nesse processo, algumas indagações podem ser elaboradas. Partindo desse raciocínio, é instigante perceber que, se a mobilização social e as estratégias de comunicação e informação são tidas como fundamentais para que os sujeitos se engajem no controle do vetor, e se, com isso, há esforços estratégicos que se mostram constantes, é possível estabelecer uma relação de causalidade entre mobilização/estratégias de comunicação e diminuição lógica da incidência da doença – já que os esforços estratégicos são consideráveis e os aumentos do número de casos de dengue também os são? Será mesmo que a busca pela geração de vínculos e pela disponibilização de informações, de maneira estratégica, dá conta de provocar um contexto favorável para que “um efeito” prático de redução da doença ocorra? É possível que algum dia seja encontrada uma “fórmula mágica” que atribuirá às campanhas da dengue e às estratégias de comunicação para mobilização social uma força considerável, capaz de envolver os sujeitos num processo de problematização e de suscitar, junto aos mesmos, uma interpretação pública, amplamente compreensível, de que é preciso ser corresponsável para acabar com a doença?

Chegamos aqui ao aspecto comunicacional nuclear dessa tese. Ao decidirmos perguntar como materialidades comunicativas do jornal impresso diário e do anúncio publicitário governamental encarnam formas singulares de experiência pública com a dengue, e fazê-lo no campo da comunicação, nos vimos diante de um dilema, acima de tudo, epistemológico, que dita os contornos e os liames de nossa abordagem sobre a questão proposta. Isso porque a escolha de um caminho que busca compreender os problemas públicos por um viés comunicacional se vincula diretamente aos desafios que são próprios às perspectivas comunicacionais que animam as perguntas e os objetos de estudo possíveis. Nesse contexto, se nossas escolhas teóricas se voltam simplesmente a compreender o caráter da comunicação como *responsável* por mobilizar os sujeitos, fornecendo informações e gerando vínculos com causas sociais, nosso olhar cairia no *cardápio dos efeitos*: o que leva os sujeitos e/ou à própria mídia a se mobilizarem ou não para o combate à dengue? Quais meios ou produtos da comunicação ganham maior efetividade, do ponto de vista de seu potencial mobilizador? Quais dimensões a comunicação teria na conformação de campos problemáticos que engajassem os sujeitos e/ou a mídia na luta contra a dengue? Em que medida o processo de mobilização social

---

Levantamento de Índice Rápido de Infestação do *Aedes Aegypti*” (<http://www.pbh.gov.br/smsa/aliancacontraadengue/alianca/><Acesso em 28 de maio de 2011>).

<sup>16</sup> Segundo o Ministério da Saúde, depois de um longo período de ausência no país, a dengue começa a se expandir no Brasil a partir de 1976 (Ministério da Saúde, 2011).

instaurado pelas instituições na sociedade apresenta limites e possibilidades em termos de participação e de geração de corresponsabilidade (como efeitos das provocações estratégicas)? Desse modo, por essa perspectiva, a comunicação é tomada como *atribuição* (Ricoeur, 2005): seria um fato primeiro a partir do qual ela determinaria os componentes, os fatores e as funções de um campo problemático, instaurado publicamente sobre a dengue.

Por esse viés, que se vincula também ao que França (2002) aponta como *perspectiva informacional*, a comunicação acaba sendo vislumbrada como um processo transmissivo de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos. A partir desse olhar, os instrumentais conceituais e metodológicos dos estudos em comunicação orientam-se a contemplar o processo comunicativo de forma mecânica e separada: analisa-se, portanto, a lógica da produção, dos emissores, as características dos meios – evidenciadas por sua natureza técnica e *modos operatórios*; as mensagens e seus conteúdos; a posição e a atitude dos receptores, além de privilegiar os resultados (os efeitos da transmissão).

Diante disso, alguns questionamentos, próprios às limitações que tal perspectiva impõe na abordagem do problema da dengue, emergiram: compreender as formas de experiência encarnadas nas materialidades se resumiria a um olhar sobre as estratégias produzidas e/ou sobre sua efetividade cotidiana em termos de mobilização social? Compreender os limites e as possibilidades de engajamento dos sujeitos e das instituições na cidade não seria o mesmo que abordar como cada um *reage* a uma interpretação que preconiza sempre a corresponsabilidade como valor ideal? Resumiria a experiência pública a uma questão de maior ou de menor participação dos sujeitos e/ou instituições na busca por soluções aos problemas públicos? A implicação dos sujeitos e da mídia em campos problemáticos, por sua vez, seria o mesmo que convocá-los, por meio de estratégias e de circulação de informações, ao engajamento coletivo?

Certamente, eleger uma perspectiva informacional para investigar a experiência pública da dengue numa cidade como Belo Horizonte traria alguns riscos. Um dos mais preocupantes se refere ao fato de tal olhar tomar a experiência como algo programado, controlado e mensurado por uma entidade ou por um sujeito em destaque na vida social, que teria supostas condições de sair da própria experiência para compreendê-la e movimentá-la. Por esse prisma, experiência denota conhecimento (Gumbrecht, 2010): é fruto de uma pulsão metafísica e cartesiana, cunhada por um modo característico de se relacionar com o mundo – típico do *senhor desse orbe*: o homem moderno. Se experimentar se resume a conhecer, logo estudar experiência pública é o mesmo que estudar o conhecimento público de informações que as pessoas possuem sobre a dengue, e que delimitar possíveis indicações sobre como aumentar/diminuir esse quantitativo informacional

no estímulo ao controle da doença. Você verá, caro interlocutor, que essa não é a visão que escolhemos para problematizar dengue e experiência pública.

Dentre os autores que aceitaram nosso pedido de orientação acerca do conceito de experiência sob outro vislumbre, podemos citar o americano John Dewey (1980). Tal estudioso aponta que as experiências são possíveis porque existe uma constante interação entre criatura viva e ambiente, e é na situação mesma do estar-junto, em certos contextos que tomam forma, que sujeito e ambiente se *encostam*, se *trocam* e se modificam, num processo que culmina ou não numa situação de vivência estética. A experiência se dá, portanto, quando há transação entre um organismo e o ambiente que o rodeia, em que cada um é *afetado* pelo outro e age segundo sua constituição. Por esse viés, as estratégias de comunicação e informação, deflagradas no espaço público, se constituem como *uma forma possível* às quais instituições e sujeitos elegem para agir diante do problema público da dengue, no seio da experiência pública. Mas outras formas de interação entre sujeitos e ambiente são tão possíveis e indeterminadas como os são também os inúmeros e variados contextos de interação. Nesse sentido, investigar experiência pública é, antes de tudo, estar atento ao *estatuto comunicacional desses inúmeros contextos públicos de interação* (Ricoeur, 2005) – empreitada para a qual a perspectiva informacional não oferece possibilidades.

Para isso, buscamos uma perspectiva que abandona a preocupação com os efeitos (e, por sua vez, com alguém que produz estímulos, separado de alguém que os recebe) e oferece possibilidades de se compreender a dinâmica social instaurada junto a uma experiência pública que emerge na vida em coletividade. Tal perspectiva, que entende processos comunicativos como interações (Braga, 2011), considera que, ao contrário de uma lógica transmissiva, em que mensagens são enviadas de um emissor a um receptor, provocando determinados efeitos, a comunicação se constitui por *interlocutores* (em âmbitos de produção ou recepção) como instituidores de sentido, que “partem de lugares e papéis sociais específicos” (França, 2002, p. 27). Em outras palavras, a comunicação, por uma *perspectivarelacional*, pode ser entendida como um processo que cunha relações, entre sujeitos inseridos em determinados contextos, por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos), organizando e empregando sentido ao estar-junto, à interação. O interessante desta perspectiva é que ela objetiva buscar a circularidade e a globalidade do processo comunicativo, contemplando uma inter-relação intrínseca entre esses elementos. França (2002, p. 27) ainda elucida que “a especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto)”.

De tal sorte, ao escolhermos a perspectiva relacional para investigarmos dengue e experiência pública a partir de materialidades da publicidade e do jornalismo, um movimento conceitual decorrente nos foi também solicitado. Já que destituímos a centralidade das estratégias de comunicação (seus usos e sua efetividade) na investigação da experiência pública da dengue, para entendê-las como uma forma possível de interpretação em meio a outras (num processo social que é amplo, aberto e inusitado), tomamos a direção de olhar para o processo de conformação de campos problemáticos não pelo lugar do *engajamento*, mas pelo lugar do *acontecimento*. Como veremos ao longo da tese, tal lugar permite-nos compreender como a dengue inaugura-se como campo problemático (Deleuze, 2007; Queré, 1995, 2005), e é interpretada e vivida a partir de determinados quadros de experiência, dos quais sentidos emergem da força comunicativa, instituída nas interações (Ricoeur, 2005).

Dessa maneira, ao tomar *a dengue como acontecimento que se abate em meio a um jeito urbano de se viver*, interessa-nos investigar propriamente o poder de revelação (Deleuze, 2007) que ela carrega, num espaço público sempre por se determinar (como propõe Queré (1995) numa abordagem praxiológica). Por esse prisma, a experimentação pública de um acontecimento (como a dengue) não é organizada, no sentido estratégico do termo, mas perceptível, visível, solicitando um percurso interpretativo, conformado por uma indeterminação última. É assim que o acontecimento, como qualidade sensível da experiência (Queré, 1995), provoca operações de sentido, constituindo, junto aos sujeitos, um lugar de enfrentamento, em campos problemáticos inaugurados com um caráter público. E, como pondera Deleuze (2007), os sujeitos *suportam* o acontecimento produzindo, para isso, narrativas e discursos, pretensões de entendimento pelo menos possíveis de algo que não se constitui como fato acabado (Mouillaud, 2002), mas que sempre *advém* (está em constante *devir*). Nesse entendimento, o acontecimento cai na vida dos sujeitos como força disruptiva, causando fissuras e colorindo uma experiência que se vive e que está sempre por se viver.

O conceito de acontecimento torna-se, portanto, essencial para a própria superação pretendida a uma perspectiva de efeitos, ao se estudar aqui a temática da experiência pública. Nesses termos, a comunicação não é tomada como *atribuição* que estimula e gera campos problemáticos, mas como possibilidade mesma da conformação de uma interação pública sempre indeterminada, aberta, inusitada. Decorrentes disso, nossos esforços se dirigem a investigar como se desenha um *percurso interacional*, inaugurado pela força da dengue como acontecimento, a partir de formas singulares de experiência pública encarnadas no jornal impresso diário e no anúncio publicitário governamental. Tentaremos vislumbrar que as materialidades, embora lançadas ao mundo por pulsões estratégicas,



constituem-se como interpretações do acontecimento e se colocam num lugar de enfrentamentos e de estranhamentos, junto a outras interpretações.

Apenas interpretações? Veremos que esse percurso interacional do acontecimento não pode se resumir somente ao sentido que os sujeitos produzem sobre a dengue, em estranhamento e enfrentamento com outros sentidos. Se assim pensássemos, de algum modo estaríamos privilegiando o componente hermenêutico da experiência – o que muito provavelmente nos levaria a uma incongruência com relação ao que apostamos: cairíamos na sedutora armadilha de tomar a experiência da dengue apenas como o conhecimento (sentido) que se produz sobre ela – talvez um risco inconsciente de um paradigma moderno que ainda dita o nosso tempo, como também de uma cultura hermenêutica predominante nas ciências humanas. É Gumbrecht (2010) que nos alerta com relação a esse aspecto, e nos faz pensar que a experiência da dengue também produz uma *presença* – relação necessariamente espacial e corpórea com o mundo das coisas. Por enquanto, deixamos apenas essa pista para fisgar sua leitura. É nossa aposta que seus olhos, caro leitor, não se desgrudem tão cedo dessas linhas. Diante disso, a metáfora de Bakhtin é, em parte, esclarecedora: os sentidos de um problema público encontram-se abertos, indeterminados, e aparecem no fluir de interações ininterruptas e sem comando. Entretanto, o entendimento da experiência não pode se restringir ao desvelamento desses sentidos. Há algo que também emerge na interação, junto ao movimento dos corpos que segue no próprio fluxo contínuo e inacabado das águas. No próprio *acontecer do acontecimento*.

### **Sujeitos da comunicação**

“Faça sua parte”, frase que interpela o sujeito comum, retirada de um anúncio impresso da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). “Eu fiz tudo direitinho, mas nem todos fazem sua parte”, é o que diz Dona Waldívia, celebrizada também num anúncio da PBH, e que teve sua filha morta pela dengue. “Minas abre guerra contra a dengue”, manchete estampada numa das capas do Jornal Estado de Minas. São esses alguns respingos comunicativos encontrados nas materialidades, e que nos inspiram a problematizar como subjaz nessa tese a ideia de *sujeito da dengue*, ou, sujeito que experimenta o problema público da dengue. Obviamente, nos âmbitos estratégicos em que essas materialidades são produzidas, há pretensões próprias, ligadas fortemente a um projeto de efeitos, empreendido pelos profissionais que ocupam os campos da publicidade e do jornalismo: como irão reagir os cidadãos de Belo Horizonte a esse anúncio? Quais impactos será capaz de trazer? Que efeitos provocará a manchete de capa do jornal? Quantos jornais serão vendidos? Quantos casos a menos de dengue serão projetados depois da veiculação dessa campanha?

Não é de se espantar que a visão de sujeitos, nos campos estratégicos que produzem materialidades, seja ainda atraída por uma noção hipodérmica: afinal de contas, os gastos com a concepção, com a produção e com a logística das materialidades devem ser justificados junto aos setores que as viabilizam, em termos de “metas e de resultados concretos”. Por isso, no caso das estratégias de comunicação, as pressões para tangibilizar o intangível e para dar concretude ao abstrato acabam, grande parte das vezes, se materializando nas supostas *reações* dos sujeitos interpelados pelas estratégias – como se os mesmos fossem entidades mensuráveis, previsíveis, acabadas, e mais ou menos estáveis. A rotina de quem trabalha com produtos da comunicação acaba sendo uma interminável aposta, que combina, muitas vezes, um exaustivo uso de probabilidades e de estudos quantitativos de influência da comunicação sobre os comportamentos dos sujeitos – como forma de justificar os recursos empregados –, com um apelo esotérico a mandingas e a rituais de sorte – rogando aos bons ventos que provoquem os efeitos pretendidos! Brincadeiras à parte, justamente pela comunicação se constituir por um movimento ininterrupto e inacabado, os profissionais que dessa atividade fazem seu ganha-pão se veem implicados num contínuo dilema de controle: necessitam apostar que sobrepujam algo (aquelas *reações* dos sujeitos) que, *ao fim e ao cabo*, sabem ser impossível de se dominar.

Contudo, é relevante perceber que, no campo da comunicação, alguns trabalhos acabem também privilegiando uma visão subjacente de sujeitos, baseada numa perspectiva de efeitos, sem que isso esteja claro em princípio<sup>17</sup>. Para aproximar da temática desta tese, em que navegamos pela relação entre dengue e experiência pública, podemos citar como exemplo alguns estudos que pretendem investigar as relações entre comunicação e democracia<sup>18</sup>, tomando como aportes conceituais as teorias democráticas para o entendimento da experiência pública contemporânea. Ao assumir modelos epistemológicos

---

<sup>17</sup> Como se verá, não tratamos aqui daqueles trabalhos que assumem declaradamente uma perspectiva informacional, voltada à noção de efeitos. Apresentaremos alguns exemplos mais complexos de estudos que se apropriam de teorias de outros campos e, mesmo que não tenham intenção explícita, acabam caindo numa perspectiva de efeitos, com foco nas reações dos sujeitos, postas sob questão.

<sup>18</sup> Aqui podemos citar principalmente os estudos que se baseiam em autores da chamada “Democracia Deliberativa” – que busca entender como as democracias contemporâneas se constituem essencialmente de processos comunicativos empreendidos pelos sujeitos diante de questões controversas e coletivas (Maia, 2009; Maia e Gomes, 2008; Coelho e Nobre, 2004; Mafra, 2006; Marques, 2009, etc.). A noção de democracia deliberativa aparece nos estudos de Habermas (1997), Dryzek (2004), Cohen (1997), Bohman (2000) e Avritzer (2000), e se baseia em alguns princípios de discussão pública (racionalidade, publicidade, visibilidade, acessibilidade) que orientem a comunicação entre os sujeitos, de modo que esse processo seja capaz de forçar a revisão e a geração de regras, sendo estas baseadas na força do melhor argumento. Tais regras seriam capazes de se dirigir tanto ao sistema normativo constituído pelas leis e pelo direito, quanto ao sistema de normas da cultura, que estabelece a convivência cotidiana entre os sujeitos. As características dessa comunicação na esfera pública apresentariam importante papel em democracias contemporâneas complexas e pluralistas: estabeleceriam uma vinculação explícita entre a validade das normas e a sua facticidade e existência concreta (Habermas, 1997), a partir de um processo que imprimiria legitimidade pública perante os sujeitos e vinculação democrática às leis e ao direito.

de disciplinas nomotéticas – que buscam “percepções verificáveis sobre regularidades processuais nos fenômenos sociais” (Braga, 2008, p. 74) – ou normativas (baseadas em leis e normas gerais que buscam enquadrar os fenômenos) – ou ainda em “proposições abrangentes derivadas de elaborações ensaísticas ou de especulação filosófica” (Braga, 2008, p. 75), tais estudos podem acabar não ajudando no “esforço de desentranhamento do ‘objeto comunicacional’” (Braga, 2008, p. 75). Adiante, no item 1.3 *Abordagem Metodológica*, esse risco epistemológico será tratado com mais vagar; mas, por ora, vale observar que, por não buscarem propriamente as *distinções comunicacionais* de fenômenos da vida social, “as teorias das áreas vizinhas que se põem como auxiliares de nossa pesquisa [*podem exercer*] uma atração desviante”, e “um desses desvios ocorre quando o caso estudado serve para confirmar os postulados de uma teoria” (Braga, 2008, p. 77).

Mas em que esse problema epistemológico tem a ver com uma visão de sujeitos da comunicação, baseada numa perspectiva de efeitos? Muitas vezes, por exercerem um desvio do problema comunicacional, as teorias emprestadas acabam, por sua vez, privilegiando as compreensões de comunicação e de sujeitos que são cunhadas na área de origem em que são elaboradas. Dito por outras palavras e aproveitando o exemplo anterior, se as teorias lançam uma robusta problemática sobre democracia e modelos normativos, tomando periféricamente a comunicação como um processo de *atribuição* – de produção e de circulação de informações, avaliado e problematizado a partir de regras ideias democráticas, com propósitos definidos – o foco dessas questões parece induzir mais a uma tentativa de confirmação dessas teorias por parte do pesquisador (enquadrando as realidades comunicacionais pulsantes e dinâmicas) do que a um tensionamento que uma visão da comunicação pode provocar, em diálogo com os objetos e com a própria teoria democrática<sup>19</sup>. Nesse ínterim, os sujeitos da comunicação tendem a ser sempre avaliados segundo suas *reações* frente à comunicação – de acordo com os modelos ideais de comunicação democrática, responsáveis por estabelecerem juízos de valor em termos de ganhos e perdas de legitimidade e de vinculação às normas instituídas.

Se tomássemos esse molde para se estudar dengue e experiência pública no campo da comunicação, poderíamos perguntar: como reagem os sujeitos às informações da dengue em Belo Horizonte? Que caráter democrático possuem as campanhas e a mídia, em termos de abertura para o debate e para a deliberação pública? Como avaliar a mobilização social e a discussão pública em termos de envolvimento coletivo no período x, y ou z? Em meio aos estudos da ciência política que se emprestam ao campo da comunicação, é válido também ressaltar que uma abordagem ligada aos sujeitos da comunicação aparece

---

<sup>19</sup> Veremos adiante que não advogamos nessa tese que o objeto da comunicação deva ter um desenho teórico rigoroso e fechado num campo específico; mas defenderemos, na perspectiva de Braga (2008) que a pesquisa em comunicação provém de um tensionamento entre teorias de outros campos, objetos empíricos recortados e um paradigma da comunicação elencado.

bastante vinculada à noção de *preferência*. Essa visão implica descobrir os motivos envolvidos nas escolhas que os sujeitos fazem, bem como os comportamentos que imprimem ao mundo, diante de questões coletivas. Por exemplo, do ponto de vista liberal, (Habermas, 1995), as preferências públicas dos sujeitos são vistas como dadas, sendo que a comunicação existe para expor publicamente algo que é construído em suas próprias mentalidades, e para estimular mudanças individuais das preferências, a partir de novas informações. Por essa ótica, se há ignorância de um sujeito acerca de uma questão coletiva, há desinteresse ou falta de informação. Já do ponto de vista deliberativo (Habermas, 1995) as preferências não existem *a priori*, mas se constituem coletivamente, a partir de uma racionalidade construída em debate público. Aqui, aparece, de certo modo, uma inspiração iluminista na visão de sujeitos, sendo estes dotados de vontade própria e de uma racionalidade capaz de guiar suas escolhas públicas e suas opções de engajamento coletivo.

No caso da relação entre comunicação e dengue, como se constituiria esse sujeito? De um ponto de vista liberal, seria ignorante por não possuir informações, ou por ser desinteressado? De um ponto de vista deliberativo, conformaria suas preferências (para engajamento coletivo e para compreensão da dengue como um problema público) na medida em que fosse convencido pela força do melhor argumento, disposto publicamente num processo de debate público? No caso das campanhas e da mídia, estariam estas aptas a provocarem o interesse, a disponibilizarem informações, a estabelecerem processos de debate público, baseados em regras democráticas desejáveis? Que sujeito da comunicação é esse: ora ignorante, ora plenamente capaz de empregar sua razão para escolher suas preferências a partir de argumentos disponibilizados publicamente?

Uma discussão importante e necessária sobre sujeitos é posicionada por Vera França (2006), no artigo “Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação”. França revisita as principais noções de sujeito que aparecem nos estudos em comunicação, inspiradas pelo uso e pelo empréstimo de teorias cunhadas em outros campos, e levanta problemas em tais noções<sup>20</sup>. Em linhas gerais, é possível notar que, mesmo que a

---

<sup>20</sup> As principais noções revistas por França (2006) são: (i) *sujeito funcional*: é cunhado pelos estudos funcionalistas ou inspirados pelo paradigma informacional, e cai na armadilha da perspectiva dos efeitos; (ii) *sujeito do discurso*: aparece nos estudos sobre textos e linguagem e pode ser guiado pela armadilha internalista das análises textuais – que não considera o caráter comunicacional, vivo e dinâmico, do objeto da comunicação; (iii) *sujeito social*: é concebido pelas abordagens sociais, sócio-históricas e culturais; é o sujeito no mundo, visto como classe, marcado por variáveis (renda, escolaridade, economia, gênero), e exposto à ação da mídia num lugar conformado socialmente. O risco desses estudos é abordar o sujeito fora da experiência, como se ele estivesse de um lado, e a experiência de outro (risco sociologizante); além disso, o interesse pelo conhecimento do social pode suplantar o interesse pelo processo comunicativo. Por isso, retomando o exemplo do sujeito cunhado nos estudos de deliberação pública, abordar o ingresso do sujeito social na esfera pública não se constitui necessariamente por uma análise comunicacional, já que, para a autora, falar em *sujeito*

comunicação apareça ligada ao entendimento dos sujeitos nessas teorias, o eixo dessas abordagens não se dirige ao *sujeito da comunicação*, mas à *comunicação na constituição dos sujeitos*:

quando a sociologia fala de sujeito social, ela tem claro o que quer dizer, e essa conceituação serve à análise sociológica (idem a ciência política com o conceito de sujeito político). Quando o analista do discurso fala em sujeito enunciador, este conceito orienta e conduz seu trabalho analítico. Já as abordagens comunicacionais usam essas mesmas referências para fazer uma análise que não é propriamente sociológica, ou política, nem é só do discurso (França, 2006, p.76).

Ao observar esse cenário, Vera França não luta por uma definição isolada de sujeito, mas advoga por um *olhar comunicacional*, capaz de tomar os mesmos sujeitos que as outras disciplinas vislumbram, imprimindo formas de compreensão, de análise e de recorte, próprias a problemas comunicacionais: “o sujeito da comunicação é um sujeito social; ele é também, indubitavelmente, um enunciador de discursos ou um leitor de textos. Mas ser sujeito da comunicação ou em comunicação significa algo mais específico” (França, 2006, p. 76). Sujeitos da comunicação são vivos; seguem em meio a um fluir ininterrupto de interações, num caldo social e (con)textual que jorra e deita sentidos, em gestos que dizem do mundo e de si próprios. Por isso, são sujeitos *em ação recíproca*, sujeitos *em relação*.

França segue por esse caminho interpretativo, convocando noções desenvolvidas por G.H. Mead, E. Goffman e L.Quéré. Em Mead, compreende que esse sujeito é enredado numa teia de relações, mediadas discursivamente: são as relações – com o outro, com a linguagem e com o simbólico – que o constituem. Por isso, *sujeito no plural*, sujeitos interlocutores, que

falam um com o outro, produzidos nos e pelos laços discursivos que os unem. [...] Estes sujeitos em interação são claramente sujeitos em comunicação – um sujeito que produz gestos significantes para afetar o outro, sendo antecipadamente afetado pela provável e futura afetação desse outro. Trata-se de uma situação de co-presença e mútua afetação, vivida através da materialização de formas simbólicas (gestos significantes). (França, 2006, p.77-78).

É dessa maneira que os sujeitos da comunicação não antecedem a relação (seja ela de conjunção, de enfrentamento, de associação ou de conflito), mas se constituem e resultam dela, na medida em que engendram tais gestos de sentido e projetam expectativas e movimentos que são recíprocos. E a forma desses movimentos – a forma da interação,

conforme desenvolvida por Goffman<sup>21</sup> – apresenta-se, segundo França (2006, p.80), como chave analítica relevante para se pensar os sujeitos:

a tomada de consciência dos sujeitos não é instruída apenas por sua inserção em uma situação singular vivida na presença de outro, mas pela interposição de situações específicas e modelos ordenadores, pelo confronto em uma situação singular e a experiência passada de outras situações (a ordem social).

Por esses termos, os sentidos produzidos pelos sujeitos ao vivenciar a dengue coletivamente aparecem em gestos, vinculados a situações e a formas de interação: é em meio a elas que os sujeitos se afetam, mútua e reciprocamente, mergulhados em expectativas e em contextos específicos, interpondo situações singulares com experiências anteriores. Para Goffman (que se baseia na sociologia formal de G. Simmel), essas formas são cristalizadas socialmente, e acolhem interações que obedecem a modelos estabelecidos, orientadores do reconhecimento de papéis e do desempenho dos atores. As materialidades estratégicas – que, por sua vez, são gestos significantes de instituições e de outros sujeitos – são tomadas por essa lógica: produzem formas de interação, interpretadas em meio a outras formas (família, trabalho, cotidiano, lazer); afetam os sujeitos, que por sua vez produzem gestos que afetam a interpretação das materialidades e a outros sujeitos, num processo ininterrupto. Aqui, não se aplica uma visão de efeitos, que só faz sentido quando a comunicação é tomada como processo transmissivo – e não interacional. E, em termos comunicacionais, as preferências e as visões dos sujeitos, quando retalhadas, congeladas e quantificadas, não dizem muito – ou quase nada – de aspectos propriamente comunicacionais do problema público da dengue.

Contudo, para além da escolha da ideia de “formas cristalizadas” na compreensão dos sujeitos da comunicação, França recupera Queré (2003), que aborda o tratamento das formas a partir do conceito de “público”. Para o autor francês, público pode ser tomado enquanto “forma”: representa uma configuração provocada pela vivência de uma dada situação:

o sentido de público não advém de sua dimensão coletiva, numérica, nem pelo partilhamento de representações e valores, mas por uma ação comum. Um público surge quando determinados acontecimentos, produtos, obras projetam (estabelecem) um “contexto institucional, uma situação que provoca sentido e propicia às pessoas envolvidas passar pela mesma experiência (“sofrer a mesma experiência”) (França, 2006, p. 80-81).

---

<sup>21</sup> Goffman procura identificar as características das interações como formas: “elas estão inscritas em contextos, acontecem num tempo e lugar precisos (o contexto é um dos seus elementos ordenadores); são fundadas em expectativas reciprocas (cada modelo orienta padrões definidos de comportamentos); constituem ações coordenadas (os movimentos dos atores se ajustam mutuamente); utilizam-se de categorias identificatórias (marcas que as especificam); têm um caráter indicativo e promissório (as interações apontam e prometem algo)” (França, 2006, p.79).

Essa visão de público será explorada em vários momentos deste trabalho, mas por ora, ela oferece elementos preciosos: os sujeitos da comunicação são sujeitos em *ação recíproca*, vivendo e passando por uma experiência (e não necessariamente enquadrados em formas de interação cristalizadas); são sujeitos afetados por uma determinada situação, constituídos na ação. O público, por esses termos, não existe aprioristicamente; ele se faz e emerge, provocado pela força de um acontecimento. São sujeitos interlocutores, em experiência, participando simultaneamente de vários contextos institucionais, que se superpõe e dialogam. Nesse sentido, “tomar a interação como pressuposto é mais que analisar suas formas, é analisar a comunicação como lugar de força – como lugar, espaço ou forma que suscita a ação (intervenção) e permite/acolhe a mudança, o imprevisível” (França, 2006, p.85), por meio de gestos materializados de inúmeras maneiras.

É por conta disso que compreender o problema público da dengue como acontecimento, além de ser favorável a uma superação de uma perspectiva de efeitos – já que toma os sujeitos como afetados (agentes e pacientes), e não como ignorantes ou como superracionalizados – é também favorável à superação de uma abordagem sociologizante, em que as coisas e os objetos do mundo parecem estar sempre externos às experiências dos sujeitos<sup>22</sup>. É por isso que nós, sujeitos em comunicação, não estamos condenados a uma eterna desencarnação moderna das coisas do mundo, e não nos reduzimos à condição de produtores de sentido. Nossa experiência, lembra Gumbrecht (2010), é feita por gestos, uns significantes, outros assaltados por coisas que o sentido não consegue transmitir.

## **Mídia**

Em consonância com as duas abordagens anteriores, subjaz nessa tese uma visão de mídia posta sob a égide de um paradigma relacional da comunicação – questão que passa a ser determinante no modo como apanhamos o anúncio e o jornal impressos para investigar formas de experiência pública com o problema da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. De início, é válido considerar que, na linha dos estudos de *Mead*, podemos tomar *mídia* como determinados gestos significantes de um processo interacional, cujas formas simbólicas se materializam a partir de inscrições de sujeitos propiciadas pelo uso de alguma técnica. Tal técnica incide de modo decisivo sobre o gesto significativo que, materializado, ganha autonomia e passa a ter existência no mundo – a depender da estabilidade, da permanência e do caráter que a técnica imprime ao gesto.

---

<sup>22</sup>Por conta disso, esperamos que uma das contribuições dessa pesquisa se volte às expectativas empreendidas no uso de estratégias de comunicação para mobilização social. Relativizar o caráter muitas vezes “mágico”, atribuído às estratégias de comunicação (como “fórmulas eficientes de estímulo”, dirigidas ao *engajamento* dos sujeitos) e revelar seus embates em campos problemáticos com outras forças comunicativas, representa uma tentativa de ampliar a compreensão dos processos sociais e da própria experiência dos sujeitos, diante de um problema público.

A materialização do gesto significativa a partir do uso de alguma técnica é um processo que ganhou relevância e intensificação no período em que Gumbrecht (1998) chama de “modernização epistemológica” – quando o mundo ocidental passava por alterações significativas no que tange à relação do sujeito consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Em termos históricos, tal período tem início nos anos de transição entre o final da Idade Média e o início da Moderna, e tem como símbolo maior a invenção da Imprensa. Não por acaso, a passagem do manuscrito para a impressão produz marca social indelével: segundo Gumbrecht (1998), o que se apresenta como expressivamente novo, a partir de então, é a interferência, como nunca antes sentida, que as formas e que os meios técnicos de comunicação passam a exercer nas mentalidades dos sujeitos e na ordem social. Como *instituída* porém *instituinte* de gestos significantes, a escrita materializada e reproduzida tecnicamente produz novas formas de interação, questão que fatura de modo singular a experiência e a organização da sociedade.

De modo mais imediato, Gumbrecht (1998) aponta que o surgimento da Imprensa traz um novo problema aos sujeitos em sociedade: a emancipação dos textos e a sua interpretação, enquanto partes constituintes de um novo modo de vida. Como será abordado no próximo item, “A experiência e o texto”, a circulação dos textos escritos, cunhados sob um aparato técnico, expressa um fenômeno novo: o corpo dos homens é visivelmente separado do veículo de sentido – a materialidade escrita –, de modo que aspectos como *intencionalidade* e *autoria* aparecem para tentar resolver o problema da instabilidade do sentido, nos textos materializados por máquinas. Gumbrecht (1998) ressalta que essas materialidades constituem processos sociais quase invisíveis, mas que afetam significativamente os demais sistemas sociais (economia, política, literatura, etc.). É por esse raciocínio que o autor vislumbra a interferência de processos comunicativos materializados tecnicamente na ordem social e nas mentalidades: eles passam a ser geradores de um cenário em que novas formas de interpretação, de uso e de experiência social são solicitadas. É importante salientar que Gumbrecht (1998) não realiza uma passagem apressada, quando aborda as relações entre manuscrito e texto impresso; muito menos, trabalha com um paradigma evolucionista – como se a Imprensa fosse a evolução das formas manuscritas, de modo que o desenvolvimento técnico substituísse o texto manuscrito. A questão é que, afetando a ordem social, os textos impressos instituem práticas até então desconhecidas, que se inscrevem nas próprias relações entre aqueles e os sujeitos. Todavia, do ponto de vista da experiência, Gumbrecht (1998; 2010) também evidencia: a materialidade escrita não apenas traz *um novo problema de interpretação*, mas, acima de tudo, um *novo problema à interpretação* – na medida em que não poderíamos reduzir as experiências constituídas pelos textos impressos a um sentido que se tem deles.



Tal discussão se localiza em meio a uma ampla problematização das formas técnicas de comunicação, constituídas nos tempos modernos, definidas por Gumbrecht (2010, p. 38) como *materialidades da comunicação* – que seriam “todos os fenômenos e condições que contribuem para a produção de sentido, sem serem, eles mesmos, sentido”. É assim que Gumbrecht (2010, p. 38-39) aceita a singularidade da significação produzida pelas materialidades, mas, por acreditar numa relação dos sujeitos com o mundo não fundada exclusivamente no sentido, também destaca o que ele chama de *produção de presença* como um movimento próprio desses fenômenos técnicos:

se producir quer dizer, literalmente, “trazer para diante”, “empurrar para frente”, então a expressão “produção de presença” sublinharia que o efeito de tangibilidade que surge com as materialidades de comunicação é um efeito em movimento permanente. Em outras palavras, falar de “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. Pode ser mais ou menos banal observar que qualquer forma de comunicação implica tal produção de presença; que qualquer forma de comunicação, com seus elementos materiais, “tocará” os corpos das pessoas que estão em comunicação de modos específicos e variados – mas não deixa de ser verdade que isso havia sido obliterado (ou progressivamente esquecido) pelo edifício teórico do Ocidente, desde que o cogito cartesiano fez a ontologia da existência humana depender exclusivamente do pensamento humano.

Por essa perspectiva, Gumbrecht (2010) não abdica do sentido, mas é questionador com relação a certa hegemonia da interpretação – tomada como exclusivo componente das materialidades da comunicação – e a certo tipo de interpretação, que parece sempre procurar por sentidos quase sempre “profundos” ou “ocultos”, “que anulam a capacidade de lidar com o que está à nossa frente, diante dos olhos e no contato com o corpo”<sup>23</sup>. Na proposta do autor, as materialidades da comunicação se constituem por uma tensão entre componentes de sentido e de presença. Nesse momento, impossível não recordar da infância: as provas reproduzidas no antigo mimeógrafo carregavam os desafios de português e de matemática, e perfumavam a sala e a pele com o cheiro de álcool. Quando a máquina de Xerox ganhou popularidade, a quentura das provas fotocopiadas esquentava as mãos naqueles horários frios da manhã, durante as aulas no inverno. A leitura do jornal, no início de cada dia, traz o cheiro do papel, e suja as mãos com a tinta impressa, borrando, com a ponta dos dedos, a brancura impassível da xícara. É assim que a experiência com tais materialidades é, também, uma experiência de presença, e a tipologia de Gumbrecht (2010, p.106) “serve para sugerir a simples possibilidade de um repertório não exclusivamente hermenêutico de conceitos”. No item seguinte, iremos tratar com mais vagar desse aspecto, mas por ora, vale ressaltar que, no bojo da ideia de materialidades da

<sup>23</sup> Citação feita por Marcelo Jasmim, na apresentação da edição em português da obra “Produção de Presença”, de Gumbrecht (2010).

comunicação, podemos revelar a noção que propomos, nesse trabalho, para pensar o termo *mídia*: o aspecto comunicacional do cenário social moderno diz da relação entre os sujeitos, da experiência dos homens, de um fluir de interações realizado com materialidades que solicitam gestos de interpretação e de tangibilidade (como ações recíprocas). Antunes e Vaz (2006, p. 44-45), ao problematizarem a noção de *mídia* parecem caminhar em perspectiva afim, quando afirmam que

de saída, mídia pede uma definição, para além de um aparato técnico (da qual ela se compõe) e de uma forma discursiva (que ela permite produzir). A mídia é, então, algo capaz de transmissão que permite uma modalidade de experiência assentada no transporte e deslocamento incessante de signos. Tal processo de midiáticação, muito mais do que meio, afigura-se também para além de um estado. A melhor tradução de seu processo é a de um fluxo onde se dão as operações, onde se mesclam e entrecruzam mundos simbólicos e materiais que tem os meios à montante e à jusante, e que em seu curso carrega grande parte das narrativas na contemporaneidade: cotidianas e institucionais, corriqueiras e especializadas, midiáticas e não midiáticas.

É por argumentação semelhante, assentada na relação entre materialidades, sujeitos (o que chama de mentalidades) e ordem social que Gumbrecht (1998) sugere que a discussão dos textos midiáticos deve ser acrescida de complexidade: sua proposta não parte de uma decupagem das formas de comunicação (separando-as, isolando-as e buscando características internas a elas), mas de um entendimento dessas formas na dinâmica viva da experiência – já que as materialidades não são autônomas e se inscrevem em meio a redes de relação. Qual a singularidade das formas de experiência com materialidades? Que gestos de sentido e de presença produzem a técnica? Que técnicas produzem gestos de presença e de sentido?

É por esse caminho que as materialidades podem também ser compreendidas pela ideia de *dispositivo*, trabalhada em Antunes e Vaz (2006). Tal noção compreende os gestos produzidos tecnicamente como: a) um certo arranjo espacial que se constitui; b) uma forma de ambiência (um meio em que) eles se dão a ver; e c) um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso. Por essa perspectiva, as materialidades – ou mídias – são compreendidas como *dispositivos* midiáticos que articulam:

1) uma forma específica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de significação, de estruturação de sentido; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes (Antunes e Vaz, 2006, p. 47).

É por esse ponto de vista que pretendemos problematizar o jornal impresso e o anúncio publicitário governamental como materialidades que encarnam formas de

experiência com o problema público da dengue, numa cidade como Belo Horizonte<sup>24</sup>. Ancorados nessa relação entre mídia e experiência, pretendemos decifrar alguns indícios desse processo, que possam ajudar a clarificar aspectos da interação dos sujeitos com mídias tão presentes no cotidiano e tão constitutivas da vida social moderna: a notícia da dengue estampada numa manchete; um anúncio publicitário, disposto num panfleto; uma frase convocadora à mobilização, descrita numa matéria jornalística. E na visão relacional da comunicação, proposta nessa tese, é possível adotar como pressuposto que o anúncio publicitário e o jornal impresso diário não se apresentam como o marco zero da constituição do sentido: como dispositivos, atenta Bougnoux (1999), operam como algo que “engloba, precede e transborda” os parceiros da comunicação: sejam os consumidores das notícias, os profissionais de publicidade, os jornaleiros e jornalistas, os colegas que ouviram a notícia por meio de outros colegas, e assim por diante.

Em momentos que se seguem na tese, é nosso interesse voltar a problematizar a impossibilidade de se encontrar um suposto marco zero de sentido. Mas por ora, vale considerar que reconhecemos, com a ajuda de Antunes e Vaz (2006, p. 49-50), o lugar de prescrição e de agendamento<sup>25</sup> da mídia: ela nos “oferta diariamente – na televisão, no rádio, no jornal, na internet – o ‘prato’ (ou a ‘ordem do dia’) que constituirá alimento de uma conversação social”, e, como dispositivo, é lugar que pretende convocar e coordenar a interação entre os sujeitos e suas falas, a partir do estabelecimento de uma dimensão pública – já que, ao buscarem a convergência da prosa social, projetam as interações “noutro plano e ali as põem em permanente circulação e rebatimento, instando os sujeitos a se tornarem seus interlocutores”.

Por outro lado também, não pretendemos aqui, de modo algum, oferecer ao leitor uma abordagem midiacêntrica da experiência. Reconhecemos a dimensão estruturante que o discurso midiático possui, tendo em vista as formas de comunicação que a modernização epistemológica institui, a partir da técnica. Contudo, o fato de a mídia rogar pelo agendamento, oferecendo substrato à conversação social, não indica que a mídia é a

---

<sup>24</sup> Optamos pela escolha do impresso (como será melhor justificado no item 1.3 – *Abordagem Metodológica*), mas entendemos, na perspectiva de Gumbrecht (1998), que a ideia de um gesto produzido tecnicamente já é fenômeno capaz de se abater incisivamente sobre a experiência. Nesse sentido, não há um julgamento sobre qual técnica se abate mais sobre a experiência; mas um entendimento de que a própria materialização provocada pela técnica (o que inclui registros digitais, impressos, audiovisuais, etc..) é capaz de evidenciar aspectos acerca do fenômeno das materialidades na vida social. Contudo, também não ignoramos que há particularidades nas materialidades – estas que não emergem de modo isolado, mas surgem em meio ao uso e ao desenvolvimento de formas técnicas. A questão é que, no desenho de nosso problema de pesquisa, interessa menos as especificidades entre as materialidades, e mais a noção de que a interação social é afetada na medida em que surge a técnica (com a modernização epistemológica), cunhando novas formas de comunicação que instituem processos peculiares na experiência de/com os homens.

<sup>25</sup> “Agendar significa instaurar processos de convocação e identificação dos sujeitos sociais para uma intensa prosa social e pública” (Antunes e Vaz, 2006, pg. 49).

instância, por excelência, produtora de experiências. A bem dizer, experiência e material de conversação não são sinônimos, e conforme atentam também Antunes e Vaz (2006, p. 43-59):

se a mídia for priorizada enquanto aparato sóciotécnico (instância da determinação), isso nos leva a minimizar a intervenção dos interlocutores, abandonando o processo comunicativo. Desta forma, seria reduzida a apreensão da dinâmica de produção de sentidos, fechando a compreensão da extensa “prosa” do mundo, que acontece paralelamente à intervenção dos meios de comunicação, marcada por eles ou à sua revelia. [...] São dois polos se forçando reciprocamente, os dispositivos e os sujeitos.

Na perspectiva do acontecimento, esse risco é bastante presente: a mídia não será tomada como âmbito puro que instaura o acontecimento – como se ela mesma não fosse afetada, por se localizar supostamente num lugar de fora da experiência. A mídia é tanto zona de afetação, quanto de interpelação; de apostas e de inserção dos acontecimentos numa cadeia de causa/consequência; é, ao mesmo tempo, acontecimento e *lócus* de interpretação/sofrimento/passagem; é “lugar de experiência e ao mesmo tempo um lugar que interpreta e reconfigura a experiência. Fala da experiência do mundo, mas faz parte dessa mesma experiência” (Antunes e Vaz, 2006, p. 51).

Nesse sentido, a mídia aqui não é vista como instância autônoma, mas como *materialidade da comunicação*, inscrita num amplo processo de significação e de tangibilidade espacial, que refigura a experiência não sem conflito, já que “o dispositivo midiático opera procedendo, por um lado, a um certo estilhamento de representação e, por outro, à sua mistura e recomposição” (Ibidem, p. 55). Por meio das materialidades da mídia é possível encontrar a manifestação de uma modalidade de experiência, de lugares em que a experiência se dá e é constituída – sempre com/por sujeitos: o jornalista que experencia a cidade e escreve; o fotógrafo que experimenta sua própria imagem; o cidadão que lê o jornal, e o (re) produz. Enfim, não chegamos à experiência por meio da mídia; ela é uma modalidade, um espaço de experiências. E o acontecimento, como qualidade sensível da experiência, fatura as materialidades e está nas materialidades – como lugares de se experimentar o mundo.

É por isso que consideramos parte nuclear de nossa tarefa investigar como a experiência pública da dengue, que possui natureza acontecimental, é tonalizada/modelizada pelas materialidades comunicativas do anúncio publicitário e do jornal impresso diário. Adiante, ao recuperarmos o conceito de acontecimento, é nosso intuito buscar como essa tonalização das materialidades revela práticas de interação e campos problemáticos constituídos, em meio a um jeito urbano de se viver e de suportar esse problema público. Nesse ínterim, apesar de tomarmos como corpos empíricos materialidades dessa natureza, não é nossa proposta adotar os estudos de cobertura como procedimentos metodológicos

de leitura e de problematização da empiria, para se pensar na relação entre mídia, dengue e experiência pública. Com relação a esse aspecto, vale desenvolver algumas ponderações.

Não vemos nenhum problema imanente vinculado aos estudos de cobertura como procedimentos de recorte e de mergulho metodológico nos materiais empíricos das pesquisas. Afinal, muitos deles podem inclusive ser úteis como pontos de partida e de problematização para se pensar a experiência social instaurada pelas materialidades da comunicação<sup>26</sup>. Nesses casos, as objeções principais que temos não se vinculam a esse tipo de estudos, mas ao paradigma comunicacional que os anima. Retalhar as matérias, selecionar enquadramentos isolados, em busca de “dissecar” o sentido da mídia representa um movimento típico de estudos informacionais, que não possuem alcance suficiente para superar uma visão transmissiva da comunicação. O que eles revelariam acerca da experiência – viva, pulsante e ininterrupta? Além disso, tal movimento poderia denotar um trajeto perigoso, no que tange à utilização do próprio conceito de acontecimento. Estudos de cobertura que partem de uma ideia transmissiva da comunicação poderiam tomar o acontecimento como o que a mídia diz o que este venha supostamente a ser – como se mídia e experiência social fossem coisas idênticas. Em completude a isso, resumir o sentido da dengue em Belo Horizonte como aquele que, em suposição, estaria “congelado, fixado e estável” na cobertura midiática é tarefa que certamente neutralizaria a possibilidade mesma de pesquisar a singularização da dengue como acontecimento, numa relação que engloba sentido e presença das materialidades – já que a experiência acontecimental refere-se muito mais a uma passagem e a um suportar do que a um conhecer.

Mesmo que optássemos por desenvolver um estudo de cobertura dos jornais e dos anúncios da dengue em Belo Horizonte, tendo em vista uma perspectiva relacional, consideramos que tal procedimento não seria ainda adequado para tensionar as questões conceituais fundantes na conformação de nosso problema de pesquisa. Falamos em materialidades da comunicação, e as tomamos como conformadoras de componentes de sentido e de presença. Como seria possível evidenciar a oscilação e a tensão que existe entre tais componentes, a partir de um estudo que privilegie apenas a cobertura sobre a

---

<sup>26</sup> Pesquisas recentes do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, tem trazido consideráveis contribuições a respeito da relação entre mídia e experiência pública, tomando como ponto de partida estudos de cobertura. As pesquisas de iniciação científica sobre os militares homossexuais (expulsos do exército brasileiro, que estamparam a capa da revista *Veja* e estiveram presentes em inúmeros programas de televisão) são reveladoras sobre os modos operatórios dos meios de comunicação e sobre reverberações singulares no ambiente midiático, disso que se apresentou como um acontecimento público na experiência social brasileira (Altivo, Silva, Cardoso e Antunes, 2010). A pesquisa de mestrado de Flávia Miranda sobre a presença dos jornais populares em Belo Horizonte também evidencia aspectos relevantes para se pensar que a experiência com esses jornais não se resume, de modo algum, a um estilo e/ou a um suposto conteúdo “sensacionalista” presente em sua proposta comercial e editorial, mas revela componentes de leitura, de presença e de sentido que tais jornais constituem, na experiência urbana em que são apanhados pelos sujeitos (Miranda, 2009).

dengue? Se nosso interesse não gravita em torno das experiências dos jornais e da publicidade (um caminho que seria válido), mas toma tais experiências como pontos de partida na investigação da experiência da dengue numa dimensão pública (o que implica a problematização de contextos e de uma relação constituída com tais materialidades para além do campo profissional em que elas são instituídas), fomos levados a adotar uma investida metodológica que se mostrasse reveladora ao nosso problema de pesquisa – tanto na busca por uma expressão das discussões conceituais, quanto na indicação da seleção do material pesquisado. E em relação a este último aspecto, a escolha do material se pautou, essencialmente, pela noção de *epifanias* que Gumbrecht (2010) utiliza.

Em linhas gerais, me orientei para seleção dos jornais e dos anúncios impressos que, de algum modo, expressavam algum tipo de uso e/ou de inscrição que os mesmos vieram a alcançar no meu cotidiano. Tudo isso será detalhado no item *1.3 Abordagem Metodológica*, mas, desde agora, posso enumerar dois exemplos: a) os jornais coletados eram aqueles que chegavam (e ainda chegam) ao meu local de trabalho; b) os anúncios impressos escolhidos foram aqueles que, de certa maneira, chegavam até meu cotidiano – seja no trânsito pela cidade, seja em locais os quais frequento e/ou por quais eu passo. Foram todos materiais que me *afetaram* com sua presença e/ou com algum sentido que avançava sobre meus olhos. Foi assim que segui a recomendação de Gumbrecht (2010) para *sujar as mãos*: parti de uma dimensão estética da minha experiência com essas materialidades para que pudesse levantar possibilidades da experiência de nós, sujeitos, envolvidos com o problema público da dengue. Afirmo que essa proposta não se apresentou como uma forma solta de coleta do material; deixei apenas que as materialidades me tomassem, que viessem à *deriva* (noção também detalhada adiante) de mim mesmo, mas que, quando irrompessem com sua força na interação, pudessem me mobilizar a tensionar conceitos e a pensar em inferências sobre a experiência acontecimental da dengue.

Nessa linha, tentei me investir da figura de um *pesquisador epifânico*, seguindo o que diz Gumbrecht (2010) quando afirma a possibilidade de se restabelecer contato com as coisas do mundo fora do paradigma sujeito-objeto, o que exige a afirmação da “substancialidade do ser” contra a tese da “universalidade da interpretação”. É assim que, para ele, a epifania

contém o estatuto de evento: em primeiro lugar (...), nunca sabemos se ou quando ocorrerá uma epifania. Em segundo lugar, quando ocorre, nunca sabemos que intensidade terá: não há dois relâmpagos com a mesma forma, nem duas interpretações de orquestra, com a mesma composição, que ocorram exatamente da mesma maneira. Finalmente (e acima de tudo), a epifania na experiência estética é um evento, pois se desfaz como surge (Gumbrecht, 2010, p. 142).

Foi dessa maneira que a relação epifânica estabelecida entre mim e as materialidades escolhidas se expressou: selecionei o material que, de algum modo, nem eu mesmo sei racionalmente explicar (Gumbrecht aponta que não há nenhuma estrutura de sentido e nenhuma impressão de um padrão de ritmo na epifania) e que me afetou quando chegou até a mim, com a força contida na temporalidade de um momento, impossível de se reproduzir. Esse caráter epifânico revela a “emergência de uma substância que parece surgir do nada”, de modo que “não existe experiência estética sem epifania, isto é, sem o evento da substância que ocupa o espaço” (Gumbrecht, 2010, p. 144). Diante disso, não houve busca deliberada ou escolha racional: o material selecionado para a pesquisa foi aquele que ocupou/bloqueou os espaços das minhas práticas de escrita e de experiência de pesquisador, durante o período dedicado à realização desse doutoramento. Assim, nessa abordagem escolhida, foi inevitável sujar minhas mãos, com minhas epifanias sobre a dengue<sup>27</sup>.

Por fim, tendo o pensamento de Gumbrecht (1998; 2010) como inspiração para expressar nossa visão sobre mídia, é válido ressaltar que podemos também tomar as materialidades da mídia como textualidades. Como vimos, textos são gestos significantes e tangíveis no espaço, que afetam outros sujeitos e são também afetados, na medida em que interpretações e vivências emergem e alteram os sentidos que eles teimam em instituir. Diante disso, a textualidade pode ser uma boa metáfora para se compreender os problemas em comunicação, em épocas de modernização epistemológica. Os textos supõem um gesto de interpretação e outro de presença: existe um sentido para além do texto? Como entender os processos de interação dos sujeitos com os textos? Como compreender de modo mais aprofundado a ideia de textualidade como metáfora para a própria compreensão das materialidades e do processo comunicativo?

Tais questões serão abordadas no próximo item, *A experiência e o texto*. Contudo, para concluir nossa abordagem sobre mídia – que estará sub-repticiamente exposta ao longo de toda a tese – recuperamos um ponto de cautela expressado por França (2006): a metáfora da textualidade deve se precaver para passar longe da armadilha internalista das análises textuais. Por ora, vale dizer que os textos são bons modelos para se compreender os processos comunicativos porque a própria análise comunicativa não se deve restringir ao exame de um texto, ou da caracterização de um sujeito, “mas do movimento dos textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções” (França, 2006, p. 86). A autora nos diz que é neste movimento que os sujeitos (agentes e pacientes dos processos comunicativos) ganham existência – e é onde podem ser apanhados. E, em raciocínio

---

<sup>27</sup>Por conta disso, como já vimos em *Prolegômenos*, não foi relevante nessa pesquisa o critério de seleção do material empírico tendo em vista jornais impressos e anúncios publicitários de diferentes veículos/instituições.

continuado: é neste mesmo movimento que também os textos – vulgo mídia – podem ser tomados como objetos de estudos comunicacionais.



## 1.2 A experiência e o texto

Se o amigo interlocutor ou a amiga interlocutora ainda tomam parte comigo nessa interação mediada, certamente já perceberam que, como pontos de atenção em tensionamento, dois substratos teóricos atravessam o problema de pesquisa, são determinados por ele e, no mesmo lance, o determinam: o tema da experiência e o tema do texto. Durante os três tópicos anteriores, é possível reconhecer como essas duas noções se mostram caras ao entendimento que imprimimos, no campo da comunicação, ao problema público da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Falamos de comunicação e recorremos à visão de experiência para dar conta do problema relacional. Falamos de sujeitos, e apresentamos a questão da ação recíproca para compreendermos os sujeitos da comunicação como aqueles que passam por experiências, em inúmeros contextos superpostos e porosos. Falamos de mídia, e, esposando-a com a experiência, levantamos as visões de dispositivo e de texto, de modo a compreendermos os gestos significantes e tangíveis, produzidos por técnicas e encarnados em materialidades circulantes. É válido ressaltar que não temos aqui a pretensão de realizar uma ampla revisão conceitual sobre experiência e texto. Temos o propósito de explicitar de quais fontes jorram as significações – e quiçá, as presenças – que desejamos lançar mão ao tratar desses dois aspectos ao longo de nossa pesquisa.

### ***Modos de se relacionar e campo condensado de forças***

Como já anunciado, nosso principal desafio em relação ao tema da experiência<sup>28</sup> é buscar a superação de uma visão racionalista, funcional, ou mesmo empiricista, marcas de um movimento epistemológico antropocêntrico, inaugurado pela modernidade<sup>29</sup>. Segundo

---

<sup>28</sup>A noção de experiência aqui empregada tem suas principais bases no pragmatismo americano do filósofo John Dewey (1980), e nos estudos sobre experiência estética de Hans Gumbrecht (1998; 2010). Foram utilizados também enfoques dos estudos hermenêuticos, a partir de Paul Ricoeur (1991), e da perspectiva histórica de Reinhart Kosseleck (2006). Buscamos apoio do mesmo modo nas visões do pesquisador francês Louis Queré (2005, 2007), inspiradas, essencialmente, na perspectiva deweyana, e ampliadas a partir de outras contribuições. Alguns autores não aparecem nessa seção, mas serão desvelados, ao longo do trabalho, quando as discussões solicitar-lhes a presença.

<sup>29</sup>Também não advogamos filiação a determinadas formulações teóricas críticas sobre a vida moderna que enxergam uma suposta perda de “autenticidade” da experiência, provocada pelo modo de vida capitalista – com seu traço alienante e seu impulso massificador. Como veremos, não adotamos a visão marxista clássica (apesar de não desconsiderarmos a contribuição de seu viés crítico-analítico), nem particularmente a primeira geração da Escola de Frankfurt – que muito inspirou a formulação do conceito benjaminiano de experiência. A propósito, talvez devêssemos falar em *conceitos benjaminianos* de experiência, uma vez que, segundo Bessa (2006: web), “Benjamin se situava num posicionamento teórico plural: por vezes, denotava as mazelas da sociedade moderna na qual estava inserido, revelando um sentimento nostálgico em relação a uma experiência perdida. Em outros momentos, ensaiava alternativas possíveis para a elaboração de novas experiências,

Queré (2007), tal visão – que impera também em grande camada do senso comum – toma a experiência como um conjunto de impressões das coisas e dos acontecimentos da vida, constituído por um sujeito dotado de capacidades sensoriais, que revela / desvela o mundo a partir de uma significação pessoal, fruto de suas ações passadas. “Este é um homem de experiência”, é o que comumente escutamos quando alguém é adjetivado por sua suposta capacidade de significar as coisas, a partir de uma vivência subjetiva, constituída de ações às quais foi “capaz de realizar”. A propósito, em outro texto, Queré (2005, p.59) aponta que essa perspectiva toma a ação como resultado de “sujeitos movidos por razões de agir, por motivos ou por interesses, e menos a uma afecção por acontecimentos e por mudanças, nos objetos ou nas situações, no decurso da própria organização da experiência”.

Nessa abordagem, os sujeitos parecem se portar tal quais “detentores da experiência”, de modo que o mundo e o ambiente que os circundam estão a serviço de, como massas amorfas que aguardam por um molde. Em Dewey (1980), encontramos uma saída a essa visão: para o filósofo americano, a vida é fruto de uma relação contínua entre criatura e ambiente, tanto em termos fisiológicos quanto simbólicos, e, por isso, de modo geral, podemos entender primeiramente experiência como essa transação entre um organismo e um ambiente que o rodeia, em que cada um é afetado pelo outro e age segundo sua constituição. Por esses termos, criatura e ambiente são fatores, partes co-

---

tendo como inspiração, principalmente, as obras de Bergson, Baudelaire, do surrealismo, assim como o uso do haxixe e o cotidiano das crianças”. Interessante notar que Benjamin (1987, p.114-115), em *Experiência e Pobreza*, ressalta um mundo pobre em autenticidade e fraco em vínculo coletivo, no período pós-primeira guerra mundial: “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem (...). Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie”. Nesse momento, Benjamin (1987) entende como impossível supor que os homens aspirem a novas experiências, e é por esse argumento nuclear que Bessa (2006) localiza duas noções caras a Benjamin, em sua compreensão da experiência: a *Erfahrung*, ou a experiência tradicional, e a *Erlebnis*, a vivência do indivíduo solitário. É a impossibilidade da *Erfahrung* a que Benjamin (1987) tanto se refere, e considera, em visada lealmente frankfurtiana, que os meios de comunicação de massa são formas que “demonstram as ruínas da experiência nas novas formas de existência” (Bessa, 2006). Nesse sentido, Benjamin (1987) lamenta o que ele chama de desaparecimento das formas tradicionais de narrativa, estas que exerceriam um papel central junto à *transmissibilidade* da experiência (em queda) entre os próprios homens, de uma geração a outra. Entretanto, Bessa (2006: web) identifica que, em outros ensaios, Benjamin afirma que “experiência não é pilhagem de conhecimento, nem relógio ou calendário”, e localiza na infância e na juventude algumas ocasiões em que as formas subjetivas não se deixam instituir pelos valores absolutos e morais. A autora ainda aponta que “Benjamin não alimenta o pessimismo ou a desesperança, mas esboça a ideia de uma outra narração, uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas. O narrador também seria a figura do trapeiro ou do *chiffonnier* (figura de Baudelaire), do catador de sucata e de lixo, este personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos”. É válido, portanto, notar a complexidade e a presença as quais o conceito benjaminiano de experiência possui no terreno acadêmico, fato que nos faz assumir algumas contribuições do autor em momentos adiante dessa tese (em especial, no item 2.2 *Percurso*). Entretanto, de um modo geral, reconhecemos que tal conceito parece tomar as experiências como coisas que parecem sempre externas aos sujeitos, transmitidas como patrimônios ou riquezas e escoadas por uma espécie de “comunicação” sempre presencial – visão que, definitivamente, não admitimos.

constitutivas da experiência. É nessa linha que Queré (2007) estabelece a noção de *caráter impessoal da experiência*: o sujeito não é tomado como agente e controlador da experiência, mas como criatura integrada a ela:

Para os pragmatistas(notadamente James e Dewey), o experienciar é um processo. Um processo é qualquer coisa que avança, se desenvolve, progride e culmina num ponto final que é mais que um simples cessar. Este processo é externo ou objetivo. Ele não é subjetivo e, sobretudo, não tem uma pessoa ou um sujeito com portador. Certamente, ele coloca em jogo um agente humano, mas, como se vê, este é um tanto que “fator”, isto é, um tanto que uma parte, com sua constituição, suas capacidades, suas habilidades e sua sensibilidade própria, de modo que se pode chama-lo de um agente integrado que contribui ao processo que é a experiência<sup>30</sup>. (Queré, 2007, p. 13, tradução nossa).

Dessa maneira, a experiência, *em si mesma*, é impessoal: constitui-se pela interação entre criatura viva e ambiente. Essa impessoalidade é transposta pelo sujeito a partir de uma apropriação, ou, nas palavras de Queré (2007, p. 13), “a experiência torna-se *minha experiência* por uma interpretação, ou por um ato retrospectivo de apropriação”. Esse processo não acontece descolado do quadro de interações sociais onde os sujeitos se encontram mergulhados: é em meio aos contextos de comunicação que se constituem os lugares próprios de reivindicação e/ou de atribuição de uma *responsabilidade* por aquilo que é experienciado. É necessário, portanto, compreender que essa reivindicação já faz parte de um movimento de interpretação e de apropriação do vivido pelos sujeitos, e é isso que assinala a experiência por um movimento de *individuação*: é quando, em meio ao fluir da vida, interpretamos o que nos acontece e nos sentimos marcados por “essa experiência”, em meio a outras. Com relação a esse aspecto, um ponto de atenção merece ser levantado: não haveria aqui uma sobra conceitual, já que não seria a experiência mesma um ato mecânico, realizado por qualquer organismo vivo? Como compreender esse movimento de apropriação dos sujeitos acolhido na experiência?

Chegamos a uma particularidade central do conceito de Dewey (1980). De modo fragmentado e disperso, experiências – como interações entre criatura e ambiente – ocorrem a todo o momento. Contudo, como apontou anteriormente Queré (2007), quando a relação processual entre criatura e ambiente se desenvolve e culmina num ponto que é mais que um simples cessar, pode-se aqui falar, de acordo com o filósofo americano, em *uma experiência*. Algumas ocasiões são tributárias desse aspecto: determinadas configurações de atos e de objetos possibilitam que o sujeito seja afetado, no fluir das interações

<sup>30</sup> Do original: Pour les pragmatistes (notamment James e Dewey), cet *experiencing* est un procès. Un procès est quelque chose qui va de l'avant, se développe, progresse et culmine dans un point final qui est plus qu'une simple cessation. Ce procès est externe ou objectif. Il n'est ni interne ni subjectif; et, surtout, il n'a pas une personne ou un sujet comme “porteur”. Certes il met en jeu un agent humain; mais, comme on l'a vu, c'est en tant que “facteur”, c'est à dire en tant que faisant partie, avec sa constitution, ses capacités, ses habitudes et sa sensibilité propres, de ce l'on peut appeler un agent intégré, qu'il contribue au procès qu'est l'expérience (QUÉRE, 2007, p. 13).

ordinárias, de modo que *uma experiência* se constitui e singulariza a relação do sujeito com o mundo. Nessas ocasiões, a criatura viva se modifica, movida tanto pelo presente da experimentação como também pelo processo constituído de qualidades vivenciadas em outros tempos, que culminaram nesse momento conformador de uma unidade / uma integração. Por isso, toda *uma experiência* nunca pode ser mecânica, e, nos termos do autor, guarda caráter estético. Esse aspecto evidencia um dos raciocínios centrais na obra de Dewey (1980): estético não é o juízo do belo, mas aquilo que afeta o sujeito e o mundo, reconfigurando-os no fluir mesmo da vida – de maneira que as experiências estéticas se constituem em meio às experiências ordinárias.

Por esses termos, o *não estético* faz morada num lugar constituído entre o mecanicismo das ações que se repetem com mínimo esforço de imaginação e a fragmentação da experiência – que não se encaminha como processo até a completude. E, por isso mesmo, podemos tomar em polos opostos *estética* e *monotonia* – e *não estética* e *racionalidade*, ou *estética* e *intelectualidade*. As mais variadas situações podem ser palco de *uma experiência* – desde que haja dinâmica de energias, encontros e tensionamento entre criatura e ambiente: contemplar um quadro, cozinhar, dançar, escrever um texto, discutir uma questão com amigos, ler uma notícia sobre a dengue. É importante ressaltar que esse processo não se encerra ou não se inicia nos sujeitos, mas na confluência destes com o ambiente. Como vimos na seção anterior, os sujeitos não são centros de escolhas e do movimento das coisas, e a racionalidade que possuem é mais um atributo (dentre os inúmeros outros atributos elencados quando *passam* pelas experiências) do que propriamente uma *capacidade* que incuba e expela as ações que habitam o mundo. Sujeito e ambiente são, portanto, *fatores*. Instâncias de afetação.

Dewey (1980) emprega um circuito teórico relevante para expressar esse lugar de afetação: os sujeitos experimentam o mundo num movimento de *fazer* (ação) e de *padecer* (paixão)/*suportar*. Por essa díade, é possível abrir uma das dobraduras interpretativas do conceito deweyniano de experiência: ambiente e criatura se auto-interpelam. Nesse jogo de interpelação, ser vivo e ambiente alteram seu *fazer* em virtude daquilo por que *padecem*, de modo que, quando há essa costura entre fazer e padecer, a qualidade estética da experiência emerge, num jogo recíproco de mútua-afetação. Quando isso acontece – e *uma experiência* se torna possível – o sujeito tensiona a interação com o mundo: tenta tomar para si a experiência, torná-la própria, *apropriá-la*. Em oposição a isso, o lugar do mecânico se conforma quando a criatura viva parece não jogar com as provocações recebidas e apenas reconhece o ambiente por uma descarga de energia: o sujeito age; mas não padece. Contudo, na ocorrência de *uma experiência*, essa memória de interações aparentemente mecânicas pode vir a compor um quadro estético de experimentação (já que

a experiência estética não é coisa estranha que aparece, mas é qualidade que emerge no seio mesmo das interações ordinárias)<sup>31</sup>.

A compreensão que Dewey (1980) propõe para a experiência envolve, portanto, a ideia de *práticas*, modos de fazer no mundo, que possuem qualidade estética ou não, e que não são predeterminadas pelos sujeitos. Importante é compreender que até mesmo atos e objetos da vida ordinária podem interagir com a criatura viva, de maneira que desse “encontro”, se expresse uma experiência ordenada. Nessa dimensão praxiológica, atos e objetos carregam *modos de se relacionar*, constituídos em determinados contextos de interação que dão forma, *con-formam*, indicam uma maneira de relação (Queré, 1991). Num churrasco, o aparelho de som pode indicar música barulhenta, e pede, em alguns momentos, o engajamento do corpo – a dança. O mesmo aparelho de som, num jantar a dois, regado a vinho, pode indicar a construção de um ambiente para a conversa – música lenta, volume baixo. Em analogia semelhante, ler um jornal impresso no café da manhã ou na chegada ao trabalho pode indicar uma captura transversal: o correr de olhos pelas manchetes, a fixação da agenda do dia – com o burburinho da televisão ou de conversas ao fundo – às vezes intrometidas ao gesto de ler –, compondo o ambiente. Ler a notícia nas mãos de um jornalista, enquanto se espera a abertura do sinal de trânsito, pode pedir o engajamento numa conversa (perfumada com cheirinho de asfalto e de gasolina), seja esta imediata (caso haja um companheiro ao lado), seja em momento posterior, quando do encontro com o interlocutor mais próximo – a depender, é claro, do coeficiente de afetação emerso pela leitura, na interação.

Mais uma vez, é prudente reforçar: isso não significa que haja predeterminação. Os exemplos que lançamos mão são caros à nossa experiência; dizem de certo modo de vida que imprimimos e que está em nosso horizonte, com base nas interações que nos constituem e que, de certo modo, projetamos. Isso não impede que, para determinados sujeitos, e em outros contextos de interação, um churrasco peça música lenta, ou um jantar a dois pressuponha rock “paulera” e sacudir de cabelos. Os objetos – e seus usos – se fazem no *experenciar* da experiência – num certo presente *pré-con-formado*, embora nunca *pré-con-firmado* – e, a depender da interação entre sujeito e ambiente, podem ganhar inúmeros sentidos e presenças. A visada principal que podemos extrair desses exemplos e das formulações teóricas que os inspiraram é a ideia de que existem certos *modos de se relacionar que habitam a experiência*: de acordo com os usos cotidianos, algumas práticas acabam se condensando e constituindo um *campo de forças* em torno de objetos e de atos, imersos em contextos vivos e em movimento. Como em *looping* dialético, tal campo – nunca

---

<sup>31</sup>Essa visada nos inspirará, adiante em vários momentos do *Tensionamento II – É tempo de sujar as mãos*, a recuperar a chave conceitual *espaço de experiências / horizonte de expectativas*, proposta por Koselleck (2006).

cristalizado ou estático – investe-se de duplo movimento: ele atualiza a experiência e é atualizado; modeliza e é modelizado; tonaliza e é tonalizado; indica e é indicado; *con*-forma e é *con*-formado. Posiciona sujeitos e ambiente em algum lugar, como também é (re) posicionado por esses sujeitos e pelo ambiente de interação, em ritmo contínuo.

Ao se mirar nos contextos de interação e nos *modos de se relacionar*, a imagem de um *campo condensado de forças* – (re)constituído na interação –, lança luz e oferece esclarecedora chave de sentido à costura proposta entre a noção experiência e a perspectiva relacional da comunicação, que anima essa pesquisa. Por conta disso, tal imagem é também cara à empreitada de se problematizar o caráter acontecimental da experiência pública da dengue, numa cidade como Belo Horizonte, a partir do anúncio publicitário governamental e do jornal impresso diário. Nesse desenho, pesquisar a experiência da dengue por um viés acontecimental pede, antes de tudo, um movimento de desvelamento das práticas de interação, já em decurso, entre sujeitos e atos/objetos (ou, no caso desta tese, entre sujeitos e materialidades da comunicação): que campo de forças se condensa nos modos de se relacionar com o jornal? Que usos fazem os sujeitos na relação com o anúncio publicitário? Que práticas e contextos de interação *con*-formam e são *con*-formados na experiência *com/de* tais materialidades? Diante disso, é válido pontuar que o desemaranhar do caráter acontecimental da experiência com a dengue passa por um entendimento da tonalização que esses atos e objetos – leitura e jornal/anúncio – já imprimem junto aos sujeitos, em seus ambientes de interação. Insistimos nesse ponto porque defendemos que a problematização da dengue como acontecimento não pode se constituir em uma tentativa de isolamento de uma suposta significação geral desse problema – como se fosse possível descolar um tal sentido exclusivo, oculto e universal da dengue em meio às inúmeras e inusitadas práticas de interação, em permanente (re)desenho, no decurso da vida.

Além disso, outro aspecto merece especial atenção quando se trata de estudar esses campos de força, gravitantes em torno das materialidades da comunicação: como vimos, na seção anterior, a significação não se constitui como o único componente da experiência (Gumbrecht, 2010). Entretanto, não parece tão simples a tarefa de se questionar o lugar que a produção de sentidos advoga para si – como sendo característica exclusiva que pauta a relação dos homens com o mundo. Gumbrecht (2010, p.37) afirma que impera, não por acaso, um conceito de *signo* e de *estruturas de sentido* que pressupõem que “a comunicação é predominantemente acerca do sentido, acerca de algo espiritual que é transportado e precisa ser identificado ‘para além das superfícies puramente materiais’ do material”. Nos termos do autor, tal cenário é herança de uma atitude “metafísica”, seja cotidiana, seja acadêmica, que “atribui ao sentido dos fenômenos um valor mais elevado do que à sua presença material”, num movimento de tomar a *palavra* como a “perspectiva do

mundo que pretende sempre ‘ir além’ (ou ‘ficar aquém’) daquilo que é físico” (Ibidem, p. 14). É nessa seara que o autor localiza um conceito de experiência – que ele pretende superar, diga-se de passagem – fundado apenas na noção de interpretação:

a maioria das tradições filosóficas associa o conceito de “experiência” à interpretação, isto é, a atos de atribuição de sentido. Quando uso os conceitos de *Erleben* ou de “experiência vivida”, ao contrário, quero referir-me a eles no sentido estrito da tradição fenomenológica, a saber, como centrados em, ou como tematizações de, certos objetos da experiência vivida (objetos que, em nossas condições culturais, oferecem graus específicos de intensidade sempre que os chamamos de “estéticos”). A experiência vivida ou *Erleben* pressupõe, por um lado, que a percepção puramente física [*Wahrnehmung*] já terá ocorrido e, por outro, que a experiência [*Ehrfahrung*] lhe seguirá como resultado de atos de interpretação do mundo. (Ibidem, p. 128-129)

Nessa perspectiva, interessante notar que a experiência não deixa de carregar um componente de interpretação; mas é propriamente quando o autor fala de uma *percepção puramente física* que vislumbramos sua defesa da possibilidade de uma relação com o mundo fundada também na presença. Para recuperar, portanto, o componente de presença em nossa relação com as coisas do mundo, Gumbrecht (2010, p.22) atribui grande importância à ideia heideggeriana de *ser-no-mundo*: “ser não é um sentido; pertence à dimensão das coisas. Ser é aquilo que ao mesmo tempo se revela e se oculta no acontecimento da verdade”. Nessa visada, a existência humana é apresentada como um movimento que está sempre em contato substancial (ao contrário de algo puramente espiritual) com as coisas do mundo, e, por isso, *ocupa espaço*. Esse espaço não é da ordem das ideias, mas da matéria, do físico e da *presença*, de coisas que, ao se portarem diante de nós, são tangíveis aos nossos corpos e não são apreensíveis, exclusiva e necessariamente, por uma relação de sentido<sup>32</sup>.

O autor ressalta que, em contextos de modernização epistemológica – diferentemente da concepção de uma “presença real” da teologia da Idade Média – a presença não faz parte de uma situação permanente, e nunca pode ser uma coisa a que “nos possamos agarrar”. Nos mundos cartesianos, a dimensão de sentido tem sua predominância, já que, nesses contextos, a consciência (o conhecimento das alternativas) constituiu o cerne da autorreferência humana:

para nós, os fenômenos de presença surgem sempre como “efeitos de presença”, porque estão necessariamente rodeados de, embrulhados em, e talvez até mediados por nuvens e almofadas de sentido. É muito difícil –

<sup>32</sup> “O ritmo ou o volume de um poema, por exemplo, ativam os sentidos de um modo que não se deve confundir com a atividade hermenêutica que atribui significados culturais determinados ao que tal poesia diz (assim como a vibração das cordas de um violino atinge os nossos corpos a despeito do que possamos interpretar acerca da melodia em execução)”, frase retirada da apresentação da tradução brasileira de “Produção de Presença” (2010, p.9) por Marcelo Jasmim.

talvez impossível – não “ler”, não tentar atribuir sentido àquele relâmpago ou àquele brilho ofuscante do Sol da Califórnia (Gumbrecht, 2010, p. 135).

É por isso que, ao se referir à experiência, Gumbrecht (2010) vai dizer de uma tensão ou de uma oscilação entre componentes de presença e de sentido, sendo impossível compatibilizá-los ou reuni-los numa estrutura fenomênica equilibrada. E ainda completa que

nessa constelação específica, o sentido não ignorará, não fará desaparecer os efeitos de presença, e a presença física – não ignorada das coisas (de um texto, uma voz, uma tela com cores, um drama interpretado por um grupo de teatro), em última análise, não reprimirá a dimensão de sentido. A relação entre efeitos de presença e efeitos de sentido também não é uma relação de complementaridade, na qual uma função atribuída a cada uma das partes em relação à outra daria à copresença das duas a estabilidade de um padrão estrutural. Ao contrário, podemos dizer que a tensão/oscilação entre efeitos de presença e efeitos de sentido dota o objeto de experiência estética de um componente provocador de instabilidade e desassossego (Ibidem, p.137).

Tamanho é o desejo de supremacia do sentido – projeto de um homem excêntrico, que se vê apartado do mundo – que o autor diz que, nessas atuais condições culturais, é preciso que nos invistamos de determinada estrutura específica (o que ele chama de situação de *insularidade* e de predisposição para a *intensidade concentrada*) para que vivamos a experiência da tensão/oscilação produtiva entre sentido e presença (ele indica esse caminho para não ignorarmos o componente da presença, abandonado de modo muito automático nos nossos cotidianos de vida cartesiana<sup>33</sup>). É assim que Gumbrecht (2010) se refere à *experiência estética* como *momentos de intensidade*: provavelmente o que sentimos “não é mais do que um nível particularmente elevado no funcionamento de nossas faculdades gerais, cognitivas, emocionais e talvez físicas”, de modo que tal experiência é algo que “nos dá sempre certas sensações de intensidade que não encontramos nos mundos histórica e culturalmente específicos do cotidiano em que vivemos” (Ibidem, p. 127-128).

Podemos aqui retomar Dewey (1980) e compreender que nesses momentos de intensidade há um *suportar/um padecer* do sujeito que experimenta o mundo – que não é da ordem exclusiva do sentido, mas sempre de uma tensão tangível e espacial com a significação. Isso nos indica que os *modos de se relacionar que habitam a experiência* se

<sup>33</sup> Com relação a esse aspecto, o autor aprofunda a noção heideggeriana de *ser-no-mundo*, este que, nos termos de Heidegger, é nomeado *daisen*: “a existência humana (...) está sempre já em contato – funcional e espacial – com o mundo. O mundo com o qual o Dasein está em contato está ‘ao-alcance-da-mão’, é um mundo sempre já interpretado. (...) Na medida em que o Dasein, para Heidegger, tem de estar-no-mundo (e não pode, como sujeito, estar-em-frente-do-mundo), também é plausível que ele descreva a serenidade como a capacidade de “abandonar quaisquer imaginação e projeção transcendentis”. (ibidem, p.97). Além disso, Gumbrecht (2010, p. 88) recupera a reflexão de Martin Seel sobre a estética da aparência, uma tentativa de “nos devolver, à consciência e ao corpo, a coisidade do mundo”, já que a aparência se coloca também numa tensão com uma abordagem interpretativa dominante, e pode ser entendida como uma visada sobre a presença como forma de relação humana com o mundo.



(re)fazem pelo *vivido*, quando sentido e espaço são tensionados, no *experenciar* mesmo da experiência, em dimensões estéticas – *uma* experiência, momentos de intensidade – ou mecânicas – o sujeito *age*, mas não *padece*; interage com o ambiente por um reconhecimento/uma descarga de energias. Sendo assim, um gesto investigativo que procuramos adotar toma os campos de força, que se constituem em torno das materialidades da comunicação, a partir dos modos de uso e de interação – fato que é possível a partir de um olhar que considera esse tensionamento entre componentes de sentido e de presença (já que o uso evoca tanto uma dimensão compreensiva quanto uma dimensão física).

Por esse raciocínio, a experiência acontecimental pode ser capturada em meio a esses modos de se relacionar, sendo atualizada por eles, e, no mesmo lance, atualizando suas práticas e campos de força. Poderíamos identificar um caráter acontecimental da experiência da dengue como aquele que se conformaria por momentos de intensidade? Como pensar uma relação entre experiência estética e acontecimento que colabore na problematização da experiência da dengue no anúncio e no jornal, numa cidade como Belo Horizonte? Por ora, a partir dessa visada praxiológica, podemos apenas argumentar que, se em âmbito geral, compreendemos o caráter acontecimental da experiência da dengue quando identificamos algumas características daquilo que é conceituado como acontecimento (como devir, descontinuidade, abertura no tempo, dentre outras que serão detalhadas mais adiante), argumentamos também que, nas formas de experiência entre sujeitos e materialidades, o acontecimento se manifesta e é experienciado por determinado *coeficiente estético*. Longe de querer afirmar sinonímia entre acontecimento e experiência estética, é nosso intuito apenas pontuar que a experiência acontecimental, conformada entre sujeitos e materialidades, é decisivamente marcada por *momentos de intensidade* e pelo traço de *uma experiência*<sup>34</sup>. Tal coeficiente estético, de algum modo, também se

---

<sup>34</sup>Com todo o cuidado que essa afirmação nos solicita, vale reconhecer que acontecimento e *uma experiência* são chaves conceituais distintas e independentes, servindo ao entendimento de fenômenos também diversos. Por isso, inútil também seria tentarmos provar os limites de uma e de outra proposta conceitual. Em nada acrescentaria, no afã de uma pureza conceitual, buscarmos situações para expressar a diferenciação entre acontecimento e experiência estética. Por exemplo: hoje cedo, ao ler uma notícia sobre a dengue num jornal impresso do meu trabalho, me senti afetado quando me lembrei de que o balde de limpeza que se encontra descoberto no meu terraço poderia estar cheio de água por conta das últimas chuvas. Tive medo de estar com um criadouro do mosquito na minha casa, e fiquei com vergonha por não ter revistado meu espaço adequadamente. Fato é que essa experiência ganhou caráter estético no momento da leitura da notícia: ela veio com um componente de sentido e me trouxe sensações físicas – frio na pele, suor, gelo na barriga. Como veremos ao longo da tese, esse caráter lança luz sobre a *reciprocidade*, um aspecto de significação e de presença possível de nossa experiência acontecimental com a dengue, em Belo Horizonte – revelando, portanto, uma forma de entendimento nosso da dengue como acontecimento. Mas isso não significa que todo caráter estético seja dependente de uma vivência acontecimental mais ampla; ou seja, nossas experiências que adquirem qualidades estéticas podem ou não se vincular a pulsões acontecimentais. Ou mesmo disso não é possível afirmar que toda experiência acontecimental seja conformada apenas de qualidades estéticas (já que, por exemplo, a dengue como acontecimento

localiza em meio a dois movimentos de sobrevivência do acontecimento: 1) *acomodação* (os sujeitos se apropriam do acontecimento tentando retirar do mesmo sua natureza acontecimental (Queré, 2005); isso se faz a partir da busca por experiências supostamente semelhantes às inauguradas pelo acontecimento – movimento este que solicita certa dose de mecanicismo – o que significa, nos termos de Dewey (1980), reconhecimento e descarga de energias entre sujeito e ambiente), e 2) *investigação* (determinado campo problemático é inaugurado pelo acontecimento, e insere os sujeitos numa espécie de investigação socialmente distribuída, encetando explicações, mergulhadas em cadeias de causa/consequência).

Além da acomodação e da investigação, o acontecimento possui igualmente, como marca de seu aparecimento, irrefreável força disruptiva que se impõe sobre os sujeitos, afetando-os sobremaneira. Sendo assim, é válido afirmar que essa afetação coloca em movimento gestos significantes e tangíveis, que desestabilizam e (re)configuram sujeito e ambiente. Por isso, em grande medida, a imagem de uma abertura de sentido, própria da experiência estética (Guimarães, 2002), e de uma presença espacial tornam-se alguns dos traços iluminadores para a compreensão do acontecimento. Entendemos, portanto, que a presença de uma *pegada estética* se oferece como um dos anúncios da dengue como acontecimento; ou, dito por outras palavras, a qualidade acontecimental da experiência pública da dengue inaugura-se pelo traço – ou por um conjunto de traços – de *uma* experiência, conformada por modos de se relacionar entre sujeitos e aquelas materialidades da comunicação, aqui elencadas. Como essas noções serão retomadas em nossa pesquisa? Rogo paciência a você, caro leitor, e desejo que siga comigo por essa peregrinação. Por ora, pouco pode ser revelado: tudo isso parece indicar que o caráter acontecimental da experiência da dengue pode ser também tomado pelo desvelamento de uma determinada *costura estética*, realizada pelos sujeitos, quando agem e padecem em função do acontecimento. Tal costura se dá na medida em que são colocados em ligação aqueles pontos de sentido e de presença, abertos pela força disruptiva que se abate e que se impõe, no próprio fluir da experiência<sup>35</sup>.

---

pode ser por mim experienciada a partir de outras leituras de notícias que constituem um quadro mecânico de experimentação, nos temos deweynianos: produzindo reconhecimento do sentido e descarga de energias, longe de uma reconfiguração de significação sobre o problema). O que conforma, portanto, vinculação entre uma coisa e outra é, particularmente, o olhar daquele que pesquisa as situações – a depender também dos objetos empíricos, dos problemas de pesquisa em questão e dos cuidados aos quais o pesquisador deve se resguardar ao propor a junção epistêmica dessas distintas formulações teóricas.

<sup>35</sup> Essa ideia de costura estética poderá ser mais bem compreendida no item 1.3 *Abordagem Metodológica*, quando apresentaremos as noções de *mapa de experiências* e de *unidades de força* (quando será possível entender que esses pontos de sentido e de presença, abertos na experiência, tomam parte em unidades – campos de força constituídos pelos modos de se relacionar entre sujeitos e materialidades da comunicação). Vale aqui lembrar que já anunciamos na seção *Comunicação*, que nossos esforços se dirigem a investigar como se desenha um *percurso interacional*, inaugurado

## Texto e formas de comunicação

No problema de pesquisa, e em outros momentos recorrentes dessa apresentação, temos reiterado nossos principais desafios nessa tese: 1) compreender como as materialidades comunicativas impressas do jornalismo diário e do anúncio publicitário governamental *encarnam* formas singulares de experiência pública com o problema da dengue, numa cidade como Belo Horizonte; 2) investigar como tal experiência – que possui natureza acontecimental – é *tonalizada* por essas materialidades; e 3) averiguar em que medida essa tonalização – comunicacional por excelência – revela *práticas de interação e campos problemáticos*, em meio a um *jeito urbano* de se viver e de suportar esse problema público. Ao trabalhar as noções de *modos de se relacionar* e de *campo condensado de forças*, foi nosso intuito compreender que as materialidades da comunicação concentram determinadas expectativas de uso, em contextos de interação conformados na experiência. Aqui, talvez, esteja pousada a principal ideia de tonalização que desejamos defender para clarificar o problema de pesquisa: existe um *tom*, condensado em tais materialidades (que indica práticas de uso e componentes de presença e de sentido), atualizado e vivificado no momento mesmo da interação. Já começamos também a explicitar algumas nuances da *natureza acontecimental* da experiência da dengue ao reconhecer seu caráter estético – como igualmente já nos demos conta de que a complexidade da noção de acontecimento e a sua transversalidade nessa pesquisa nos impõem a empreitada de decifrá-la até quando o último ponto se deitar sobre essas linhas. Contudo, continuamos com a preocupação de não comprometer a natureza de nossos propósitos, nesse momento em que você, caro leitor, degusta essas falsas estrofes. Antes que tudo isso lhe pareça indigesto, é necessário, por ora, expressar com mais clareza alguns outros aspectos elementares da sutura-mãe do problema de pesquisa, tarefa para a qual a noção de *texto* nos pareceu decisiva.

Em princípio, podemos reiterar que a visão de texto se vincula a uma noção de materialidades da comunicação: são fenômenos técnicos, que se constituem por uma dimensão espacial – *material*, física, tangível – e por uma dimensão de produção de sentido. As materialidades, portanto, se realizam na medida em que colocam em tensão tanto atributos do pensamento quanto qualidades dos sentidos corporais (som, vista, tato, cheiro, paladar). Gumbrecht (2010, p.138) admite especificidades entre a oscilação de tais dimensões, que dependem da *modalidade mediática* de cada objeto da experiência:

Por exemplo, a dimensão de sentido será sempre predominante quando lemos um texto – mas os textos literários tem também modos de por em

---

pela força da dengue como acontecimento, a partir de formas singulares de experiência pública encarnadas nas materialidades. O que podemos concluir, até então, é que esse percurso interacional se constitui, de algum modo, pelo ato de coser, e tem, como um de seus combustíveis, uma boa dose de coeficiente estético.

ação a dimensão de presença da tipografia, do ritmo da linguagem e até mesmo do cheiro do papel Mas, por menor que em determinadas circunstâncias mediáticas se possa tornar a participação de uma ou da outra dimensão, penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou a oscilação, entre presença e sentido. Eis a razão pela qual uma concepção exclusivamente semiótica (na minha terminologia, exclusivamente metafísica) do signo não consegue fazer jus à experiência estética. Por um lado, precisamos de um conceito-signo semiótico para descrever e analisar a sua dimensão de sentido. Por outro, precisamos também de um conceito-signo diferente – a junção aristotélica de “forma” e “substância”, por exemplo – para a dimensão de presença na experiência estética.

O autor fala que “os textos literários tem também modos de por em ação a dimensão de presença”. Textos literários, apenas? Não: advogamos que também (pelo menos) nos textos da mídia podemos viver essa oscilação entre presença e sentido (nesse caso, reconhecemos que o próprio Gumbrecht fala, ao final dessa citação, que haverá sempre uma oscilação entre esses dois componentes, na relação com qualquer materialidade). Mesmo que o texto seja tomado como representante legítimo de uma cultura de sentido, será uma de nossas premissas compreender que a experiência com os textos não se reduz a um sentido que temos deles – mesmo porque, a efetivação dos textos como objetos da experiência se dá em meio a modos de se relacionar que expressam também uma dimensão física e espacial.

Como se vê, a escolha de um mergulho sobre as reflexões textuais se deu não por acaso: por essas bandas, a ideia de *texto* pode tanto fazer as vezes de um conceito quanto de uma definição da empiria recortada, como até mesmo de um ofício e de uma obrigação mínima deste que vos escreve para que esse doutoramento seja, quiçá, concluído. Além de uma vinculação à ideia das materialidades, a noção de texto pode ser entendida a partir de uma compreensão da escrita? Ou talvez, a uma problematização do impresso? Poderiam os textos ser definidos como coisas formadas pela junção de letras, amarradas com um propósito de sentido – este que se esconde por detrás do próprio texto? Em relação ao jornalismo impresso e ao anúncio publicitário governamental, identificaríamos os textos como as orações, as palavras e as pontuações escritas, em oposição às imagens – fotos, traços artísticos, logomarcas e cores – que compõem também essas materialidades? Estaria a ideia de texto sempre submetida à composição de um alfabeto, a regras morfossintáticas, a um ordenamento lógico e sistemático provocado pela normatização dos idiomas junto à escrita? O texto seria, portanto, como uma espécie de via de acesso ao sentido?

*Grosso modo*, há, sem sombra de dúvidas, uma ligação entre todos esses elementos (escrita, alfabeto, impresso, letras, ofício, sentido) com a noção de texto. Mas, para além dessa ligação, seguimos orientados pelo propósito de lançar uma visada comunicacional à ideia de texto, razão pela qual pouco nos interessa uma definição e um espectro internalista

dos textos e de suas análises (seguindo a advertência de França, 2006, tratada no item 1.3 *Mídia*). Por isso, como já apresentado anteriormente, a visão de Gumbrecht (1998) nos parece bastante profícua: a noção de texto ganha ares complexos quando vislumbrada no seio de um processo de modernização epistemológica, experienciado pela sociedade, quando do surgimento da Imprensa – momento em que o uso da técnica se intensifica em larga escala, e afeta, de modo peculiar, os gestos significantes e tangíveis, libertos no mundo. Em termos comunicacionais, curioso processo social quase invisível, de acordo com o autor, modifica sobremaneira a ordem social e os sujeitos: a partir de então, é preciso lidar com *textos emancipados*, (re)produzidos por máquinas, e desejantes por dizer alguma coisa que parece morta – no conjunto de frases inertes, cravado em superfícies de papel. Não é mais o corpo dos homens que presentifica o sentido; muito menos a técnica existe como suporte *ao/do* corpo<sup>36</sup>, perdendo sua condição exclusiva de *ama de companhia* movimento presente nas formas humanas (dedos, braços, rostos, tronco, boca, garganta). A técnica de escrever passa a servir também a organismos sem sangue e sem alma, impulsionados pela energia do ambiente (água, ar, vapor, eletricidade). Obviamente, não falamos aqui de uma técnica quase gente, com existência independente da força humana. Referimo-nos aos objetos comunicacionais que tais técnicas geram, a esses textos que não mais acompanham os corpos dos homens na empreitada da interação, e que solicitam, portanto, novos tipos de uso, de experiência e de interpretação até então não vivenciados pelos homens em coletividade.

Como confiar em textos petulantes, que se aventuram a produzir sentido sem seus senhores? Que garantias linhas alforriadas ofereceriam, no intuito de assegurar que *aquilo-que-se-deseja-dizer* seja compreendido sem a presença da carne de quem assim o escreveu? Veja só, companheiro leitor, que inglório desafio: as materialidades escritas precisam fixar o sentido – supostamente estabilizado nas formas humanas. No imaginário inaugurado pela modernização epistemológica, é assim que emerge e que se constitui a figura histórica do *autor*, máscara subjetiva que se oferece como possibilidade de estabilização do sentido (Gumbrecht, 1998). Tal processo, responsável por dar a chancela de um corpo ao texto impresso por máquinas, muito antes do que solução, é parte também

---

<sup>36</sup> Gumbrecht (1998), ao dizer do manuscrito e das técnicas implicadas no processo de escrita até o surgimento da Imprensa, evidencia o quanto o artifício de escrever aparecia vinculado ao exercício do corpo: a figura dos homens expelia a escrita no papel e deixava o rastro de sua passagem (impossível não resgatar a imagem dos monges copistas, eternizada na obra – impressa e cinematográfica – *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco). Também o próprio ato de ler o manuscrito pedia a interferência do corpo, seja na leitura em voz alta, seja na declamação e na interpretação – ocasião em que ler pressupunha dizer e ouvir, tudo ao mesmo tempo. O corpo dos homens guardava peso central na construção do sentido, e é por conta disso que a própria produção dos textos levava em conta tal centralidade. Sendo assim, na visada histórica proposta por Gumbrecht, podemos entender que o texto aparece como um problema comunicacional quando ele passa a ser impresso: as máquinas desalojam o corpo do processo de significação dos textos, e destituem a presença humana do lugar exclusivo de veículo de comunicação.

do problema dos textos – a começar pela própria assinatura do autor, textualizada pelas máquinas de pensar. É esse autor, o cogitado substituto autêntico do corpo, que se apresenta sem um vestígio sequer de sangue, de carne ou de ossos. Nesse contexto, que texto é esse, suposto cristalizador da significação? Que texto é esse, guardião de um sentido lampejado na mente de um corpo humano e fixado por máquinas? Que texto é esse, que, por esse raciocínio, começa na mente de um autor, e termina com um ponto final, na última página a ele destinada?

Tais questões são inspiradoras, especialmente quando se pretende caminhar junto à seara de um paradigma relacional da comunicação. Na perspectiva disjuntiva dos estudos de *efeitos* (ou do modelo epistemológico da comunicação, termo cunhado por Louis Queré (1991<sup>37</sup>)), os textos nada mais seriam que restos, principiadores ou finalizadores de um processo comunicacional. Como suportes fixos de conteúdo, equivaleriam a vias de acesso ao sentido de sujeitos emissores, e a pílulas estáveis que gerariam decorrências quando absorvidas por sujeitos receptores. Se colocados numa balança com os sujeitos, ou perderiam em peso – por serem os sujeitos muito mais profundos e complexos do que a superficialidade de conteúdos esgotados no plano chapado da tela ou do papel; ou pesariam muito mais, em se tratando de verdadeiras bombas de influência, que se inseririam na vida social com seus chicotes de sentido, massacrando a possibilidade mesma de autonomia e de negociação por parte dos pobres indivíduos (em especial quando tratamos de processos textuais no universo das mídias, como é o nosso caso). Isso acontece porque os estudos pautados pela visão informacional tomam os textos como estruturas cristalizadas, e tentam buscar relações internas ao próprio texto para extrair supostos sentidos projetados e possíveis sentidos apreendidos por outros receptores – na perspectiva de que o sentido encontra-se preso nessas estruturas, e de que somente ele funda-se como *unidade-mater*

---

<sup>37</sup> É possível fazer uma rápida correlação entre o modelo epistemológico da comunicação e o processo de modernização epistemológica inaugurado pela modernidade. São ambas formas de ver o mundo e de tomar os fenômenos da vida como coisas a explorar, descolados dos processos sociais e dos próprios exploradores. Nesse desenho epistêmico, fundador da ciência moderna, a essência dos objetos do mundo é apreendida pelos *modos-de-fazer* do método científico clássico: a busca por variáveis analíticas se dá por processos de separação, de disjunção e de isolamento daquilo que se deseja conhecer, em busca de uma verdade autêntica, prometida pelo método. No caso da comunicação, é parte desse esforço separar e classificar os elementos de um processo comunicativo, e imbuir-se de uma habilidade de reconhecê-los distintamente – tanto na forma de ver e de apreender a comunicação como objeto de estudos, quanto na forma de se portar no mundo como ser comunicante. Esses *modos-de-fazer* tem sido estilhaçados por estudos que evidenciam o projeto político de dominação que se esconde no ideal da modernidade, fato que abriu portas para se pensar em outras perspectivas e em outros métodos científicos (como o projeto pós-moderno de *um conhecimento prudente para uma vida decente*, de Boaventura de Souza Santos (2006), como também, mais especificamente no nosso caso, de uma perspectiva interacional, que toma a comunicação como um processo vivo e ininterrupto, realizado em meio a sujeitos, à produção de discursos e a contextos (França, 2002). Ao estabelecermos, de modo mais amplo, uma correlação entre o conhecimento científico e a vida social, interessante é notar que esses novos *modos-de-conhecer* se voltam a inspirar, em última análise, novos *modos-de-olhar* do senso comum para os próprios processos sociais que o acolhem.

dos fenômenos comunicacionais. Pela visão relacional, apreender os textos como composições prontas e externas a circuitos comunicativos é investida que sugere um raciocínio tautológico (ou, se preferirem, um tiro no pé): a disjunção dos elementos dos processos comunicativos não seria capaz de revelar aspectos propriamente comunicacionais dos fenômenos.

É por conta disso que, para tomar esses textos sem coleira – erráticos e atrevidos – numa empreitada de superação a uma visão transmissiva, é preciso considerá-los em meio a formas de comunicação, vivas e pulsantes. Já anunciamos isso nos primeiros itens dessa apresentação: os textos são marcas libertas no mundo pelo uso da técnica, e que, como ações recíprocas, se fazem em meio a gestos de leitura, de interpretação e de presença ininterruptos e a contextos de interação variados. Se isolarmos os textos dessas formas de comunicação, como precedentes ou subsequentes a elas, comprometeríamos a possibilidade de constituir um olhar comunicacional à noção de texto. O anúncio publicitário governamental, disposto num cartaz, não pode dessa maneira, ser visto apartado das formas de comunicação que o engendraram. A demanda governamental pela criação de uma campanha publicitária, a contratação da agência de publicidade, a escolha da equipe profissional responsável pela produção da campanha, os primeiros leitores (os próprios produtores e alguém de confiança deles, os donos da agência de publicidade, os técnicos do governo responsáveis pela aprovação), outros profissionais que adentram as reuniões com a agência e emitem palpites, enfim, esse processo que resulta num texto mais ou menos acabado evidencia fortes relações entre tal texto e as formas de comunicação, como também com os aspectos de presença que o constituíram.

Não advogamos aqui uma retomada da ideia de “modos de produção” e de “modos de recepção”, presentes em algumas teorias sobre a mídia. Em nossa perspectiva, o uso de tal divisão faria sentido apenas no contexto dos campos profissionalizados da comunicação (publicidade, jornalismo, relações públicas, audiovisual, etc.), no momento em que os profissionais definem as estratégias de seus produtos (quem produz, quem recebe, como recebe, prazo do produto, etc.). Em termos de processo social, e na perspectiva relacional, o lugar do produtor é também o do receptor, e vice-versa; a campanha publicitária produzida por uma equipe de profissionais se emancipa, de algum modo, sobre esses mesmos profissionais, e os transforma em leitores de um texto vivo; o público que lê a campanha pela primeira vez também a produz, na medida em que negocia com os gestos expressos no texto e daí produz sentidos em seus espaços de experiência (inclusive, os amigos do Governador, quando produzem sentidos com a campanha – e os compartilham com aquele – podem alterar os sentidos iniciais do amigo governante sobre o texto que circula, aprovado a pouco com a agência publicitária...).

Onde estaria fixado o sentido? Quem é o autor daqueles textos? O governador, que encomendou o serviço? O criador e o redator publicitário? O profissional responsável pelo atendimento? O próprio governo, que coloca nos textos sua chancela? Os outros sujeitos, públicos da campanha? Vejam: se nesse caso específico, a própria autoria faz parte de um arranjo tenso e complexo, considerar o sentido como algo fixo é adentrar no país mágico do faz-de-conta e do controle. E esse é um movimento clássico de campos profissionais da comunicação, que cedem a pressões de efetividade (os *efeitos*) em meio ao discurso hipermoderno do ambiente organizacional: lá, toma-se os textos ora como pedaços mortos de um sentido já concebido, ora como metonímias de um suposto autor, vigilante e guardião de um sentido original. Esse paradigma, bastante falacioso, ofusca a visão de que o texto se manifesta em meio a espaços de experiência: ele se põe em operação, num conjunto de formas de comunicação – nas quais sentidos plurivalentes circulam em processos textualizados de emergência, de modificação, de formatação final, de impressão e de logística ampliada.

Ponto final: está concluída mais uma notícia sobre a dengue. O jornalista relê o texto, agora finalizado, e relembra daquilo que motivou sua matéria. Acabara de passar perto de um latão de lixo, quando avistou pesquisadores conhecidos da universidade que publicaram trabalhos recentes sobre a doença. Pediu ao motorista do jornal para encostar o carro. O que eles estariam fazendo ali? Desceu e cumprimentou os pesquisadores – já foram fontes de matérias anteriores, e havia entre ambos uma recordação mútua. Não me digam que também há dengue no lixo?, perguntou. Sim, temos encontrado formas de adaptação do mosquito em ambientes sujos, coisa que antes não era reconhecida. Dados, preciso de dados! Disseram as fontes: não os temos ainda, estamos à caça deles. Insistindo, o jornalista conseguiu uma entrevista, e chegaria ao jornal com um maravilhoso furo. Pediu ao fotojornalista que o acompanhava para registrar o momento sob vários ângulos. Depois de redigir a matéria sobre a greve nos postos municipais de saúde – que motivara sua saída do jornal, antes de ser tomado por aquela cena inóspita – propôs ao seu editor a publicação do furo, e obteve, com êxito, o sinal verde que tanto desejara.

Lia e relia seu texto inúmeras vezes, e não acreditava no que havia mesmo acabado de escrever: a super-dengue estaria agora vivendo no lixo. Era como se o semblante surpreso dos pesquisadores e o momento descontraído da conversação emergissem em sua frente sub-repticiamente, em cada frase que corria, de novo, sob seu rosto. O texto estava redondo para a leitura final. Quando o editor se portou diante daquela matéria fresca, disse: precisamos de dois textos – um para o jornal diário e outro para o jornal popular. Reduza os termos técnicos para o popular e destaque a sujeira do ambiente, a nova morada da super dengue! Abuse de fotos do lixo a céu aberto. No texto do jornal diário, enfatize a presença da universidade naquele lugar e anuncie a chegada de novos dados sobre a



dengue, nos próximos meses. Tente achar uma foto da entrevista, ou dos pesquisadores avaliando o ambiente. Talvez consigamos capa nas duas edições! Foi assim que, depois de negociações nas reuniões de pauta e de fechamento dos dois jornais, estavam prontas as duas matérias. E ainda com manchetes de capa, no dia seguinte.

Amanhece a cidade. Um pai de família recebe o jornal em casa, como de costume. Prepara seu café enquanto corre os olhos sobre as manchetes. Você vai me levar à escola hoje?, pergunta seu filho mais novo. O pai, inerte, nada responde. Continua a passear pela capa e assim lê, em fontes pequenas, ao final do tabloide: Pesquisadores da UFMG analisam a reprodução do mosquito da dengue em ambientes sujos. Olhou para fora da janela de seu apartamento, e avistou o terreno baldio, que virara um verdadeiro depósito clandestino de lixo dos moradores de seu bairro. Chegou ao caderno temático, procurou pela página indicada na capa e se adentrou, fixamente, no mundo daquela matéria. De repente, um susto: uma foto de pesquisadores dando uma entrevista, num cenário de lixo a céu aberto. O coração palpita, e, ao iniciar a leitura das primeiras linhas, a esposa o interrompe: o Felipe está querendo saber se você vai levá-lo à escola hoje. Só um minuto, afirma indiferente. Lê a notícia atentamente. Felipe pula ansioso na sua frente, e lhe entrega a chave do carro. Apressado, o homem embrulha o jornal e o enfia de qualquer maneira em sua pasta – haveria de ter tempo para terminar a leitura, assim que chegasse ao trabalho. Pega o filho e arranca o carro preocupado: será que a super-dengue também se esconde por aqui? Será que se reproduz na bomba d'água do limpador de para-brisas? No caminho da escola, se depara com o adesivo “Agora é Guerra: todos contra a dengue”, afixado no para-choque do carro que estava seguindo à sua frente, pela via de trânsito. É um sinal, pensou. Hoje, estaria decidido a procurar a Prefeitura para denunciar o dono daquele terreno.

Enquanto isso, em outro canto da cidade, a secretária de uma escola estadual chega ao trabalho. Problemas: havia esquecido os diários de classe de uma professora, sua vizinha que, ontem, lhe pedira o favor de entregar suas notas. Uma gota de suor escorre em sua testa e cai sobre a mesa. E agora? Se fosse até a sua casa para buscar as notas, ficaria agarrada duas horas no trânsito – naquele horário, seria inviável. Teria que pedir a sua chefe direta, uma pessoa sistemática e rígida, para demorar um pouco mais durante seu horário de almoço. Quando assim o fez, ganhou uma rachada: que sua falta de responsabilidade não prejudique nossos processos e nossos fluxos administrativos. Agora, outra gota, que escorre sob seu rosto e cai na mesa. Vinda, dessa vez, de seus olhos. No dia anterior, havia terminado um relacionamento de três anos. E ainda ontem tinha se embaralhado toda quando, depois de horas e horas brigando, chegou a sua casa: como não gostaria de que sua família soubesse de nada, disse que estava com uma conjuntivite alérgica, e foi logo tratando de se deitar. Em meio a esse contexto infeliz, ela não poderia ter

esquecido o diário em casa. Droga! Decide então sair um pouco de seu setor – mesmo com a cara fechada de sua chefe – e andar a esmo. Era preciso refrescar a mente.

Como de costume, passou na banca de revistas e comprou um *Super Notícia*<sup>38</sup>. Chegou ao banco da Praça da Liberdade (próxima a seu trabalho) e se sentou confortavelmente naquele lugar. Tudo ali havia de ser sagrado. Na capa, berrava a foto de um lixo, associada à manchete em cor de sangue: Anunciada a chegada da super dengue em Belo Horizonte. Ela se distrai um pouco e decide ler a matéria. Fica preocupada, mas aquilo não a abala muito. Passa em sua frente um transeunte que reconhece o *Super* nas mãos da secretária. Ele também acabara de ler a matéria, e diz apressado: cuidado com a super dengue, hein? Ela pode criar filhotes até em tampinhas de garrafas pet, como essa aí no chão, perto de você. Ela se assusta e chuta a tampinha. Depois se levanta, e segue embora – já era tempo de voltar. Mas larga o jornal no banco. Um senhor aposentado aproveita a oportunidade e corre para apanhar aquele resto de leitura. A moça sai, e, no caminho da escola, observa o adesivo grudado no para-choque de um carro parado no sinal: Agora é Guerra: todos contra a dengue. Ela acha aquilo feio, parecido com coisa de polícia. Que brega colocar isso no carro – se fosse eu, não permitiria. Mas essa coisa de pregar adesivo em carro era cara do seu amor. Ops!, ex-amor. Que saco, tudo é motivo para lembranças. Queria sumir, se mudar para uma ilha deserta. Precisava voltar ao trabalho, e quando lá chega, brinca irônica com seus colegas: se preparem, a super-dengue está chegando, e só mesmo chamando a polícia para conseguir capturá-la!

Quero ver agora se o leitor mata essas: nesses dois casos, *ficcionais ou não*, onde começa e onde termina o texto? Qual é o marco zero do sentido: a matéria finalizada pelo olhar do editor? ou o momento que furtou a atenção do jornalista quando este passava pelos pesquisadores? Quem seria o autor: o jornal, os pesquisadores, o jornalista, o editor? Não queremos respostas, apenas provocações. O que fica de importante para fundamentar nossos propósitos é a premissa de que os textos existem num conjunto de formas de comunicação, em meio a espaços de experiência. Não é possível generalizar nada (e, conduzidos pela proposta de Braga (2009), veremos mais adiante que nem seria esse nosso ensejo), mas é curioso observar que as experiências da dengue – e dos próprios textos – se constituem em meio componentes de presença e de sentido, próprios aos sujeitos do exemplo (os pesquisadores, o pai de família, a secretária, o jornalista, o editor). A busca desses exemplos não demonstra também de nossa parte um desejo de domar o sentido ou de afirmar que o jornal popular opera de uma forma e o tabloide, de outra. São situações que, ao máximo, nos permitem dizer: 1) *não é possível entender o texto apartado das*

---

<sup>38</sup> Jornal Popular de circulação em todo o Estado de Minas Gerais, concorrente do Jornal *Aqui* do grupo dos Diários Associados.

*formas de comunicação que o constituem ininterruptamente; 2) não há um sentido anterior ao texto.*

Para além de uma ideia de superfície ou de ponte de acesso, o texto pode ser assim tomado como algo que materializa o sentido, na presença da interação. Por isso, é essencial notar que a textualização envolvida na materialidade dos processos comunicativos não apaga outras lógicas que operam junto às formas de comunicação engendradas na experiência dos sujeitos: a leitura dos jornais não se isola do contexto de levar o filho na escola, do trânsito na cidade, da captura pelo adesivo em meio ao trajeto, da conversa com a chefe, da admoestação do transeunte (no laboratório vivo da experiência, não existem placas de *petri* ou aparelhos destinados à separação de substâncias). A textualização é movimento que acontece em meio a outros movimentos de presença e de significação, nem mais nem menos importantes – todos singulares. É por conta disso que defenderemos ao longo de todo o trabalho: tarefa estéril é a busca de um suposto marco zero do sentido. Inclusive a figura do autor – em aposta, muitas vezes guardiã desse marco – faz parte de um esquema precário, em termos comunicacionais, que defende o texto como algo que cristalizaria a significação primeira, lançada por um corpo. Na empreitada que seguimos, o próprio autor é sujeito que não se aparta de formas de comunicação: como criatura viva, experimenta o ambiente e produz sentidos a partir de outros sentidos e de outras formas de comunicação.

No caso desse trabalho, em que tratamos de textos da mídia (jornal diário e anúncio publicitário governamental), é válido recuperar a correlação entre a noção de texto e a ideia de dispositivo midiático – questão já iniciada no item *Mídia*. Os textos da mídia também não vivem soltos, e se constituem em meio a processos materiais, históricos e situacionais que os *conformam/os dão forma*. Esses textos se materializam, portanto, em dispositivos (Mouillaud, 2002; Antunes e Vaz, 2006), matrizes que os geram e os produzem. Podemos falar, portanto, numa co-determinação entre dispositivos e textos: por um olhar comunicacional, os textos são sempre encaixados, e se explicam sucessivamente em relação a outros textos. A parte imóvel e prensada que se emancipa não carrega, dessa forma, um sentido pronto, mas se constitui como algo condensado, gerador de um campo de forças, em meio a um inacabado processo de significação e de experimentação. Por isso, em termos comunicacionais, esse texto emancipado, produzido por máquinas, não é coisa abstrata, não é ditador de um sentido original de um autor, nem é resto ou tecido morto de um processo que já terminou. Encarnado em dispositivos, ele se realiza, ininterruptamente, na interação<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> O entendimento do texto em correlação à ideia de dispositivo pode ser também vislumbrado a partir das noções de enunciado e de enunciação, presentes em Bakhtin (2002, 2003) – apesar de uma abordagem que tende a ser centrada no sentido (mesmo sabendo que os esforços de Bakhtin se

### Textos vivos: entre o tecer e o tecido

Já que não há um sentido anterior ao texto, não sendo possível entendê-lo apartado das formas de comunicação e de experiência dos sujeitos, sensibiliza-nos a ideia de que os textos são constitutivos de *vitalidade*: se há textos, há comunicação; se há comunicação, há experiência. Seguir por esse caminho implica em continuar a desatar algumas compreensões contaminadas sobre o texto, tomando-o como fenômeno que vai muito além de seu aparente estado de congelamento. Barthes (1987) é uma boa companhia nessa seara: em raciocínio dialético, reconhece o texto como um *tecido* – coisa pronta, resultado de uma intervenção humana pelo uso de uma técnica – e como algo em processo, *fazendo-se* (a raiz latina da noção de texto finca-se em *textere*: *tecer*, ação de um fazer, de um gesto em movimento). A compreensão de Barthes (1987) não sugere o apagamento ou o privilégio de uma noção pela outra, já que ambas convivem em tensionamento. Tanto há um tecido – algo que dá forma, (*con*)forma, (*in*)forma, concede unidade – quanto há um tecer – algo que se faz e que se costura continuamente. Esse paradoxo ambulante que o texto carrega expressa considerável complexidade comunicacional que desafia a nós, pesquisadores, a encontrar maneiras de tomá-lo sem destituir sua singularidade. Retalhar o texto e retirá-lo das formas de comunicação que o engendram seria como que arrancar sua *vitalidade*, seu espírito. Desintegrar a unidade do texto, dissipando-o junto aos contextos comunicacionais, e esvair seu traço como coisa que, de algum modo, se estabiliza seria o mesmo que desconsiderar seu aspecto de condensação (seja pelo receio de cair em análises internalistas, seja pelo ato de apreciá-lo como elemento periférico e não significativo das interações).

Outros estudos seguem também por uma tentativa não disjuntiva de abordagem da noção de texto, dentre os quais se inclui o pensamento do canadense David Olson (1994) sobre a escrita. A problemática do registro e da oralidade são aspectos salientes de seu trabalho, em especial quando rediscute algumas crenças e pressupostos que parecem ter se impregnado nas reflexões sobre *falar* e *escrever*. Ao contrário do que muitos pensam, a escrita não seria uma espécie de transcrição da fala: ela opera sob outro registro linguístico, e se constitui como um sistema próprio de linguagem, agindo sobre a oralidade e a constituindo – da mesma maneira que a oralidade age sobre a escrita e a constitui. Nesse sentido, por operar como um sistema de linguagem distinto, a escrita não apresenta

---

dirigem a um entendimento vivo da língua). Em sua perspectiva, o enunciado não é tomado como resto de um processo de enunciação (Bakhtin, 2002, 2003), mas como uma parte detonadora – um dispositivo – de significação, em meio a um amplo e ininterrupto processo de produção de sentido. Por esses termos, os enunciados estão sempre dentro de enunciados, como os textos, sempre dentro de outros textos.

superioridade em relação à fala<sup>40</sup>, já que, inclusive, não é capaz de guardar as propriedades presentes na oralidade, mas se coloca em meio a uma tensão representada por dois campos de forças: um, que busca preservar suas características enquanto sistema; outro, que provoca rachaduras em suas propriedades, influenciando suas regras e estabelecendo um movimento de permanente (re) constituição de seus limites. Isso significa que os sistemas linguísticos não são fechados, muito menos autopoieticamente referenciados; como desenhos abertos, eles se auto-constituem e buscam, no mesmo lance, ações que os preservem minimamente e que os singularizem. Olson (1994) ainda afirma que não há uma suposta superioridade tecnológica do sistema escrito alfabético em relação a outros sistemas escritos – a própria escrita com ideogramas, que rege o sistema de registro de algumas línguas orientais, é exemplo dessa assertiva. Essa noção parece estilizar a ideia totalmente separatista de registro alfabético e de registro imagético, inspirando-nos a tomá-los como irmandades do campo da escrita, apesar de suas particularidades enquanto sistemas também distintos (porém abertos).

É válido ressaltar que o interesse de Olson ao levantar esses questionamentos coloca-se, acima de tudo, num lugar de investigação da cognição social que a escrita expressa junto aos sujeitos, em especial após a invenção da Imprensa. Contudo, é possível solicitar o empréstimo de suas assertivas, uma vez que seu pensamento nos oferece um insumo precioso para ampliar o olhar comunicacional sobre o texto: a escrita configura-se como um sistema linguístico *em relação* com o sistema linguístico oral. Por mais simples que isso possa parecer, tal noção abre uma peculiar possibilidade de tomar a escrita como algo em movimento, e não em congelamento; faz-nos ver que a escrita se põe em operação com os sistemas de significação da oralidade e com a própria significação que nasce das inúmeras formas de comunicação nas quais os sujeitos vivem mergulhados. Por isso, arrisca Olson (1994): se a escrita não é simples transcrição da fala, os gestos da escrita, em

---

<sup>40</sup> Por isso, segundo Olson (1994), não é possível estabelecer uma relação direta entre escrita e progresso social: não há evidências que comprovem assimilação causal entre universalização do sistema da escrita e desenvolvimento social. Na visão do autor, há culturas sofisticadas que não se baseiam num sistema linguístico de escrita, mas, sobretudo, na oralidade. Com isso, suas pesquisas rejeitam uma visada evolucionista sobre a problemática da língua, em relação à oralidade e à escrita: nos estudos de Olson, não se aplica o raciocínio de que a escrita se encontra num patamar elevado em relação à fala; são dois sistemas, *resultantes* e *resultados*, que se constituem no fluir de interações e de processos históricos, e que engendram características, frutos dessas interações. Como veremos adiante, o pensamento de Michel de Certeau (1994, p. 224) é revelador, quando concorda que um “referir-se à escritura e à oralidade (...) não postula dois termos opostos. (...) Não se trata aqui de voltar a uma dessas “oposições metafísicas”. Certeau (1994, p. 224) também evidencia que a ideia que reúne desenvolvimento social e escrita constitui-se por uma prática escriturística, como uma utopia fundamental e generalizada do Ocidente moderno: “o “progresso” é de tipo escriturístico. De modos os mais diversos, define-se portanto pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática “legítima” – científica, política, escolar, etc. – deve distinguir-se. “Oral” é aquilo que não contribui para o progresso; e, reciprocamente “escriturístico” aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição. Com tal separação se esboça uma fronteira (e uma frente) da cultura ocidental”.

nossos tempos, produzem *mundos no papel*. Por conseguinte, tudo isso parece indicar que existe certa ubiquidade da escrita na contemporaneidade, de maneira que tal quadro faz com que ela exerça uma função epistemológica base: a de inteligibilidade desses mundos. É assim que a escrita não se constitui apenas como um instrumento mnemônico: como forma de representar o mundo de uma determinada maneira, ela se põe num lugar de centralidade junto à compreensão dos universos que ela produz e que os torna possíveis (ciência, direito, religião, literatura, jornalismo, publicidade, etc.).

Olson (1994) nos mostra que uma das principais implicações que esses *mundos no papel* trazem é a perda da força ilocucionária<sup>41</sup>, em operação com esse sistema linguístico (comparando com o que vimos no tópico anterior, essa força se origina, especialmente, da presença do corpo como veículo de comunicação). Impressionante como as questões são recorrentes, vindas de diferentes autores: da mesma maneira que Gumbrecht (1998) problematiza o deslocamento do corpo como veículo de sentido junto a materialidades, Olson (1994) vislumbra a perda dessa força para evidenciar o cenário que se inaugura quando se lida com esses textos. E por mais que a escrita tente introduzir marcas ilocucionárias (pontuação, tipografia, grafismo, expressões, descrição de cenários, a própria assinatura de um autor), como estratégia para tentar diminuir o déficit da ausência do corpo, esses textos não carregam, por si mesmos, suas condições totais de legibilidade. Que verdadeiro caos! Mas os textos justamente não exerceriam uma função epistemológica

---

<sup>41</sup>A noção de força ilocucionária tem seu fundamento principal na obra do filósofo John Austin, com sua teoria dos *atos de fala* ou dos *atos de linguagem*. Trata-se de formulações conceituais complexas, cujo entendimento necessita de tempo e de reflexão. Contudo, em linhas bem gerais – e diante dos nossos propósitos com o emprego de alguns termos já *usados* por David Olson – encontramos em Ricoeur (1991) uma compreensão relevante da noção de força ilocucionária, sempre acompanhada das compreensões de locução e de perlocução. O hermeneuta francês compreende locução como o ato de dizer; ilocução como o ato de dizer o dito no texto (numa oferta de elementos que se esforçam por conformar um contexto em que se projetam supostas intencionalidades do autor ao escrever/dizer); e perlocução o ato de dizer no dito do texto que produz efeitos sobre o leitor. Em artigo sobre a temática, Ottoni (2002, p. 12) interpreta tais conceitos, destacando que, para Austin, o ato de fala é composto desses três atos em simultaneidade, a saber: “um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por *eu prometo...*, ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor”. No verbete “Perlocucionário”, no dicionário de filosofia de Mora (2001, p. 2253), encontramos alguns exemplos utilizados pelo próprio Austin ao constituir tais noções: “há locução quando alguém me diz ‘Mate-a’ e quando por matar quer dizer matar e com o acusativo do pronome pessoal ‘a’; há ilocução quando alguém me ordena matá-la, e há perlocução quando alguém me persuade a matá-la”. Como se vê, em rasante bem geral, há diferenças na forma de apropriação da teoria austiniana. Em nossos propósitos, é suficiente compreender que a força ilocucionária é aquela que se volta a projetar uma intencionalidade do locutor, e que, em ambientes textuais, tal força se reveste de elementos para tentar repositonar tal intencionalidade, supostamente menor em relação a ambientes presenciais de comunicação.

base, em nossos tempos? Que textos fajutos: prometem salvaguardar o sentido, quando, na realidade, não se dão conta de que o sentido escapole de seus domínios.

Obviamente, o mais instigante de tudo isso é explicitar esse cenário complexo: a função epistemológica dos textos continua sendo essencial para a inteligibilidade dos tempos de agora. E só se enxerga o caos quando se toma como guia uma visada estratégica e dominadora (não por acaso, moderna) que, contudo, se denuncia, ao buscar garantir nos textos a transmissão de um suposto sentido original. Isso porque a lógica do sentido, constituído em meio a imbricações de sistemas de linguagem diferentes, não se organiza apenas pela concretude do texto, mas pela interação entre tais sistemas. É precisamente com relação a esse aspecto que retorna a questão: como conseguimos repor a força ilocucionária para a conformação do sentido? Digo que a resposta já apareceu anteriormente. Num cenário que acolhe vários sistemas de linguagem, repomos a força ilocucionária a partir das tramas ilocucionárias de outros textos. Mais uma vez, a noção de *dispositivo* parece ser reveladora: os textos são enredados, e evocam gestos de outros textos para reposição dessa energia das ilocuições. Aqui, sempre há de haver uma tensão, marcada entre as pistas da oralidade dentro do texto para salvaguardar o sentido e as bordas e as fronteiras de outros textos, que emergem para completar o sentido de quem os lê, em processo contínuo – além, é claro, dos componentes tangíveis da presença.

Lembremo-nos do exemplo da secretária da escola, no tópico anterior. Em seu caso, o texto do jornal popular insurge enredado em seus contextos de interação: o término do relacionamento, o esquecimento do diário, o trabalho com a chefe, a admoestação do transeunte, o texto do adesivo pregado no carro, a Praça da Liberdade. Sua experiência com a dengue vai se fazendo por fronteiras de outros textos que se cadenciam e que se afetam mutuamente, na forma de indícios que chegam até a ela mesma. Nesse movimento, é notável a tensão entre as pistas ilocucionárias do jornal (a super-dengue na foto do lixo, a fonte da manchete em cor de sangue) e as tramas ilocucionárias de seus outros textos (o adesivo que lhe surge, a lembrança brega de seu “amor” que também pregaria o adesivo no carro, a chateação do dia, a dengue na tampinha da garrafa, etc.) e da produção de presença, encarnada no seu gesto de leitura. Aqui, permanece o jornal, como um *tecido*, mas, em igual medida, se expressa um *tecer*: há um ininterrupto processo de textualização que encaixa esses outros textos não tão acabados e concretos como o jornal. E a força gravitacional da dengue parece ganhar uma forma nunca findada, posta sempre em processamento.

Nesse ponto, o leitor poderia se perguntar: não haveria uma incongruência explícita no parágrafo anterior? Como falar em outros textos da secretária, se os únicos textos escritos que a defrontaram foram o jornal popular e o adesivo do carro? O pensamento de David Olson não foi trazido a esse fórum justamente por suas contribuições ao texto a partir

de uma teoria da escrita? Se trouxemos o pensamento de Olson, foi com o intuito de tomar emprestado o seu arcabouço, resguardando-nos porém o direito de inseri-lo numa lógica comunicacional de apreensão dos fenômenos. Façamos um breve exercício, a partir de uma pista reveladora: a oralidade de hoje não é mais a mesma daquela que se apresentava antes da aparição das máquinas de prensar. Isso porque se consideramos a existência de sistemas linguísticos em relação, falar hoje em oralidade implica também falar em escrita, e vice-versa como num jogo de auto-constituição. Além disso, Barthes nos ensina que o texto não se encerra no tecido; o texto também é o tecer – que não se faz na escrita apenas, mas também na oralidade. Por isso, no exemplo da secretária, texto é o jornal como também a trama que se enreda na expressão de sua leitura.

Talvez aqui consigamos retrazer uma questão aberta anteriormente: os textos são bons modelos para se compreender os processos comunicativos. Ao tomarmos os textos como processos de textualização – frutos da interação entre sistemas de linguagem distintos – e como produtos concretos – que se expressam como materialidades encaixadas com outros produtos e/ou com o urdir de uma trama – nos esforçamos por abandonar totalmente uma lógica transmissiva e de apreender os textos nos movimentos de significação e de presença que os constitui. É dessa maneira que, por uma perspectiva relacional, vislumbramos textos instáveis e incompletos, que se conformam, continuamente, em movimentos de (re) textualização e de enredamento, nas mais variadas formas de comunicação nas quais vivem os sujeitos. Não seria o texto uma boa metáfora para compreensão do próprio objeto da comunicação? Sob a ótica da experiência, não ajudariam os textos a sofisticar o olhar comunicacional sobre os fenômenos? Deixemos no ar essas suspeitas. Fiquemos, ao mínimo, sabendo: numa visada relacional, os textos estão vivos. E na busca de entendê-los, muitos de nós destituíamos seus enredamentos – na ilusão de que o dissecamento dos produtos nos revelaria um sentido supostamente guardado, por detrás do tecido. Essa fome desesperada por entendimento é coisa da modernidade: a textualização inaugura, para os sujeitos em comunicação, uma necessidade hermenêutica primária, e os coloca diante de um mundo textualizado que solicita o gesto da leitura. Como ler esses textos ainda vivos? Prendendo-os numa gaiola? Congelando-os? Isolando-os num laboratório?

### **Escrita e leitura: encarnação de experiências**

Tragamos Michel de Certeau para nos ajudar nessa empreitada. Seu pensamento é daqueles que chacoalham, invertem, transformam nossas ideias. É crítico e libertador, simples e profundo. Certeau é nosso convidado em vários lugares desse trabalho. Não daríamos conta mesmo de sintetizar, em poucas linhas, suas formulações; por isso, vamos



aqui fazer um recorte. Ou melhor, um saque: assaltamos Certeau nessa seção, sabendo que sua fortuna não se reduz aos pequenos sacos de vintém que conseguimos lhe arrancar. Dá vontade apenas de escolher partes seu texto e por aqui colá-las, *ipsis literis*. Mas não somos ladrões a esse ponto: pelo menos nos aventuramos a usinar, de vez em quando, seu pensamento, assumindo os riscos que isso possa nos trazer. Riscos que podem ser levantados por você, caro leitor, em seu gesto efêmero da leitura. Como também, por mim mesmo, primeiro leitor desse texto.

Certeau trabalha com a noção de uma economia escriturística – um movimento que faz parte do nascimento das sociedades modernas, e que acaba por estabelecer os parâmetros de ordenamento do mundo ocidental, desde então (os períodos cronológicos são os mesmos explorados pelos autores que já evocamos: fim da Idade Média, início do Renascimento e alguns anos depois). Nesse desenho, a prática de uma escritura indica e transforma as relações que temos com os textos, agora aparentemente fixos (ao contrário dos textos manuscritos e glosados pelos homens, ao longo de suas transcrições e reproduções não fidedignas à “escrita original”) e encarnados num corpo que permanece e que se reproduz identicamente: o papel. A escritura constitui-se, dessa forma, por uma *escrita*, que perdura e que circula, e por uma *leitura*. São dois gestos co-constitutivos, e não autônomos. O texto, portanto, não é só escrita, é também leitura e

só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de astúcias de duas espécies de “expectativa” combinadas: a que organiza um espaço *legível* (uma literalidade) e a que organiza uma *démarche* necessária para a *efetuação* da obra (uma leitura) (Certeau, 1994, p.266).

Sendo assim, a escritura rejeita o contraste entre o lugar da escrita e o lugar da leitura: ambos os gestos se encarnam no texto e são partes intrínsecas à produção de sua experiência. Partindo desse raciocínio central, Certeau pretende decifrar as diferentes práticas sociais que nascem dessa economia escriturística – uma vez que, em sua visão, a escritura é uma prática que se espraia sobre outras práticas, como traço simbólico, sub-reptício e articulador da vida social. Caminhar pela cidade é uma escrita da cidade: os caminhos que tomo inscrevem a “minha” cidade, e suscitam leituras. Cozinhar é escrever com a comida: num gesto de intervenção, que é social, seleciono ingredientes, escolho uma receita, recrio possibilidades, imprimindo uma prática particular que gera experiência.

Assim, escrever é se portar diante da *página em branco*; é fundar um lugar próprio. Nesse gesto, destaco alguma coisa do mundo e coloco meus rastros. Certeau (1994, p. 225) entende que a página em branco circunscreve um lugar de produção para o sujeito: “efetua-se um corte no cosmos tradicional, onde o sujeito era possuído pelas vozes do mundo. (...) Gesto cartesiano de um corte instaurador, com um *lugar* de escritura, do domínio (e

isolamento) de um sujeito diante de um *objeto*". O texto que dessa relação emerge é dotado de materiais tratados (usinados) com vistas a produzir uma ordem e a expressar um mundo: não um mundo recebido, mas *fabricado*. Nessa operação, me aproprio desse mundo, que se transforma. É dessa maneira que o lugar da escrita expressa uma fabricação, a invenção de um *objeto*, de modo que se produzir como sujeito é produzir objetos: "o jogo escriturístico (...), tem como "sentido" remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*" (ibidem, p. 226).

Essencial é perceber o movimento contraditório nesse jogo escriturístico. Ao dispor elementos e fazer inscrições, a escrita inevitavelmente se constitui por um caráter prescritivo: ela indica caminhos, supõe uma ordem. Entretanto, diante do espaço legível e literal da escrita, uma demarcação inesperada, constituída por gestos que se rebelam e que constituem um outro distinto, se expressa: eis que emerge, ativa e astuta, a leitura – *a outra face da escritura*. Quando li o que acabei de escrever achei barango e engraçado (ficou parecendo título de novela mexicana). É minha leitura, se rebelando contra minha escrita. Minha? Certeau nos diz que ler é uma operação de caça em território alheio, é peregrinação por um sistema imposto, e

ora efetivamente, como o caçador na floresta, [o leitor] tem o escrito à vista, descobre uma pista, ri, faz "golpes", ou então, como jogador, deixa-se prender aí. Ora perde aí as seguranças fictícias da realidade: suas fugas o exilam das certezas que colocam o eu no tabuleiro social. *Quem lê com efeito? Sou eu ou o quê de mim? (...)* Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los (Certeau, 1994, p. 269-270).

Dá vontade mesmo é de continuar a ler Certeau, sem a necessidade de fundar um lugar. Mas, como ele mesmo diz, nós que somos mais ou menos funcionários, deixemos por enquanto a você, caro leitor, esse não lugar, ou essa não necessidade de fundar um próprio por esses espaços. Você pode sair ou permanecer, jogar ou se rebelar, simultaneamente, associar esses pedaços de palavras e imagens com textos adormecidos na memória. Por essas bandas, a mim cabe a escrita, esse ofício muito mais incômodo e institucionalizado. Mas sinto o gosto – meio indigesto – de reler meu próprio texto, e de me sentir como aquele jornalista que se portou diante da matéria sobre a dengue e teve a sensação de se ver ao lado de algo que lhe parecera chegar inusitadamente, naquele momento. O pensamento de Certeau nos faz enxergar a vitalidade dos textos na relação entre escrita e leitura. O texto constitui-se por um ambiente linguístico, como um *corpo* circulante, com energia e inscrições no mundo. A relação entre sujeito e ambiente se aplica ao texto: aqui se expressa, portanto, um lugar de experiência.

Interessante é explorar essa metáfora dos textos como corpos. Além de nossa alma, formas de experiência se encarnam em nossos corpos, de modo que, nas práticas, não há como separar coisa alguma. Somos textos ambulantes, que expressam inscrições próprias e impostas por outrem, manifestando também, sutil e sub-repticiamente, as astúcias de um leitor, de frente ou não ao espelho. Sentimos, pensamos, sofremos. Não teriam os textos os mesmos atributos? Esse texto me apaixonou. Degustei cada palavra. Sofri do início ao fim. Chorei e sorri. Mergulhei. São verbos que usamos e que indicam experiência: passagem, sofrimento, estética, presença. Formas de experiência se encontram encarnadas nos corpos humanos e nos corpos textuais. Lemos os corpos que se transformam em textos: em meio aos corpos transeuntes nas ruas de uma cidade, degustamos aqueles que, de algum modo, nos são objetos de leitura. Os outros, não são textos. Lemos os textos que, de algum modo, encarnam formas de experiência. São corpos vivos. Os outros que não lemos, não são corpos com alma. São como cadáveres: amontoados de carne que não dizem nada além disso.

Por que será então que tenho que matar os textos que estão vivos para mim? Dissecar cadáveres não parece uma boa metáfora para expressar o processo de comunicação. Textos inertes não falam, não choram, não gozam. Cheiram mal. Nesse caminho, não relação, há pedaços soltos. Textos mortos servem bem a uma análise transmissiva da comunicação. A leitura dos textos vivos pede um-se-perder, um não lugar – paradoxo num campo científico que deseja, justamente, uma disciplina. Será que a singularidade da comunicação está justamente em sua indisciplina? Certeau abriu minha alma, e preciso voltar à argumentação. Não há como separar os textos das formas de comunicação, de seus enredamentos e de sua cadência de outros textos. O tecido está no tear; do tear, vai para as mãos; das mãos, para o balcão; do balcão, para o freguês; do freguês, para o vestido; do vestido, para a festa; da festa, para o beijo; e assim por diante. O tecido se explica na relação de tessitura. Vulgo: o texto se explica em relação com outros textos. Que rede de relações esses textos petulantes inscrevem e patrocinam? Que gestos e espaços se encarnam nas formas de experiência desses textos?

*Agora é guerra: todos contra a dengue.* O que há de singular nesse texto? É um corpo que fala e que parece também querer fazer coisas conosco. Acha-se no direito de nos convocar, como soldados num campo de batalha. Esse texto, fragmento de um anúncio publicitário do Governo do Estado de Minas Gerais, é próprio acontecimento: quando imaginaríamos uma referência à guerra para lidar com um mosquito? Com sua força disruptiva, a dengue explicita o descontrole do Governo – seu total abatimento e sua falta do que dizer. É o que esse texto me evoca: outros textos na interpretação desse anúncio. Esse brevíssimo exercício revela nosso intuito durante todo esse trabalho: singularizarmos os textos e não rompermos suas ligações (não desejamos abrir guerra contra o anúncio, matá-

lo, para só depois estudá-lo). Queremos expor sua vitalidade, em meio a uma cadência de sentidos e de presenças. E, para isso, a noção de acontecimento nos é cara: a dengue no anúncio e no jornal se faz por um movimento de escrita e de leitura, na (re) fundação de uma interpretação ininterrupta, em devir – caráter de uma experiência acontecimental. O acontecimento é isso: inaugura um campo de problemas e um horizonte de possíveis (Deleuze, 2007; Queré, 2005), e nos auxilia, dessa forma, a não simplificar o texto, mas a tomá-lo em sua complexidade. Defendemos, portanto, que a noção de acontecimento nos ampara, não por acaso, tanto no próprio desvelamento da vitalidade do texto quanto na escolha de metodologias que buscam dar conta de expressar tal vitalidade.

Por esse caminho, o texto é sempre um lugar de negociação, com uma pluralidade infinita de estados; ele recebe, pela diversidade de atores, de lugares e de dispositivos, camadas de significação contínuas – o que representa sua natureza instável. No jornal e no anúncio existem formas de experiência encarnadas: como corpos, indicam protocolos de escrita e recebem protocolos de leitura, num vai-e-vem que constitui/expressa o problema público da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Esses textos não são o resultado de uma experiência, mas sua conformação em *interação*. É nesse sentido que também podemos saquear a perspectiva hermenêutica de Ricoeur (1991) para vislumbrar a relação entre experiência e texto, a partir de um olhar comunicacional. Como entender, de modo mais específico, a relação que estabelecemos com o texto – esses tais protocolos de escrita e de leitura? Formas de experiência encarnadas no texto – como traduzir melhor essa expressão do ponto de vista da relação que constituímos com os textos? Experimentamos os textos e o que fazemos com eles?

A perspectiva hermenêutica de Ricoeur (1991) – como veremos adiante, no item 1.3 *Abordagem Metodológica* – passa longe de um movimento hermenêutico clássico, inaugurado com a modernidade. Como ele mesmo elucida: quando estamos diante de um texto, lidamos com duas possibilidades de movimentos: a) a busca de uma *explicação* por meio de supostas relações e estruturas internas, tratando o texto como *sem-mundo* (e, por sua vez, sem vitalidade); b) a busca de uma *interpretação* do texto, consumando-o em falas e restituindo-o à comunicação viva. Ricoeur entende, portanto, que explicar é uma tentativa de destacar as relações internas que constituem a estatística do texto (movimento que não diz da significação do texto, mas apenas supõe entender aquilo que não passa de um conjunto de ossaturas...), enquanto que interpretar é tomar do texto seu caminho de pensamento, de modo que “a interpretação não é um ato sobre o texto, mas um ato do texto” (Ricoeur, 1991, p.159). Quando Ricoeur (1991, p.162) aponta que “o dizer do hermeneuta é um re-dizer, que reativa o dizer do texto”, há uma direção clara no sentido de identificar um novo conceito de interpretação, fundado na experiência. Tal conceito corrobora em muito com as perspectivas já apresentadas em parágrafos anteriores, já que,

para o autor, ler é encadear um discurso novo no discurso do texto – fato que explicita o caráter aberto do texto e a sua peculiar capacidade de ser encadeado e retomado em universos diferentes. A interpretação seria, por esses termos, “a conclusão concreta deste encadeamento e deste retomar” (Ricoeur, 1991, p. 155)<sup>42</sup>.

Ricoeur vai além: para ele, a ação humana é um *quasi-texto*. Ela se desprega do seu agente e adquire uma autonomia semelhante à autonomia de um texto, permitindo a reinscrição do seu sentido em novos contextos. É uma obra aberta, dirigida a muitos leitores possíveis. Ao dizer isso, Ricoeur pretende tomar o texto como modelo de interpretação da própria experiência, uma possibilidade de compreender como a ação social se realiza no mundo e se produz. Escrevemos (inscrevemos) e lemos práticas no mundo: experimentamos as coisas nunca a partir de um sentido imanente a elas mesmas, mas por um movimento de leitura que rediz o texto e a nossa própria experiência. Relembremos: o pai de família que se incomoda com o terreno baldio cheio de lixo redisse a matéria do jornalista e foi tomado por um impulso de ligar para a Prefeitura. O texto só existiu para esse homem na medida em que encontrou sua leitura – dinâmica, rápida, viajante; casada e divorciada com o tecido escrito. Essa forma de ver é bastante reveladora: ao tomar o texto como um modelo de interpretação da experiência, Ricoeur nos permite também considerar que o texto em si não é uma forma de acesso à experiência, mas é uma experiência no mundo. Ele me produz como sujeito, formata maneiras de experimentação, tonaliza e encarna formas singulares de interação.

Diante dessa pregnância que estabelecemos com o trabalho de Ricoeur, é bom lembrarmos que não temos, pelas bandas dessa tese, a intenção de nos tornar hermeneutas: nosso olhar é como o daqueles que tomam a comunicação para apreensão dos fenômenos. E seguindo o mesmo caminho de Olson, nosso contrato com Ricoeur prevê o empréstimo de suas noções a uma lógica comunicacional. Mesmo porque, o hermeneuta descrito por esse autor parece não se esconder por detrás de um véu: ele se expõe, permite falar de si ao falar dos textos, explicita sua interação na produção de sentidos e reconhece que sua visada na interpretação não tem os propósitos totalitários de um paradigma científico moderno. Assim, um dos grandes ganhos comunicacionais do pensamento de Ricoeur é que ele nos oferece não apenas uma noção de texto, mas um caminho de apreensão da própria experiência da dengue, em Belo Horizonte.

Entretanto, quando Gumbrecht (2010) enfatiza sua crítica a uma hermenêutica clássica, e propõe a noção de epifanias – o que exige afirmação da “substancialidade do

---

<sup>42</sup>A interpretação do texto conserva um caráter de apropriação e passa, em algum momento, pela interpretação *de si* (e por sua vez, pela compreensão dos signos da cultura), de um sujeito que se compreende melhor, que se compreende de outro modo ou que começa a se compreender. Interessante notar que, para Ricoeur, a interpretação do texto é também uma luta contra a distância cultural, de modo que a interpretação aproxima – torna próprio – o que, em princípio, seria estranho.

ser” contra a tese da “universalidade da interpretação” – é possível encontrar outros termos que, a nosso ver, não seriam dissonantes à perspectiva de Ricoeur (1991) (já que este também pretende superar a visão de morte e de dissecamento dos textos), mas oferecem outras lógicas que também inspiram a visada de um estudo sobre comunicação e experiência. Arriscamos a dizer que a tentativa de identificação de um novo conceito de interpretação, fundado na experiência, é um projeto que Gumbrecht (2010) desenvolve sem adicionar ao termo *interpretação* uma nova semântica, mas adotando outros termos, cunhados em outras tradições conceituais. Como já vimos, o projeto destaca em especial o termo *presença*: “o prazer da presença’ é a fórmula mística por excelência” e “uma presença que escapa à dimensão do sentido tem de estar em tensão com o princípio da representação” (Gumbrecht, 2010, p.82). Dessa forma, apesar de distinções e de particularidades, ambos os autores nos ajudam a defender a noção de que os textos da mídia dão conta da dengue não como *representações* desse acontecimento ou sequer como *vias de acesso* a este – rejeitando a ideia de que existe um sentido e um acontecimento para além das próprias materialidades. Esses textos vivos, petulantes e instáveis, são *experiências possíveis*. São encarnações do próprio acontecimento.

### 1.3 – Abordagem metodológica

Nessa última seção do *Tensionamento I*, chegamos ao momento de explicar como vertebramos nosso problema de pesquisa. Em verdade, já temos feito isso desde a abertura dessas linhas: como apresentado no início desse trabalho, a opção por uma problematização mais extensa, combinada com um modo de tensionamento entre conceitos e possibilidades empíricas, representa uma direção metodológica – um modo de entender a pesquisa em comunicação e o nosso lugar de pesquisadores. Por isso, é válido explicitar: nossas escolhas metodológicas não são entendidas apenas como os procedimentos que utilizamos quando nos portamos diante do objeto empírico, mas, sobretudo, como formas de desemaranhar o próprio problema de pesquisa – num movimento contínuo de evocação de teorias em interação com a vivência elencada para estudo (Braga, 2008).

Em meio ao desafio de pensar a dinâmica comunicacional da dengue – a singularidade que, com ela, se produz – vimos que a noção de texto mostrou-se inspiradora: é com ela que escolhemos adentrar ao campo da comunicação. A dengue acontece de várias maneiras numa cidade como Belo Horizonte, de modo que as materialidades do jornal e do anúncio publicitário governamental se apresentam como nosso substrato para pensar esse acontecimento (inclusive para levantar não as *únicas*, mas *algumas* das inúmeras maneiras de experienciar publicamente esse problema). Por isso, nas seções anteriores, recolhemos esforços para expressar ao leitor alguns marcos fundantes de nosso problema de pesquisa, este que, como já discutimos, se constitui pelos seguintes propósitos: 1) compreender como as materialidades comunicativas impressas do jornalismo diário e do anúncio publicitário governamental *encarnam* formas singulares de experiência pública com o problema da dengue, numa cidade como Belo Horizonte; 2) investigar como tal experiência – que se constitui por dimensões acontecimentais – é *tonalizada* por essas materialidades; e 3) averiguar em que medida essa tonalização – comunicacional por excelência – se revela por *práticas de interação* e por *campos problemáticos*, em meio a um *jeito urbano* de se viver e de suportar esse problema público.

Algumas lacunas do problema ainda estão por se completar, e pretendemos dar atenção a elas – nesse momento em que também nos esforçamos por desentranhar a dengue como objeto comunicacional, e em que expressamos, de modo mais explícito, a investida metodológica construída nessa empreitada desafiadora. Diante do que expomos, já é possível perceber que nossa principal pulsão se volta contra um método científico disjuntivo e separativo: ao considerarmos a vitalidade que a comunicação imprime aos fenômenos, fomos instigados a buscar um caminho que considera o *tecer* e o *tecido*, sob a inspiração – conceitual e empírica – de um acontecimento. É assim que, em âmbito

metodológico mais geral, *quasi-epistemológico*, o que chamamos de *epifania da distanciação* (um terceiro termo, cunhado a partir do saqueio das noções de epifania de Gumbrecht (2010) e de hermenêutica da distanciação de Ricoeur (1991)) é nossa aposta para um método de pesquisa (e aqui leia-se também: de tensionamento), diante do desafio de apreensão da vitalidade da comunicação, na textualização da experiência da dengue.

Em âmbito metodológico mais específico – que se relaciona ao tratamento do escopo de materiais empíricos elencados em relação ao recorte arbitrário do tempo de pesquisa – nos filiamos inteiramente à proposta de Braga (2008) para as pesquisas em comunicação: realizamos, nesse trabalho, um *estudo de caso dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal*, pautado pelo *paradigma indiciário* – noção desenvolvida particularmente por Carlo Ginzburg (1991). Para transpô-la ao campo da comunicação e obedecendo a particularidades que nossa vivência de estudos solicitou, lançamos mão de dois procedimentos metodológicos, dirigidos ao tratamento do objeto de estudos: a) *derivadas cartográficas* – direções de pesquisa criadas pelo grupo Cartografias Urbanas, da Universidade Federal de Minas Gerais; e b) *“etnografia” dos textos* – procedimento inspirado nos estudos sobre comunicação urbana de Canevacci (1993) e na visada histórica de Certeau (1994) – tendo como guia mais amplo as discussões de Ricoeur (1991) e de Gumbrecht (2010). Imaginei-me agora numa sala de aula, tentando inventariar recursos didáticos para não apenas expor em voz alta, mas para expressar de outras formas essa costura metodológica. Se estivesse nesse lugar, talvez fizesse o seguinte desenho no quadro negro:

### Abordagem metodológica dos textos da dengue como materialidades comunicativas

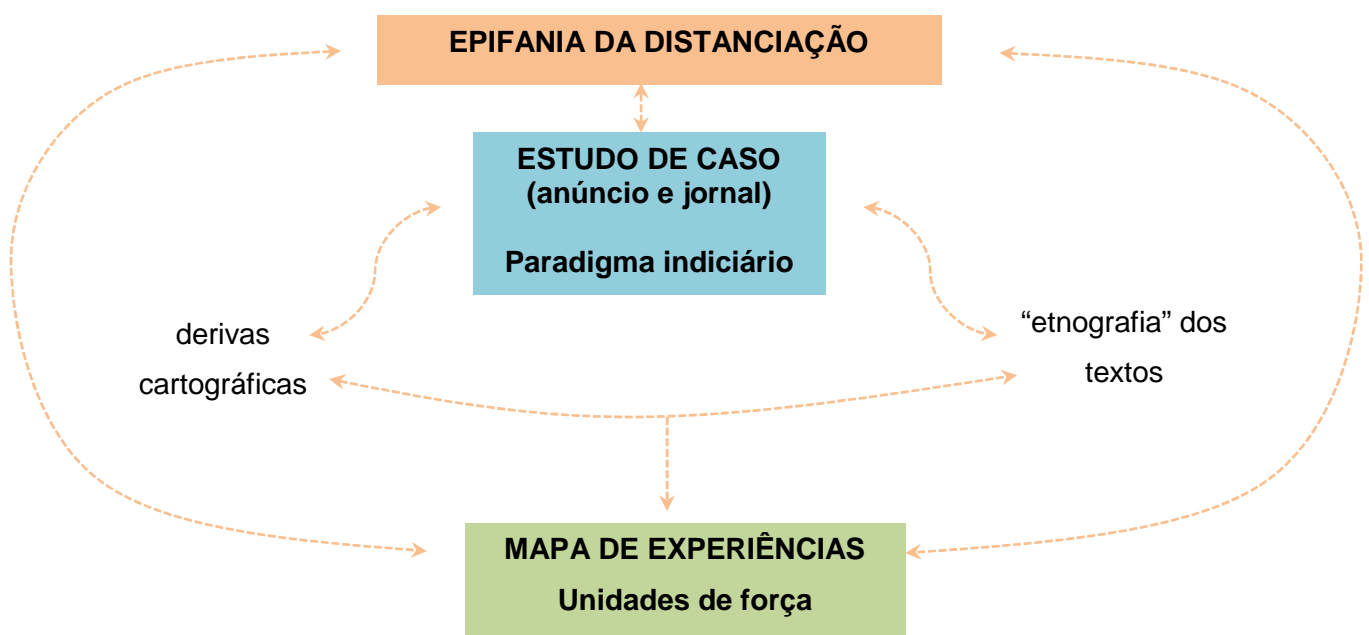


Figura 1: Desenho da abordagem metodológica  
Fonte: Construção da pesquisa



Tentemos, a partir da visualização do desenho, uma nova explicação (de cunho ainda geral) de nossos intentos metodológicos: a *epifania da distanciação* é o “nome bonito” que traduz o nosso *fazer*, do início ao fim da tese: é ela que possibilitou os tensionamentos, produzidos entre conceitos, problema de pesquisa e empiria, e que orientou nosso olhar de pesquisadores em direção à realidade escolhida para estudo (por isso, consideramos que esse movimento se filia a um âmbito metodológico geral, *quasi-epistemológico*). Já com intuito de recorte para abordagem da realidade escolhida, podemos dizer que realizamos um *estudo de caso*, pautado pelo *paradigma indiciário* e sustentado por dois procedimentos: *derivas cartográficas* e “*etnografia*” dos textos. Tais procedimentos emergiram em função de peculiaridades das materialidades comunicativas em relação à própria configuração que o problema público da dengue constitui junto à experiência dos sujeitos. Nos exemplos que demos anteriormente, lançamos mão de pistas retóricas, sem, contudo, desenvolvê-las na ocasião: tentamos, ainda que timidamente, lançar inferências de que a experiência da dengue é, essencialmente, *uma experiência urbana*. A dengue acontece na cidade, e, sendo assim, não há como problematizar a dengue sem problematizar a cidade. Por isso, não há como fugir da constatação de que a dengue é uma experiência *na e da* cidade.

Tanto as derivas cartográficas quanto a “etnografia” dos textos são procedimentos que nos ajudam, nesse sentido, a dar conta da textualização da dengue como um movimento que se expressa em meio a *um jeito urbano de se viver*, numa cidade como Belo Horizonte. Aqui, é também essencial explicitarmos nosso intento quando lançamos mão da escolha dessa cidade: não estamos atrás de uma experiência peculiar da cidade de Belo Horizonte com o problema público da dengue. Desejamos tomar Belo Horizonte como *possibilidade*: interessa-nos, propriamente, o que chamamos aqui de *jeito urbano*, a condição de urbanidade do problema da dengue. Belo Horizonte foi escolhida essencialmente porque é, no momento em que aqui deito essas linhas, a cidade em que habito; ou melhor: a cidade que em mim se habita. Nesse doutoramento, não há, dessa maneira, nenhum interesse específico em algum dado externo a essa pesquisa, ou em alguma particularidade que a dengue possa ter vindo a tomar por essas bandas. Além disso, a construção da metodologia desse trabalho solicitou um pesquisador não apartado dos textos, dos contextos e das formas de comunicação: do jornal, do anúncio e, também, da cidade. Por isso, temos insistido na construção morfossintática: desejamos problematizar a experiência pública da dengue encarnada nas materialidades comunicativas do anúncio e jornal, *numa cidade como Belo Horizonte*, e não na cidade de Belo Horizonte. Obviamente, uma experiência de Belo Horizonte estará aqui estampada, mesmo que nosso interesse primeiro esteja na singularidade da condição urbana que o problema da dengue expressa publicamente, em sua ontologia.

Podemos dizer, sem a mínima pretensão mercantilista, que o resultado dessa combinação metodológica se voltou à geração de um *produto* (ou, quem sabe, de um *artefato*): um *mapa de experiências* – uma constelação cartográfica de *unidades de forças* sobre uma experiência pública acontecimental da dengue, numa cidade como Belo Horizonte (tendo em vista, obviamente, as materialidades elencadas). Não seria curioso produzirmos um mapa – símbolo por excelência da representação e do domínio do mundo, por homens que dele se apartam? Com relação a esse ponto, é preciso admitir que a *carta geográfica* que nos inspira é móvel: trata-se de uma cartografia flutuante no tempo e no espaço (Silva et alii, 2008), sempre aberta, ainda por se completar. O mapa aqui não é tomado como uma representação, mas como um *dispositivo*: é um texto que se completa por outros textos; é também uma experiência, uma vez que não se coloca nem no lugar de representação, nem no papel de via de acesso. Ao mínimo, além de uma experiência, podemos tomá-lo como uma *metaexperiência*: é a experiência de pesquisa que gera singularidades e torna possível uma experiência da dengue; é a experiência de leitura singular (minha, sua, de talvez outros loucos) que expressa e possibilita uma experiência de pesquisa sobre uma experiência da dengue; e assim por diante, em movimento *ad infinitum*.

As unidades de força do mapa se apresentam como espaços mais ou menos condensados, constituídos pelos modos de se relacionar com o anúncio e com o jornal, no período dessa pesquisa. Defenderemos que foram/são constituídas por uma oscilação/uma tensão entre componentes de presença e de sentido na experiência com a dengue, além de reunirem campos problemáticos, abertos pelo acontecimento. Tais unidades expressam uma das ideias que trabalhamos no item anterior: as materialidades comunicativas constituem campos condensados de força, *resultados por* e *resultantes de* modos de uso e de experiência, que gravitam em meio às práticas de interação dos sujeitos com materialidades comunicativas. Trataremos disso com mais vagar adiante, mas, desde já, é válido ressaltar que tais unidades – ou campos – de força não estão estáticas ou mortas; são vivas, *em-relação*, atualizáveis, históricas, produzindo certas dominâncias em cada momento visado.

O mapa de experiências, portanto, apresenta a *costura* e a *constelação* de determinadas unidades de força, dominantes nesse recorte apontado, num certo *percurso interacional* inaugurado pela força da dengue como acontecimento – a partir de formas singulares de experiência pública encarnadas nas materialidades impressas do jornal e do anúncio. Antes de passarmos às especificações da abordagem metodológica e ao subsequente detalhamento do mapa, nosso impulso de sujeito de conhecimento (esse ser em tensão com o sujeito que apenas vive o mundo) nos cutuca a explicar o porquê de haver ligações diretas, no desenho que fizemos, entre a epifania da distanciação e o mapa de experiências. Não seria preciso sempre passar pelo estudo de caso e pelos procedimentos

metodológicos para se chegar ao mapa e às unidades de força? Não seria. Os procedimentos metodológicos nos auxiliam no desvelamento da experiência da dengue – talvez também na consciência de que ela expressa um percurso interacional – e também na construção de um determinado mapa, orientado pelos intentos de uma pesquisa. Entretanto, defendemos, com a ajuda de Ricoeur (1991) que o movimento de distanciamento é parte constitutiva da experiência cotidiana dos sujeitos com os textos, levando-os a uma determinada consciência (mesmo que não na forma de um produto, ou mesmo de um mapa) de suas experiências. Além disso, por mais que os procedimentos metodológicos me ajudem no desvelamento e na construção de um mapa, minha condição de pesquisador não é exclusiva (graças a Deus...) na minha relação com o mundo: ela não me aparta de minhas outras formas de comunicação e de experiência. Nesse sentido, a distanciamento que faço para compreender minha experiência com a dengue é fruto tanto (e especialmente) de um movimento de pesquisa – no caminho do estudo de caso, do paradigma indiciário e dos procedimentos metodológicos elencados – quanto de um movimento de vivência direta, como sujeito *em comunicação* e *em experiência* com a dengue, submerso em formas de comunicação na (da) cidade.

Claro que esse desenho foi apenas um *pretexto* para começo de conversa: é preciso, agora, desemaranhar esse dispositivo. Partamos para o detalhamento de suas partes, a começar pela *epifania da distanciamento*.

### **Epifania da distanciamento**

Antes de tudo, *epifania da distanciamento* foi o nome que julgamos melhor expressar nosso movimento durante a tese, em particular na relação com um determinado recorte (conceitual e empírico) do mundo a ser pesquisado. Como acabamos de ver, tal movimento caracteriza-se por um propósito claro de investigação científica e também por uma naturalidade cotidiana de sujeitos – imersos em formas de comunicação – na lida com os textos (e com um mundo textualizado). De todo modo, é bom reafirmar que a epifania da distanciamento, aqui transformada em método, também se apresenta como uma possibilidade de compreensão da experiência da dengue por um viés acontecimental, uma vez que ela se volta a um desvelamento das práticas de interação, já em decurso, entre sujeitos (como veremos adiante, entre mim mesmo) e as materialidades do jornal e do anúncio – uma das dimensões do próprio acontecimento. E como temos reiterado sempre que possível: desemaranhar o caráter acontecimental da experiência com a dengue passa por um entendimento da tonalização que atos e objetos – leitura e jornal / anúncio – já imprimem junto aos sujeitos, em seus ambientes de interação.

Esse caminho metodológico se apresenta como uma forma de se restabelecer contato com as coisas do mundo fora de um paradigma exclusivo sujeito-objeto, e de tentar romper com os propósitos metafísicos de uma ciência moderna – de uma “autoimagem de um espectador diante de um mundo que se apresenta como um quadro (Gumbrecht, 2010, p.146)”<sup>43</sup>. Nessa direção, interessante é acompanhar o raciocínio de Gumbrecht (2010): a figura do *observador*, homem capaz de encontrar a *distância* apropriada e desejável em relação a seus objetos de pesquisa, surge como elemento-chave do campo hermenêutico e de uma investigação científica pautada pela concepção de um método clássico, no início da era moderna (a essa figura, Gumbrecht (2010) chama de *observador de primeira ordem*). Inclusive até hoje, o fetiche de uma distância configurada sob certas características, conformada pelo emblema de um cientista moderno, passeia pelo imaginário de muitos de nós, quando em geral pressupomos que

a qualidade das observações e das interpretações depende da “distância adequada” que o observador é capaz de manter em relação ao fenômeno que observa. Assim, temos de fazer um esforço intelectual específico para entender o quanto é problemático falar constantemente do “mundo” ou da “sociedade” como se “mundo” e “sociedade” fossem objetos distantes, em relação aos quais somos capazes de (ou devemos) ocupar uma posição de afastamento (Ibidem, p. 44).

Não somos homens excêntricos ao mundo: como quaisquer seres vivos, nós, pesquisadores, tomamos parte num mundo de coisas com dimensão espacial e corpórea. É assim que Gumbrecht (2010) critica a universalidade da interpretação (da identificação e da atribuição de sentido) nas humanidades – essa ideia de que interpretar o mundo é ir além de sua superfície material – e afirma que já é *tempo de sujar as mãos*, quando nos convida a assumir esse lugar de presença na investigação científica. Se o mundo não é um quadro, mas um complexo emaranhado de relações vivas, tal vitalidade imprime às coisas uma instabilidade impossível de se dominar. Essa instabilidade não é propriedade apenas das coisas, mas dos sujeitos: *um ponto de vista sobre o mundo é apenas a vista de um ponto desse mundo*, de modo que não há olhar humano soberanamente capaz de abarcar a totalidade pretendida pelos impulsos de uma ciência moderna. Em especial, é a partir de meados do século XIX que as disciplinas dessa ciência – particularmente as humanidades – começam a dar conta, em âmbito epistemológico, da instabilidade de seus métodos e de suas produções acadêmicas.

---

<sup>43</sup> É importante ressaltar que o autor não advoga para si a originalidade dessa discussão, e faz jus a uma ampla trajetória de estudos que critica a epistemologia clássica das ciências humanas. Dessa maneira, Gumbrecht (2010) diz expressar sua visão sobre essa crise, ao problematizar a universalidade da interpretação nas pesquisas das humanidades, mas não pretende ser o mensageiro de uma visão nunca antes debatida no terreno das discussões acadêmicas, sobre a crise do paradigma moderno.

De modo mais específico, segundo Gumbrecht (2010, p. 62), a saliência da figura de um *observador de segunda ordem*, que dá forma à epistemologia do século XIX, é a responsável por causar uma fissura na própria noção de observação, uma vez que tal saliência evoca a imagem de um “observador condenado – mais do que privilegiado – a observar a si mesmo no ato da observação”. Para o autor, esse cenário apresenta a emergência de um nó autorreflexivo nas humanidades, que trás duas consequências importantes:

Em primeiro lugar, o observador de segunda ordem percebeu que cada elemento do conhecimento e cada representação que ele pudesse produzir dependeriam sempre, necessariamente, do ângulo específico de observação. Assim, começou a ver que existia uma infinidade de descrições para cada objeto potencial de referência – e essa proliferação, em última análise, destruía a crença na estabilidade dos objetos de referência. Ao mesmo tempo, o observador de segunda ordem redescobria o corpo humano, mais especificamente os sentidos humanos, como parte integral de qualquer observação do mundo. Essa outra consequência da função do observador de segunda ordem acabaria não só por problematizar a suposta neutralidade de gênero do incorpóreo observador de primeira ordem (nessa questão se pode ver uma das origens da filosofia feminista); acima de tudo, levaria também a questionar a possível compatibilidade entre uma apropriação do mundo pelos conceitos (...) e uma observação do mundo pelos sentidos (Ibidem, p. 62).

É assim que, nesse ínterim, a questão da distância, necessária ao surgimento da “verdade”, aparece enquanto um problema epistemológico. Isso não significa um abandono total dessa noção, já que, por outro lado, a distância ainda parece ser o elemento epistemológico chave que permite à ciência se configurar como um subsistema social<sup>44</sup> – ainda que ela se posicione como algo que não venha a dominar o mundo, mas a tomar parte nele. Para isso, precisamos entender, em primeiro lugar, que a distância não precisa ser algo estático de um pesquisador à parte (e apático): ela pode existir enquanto *um movimento*, ou, propriamente, enquanto *movimentos* (talvez na ideia de *loopings*)<sup>45</sup>. Se o pesquisador faz parte do mundo, ele pode criar determinadas condições (espaço, tempo e método) para sair, e, ao mesmo tempo, permanecer nesse mundo – como numa forma espiralada que sugere um retirar elástico do sujeito, em ciclos de *vai-e-vem* (sabendo-se

<sup>44</sup> A noção de ciência como subsistema social localiza-se em meio à teoria dos sistemas de Luhmann (1990).

<sup>45</sup> Morin (1997) tem sua noção de *looping* como um movimento epistêmico fundado na ideia de *recursividade*, expressada por uma dinâmica relacional que não tem um ponto de partida, representando, assim, uma ruptura com o “determinismo banal”: percebemos um todo, com elementos distintos que não se fazem isolados e que são constituídos por uma inter-relação intrínseca; ou seja, eles se realizam e existem “em relação”. Morin (1997, p. 18) expressa uma metáfora com o próprio ciclo *nascer-morrer* para estabelecer sua compreensão de *looping*: “Por exemplo, nós somos o produto de um ciclo de reprodução, que produz gerações após gerações. Mas, para continuarmos este ciclo, é necessário que nós, que somos produtos, nos transformemos em produtores. Portanto, neste sistema, o produto é ele próprio produtor. O efeito é ao mesmo tempo uma causa”.

que esse *vem* nunca traz de volta ao sujeito as condições em que este desfrutava na ocasião do *va*). Em segundo lugar, a distância não se apresenta como nenhuma garantia de descoberta de verdades absolutas, mas se constitui como uma possibilidade de reflexão sobre o mundo, posta em diálogo com outras reflexões (Santos, 1989) tensionadas por outros subsistemas sociais. Por fim, em terceiro lugar, a distância não é privilégio apenas do cientista ou do especialista, ou mesmo de sistemas, mas pode ser entendida, acima de tudo, como característica inerente à historicidade da experiência humana na tentativa de compreensão de suas realidades.

Quem nos descortina esse último aspecto é Paul Ricoeur (1991), a partir da ideia de *distanciação*. Como vimos ao final do item 1.2 *A experiência e o texto*, tal ideia se vincula fortemente ao projeto de uma nova hermenêutica fundada na experiência, e aparece atrelada à problemática textual (lembrando que, para Ricoeur (1991), a noção de texto pode ser tomada tanto como um modelo de interpretação da ação social quanto da experiência: “o texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana, ele é o paradigma da distanciação na comunicação”, *ibidem*, p. 109). Como sujeitos, executamos a distanciação sempre que interpretamos nossa ação no mundo: é um movimento de atribuição de sentido diante dos textos e das ações, vinculado não a alguma possível *vivência-fora-do-mundo*, mas a uma *experiência-em-suspense* no cotidiano vivenciado no mundo (vejo e distancio os sentidos que atribuo à minha experiência). É por esse caminho que Ricoeur (1991) pretende superar a oposição entre uma *distanciação*, a que ele chama de *alienante*, e uma noção de *pertença*. Para ele, o movimento de distanciação diante de um texto não vem de um sujeito imbuído de determinado impulso de objetividade (tipicamente moderno) que recusa a pertença desse sujeito ao mundo aberto pelo texto. Essa antinomia entre distanciação alienante e pertença, que aparece como aspecto central na obra *Verdade e Método* do intelectual Gadamer<sup>46</sup>, suscita, nos termos de Ricoeur (1991, p. 109), uma alternativa insustentável:

---

<sup>46</sup> Hans-Georg Gadamer (1900-2002) foi um filósofo alemão que, segundo Gumbrecht (2010, p. 89) “mais do que qualquer outro filósofo do nosso tempo, está associado à hermenêutica (incluindo sua reivindicação de universalidade) e à interpretação como produção contínua de sentido”. Para Stein (2002), a pretensão de universalidade da hermenêutica, proposta por Gadamer, “assume uma forma não dogmática, restando-lhe, portanto, uma universalidade que se move muito próxima da universalidade da crítica. (...) Ele reconhece-lhe assim algumas características importantes: a) a hermenêutica é capaz de descrever as estruturas da reconstituição da comunicação perturbada; b) a hermenêutica está necessariamente referida à práxis; c) a hermenêutica destrói a autossuficiência das ciências do espírito assim como em geral elas se apresentam; d) a hermenêutica tem importância para as ciências sociais, na medida em que demonstra que o domínio objetivo delas está pré-estruturado pela tradição e que elas mesmas, bem como o sujeito que compreende, têm seu lugar histórico determinado; e) a consciência hermenêutica atinge, fere e revela os limites da autossuficiência das ciências naturais, ainda que não possa questionar a metodologia de que elas fazem uso; f) finalmente, hoje uma esfera de interpretação alcançou atualidade social e exige, como nenhuma outra, a consciência hermenêutica, a saber, a tradução de informações científicas relevantes para a linguagem do mundo da vida social”. A principal ressalva que Gumbrecht (2010) faz

a distanciação alienante é a atitude a partir da qual é possível a objetivação que reina nas ciências do espírito ou ciências humanas; mas esta distanciação que condiciona o estatuto científico das ciências é, ao mesmo tempo, a degradação que destrói a relação fundamental e primordial que nos faz pertencer e participar na realidade histórica que pretendemos erigir em objeto. Daí a alternativa subjacente ao próprio título da obra de Gadamer *Verdade e Método*: ou praticamos a atitude metodológica, sem perdermos a densidade ontológica da realidade estudada, ou praticamos a atitude de verdade, mas, então, teremos que renunciar à objetividade das ciências humanas.

É nesse sentido que Ricoeur levanta a problemática textual para superar essa oposição, uma vez que, em seu pensamento, a noção de texto é capaz de revelar uma característica fundamental da historicidade da experiência humana: a de que tal experiência pode ser entendida como uma comunicação *na e pela* distância. E Ricoeur não atribui à escrita a responsabilidade de provocar tal distanciação: para ele, o problema hermenêutico constrói-se sobre uma dialética da distanciação já pertencente à oralidade<sup>47</sup>, e que, complexificado a partir de inter-relações com o sistema escrito, se apresenta como um *ato do texto*, e não um ato *sobre o texto*. É assim que a *função hermenêutica da distanciação* é também desenvolvida por Ricoeur (1991) a partir de uma argumentação contra dois outros movimentos hermenêuticos: a) um movimento romântico, que interpreta os textos em busca de uma suposta essência do autor e de sentidos que estariam atrás do texto (“investigação de outrem e das suas intenções psicológicas que se dissimulam atrás do texto” (ibidem, p. 121)); b) um movimento estruturalista, que busca estruturas generalizantes nos textos, interpretando-os sob a égide do sistema da língua (reduz-se “a interpretação à desmontagem das estruturas” (ibidem, p. 121)). Dessa maneira,

---

a sua obra refere-se a uma centralidade do sentido inclusive como possibilidade de desvelamento da experiência histórica – questão pela qual Ricoeur (1991) tenha apontado que a interpretação de Gadamer se funda sob uma distanciação alienante. Entretanto, segundo Gumbrecht (2010, p. 89), Gadamer sugeriu, ao final da vida, “que se desse maior reconhecimento ao não semântico, ou seja, às componentes materiais dos textos literários”: quando o hermeneuta foi questionado se a “função desses traços não semânticos seria, por exemplo, questionar a ‘identidade hermenêutica’ do texto, Gadamer respondeu (...): ‘mas – poderemos de fato supor que a leitura desses textos é uma leitura exclusivamente concentrada no sentido? Não cantamos o texto? (...) Não existe ao mesmo tempo uma verdade na sua performance?’”.

<sup>47</sup>Para Ricoeur (1991, p. 111), o discurso, inclusive o oral, apresenta um traço absolutamente primitivo de distanciação, que ele chama de dialética do acontecimento e da significação: “por um lado, o discurso oferece-se como acontecimento: alguma coisa acontece quando alguém fala”, de modo que “se o ‘signo’ (fonológico e lexical) é a unidade base da língua, a ‘frase’ é a unidade base do discurso. É a linguística da frase que suporta a dialética do acontecimento e do sentido, de onde parte a nossa teoria de texto”. E ainda completa: “dizer que o discurso é um acontecimento significa, em primeiro lugar, que o discurso se realiza temporalmente no presente, enquanto o sistema da língua é virtual e fora do tempo; neste sentido, pode falar-se, com Benveniste, da ‘instância do discurso’ para designar o aparecimento do próprio discurso como acontecimento. (...) Diremos, neste sentido, que a instância do discurso é *suireferencial*: o caráter de acontecimento prende-se, agora, à pessoa daquele que fala; o acontecimento consiste em que alguém fala, alguém se exprime ao falar; [e] (...) o discurso é sempre sobre alguma coisa: ele refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar, [de modo que] o acontecimento (...) é a chegada à linguagem de um mundo por intermédio do discurso. (...) Se todo o discurso é efetuado como acontecimento, todo o discurso é compreendido como significação” (Ibidem, p. 112).

se já não podemos definir a hermenêutica pela investigação de um outrem e das suas intenções psicológicas que se dissimulam *atrás* do texto e se não queremos reduzir a interpretação à desmontagem das estruturas, que fica para interpretar? Responderei: interpretar é explicitar o modo de ser-no-mundo exposto *diante* do texto (Ibidem, p. 121).

Em continuidade a seu raciocínio, Ricoeur faz referência à teoria da compreensão, em Heidegger, para quem o *compreender* não *parte de* ou não se *explica por* um movimento de certo *outrem* que opera desligado de si mesmo, mas torna-se, dessa maneira, uma estrutura do ser-no-mundo: “o momento do ‘compreender’ responde, dialeticamente, ao ser em situação como sendo a projeção dos possíveis mais próprios no âmago das situações em que nos encontramos” (ibidem, p. 122). No bojo dessa noção, Ricoeur conclui: “o que se deve, de fato, interpretar num texto é uma *proposta de mundo*, de um mundo tal que eu possa habitar e nele projetar um dos meus possíveis mais próprios. É aquilo a que eu chamo o mundo do texto, o mundo próprio a este texto único” (ibidem, p. 122).

É nesse sentido que as formulações de Ricoeur (1991) sobre a hermenêutica da distanciação nos inspiram a encontrar um caminho metodológico *diante* dos textos da dengue: impossível lidar com tais materialidades como se fossem apartadas de um mundo em que eu, como pesquisador, também faço parte. E é interessante notar que, independente da condição temporária de pesquisa, já lido com esses textos executando um movimento de distanciação, inerente mesmo à relação que estabeleço com eles: minha compreensão de sujeito ordinário já passa por uma projeção dos meus possíveis mais próprios no mundo aberto pelas materialidades da dengue – um mundo que não se impõe sobre mim mesmo, mas que se *abre*, de modo que, nele, passo a habitar. Entretanto, para além de uma *compreensão nossa de cada dia*, apostamos nessa noção de distanciação para que seja também inspiradora na busca de um método que nos descortine, no campo disciplinar ao qual nos filiamos, uma possibilidade de lidar com os textos da dengue – num movimento quase que fundador desta tese, a que chamamos aqui de *quasi-epistemológico*. Remontemos, novamente, à ideia de espiral que a distanciação nos sugere: saímos e, ao mesmo tempo, permanecemos nesse mundo aberto pelos textos que elegemos, como numa atitude metodológica elástica, em ciclos de *vai-e-vem*. Essa imagem nos insinua, dessa maneira, um modo de ser-no-mundo, exposto diante desses textos; estiliza uma postura metodológica de um observador de primeira ordem (a autoimagem de um espectador diante de um mundo que se apresenta como um quadro), e nos convida a *sujar as mãos* e a assumir o nosso *lugar de presença* na investigação científica.

Todavia, a única ressalva que fazemos à hermenêutica da distanciação de Ricoeur refere-se a uma observação simples, de *superfície* (que isso não seja lido como *superficial...*). Sabemos que sua hermenêutica funda-se numa relação com a experiência: projetar os possíveis mais próprios e habitar o mundo do texto revela um conceito de



interpretação para além de uma capacidade de pensar e de uma atitude metafísica clássica. Contudo, por uma questão terminológica – mas também aditiva à perspectiva inaugurada por Ricoeur – tomamos emprestado o termo *epifania*, cunhado por Gumbrecht (2010), para fazê-lo se aproximar à ideia da distanciamento. Antes mesmo de desenvolver a aproximação entre esses dois termos, é interessante notar que Gumbrecht (2010), como já vimos anteriormente, rejeita o uso do termo hermenêutica como único definidor da ideia de experiência. Em sua visão, tal palavra parece carregar vestígios marcantes de uma atitude epistemológica disjuntiva e dominadora, já que, ao vincular a existência humana à capacidade de pensar<sup>48</sup> (ao que ele chama de uma semântica profunda e complexa), uma atitude hermenêutica clássica sobre o mundo subordinou não só o corpo humano, mas todas as coisas do mundo ao pensamento. Nesse sentido, em seu projeto de “terminar com a era da polaridade entre o significante puramente material e o significado puramente espiritual”, Gumbrecht (2010, p. 75) não propõe o abandono do sentido, da significação ou da interpretação. Entretanto, sugere que o termo *presença* seja capaz de indicar um outro componente na relação com as coisas do mundo que não é propriamente da ordem do pensamento, mas da matéria. Como já discutimos, é em meio a isso que ele parte de uma noção de experiência como constituída por uma tensão / oscilação entre componentes de presença e componentes de sentido. E seria também por esse caminho, em termos de uma experiência científica, que os componentes de interpretação – estes que se conformariam como prática intelectual elementar e talvez inevitável – poderiam não recusar os componentes de presença – os efeitos físicos na relação com os universos a serem pesquisados.

Obviamente, em nosso lugar de pesquisadores, sabemos que se espera da ciência uma interpretação do mundo – algo que, de algum modo, possa ser minimamente instigante. Uma questão primordial é que podemos realizar tal movimento imbuídos por uma certeza não totalizante de nossas produções, e pela utilização de um método que nos permita realizar a distanciamento sem nos apartar de nosso ser-no-mundo. Por isso, podemos supor que a distanciamento a que lançamos mão nesse trabalho recusa a busca de uma experiência científica pautada apenas por uma frieza metafísica (sabemos que isso é a última coisa que Ricoeur também deseja), mas que toma nossa pesquisa como conformadora de uma experiência que se constitui em meio ao vivido (presença e formas de comunicação) – o que nos faz considerar, dessa maneira, uma pulsão estética como parte do método científico por aqui adotado. Foi a partir dessa escolha metodológica que a *epifania*, junto à noção de distanciamento, nos pareceu bastante apropriada para expressar a execução de nosso fazer com o mundo a ser pesquisado:

---

<sup>48</sup> Em seu texto, Gumbrecht (2010) faz referência explícita à célebre frase de René Descartes: “penso, logo existo”.

Poderemos afirmar que a revelação do Ser pode se dar, tanto na modalidade do belo, quanto na modalidade do sublime; podemos dizer que ela pode nos transportar para um estado de clareza apolínea ou para um estado de arrebatamento dionisiaco. Independentemente dessas distinções (que, noutros contextos, seriam cruciais), creio que estamos sempre – deliberada ou inconscientemente – citando epifanias quando usamos a palavra “estética” em nossa situação cultural específica. Com essa palavra, citamos epifanias que, pelo menos por alguns momentos, nos fazem sonhar, nos fazem ansiar por saber e nos fazem até recordar como seria bom viver em sintonia com as coisas do mundo<sup>49</sup> (Gumbrecht, 2010, p. 148).

Como já vimos na seção *Mídia*, quando ocorre a epifania – a maneira como se apresenta diante de nós a tensão entre presença e sentido – ela surge do nada e não há como controlar sua ocorrência ou mesmo a intensidade de que será em nós disposta, “afinal, há muito a experiência estética tem sido associada a acolher o risco de perder o domínio sobre nós mesmos – pelo menos por algum tempo” (Gumbrecht, 2010, p.145). Dessa maneira, essencial compreender que a tensão inaugurada pela epifania também exija uma dimensão espacial (ou, pelo menos, uma impressão dessa dimensão): a experiência tem substância e forma; permite que sejamos arrebatados do mundo, uma vez que a epifania se refere a *momentos de intensidade* que não podem fazer parte dos respectivos mundos cotidianos em que ela ocorre. Por isso, talvez Gumbrecht (2010, p.130) diga que a epifania se localizará necessariamente a *certa* distância desses mundos, sem que dele de todo saíamos, e se torna movida por aquilo que ele chama de *estrutura situacional dentro da qual essa experiência tipicamente ocorre*.

Aqui, gravita uma ideia inspiradora à distanciação: nosso movimento é elástico, e não há como se descolar das coisas do mundo, mesmo que, em certas situações, sejamos arrebatados pela força epifânica da experiência. Contudo, para o homem moderno – quiçá para um pesquisador da ciência – a oscilação entre sentido e presença não é tão simples de ser vivida: tamanho é o desejo de supremacia do sentido (projeto de uma figura humana excêntrica, que se vê apartada do mundo) que Gumbrecht (2010) diz que, nessas atuais condições culturais, é preciso que nos invistamos de determinada estrutura específica, o que ele chama de situação de *insularidade* e de predisposição para a *intensidade*

---

<sup>49</sup>Com relação a esse aspecto, Gumbrecht (2010, p. 147) assim elucida: “para evitar quaisquer confusões desse estado existencial (disposição que a experiência estética pode nos conduzir) com formas hipercomplexas de autorreflexividade (de que nós, os intelectuais, tanto gostamos), decidi descrever essa serenidade particular – com uma fórmula deliberadamente coloquial – como a sensação de *estar em sintonia com as coisas do mundo*. O que dizer com “estar em sintonia com as coisas do mundo” não é sinônimo de uma imagem do mundo de harmonia perfeita (ou talvez até eterna). Mais do que responder a uma cosmologia ideal, a expressão “em sintonia” refere-se a uma situação muito específica em nossa cultura contemporânea, a saber, a sensação de ter acabado de recuperar um vislumbre do que podem ser “as coisas do mundo”. Talvez seja precisamente disso que trata, de um ponto de vista existencial, a autorrevelação do Ser – a autorrevelação em geral, e não apenas a autorrevelação como epifania estética. (...) Experenciar as coisas do mundo na sua coisidade pré-conceitual reativará uma sensação pela dimensão corpórea e pela dimensão espacial da nossa existência”.

*concentrada*, para que vivamos a experiência da tensão/oscilação produtiva entre sentido e presença:

Existem dois modos principais de entrar em situações de insularidade. O mais dramático (por assim dizer) é a modalidade de ser arrebatado pela “relevância imposta”. Nesse caso, o súbito aparecimento de certos objetos de percepção desvia a nossa atenção das rotinas diárias em que estamos envolvidos, e, de fato, por um momento, nos separa delas (ex: relâmpago). (...) Mesmo assim permanece a questão de saber que traços gerais, que podemos identificar nos objetos da experiência – estética ou não – que nos atraem e nos empurram para um estado em que nos sentimos perdidos na intensidade concentrada (Ibidem, p. 132-133).

*Sujar as mãos* não é coisa tão simples quanto parece. Com tudo isso que levantamos de Ricoeur (1991) e de Gumbrecht (2010), a ideia de *epifania da distanciação* nos posiciona tanto no limiar de uma discussão epistemológica do fazer científico na contemporaneidade, quanto no bojo de uma discussão propriamente metodológica, dirigida à pesquisa das materialidades comunicativas da dengue nessa tese. Não teríamos aqui mais fôlego e nem abrigamos o desejo de realizar uma discussão epistemológica “da pesada”, com velocidade tão rápida e espaço tão curto. Por isso, nos referimos a essa âmbito como uma espécie de abordagem metodológica geral, *quasi-epistemológica*: de algum modo, foi ele que nos inspirou, desde o início dessas linhas, a deitar aqui esse texto e a propor a estrutura da tese, tanto quanto a conformar nossa pesquisa e nossa relação com os materiais elencados. A *epifania da distanciação* me indicou um caminho de pesquisa capaz de guiar minha experiência individual, enquanto sujeito ordinário e pesquisador, com as materialidades da dengue – de modo a pensar em traços e em indícios de possibilidades outras de experiências contemporâneas com esse problema público.

De tal sorte, a *epifania da distanciação* se constituiu como um método que viabilizou a escolha das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal (estas que, de algum modo, são salientes na minha própria experiência cotidiana) bem como na seleção das peças que, de certa maneira, foram conformadoras de situações de insularidade, durante esses quase quatro anos de doutoramento. Minha distanciação foi pautada, portanto, por aqueles jornais e anúncios que, de algum modo, me atraíram e me empurraram para um estado em que, segundo Gumbrecht (2010), me senti *perdido na intensidade concentrada* – sobretudo marcada por componentes de presença e de sentido, caros à minha própria experiência. Por isso, algumas escolhas não foram tomadas por uma *suposta e imbatível capacidade* de pensar e de dar explicações e justificativas racionais. Alguns materiais empíricos simplesmente tocaram meu corpo, numa dimensão fortemente presencial, ao que, em seguida, me colocaram *distanciante*, produzindo reflexões e cumprindo o papel de pesquisa que, de mim, também é esperado.

Para encerrar essa seção, voltemos ao desenho de nosso traçado metodológico. Há explicitamente um reconhecimento de que a *epifania da distanciação* não se constitui como privilégio nosso: é um movimento que acontece em meio à relação com as materialidades e que, independente desse propósito científico, gera uma compreensão (nos termos ricoeurianos) das unidades de força implicadas, nas experiências ordinárias de quaisquer sujeitos *perdidos em intensidades concentradas*. Já expressamos também que as unidades de força produzidas nessa tese são o resultado de uma compreensão mista de uma visada ordinária bem como de uma visada de pesquisa. O que veremos a seguir, mais particularmente, é a expressão de nossa experiência de pesquisa: será apresentada a estrutura que constituímos como metodologia específica, para abordagem das *dimensões acontecimentais da dengue nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal*. Por ora, resta-nos somente concluir que a busca imaginada da figura de um pesquisador *epifânico* – que se distancia, mas não é distante; que busca conhecimento, mas está presente – é também o ícone de um movimento sugerido por Ricoeur: aquele fazer científico que nos possibilita pertencer à realidade histórica que, por aqui, erigimos como objeto.

### **Estudo de caso e paradigma indiciário: pistas, indícios e sinais**

No bojo do campo de pesquisa que nos acolhe e na visada por um tipo de relação científica com o mundo, é necessário que nossa escolha por uma epifania da distanciação constitua esforços para provocar o desentranhamento do objeto da comunicação (Braga, 2008), por meio da eleição de uma metodologia de pesquisa condizente com nossos intentos. Foi com base nessa assertiva que esta seção foi elaborada. Ao mínimo, sabemos que nossa pesquisa deve constituir caminhos metodológicos orientados por uma fatia temporal (até quatro anos, como recomendado...) e por um recorte espacial (a seleção de materiais e de insumos devidamente “dosados” de acordo com a arbitrariedade do tempo), de modo a gerar um produto – esta tese de doutoramento. Tudo isso nos instiga a perguntar: no campo da comunicação, o que se pode esperar de tal tese? Que ela apresente a confirmação de teorias da comunicação sobre a experiência da dengue em Belo Horizonte? Que ela gere um *fazer* ou alguma *tecnologia comunicacional* capaz de exterminar com a dengue, por um olhar centrado na comunicação entre os sujeitos? Que descreva como Belo Horizonte tem experienciado a dengue nos últimos anos para que, tendo em vista tal diagnóstico, as instituições, os governantes e os cidadãos possam formular programas de ação e de políticas públicas eficientes e certos para exterminar tal problema?

Afirmo com rude franqueza: nenhuma dessas três questões estará, nessa tese, na mira de ser aventada. Inclusive, ao leitor desobediente e astuto que por aqui chegou sem ler

as primeiras partes deste trabalho, reitero: não partimos de um paradigma informacional que toma a comunicação como *atribuição* – algo externo aos sujeitos e capaz de “estimulá-los” a realizar ações no mundo; muito menos compartilhamos dos pressupostos clássicos de uma ciência moderna, que entende seus produtos como portadores de verdades e como dirigidos a dar as mais corretas respostas aos problemas enfrentados – uma vez que gozariam de supostas condições de superioridade e de visões privilegiadas das coisas. O que desejamos é provocar um debate, estimular conversações a partir de um problema de pesquisa elencado e, dessa maneira, levantar um olhar possível sobre a experiência da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Tal visada faz com que nesse trabalho não se aplique o desenvolvimento de qualquer tecnologia comunicacional para a ação social (e é bom deixarmos claro que não temos nada contra essa opção; tão somente, acreditamos que ela não é apropriada ao desenho de pesquisa que elaboramos). Entretanto, é instigante perceber que os questionamentos do parágrafo anterior levantam ainda dois problemas novos que não foram, até o momento, abordados com a devida atenção. Poderíamos descrever tais problemas a partir das seguintes negações: a) não partimos de um desejo de confirmação das teorias que elencamos, por meio de movimentos de verificação e de “comprovação”, ambos supostamente possibilitados pelos materiais empíricos selecionados; e b) não partimos de um modelo de pesquisa direcionado a uma exaustiva descrição da empiria escolhida, de modo que, verificando-se algumas regularidades, tiraríamos as supostas singularidades deste estudo, sem uma conexão robusta com postulados conceituais levantados. Enfim: tentamos não nos orientar nem por aquela pesquisa rotulada como “mais teórica”, nem por aquela outra rotulada como “mais prática”.

Por ora, essas duas – e ainda outras – formas de produção de pesquisa parecem carregar riscos consideráveis no esforço de desentranhamento do objeto comunicacional (Braga, 2008, p. 74): ao assumir modelos epistemológicos de disciplinas nomotéticas (que buscam “fornecer percepções verificáveis sobre regularidades processuais nos fenômenos sociais”) ou mesmo normativas (que são fundadas em normas e leis gerais, dirigidas a enquadrar os fenômenos do mundo), os estudos em comunicação que se pautam pela confirmação teórica parecem oferecer “afirmações gerais onde, hoje, precisamos perceber distinções finas” (ibidem, p.75). Quando os recortes de pesquisa elaborados servem para confirmar os postulados de uma teoria, tais estudos podem sofrer ainda de uma *atração desviante* – especialmente se eles tomarem emprestadas as teorias de áreas vizinhas que não buscam propriamente as *distinções comunicacionais* dos fenômenos da vida social (Braga, 2008). Um outro risco apontado pelo autor se refere às perspectivas empiricistas, que se propõem a descrever as realidades – diagnosticá-las – sem, muitas vezes, tomar as indicações teóricas como conformadoras de operadores de análise e de conectores epistêmicos com as realidades estudadas. Há ainda as perspectivas ensaísticas que não

viabilizam a elaboração de “distinções entre fenômenos específicos dentro da apreensão abrangente; nem se prestam, tipicamente, à construção de relações expressas entre proposição abstrata e realidade concreta específica” (Ibidem, p. 75).

Além do risco de adoção de perspectivas metodológicas não muito ajustadas aos estudos da área, alguns outros apontamentos podem ser feitos com relação ao *como-fazer-pesquisa* no campo ao qual nos filiamos. O primeiro deles se refere à perspectiva relacional da comunicação: como olhar para uma interação? Como apreender uma interlocução? Como já discutimos em itens anteriores, o processo comunicativo não existe enquanto um ajuntamento de *partes apartadas*, organizadas em “certos momentos”, porém mantendo características independentes e auto-referenciadas. A vitalidade da comunicação solicita a consciência de um conjunto, da composição de correlações entre dinâmicas em movimento. É assim que, no caso das materialidades aqui elencadas como realidades de estudo, temos a tarefa de apanhá-las em meio às formas de comunicação sob as quais elas são engendradas (tanto porque as materialidades não apagam outras lógicas comunicacionais que operam junto a essas tais formas de comunicação que as enredam). Nesse sentido, diante do problema de pesquisa aqui elaborado, a escolha de uma perspectiva metodológica precisa se pautar pela *sensibilidade de procedimentos* junto à consideração do caráter vivo, próprio da comunicação.

O segundo apontamento se relaciona ao *fazer* do pesquisador em comunicação, na conformação de seus problemas. Existe uma pluralidade metodológica explícita em nosso campo – fato que, por si só, não pode ser tomado como prejudicial. São inúmeros os mundos de investigação sobre os quais se derrama um olhar comunicacional tanto quanto são inúmeros os gestos metodológicos que podem ser utilizados nas experiências científicas com tais mundos. Nesse sentido, como também já mencionado, a própria lógica de constituição da comunicação como campo disciplinar talvez sugira uma certa “indisciplinaridade” – desde que ainda permaneçamos na visada comunicacional para desentranhar e para conduzir os problemas de pesquisa. Talvez então seja preciso assumir que o pesquisador em comunicação porta-se no mundo feito um *andarilho fiel ao seu caminho*: sua qualidade nômade, muito antes do que um problema, parece ser o traço característico daquele que se aloca diante de experiências de pesquisa sempre vivas. O andarilho não se presta ao cultivo da terra, mas ao ofício da caça e da coleta. Sobrevive, aos olhos dos que disputam territórios, sem eira nem beira. Mas sabe que sua sina é o movimento, e que, muito antes do que apatia ou impassibilidade, é preciso de que disponha de uma atenção danada (“*é preciso estar atento e forte...*”) no seu caminhar à deriva – para que apanhe o alimento e repouse o corpo durante seus *entre-dias*. Se encontra algum objeto de porte maior, é bem provável que não consiga tomá-lo para si e levá-lo em suas caminhadas (quanto mais leve a bagagem, mas fácil é o caminhar) – o que faz com que

seu prazer se concentre em explorá-lo e em devolvê-lo ao mundo, para servir à experiência de tantos outros. Só pode carregar consigo suas histórias – sem peso, sem finitude e sem medida – caso queira ainda permanecer fiel à estrada. Será que damos conta de abrir mão da terra para assumir que nosso lugar é no movimento do mundo? Será que conseguimos tomar emprestados os métodos de outros territórios, saqueando suas possibilidades sem, contudo, fincarmos raízes nos lugares onde eles foram gerados?

Por fim, o terceiro e último apontamento se refere à vitalidade própria da nossa relação estabelecida com o problema de pesquisa peculiar dessa tese. Estudar *as dimensões acontecimentais da dengue nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal* certamente é tarefa que se conformou por uma determinada expectativa, no início da proposição desse trabalho. Mas, diante do caminho, nosso olhar se apresentou atento (embora suficientemente nômade) e se desestabilizou com a epifania do encontro de outras expectativas, sem, contudo, abandonar o caminhar. Falando em bom cientifiquês: partimos de uma perspectiva suficientemente flexível para considerar a emersão de outras expectativas que surgiram (e que ainda surgem) durante o fazer científico, provocadas tanto pelo uso e pela descoberta de novos conceitos e teorias quanto por uma relação mais íntima com a realidade de estudos – movimentos que vão se constituindo na medida em que a pesquisa ganha aprofundamentos outros (Braga, 2008). Nesse sentido, sequer podemos supor que o nosso recorte fosse definitivo e fechado no início da proposição deste estudo: quando tivemos a ideia de tomar essa temática como possibilidade de doutoramento (em termos cronológicos: antes mesmo de elaborar o projeto de tese), é como se, naquele momento, estivéssemos reconhecendo um determinado *epicentro* da dengue como acontecimento – responsável por nos despertar um interesse primeiro de estudos e por nos ajudar a levantar um determinado conjunto preliminar de questões. Mas, ao varremos o contorno que ressoava desse epicentro, tomamos contato com outros conjuntos de questões, que foram – e que ainda continuam – se abrindo. Impossível agora não lembrar de Ricoeur (1991, p. 124): o movimento de distanciação é tanto desapropriação quanto apropriação, de modo que “eu só me encontro quando me perco”. Um se perder, entendo aqui, se refere à própria escolha da epifania da distanciação – uma ausência de controle, uma atenção à dimensão espacial estabelecida com a empiria em tensão com os sentidos que dessa relação emergem, uma percepção ininterrupta de outros contornos ainda ligados ao epicentro reconhecido.

Diante dos riscos de se adotar perspectivas metodológicas não muito ajustadas à área e desses três apontamentos relativos ao *como-fazer-pesquisa* no nosso campo, perguntamos: é mesmo possível encontrar um método de pesquisa que consiga dar conta a) da vitalidade da comunicação, b) de um fazer nômade e saqueador, e c) de um objeto que vai apresentando suas dobraduras aos poucos, na medida em que a pesquisa caminha e

ganha aprofundamentos? Não tivemos dúvidas quando fomos apresentados à proposta de Braga (2008, p. 75) para as pesquisas em comunicação: o estudo de caso e o paradigma indiciário “parecem compor um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área”, e poderiam, portanto, serem tomados como métodos de pesquisa afins com os âmbitos epistemológicos aos quais nos vinculamos, como pesquisadores-andarilhos do campo da comunicação.

Em relação aos estudos de caso, Braga (2008, p. 76) defende que, nas condições atuais de constituição da comunicação enquanto disciplina, tais métodos se apresentam como bons condutores da produção de conhecimento na área: se por um lado, são inúmeros os mundos de investigação que solicitam uma apreensão de aspectos propriamente comunicacionais, por outro, o campo não dispõe de uma “provisão suficiente de grandes regras básicas” próprias, com “formalizações teóricas transversais à generalidade do objeto, nem suficientemente consensuais, que permitam fazer reduções preliminares”. É nesse ínterim que o autor articula quatro finalidades dos estudos de caso:

- a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos que são intuitivamente percebidos como de interesse para a área (o conhecimento dos casos em si);
- b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (situações particulares *versus* conhecimento estabelecido);
- c) pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração «a partir de realidades concretas»;
- d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no «desentranhamento» de questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno «em sociedade» (Braga, 2008, p. 77).

A partir dessas finalidades, e para evitar que os estudos de caso se rendam aos riscos epistemológicos que discutimos em linhas anteriores (*dispersão* – tomada de vários caminhos, em meio à variedade de objetos; *derivação centrífuga* – atração desviante de teorias de outras disciplinas<sup>50</sup>; *empirismo* – diagnósticos de realidades sem vinculação forte com operadores conceituais; e *apriorismo* – realização de pesquisas a fim de confirmar postulados teóricos), o que *salta-aos-olhos* na defesa de Braga (2008) é a proposta de se pautar os estudos de caso pelo modelo epistemológico do paradigma indiciário, identificado por Carlo Ginzburg (1991). Esse autor – cujas discussões epistemológicas vinculadas ao campo da história cultural encontram forte coro no terreno das humanidades como um todo

---

<sup>50</sup> Relevante observar que esse risco se vincula mais propriamente a estudos de caso pautados por recortes nomotéticos – estes que envolvem a busca e o estabelecimento de leis e de regularidades abrangentes. Com relação a isso, Braga (2008, p. 76) elucida que tais estudos “trabalham com poucas variáveis e se baseiam em uma redução dos objetos e situações, abstraindo os elementos considerados singulares ou episódicos com relação às regularidades de interesse – exatamente por não terem relevância para a constituição da regularidade observada”.



– evidencia que “emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso se prefira, um paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção” (Ginzburg, 1991, p. 143). Mas quais seriam as raízes desse modelo? E por que chamá-lo de indiciário? Que teria ele de singular?

Segundo Ginzburg (1991, p. 151), o paradigma indiciário constitui-se por um modelo peculiar de conhecimento que remonta a origens milenares da relação do sujeito com o mundo: ele tem suas raízes fincadas nas operações de caça primitiva, em que o homem,

durante inúmeras perseguições, (...) aprendeu a reconstruir formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo.

Essas formas de conhecimento do mundo e de relação homem-ambiente produziram um saber que Ginzburg (1991) classifica como *venatório*<sup>51</sup>: o que o caracteriza particularmente é uma certa habilidade de remontagem de uma realidade complexa, não experimentável diretamente, a partir de dados aparentemente *negligenciáveis*. Uma pegada na lama pode indicar a construção de uma operação epistêmica complexa, capaz de reconstruir características físicas, velocidade, temperatura do ambiente, enfim, o contexto de passagem de algum animal – com riqueza de detalhes. Pequenos tufo de pelos, misturados a folhas secas, poderiam indicar características da permanência de um animal sob o lugar onde o tufo foi encontrado, além de idade, predisposição, aparência, saúde, possibilitando a remontagem tanto do animal quanto do cenário em que tal cena se desenrolou. Esses dois exemplos – pegadas e tufo de pelo – nos mostram que, nesse paradigma, o conhecimento se constrói a partir de pistas, indícios, sinais, sintomas, e ganha concretude e eficiência (enquanto conhecimento) quando aparece cravado em meio às próprias formas de experiência do sujeito cognoscente. Sendo assim, as formas de saber tradicionalmente indiciárias são orientadas para a análise de casos individuais: são eles que se tornam passíveis de reconstrução. E é por isso que pegadas e rastros indicam o *acontecimento* de alguma coisa, e solicitam, como substrato básico *daquele-que-deseja-saber* (um pesquisador, talvez), o seu envolvimento com a concretude mesma da experiência (Braga, 2008).

Dessa maneira, é importante clarificar que os indícios sugerem gestos de inferência – e não proposições absolutas – sobre os sinais encontrados. Por exemplo: esse sinal está me parecendo que tal bicho esteve presente; não só esteve presente, como também parecia

---

<sup>51</sup> Venatório: relativo à caça (Ferreira, 2008 - Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

apressado; além disso, ao que tudo indica, era pesado (a pegada se mostrava bastante profunda), e assim por diante. É Braga (2008, p. 78) quem nos ajuda a melhor esclarecer esse aspecto:

apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos.

A partir de uma lógica de decifração e de compreensão da realidade por meio de pistas relacionadas a casos individuais, Ginzburg (1991) evidencia que o paradigma indiciário se adentrou pelos mais variados âmbitos de conhecimento, tanto àqueles relacionados aos saberes práticos quanto aos outros vinculados às disciplinas do conhecimento científico – de modo que, na sua visão, estes últimos acabaram por remodelar profundamente as ciências humanas, “sempre com base na relação fundamental entre indícios e percepções mais gerais” (Braga, 2008, p. 78). Para defender seu argumento, curioso é observar a remontagem que o próprio Ginzburg (1991) estabelece, inclusive de maneira indiciária, para encontrar pistas desse paradigma no bojo de alguns âmbitos de conhecimento, identificando ligações e processualidades comuns. É assim que podemos vislumbrar o delineamento de uma analogia entre os métodos de Giovanni Morelli (para identificação da originalidade e para atribuição da autoria a antigas obras de arte, contra a investida massiva das cópias), de Sigmund Freud (na criação da psicanálise) e, ironicamente, de Sherlock Holmes (personagem eternizado pelo escritor Conan Doyle). O que de comum haveria entre essas três figuras aparentemente não juntáveis? Ambos se valiam do estudo de pistas e do uso de inferências para produzir algum conhecimento acerca dos mistérios abertos por aquilo que mais pareciam pegadas: os restos dos copiadores, o esconde-esconde de gestos inconscientes, os crimes e os mistérios policiais. Em ambos, é possível encontrar “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1991, p. 149), a partir de pistas e de indícios que passariam irrelevantes ou despercebidos (signos pictóricos, no caso de Morelli; sintomas, no caso de Freud; vestígios, no caso de Holmes)<sup>52</sup>.

<sup>52</sup> Braga (2008, 80-81) é didático na compreensão da lógica indiciária, tomando como base as situações identificadas por Ginzburg: “Morelli propõe examinar, nos quadros, “os pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989: 144) como o desenho do lóbulo de orelhas, as unhas, a forma dos dedos dos pés. Nestes detalhes, o pintor expressaria estilo pessoal menos influenciado por características da escola de pertencimento – e menos atentamente observado por um imitador. (...) Na psicanálise freudiana, a busca de elementos «despercebidos» (que surgem como emanção direta do inconsciente) é essencial para descobrir estruturas profundas da psique do indivíduo – enquanto os traços mais evidentes da personalidade, sendo conscientes, podem ser «trabalhados» intencionalmente para ajustar-se aos padrões culturais aceitos”.

Braga (2008, p. 40) ressalta o quanto a perspectiva do «negligenciável» pode se tornar reveladora, embora “quando estamos buscando os elementos essenciais, isso poderia parecer uma contradição. Entretanto, percebemos aqui, justamente, a interveniência de fatores que ultrapassam a mera concretude empírica do objeto em si”, o que posiciona a singularidade do indiciário não num movimento de coleção de indícios, mas na produção de inferências tensionadas com as pistas identificadas pelo olhar do pesquisador. É com relação a essa singularidade que Braga (2008) enxerga a relevante possibilidade de utilização do paradigma indiciário como guia metodológico dos estudos de caso na comunicação:

Há sempre uma relação entre indícios e um ângulo das coisas para o qual aqueles indícios serão «reveladores». Mas não automaticamente: é preciso fazer articulações entre pistas e fazer inferências. Dois níveis de percepção, então, são necessários. Perceber o próprio indício (ou seja: que um dado aparentemente irrelevante pode ser significativo) e desenvolver relações com uma proposição buscada: fazer inferências (Ibidem, p. 79).

Nessa seara, o autor propõe um projeto: para ele, tal modelo permite *a)* o estudo de casos singulares, por considerar como válida a reconstrução de casos individuais para se propor inferências e suspeitas gerais; *b)* a busca de indícios que se referem a fenômenos não imediatamente evidentes; *c)* a distinção entre indícios essenciais (normalmente, os que dão os primeiros contornos ao recorte de pesquisa) e acidentais (as pistas que vão se abrindo na relação de intimidade com a realidade estudada, e que reconfiguram, muitas vezes, o caminho de pesquisa); *d)* o esforço de articulação entre indícios selecionados; *e)* a produção de inferências; e *f)* o tensionamento mútuo entre teoria e objeto.

Posso aludir como exemplo o próprio estudo de caso proposto nesta tese: problematizar dimensões acontecimentais da dengue nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal. Dentre os indícios essenciais, encontra-se nossa tentativa central de tomar o problema público da dengue como um acontecimento, que provoca irrupções na vida dos sujeitos e causa fissuras, reverberadas e identificadas em plena comunicação viva. No início de tudo, tínhamos uma vaga ideia de como desenvolveríamos esse indício – a partir de inferências conceituais sobre o acontecimento –, mas, excluindo-se tal ideia, não sabíamos muito ao certo qual realidade seria tomada como recorte empírico. Foi um longo processo, marcado por reuniões de orientação, por pesquisas bibliográficas e empíricas, e por uma *perda na intensidade concentrada* que culminou na escolha do anúncio e do jornal. Pensei, por um momento, em desistir de tudo – achei que não via mais por onde estudar esse acontecimento além de sua própria formulação enquanto tal. Cheguei até a propor isso ao meu orientador, que, após me escutar, disse serenamente: “tenho uma coisa prá você considerar. Acho que quanto mais você quer se afastar do seu objeto, mais você deve

prestar atenção nele”. Fiquei meio com *cara de paisagem* nesse momento, mas deixei que essa assertiva pudesse me guiar.

Naquela reunião mesma de orientação, em que essa frase insurgiu sob meus olhos, comecei a relatar, *meio à deriva*, uma série de histórias sobre a presença da dengue na minha vida, tendo em vista que, ao mesmo tempo, enumerava a empiria já coletada, *por acaso*, para uma possível finalidade de recorte. Foi mais ou menos assim: enquanto eu exibia o material que já estava sob minha posse – sem bem ao certo justificar como e porque ele veio a ser reunido –, fui mobilizado espontaneamente a acionar minhas experiências com a dengue. Por exemplo, enquanto eu mostrava uma capa do Estado de Minas, com uma piscina estampada que ocupava quase um quarto de página, relatei o caso do dia em que coletei esse jornal: quais sentimentos foram mobilizados, o que pensei em relação à piscina de plástico que havia no meu terraço. Quando li uma peça publicitária sobre como se prevenir contra a dengue, me lembrei da história peculiar de dengue da minha mãe, que acabou sendo contaminada pelo mosquito ironicamente por uma tentativa de criação de uma armadilha, feita por outrem, para capturar o *Aedes aegypti*. Naquele momento, todas essas histórias, para mim, não passavam de uma *contação de causos*: em relação à pesquisa, eram, quando muito, marginais, desfilando sob meus olhos como dados residuais ou, quiçá, despercebidos. Tudo isso me parecia irrelevante – como assim pudera eu tomar esses casos *bobos* para produzir uma tese de doutoramento?

Confesso que, antes daquela ocasião, ainda pairava em mim a ideia de um método único e revelador, que pudesse confirmar minha suspeita inicial de pesquisa. Foi então que senti na pele a aparente contradição exposta por Braga (2008): quando eu procurava a “essência”, ou mesmo “um sentido oculto” da dengue, contido no anúncio e no jornal, fui desafiado a pensar nessas pistas negligenciáveis não para amontoá-las, mas para, a partir delas, provocar tensionamentos com teorias, e produzir inferências ligadas ainda ao indício essencial da dengue como acontecimento. Dessa maneira, em meio a outras histórias que emergiram a partir da relação com outros materiais, o que pude perceber foi que, naquele momento, estava eu diante do surgimento de indícios acidentais: eles não estavam previstos, emergiram a partir de uma relação com a realidade estudada e me provocaram a escolher um caminho metodológico que nem eu mesmo sequer tinha aventado inicialmente para esse trabalho. O epicentro da dengue – o acontecimento – ainda permaneceu emitindo suas ondas. Entretanto, seu contorno, após os indícios acidentais, ganhou novas visadas, e me fez mergulhar em conceitos como *texto*, *experiência*, *materialidades da comunicação*, dentre outros. Sendo assim, sentimos que adotar o paradigma indiciário é, antes de tudo, permitir que os indícios abram verdadeiros mundos de inferências, pautados por um tensionamento ontológico entre “problema de pesquisa; estruturas e processos próprios do objeto ou situação; conhecimento disponível sobre o tipo de objeto e sobre o âmbito em que

se processa – o que envolve principalmente, mas não necessariamente, o conhecimento teórico” (Braga, 2008, p. 81)<sup>53</sup>. Dessa maneira, quando constituímos, para estudo, a perspectiva de um caso singular,

para além de sua inscrição possível em um âmbito teórico ou sua categorização com base em um sistema classificatório estabelecido, temos, sobretudo, a expectativa de encontrar «restos»: ângulos ainda não plenamente esclarecidos, espaços não totalmente cobertos pelas teorias solicitadas. É nesse espaço que o estudo de caso é particularmente produtivo. Esse tipo de esforço reflexivo é que pode ser caracterizado como de tensionamento mútuo entre teoria e objeto (Ibidem, p.82).

É relevante perceber que tal perspectiva não ignora que partimos, de algum modo, de ideias prévias que nos conduziram a um interesse de pesquisa, convidando-nos à curiosidade e à reflexão. No nosso caso, além de pesquisas anteriores e de uma trajetória no campo da comunicação, tais ideias se referiram, sobretudo, à percepção do indício essencial do acontecimento: arriscamos a viabilidade de entender esse problema público pelo prisma desse conceito (isso se deu, inclusive, no espaço da sala de aula, quando tivemos contato com tal noção e sentimos uma espécie de “choque epistêmico e corporal”: percebemos que ali haveria de existir uma possibilidade instigante e relevante para pesquisa<sup>54</sup>). Braga (2008), com o apoio de Ginzburg (1991, p. 264: nota 38), recupera o conceito de abdução para compreender a produção da inferência primeira que deflagra esse choque: “trata-se de inferência que Pierce chamou de ‘presuntiva’ ou ‘abdutiva’, distinguindo-a da indução simples”<sup>55</sup>. Recorrendo a metáforas anteriores, podemos assim reforçar que, em nosso caso, a abdução se apresentou como o reconhecimento de um primeiro epicentro de pesquisa (o acontecimento) que, em tensionamento com pistas e indícios apresentados durante a nossa peregrinação, produziu o reconhecimento de contornos ainda inexplorados do objeto (a partir de pistas marginais), produzindo outros choques. É nesse sentido que compartilhamos metodologicamente da compreensão de que

a démarche básica em um estudo de caso, no que se refere ao tratamento de suas hipóteses, corresponde a assumir que as percepções «de partida» são excessivamente simples ou mesmo equivocadas. O trabalho de

<sup>53</sup> Quanto a isso, importante também é levar em consideração os tensionamentos que podem existir entre os próprios indícios: “isso corresponde também à proposição do detetive Hercule Poirot, personagem de Agatha Christie, como critério para julgar «soluções» propostas para um crime: a boa solução deve explicar não apenas as pistas que concorrem para uma interpretação, mas também as que parecem contradizê-la (Braga, 2008, p.81).

<sup>54</sup> Sobre esse momento, guardo uma gratidão especial pelo professor César Guimarães, que me (re) apresentou o conceito de acontecimento, logo nos primeiros meses do curso de doutorado, e me ajudou a enxergar os primeiros indícios essenciais que resultaram nesse trabalho.

<sup>55</sup> Braga (2008, p.85) também recupera uma observação de Jean-Philippe Uzel, sobre tal noção: “A abdução, que Pierce descreve como “a única operação lógica que introduz uma ideia nova”, corresponde de fato ao momento preciso da criação da hipótese explicativa, hipótese que deve ser validada em seguida de modo empírico (indução), e depois verificada (dedução) pela multiplicação de experiências ou de enquetes (1997: 27 – tradução nossa)”.

pesquisa envolve (em perspectiva oposta à nomotética, que quer confirmar ou infirmar uma proposição rigorosa e específica inicial) desenvolver, tornar mais complexas, aprofundar, ajustar ou mesmo substituir as hipóteses de partida por outras, mais adequadas ao conjunto de indícios disponíveis, sistematicamente levantados e articulados. (Braga, 2008, p.84).

O paradigma indiciário tocou tanto e consideravelmente nossa experiência de pesquisa que, desde o início, não fizemos pelas bandas de nosso texto uma revisão isolada dos conceitos norteadores da tese – seção esta bem característica de estudos nomotéticos ou indutivos<sup>56</sup>. A todo o momento, temos nos esforçado por produzir um texto que se filia a um movimento indiciário sequencial (mas não linear): a) a percepção de indícios; b) a formulação de perguntas-problema; c) a produção de inferências (principalmente a partir de conhecimentos teóricos, mas não necessariamente); d) a percepção de outros indícios, e assim por diante. Desejamos que o texto seja experienciado pelo amigo leitor por oscilações de tensionamento (atração e repulsão; ligação e afastamento) que pautam cada item e cada seção da tese – até quando se esgotarem as possibilidades que nossa vista limitada alcançar, impostas por um recorte espaço-temporal, definidor do período de realização deste trabalho. Nesse movimento, somos capazes de executar a *distanciação* – acreditamos que nossas epifanias com a dengue podem adentrar à lógica de produção científica: são transformadas em pistas que solicitam inferências (aqui talvez habite a principal diferença entre as inferências de uma experiência comum e as inferências de uma experiência de pesquisa: o modo como são produzidas e a consciência desse processo); são reconhecidas enquanto experiências de presença e de sentido (e não apenas frutos de uma relação unicamente interpretativa); e não são obrigadas a passarem por uma negligência ou por uma inobservância de sua natureza imprevisível e fortemente vinculada à nossa experiência individual.

É com relação a esse último aspecto que desejamos fechar essa seção. Poderia uma experiência individual oferecer contribuições a um campo de conhecimento, para além da descrição – ou até de um esforço de tensionamento – dessa peregrinação em particular? No caso dessa tese, é possível garantir que nossa experiência individual com a dengue, numa cidade como Belo Horizonte, alcance relevância em meio ao esforço de produção científica sobre a comunicação – que parte, *ao fim e ao cabo*, da busca de proposições de

---

<sup>56</sup>Inclusive, como vimos em *Prolegômenos*, a própria noção de tensionamento de Braga (2008), pautada por essa lógica, inspirou-nos a propor a estrutura dessa tese – um trabalho constituído sob uma égide dissertativa e dividido em três grandes tensionamentos (“Suor e Palavras”, “É tempo de sujar as mãos” e “Em devir”) – que foram reunidos pela natureza das discussões e pela produção do texto e das seções, tendo em vista um formato argumentativo –, sem perder de vista a produção de inferências, nascidas sob uma tensão entre os indícios e as formulações conceituais. Além disso, não podemos ignorar que sustenta e tangencia esta tese um tensionamento de campo: por mais que lancemos mão de teorias de outros campos de conhecimento, nosso esforço epistemológico primordial se pauta pela visão relacional da comunicação – seja na constituição do recorte empírico, seja no empréstimo teórico que prevê sempre uma adaptação ao olhar das interações.

ordem geral – e às expectativas de uma sociedade sedenta por diálogo? É possível atribuir ao estudo de caso um rigor científico capaz de lhe atribuir legitimidade e pertinência em um campo de produção do saber? Todas essas questões, de um modo ou de outro, se referem a um aspecto central: a *validade* do uso dessa metodologia não somente nesta tese, mas no âmbito das pesquisas em comunicação. E, obviamente, subjaz a todas elas um aspecto que, sub-repticiamente, corre conosco não nas margens desse *rio*, mas em suas profundezas (teimando em emergir, vez ou outra): a própria concepção de ciência que compartilhamos. Relevante notar como há sincronicidade e *looping* no pensamento dos autores que elegemos: em Ginzburg (1991) também não poderia deixar de aparecer uma discussão sobre a produção do saber científico. Para esse autor, foi a física de Galileu a principal responsável pelo surgimento de um paradigma científico centrado na ideia de *rigor*, a partir do lema escolástico *individuum est ineffabile* (do que é individual não se pode falar). Isso porque, no núcleo dessa visão, “o emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a segunda e admitia a primeira apenas em funções auxiliares (Ibidem, p.156)<sup>57</sup>.

Na ciência galileana é possível, portanto, encontrar uma espécie de classificação científica a partir da centralidade do elemento individual em cada disciplina: “quanto mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidades de um conhecimento científico rigoroso” (Ibidem, p. 163). As consequências da supremacia desse paradigma foram desastrosas para as ciências não pautadas pela quantificação e pela repetibilidade dos fenômenos – como é o caso das ciências humanas –, uma vez que a ideia de rigor científico colocou-as diante da abertura de duas possibilidades, segundo Ginzburg (1991, p. 163): ou sacrificariam o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa e mais ou menos formulável numa linguagem matemática), ou procurariam “elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual”. O autor ainda completa:

a orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. (...) Mas vem a dúvida de que esse tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mas precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. (Ibidem, p.178-179).

---

<sup>57</sup> Interessante é acompanhar a continuação dessa citação: “tudo isso explica porque a história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana” (Ibidem, p.156).

Nesse bojo, Ginzburg (1991) se refere a disciplinas que ele classifica, portanto, como indiciárias e que não compartilham dos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileniano. Segundo o autor, são disciplinas eminentemente qualitativas, que tomam por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*. Se o leitor nos permite o tamanho da citação, digo que foi impossível não reproduzir aqui os termos exatos de Ginzburg (1991, p. 179) quando defende a cientificidade do paradigma indiciário:

o rigor flexível (se nos for permitido o oximoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a por em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. Essa “intuição baixa” está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. É patrimônio dos bengaleses expropriados do seu saber por *sir* William Herschel<sup>58</sup>, dos caçadores, dos marinheiros, das mulheres. Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais.

Ginzburg (1991) é radical em sua formulação: uma ciência arrogante talvez não consiga admitir que as formas indiciárias não se constituam como seu privilégio, e ainda mais: não se apresentem como criações de uma mente brilhante ou de um cientista moderno, apartados da vida em seus laboratórios ou gabinetes. Fazendo conexões com o que já apresentamos em itens anteriores, o paradigma indiciário não exclui – ao contrário, inclusive parece valorizar – o forte componente de presença que existe na experiência do pesquisador com o objeto. Tal constatação nos é cara à implementação do âmbito metodológico geral dessa tese, que tem na noção de epifania seu tom principal: o componente intuitivo das formas indiciárias parece não se explicar, necessariamente – ou quase sempre – por uma formulação racional que justifique, com bons argumentos, todas as escolhas e todos os recortes do objeto de estudos. Não estamos querendo dizer que as epifanias e que as formas indiciárias tenham que ser tomadas por movimento idêntico ao

---

<sup>58</sup> Ginzburg (1991) expressa que raízes profundas de saberes indiciários acabaram sendo apropriados, de uma forma inteligente e operante, pela burguesia. Como exemplo, cita o costume dos bengaleses (um grupo étnico do território de Bengala, dividido entre a Índia e Bangladesh, no subcontinente indiano) “de imprimir nas cartas e documentos uma ponta de dedo borrada de piche ou tinta” (Ibidem, p. 175) que foi apropriado pelo inglês William Herschel, administrador-chefe do distrito de Hooghly, em Bengala: “Em 1860, *sir* William Herschel (...) notou esse costume difundido entre as populações locais, avaliou sua utilidade e pensou em usá-lo para um melhor funcionamento da administração britânica. Na realidade (...) sentia-se uma grande necessidade de um instrumento de identificação eficaz – nas colônias britânicas, e não somente na Índia: os nativos eram analfabetos, litigiosos, astutos, mentirosos e, aos olhos de um europeu, todos iguais entre si”. Herschel foi imortalizado como o primeiro europeu a perceber a aplicação prática das impressões digitais, e é conhecido como um dos ícones históricos da papiloscopia (ciência que trata da identificação humana por meio das *papilas dérmicas*, também conhecida como o estudo das impressões digitais).



realizado pelo sujeito comum: obviamente, quando chegam ao campo científico, se adaptam às lógicas de produção de saber (prazos, problemas de pesquisa, recorte da realidade estudada, levantamento de conceitos). No entanto, as formas indiciárias, antes de tudo, parecem sugerir um tipo de ciência e de cientista *em sintonia com o mundo* (conforme propõe Gumbrecht (2010): a) elas insinuam uma forma de conhecer referenciada na experiência – e aqui, leia-se na relação entre criatura e ambiente, na emergência de epifanias constituídas por componentes de presença e de sentido; e b) elas constituem um saber cravado em pormenores aparentemente negligenciáveis que podem revelar *fenômenos mais profundos de notável alcance* – atribuindo à ciência um fazer que pode ser relevante junto aos contextos sociais que a tornam possível.

Mas, não haveria aqui uma incongruência? Poderíamos mesmo dizer que tal paradigma problematiza fenômenos profundos de notável alcance mesmo partindo de uma experiência individual (tanto do cientista quanto do próprio caso estudado), e, portanto, restrita? Não estaria a proposta de tal paradigma – e a sua relevância, inclusive – centradas no *individual enquanto individual*? Inicialmente, é mister reconhecer: os casos, as situações e os documentos são, de fato, individuais; contudo, disso não se pode concluir que sejam restritos. Nesse sentido, eles se colocam em meio ao esforço coletivo de disciplinas que se movimentam a partir do que Braga (2008) chama de *tensionamento de campo*: de algum modo, por mais qualitativos e individuais que os casos estudados possam ser, é importante reconhecer que eles se posicionam em meio a escolhas epistemológicas, metodológicas e empíricas que gravitam em torno do campo disciplinar ao qual se vinculam. Dito por outras palavras: mesmo que esse movimento não seja feito de modo consciente ou declarado, as inferências produzidas pelo pesquisador diante de indícios expressam sempre filiações a perspectivas de campo, de maneira tal que os estudos de caso tensionam premissas, paradigmas, objetos e aportes ligados, de maneira mais ampla, ao próprio corpo disciplinar que acolhe a pesquisa.

Entretanto, para além de um alcance amplo junto aos campos disciplinares, o paradigma indiciário possibilita tensionamentos outros, vinculados aos contextos e às próprias realidades estudadas. Conforme aponta Ginzburg (1991, p. 177):

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

É dessa maneira que Braga (2008, p. 85) entende que podemos prever dois níveis principais de inferências em um estudo de caso: a) aquelas referentes às regras de

funcionamento internas e às lógicas particulares do caso singular; e b) aquelas outras referentes à inserção do caso em contextos sociais que se mostrarem como de interesse da pesquisa, “em que o estudo das condições concretas, relacionadas ao conhecimento estabelecido, permite proposições de ordem geral sobre o contexto”. Esse movimento, que se trata de um esforço abduutivo de “enxergar o geral no específico” (Burke, 2000, p. 16 apud Braga, 2008, p. 85) – é tarefa inversa àquela que busca classificar o específico a partir de uma regra geral já estabelecida. Não se trata aqui de produzir generalizações – se assim fosse, estaríamos contradizendo o caráter individual do caso –, mas de reconhecer que

a derivação de conhecimento mais amplo com base em pesquisas indiciárias não se baseia na premissa de «tipicidade» ou de «representatividade» do caso singular – mas sim na constatação da «possibilidade de existência» do fenômeno – ainda que de baixa frequência ou mesmo única. É possível, então, pesquisar e teorizar sobre as condições sociais dessa possibilidade. (...) [Dessa maneira], as ampliações de abrangência das proposições desenvolvidas a partir de um caso não são «generalizações» – pelo menos não no sentido dos estudos quantitativos por amostragem, ou no sentido nomotético. Não se trata, naquela ampliação de abrangência das proposições, de afirmar de todos os casos de um conjunto o que se descobriu para o caso específico. Mas sim de fazer inferências abstratas («genéricas») sobre o mundo «em que aquele caso pode ocorrer» (Braga, 2008, p.86).

É com esse espírito que pretendemos pesquisar dimensões acontecimentais da dengue nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal, numa cidade como Belo Horizonte. Não há a pretensão de generalização desse estudo, mas a tarefa de problematizar a presença e os sentidos de um problema público para, daí, estabelecer inferências que se mostram como *possibilidades de* (e não como verdades absolutas). Por esse caminho, a experiência da dengue, aqui relatada e pesquisada, pretende abrir um campo de diálogo sobre esse problema – em particular do ponto de vista da comunicação – tendo em vista o estudo de um caso que não deseja ser típico ou representativo dessa experiência, mas que aventa *uma situação de experiência* com esse fenômeno. Partimos de *um mundo onde o caso ocorre* para levantar pretensões de possibilidades (e não pretensões absolutas de validade) que podem se descortinar nos contextos urbanos de experiência da dengue e nos contextos de pesquisa em comunicação sobre tal experiência, imbuídos pelo propósito de se buscar “que lógicas interacionais são relevantes para seu funcionamento; e como essas lógicas se relacionam com processos sociais outros que caracterizam o fenômeno” (Ibidem, 2008, p.87). Nosso esforço é o de andarilhos fiéis ao caminho: procuramos as pistas, caçamos o alimento, mas não esquecemos de que é o movimento

das interações – e, em nosso caso, sua remontagem a partir de pegadas – que caracteriza as pesquisas em nosso campo<sup>59</sup>.

Partimos, a seguir, para a descrição dos procedimentos metodológicos que nos auxiliaram na busca de indícios e na produção de inferências sobre a experiência pública da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. São eles: as *derivadas cartográficas* e a “*etnografia*” dos textos. Importante, antes disso, é dizer que tais procedimentos nos ajudaram a dar concretude ao paradigma indiciário, e foram buscados, no caso particular dessa pesquisa, tendo em vista: a) a proposta de uma *epifania da distanciação* – aquilo que me afetou como sujeito dessa experiência; b) as lógicas interacionais da realidade estudada – a dengue como acontecimento em meio a uma experiência urbana e a textualização da dengue por materialidades da comunicação; e c) as possibilidades que o conjunto de indícios a mim disponível produziu em termos de inferências, a partir da escolha do método. Portanto, é válido ressaltar: aqui, não se apresenta uma única forma de uso do paradigma indiciário nos estudos da comunicação. Outros variados procedimentos podem ser aventados tanto quanto forem inúmeros os outros gestos indiciários e as outras lógicas de pesquisa que se configurarem, postos sob a égide dos restos.

### **Derivas cartográficas: vestígios da dengue na (da) cidade**

Pelo menos num âmbito racional, posso dizer que três foram os elementos principais que me fizeram adotar a noção de *derivadas cartográficas* como um dos procedimentos metodológicos que compõe este estudo de caso. O primeiro deles se refere à ideia de que a experiência estética insurge a partir de uma *perda na intensidade concentrada* (Gumbrecht, 2010): a epifania, quando advém, move-se por uma estrutura situacional dentro da qual ela ocorre, posicionando o sujeito a *certa* distância de seus mundos – sem que os arrebate por completo: “a distância entre a experiência estética e os mundos do cotidiano, como figura central dessa estrutura situacional, é uma possível referência para explicar o duplo isolamento inerente a todos os momentos de intensidade estética” (Ibidem, p.130). É assim que, antes de tudo, podemos tomar a *perda na intensidade concentrada* como uma predisposição que não se configura por atributos disjuntivos na relação sujeito-ambiente, mas que se expressa por um corpo que se dispõe, previamente, para a experiência de tensão/oscilação produtiva entre presença e sentido. É uma *perda súbita num encontroitenso*: ela destitui o controle do sujeito e, ao mesmo tempo, institui uma

<sup>59</sup> Importante dizer que Braga (2008) não afirma categoricamente que a comunicação é uma disciplina indiciária. Mas reconhece que o paradigma indiciário auxilia os pesquisadores do campo na reflexão sobre os usos que fazem (fazemos) de determinados modelos de produção de conhecimento. Por isso, seu propósito maior “se refere à intenção de examinar algumas questões conceituais e/ou metodológicas quando as pesquisas do campo assumam essa perspectiva: Comunicação <<quando>> disciplina indiciária” (ibidem, p. 74).

concentração, mesmo que breve; provoca um desvio de atenção nas rotinas diárias e produz situações de *insularidade*, nem que seja por instantes. Quanto desafio para um olhar científico: como seria possível eu me *perder* para *encontrar* uma tensão/oscilação entre presença e sentido, numa experiência de pesquisa sobre dimensões acontecimentais da dengue? Como deixar que as materialidades comunicativas do anúncio e do jornal me atraíssem e me empurrassem para um estado em que eu pudesse me sentir *perdido numa intensidade concentrada*? Seria possível uma disposição de pesquisa para a epifania?

O segundo elemento remonta à própria noção de indícios que acabamos de discutir no tópico anterior. Em linhas gerais, podemos já considerar que as formas indiciárias foram aqui tomadas como epifanias: o súbito aparecimento de alguns exemplares (dentre as materialidades comunicativas aqui escolhidas), capazes de desviar nossa atenção e de provocar situações de insularidade, seriam por nós catados, selecionados e postos em análise – sob o ponto de vista das pistas mais negligenciáveis que deles emergissem. Entretanto, para que tudo isso fosse possível, era preciso que encontrássemos um procedimento metodológico que possibilitasse reconhecermos esse súbito aparecimento. Dito por outras palavras, como poderia eu, enquanto pesquisador, permitir que esse *encontro epifânico* pudesse emergir, de maneira indiciária? Como catar os indícios, caçá-los em pleno movimento das próprias materialidades?

Por fim, o terceiro elemento refere-se às lógicas (ou inlógicas) próprias de nosso objeto de estudos: investigar formas de experiência com as materialidades comunicativas implica considerar, como premissa, a configuração apresentada pelo problema público da dengue, junto à experiência contemporânea. De modo mais específico, como já expusemos na introdução deste item, podemos entender que a experiência da dengue é, antes de tudo, uma *experiência urbana*. Tal fato se dá, essencialmente, por razão simples e óbvia, ligada aos quadros que caracterizam a reprodução e os hábitos de vida do próprio vetor da doença – o *Aedes aegypti*: nos ambientes da cidade, tal mosquito dispõe de um manancial de lugares para cumprir sua breve – e intensa – sina sobre a Terra. Desse modo, o aparecimento da doença se constitui em espaços urbanos, sendo ínfimos os números de infecção de pessoas em ambientes rurais. É bom apenas ilustrar que a reprodução do *Aedes* se dá em territórios que acumulam água parada: pneus, pequenas poças de água no chão, latas, até tampinhas de garrafa – situações tipicamente produzidas por resultados de aglomerações dos sujeitos nas cidades. Diante disso, problematizar a experiência acontecimental da dengue no anúncio e no jornal é empreitada que se constitui também pela busca de um procedimento voltado ao estudo e à investigação da experiência urbana: nos noticiários, nas pesquisas acadêmicas e nos boletins epidemiológicos dos governos, a dengue se expressa absolutamente ligada a uma orientação territorial urbana – seja nas capitais e nas cidades do interior, seja no sul e no norte do país. Portanto, um pensar sobre

a dengue, independente das formas de experiência pelas quais ela se manifesta, pede indissociavelmente um pensar sobre um *jeito urbano* de se viver.

É diante desses três aspectos que as *derivas cartográficas*<sup>60</sup> nos pareceram inspiradoras aos intentos deste trabalho e, por isso, foram tomadas e aqui adaptadas como um dos procedimentos responsáveis por operacionalizar este estudo de caso. Antes de estabelecer conexões mais finas entre o uso das derivas e o nosso desenho de pesquisa, é necessário que busquemos algumas definições de seus objetivos metodológicos de origem. Em linhas gerais, as derivas cartográficas podem ser vislumbradas como um conjunto de estratégias de abordagem do espaço urbano inspiradas no movimento da Internacional Situacionista<sup>61</sup>. Segundo Jacques (2003, p. 22), para muito além de uma ideia de *andar simplesmente à esmo*, a deriva é tomada no contexto daquele movimento como uma espécie de “modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana”; como uma técnica que promove a “passagem rápida por ambiências variadas”; como um exercício contínuo de “apropriação do espaço urbano pelo pedestre através do andar sem rumo”. Com relação a isso, Silva et alii (2008) apontam que a deriva era mais uma *prática* do que uma *teoria*, na medida em que Lefebvre também (1983 [documento eletrônico] *apud* Silva et alii, 2008, p. 6) esclarece: “a experiência consistia em interpretar aspectos diferentes ou fragmentos da cidade simultaneamente, fragmentos que só podem ser vistos sucessivamente, da mesma forma que existem pessoas que nunca viram certas partes da cidade”. É dessa maneira que Lefebvre (1999) entende a deriva como uma possibilidade de produzir *situações* conformadoras de uma experiência que passa a ser reveladora da cidade. Tentemos desenvolver melhor essa ideia.

O autor – que segundo Fonseca (2008) foi ligado ao grupo dos situacionistas até o início dos anos 60 – ressalta a centralidade do termo *situação*: evoca-se, na atitude daquele grupo, a principal ideia de que, na urbe, é possível criar situações novas (por exemplo, um

<sup>60</sup>Tal procedimento é resultante de um extenso esforço reflexivo de pesquisa do grupo Cartografias Urbanas, vinculado ao Departamento de História da UFMG – e formado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores –, em especial junto ao projeto *Cartografias de Sentidos do Hipercentro de Belo Horizonte* (2008), coordenado pela professora Regina Helena Alves da Silva.

<sup>61</sup>Segundo Fonseca (2008, p. 35), a Internacional Situacionista (IS) foi um movimento formado nos anos 50 por ativistas, intelectuais, artistas e pensadores europeus (dentre alguns, destacam-se Guy Debord, Constant Nieuwenhuys, Raoul Vaneigen e Henri Lefebvre) que se constituiu “em torno de uma crítica radical ao urbanismo, à cidade contemporânea – transformada em espetáculo - e à passividade dos cidadãos - reduzidos à condição de espectadores”. Nesse sentido, o movimento encaminhou uma proposta baseada naquilo que chamavam de *participação ativa dos indivíduos na vida social e na cultura*, tomando como ponto de partida a reivindicação de transformação no cotidiano urbano. Fonseca (2008, p.36) elucida que os situacionistas “acreditavam que isto seria alcançado através da construção de situações, que provocassem e permitissem o *jogo livre das paixões*”, de modo que “a cidade ou a metrópole tornou-se questão importante para eles, pois o meio urbano era encarado como terreno da ação, local de produção de novas formas de intervenção e transformação do cotidiano”. Fonseca (2008, p. 36) ainda completa que “para realizar suas pretensões de mudanças, os situacionistas propunham experimentações radicais do espaço urbano que eram a psicogeografia e as derivas”.

caminhar que liga partes da cidade: bairros espacialmente separados, ruas que não se cruzam nos trajetos impostos pelo fluxo institucional, etc...), de modo que a experiência da deriva conforma-se a partir da interpretação simultânea de aspectos diferentes ou de *fragmentos da cidade* que podem ser vistos somente de modo sucessivo, como num movimento executado por pessoas que se portam como se estivessem diante de pedaços novos da cidade<sup>62</sup>. É assim que as derivas, conforme ressalta Fonseca (2008, p. 36), guiavam à época um propósito de uso situacionista do espaço: a possibilidade de produzir experimentações que “tornassem o cotidiano urbano – lugar da fragmentação e da banalidade – em um espaço da revelação, da crítica e da transformação”. Esse caminhar pela cidade seria então capaz de tornar possível o reconhecimento de funções e de expectativas nos objetos urbanos que não dependiam de seu uso prático racional<sup>63</sup>. É assim que Fonseca (2008, p. 37-38) considera que as derivas significaram uma possibilidade de

reler a cidade, a partir de um posicionamento crítico que permitisse ‘estranhar’ as formas e os usos definidos e cristalizados e enxergar, para além destes, as múltiplas possibilidades de apropriação e criação de novas formas de usos e convivências. Este estranhamento permitiu um mergulho no cotidiano – no conhecido – e ao mesmo tempo constituiu-se numa atitude de distanciamento para que o olhar do pesquisador não tomasse por “natural” aquilo que é corriqueiro e que enxergasse junto com o uso hegemônico do espaço algo que estava invisibilizado por este.

Tenho insistido na sincronicidade das coisas (será que me pego inspirado por uma cosmologia da ciência ou por uma birutice que enxerga nas coisas aquilo que meu olhar deseja divisar?): impossível não perceber que a perspectiva situacionista se baseava, de algum modo, na execução de um *movimento de distância*. Era preciso mergulhar no cotidiano e no conhecido para, ao mesmo tempo, provocar uma atitude de distância – de modo que, nessa linha, o distanciamento fundava-se numa prática crítica e marxista *sobre a/na cidade*, ao contrário da perspectiva aqui adotada que se funda na ideia de *epifanias* (experiência estética que advém por uma conformação oscilante entre componentes de presença e de sentido). Além disso, não estariam também centradas as derivas numa perspectiva dos restos? Ângulos negligenciáveis, aspectos tangentes ou marginais, fragmentos da urbe postos em ligação com vistas a um desvelamento da cidade? O

<sup>62</sup> O autor completa: “Nós tínhamos uma visão de uma cidade que foi fragmentada cada vez mais, sem sua unidade orgânica ser completamente despedaçada. Posteriormente, claro que as periferias e os subúrbios realçaram o problema. Mas tempos atrás isto então não era óbvio, e pensávamos que a prática da deriva revelava a ideia da cidade fragmentada” (Lefebvre, 1983 [documento eletrônico] apud Silva et alii, 2008, p. 6).

<sup>63</sup> Para completar essa assertiva, Fonseca (2008, p. 36) relembra a obra de Jacques (2003, p. 21), *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*: “nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos de dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram”.

encontro desses dois aspectos – distanciação e indícios – parece se apresentar como uma primeira pista possível de aproximação e de uso das derivas cartográficas para a compreensão da experiência acontecimental da dengue (embora vejamos adiante que ambos, por si mesmos, não sejam suficientes para justificar tal aproximação). É assim que a deriva, por analogia, pode ser entendida como uma espécie de *perda na intensidade concentrada*: algo se revela, num *se-deixar-levar*, numa *desatenção intensa*, que vem por *fragmentos* – *formas indiciárias* que afetam o sujeito errante.

Com vistas a construir uma metodologia de apreensão do espaço urbano, é assim que Silva et alii (2008, p. 3) partem da perspectiva situacionista para ampliar o entendimento das derivas, tomando-as como

formas de captar a cidade pelo pesquisador, seja através do caminhar, realizando anotações, seja a observação do espaço urbano em seu cotidiano, seja utilizando as novas tecnologias de comunicação e informação para efetuar registros, seja buscando informações em arquivos e na internet. [...] Estas metodologias não extinguem a figura do pesquisador observador, mas, ao contrário, permitem que ele mude o foco de seu olhar. Ao invés de observar os fenômenos sociais por si, buscamos perceber de que forma estes constroem significados para os habitantes – passantes e ficantes – da cidade. Lembremos que o pesquisador não se exclui deste conjunto, participando também destes processos.

Os autores apontam que o caminhar por derivas pela cidade permite explorar uma prática de escritura que se apoia no deslocamento constante e consciente da posição de pesquisadores: “esta forma de perceber a cidade é mais que uma abordagem das coisas, é uma prática de escritura ambulante, um gênero aberto à complexidade multidimensional de distintas situações” (Silva et alii, 2008, p. 9). É nesse sentido que a ampliação da noção de derivas proposta por esses autores, além de sugerir uma interpretação conjunta de aspectos e de fragmentos urbanos captados pelo caminhar do pesquisador, aventa a possibilidade de compartilhamento dessa experiência derivante a partir de *projeções cartográficas* – ou mapas. Quanto a isso, Fonseca (2008, p. 38) aponta que os situacionistas também propunham a construção de mapas da percepção de lugares, “elaborados a partir das experiências subjetivas daqueles que caminham pela cidade. Os situacionistas construíam mapas ‘afetivos”<sup>64</sup> a partir das derivas, que não tinham uma função de orientação no sentido usual, mas se constituíam em narrativas da experimentação do espaço”. A partir disso, a noção de projeções cartográficas foram tomadas por Silva et alii (2008, p.3) como representações das múltiplas possibilidades de apropriação do espaço e dos diversos sentidos produzidos a partir dessas possibilidades:

---

<sup>64</sup> “O caminhar na cidade tornar-se-ia uma narrativa da exploração das muitas cidades que existem em uma metrópole e a partir dela os situacionistas construíam mapas que podiam não corresponder exatamente às localizações exatas na cidade, mas que traduziam uma “organização afetiva ditada pela experiência da deriva” (Jacques, 2003, p. 23).

As formas de registrar nossas experiências e observações em mapas não abandonaram completamente os princípios cartográficos de localização do indivíduo no espaço, mas buscaram fazê-lo sem cristalizar a diversidade da cidade. Procuramos narrá-las invés de descrevê-las em suportes físico-simbólicos.

Interessante notar que a proposta de registro do caminhar passa pelo uso de aparelhos técnicos – câmeras fotográficas e audiovisuais, anotações à mão, captura dos sons – em busca de se construir um mapa do espaço urbano que apresente uma apropriação sempre aberta, inacabada, pronta por se completar. O mapa sugere, dessa maneira, uma experiência tecnicamente mediada da cidade, produção e expressão da experiência derivante de um pesquisador, durante um recorte arbitrário de pesquisa. Aqui, outro aspecto se mostra central: as experiências derivantes que geram essa *Cartografia de Sentidos* (Silva et alii, 2008) não são *descritas*, mas sim *narradas*; por isso, destacamos o aspecto de que o mapa não serviria a uma *representação* da experiência comunicacional urbana, mas a uma *localização* do indivíduo no espaço, sem cristalizar ou suprimir a vitalidade de sua própria experiência na urbe. É por isso que o mapa se constituiria como mais um lugar de experiências da (na) cidade – ele não representa ou dá acesso a uma “experiência urbana típica” que um campo científico supostamente conseguiria enxergar; mas se constitui tanto como uma expressão de uma experiência de pesquisa, quanto como um espaço mesmo de experimentação – uma *metaexperiência* urbana. Por conta disso, a localização do indivíduo no mapa parte de uma orientação que toma as projeções cartográficas narradas como *dispositivos de memória*, conforme podemos vislumbrar o raciocínio de Silva et alii (2008, p.3):

Os registros não buscavam esgotar todas as possibilidades do centro da cidade. Este procedimento acabaria por enrijecer nossos mapas. Denominamos de dispositivos de memória ferramentas que nos ajudam a lembrar. (...) Para tanto, nos apropriamos dos mecanismos de funcionamento da memória humana, que é lacunar e realiza seu trabalho por meio da tentativa de conexão dos fragmentos de tempo nela presentes. Não se tratou de uma tentativa de fixação da totalidade de uma memória em um suporte físico. O dispositivo de memória que nos interessa é aquele que não elimina a atividade daquele que o acessa, mas, pelo contrário, estimula o funcionamento da memória do observador por meio da disponibilização de fragmentos da história da cidade (Ibidem, p. 3).

Por conta disso, os mapas estão por se completar, cabendo ao sujeito que os utiliza um *se-haver* com sua atividade própria de memória e de imaginação. A cartografia por derivas se constitui, nessa proposta, por “mecanismos de rememoração coletiva, promovendo, dessa forma, a narração do espaço urbano” (Ibidem, p. 4). São mapas constituídos por coordenadas espaciais e temporais flutuantes, conformados por uma experiência urbana que expressa múltiplos significados e pertencimentos:



Esta noção pressupõe um espaço de relações múltiplas entendidas a partir de uma construtividade relacional: aqui, as relações são compreendidas como práticas encaixadas. Não como práticas que se sobrepõem, dão continuidade ou evoluem no tempo e no espaço. São práticas que se juntam, colidem, organizam, compõem, participam, desviam, enfim são múltiplas possibilidades de conformação de um todo que nunca se completa, que não tem definição de limites, apenas extensões de fronteiras. (Ibidem, p. 9)

É possível pensar na produção de um mapa como resultado de um procedimento metodológico derivante, em relação à experiência acontecimental da dengue no anúncio e no jornal? Aqui chegamos, talvez, no desafio de argumentar porque, além da noção de distanciamento e de formas indiciárias (fragmentos), as derivas cartográficas nos podem ser úteis enquanto procedimentos metodológicos adequados ao estudo dos textos da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Não apenas por uma epifania que a leitura das derivas nos provocou – e por uma identificação afetiva com a proposta de se construir mapas a partir de um caminhar inacabado<sup>65</sup> –, podemos também aqui defender o uso das derivas partindo, em princípio, do seguinte raciocínio questionador: se as derivas cartográficas são estratégias metodológicas voltadas à apreensão do espaço urbano, é possível dessa assertiva afirmar que há uma coincidência exata entre espaço urbano e espaço físico das ruas? Não; de modo algum há tal correspondência exata. Apesar de o espaço das ruas ser parte conformadora – e, por vezes, central – da experiência urbana, podemos entender com Lefebvre (2008, p. 55) que junto ao fenômeno urbano

não existe um único sistema de significações mas vários, em diversos níveis: o das modalidades da vida cotidiana (objetos e produtos, signos da troca e do uso, da extensão da mercadoria e do mercado, signos e significações do habitar e do 'habitat'); o da sociedade urbana e seu conjunto (semiologia do poder, da potência, da cultura considerada globalmente ou na sua fragmentação); o do espaço tempo particularizado (semiologia das características próprias à determinada cidade à sua paisagem e à sua fisionomia, a seus habitantes).

---

<sup>65</sup> Acho, no mínimo, honesto revelar ao leitor que, “desde que me entendo por gente” – como se diria lá em Ponte Nova/MG, minha terra natal – gosto de caminhar pela cidade. Sempre fui andejo, e, literalmente, já me *perdi* de minha família quando criança algumas vezes... (me perdi na ideia deles... na minha, estava apenas caminhando e deixando que os próprios caminhos me levassem à casa de algum amigo ou à mercearia do “Seu” Antônio e da Marilene para comprar um picolé fiado). Quando minhas tias e algumas primas da minha mãe (estas últimas vinham, normalmente, de outras cidades da região) planejavam algumas rotas para visitarem os familiares (dito por outras palavras: para executar a famosa *Via Sacra*, como bem ironizamos na minha casa) sempre me pegavam de companhia para caminhar – sem bem ao certo saber qual rota delineada seguiríamos e a que horas terminaríamos de passar em todas as ilustres pessoas, dignas de nossa presença inquieta. Ao contrário do que pensam alguns – de que nenhum amor sobrevive a Ponte Nova (e aqui, direciono esse enunciado para uma pessoa que entenderá muito bem esse recado) – minha paixão por caminhar sobreviveu até hoje, fato que me faz voltar a pé do trabalho – atravessando o hipercentro de Belo Horizonte, num total de nove quilômetros – e a fazer questão de caminhar até à padaria, sempre que posso, para comprar o *pão nosso de cada dia*.

Por esses termos, podemos considerar que a fisionomia das cidades (e da comunicação urbana), constituída por um conjunto infinito de signos, não é materializada apenas por suas ruas, mas também por outros suportes comunicativos – impressos ou audiovisuais; estacionados ou em movimento. Esse caminho nos permite entender que o jornal impresso diário e que o anúncio publicitário governamental não *representam* ou *sugerem* uma experiência na/da cidade, mas são também *lugares de experiência*, como partes desse fenômeno urbano a que Lefebvre (2008) se refere. Nesse sentido, a experiência urbana com a dengue não alude somente a uma vivência nas ruas e nos espaços físicos, mas também se conforma por/em materialidades que produzem e que *tonalizam* formas de experiência com esse problema, constituindo lugares *na* e *da* cidade.

Com relação a isso, Lepetit (2001) nos ajuda a ampliar ainda mais o entendimento que aventamos, ao se perguntar sobre a possibilidade de uma hermenêutica da cidade: ao propor os métodos de análise ricœurnianos para apreensão do espaço urbano, tal autor toma a cidade como um texto – uma narrativa perpassada por sistemas espaço-temporais complexos, e, por suposto, marcada por um caráter aberto. É assim que a cidade não só oferece um caminho de pensamento, “como também convoca e espera a leitura, que fornece sua interpretação. Esta deve ser entendida como a execução de uma partitura musical: institui a atualização de uma das possibilidades semânticas de um texto, conferindo-lhe significação no mundo do leitor” (Ibidem, p. 150-151). No projeto de Lepetit (2001), a cidade como texto solicita gestos inacabados de interpretação. Ora, pois: as derivas cartográficas parecem indicar, ao pesquisador, um caminho para interpretar a cidade e para produzir sentidos a partir de uma experiência do/no espaço urbano – tanto em relação ao texto traçado pelas ruas, quanto em relação ao texto produzido por aparelhos técnicos de registro. É diante disso que podemos deduzir: se as derivas se apresentam como uma disposição do pesquisador diante do objeto de estudos bem como sugerem estratégias metodológicas para apreensão do espaço urbano das ruas, entendemos que elas também podem ser adaptadas a uma apreensão do espaço urbano do anúncio e do jornal. Podemos, inclusive, dizer: se as derivas servem a uma apreensão e a uma experiência de pesquisa da *cidade como texto*, elas também servem a uma apreensão e a uma experiência de pesquisa dos *textos como cidade*. Por essa visada, o anúncio e o jornal não se constituem apenas como formas de experiência pública *no* espaço urbano – *na cidade*; mas também são formas de experiência *do* espaço urbano – *da cidade*.

É assim que a partir das derivas, enxergamos possibilidades de relação com os textos da dengue tomando-os como *fragmentos* que nos chegam e por quais também transitamos, em meio a outras formas de comunicação e de experiência urbana (já que, como vimos, tais textos não se descolam dos contextos de interação que os engendram). Por isso, remontamos à lógica dos restos que o paradigma indiciário nos sugere: o anúncio

e o jornal são *vestígios* de uma experiência singular e de uma cidade que também experimenta a dengue como acontecimento. Tais vestígios – *na e da* cidade – são instituidores de lugares de experiência; são indícios da cidade como texto e da dengue como acontecimento. Não são entidades fixas, mas *fragmentos urbanos* imbuídos de uma virtualidade (Levebvre, 1969), que se encarnam em práticas de escritura na e da cidade, de modo que

a prática torna-se então um caminho para analisar a cidade. Nesta prática, revela-se uma ordem mais global que organiza as relações numa sociedade. A prática se dá no cotidiano e é comandada também pelas circunstâncias, pelas performances, pelo imediato. Assim como a língua é comandada por um sistema de regras de sintaxe e semântica e é atualizada pelos locutores, a cidade é praticada por aqueles que vivem em seu espaço. Se Lefebvre não propõe uma semiologia do urbano e chama a atenção para as diversas reduções que ela comportaria, não deixa de considerar aspectos em que a aproximação do fenômeno urbano com questões da linguagem ou da comunicação contribuem para a sua análise (Fonseca, 2008, p.13).

Nesse sentido, as derivas cartográficas, além de darem concretude ao paradigma indiciário, permitem que o problema de pesquisa aqui posto seja operacionalizado, uma vez que: a) indicam caminhos e práticas de apreensão das materialidades comunicativas do jornalismo diário e do anúncio publicitário governamental como lugares que encarnam formas singulares de experiência com o problema público da dengue; e b) revelam práticas de interação e campos problemáticos em meio a um *jeito urbano* de se viver e de suportar esse acontecimento. Por esses termos, as derivas nos possibilitam compreender que a relação com os textos da dengue é uma relação de escritura na e da cidade, cravada em circunstâncias de leitura, em performances urbanas, e no fragmentado imediatismo de uma experiência – que, por ser acontecimental, está em *devenir* (Deleuze, 2007). É por conta disso que os vestígios – *no e do espaço urbano* – são indícios da cidade como texto e da dengue como acontecimento; são epifanias que insurgem no vivido da experiência e que se conformam a partir de um movimento de distanciação inerente aos textos; são restos que (re) insurgem, numa costura cartográfica inacabada – que localiza a cidade, a dengue e a experiência dos sujeitos, em mapas móveis e flutuantes. São como pegadas – presenças ausentes –, que condensam dimensões possíveis de uma experiência contemporânea (a dengue passou por aqui...), insinuando e expressando o acontecimento, o sujeito e a cidade.

### **“Etnografia” dos textos: narrativas de um diário, objeto que acontece**

O outro procedimento metodológico que adotamos para dar concretude a esse estudo de caso foi o que chamamos aqui de *“etnografia” dos textos*. Tal ideia, que já foi aventada em *Prolegômenos* e em *1.2 A experiência e o texto*, parte de uma relação

intrínseca com as derivas cartográficas, e se debruça, em particular, sobre um desafio inerente aos textos (estes que, tomados enquanto fragmentos urbanos, foram aqui catados como material empírico): como analisar os suportes – as materialidades da comunicação – que conformam tais vestígios? Como problematizar uma relação entre os textos (enquanto tecidos vivos) e a experiência de textualização (enquanto um tecer incompleto)? Acabamos de argumentar que as materialidades do anúncio e do jornal são, nessa pesquisa, nossos lugares de entrada, nos quais vislumbramos uma possibilidade em que a experiência acontecimental e urbana da dengue se precipita: caminhamos *por* e *com* tais materialidades, tomando-as como geradoras de uma cartografia de experiências possível da dengue. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que a metodologia das derivas foi concebida em sua origem para uma apreensão do *texto das ruas* – o que exige uma disposição de pesquisa peculiar para operacionalização de tal método. Nesse sentido, por mais que existam aproximações entre o texto das ruas e o texto das materialidades comunicativas, é preciso levar em conta as particularidades de operacionalização das derivas junto às formas de experiência engendradas pelo anúncio e pelo jornal impressos.

Podemos dizer que tais particularidades se pautariam por uma investigação conceitual do jornal e do anúncio publicitário? Seriam encontradas por um esforço descritivo de uma certa expectativa ou de um suposto papel social que os campos profissionalizados do jornalismo e da publicidade exercem na contemporaneidade? De modo mais específico, ao catarmos os jornais e os anúncios, partiríamos para uma análise dos mesmos em relação a aspectos como objetividade, síntese, uso de cores, diagramação, fontes, ou mesmo de destinatários, emissores, mensagens – enfim, conduziria esse tipo de análise à singularidade das dimensões acontecimentais em meio a essas formas de experiência? Nessas alturas, talvez seja possível perceber que nenhuma dessas opções poderia aqui ser tomada como guia metodológico. Isso porque, de acordo com o desenho tensionado nessa tese, a singularidade de análise desses textos derivantes deita-se, particularmente, *na relação que os mesmos conformam na minha experiência, como sujeito ordinário e como pesquisador da comunicação*. Por isso, o mergulho metodológico nas materialidades do jornal e do anúncio aqui não se funda numa descrição das projeções e das diferenciações estratégicas que tais materialidades carregam a serviço de seus campos especializados. Em perspectiva distinta, o jornal e anúncio serão tomados como textos vivos, encarnados na minha experiência de pesquisa – como são e foram acionados por mim, que experiência foi produzida com eles, em meio a que contextos e a que formas de comunicação eles tomaram presença e sentido.

É válido, portanto, ressaltar mais uma vez que nos orientamos pela ideia de catar tais indícios tomando todas as precauções para não cairmos em análises internalistas: não seria suficiente (nem desejável) buscar a caracterização dos textos pelos textos, mas investigar o

movimento dos textos no contexto das interlocuções (França, 2006). Para isso, juntamente com as derivas cartográficas, podemos dizer que tentamos resolver essa recomendação partindo de um *método de forte inspiração etnográfica* (Peirano, 2008) – como aposta possível de pesquisa, junto às formas de experiência pública permitidas pelos vestígios da dengue no anúncio e no jornal (um sujeito-pesquisador não apartado dos textos e dos contextos). Reconhecemos a força estratégica desses fragmentos; mas, antes de tudo, nos orientamos por uma leitura errante e viajante, escorregadia e rebelde, enfim, por táticas astutas (Certeau, 1994) – estas que desestabilizam, ainda que silenciosamente, os poderes instituídos e os caminhos prescritos pelas materialidades. Dessa maneira, entendemos que o lugar de experiência conformado pelos textos não se pauta somente pelas características técnicas linguísticas e imagéticas que imprimem suas formas e seus conteúdos, mas, como vimos, se constitui junto a *campos de força – fundados-em-meio-a e fundantes-de* outros lugares de experiência, tendo em vista as formas de comunicação nas quais nos encontramos mergulhados.

Não podemos nos esquecer de que um método de inspiração etnográfica acaba nos orientando, de algum modo, a tomar os textos como *fenômenos culturais*: nessa seara, uma ampla discussão sobre cultura poderia ser aqui encetada. Compreensões de autores como Geertz, Malinowski, Tylor, Williams, Hall ou mesmo do conhecido autor inglês John Thompson (1995) – que retoma concepções de cultura e institui um raciocínio dialético para *fundar um lugar próprio* – poderiam aqui ser amplamente discutidas. Mas o que nos levaria a aceitar uma “*etnografia*” dos textos sem provocar uma exaustiva discussão centrada nas diferentes concepções de cultura? Louvamos as preocupações acadêmicas dirigidas à busca por um conceito de cultura que dê conta de oferecer bons substratos de análise à etnografia e às ciências sociais. Contudo, não podemos nos esquecer de que a esses autores serão estendidas as cláusulas contratuais que temos aplicado na relação de empréstimo com os autores de outros campos, aqui já convocados: saqueamos suas perspectivas, mas seguimos as regras mutantes e andantes do objeto da comunicação. Isso poderia até nos presentear com um rótulo de indisciplinados (tal campo, tal pesquisador...), quando, em verdade, buscamos fidedignidade a um caminho que perpassa e atravessa áreas de conhecimento *supostamente* delimitadas, sem se ater a elas. Por esse fazer nômade e saqueador, é nosso desejo reafirmar que a escolha de um procedimento de inspiração antropológica não poderia nos posicionar, junto ao estudo da dengue, pautados por um olhar “genuíno” de antropólogos, e, por isso, aqui não faria sentido reproduzir muitas das preocupações desses *cientistas da cultura* na conformação de nosso desenho metodológico. Mas, a quais preocupações estaríamos nos referindo propriamente? O fato de sermos da comunicação nos abriria precedentes para dobrarmos os conceitos da maneira que então julgamos ser a melhor?

As preocupações a que acenamos são particularmente aquelas que buscam delimitar *perspectivas disciplinares* a partir da elaboração de conceitos, de maneira que estes se apresentem como inspiradores e se portem como *cães-de-guarda* junto à escolha e ao uso de procedimentos metodológicos de pesquisa, num refundante movimento voltado à demarcação de limites epistemológicos. É o emprego desses conceitos, sem uma observância ao caráter da comunicação, que nos traria o risco de atração desviante, como já tratado por Braga (2008) – uma vez não observadas as perspectivas as quais eles transportam a serviço de seus campos de origem. No caso da antropologia, esse risco obviamente também existe; mas muitas vezes, urdido arditamente para análises pretensiosamente amplas, ele se mostra camuflado por uma espécie de preocupação geral às ciências humanas e sociais. Em Thompson (1995, p. 181), por exemplo, é possível observar a elaboração do que ele chama de uma *concepção estrutural de cultura*<sup>66</sup>, que definira toda e qualquer análise dos fenômenos culturais como um

estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural (...) deve ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Na construção de seu raciocínio, o autor pretende esposar concepções distintas de cultura para a fundação de um conceito novo e suficientemente *robusto*, que dê conta de orientar a conformação de métodos destinados a uma ampla e geral elaboração de análises culturais do universo social e humano. Nesse momento, há um considerável reconhecimento da contribuição de uma abordagem interpretativa da cultura, fundada por Geertz (1989), ao tomar os fenômenos culturais como formas simbólicas. Mas, ao mesmo tempo, há também uma forte crítica a tal abordagem: Thompson (1995) julga como frouxa uma teoria da interpretação centrada na noção de texto, uma vez que Geertz (1989), ao tomar emprestado

---

<sup>66</sup> Thompson (1995, p. 166) identifica “quatro tipos de básicos de sentido” de cultura, a partir das dimensões de uso que tal conceito ganhou nos estudos e nas pesquisas na antropologia e nas ciências sociais: *uma concepção clássica* – pautada nas primeiras discussões sobre o termo, tal concepção entende cultura como “um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual, um processo de que diferia, sob certos aspectos, do de ‘civilização’”; *uma concepção descritiva* – que se refere “a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico”; *uma concepção simbólica* – para a qual “os fenômenos culturais, de acordo com esta concepção, são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica”; e *uma concepção estrutural* – elaborada pelo autor, busca resolver uma suposta atenção insuficiente dada por uma concepção simbólica às relações estruturadas de poder, em meio às quais os símbolos e as ações simbólicas estão sempre inseridas: “de acordo com essa concepção, os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas”.

tal conceito da hermenêutica de Paul Ricoeur, é questionado por sugerir que a análise cultural se constitui pela interpretação de textos etnográficos<sup>67</sup>. Por isso, Thompson (1995, p. 178) não vê com bons olhos a afirmação de que tais textos fixariam o que é dito no discurso social “dos sujeitos que formam o objeto da pesquisa etnográfica”, uma vez que as propostas de Ricoeur “sobre a fixação do significado nada tem a ver com a relação entre o pesquisador das ciências sociais e o sujeito/objeto de sua pesquisa”. Em seguida, afirma que “a própria prática de Geertz como etnógrafo é, algumas vezes, difícil de conciliar com essa injunção metodológica” (ibidem, p. 178), e cita o exemplo do estudo interpretativo geertziano sobre os significados da briga de galos para os balineses – em que o amigo de Ricoeur concebe tal evento como uma “‘forma de arte’ na qual e através da qual os balineses vivenciam e dramatizam suas questões de status”. Aqui, Thompson (1995, p. 178) parece não ter ficado muito satisfeito com a forma pela qual essa interpretação foi produzida:

embora essa interpretação seja brilhante e imaginativa, *Geertz não oferece nenhuma defesa convincente para afirmação de que é isso que a briga de galos significa para os balineses que tomam parte dela*. Ele não realiza entrevistas com uma amostra representativa de participantes (ou, se o faz, não o relata), nem oferece sua interpretação aos balineses para verificar se eles a consideram uma expressão acurada de sua própria compreensão [grifos nossos].

Além disso, Thompson (1995) ainda afirma que a abordagem geertziana não oferece atenção suficiente aos problemas de conflito social, já que supostamente ela estaria mais centrada numa ideia de *significado* do que numa noção de *poder*. Em linhas gerais, podemos primeiramente compreender que, em meio às críticas e aos propósitos de Thompson, há um explícito projeto de demarcação da antropologia como uma ciência *rigorosa*. Longe aqui de querermos concordar ou não com tal projeto, desejamos apenas que ele seja provocador junto: 1) ao nosso entendimento de ciência e de rigor, já aventados por Ginzburg (1991); 2) à nossa compreensão das realidades conceituais e empíricas da comunicação, responsável por nos indicar caminhos metodológicos; e 3) à própria inspiração etnográfica que elegemos como um dos procedimentos para lidar com os textos da dengue como materialidades comunicativas.

---

<sup>67</sup>Geertz (1989, p. 15) propõe que a cultura pode ser vislumbrada como uma espécie de montagem de textos: “O conceito de cultura que defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Por conta disso, na visão do autor, os próprios padrões de significado que o pesquisador da cultura busca compreender seriam, por suposto, construídos também na forma de textos: “fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (ibidem, p. 20).

Em relação ao primeiro aspecto, não vamos aqui ficar amplamente matracando de novo sobre nossos intentos enquanto pesquisadores de um campo científico... (nessas alturas, acho que você, leitor, já está careca de conhecê-los...). Desejamos apenas lembrar que o rigor de uma disciplina não vem necessariamente de um método que busque uma aplicação geral dos resultados de uma pesquisa a qualquer possibilidade ou realidade semelhante que a ele for aventada. Ginzburg (1991) conclui: esse tipo de rigor é inatingível e indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – como é o caso das situações em que se veem implicados os fenômenos culturais –, como também estilhaça as possibilidades relevantes que os estudos de caso individuais, quando assumidos enquanto tais, podem trazer acerca de boas reflexões qualitativas sobre os fenômenos. Além disso, a preocupação de Thompson (1995) quanto ao rigor etnográfico parece se fundar essencialmente numa pulsão nomotética em direção à própria antropologia enquanto ciência, fato que parece negar seu caráter científico essencialmente interpretativo, incluindo-o num movimento metodológico que busca regularidades, formalizações e possibilidades galilenianas de abordagem dos fenômenos culturais. Não compartilhamos da preocupação de Thompson na busca por regularidades mais amplas, já que não vemos problemas científicos de relevância ou de legitimidade no fato de termos assumido, neste trabalho, a comunicação como campo interpretativo, inspirado por uma lógica indiciária. Nesse sentido, o risco que corremos ao adotarmos as pretensões metodológicas thompsonianas – que nos parecem equivocadas quando lançam mão de expectativas generalizantes quanto ao uso do método – poderia desbancar por completo o desenho metodológico indiciário que por essas bandas foi construído.

Em relação ao segundo aspecto, importante é considerar que a nossa opção por uma inspiração antropológica para abordagem das materialidades comunicativas da dengue se constituiu em meio a uma sugestão comunicacional: fomos convencidos de que uma das formas de se tentar estudar textos vivos é a busca por procedimentos metodológicos que os restituam às teias de experiência do próprio pesquisador, sem uma preocupação com o encontro de insumos supostamente *típicos* de pesquisa, mas com a caça de indícios que funcionam como "*possibilidades de*". Isso não significa que o fato de nos filiar-mos ao campo da comunicação nos reserve o direito de fazermos o que quisermos com os conceitos; no entanto, para além de uma compreensão de suas lógicas, mais imprescindível ainda é um esforço de tensionamento desses conceitos com os problemas de pesquisa, com as realidades estudadas e com as perspectivas de campo. Sendo assim, mais do que bancar uma discussão propriamente antropológica, o que nos parece suficiente é apresentar em que medida uma inspiração antropológica interpretativa das materialidades da dengue se torna satisfatória para colaborar com os tensionamentos aqui engendrados entre conceitos, problema e empiria, sob o ponto de vista da comunicação.



Ainda em relação a esse segundo aspecto, é importante ressaltarmos que as visões de experiência e de textualidades que adotamos nos ajudam a oferecer outra perspectiva à crítica de Thompson em relação às experiências antropológicas de Geertz – em particular, tomaremos como exemplo a suposta constatação de que o antropólogo interpretativo não teria oferecido nenhuma defesa convincente para a afirmação de que a briga de galos *significa* uma forma de arte que dramatiza as situações de *status* dos balineses. Nosso olhar comunicacional nos permite o atrevimento de devolver algumas perguntas a Thompson: se a visão de Geertz se encontra *incompleta* ou *passível de ser refutada*, onde estaria guardado o sentido da briga de galos? O método das entrevistas por *amostragem representativa* seria capaz de abarcar a totalidade de possibilidades no intuito de oferecer um sentido único e fixável, isento de qualquer influência do olhar do pesquisador ou de um discurso institucional? Quem garantiria a existência de um método que limpe e decante os *verdadeiros* sentidos da briga de galos: um para Geertz e outro para os próprios balineses? Ou, será que, para o encontro do significado autêntico da briga, valeria apostar que uma apresentação de Geertz aos balineses, acerca daquilo que ele mesmo tomou como significação, seria capaz de separar seu sentido de pesquisador do sentido conformado por aqueles sujeitos?

Não estamos desejando produzir essas questões para afirmar que o sentido a que Geertz<sup>68</sup> chegou seja o mais *correto* ou *verossímil*. Estamos apenas querendo dizer que

---

<sup>68</sup> Com relação a essa questão, é válido recuperar algumas críticas feitas à própria análise cultural de Geertz. Biersack (1992) nos mostra que a “interpretação das culturas” sugere ainda um significado sendo *descrito* e nunca *inferido*, numa evidente preocupação com “as teias de significado e não com o ato de tecer”. Dessa forma, tanto a visão de textualidades aqui adotada (que suporta os textos como uma dialética entre o *tecer* e o *tecido*) quanto o movimento interpretativo do paradigma indiciário (que se vale da produção de inferências a partir da descrição de pistas) não se sustentaria apenas por uma *descrição densa* da relação entre as materialidades comunicativas e a constituição de uma experiência pública acontecimental com o problema da dengue, em Belo Horizonte; mas, sobretudo, do tensionamento dessa descrição em relação aos: 1) substratos conceituais abduzidos e a outros insurgidos em meio à atividade de pesquisa; 2) substratos contextuais e sociais mais amplos – embora sempre localizados – que meu olhar de pesquisador dá conta de expressar. Em relação a esse segundo aspecto, é preciso considerar que as inferências contextuais, mesmo que localizadas e pautadas sob um ponto de vista, constituem um movimento essencial à superação da descrição, por meio de uma explicitação do *tecer* que surge em qualquer leitura. É com esse propósito que Biersack (1992) nos alerta para a necessidade de superar um saber que pode se tornar *localizante* numa adoção fidedigna à descrição densa: “o exame da natureza ideológica e do saber local exige que nos atenhamos ao contexto histórico em que esse saber opera”, para além de descrições que se evidenciam junto ao próprio local. Dessa forma, a autora também enxerga que, sendo o homem um animal suspenso nas teias de significado que ele mesmo engendra e tece, é o ato de tecer, não somente as teias; é a história, não somente a cultura; é o processo de textualização, não somente o texto, que devem ser pensados (Biersack In: Hunt, 1992). Em outros estudos sobre o método geertziano, Nunes (2010, p.196) parece lançar um olhar sobre os motivos que fazem insurgir as principais críticas à Geertz: “o próprio Geertz (2003) chama a atenção para o fato de que a ampliação da noção de texto para além da escrita no papel exige mais do que o estudo das inscrições e dos significados fixos, é preciso o estudo do processo social que fixou os significados. Neste caso, a intertextualidade é fundamental. E é exatamente a não-existência de uma leitura da relação entre os textos ou daqueles fatores externos que atuaram sobre os textos que constituem as principais críticas ao trabalho de Geertz”. Vale considerar que, pelo menos no caminho comunicacional que

essa preocupação não se aplicaria a nossos intentos, de modo que a relevância do trabalho de Geertz estaria na própria operacionalização de um método interpretativo e não numa defesa universalizante dos significados que tal método produz. Mesmo porque, os sentidos advindos de uma experiência de pesquisa etnográfica não seriam os únicos nem os últimos, mas se apresentariam como um caminho que, apesar de individual, é legítimo, sem a pretensão de esgotar outras possibilidades. Por conta disso, ilusório e inatingível é a ideia de que uma etnografia levaria a uma totalidade: os sentidos correm de um lado para o outro; são nômades e mutantes, por natureza. E junto a isso, pelo menos por um olhar comunicacional, inútil é o desejo de busca por uma autenticidade ou por um marco zero de significação, supostamente adjacentes aos fenômenos culturais. Por isso, apostamos que a visada ricoeuriana de texto na abordagem da cultura se constitua como um caminho válido para as análises de objetos culturais sob o prisma da comunicação: como um lugar de encontros, de conflitos e de disputas, o texto é um conjunto inacabado de algo que mais ou menos se estabiliza junto com algo que mais ou menos deve se completar; é espaço polifônico (Bakhtin, 2003), com a presença de inúmeras vozes, inclusive da voz daquele que o interpreta; é objeto por meio do qual as questões simbólicas se encontram não apartadas das questões estruturais (conflitos, dissonâncias, assimetrias, poderes)<sup>69</sup>. É lugar *sujo* e *múltiplo* de experiências.

Um bom movimento em direção à defesa da textualidade (e, obviamente, das materialidades da dengue) como fenômenos culturais é a compreensão de que o texto é lugar de experiências, e não um cadáver descolado dos sujeitos. Curiosamente, ao recusar o modelo de Ricoeur sobre o texto, taxando-o de enganoso, Thompson (1995, p. 180) parece inclusive entender os textos não como objetos culturais – vivos, dinâmicos, simbolicamente constituídos em meio aos homens – mas como simples acessórios de uma potência cultural de significação afeta somente aos sujeitos:

[em Ricoeur], a característica-chave do texto (...) é o seu “distanciamento” das condições sociais, históricas e psicológicas de sua produção, de forma que a interpretação do texto pode basear-se somente em uma análise de sua estrutura interna e conteúdo. Mas proceder dessa forma é ignorar as formas pelas quais o texto, ou algo similar ao texto, está inserido em contextos sociais dentro dos quais, e por meio dos quais, ele é produzido e

---

atravessamos, não é adequado estabelecer uma demarcação abissal entre texto e em fatores externos aos textos (entre tecer e tecido, entre texto e contexto), uma vez que são movimentos que se enredam no esteio das interações.

<sup>69</sup> Para refletir: se os textos etnográficos “fixam” o “dito” no discurso social, esse movimento de fixação, de certo modo, não poderia também ser revelador de pistas e de indícios das estruturas de poder e da posição dos sujeitos que os interpretam? Em nosso caso, em que escolhemos uma “etnografia” do anúncio e do jornal como objetos, haveria algum outro método mais *puro* que poderia supostamente nos levar ao encontro de uma autenticidade maior das questões ligadas ao poder (de quem interpreta, dos campos profissionais que produzem as materialidades, dos governos e das instituições midiáticas)? De certo modo, essas questões ligadas ao poder não tomariam espaço também numa análise antropológica, a depender das abduções de pesquisa?

recebido; é desconsiderar o sentido que ele tem para os próprios indivíduos envolvidos em sua criação e consumo, os próprios indivíduos para quem este objeto é, de maneiras diferentes e talvez divergentes, uma forma simbólica significativa.

Pelo menos até onde nossa compreensão alcança, não entendemos que Ricoeur (1991) diz que a forma de interpretação do texto pode se basear somente em uma análise de sua estrutura interna e de seus conteúdos. O que a distanciação deseja produzir é justamente o contrário: um dizer no dito do texto, uma distanciação que executamos naturalmente ao interpretarmos qualquer texto que nos interpela – fato que não ignora, em momento algum, os contextos sociais em que o texto se constitui. Além disso, se a própria distanciação é movimento que se faz pelos sujeitos, como acreditar que uma análise textual centrada numa visão ricoeuriana, seria capaz de, *a priori*, desconsiderar o sentido dos sujeitos? Que fetiche é esse, que supõe sujeitos assépticos ao mundo, *limpos e puros*, como anjos guardiães do sentido?<sup>70</sup> Antes que alguém nos acuse de dar mais ênfase às empirias documentais do que a discursos e a demais materiais produzidos por / coletados com os sujeitos, desejamos que um ponto se esclareça desde então: não estamos aqui para afirmar que toda a pesquisa em comunicação deva se restringir a uma análise de textos impressos, como é o caso desta tese. Estamos querendo reforçar o argumento que apresentamos na seção *Mídia*, e que, vez ou outra, acabamos por retomá-lo: a textualidade pode ser uma boa metáfora, dentre outras, para a compreensão dos problemas comunicacionais. Uma entrevista, por exemplo, ao ser transcrita e interpretada como texto, não pode se deixar levar pela crença de que os discursos dos sujeitos sejam autênticos, sem misturanças institucionais ou do próprio pesquisador. Um grupo focal também não pode se dar ao luxo de prometer o encontro com o *verdadeiro sentido* acerca das coisas. Enfim, uma metodologia centrada na investigação direta com os sujeitos não poderia supor-se a mais pura, nem mesmo compartilhar uma falsa crença de que tudo o que a mídia falaria é objeto chapado e unifônico (ou afônico). E é em meio a esses desafios que um método antropológico interpretativo e centrado nos textos deve ser também vislumbrado: uma

---

<sup>70</sup> A partir da conhecida obra *Dos meios às mediações* de Martín-Barbero (2009), é possível compreender que a fala do sujeito comum não é original e “autêntica”, como se fosse descampada de mediações. As relações que estabelecemos, seja em âmbitos da família, da escola e dos grupos sociais, seja em âmbitos do mercado e das instituições, encontram-se mediadas por regimes de institucionalidade e por diversas formas de sociabilidade. Evidencia Canclini, no prefácio daquela obra, que a noção de mediação é cara à emergência e à constituição das próprias sociedades modernas, estas que possuem traços atribuídos aos meios de comunicação muito antes que estes atuassem: “nem a cultura de elite, nem a popular, há tempo incorporadas ao mercado e à comunicação industrializada, são redutos *incontaminados* a partir dos quais se pudesse construir outra modernidade alheia ao caráter mercantil e aos conflitos atuais pela hegemonia” (Martín-Barbero, 2009, p 23). Nesse sentido, um estudo que privilegie uma investigação direta com os sujeitos deve levar em consideração que seus discursos não são fechados, mas produzem-se enredados em meio a uma complexa trama de mediações: a família, a escola, as instituições públicas, os grupos sociais, o mercado, o sistema da mídia.

possibilidade de pesquisa em comunicação, uma forma de diálogo que não esgota o sentido, uma forma válida para produzir tensionamentos.

Por fim, chegamos ao terceiro aspecto a que fomos provocados a pensar pela proposta antropológica de Thompson: diante de tudo isso que foi ponderado, como será aqui vertebrado o procedimento metodológico de “*etnografia*” dos textos? O que seria suficiente em nossa pesquisa para a conformação de uma abordagem que toma os textos como fenômenos culturais? Para início de conversa, podemos dizer que a própria noção de materialidades comunicativas de Gumbrecht (2010) oferece uma possibilidade de pensar os fenômenos culturais pelo viés da experiência: o anúncio governamental e o jornal diário impressos podem ser tomados como objetos culturais constituídos por componentes de presença e de sentido. Isso significa que uma análise antropológica desses textos pede a busca por efeitos não apenas interpretativos, mas também físicos: em que medida o enredamento desses indícios provocou em mim interpretações e presenças? Ao chegarem à deriva por uma postura de pesquisa, de coleta e de análise, que leituras e que aparências eram provocadas, em lugares de experiências por eles constituídos? É assim que, de modo mais geral, é propriamente num movimento de tensão / oscilação entre sentido e presença que tentamos apanhar nossa experiência com a dengue, a partir desse procedimento emprestado da antropologia à análise textual no campo da comunicação.

Ainda alguns pontos precisam de mais esclarecimentos: de modo mais específico, como propomos dar conta dessa dimensão de sentido e de presença nos textos? Ao tomarmos os textos como fragmentos urbanos na e da urbe, entendemos, primeiramente, que não há como separar a *catação* dos textos da nossa experiência de cidade. Falando por outras palavras, tão importante como catar os indícios impressos (anúncio e jornal) é também catar os indícios de textualização e de dispositivação: quais outros textos ligados a minha experiência emergiam quando acionados pelos indícios coletados; que efeitos de presença (cheiro, tato, audição, paladar, visão) esses indícios me provocavam – tanto no momento de coleta, quanto no momento de mexida no material, durante a escrita da tese; quais sentidos, aparentemente negligenciáveis, insurgiam em tensão, durante a caçada da leitura. Essa lógica epifânica (um tanto quanto erótica...) revela, portanto, nosso movimento específico de pesquisa com as materialidades: tomando-as como *vestígios em deriva*, entendemo-las como *lugares de experiência da dengue como acontecimento, na (da) cidade*. Por isso, podemos fazer uma analogia desse movimento antropológico de dispositivação com uma dialética entre uma *flecha* e uma *fenda*: a *flecha* epifânica me afeta como pesquisador, e me insere numa *fenda* – um movimento de textualização, que é também acontecimental – guiando-me a outros textos, estes também que são lugares de experiência da dengue. Recuperemos uma analogia anterior dos textos como corpos que derivam por nós nas ruas de uma cidade: uma *fenda* se abre na medida em que encontro

um corpo na rua e ele passa a ser algo para mim (ele insurge como uma *flecha* lançada de um nada); se é uma fenda, ela é um lugar que passa a existir, em meio aos meus muitos outros lugares de experiência, e minha interação com tal corpo não se resume a um sentido que, nesse momento, possa emergir – já que a prática de interação se constitui também a) pela presença mesma do encontro; b) pelos outros lugares que são abertos pela fenda e que insurgem por gestos de presença e de interpretação; e c) pela afetação e pela distanciação acionadas, em comunicação.

Importante dizer que esses textos dispositivados e sugeridos pela fenda chegam na forma de outros textos: são *narrativas* em movimento que emergem, à deriva, quando da leitura mesma dos indícios. Lembra-se da historinha da secretária apaixonada, no item anterior? Naquele caso, a leitura do *Super Notícia* e a interpelação pelo adesivo da dengue pregado num carro acionaram um conjunto de experiências que emergiram como narrativas: a lembrança do término do namoro, a disposição desatenta para a leitura, a brincadeira com a super-dengue ao chegar ao trabalho, a presença ausente de seu amor que se foi. A partir desse caso, podemos compreender que os indícios da dengue se constituem tanto como dispositivos textuais (Antunes e Vaz, 2006; Bougnoux, 1999), quanto como dispositivos de memória (Silva et alii, 2008): eles acionam um conjunto inacabado de outros textos e de outras experiências, e ultimam por conformar o sentido e a presença daquele fragmento insurgido (um lugar de experiências), até aquele momento (uma vez que, em ocasião futura, outro indício pode acionar outros conjuntos de textualizações e de memórias). A partir disso, entendemos que o procedimento de “etnografia” dos textos, desenhado nessa tese, é aquele que nos dá condições de vislumbrar esse movimento de dispositivação como uma espécie de insurgimento de narrativas – *um dizer no dito do texto*. E é por conta disso mesmo que tal procedimento nos sugere, como expressão de nossa experiência de pesquisa, a produção de *gestos de escrita* – ou, no bom e claro português: *a produção de textos como narrativas próprias*, histórias que deem conta de explicitar esse movimento de dispositivação, e de produzir outros movimentos a você, caro leitor, que nos acompanha em peregrinação. É nesse momento que fomos ao socorro dos estudos históricos de Michel de Certeau (1994) e das pesquisas sobre comunicação urbana de Máximo Canevacci (1993), sem nos esquecermos de que tanto Silva et alii (2008), quanto Ginzburg (1991) também nos oferecem bons caminhos e profícuas contribuições.

Os estudos de Certeau (1994) – e aqui, em especial, destacamos a obra *A Invenção do Cotidiano* – evidenciam uma *prática de escritura ambulante* que nós, cidadãos modernos (pesquisadores, habitantes, funcionários, *habitués*, transeuntes, viajantes, leitores) executamos diante da vitalidade dos textos – rua, livro, jornal, anúncio, comida, novela. Caminhar *por* e *com* os textos é ler os *próprios dos outros* que nos são impostos a partir de um movimento de rebeldia, em leituras astutas e em escritas invisíveis. Dirigida ao texto *na*

e da cidade (esta que, por vezes, também se rebela), sua ideia de *metáfora* expressa tal prática de escritura como uma *retórica ambulante*, engendrada por movimentos de relato e de narração<sup>71</sup>:

Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir ao trabalho ou voltar para casa, toma-se uma metáfora – um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam ter igualmente este belo nome: todo dia eles atravessam e organizam lugares: eles os selecionam e os reúnem num só conjunto, deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços (Certeau, 1994, p.199).

Tomemos seu sentido de metáfora para dar conta da relação de escritura que podemos estabelecer com os textos, de maneira particular a essa tese: percorremos as materialidades do anúncio e do jornal tanto para organizar os lugares de experiências abertos por suas pegadas, quanto para expressar o percurso espaço-temporal que estabelecemos com os outros lugares de experiência insurgidos, quando acionados pelos movimentos de dispositivação e de distanciação. A narração lança, portanto, *metáforas de uma experiência acontecimental da dengue*, numa cidade como Belo Horizonte: executamos gestos que sugerem itinerários, frases, interpretações e presenças. Com relação a isso, curioso é notar uma sincronicidade entre essa noção de metáfora – como a expressão de um percurso de espaços – e a proposta de Ginzburg (1991, p. 152) para uma *experiência de pesquisa indiciária* – como a expressão de um percurso de dados coletados:

Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. Talvez a própria ideia de narração (distinta de sortilégio, do esconjuro ou da invocação) tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração de pistas. (...) O caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos<sup>72</sup>.

É assim que *narrar e contar histórias*, que são centrais na retórica ambulante de Certeau (1994) e no paradigma indiciário de Ginzburg (1991), são uma das formas de operacionalização de nossa “etnografia” dos textos. Vale aqui ponderar um risco que essa

<sup>71</sup> Agradeço à querida Coca (Cláudia Graça da Fonseca) pela bela inspiração que a leitura de sua tese (Fonseca, 2008) me provocou. Foi uma alegria “saquear” a perspectiva que ela vislumbrou em Certeau (1994), e trazê-la ao espaço dessa tese, creditando a ela a originalidade do uso de tal fragmento certeauiano.

<sup>72</sup> Interessante perceber como Ginzburg (1991, p. 155) localiza a emergência de uma lógica indiciária na medicina hipocrática grega, em busca de identificar como tal lógica ainda é central nas práticas médica contemporâneas: “Isso é particularmente evidente no caso da medicina hipocrática, que definiu seus métodos refletindo sobre a noção decisiva de sintoma (*semeion*). Apenas observando atentamente e registrando com extrema minúcia todos os sintomas – afirmavam os hipocráticos –, é possível elaborar ‘histórias’ precisas de cada doença: a doença é, em si, inatingível (...). Esse paradigma permaneceu, como disse, implícito – esmagado pelo prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão”.

“contação de histórias” poderia nos apresentar: a partir de lógicas indiciárias e de práticas de escritura, não poderíamos cair numa abordagem historicizante da dengue, sem a devida presença de preocupações metodológicas e conceituais, conformadas num campo da história? De início, para ponderar sobre tal risco, é imperativo olhá-lo frente-a-frente, e assumirmos, quer sim quer não, que estamos diante de materialidades comunicativas históricas: assim que dispersas ao mundo, elas adentram a uma esfera de possibilidades interpretativas espaço-temporais sobre a dengue, ainda que recentes. E, de alguma forma, o paradigma indiciário nos permite caçar vestígios que reconstroem, de modo sempre inacabado, uma narrativa histórica expressiva dessas possibilidades, afetada pelo anúncio e pelo jornal. Nesse sentido, é inegável que um procedimento de “etnografia” dos textos, de algum modo, possa buscar inspirações nas reflexões de Ginzburg (1991, p. 157) sobre o *fazer de pesquisa do historiador*:

Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.

Entretanto, por mais que haja inspirações e saques de uma perspectiva histórica junto ao nosso trabalho, é necessário reafirmar que não é justo e nem correto que a utilizemos para justificar todos os nossos propósitos e escolhas. Isso porque, *ao fim e ao cabo*, o gesto epistêmico que desejamos empreender não é o mesmo da história, por mais que encontremos aproximações entre as duas perspectivas. De tal sorte, mesmo que uma inspiração de conceitos e de métodos históricos possa nos auxiliar em meio ao esforço de desentranhamento do objeto comunicacional, reconhecemos que um gesto epistêmico da história pretende caçar pistas para remontar *o acontecimento histórico*, tendo em vista, inclusive, a demanda por fenômenos e por estudos comparáveis na empreitada de tal remontagem. Em outra direção, nosso gesto comunicacional pretende remontar o *percurso interacional* que os sujeitos engendram diante de uma experiência pública acontecimental<sup>73</sup> – utilizando as ideias do indiciário e do histórico para tentar remontar *uma dimensão comunicativa da experiência com os textos*: estes dispositivos ambulantes, que acolhem

<sup>73</sup> Veremos, particularmente, no item 2.1 *Reciprocidade*, que a dispositivação é um gesto liberto também pelo próprio acontecimento. Deleuze (2007) particularmente pondera que os sujeitos *suportam* o acontecimento produzindo, para isso, narrativas e discursos, pretensões de entendimento pelo menos possíveis de algo em constante *devenir*. Nesse processo, outros textos e novos textos se aportam, provocados por uma disrupção no decurso da experiência, em abatimento sobre os sujeitos. Nesse sentido, uma opção pelo uso das narrativas e da contação de histórias parece se mostrar coerente não apenas com o procedimento metodológico de uma “etnografia” dos textos, mas também como forma de expressar nuances conceituais de uma afetação provocada pela dengue como acontecimento.

histórias dentro de histórias, conformando lugares de experiência porosos, justapostos e atualizáveis.

Por fim, junto a essa retórica ambulante, podemos tomar os estudos de Canevacci (1993) para compor a noção de dispositivação, cara a uma “etnografia” dos textos que adotamos. Para isso, remontemos, inicialmente, aos textos da dengue: nosso processo de extração antropológica do anúncio e do jornal se constrói em meio a um acontecer do acontecimento, uma vez que recolhemos os vestígios junto a uma experiência da dengue que está em permanente devir. Estabelecendo uma rápida analogia com os estudos da cidade, por mais que as estratégias governamentais de arquitetura urbana queiram lançar obras que *concluam* a cidade, o espaço urbano também está em constante advir: é inacabado, fragmentado, polifônico, produto de narrações incontroláveis e de experiências inusitadas dos sujeitos. Dessa maneira, pesquisar a cidade, como também investigar a dengue como acontecimento na (da) cidade, é empreitada que sugere apostas sempre imprevistas; indica caminhos sempre inusitados; revela surpresas; força interpretações sempre inacabadas. Nesse sentido, a experiência com os textos das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal não é possibilidade que está sob nosso controle, questão que a comunicação urbana de Canevacci (1993, p. 23-24) bem nos explica, por meio de uma referência explícita ao fenômeno urbano:

Eu tive – e tenho – dificuldade em considerar as formas urbanas (...) unicamente como textos que devem ser interpretados e sobre os quais o olhar do observador deve ser dirigido, como se fossem unicamente páginas inerentes da história da comunicação urbana. Pelo contrário, frequentemente eu mesmo me sinto observado, como se tivesse sido arrastado e imobilizado pelos “olhares” que várias subjetividades de alguns edifícios lançam sobre mim. (...) Às vezes tenho dificuldade de compreender (ou recordar) se algumas escolhas efetuadas em relação a certos lugares da cidade (...) tenham “realmente” sido feitas por mim ou por eles.

É nesse sentido que a transposição de uma comunicação urbana, proposta por Canevacci (1993), a uma “etnografia” dos textos é movimento que nos permite vislumbrar a *pulsão comunicacional do texto*, em termos de experiência<sup>74</sup>. Temos plena convicção de que nossas narrativas e metáforas não foram produzidas apenas por nós mesmos (como sujeitos *racionais* e pesquisadores *conscientes*), mas pelo conjunto de interações estabelecidas entre nós e as materialidades aqui catadas. Talvez nesse momento valha uma observação específica sobre algumas peculiaridades do anúncio e do jornal impressos:

---

<sup>74</sup> É bastante curioso perceber a utilização da terminologia de Canevacci (1993, p. 21) como uma recomendação ao pesquisador e ao cidadão que deseja compreender o espaço urbano: “o distanciamento urbano e sua reconstrução é condição única para sua compreensão”. Por isso, sua proposta de uma comunicação urbana foi considerada coerente junto à conformação do procedimento de “etnografia” dos textos, em consonância com a abordagem metodológica mais geral de uma epifania da distanciação.



obviamente, as características do impresso – fontes, diagramação, imagens, fotos, etc. – não foram desconsideradas; entretanto, só foram percebidas e, por sua vez, realçadas em nossas narrativas *quando e se*, em alguma medida, mantinham certa saliência no gesto epifânico de leitura, na chegada dos indícios. É assim que tomamos nosso movimento de pesquisa, em direção ao jornal e ao anúncio, como aquele executado por Canevacci (1993), quando exemplifica seus estudos sobre comunicação urbana a partir da análise de um edifício. Em sua fala, observamos a mobilidade das interpretações do edifício e do sujeito *num todo de experiência*, sem que as características do edifício ganhem uma análise apartada das práticas de interação do pesquisador e do cidadão:

Um edifício se comunica por meio de muitas linguagens, não somente com o observador, mas principalmente com a própria cidade na sua complexidade: a tarefa do observador é tentar compreender os discursos “bloqueados” nas estruturas arquitetônicas, mas vividos pela mobilidade das percepções que envolvem uma interação inquieta dos vários espectadores com os diferentes papéis que desempenham. [...] Espectadores que, por sua vez, ao observarem por meio de sua própria bagagem experimental e teórica, agem sobre as estruturas arquitetônicas aparentemente imóveis, animando-as e mudando-lhes os signos e o valor no tempo e também no espaço. Existe uma comunicação dialógica entre um determinado edifício e a sensibilidade de um cidadão que elabora percursos absolutamente subjetivos e imprevisíveis. Por exemplo: eu posso preferir determinadas ruas, em determinadas horas do dia, razão pela qual escolho meus itinerários urbanos não somente em termos vantajosos quanto à rapidez dos movimentos, mas também pelo fluxo emotivo que se libera quando atravesso essas ruas, e não outras (Ibidem, p. 22).

Outra lembrança que podemos levantar para expressar como uma “etnografia” dos textos sugere a relação estabelecida diretamente com o material empírico é retrazer uma situação que já foi explicitada no item 1.2 *A experiência e o texto*: na leitura comunicacional das pessoas, durante o momento mesmo de interação nas ruas de uma cidade, nós nos preocupamos em ler os corpos, separando as roupas da pele, a alma da carne, os óculos dos olhos, os braços do abraço? O mesmo pode ser dirigido às materialidades comunicativas: apartamos a imagem das letras no momento da leitura? Fatiamos o jornal, recortamos as fotos do texto para lermos tudo em separado, no momento em que o recebemos, com entusiasmo e curiosidade, no início de cada dia? É assim que, com Ricoeur (1991), entendemos que um gesto de leitura indica mais um se perder do que um se achar, em que características das materialidades são aqui apanhadas como num movimento antropológico de interação com corpos vivos. Portanto, o insurgimento de nossas narrativas (*um dizer no dito do texto*), muito antes do que servir a ensejos de contar uma história oficial, é gesto fragmentário, em meio a uma experiência urbana ampla e inusitada, junto a cenários comunicacionais múltiplos e polifônicos.

## **Mapa de experiências e unidades de força: práticas de interação, campos problemáticos**

Um movimento de epifania da distanciação, estudado de maneira indiciária e operacionalizado a partir da narração de uma experiência derivante, resultou numa espécie de produto de pesquisa. Talvez devêssemos mesmo chamá-lo de *artefato* de pesquisa: ele foi usinado sob a inspiração de uma abordagem metodológica que não se impõe como universalizante ou massificadora (industrializante), e, nem por isso, deixa de ter seu valor epistêmico. Silva et alii (2008) são os principais responsáveis para que isso fosse possível: com sua proposta de construção de *Mapas de Sentidos* – cartografias móveis e flutuantes, que se apresentam como uma forma de narrar suas experiências de pesquisa na (da) cidade –, lançaram-nos uma possibilidade de saque dessa estruturação metodológica e um desejo de adaptação desses *comandos em ação* nas formas de experiência acontecimental das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal. Sendo assim, além da expressão de uma abordagem metodológica comunicacional ao fenômeno da dengue, o esforço que cunhou as seções anteriores – talhadas com *suor e palavras...* – se apresenta também como uma tentativa argumentativa de defender como seria possível construir uma cartografia a partir de uma experiência com mídia impressa.

Antes mesmo de apresentar as unidades cartográficas a que chegamos, na construção de nosso mapa, compartilharemos com o companheiro leitor e com a companheira leitora algumas situações em que essa visada no impresso acabou nos mobilizando à experiência indiciária de catação. Muito antes de uma relação racional, posso dizer que o impresso grita em minha vida mais alto que outros suportes midiáticos: gosto de pegar o jornal, sujar minhas mãos com a poeira escura das letras, sentir o toque na folha áspera em que se dispõe aquele amontoado de frases e de imagens. Notícia, para mim, tem cheiro de papel-jornal misturado ao cheiro de café e ao de “começo do dia”: sua leitura no impresso se impregna em meu corpo, o que não acontece, muitas vezes (e aqui, repito, em meu caso, e a depender das situações) com a leitura na tela de um computador. Da mesma maneira, o anúncio publicitário disposto numa plataforma impressa me parece muito mais amigável do que a publicidade disposta em suportes eletrônicos: os outdoors espalhados pela cidade (que me acompanham pelas caminhadas), o papel escorregadio das campanhas, os machucados brancos pela dobradura e pela própria leitura das peças, os montes de papel dispostos e desorganizados que acabo ajuntando no carro, nas pastas de trabalho, nos livros de estudo. Assumir o impresso em tempos de alargamento das questões ambientais é também um risco: não desejo ser suspeito de insustentabilidade simplesmente porque gosto de papel...

É assim que, para além da opção *do papel pelo papel*, é importante lembrar: a seleção do material e do próprio desenho de nossa pesquisa insurgiu a partir de uma relação epifânica com a empiria, partindo de uma experiência própria para compreender que as formas de experiência se encarnam em materialidades – objetos de experiências quaisquer: não há como separar o estudo da escrivãzinha, o cozinhar da panela de barro, a composição musical (nesse exemplo, talvez isso esteja mais explícito) daquele violão. Em meu caso particular, não há como separar o *início* de um dia de trabalho da leitura rápida e transversal de um jornal impresso; o *transitar* pela cidade da *captura* de inúmeras publicidades dispersas no espaço urbano; o *parar* no sinal na Avenida Getúlio Vargas, em cruzamento com a Avenida Afonso Pena, do *correr-de-olhos* nas principais manchetes do dia, logo cedo, dispostas junto às mãos de uma simpática jornalista que, entusiasmada, nos dá a ver os jornais em seus altos braços, acima dos carros. Dispus aqui alguns dentre os muitos exemplos pessoais (fragmentados e passíveis de atualização) que incidem decisivamente sobre minha experiência com a dengue, como pesquisador e como cidadão ordinário. Com Gumbrecht (2010), é possível, portanto, compreender que, ao mesmo tempo em que as materialidades comunicativas do anúncio e do jornal *especializam* a dengue – dando-lhe forma e emprestando-lhe matéria –, elas também *colocam em relação no espaço* alguns elementos de presença e de sentido. Nas narrativas que libertaremos no próximo tensionamento, será possível perceber que a experiência com o anúncio e com o jornal cria arranjos, em meu próprio cotidiano e nas fendas que (re) trazem meus muitos outros lugares de experiência, cosendo uma série de tessituras da dengue como acontecimento: a piscina esquecida em meu terraço (que me provoca um pensar sobre minha casa a partir dos olhos do outro), meus percursos pela cidade, a lembrança de muitas situações já vivenciadas em outros lugares, um olhar de especialista (de um campo profissional em que me insiro) sobre as próprias estratégias de comunicação, a relação com meus vizinhos, etc...

Entretanto, como já aventamos na seção *Mídia*, não podemos nos esquecer de que o estudo do impresso é uma *possibilidade*, e de que suas particularidades se devem, no desenho que constituímos, mais à evidência de lugares de experiência que o anúncio e que o jornal constituem do que propriamente à defesa por uma experiência x ou y supostamente encontradas somente numa dimensão impressa das materialidades comunicativas. Gumbrecht (1998) nos ajuda a compreender que o estudo de gestos produzidos tecnicamente já oferece, por si só, um manancial de possibilidades no que se refere à compreensão da experiência contemporânea. Por conta disso, não estabeleceremos aqui um julgamento sobre o impresso em relação a sua possível força de abatimento na experiência dos sujeitos – já que, no desenho de nosso problema de pesquisa e no tensionamento direto com a empiria, interessa-nos menos as especificidades entre as materialidades e mais a evidenciação de que a interação social é afetada na medida em que

surge a técnica (com a modernização epistemológica), cunhando novas formas de comunicação que instituem processos peculiares na experiência social.

Assim, podemos dizer que a singularidade do anúncio e do jornal não é coisa imanente a eles mesmos enquanto meios e produtos da comunicação, mas se refere a *uma relação estabelecida com eles*, e, em decorrência, *aos campos de forças que se constituem por esse relacionar*. Além disso, as formas de experiência de tais materialidades se posicionam em meio a um universo de experiências midiáticas que se articulam em conjunto. Não há como afirmarmos que a experiência comunicacional da dengue, nessa tese, não tenha sofrido influência de outras mídias: como pesquisadores e como sujeitos ordinários, somos também afetados por outras materialidades comunicativas, a todo o momento. Por isso, o impresso torna-se, nessa tese, *um lugar de entrada numa ampla teia de midiatização, em relação midiológica com outras materialidades*<sup>75</sup>. Por outro lado, tal questão não nos desobriga a pensar em particularidades do impresso – já que, por mais que a experiência, em si, não se resuma aos textos prensados por máquinas, a *entrada* nessa teia de midiatização não é simplesmente uma *passagem pálida* ou insignificante: ela é também um lugar de experiências. Num velho hábito científico de querer encontrar razão para todas as escolhas, podemos então dizer que o jornal (seus meios técnicos de *fazer*, sua logística pública) e o anúncio publicitário (os outdoors, os panfletos soltos nas ruas, os cartazes em muros, a publicidade em ônibus) impressos são materiais significativos ao nosso desenho de pesquisa porque *parecem acompanhar e sugerir a própria lógica do movimento que estou fazendo nesse trabalho*: os jornais e os anúncios transitam sozinhos; derivam *pela / a cidade* como eu derivo, me afetando em inúmeros lugares por quais eu também passo; circulam *pela / a cidade* e peregrinam comigo nas bolsas, no carro, no ônibus, em meio aos livros.

---

<sup>75</sup> É preciso cautela quando se usa o termo “relação midiológica” para compreender em que medida tomamos entrada numa ampla teia de midiatização, na experiência pública com o problema da dengue. Não advogamos aqui uma filiação à ideia de Mediologia, de Régis Debray (1995), que funda sua noção de comunicação no termo transmissão, e que se preocupa com as mediações das formas simbólicas (partindo de outros lugares diferentes inclusive dos de Martín-Barbero (2009)). Por isso, tal termo não tem aqui a força de um conceito; seu uso se justifica simplesmente por expressar, a nosso ver, uma noção de que não seria possível isolar nossa experiência comunicacional com a dengue no anúncio e no jornal – já que ela se apresenta em meio a uma ampla teia de experiências constituídas por outras materialidades, em relação, e por outras mediações (aqui, miramos em Martín-Barbero) que constituem / expressam uma experiência pública contemporânea com esse acontecimento. Podemos citar também Guimarães e Leal (2008) que, em artigo recente, se esforçam por evitar tratar a experiência mediada sob o ângulo frequente da midiatização e/ou de um suposto sequestro da experiência; para isso, consideram a existência de dimensões estéticas na experiência das mídias, estas que não se constituem isoladas de outras mediações na experiência dos sujeitos. Por isso, uma orientação de pesquisa junto ao anúncio e ao jornal, muito antes do que se pautar por um recorte fechado, constitui-se como mergulho específico que não desconsidera o enredamento de mídias e de universos culturais em operação junto à experiência com os materiais impressos.

Se ainda for necessário apresentar mais elementos de justificação racional sobre o estudo desses materiais, posso também estabelecer uma ligação entre os corpos profissionais que os chancelam e o problema de pesquisa aqui elaborado. Como busco estudar formas de experiência pública, o jornalismo, em tese, cristaliza em suas práticas uma suposta função social: é condensador de questões públicas, imbuído por um espírito de busca por *verdades* afetas a todos, advogando um lugar de porta-voz do interesse público. É materialidade discursiva que, na ocasião de um problema público, apresenta interpretações e fortes presenças em nossa experiência social contemporânea: as manchetes estampadas nos jornais, as matérias produzidas e os modos de (re) dizer as situações tornam-se aspectos relevantes, inclusive junto à conformação da própria existência em si do problema. Em relação ao anúncio publicitário – e, no caso dessa tese, nos referimos ao anúncio produzido pelo poder público – é imperativo observar o quanto os governos utilizam as formas de publicidade para comunicar e conversar com os cidadãos, em sociedades democráticas cada vez mais complexas e pluralistas<sup>76</sup>. Do ponto de vista de sua natureza, a publicidade ocupa, por si mesma, um lugar estratégico: constitui-se como campo dotado de regras e de tensões, do qual muito se espera do ponto de vista da capacidade de influência e de estímulo coletivo (ainda mais diante de um problema público tão impactante e incontrolável como a dengue). Nesse sentido, é interessante notar que tais formas publicitárias põem-se a serviço de uma vocalização do próprio Estado, e, por sua vez, de uma suposta voz autorizada e institucionalizada que fala *de todos para todos*, reconhecendo a existência de um problema público e assumindo (?) alguma forma de conversar com os cidadãos, com fortes propósitos de convencimento. Nesse sentido, anúncio e jornal são formas de experiência pública que nos permitem, a seus modos próprios de aparecimento e de leitura em contextos variados, tensionar e investigar a dengue como acontecimento, em meio a um jeito urbano de se viver e de suportar esse problema público.

Como já apresentado em *Prolegômenos*, é possível que se vislumbre uma listagem de materiais que, *ao fim e ao cabo*, foram catados nessa experiência de pesquisa. Durante a leitura dos itens e das seções do *Tensionamento II*, será possível também acompanhar nossa experiência de catação, com vistas a perceber: 1) em que contextos fomos afetados pelas materialidades; 2) como emergiram nossas práticas de interação com os lugares de experiência do anúncio e do jornal; e 3) quais outros lugares de experiência foram acionados pela força desse problema público (como nos lembra Dewey (1980), a

---

<sup>76</sup> Marques (2008) problematiza os modos pelos quais a publicidade tem sido usada pelos governos nas democracias recentes, partindo do exemplo de estudo da campanha “Quem gosta de BH tem seu jeito de mostrar”. Entre projeções de uma cidade ideal e a vivência concreta de seus habitantes, a publicidade se coloca em meio a pulsões estéticas idealizadas e a conflitos sociais, engendrados pelas formas de participação instituídas junto ao governo local.

experiência estética não é uma intrusa no cotidiano, mas acontece em meio a ele, quando energia e ritmo parecem entrar em perfeito equilíbrio). Como já vimos anteriormente, tentamos compreender, de algum modo, que essa experiência com as materialidades poderia ser registrada e expressada a partir de uma *cartografia*. Por isso, perguntamos: em torno dos indícios catados em nosso gesto de pesquisa, seria possível promover ajuntamentos de presença e de sentido da dengue em determinados *campos de força*, capazes de anunciar uma constelação cartográfica sobre uma experiência pública acontecimental desse problema, numa cidade como Belo Horizonte? Dito por outras palavras, a partir de nossas epifanias da distanciação, seria adequado e viável expressar *uma experiência pública da dengue marcada por dimensões acontecimentais* a partir de determinadas *unidades de força* – compostas *por* e dispostas *sob* elementos de presença e de sentido –, como constitutivas de um *mapa de experiências*? Para refinarmos melhor essa questão, temos dois aspectos importantes a considerar: 1) uma compreensão do mapa de experiências como um artefato metodológico resultante do estudo de caso; 2) uma recuperação da ideia de mapa móvel para expressar as lógicas de condensação, de atualização e de ajuntamento de nossa experiência, capazes de organizar esta última em determinadas *unidades de força interligadas*, como fragmentos cartográficos de um mapa.

Em relação ao primeiro aspecto, a ideia de um mapa de experiências composto por determinadas unidades de força torna-se artifício metodológico relevante, que expressa um movimento de articulação de indícios e de produção de inferências, na escolha da metodologia do estudo de caso pautado pelo paradigma indiciário. Nos termos de Braga, (2008, p. 83),

os indícios articulados e as inferências assim viabilizadas sobre o fenômeno podem ser expressos na forma de um «modelo explicativo» do caso. A construção do modelo, em um estudo de caso, corresponde a uma «descrição reconstrutiva» do objeto ou situação, baseada não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que – articulados pelo pesquisador – aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto «funcionar», tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação, na perspectiva do pesquisador.

É assim que, em termos metodológicos, a busca e a construção de determinadas unidades de força parecem se apresentar como um caminho mesmo sugerido pela lógica indiciária que adotamos: de algum modo, seria preciso articular os fragmentos da dengue em algum modelo explicativo, que desse conta de expressar como fabricamos uma possibilidade de tomar a experiência pública e acontecimental da dengue, sob a égide dos restos. Por isso, muito antes do que uma estratégia de enfrentamento ou mesmo de imposição sobre a experiência da dengue, nosso mapa pode ser tomado como uma forma

de astúcia metodológica – no sentido mais certereuniano do termo: sua construção não parte de uma expectativa dominadora sobre a realidade, mas de um *encontro*, tensionado e notado por mim, como pesquisador e homem comum, curioso e rebelde como qualquer sujeito que elabora perguntas e caminhos diante de uma realidade que o afeta. Além disso, a ideia de mapa como modelo explicativo é afeita à imagem de um *tapete*, ao qual Ginzburg (1991, p. 170) se refere para expressar a que lugar/produto/resultado chegamos quando nos deixamos guiar pela lógica indiciária:

poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegados a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções. (...) O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não-sinônimos, que no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave.

No estudo de caso aqui proposto, a disposição dos fios epistemológicos, conceituais e empíricos, é resultado e resultante de gestos de interpretação e de presença produzido com/por essas materialidades elencadas. E por que não falar, portanto, que nossa pesquisa resultou num tapete de experiências? Não seria tal noção cara à imagem de uma textualização – tecer e tecido – presente nas formas de experiência com o anúncio e com o jornal? Pelo menos nos tensionamentos aqui provocados, a ideia de um mapa parece nos afetar com mais espírito de clareza do que a ideia de um tapete (apesar de ambas beberem da mesma fonte indiciária): se as materialidades comunicativas do anúncio e do jornal colocam em relação no espaço alguns elementos de presença e de sentido, em meio a um jeito urbano de se viver, apostamos que a ideia de uma cartografia seja capaz de expressar os encaixes e os jogos espaço-temporais que tais elementos produzem – tomando como base uma relação derivante e antropológica que estabelecemos com essas formas de experiência, no período dessa pesquisa.

Chegamos aqui ao segundo aspecto que nos ajuda a defender porque a ideia de mapa de experiências expressa um caminho possível no estudo da experiência acontecimental da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Nosso mapa não parte de uma lógica cartesiana e dominadora: com Silva et alii (2008), entendemo-lo como constituído por coordenadas espaciais e temporais flutuantes, conformadas por uma experiência que expressa múltiplos significados e pertencimentos. Mas, estaria a construção de um mapa aberta a considerar tal mobilidade? Na defesa desse caminho, Fonseca (2008, p. 39) entende que

a confecção de mapas suscita questões que dizem respeito à relação de representação. A escolha da escala e do que vai ser representado no mapa

relaciona-se com o conhecimento específico que se quer produzir e com a “preocupação de responder a um uso particular”. Assim o mapa mantém uma relação com o real que nasce das opções feitas, a escala, as posições e a organização que vão figurar nele. Cada uma destas escolhas constrói um ponto de vista do conhecimento, sem o que o qual é impossível apreender o real.

Aqui, é preciso abusar de cautela: devemos tomar a afirmação de Fonseca (2008) como uma orientação junto à defesa de um mapa móvel; entretanto, ao mesmo tempo, é preciso lembrar que o saque dessa ideia, junto à construção de nosso desenho de pesquisa, também exige o abandono de algumas nuances de sua conceituação. Sejamos mais explícitos e pacientes no desenvolvimento desse argumento: Fonseca (2008) nos ajuda a entender que a constituição de mapas orienta-se junto a um uso particular, de maneira que podemos tomar o próprio mapa como uma espécie de *epicentro*, em que ressoam e são postas sob vinculação uma série de opções feitas entre o cartógrafo (aquele que constrói o mapa) e os fragmentos da realidade sobre os quais se deseja falar. É por isso que Lepetit (2001, p. 210) considera que

por trás da operação cartográfica está um realismo. A escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território, cuja configuração é dada e precede a operação intelectual que é a realização do mapa. Portanto é possível imaginar duas hierarquias paralelas, a das escalas, que pertence ao domínio da cartografia e dos níveis dos fenômenos e a das organizações espaciais, que pertence à natureza das coisas e à estruturação do mundo.

O mapa, portanto, é construção que irrompe sob o espaço, motivada sob o olhar de seu construtor: ele destaca alguns aspectos do mundo, processando-os e apresentando-os sob outro registro. Nesse movimento, o cartógrafo fabrica um mundo próprio (para lembrar Certeau (1994)): o mapa torna-se um novo fragmento *usinado* e *tratado*, e indica uma possibilidade, dentre inúmeras, de localização do sujeito no espaço. Nessa seara, Silva et alii (2008, p. 2) entendem que os fazeres cartográficos se associam intrinsecamente a formas de organização do conhecimento sobre o espaço, a maneiras de conceber e de interpretar o mundo, “a uma forma de articular saberes e poderes, isto é, a uma configuração imaginária construída a partir de uma perspectiva que privilegia determinados elementos e processos em detrimento de outros”. É por isso que tais pesquisadores buscam organizar o conhecimento sobre o espaço urbano a partir das interações comunicativas que vão dando forma e sentido às ruas de uma cidade, de modo que “no caso da cartografia dos sentidos, os mapas narram itinerários de sentidos produzidos a partir do ponto de vista de quem usa aquele espaço” (Fonseca, 2008, p.40). É com esse propósito que suas projeções cartográficas abrem mão de um caráter descritivo e adotam uma perspectiva narrativa, a fim de transformar seus registros em *dispositivos de*



*memória*, capazes de estimular a atividade de seu observador que se responsabiliza por “completar” os fragmentos oferecidos pelos mapas, acessados com lembranças próprias.

Toda essa compreensão, que já apareceu também em seções anteriores, nos faz apostar na ideia de que é possível construir um mapa de experiências a partir das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal: tais textos podem ser tomados enquanto fenômenos e organizações espaciais, que se constituem como lugares de experiência da dengue como acontecimento. No entanto, a noção de texto que sustenta nossos intentos nos faz realçar um aspecto da visão de mapa que abandonaremos: *a ideia de representação*<sup>77</sup>. No universo dos textos, uma dicotomia entre representação e realidade (entre um representante e um referente; entre um mapa e um território) parece não funcionar bem como um instrumento heurístico, já que a ideia de textualização nos permite tomar o mapa também como um texto (um *tecido* e um *tecer*): *a)* ele expressa uma experiência de pesquisa, mas ele também é, em si mesmo, um lugar de experiências – uma *realidade*, por suposto; *b)* ele indica o percurso de um caminho (que o faz pertencer à hierarquia das escalas), mas seus relatos são também percursos de espaços (Certeau, 1994) que carregam o leitor viajante para inúmeros outros lugares de experiência, estes que da relação de leitura podem emergir (o que o faz pertencer também ao domínio dos fenômenos e das organizações espaciais, e à natureza das coisas bem como à estruturação do mundo); *c)* ele não é resultado apartado e acabado de um processo de pesquisa e de “iluminação intelectual” finalística, uma vez que sua possibilidade foi aventada antes mesmo da elaboração do projeto que originou essa pesquisa – afetando-nos no momento de construção do estudo de caso e abrindo clareza inclusive sobre a própria escrita desta tese.

É assim que, em dispositivação, destacamos o aspecto de que nosso mapa não serviria a uma *representação* da experiência comunicacional da dengue, mas a uma *localização* do indivíduo em meio a esse problema público, a partir da dialética erótica entre a *flecha* – uma afetação do sujeito pela leitura e pela aderência à experiência da dengue – e a *fenda* – o movimento de textualização acontecimental que o sujeito executa, percorrendo seus outros textos evocados e completando o mapa com lembranças próprias. Dessa maneira, tais mecanismos de rememoração coletiva, produzidos pela noção de mapa móvel,

---

<sup>77</sup> É válido ressaltar que, em meio aos nossos tensionamentos, a noção de representação se mostra insuficiente ou inadequada. Entretanto, não possuímos um desejo absoluto de destituir seu uso em meio aos estudos da comunicação (se isso fosse um projeto, quanta pretensão...). Por isso, a depender do desenho de pesquisa engendrado, é possível que a noção de representação sirva como operador heurístico relevante ao desentranhamento do objeto da comunicação. Como exemplo, podemos citar dois estudos que evocam usos do termo: (i) a representação quando tomada como categoria social, aspecto de relações identitárias e de busca por reconhecimento, constituída em meio a interações (ver estudo de Garcêz e Maia (2009) sobre a luta por reconhecimento do movimento social dos surdos na internet); e (ii) a representação tomada como categoria política, em que partidos, grupos e sujeitos falam em nome de muitos, em âmbitos formais e informais do sistema político (quanto a isso, produzimos um estudo em que abordamos a noção de representação a partir do conceito de *advocacy* – ver Mafra, 2008).

são também caros ao próprio desentranhamento da noção de acontecimento: por meio de narrativas, é possível construir uma cartografia possível de localização da dengue numa cidade como Belo Horizonte, sem enclausurar tal acontecimento em fatos ou em constatações – o que seria uma incongruência com sua própria condição de devir. Ao dispor em ligação os pontos de sentido e de presença, abertos pela força acontecimental, o mapa de experiências nos oferece uma visão de conjunto: de seu ponto de vista, vemos fragmentos de experiências que compõem o acontecimento, e observamos o anúncio de alguns pontos de localização possíveis da dengue, *que aparecem em condensação*. Tais pontos, a que chamamos aqui *de unidades de força* do mapa, permitem que seja criada uma zona de distinção – o que seria, nos termos de Ginzburg (1991), uma zona privilegiada da realidade, interpretada por sinais e indícios que nos permitem decifrá-la<sup>78</sup>. É por tudo isso que apostamos num mapa móvel como artefato capaz de expressar as lógicas de condensação, de atualização e de ajuntamento de nossa experiência de pesquisa com as materialidades comunicativas da dengue. E ainda assim, ao apresentar a *costura* e a *constelação* de determinadas unidades de força, produzidas num certo *percurso interacional* inaugurado pela dengue como acontecimento, tal mapa se constitui por cartografias flutuantes, flexíveis, sem enrijecimento – diante do emaranhado de interações múltiplas e inacabadas que os textos da dengue podem fazer emergir.

O que imagina o leitor sobre como faremos para expressar tais unidades de força? Quantos e quais seriam esses eixos flutuantes que se condensam, junto à força de uma experiência acontecimental da dengue, no jornal e no anúncio? Como se organizam suas dinâmicas de localização cartográfica? Em nossa pesquisa com a dengue, podemos dizer que nosso mapa de experiências se constitui por *cinco unidades de força*, apresentadas sob as seguintes palavras-chave, dispostas na figura a seguir:

---

<sup>78</sup> Por conta disso, tecer um mapa de experiências sobre a dengue, vinculado a um determinado recorte espaço-temporal a partir de uma interação de pesquisa em percurso, é um ato que não pretende esgotar a multiplicidade de vestígios, nem mesmo cristalizar as múltiplas dinâmicas de experiência; mas busca estimular uma apropriação de recortes e de momentos que representam a própria diversidade do fenômeno urbano e acontecimental da dengue, em interação histórica e cotidiana (Silva et alii, 2008). De tal sorte, a construção dessas cartografias flutuantes toma o espaço como aberto, lugar onde “há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação, relações que podem ou não ser realizadas.” (Massey, 2008, p. 32).

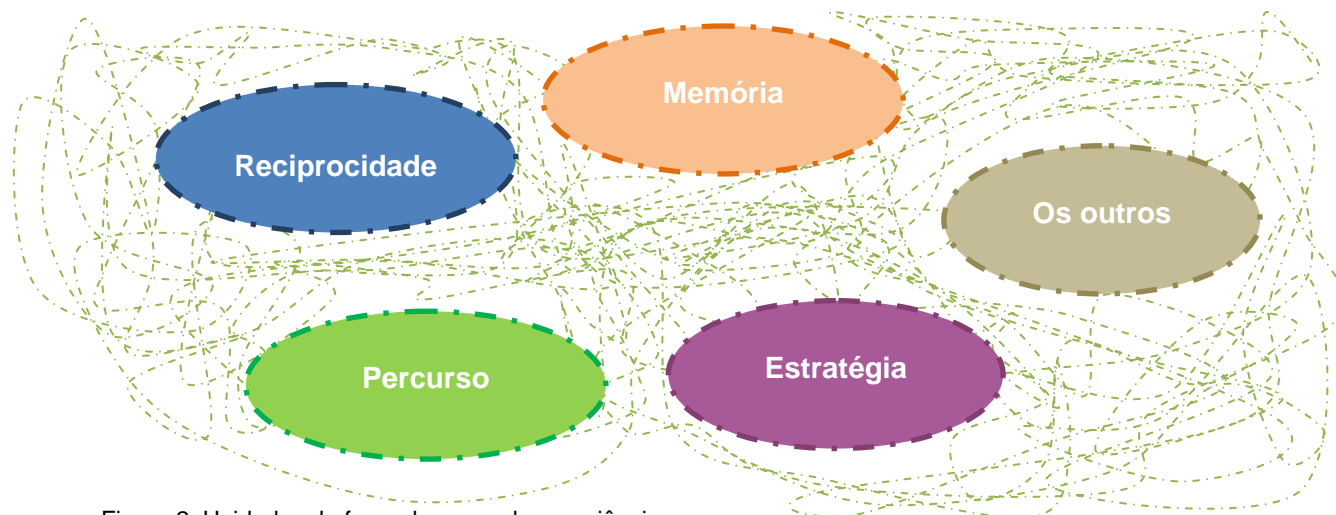


Figura 2: Unidades de força do mapa de experiências  
 Fonte: Construção da pesquisa

Cada unidade de força se apresenta como um conjunto de narrativas, cujas tessituras foram estimuladas pela experiência de catação e de ajuntamento dos vestígios da dengue, em ciclos derivantes e antropológicos de distanciamento. Dito por outras palavras, ao mergulhar no material selecionado, pudemos perceber que tais materialidades, ao se abaterem sobre nossa experiência sob a forma de indícios, nos convocaram a constituir cinco campos de experiência com tal acontecimento, ao longo desses quase quatro anos de pesquisa<sup>79</sup>. Assim, nosso mapa móvel de experiências com a dengue se expressa por movimentos de: *a) reciprocidade* – tais materiais, em ação recíproca, nos fazem voltar a nossos contextos de vivência, problematizando a dengue a partir de um campo de registros e de significações que já nos são próprios; *b) percurso* – a experiência com o anúncio e com o jornal afeta nossos percursos na (da) cidade, indicando e/ou suprimindo caminhos, espacializando o acontecimento por onde transitamos e permanecemos; *c) memória* – a dengue, como acontecimento, provoca uma abertura em nosso campo de memórias, acionando uma série de tempos e de lugares de experiência e provocando encaixes e justaposições passadas e futuras com as temporalidades de vivência presente; *d) estratégia* – as materialidades comunicativas acabam por nos incitar um olhar sobre as estratégias de mobilização social, voltadas ao combate da dengue, em meio a um campo especializado e profissionalizado da própria comunicação (do qual fazemos parte); e *e) os outros* – a experiência acontecimental com a dengue, ao nos fazer voltar a nossos contextos de vivência, também nos sugere problematizar esses *outros* que nos chegam, em circulação

<sup>79</sup> Por isso, não há aqui uma ideia precária de que determinada materialidade comunicativa – ou determinada imersão de pesquisa numa dada materialidade comunicativa – é capaz de produzir uma única unidade de força, particular a essa materialidade. Ao contrário, trabalhamos com a ideia de que, eventualmente, um mesmo conteúdo empírico possa gerar unidades de força distintas; ou seja, nossa pesquisa é resultante de um tensionamento com essas materialidades, todas que são ressonantes, de algum modo, ao universo total das unidades de força as quais pudemos chegar.

com o jornal e com o anúncio, e que insistem em nos prescrever comportamentos e informações: o vizinho, o mosquito, o Governo do Estado, etc. (em que lugares botamos esses outros, no fluir de nossas interações?).

Ao ver as unidades de força, o leitor poderia se perguntar: isso significa que faremos uma revisão conceitual de cada palavra que intitula as unidades, ao longo do *Tensionamento II*? Buscaremos investigar, na literatura acadêmica, o que significaria lidar com a dengue a partir de cada ponto de vista realçado por tais unidades? Creio que, caso esteja pensando assim, o amigo viajante ficará frustrado. As unidades de força não são feixes conceituais sobre a dengue, mas campos condensados por pulsões cravadas na minha própria experiência em tensionamento (compostos, inclusive, a partir de uma oscilação entre presença e sentido). Caso o leitor ainda insista em ler esse trabalho, nelas e por meio delas será possível percorrer meus muitos lugares de experiência abertos (deixando ao amigo a tarefa de acionar seus próprios lugares), em meio à produção de inferências – que poderão ser teóricas ou não – sobre a dengue como acontecimento. E ainda vale lembrar: tais unidades são vivas, atualizáveis, históricas, portando-se em relação (elas influenciam-se mutuamente) e produzindo certas dominâncias (condensações) em cada momento visado. Diante disso, quais seriam, por ora, as principais forças em jogo que sustentam as dominâncias e a própria intitulação das unidades desse mapa? De modo sintético e didático e recuperando os estica-e-puxas desse *Tensionamento I*, poderia dizer que quatro foram as principais forças que provocaram a orientação das unidades para produzir cada campo específico, nesse momento: 1) uma predisposição de pesquisador; 2) uma leitura de sujeito ordinário; 3) uma busca por campos problemáticos, abertos pelo acontecimento em minha experiência; e 4) uma visada nas materialidades sob o ponto de vista da experiência pública.

Em relação à primeira e à segunda forças, posso dizer que minha experiência com a dengue, ao longo do período desse doutoramento, é composta por tensões que mesclam uma predisposição de pesquisador e uma escritura de sujeito ordinário. Nesse sentido, o leitor poderá ver que as unidades de força carregam marcas de narrativas livres, frutos da experiência de um cidadão compromissado apenas com sua astúcia, e de narrativas de um pesquisador, aquelas cujas inferências carregam compromissos e interesses de pesquisa no campo da comunicação. A percepção dessas duas forças em jogo revela nossa ação de pesquisa não apartada de nossa própria realidade (nos termos de Ricoeur (1991), eis o cenário de um pesquisador presente na realidade erigida como objeto), além de poder evidenciar algo que temos defendido desde o início dessa abordagem metodológica, com o apoio também de Ricoeur (1991): o movimento de distanciamento não é prerrogativa dos campos científicos; é ação dos sujeitos diante dos textos. É assim que essas duas forças se

relacionam a nossas práticas – nosso fazer de pesquisa e nosso caminhar de viajores diante das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal.

O terceiro e o quarto aspectos revelam forças abduativas, nas direções da noção de acontecimento e de experiência pública. Em relação ao terceiro aspecto, recorramos, antes de tudo, à Deleuze (2007), que imputa ao acontecimento um conjunto de singularidades que se desenrolam em um campo problemático, na vizinhança das quais se organizam as soluções. E podemos encontrar formulação semelhante em Queré (2005, p. 69), para o qual o acontecimento “abre um horizonte de sentido, introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro”. Aqui aparece o caráter crítico do acontecimento: na sua singularidade, “o acontecimento é mesmo o pivô da pesquisa sobre uma dada situação, porque representa o que é crítico, no sentido literal do termo” (Queré, 2005, p 71), caracterizando-se pelo seu poder esclarecedor – de modo que, se um campo problemático é aberto, algo de ordem prática aparece. É por esse espírito que podemos considerar as unidades de força de nosso mapa móvel como âmbitos que reúnem, de algum modo, os campos problemáticos abertos por dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal. Dito por outras palavras, entendemos que em torno das unidades de força, gravitam nossos principais problemas (pontos sensíveis abertos pelo acontecimento (Deleuze, 2007)), que revelam a condensação de inúmeros lugares de experiência, convocados pela disrupção de dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue<sup>80</sup>: a piscina no terraço de casa, o vizinho como suspeito de crime, os motivos de guerra estampados na campanha publicitária, a alteração do percurso na cidade por conta de bairros afetados pelo mosquito, a gravidez de minha esposa e as preocupações com minha filha, etc...

Por fim, em relação ao quarto aspecto, é importante salientar que, apesar de partirmos de uma experiência particular e individual, miramos, de algum modo, no entendimento do anúncio e do jornal como formas de experiência pública. Isso significa que aquilo que, mais ou menos, se estabiliza em termos de presença e de sentido nas unidades de força busca lançar reflexões não apenas sobre uma experiência privada ou restrita, mas procura levantar algumas nuances de uma experiência que apresente marcas de minha constituição como *público*, diante da dengue como acontecimento. Já vimos na seção *Sujeitos* que, para Queré (2003), público pode ser tomado enquanto “forma”: representa

---

<sup>80</sup> Sendo assim, os campos problemáticos que as dimensões acontecimentais dos vestígios geram nesse trabalho se constituem em meio a unidades de força, que reúnem e expressam tais campos, a partir de componentes de sentido e de presença. E, por isso, é válido lembrar: o problema da dengue, para mim, é também um problema de pesquisa, fato que expressa unidades de força particulares a esse cenário investigativo. Diante disso, é possível acreditar que, para outros sujeitos, a dengue pode gerar outros campos problemáticos, como também produzir outras unidades de força (como é o caso do especialista em campanhas, o cidadão ordinário, o governante, o profissional de saúde, etc..).

uma configuração provocada pela vivência de uma dada situação. Por esse entendimento, o que é público se forma por uma ação comum, não sendo necessariamente aquilo que advém de uma dimensão coletiva e numérica, nem tão pouco por um grupo de sujeitos movidos pelo partilhamento de representações e de valores. Dessa maneira, a noção de público se apresenta muito mais como uma *relação* do que como uma *reunião/uma identificação/uma projeção* de sujeitos.

De modo ainda introdutório (recuperaremos tal noção adiante), a experiência pública seria, nesse sentido *a)* algo que aparece e que afeta a todos os sujeitos que se *portam* num determinado espaço que é público (Queré (2003); Merleau-Ponty (1964)); e *b)* algo que, de certo modo, insta interpretações e ações comuns que se refiram não apenas a um, mas a *outros* (alteridade) e a *todos* (coletividade), incluindo o próprio *eu* (reciprocidade). Nessa linha, Queré (2003) chama de *públicos* esses sujeitos afetados coletivamente por fenômenos que solicitam interpretações como possibilidades postas sob a vida de qualquer um e, no mesmo lance, sob a de todos. Tais públicos inserem-se, portanto, num processo ininterrupto de experimentação, em que o sentido e a presença dos fenômenos não aparece como pronto, acabado, determinado, mas está sob (re) fundação, num espaço socialmente conformado, porém inacabado, sempre-por-se-realizar. É dessa maneira que as unidades de força de nosso mapa móvel partem de uma vivência individual para fazerem coro a uma experiência pública que estabelecemos com as materialidades comunicativas da dengue como acontecimento.

Por conta de tudo isso, como público e como pesquisador guiado pelo paradigma indiciário (este que não sugere estudos de caso pautados por propósitos de *representatividade* ou de *tipicidade* (Braga, 2008)), não preciso ter medo da suspeita que carrego: a de que nossas unidades de força – uma, duas, todas, ou talvez nenhuma delas... – podem se esbarrar na experiência de outros sujeitos, diante do problema público da dengue. Reforço: é uma suposição (e não uma hipótese) de que *reciprocidade, percurso, memória, estratégia* e *os outros* são unidades de força que podem expressar e constituir movimentos de experiência pública com o problema da dengue, afetos não apenas a mim, mas a outros sujeitos. Ao longo desse trabalho, tentaremos tensionar e complexificar esse palpite. Entretanto, por ora, ainda vale levantarmos mais um apontamento sobre a relação entre unidades de força e experiência pública: poderia eu, com procedimentos altamente qualitativos e venatórios, aventar a possibilidade de estender essas pistas a outras experiências? Na visada de Ginzburg (1991), entendemos justamente que o paradigma indiciário nos ajuda remontar pegadas de fenômenos que não experienciamos diretamente – neste caso, incluem-se as inferências sobre a experiência pública acontecimental da dengue afeta a outros sujeitos. No entanto, a sacada ginzburguiana da qual compartilhamos é a de que esse remontar não suporta a busca de verdades ou a confirmação ortodoxa de teorias.

É uma relevante possibilidade reflexiva, indiciária, residual, junto a inúmeras outras que, todos os dias, são produzidas à revelia, pelos sujeitos em comunicação<sup>81</sup>.

Para finalmente concluir o *Tensionamento I*, compartilharemos com o leitor algumas questões relativas à nossa escrita – numa tentativa mais uma vez de intrometer no seu gesto rebelde de caminhar por esse texto. Desde o início deste trabalho, não conseguimos que nossa escrita fosse linear: fomos movidos por modos de escrever estilhaçados, difusos, espiralados. Escrevemos aqui e escrevemos adiante. Voltamos ao início, para modificar frases e nos deparamos com outras possibilidades abertas pela empiria. Esse jeito estranho é influência das escolhas e das opções metodológicas sugeridas pelo indiciário e que, apesar de agradáveis, não foram simples (mais simples seria escrever cartesianamente). Além disso, a proposta de assumir a epifania nos trouxe o ônus das escritas fragmentadas, em pedaços de papel (sem seguros contra perdas e roubos), em folhas avulsas, em momentos nos quais não se pode sequer escrever, sendo preciso contar com a ajuda da memória.

Por tudo isso que possa parecer estranho, o fato é que também tenho utilizado nos textos tanto a primeira pessoa do singular (principalmente quando assumo uma voz e um protagonismo individuais) quanto a primeira pessoa do plural (quando vislumbro a polifonia e a comitiva que me acompanham, quando do momento de defesa de formulações outras). Talvez a minha escrita tenha mesmo se enlouquecido quando percebeu que minha experiência com a dengue nesse trabalho – e na própria vida como um todo – não poderia se resumir aos sentidos que dela emergiram e emergem continuamente. Sendo assim, o mapa de experiências é o que tiro como produto dessa tese, sabendo que a experiência que tive – e que estou tendo no momento em que escrevo – trouxe (traz) efeitos de presença que eu não conseguiria traduzir ou mesmo explicar. Com relação a isso, faço questão de reproduzir uma fala de Gumbrecht (2010, p. 138-139) para refletir sobre os componentes de presença que tanto avento ao lidar com as textualidades da dengue:

Ao dizer que qualquer contato humano com as coisas do mundo contém um componente de sentido e um componente de presença, e que a situação da experiência estética é específica, na medida em que nos permite viver esses dois componentes na sua tensão, não pretendo sugerir que o peso relativo dos dois componentes é sempre igual. Ao contrário, admito que existem distribuições específicas entre o componente de sentido e o componente de presença – que dependa da materialidade (isto é, da modalidade mediática) de cada objeto da experiência estética. Por exemplo, a dimensão de sentido será sempre predominante quando lemos um texto – mas os textos literários tem também modos de por em ação a dimensão de

---

<sup>81</sup> Recuperemos as conclusões de França (2006, p. 85) para remontar ao movimento comunicacional que buscamos constituir ao produzir as unidades de força de nosso mapa móvel: “tomar a interação como pressuposto é mais que analisar suas formas, é analisar a comunicação como lugar de força – como lugar, espaço ou forma que suscita a ação (intervenção) e permite/acolhe a mudança, o imprevisível” (França, 2006, p.85).

presença da tipografia, do ritmo da linguagem e até mesmo do cheiro do papel (...). Mas, por menor que em determinadas circunstâncias mediáticas se possa tornar a participação de uma ou da outra dimensão, penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou a oscilação, entre presença e sentido.

Em outros momentos de seu texto, o próprio Gumbrecht (2010) ressalta que a poesia, no âmbito textual impresso, é aquela que guarda e expressa mais explicitamente essa oscilação. Talvez por isso, em algumas vezes nessa tese, uma poética da escrita tenha me tomado quase que imperceptivelmente – como maneira de marcar o lugar da presença na produção científica (mas, quem me dera ser mesmo um poeta!). Em nossos textos – conformadores de lugares predominantemente interpretativos – pode ser que ainda consigamos registrar os vestígios da presença em nossas experiências, ou talvez sejamos qualquer dia capazes de provocar algum efeito de presença no amigo leitor: algo que o remeta ao espaço, e não apenas ao pensamento. Ao que tudo indica, é assim que experimentamos o mundo.



**É tempo de sujar as mãos**

**Tensionamento II**

## 2.1 Reciprocidade

### Diante de outros

“FORÇA-TAREFA NO RASTRO DO SERIAL KILLER”. Em fontes garrafais, gritava a principal manchete do Jornal Estado de Minas, em 04 de fevereiro de 2010. A combinação “DO SERIAL KILLER” ainda estava em fonte maior, numa segunda linha, em cor vermelha. Belo Horizonte atemorizava-se com a presença de um suposto maníaco que atacava mulheres na região metropolitana, notícia estampada nos jornais e nos lábios dos habitantes da cidade.

Há poucos dias, eu acabara de optar por escolher os jornais como uma das materialidades empíricas da minha tese, e prometera ficar atento no meu local de trabalho, lugar em que o Estado de Minas chega todos os dias. Meu propósito seria o de visitar o jornal cotidianamente, para identificar as manchetes de capa relacionadas à dengue. Naquele momento, pensei que a capa pudesse oferecer um bom crivo de análise: as notícias lá dispostas chamam a atenção na mesa em que o jornal descansa, na banca de revistas, na *home page* eletrônica do jornal, no embrulho de peixe, no plástico - quando o jornal é largado na porta de casa pelo entregador. A capa circula: é materialidade dentro de outras materialidades<sup>82</sup>.

Contudo, a afobação de uma rotina em que mal cabia o correr das horas conseguiu me tirar um pouco de foco. O lugar do propósito inicial fora ocupado por preocupações do trabalho, afazeres domésticos, trânsito, cansaço. Acabei me esquecendo de observar os jornais todos os dias. Na sexta-feira, dia 05 de fevereiro, quando, em sala de aula, eu relatava meu problema de pesquisa, uma aluna me disse: “Professor, ontem, na capa do Estado de Minas, saiu uma matéria que, talvez, te interesse. Se o jornal não tiver ido servir ao meu cachorrinho, trago para você na próxima aula”. Agradei mas fiquei ansioso: por que, justo naquele dia, não prestei atenção ao jornal? O que falava a capa? Que segredos poderia trazer, que contribuições carregaria para minha pesquisa? Não poderia esperar

---

<sup>82</sup> Vaz (2009, p. 1-2) promove uma discussão sobre as capas das revistas como discursos justapostos e provocadores de outras leituras (em se tratando da imagem de uma leitura linear de uma revista), “componentes de novos discursos em uma espécie de escrita figural. Tal leitura tanto é possível de ser feita em cada unidade autônoma, quanto no conjunto de capas. A leitura dessa escrita figural é prerrogativa do leitor que com sua apreciação visual redimensiona os significados das capas em constantes interações comunicativas”. Além disso, o autor ainda completa que “qualquer que seja o meio-ambiente onde o leitor entre em contato com as publicações, suas capas estarão dialogando com outros veículos”, de modo que as capas e seus usos “funcionam como porta de entrada e ao mesmo tempo como ‘nós’ de uma tessitura de significados, (...) o que ganhará novos contornos sempre que uma interação acontecimento-produtor-informação-meio-leitor se inicia” (ibidem, p. 10).

mais duas semanas para encontrar a aluna: tínhamos o feriado de Carnaval na aula seguinte, e ainda corria o grande risco de minha materialidade ter virado banheiro de cachorro.

Na segunda-feira, dia 08, chego esbaforido no trabalho e pergunto pelo jornal da quinta, dia 04. Lá, quando os jornais são lidos, normalmente ficam intactos durante dias, até



Figura 3: Capa Jornal Estado de Minas, 04 de fevereiro de 2010

Fonte: Jornal Estado de Minas

que seguem para uma caixa, colocada ao canto da sala, quando dali são recolhidos e partem para uma empresa de reciclagem. Dessa edição, restou apenas o primeiro caderno, felizmente com a capa. Bato os olhos no jornal: formato standart, dobrado em quatro partes, quase como que da forma como é entregue pelo carteiro, na atmosfera utópica do café da manhã. Disponho-o na minha frente, com apenas duas dobraduras, e me deparo com a matéria principal, na parte de cima da dobra. Naquelas alturas, o *serial killer* já tinha sido descoberto, mas a manchete continuava sendo impactante. Esqueci-me, por um instante da dengue. Fiquei preocupado com minha esposa, e com todas as minhas conhecidas que poderiam ser alvos do maníaco. Meu Deus, Belo Horizonte está uma cidade bastante perigosa. Será que minha casa estava segura? Meu bairro? O carro, em que minha mulher transitava? Abaixo da manchete, um texto revela que os estupros e os estrangulamentos ocorriam no Bairro Industrial, em Contagem. Pelo menos, minha esposa não transitava por aquelas paragens, mas algumas amigas moravam lá por perto.

Perdi-me na leitura do jornal. Ainda com a materialidade dobrada, vejo à esquerda a chamada de uma notícia para o caderno “Ciência”. POLUIÇÃO PREJUDICA GRAVIDEZ. Mais uma vez, penso na minha casa, na minha esposa, então grávida de quatro meses. Tomara que esteja tudo bem com minha filhinha, mesmo vivendo numa capital como Belo Horizonte. Vou dar um jeito de projetar minha vida numa cidade do interior, longe desse turbilhão. O box com a chamada continuava na outra parte da dobradura – o que me fez virar o jornal dobrado, ao invés de lê-lo aberto por inteiro. Foi então que dei de cara com

que seguem para uma caixa, colocada ao canto da sala, quando dali são recolhidos e partem para uma empresa de reciclagem. Dessa edição, restou apenas o primeiro caderno, felizmente com a capa. Bato os olhos no jornal: formato standart, dobrado em quatro partes, quase como que da forma como é entregue pelo carteiro, na atmosfera utópica do café da manhã. Disponho-o na minha frente, com apenas duas dobraduras, e me deparo com a matéria principal, na parte de cima da dobra. Naquelas alturas, o *serial killer* já tinha sido descoberto, mas a manchete continuava sendo impactante. Esqueci-me, por um instante da dengue. Fiquei preocupado com minha esposa, e com todas as minhas conhecidas que poderiam ser alvos do maníaco. Meu Deus, Belo Horizonte está uma cidade bastante perigosa. Será que minha casa estava segura? Meu bairro? O carro, em que minha mulher transitava? Abaixo da manchete, um texto revela que os estupros e os estrangulamentos ocorriam no Bairro Industrial, em Contagem. Pelo menos, minha esposa não transitava por aquelas paragens, mas algumas amigas moravam lá por perto.

uma enorme piscina verde, com ares de abandono. A foto tinha sido tirada de uma altura bem acima do chão, de modo que posicionava a piscina em meio a um contexto urbano: era possível reconhecê-la dentro de uma propriedade murada, localizada quase que à beira de uma avenida com um ribeirão canalizado no centro. Isso estava me cheirando a Ribeirão Arrudas<sup>83</sup>...

Em movimento anti-horário, continuo minha leitura. Vejo, à esquerda, alguns destaques sobre cultura e informática, que não me capturam muito a atenção. Passo por chamadas sobre combustível e sobre a cassação do prefeito de Mariana, cidade mineira (a propósito, perto de minha cidade natal, Ponte Nova). Ao final da capa, minha leitura é fisgada por um grande box azul na horizontal, com a chamada: A NOVA CARA DO REAL. Novas cédulas, com tamanhos diferentes e marcas táteis, entrariam em circulação até 2011. Subindo os olhos na folha, acima desse box, saltava em verde, unido à foto da piscina, um outro box na lateral direita, com título também em verde (da cor da piscina): “A DENGUE AGRADECE”. Ops! Estava aqui a notícia sobre a qual minha aluna relatara na última sexta. A grande piscina era o local de manifestação e de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

No exato momento em que percebo uma relação entre foto e manchete, recordo-me de que, na área externa de meu apartamento, ficou como sobra das férias de janeiro uma piscina de plástico, exposta, com água parada, clamando por ser esvaziada. Durante aqueles poucos dias, a piscina tinha sido objeto de discussões entre eu e minha esposa: pairava em mim uma preguiça sepulcral todas as vezes que chegava em casa e me lembrava de que era minha a função de esvaziar a piscina (não sabia onde isso estava escrito, mas quem seria eu para questionar alguns acordos tácitos conjugais...). Não fazia o serviço, mas também não permitia que minha mulher grávida chegasse naquelas imediações (seria como que assinar um atestado de fracasso de minha condição marital). “Pelo amor de Deus, Rennan! Quando você vai resolver limpar essa piscina? Estou com medo de estarmos, a céu aberto em nosso apartamento, com um foco da dengue”. E eu, retrucava: “Tô chegando em casa muito cansado... prometo que amanhã farei isso”.

O mergulho que executei na piscina do jornal me fez bater o coração de sobressalto: as piscinas a céu aberto são focos do mosquito, e tenho uma em meu terraço! Mergulhei na piscina da minha casa, e comecei a nadar com elas, as larvas do *Aedes*. Minha esposa já tinha me alertado, mas me reconhecer naquela situação da capa do jornal foi coisa que *parece ter me colocado diante de outros muitos*: era como se toda uma coletividade

---

<sup>83</sup>Na foto, era possível mesmo vislumbrar o Arrudas, um dos principais entre os muitos ribeirões canalizados em Belo Horizonte. Famoso pelas enchentes na década de 80 e 90, e característico por seu cheiro peculiar de lixo e de esgoto, o ribeirão vem sendo alvo da atenção de inúmeros projetos ambientais (como é o caso do Projeto Manuelzão), e de ações institucionais do Governo do Estado de Minas e da Prefeitura de Belo Horizonte (como a criação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Arrudas).

aguardasse e cobrasse respostas de mim sobre a pobre piscina de plástico, diversão pitoresca das manhãs de domingo. Foi então que, junto a isso, um delírio tomou conta de minhas elucubrações: e se o vizinho do prédio da frente se sentisse ameaçado com minha piscina e resolvesse tirar uma foto da situação para me denunciar no jornal? A *cidade inteira* vai querer me afogar! Pior situação ainda aconteceria se algum repórter decidisse investigar o caso: vai descobrir que sou pesquisador e que tenho a experiência pública da dengue em Belo Horizonte como meu problema de pesquisa. Que vergonha, hein? Deixando seu objeto sair por aí mordendo os outros! Fiquei roxo de constrangimento. Imediatamente ao chegar em casa, tratei de esvaziar a piscina, e nem quis verificar se por ali havia algum foco. Joguei água sanitária em toda a área aberta, e torci internamente para que ninguém estivesse registrando a cena. Não deixaria nenhuma suspeita de que, talvez, a dengue tivesse me feito uma visitinha por aqueles dias. Depois disso, durante algum tempo (e até hoje), confesso que toda piscina fitada por meus olhos era alvo de uma associação imediata com a Dona Dengue botando e chocando seus inúmeros ovos, prestes a eclodir.

### **De que natureza é o poder do acontecimento?**

A pergunta que dá nome a essa seção é um convite ao pensamento reflexivo, elaborado por Queré (2005, p. 59). Acabamos de vislumbrar como a dengue do (no) jornal fez emergir um conjunto de sensações estranhas, no momento mesmo da leitura. Eis que de repente, insurge uma piscina verde, suja e fétida, capaz de me levar imediatamente à piscina de plástico, exposta em meu terraço. Pânico, vergonha, constrangimento público. Quanto exagero, não? Naquele momento, não me portaria apenas diante de um fato, coberto por um fotojornalista e exposto na capa de um jornal? Que poder é esse, capaz de abrir uma fenda e, como feito à Alice, me sugar para a toca do coelho – onde nadaria eu com as larvas do mosquito em minha piscina, avistado e condenado pelo tribunal de Valetes da Rainha Vermelha? Quanto a isso, Queré (2005) elucida: se desejamos compreender o acontecimento sob o ponto de vista de uma teoria do agir, é preciso abandonar a noção de acontecimento como *fato* acabado no mundo, susceptível de ser elucidado como um fim inscrito num contexto causal. É necessário tomar o acontecimento como um fenômeno de ordem hermenêutica que, “por um lado, [...] pede para ser compreendido e não apenas explicado por causa; por outro, [...] faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (Ibidem, p. 60). Justamente por isso, o acontecimento apresenta um caráter inaugural: ao produzir-se, marca tanto o início de um processo quanto o fim de uma época.

Alteração no artigo ducentésimo da Constituição da República Doméstica: está extinta, de uma vez por todas, a época de preguiça dos maridos na obrigação de limpeza das piscinas de plástico, expostas em terraços a céu aberto, por mais de uma semana. Infração

prevista pelo descumprimento do artigo: divulgação da piscina na capa do jornal Estado de Minas. Mas que poder é esse que uma notícia tem sobre nossas vidas, capaz até de acabar com a era da preguiça? Não podemos nos esquecer de que a afetação provocada pela foto da piscina é *acontecimento em reverberação*: não se liga apenas à piscina ou ao jornal, mas à própria presença da dengue enquanto acontecimento – algo que advém e que interfere na normalidade da vida, nos contextos sociais da cidade de Belo Horizonte. É assim que, para Dewey (1980), o acontecimento provoca uma descontinuidade na experiência – uma “efetuação” na interação entre criatura viva e ambiente – e é na situação inaugurada, pela ruptura de um decurso, que emerge a *lida* dos sujeitos para com o acontecimento. Numa referência explícita à dengue, podemos entender que, em âmbito mais amplo, a própria doença instaura uma ruptura: provoca os sujeitos a buscar explicações; reposiciona-os, no curso de suas vidas; tem o poder de revelar fatias do real nunca dantes aventadas; suscita discursos; inaugura ações (durante todo o *Tensionamento II*, estamos justamente buscando pistas para remontar essa condição da dengue como acontecimento). Em âmbito mais específico, de reverberação do acontecimento na materialidade jornalística impressa (esta que também é acontecimento), a dengue igualmente continua a provocar revelações e a consagrar novas ações (como a alteração do artigo ducentésimo, na Constituição da República Doméstica...), a partir dos inúmeros e incalculáveis gestos possíveis de leitura.

Por isso, olhar o acontecimento sob essa chave é largar mão de uma ideia que toma os sujeitos como *agentes* (que *podem e controlam*) para adotar um entendimento dos sujeitos como *afetados*, que *agem e suportam* para dar conta de uma experiência acontecimental. Não deveria eu, acessante de informações sobre como acabar com a dengue, ter retirado a piscina tão logo minha esposa tivesse vislumbrado o perigo? Por um acaso, onde anda morando minha capacidade moderna de discernimento e minha implacável condição de sujeito racional, que pensa, reflete e analisa todas as situações problemáticas, sempre antes de agir sobre elas? Não estou aqui, nobre leitor, tentando arrumar desculpas para justificar minha falta de ação inicial sobre a limpeza da piscina. Pelo contrário, o meu desejo é assumi-la de frente, para que ela mesma me ajude a procurar outro registro de compreensão: aquele que entende a fonte de agenciamento do acontecimento não apenas a partir dos sujeitos, mas por meio de uma transação entre organismo e ambiente, em que cada um é afetado pelo outro e reage segundo sua constituição (Dewey, 1980).

O caso da piscina ainda nos provoca a buscar dois aspectos, paradoxalmente complementares, sobre a natureza do poder do acontecimento. Um deles se refere à relação entre acontecimento e padecer; o outro, se refere à relação entre acontecimento e neutralidade. Sobre o primeiro aspecto, é importante reconhecer que *agir* e *padecer*, nos termos de Dewey (1980), são direções constituintes de um duplo estatuto de

efetuação/contra-efetuação do acontecimento. Quanto a isso, é preciso entender que *padecer* o acontecimento não é o mesmo que reagir ou que se opor ao mesmo; mas aguentá-lo, passar por suas provas, tomar sua afecção, no *aqui e agora* da vida. Para Queré (2005), a passibilidade (aquilo que é passível de) de ser tocado e afetado, de suportar e de aguentar, de sofrer o que quer que seja faz com que a confrontação de um sujeito a um acontecimento assuma dimensões de provação. Esse movimento não se constitui apartado das formas de comunicação e dos contextos de vida dos sujeitos: o acontecimento é como lâmina que atravessa a pele, cuja interpretação e presença se dão *em relação*, de acordo com os quadros de vivência dos sujeitos. Isso nos lança uma pista que desenvolveremos adiante, com a ajuda de Queré (1995; 2003): o acontecimento é apropriado diferentemente pelos sujeitos, e revela aspectos sempre inusitados, imprevisos, incalculados e distintos, a depender do poder de afetação e de passibilidade instaurados pelo corte acontecimental. É nesse sentido que o acontecimento apresenta-se como uma dimensão da experiência (como experiência acontecimental), encarnando-se em contextos por meio dos quais os sujeitos se veem no imperativo de suportá-lo.

Isso então significa que o acontecimento, em si, é produto das construções dos sujeitos, de acordo com cada contexto em que sua força é lançada? Não: *o acontecimento o é em si mesmo*. A partir de então, levantemos o segundo aspecto que versa sobre a relação entre acontecimento e neutralidade. As apropriações do acontecimento são inúmeras e particulares; entretanto, o acontecimento não é produto de construções dos sujeitos: ele simplesmente acontece. A lâmina corta a pele. A intensidade da dor, a beleza ou o pavor desse gesto, os sentimentos e as sensações físicas são individuais, particulares. Entretanto, a lâmina cortou a pele, ação que não foi construção de ninguém. Aconteceu. Isso nos incita a recuperar Deleuze (2007)<sup>84</sup>, para quem o acontecimento guarda uma dimensão *impessoal, neutra* – apesar de continuar afetando e suscitando interpretações sempre contextualizadas. E é porque ele acontece a alguém que *ele se torna*, estando a compreensão do acontecimento no seu próprio e ininterrupto acontecer. Deleuze (2007) ainda nos mostra que o acontecimento, quando se produz, não está conectado aos que o precederam, nem aos elementos do contexto: é descontínuo relativamente a uns e a outros e excede as possibilidades previamente calculadas (Queré, 2005, p 61). É quando o acontecimento nos chega *que nos tornamos*; por isso, ele está em *devenir* (Deleuze, 2007), de

---

<sup>84</sup> As formulações de Queré (2005) e Deleuze (2007) sobre o acontecimento partem de lugares teóricos distintos. Enquanto Deleuze (2007) encampa o acontecimento numa dimensão filosófica, recuperando, inclusive as concepções dos antigos estoicos sobre paradoxo e sentido, Queré (2005) utiliza a noção de acontecimento a partir de referências da fenomenologia e de uma teoria sociológica da ação. Por isso, é preciso cautela na junção das discussões dos dois autores. Contudo, podemos encontrar similaridades nas duas abordagens do acontecimento, e nos esforçamos ao máximo para conectá-las com reservas, para não coser um texto inadequado, ou com aberrações teóricas.

tal forma que o acontecimento e aquele a quem ele acontece são, ambos, coisas que se *tornam*, no quadro de uma transação:

O acontecimento assim apreendido já não é só um fato no mundo, composto de dados atuais e suscetível de ser explicado casualmente ou interpretado à luz de um contexto. Produz-se contra toda a expectativa ou previsão. Abre possíveis e fecha outros. Revela eventualidades e potencialidades que não estavam prefiguradas no mundo antes do acontecimento – nunca se tinha imaginado que tais coisas pudessem passar-se e com tais consequências (Queré, 2005, p. 69).

Por tudo isso, Deleuze (2007) aponta que, como um abridor neutro de pontos sensíveis, o acontecimento deve permanecer inteiramente como um campo de possibilidades: ele é apropriado, mas sua força impessoal não permite que ele seja domesticado. Para ser tomado nesses termos, o acontecimento não é o que é, mas o que *advém*, o que se torna, ganha visibilidade e energia próprias, “*devém*”, com sua força propagadora, atingindo impessoalmente a experiência (relembremos de Queré (2007) quando nos mostra que a experiência, em si mesma, também é impessoal: ela simplesmente acontece, independente do querer e da vontade dos sujeitos).

Sendo assim, é possível compreender o acontecimento como um *fenômeno de sentido*. Por esses termos, Deleuze (2007) nos mostra que a operação de sentido deflagrada pelo acontecimento é sempre dada dessa maneira (nunca *a priori*): quando surge (sempre vindo) o acontecimento, o sentido é instaurado, num lugar da imanência, onde pululam as singularidades. É sua potência impessoal que provoca a descontinuidade (*devenir*), instaurando leituras, marcando cesuras. Por isso, o acontecimento não é da ordem do imediato, pois ele não deixou de vir. Ele instaura um enfrentamento, mais do que uma reação. Contudo, para além de um fenômeno de sentido – e pelo corte que estabelece na materialidade da vida – o acontecimento também pode ser compreendido *como um fenômeno de presença*. Há um cheiro de mudança, uma cor diferente, uma brisa mais quente ou mais fria, uma doçura ou um amargor na boca. Eis que insurge uma experiência acontecimental, mobilizadora de componentes físicos e materiais, com incidência sobre os corpos.

Deleuze (2007) empolga-se nessa formulação: o mundo dos corpos – a vida física e material por excelência – se explica a partir de seus próprios corpos, uma vez que todos eles são causas uns para os outros. Suas qualidades físicas, suas relações, tensões, ações e paixões resultam de efeitos corporais e de “estados de coisas” correspondentes. Entretanto, como fazemos nós, *corpos imersos num mundo corporal*, para buscar relações de causalidade com certas coisas de natureza diferente à nossa? Dito por outras palavras, como lidar com os acontecimentos, efeitos incorporais que adentram ao mundo dos corpos? Veremos, adiante, que tentamos suportar o acontecimento tentando retirar dele sua



natureza acontecimental (Queré, 2005): buscamos relações de causalidade para explicar seu insurgimento no mundo. Entretanto, o acontecimento é escorregadio; não se prende a nenhuma explicação e continua advindo. Como efeito incorporal, não é causa dos corpos, quando muito uma “quase-causa”. Esse raciocínio de Deleuze (2007) fundamenta-se na ideia de dois planos de ser, elaborado pelos estoicos: de um lado, existe o *ser profundo* e real, a força, os corpos; de outro lado, existe o plano dos fatos que se produzem na *superfície* do ser e instituem uma multiplicidade infinita de seres incorporais – os *acontecimentos*. Por mais que os corpos insistam em estabelecer uma relação causal como forma de interpretação dos acontecimentos e como busca de sua suposta profundidade corporal, *os acontecimentos são da superfície*: “eles não têm mais nada de corporal e são agora toda ideia”, de modo que “o devir-ilimitado torna-se o próprio acontecimento, ideal, incorporal, com todas as reviravoltas que lhe são próprias (...); é seguindo a fronteira, margeando a superfície, que passamos dos corpos ao incorporal<sup>85</sup>”. (Ibidem, p. 8-9; 11).

Assim, esse paradoxo que constitui nossa relação com os acontecimentos sempre insistirá em destituir a profundidade das explicações que produzimos: os acontecimentos são sempre da superfície. Por que a piscina tanto me afetou, no momento da leitura da notícia? Por que estou estudando a dengue? Por que minha esposa grávida poderia pegar dengue? Por que fiquei com vergonha dos outros? Todas essas explicações vão e voltam, como em movimentos de *looping*. Entretanto, algo simplesmente aconteceu: *ao fim e ao cabo* a capa do jornal me afetou, sem que nenhuma explicação racional fosse suficiente para justificar tal afetação. Tento ir ao profundo (da piscina?), mas a foto me faz voltar à superfície. É isso que, para Deleuze (2007), acontece com a linguagem: – um (des)dobramento ao longo dos limites corporais e incorporais. Há, em meio a essas (des)dobraduras, uma imensa tentativa de se definir e de produzir significações para algo que não se estabiliza e que não se encaixa muito bem com palavras profundas (sempre autoritárias, definitivas, demarcadoras). Por isso, o intelectual francês considera o humor como a arte da superfície: escorrega, se vale do paradoxo e do *nonsense* como marcas de sua presença, destitui a profundidade como expectativa recíproca, já que “o acontecimento é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular”(ibidem, p. 154). Interessante é perceber a alusão que Deleuze (2007, p. 10) faz ao acontecimento por meio de narrativas da obra de Lewis Carroll (em especial de *Alice no país das maravilhas* e de *Alice através do espelho*):

Toda a obra de Carroll trata dos acontecimentos na sua diferença em relação aos seres, às coisas e estados de coisas. Mas o começo de Alice (toda a primeira metade) procura ainda o segredo dos acontecimentos e do

---

<sup>85</sup> Deleuze (2007, p. 11) completa essa proposição: “Paul Valéry teve uma expressão profunda: o mais profundo é a pele”.

dever ilimitado que eles implicam, na profundidade da terra, poços e tocas que se cavam, que se afundam, mistura de corpos que se penetram e coexistem. À medida que avançamos na narrativa, contudo, os movimentos de mergulho e de soterramento dão lugar a movimentos laterais de deslizamento, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda. Os animas das profundezas tornam-se secundários, dão lugar a *figuras de cartas de baralho*, sem espessura. Dir-se-ia que a antiga profundidade se desdobrou na superfície, converteu-se em largura.

Nesse veio, podemos inferir que a tensão existente entre a superfície dos acontecimentos e a profundidade dos corpos pode contribuir ao entendimento do *acontecimento como um fenômeno de presença e de sentido*. Com Gumbrecht (2010), entendemos que a presença produz efeitos na materialidade dos corpos, uma vez que ela se vale de componentes físicos e espaciais que o sentido não consegue transmitir – mesmo que os sujeitos acreditem que os sentidos produzidos diminuam os efeitos dos componentes de presença: “se atribuirmos um sentido a alguma coisa presente, isto é, se formarmos uma ideia do que essa coisa pode ser em relação a nós mesmos, parece que atenuamos inevitavelmente o impacto dessa coisa sobre o nosso corpo e os nossos sentidos” (Gumbrecht, 2010, p. 14). Sendo assim, quando Deleuze (2007) busca a superfície, não poderíamos dizer que o acontecimento, portanto, institui-se como presença gumbrechtiana? Que seu dever ilimitado é aquele que interfere na materialidade dos corpos, produzindo efeitos de presença, estes que, fracos ou fortes, habitam a superfície das materialidades? Que o caráter estético da experiência acontecimental se expressa a partir de uma tensão entre componentes de presença e de sentido, vulgo uma tensão entre a superficialidade do acontecimento e a profundidade dos corpos?

Obviamente, tais questões nunca são definitivas, de modo que não seria nosso interesse lançar aproximações abstratas e gerais entre as obras dos dois autores (referir-se às materialidades sempre como acontecimentos ou restringir os acontecimentos às materialidades comunicativas é caminho bastante perigoso). Entretanto, uma aproximação entre as duas perspectivas nos pareceu heurísticamente relevante no contexto dessa tese, quando problematizamos o acontecimento a partir de materialidades do anúncio e do jornal. Ou, dizendo por outras palavras: *as materialidades da comunicação como (quando) acontecimento* podem ser posicionadas em meio a uma tensão entre a profundidade dos corpos e a busca por causalidade (o sentido) *versus* a superfície do acontecimento e seu caráter incorpóreo e neutro (a presença). “Qual o sentido, qual o sentido”, pergunta Alice quando, no mesmo lance, se torna maior do que era e se faz menor do que se tornou. Os componentes de presença do acontecimento provocam, ironizam, brincam com o sentido – destituindo-lhe todo o bom senso e a profundidade. Por isso mesmo, uma investigação que pretende tomar o acontecimento nas materialidades do anúncio e do jornal não se poderia

expressar somente por uma busca enlouquecida do sentido, destituindo o vivido dos corpos junto à presença do acontecimento.

Como fenômeno de presença e de sentido, o acontecimento instaura-se *como espaço de aparecimento*: ele se lança sobre os corpos, e (re) configura relações espaço-temporais entre sujeitos, atos, lugares e objetos, e provoca abertura de sentidos. A foto da piscina espacializa a dengue na leitura da materialidade e no terraço da minha casa – tudo ao mesmo tempo. É a irrupção de fendas no decurso da experiência, e da conexão entre lugares (jornal, trabalho, casa, piscina, bairros do serial killer, etc.) cujos insurgimentos e conexões são provocados pela natureza do poder acontecimental: “os acontecimentos concernem tanto mais os corpos, cortam-nos e mortificam-nos tanto mais quanto percorrem toda sua extensão sem profundidade” (Deleuze, 2007, p. 11). Além de tudo isso, os textos da dengue me posicionam em lugares nos quais eu me reconheço como *público*: por entre espaços justapostos e encaixados, a dengue no anúncio e no jornal se constitui como acontecimento no seio de uma experiência pública, constituída numa cidade como Belo Horizonte.

### **Acontecimento e experiência pública**

O que nos levaria a crer, caro leitor, que um *simples* pânico diante da leitura de uma capa de jornal poderia nos oferecer inferências para se pensar em problematizar a dengue como experiência pública? Não estaríamos, nesse caso, diante de uma vivência acontecimental absolutamente particular, entre a capa de um jornal e a piscina no terraço de minha casa? Como seria possível atribuir a essa narrativa uma possibilidade de se pensar inferências mais amplas, voltadas à problematização de uma experiência pública instituída pela dengue como acontecimento? De antemão, já é possível dizer que não tratamos aqui de experiência pública como certo tipo de vivência que reúne numericamente um conjunto de experiências privadas ou particulares; muito menos tomamos o público como uma *categoria realista*, fundado em algumas teorias democráticas contemporâneas – que o aceitam apenas como o resultado da vontade geral ou da discussão racional na esfera pública (Habermas, 1997; 1984). Por essa última visão, a experiência pública é um movimento que se pauta, basicamente, na colocação em cena de determinados argumentos, sobre temas em controvérsia pública, por meios dos quais supostamente produz-se uma acessibilidade geral das questões que afetam a todos – o que seria suficiente para *estimular* a participação no debate público. Ao desenvolver sua concepção de ética do discurso, Habermas (1989) – um dos principais expoentes dessa visão – apela para uma formulação de que a comunicação ordinária é imbuída de racionalidade, sendo os

sujeitos preparados para utilizá-la sempre que desejarem entrar em cooperação comunicativa, diante das situações controversas que os afetam.

Para que tal cenário seja possível, Habermas (1997) elabora uma teoria política que tem na livre formação discursiva da vontade, a partir de trocas comunicativas processadas em esferas públicas relativamente autônomas, um papel central para a questão da legitimidade. Nessas esferas, uma justificação racional e uma antecipação de um horizonte ético normativo poderiam fazer emergir pretensões de validade acerca das tensões e dos dilemas coletivos, de modo a influenciar a tomada de decisões e a instauração de novas práticas sociais. Dito por outras palavras, num *Estado Democrático de Direito*, institucionaliza-se o uso público das liberdades comunicativas, de modo a regular a transformação do “poder comunicativo” (o que surge do debate público) em “poder administrativo” (o que implementa práticas e decisões políticas). Segundo Queré (1995), em tal perspectiva, a experiência pública constituir-se-ia basicamente por um conjunto de realidades positivas localizadas no mundo e provocadas por indivíduos, sendo estes dotados de capacidades racionais supostamente suficientes para a busca de melhores soluções que afetam a toda uma coletividade (um público).

Queré (1995) ainda problematiza outros aspectos dessa visão: ao tomar o espaço público como aquele instituído idealmente pelo debate racional de problemas de interesse geral, tais postulados não parecem questionar o modo de constituição desses problemas e dos próprios contornos desse espaço, e acaba por reduzir as práticas de comunicação e de discussão a uma espécie de formação de uma opinião racional, orientadora das vontades e das decisões coletivas. Não há como ignorar as contribuições de Habermas (1997) na tentativa de construção de um modelo político fundado na comunicação pública, em meio a um esforço de se pensar a esfera política formal (as instituições públicas, os representantes) não apartada da esfera política informal (os cidadãos, a troca comunicativa cotidiana). Nos debates acadêmicos instaurados após a constituição de sua noção de esfera pública, Habermas é um autor que constantemente revê seus postulados, e tenta, de certo modo, ser responsivo diante de questões a ele dirigidas: ele reposicionou sua noção de esfera pública (inicialmente fundada numa visão pessimista de que os novos tempos impediriam a formação livre da discussão pública voltada ao entendimento) e tentou considerar outros aspectos, para além da racionalidade, como fundamentais ao surgimento das discussões públicas<sup>86</sup> (Habermas (1997) inclusive fala em momentos de *crise* ou em uso de *estratégias*

---

<sup>86</sup> Alguns autores recentes tem se esforçado por repensar os postulados de Habermas. Dentre eles, destacamos: Dryzek (2004), Cohen (1997), Bohman (2000) e Avritzer (2000). Alguns estudos, em especial cunhados na interface entre comunicação e política, também tem buscado casos empíricos e formulações conceituais, tendo como pano de fundo a temática da esfera pública: Gomes (1998) – Esfera pública, política e mídia: com Habermas, contra Habermas; Maia (2006) – A dinâmica da deliberação: indicadores do debate mediado sobre o referendo do desarmamento –, Maia (2007) –

e de ações espetaculares como fundamentais para se gerar a atenção pública para determinados temas, de modo a estimular a regulamentação de questões coletivas e o debate público ampliado<sup>87</sup>).

Entretanto, a visão habermasiana ainda se mostra radicalmente centrada na racionalidade de sujeitos modernos, sendo estes considerados plenamente capazes de empregá-la na solução de problemas coletivos. Façamos um rápido exercício: se pudéssemos elencar a visão de experiência de Dewey (1980) para fazer uma identificação e um diagnóstico da visão de experiência pública em Habermas (1997), talvez encontrássemos, na interação entre criatura e ambiente, um peso de força bem maior na criatura: o ambiente poderia até afetar o sujeito, mas é este último, no final das contas, o ser iluminado, dotado de (auto) controle e de outras qualidades superiores – em especial, uma qualidade: a razão – em relação ao ambiente irracional (este que, por esses termos, se mostraria sempre *sujo, superficial e rebelde*). Por essa visão, a experiência pública, portanto, parece carregar uma forte marca de dominação, pulsão moderna de um sujeito em relação ao ambiente que o rodeia – ainda que se pretenda pensar a razão como qualidade capaz de crivar regras culturais e formais legítimas, democráticas e boas para a

---

Política deliberativa e tipologia de esfera pública – e Maia (2009) – Mídia e deliberação; Cal (2006) – Contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico; Santiago (2003) – Entre as fronteiras do debate público e do mercado: as estratégias discursivas da Companhia Souza Cruz; Mendonça (2009) – Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais; dentre outros.

<sup>87</sup> Quanto a isso, citamos como exemplo a nossa dissertação de mestrado publicada em 2006, intitulada “Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social”. Nesse estudo, construímos nosso problema de pesquisa basicamente a partir dessa formulação habermasiana, e tomamos como objeto de estudos a *Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas*, uma grandiosa ação de mobilização social, estrategicamente preparada, constituída com o objetivo de “chamar a atenção pública” para a causa de revitalização da Bacia do Rio das Velhas, a partir do uso de ações espetaculares e de grande investimento em estratégias dirigidas à mídia de massa. A Expedição foi concebida pelo Projeto Manuelzão ([www.manuelzao.ufmg.br](http://www.manuelzao.ufmg.br)), um projeto intersetorial e interdisciplinar criado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e voltado à produção de ações coletivas para a revitalização da Bacia do Velhas (principal afluente do Rio São Francisco, e que passa pela região de Belo Horizonte, recebendo, historicamente, grande carga poluidora de dejetos). Naquela ocasião em que nosso problema de pesquisa foi concebido, tínhamos o interesse de verificar, em linhas gerais, em que medida a Expedição, como ação espetacular, foi capaz de gerar o debate na esfera pública sobre a causa da revitalização do Velhas. Nossa pesquisa, portanto, teve constituição central na ideia de esfera pública de Habermas, e nosso esforço metodológico se voltou a uma tentativa de confirmação de suas teorias (em pulsão nomotética). A construção do nosso modelo heurístico, idealizado por essa formulação, olhava para a realidade do Manuelzão apontando limites e possibilidades da Expedição como ação estimuladora de um debate argumentativo na esfera pública. Nos dias de hoje, consideramos a noção habermasiana complexa e louvável; entretanto, não estamos à procura de regularidades empíricas ou de confirmações conceituais, mas buscamos no *tensionamento* (Braga, 2008) a inspiração de um movimento de pesquisa que não se dirige a enquadrar as realidades, mas a problematizá-las enquanto fatias vivas e também produtoras de conhecimento, em tensão com os postulados teóricos, metodológicos e epistemológicos aventados para estudo. É nesse sentido que fomos afetados por outras noções de espaço público que não desautorizam a racionalidade, mas que dão conta de incluir outros aspectos de vivência coletiva, tão importantes na consideração do estudo da experiência pública contemporânea – particularmente, no estudo do problema público da dengue, numa cidade como Belo Horizonte.

coletividade. Além disso, como tomar minha experiência de leitura da capa do jornal como pública, se não houve nenhum emprego aparente de racionalidade projetada a *muitos* (aliás, o que houve foi uma total irracionalidade de se largar uma piscina a céu aberto, no terraço de minha casa, e um constrangimento público enorme com um reconhecimento estético da piscina como foco do mosquito)?

É por conta desse cenário que outras visões de experiência pública, em tensionamento com a realidade aqui erigida para estudo, nos afetaram na produção dessa pesquisa. Em especial, aqui destacamos a visão fenomênica, amplamente trabalhada por Queré (1995) quando considera o espaço público *como forma e como acontecimento*. O autor fundamenta sua noção de caráter público da experiência a partir da visão de espaço público do filósofo fenomenologista Maurice Merleau-Ponty (1964): para este estudioso, tal espaço não é coisa pronta, acabada no mundo, já que é fundado e significado permanentemente pelos sujeitos. Não é um dado objetivo, mas, como campo instituído pelos sujeitos em interação, pertence a uma categoria da prática, é algo sempre a se realizar, apresentando-se como forma ou potencialidade ativa (Queré, 1995). Partindo de Merleau-Ponty (1964), Queré (1995) concebe o espaço público como *potência formante*, e, nessa perspectiva, propõe vislumbrá-lo numa dimensão praxiológica:

o caráter público de um lugar não é uma propriedade intrínseca a este lugar; é uma qualidade correlativa de práticas e de operações. (...) É por isso que o espaço público opera como potência formante: ele informa as maneiras de se comportar, as maneiras de se reportar uns aos outros (...). O espaço público aparece como produto mesmo das práticas que ele suscita (Queré, 1995, p.98).

O espaço público, como *lócus* de fenômenos que aparecem e que pedem uma explicação coletiva, pode ser, portanto, aceito como *um meio de ação e de relação*, onde se impera a certeza da indeterminação. E o que mais se pode supor do espaço público, para Queré (1995), é a existência de (a) um princípio de organização e um contorno (indeterminação); (b) uma potência formante (maneiras de se portar /comportar construídas socialmente); e (c) uma figura sensível (o espaço é o do aparecimento e o da visibilidade – elementos de engajamento e sentido). É assim que, *como forma*, o espaço público é âmbito mediador na constituição de um mundo comum: ele estrutura a coexistência das experiências, dos problemas e das questões *de muitos* (coletivos); com isso, *conforma e dá forma* às relações sociais, media a *individuação* – a apropriação em contextos afetados – dos acontecimentos, e *informa* as maneiras de se portar (ou de não se portar como esperado...) publicamente. *Como acontecimento*, o espaço público é âmbito que emerge e que sustenta a visibilidade de questões não por características unicamente racionais, mas por meio de inúmeras práticas e relações que ele estrutura, particularmente por meio dos acontecimentos públicos – estes que asseguram processos sociais de apropriação das

experiências por inúmeros e distintos contextos públicos de interlocução. A experiência pública seria, por esses termos, algo que aparece e que afeta a todos os sujeitos que se *portam* nesse espaço; e que, de algum modo, insta interpretações que se referem não apenas a um, mas a *outros* (alteridade) e a *todos* (coletividade), incluindo o próprio *eu* (reciprocidade).

Por esses termos, a leitura da capa do jornal, o movimento em direção à limpeza da piscina e o constrangimento público sentido ao me imaginar estampado na capa da próxima edição do Estado de Minas diz de uma relação com o problema da dengue não apenas particular, mas também pública. Como *lócus* da ação e do aparecimento, num viés acidental, a capa do jornal me afetou sobremaneira, abrindo possibilidades de ação, em meio a um vestígio de minha própria experiência, em conexão com a experiência de muitos – fui afetado pela dengue a ponto de me sentir parte de um *público*, de modo que, naquele momento, o caminho que tomei foi a limpeza da piscina, *mas poderia ter sido outro*. O que quero dizer é que a indicação *de um fazer* diante do momento mesmo da leitura estava – e continuará estando – absolutamente em aberto; contudo, fui fisgado por aquele acontecimento que me posicionou num lugar publicamente compartilhado – num espaço público de *ação e de relação*.

Nessa linha, Queré (2003) chama de *públicos* esses sujeitos afetados coletivamente por fenômenos que solicitam interpretações postas sob a vida de qualquer um e, no mesmo lance, sob a de todos. Eles não dizem respeito a um fato positivo, concreto e pré-existente, mas se portam enquanto uma forma de engajamento e de ação, diante de um acontecimento. Tais públicos inserem-se, portanto, num processo ininterrupto de experiência, em que o sentido dos fenômenos não aparece como pronto, acabado, determinado, mas está sob (re) fundação, num espaço socialmente conformado, porém inacabado, sempre-por-se-realizar. Por conta disso, o público não está antes do acontecimento, não é da ordem das causalidades e, muito menos, apresenta uma natureza mecânica; esse sujeito ordinário, perdido em sua intensidade concentrada, é chamado a público pelo próprio acontecimento que o constitui enquanto tal. Nesse caminho, França e Almeida (2008, p. 6) entendem que

o público emerge na experiência ligada a um contexto e ao estabelecimento de uma estrutura de agenciamento que convoca e interpela os sujeitos, posicionando-os e ordenando a sua ação. Diz respeito, portanto, tanto a uma dada perspectiva quanto à conformação de modalidades particulares de engajamento na interação. É assim que um público se constitui duplamente em paciente e agente. Em experiência ele sofre, é afetado. A confrontação com um acontecimento, com uma obra ou texto é vivida como uma travessia na qual aqueles que se expõem correm riscos e colocam em causa sua própria identidade. Por outro lado, se a forma pública está atada à ideia de experiência, ela deve ser pensada como ação:

confrontados, os sujeitos fazem escolhas, reagem, adotam linhas específicas de comportamento e recusam outras.

Quem sou eu (que sou eu)? Um irresponsável que deixa a piscina largada a esmo, com uma esposa grávida perambulando pelas redondezas? O que devo fazer: sair agora do trabalho, correr e limpar a piscina? Não posso, não há como justificar isso (como dizer no meu trabalho que estou com uma piscina a céu aberto na minha casa, em que milhares de larvinhas de *Aedes* treinam para aspirantes a César Cielo?). E se o vizinho me fotografar nesse meio tempo? E se ele já me fotografou? Num átimo de segundo, tudo isso veio à tona, emergiu à superfície do meu corpo, me afetou, produziu um campo para a ação. É assim que os acontecimentos públicos constituem um dispositivo de socialização e estruturam a justaposição solitária dos indivíduos para as formas de existência comuns que revelam a concepção geral de ação recíproca (Queré, 1995). Dessa maneira, muito antes do que uma característica implícita aos sujeitos, a *reciprocidade* é construída na experiência com o mundo: é na interação sempre inusitada com ambiente e com outras criaturas que nos damos conta da dimensão pública da vida, e dela, nos apropriamos, em agenciamento fincado nos contextos e nas formas de comunicação nas quais nos inserimos.

Por fim, um aspecto se mostra também fundante na relação entre acontecimento e experiência pública: a compreensão do caráter público da experiência a partir de uma visada histórica proposta por Koselleck (2006). Já vimos anteriormente que um olhar histórico, aqui dirigido aos textos da dengue, pretende remontar uma dimensão comunicativa da experiência com tais materialidades: como dispositivos ambulantes, o jornal e o anúncio acolhem histórias dentre de histórias, conformando lugares de experiência porosos, justapostos, acessáveis e atualizáveis. É nesse sentido que a chave conceitual *espaço de experiência / horizonte de expectativa*, como um categoria do conhecimento que indica “a condição humana universal” (Koselleck, 2006, p. 306;308), pode nos ser útil para se pensar na ideia de público fundada na díade *experiência-expectativa*:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. *Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.* Algo semelhante se pode dizer da expectativa: *também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal*, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 309-310) [*grifo nosso*].



A experiência, portanto, se constitui num espaço em que se aglomeram vários estratos de tempos anteriores simultaneamente presentes (sem que haja referência a um antes e a um depois), e acolhe um horizonte de expectativas que projeta o sujeito para um futuro ainda não vivido, mas previsto e experimentado com a imaginação – como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser completado” (Koselleck, 2006, p.311). Nesse sentido, o que nos parece é que a imagem de uma *tensão recíproca* entre as experiências que nos são alheias – amontoadas em fatias de tempos passados e avistadas em horizontes de expectativas futuras – e as nossas experiências mais próprias é capaz de se oferecer como um entendimento adequado à própria noção de experiência pública. Dito por outras palavras, a ideia de público pode se fundar *no lance recíproco* existente entre a experiência de cada um e as experiências alheias, estas que são acessíveis e se fazem presentes mesmo na subjetividade mais íntima. Nessa visada, a noção de *público se traduz numa relação*: a incorporação dos acontecimentos se dá junto a um passado atual, que os acolhe e os atualiza, em meio a lembranças e a expectativas futuras que, de algum modo, são ajuntadas e acionadas, mediante um movimento que parte de um *eu* em direção a um outro (alteridade) e a uns muitos (coletividade).

É assim que o significativo constrangimento que me afetou quando imaginei minha história com a piscina nas capas dos jornais é narrativa que nos ajuda a pensar *o público como uma categoria relacional da experiência fundada no recíproco*, no potencialmente acessível a qualquer um e a ninguém, a todos e talvez a nenhum. Nesse lugar, é instigante perceber que a capa do jornal me posicionou num *lugar de visibilidade*, fundado por um *estranhamento recíproco*. Paradoxalmente e ao mesmo tempo, tal lugar é coberto por uma neblina leitosa e espessa: dele, é impossível avistar com clareza as reações de si, os movimentos do outro e a imagem dos muitos. Sobre uma cena de aparição, o acontecimento público ironicamente institui um mundo comum estilhaçado, inacabado, indeterminado. O curioso de tudo isso é perceber que esse movimento acontecimental expressa *outra condição do visível*: a visibilidade pública é figura sensível, é potência formante; não apenas é habilidade de se dar a ver, mas, essencialmente, a ocupação de um horizonte no qual se projetam as histórias e as narrativas de si, em reciprocidade inconstante e infinita.

### **Estranhamento e mortena experiência com a dengue**

“Pesadelo americano – MASSACRE agora também é brasileiro”, grita a manchete do Estado de Minas de 8 de abril de 2011. Um ex-aluno de uma escola pública do Realengo, subúrbio do Rio de Janeiro, entra pacificamente pela portaria da escola. Adentra as salas de

aula de alunos pré-adolescentes, diz que fará uma palestra e começa a lançar tiros, meticulosamente calculados e planejados com antecedência assustadora. A capa do jornal é chocante: uma enorme foto com duas supostas mães de alunos mortos, abraçadas por um homem com luvas nas mãos (talvez um funcionário do Instituto Médico Legal). Numa referência explícita a experiências norte-americanas, o jornal relembra os massacres no Texas e em Virgínia Tech, nos Estados Unidos. Wellington Menezes de Oliveira, de 24 anos, matou 12 jovens e feriu outros 12. Parou com a carnificina ao ser baleado nas pernas por um policial militar e se matou com um tiro na cabeça, logo em seguida. Abaixo da foto, as chamadas em disposição horizontal, me paralisaram:



Figura 4: Capa Jornal Estado de Minas, 08 de abril de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

impossível não deixar que tudo aquilo me afetasse, de algum modo. Quando passei os olhos, à primeira vez, fiquei estático, por segundos. Não sabia o que falar. Abri o caderno para ler a matéria completa, mas não consegui. As fotos de crianças machucadas, o desenho com a reprodução do passo-a-passo do crime, as imagens paradas do circuito interno de câmeras da TV, dispostas também na capa, me chocaram a tal ponto de me

AS VÍTIMAS (Dez meninas e dois meninos, todos entre 12 e 15 anos, foram executados com tiros na cabeça e no peito). O ASSASSINO (Adotado, vítima de bullying na infância e introvertido, matador não tinha registro de antecedentes criminais). A COMOÇÃO (Dilma chora e decreta luto oficial de três dias no país. O massacre repercute na imprensa de todo o mundo). O ALERTA (tragédia preocupa as famílias em Minas, e associações de pais propõem implantação de detectores de metal nas escolas) (Estado de Minas, 08 de abril de 2011).

Obviamente, eu já sabia do massacre, uma vez que o jornal publicou a capa no dia seguinte ao que tudo aconteceu. Confesso que, até aquele momento em que me deparei com o jornal, fiz questão de ficar um pouco alheio a detalhes do acontecimento: não queria ficar consumindo notícias e mais notícias, vídeos em tempo real, fotos de anônimos publicadas na internet, canais e canais de televisão que se alimentavam daquele sangue exposto a qualquer um. Entretanto, por conta da *atenção desatenta* que tenho carregado para catar as capas de jornais em busca de pistas sobre a dengue, foi

tirarem o apetite. Será que eu tinha o direito de ter acesso àquelas imagens? Comecei a ficar com raiva de tudo e de todos que pairavam ao redor daquele acontecimento. Prefiri a distância, o respeito, a oração. Não me cabia reproduzir aquelas imagens em conversas e no pensamento. Joguei o jornal na minha mesa e fui trabalhar.

Ao final do dia, me lembrei da dengue. Seria impossível que naquela capa se escondesse alguma chamada sobre a doença. Peguei o jornal de resalto, antes que alguém o jogasse para reciclagem. Que ótima intuição, pensei: lá pairava, tímida e quase invisível, uma pequena manchete sobre a doença, quase totalmente à direita inferior do jornal. Depois de um dia inteiro de trabalho e de afastamento do massacre na escola, consegui ler: "Belo Horizonte. BAIRROS NOBRES CORREM MAIOR RISCO DE DENGUE". No entanto, acima da chamada da dengue, a foto da mãe chorando me fisgou novamente a atenção. Pensei nas crianças que estudam numa escola pública próxima a minha casa. O rosto dos guris e das gurias do jornal se parecia com o rosto daqueles meninos e meninas que eu avistava todos os dias. Uma sensação de inação tomou conta de mim. Não sabia nem o que pensar.

Resolvi passear pelo Caderno Gerais para ler a notícia sobre a dengue. Um desenho de um Aedes impassível parecia plainar acima de todos: o acontecimento do Rio certamente

MATÉRIA DE CAPA  
Com foco das atenções voltado para os altos índices de infestação da Zona Sul de BH, especialista alerta para risco de relaxamento no combate em regiões mais vulneráveis

Região	Índice de infestação
Centro	1,00
Centro-Sul	1,25
Sul	1,50
Sudoeste	1,75
Oeste	2,00
Noroeste	2,25
Norte	2,50
Nordeste	2,75
Centro-Norte	3,00
Centro-Oeste	3,25
Centro-Sul	3,50
Sul	3,75
Sudoeste	4,00
Oeste	4,25
Noroeste	4,50
Norte	4,75
Nordeste	5,00
Centro-Norte	5,25
Centro-Oeste	5,50
Centro-Sul	5,75
Sul	6,00
Sudoeste	6,25
Oeste	6,50
Noroeste	6,75
Norte	7,00
Nordeste	7,25
Centro-Norte	7,50
Centro-Oeste	7,75
Centro-Sul	8,00
Sul	8,25
Sudoeste	8,50
Oeste	8,75
Noroeste	9,00
Norte	9,25
Nordeste	9,50
Centro-Norte	9,75
Centro-Oeste	10,00

Figura 5: Capa do Caderno Gerais e primeira página, 08 de abril de 2011  
Fonte: Jornal Estado de Minas

não afetara o mosquito. Soberbo e garboso, estava ele a exhibir suas patas listradas, no início daquela página que mais se assemelhava a um folheto comercial (ela estava quase que inteiramente tomada por um anúncio das Casas Bahia). Que saco ter que ler uma notícia espremida no canto esquerdo da folha. Voltei-me a ler o título da matéria, que estava ao lado do desenho do mosquito: “BH muda foco de combate à dengue – alto índice de infestação na Zona Sul leva prefeitura a traçar nova rota de combate ao transmissor da doença”. A preguiça e a impaciência me fizeram ir logo à página seguinte, em que continuava a matéria. Lá, havia uma foto de uma agente pública de saúde, em cima de uma escada (observando focos do mosquito no telhado de uma casa), com a seguinte legenda: “agente vistoria calha em moradia na Região de Venda Nova: cuidado dobrado”. Como assim, na região de venda nova? Mas o jornal não falava da região centro-sul?



Figura 6: Panfleto publicitário Dengue.  
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2009.

“Por causa da dengue, eu perdi minha filha. Eu fiz tudo direitinho, mas nem todos fazem a sua parte”. Na parte inferior da peça, descrita em fontes garrafais, aparecia a chamada “ATENÇÃO, BH – o risco de epidemia de dengue é alto”. Abaixo disso, um box assim descrito: “Faça a sua parte: não use pratinhos nos vasos de plantas; coloque os pneus em locais protegidos das chuvas; guarde as garrafas vazias de boca para baixo”. Era uma mulher com cabelos grisalhos, mais para brancos. A expressão de Dona Waldívia parecia ser de resignação mas também de ressentimento, diferente do desespero das mães estampadas na capa do jornal. Entretanto, essa não seria outra face da mesma experiência? Era a morte que arrancava do cotidiano as pessoas queridas. Fiquei com medo. Não sabia o que fazer.

Quando cheguei em casa, tive vontade de mexer nos outros materiais que eu já tinha catado. No Estado de Minas de 9 de setembro de 2010, a manchete de capa era sobre a dengue, com referência às mortes que ela causava na cidade:

Fiquei com raiva e fechei o jornal. Esse *pessoal* acha que a gente não observa os detalhes e que não descobre suas inconsistências. Voltei a pensar na dengue. Toda aquela atmosfera de morte, encarnada na minha leitura, me fez lembrar de Dona Waldívia. No início do Tensionamento I, eu já tinha feito uma referência a ela: na capa de um folder impresso de 2009, da Prefeitura de Belo Horizonte, estava lá Waldívia dos Santos, descrita como “moradora da Regional Norte”, em foto destacada na parte superior da peça gráfica.

Em aspas, ao lado da foto, havia o seguinte texto “Por causa da dengue, eu perdi minha filha. Eu fiz tudo direitinho, mas nem todos fazem a sua parte”. Na parte inferior da peça, descrita em fontes garrafais, aparecia a chamada “ATENÇÃO, BH – o



CASOS DE DENGUE AUMENTAM 291% ESTE ANO EM BH. Capital registrou até ontem 50,6 mil casos confirmados, com 15 mortes. Em todo o ano passado foram 12,9 mil e não houve óbitos. O total de infectados em pouco mais de oito meses em 2010 quase quadruplicou em relação aos 12 meses de 2009. Com a chegada do calor e das chuvas, além do ressurgimento do vírus tipo 4 no país, o risco de epidemia no estado é alto, segundo o Ministério da Saúde. Especialistas cobram do poder público novas estratégias de combate à doença.

Tratei logo de ler a matéria completa, disposta na página de abertura do caderno Gerais. Lá, gritava, em fontes mais do que garrafas, a manchete: “DENGUE (em vermelho). CRESCIMENTO AMEAÇADOR”. Pus-me a refletir: 291% realmente é um número bastante



Figura 7: Capa Estado de Minas e Caderno Gerais e primeira página, 09 de setembro de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Mina

elevado. Tive a sensação de que ninguém estava sabendo daquilo. E ainda estava diante de uma notícia velha: imaginem hoje (abril de 2011), em quanto já teria aumentado a porcentagem de pessoas infectadas? E de pessoas mortas? Quis gritar, contar a todos, buscar explicações. Como pode um mísero mosquito se espalhar a tal ponto de tirar nossas vidas? Fiquei disperso: estava atrás de mais casos de mais casos de morte por dengue. Dispus todo o material que já tinha coletado no chão do meu escritório. No meio deles, fisgou-me o jornal de 25 de março de 2010 (quase um ano antes da chacina na escola do Rio de Janeiro), com uma manchete que, apesar de não ser a principal, apresentava-se bem visível aos meus olhos, no lado direito do jornal:

DENGUE CAUSA A PRIMEIRA MORTE EM BH. Um homem de 41 anos, morador da Região Leste, é a primeira vítima da doença na capital. Ele era transplantado renal e sofria de outros males. Em uma semana, o número de casos confirmados subiu 38%, chegando a 5,145. No estado, 15 pessoas já morreram. Há mais de 19 óbitos em investigação (Estado de Minas, 25 de março de 2010).



Figura 8: Capa Estado de Minas e Caderno Geraís, 25 de março de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

O homem morto pela dengue morava na região leste, onde residio atualmente. Minha nossa senhora, pensei. Na capa desse dia, pairavam outros assuntos: o caso Isabela Nardoni, a vitória do Cruzeiro na Copa Libertadores, uma foto com um Leão – em referência ao imposto de renda, e a manchete principal que tratava de uma reforma do aeroporto da Pampulha, etc.. Nada daquilo parecia relevante, diante da experiência da morte. Fui logo ao caderno Geraís para espisar a notícia. Lá, bem alto, havia uma pequena chamada no canto direito, com uma também pequena foto de agentes comunitários de saúde (estes que mais se assemelhavam a escoteiros), próximos a um ônibus do Governo de Minas. “DENGUE MATA HOMEM EM BH. Primeira vítima da capital morreu de febre hemorrágica. Forçatarefa amplia combate ao mosquito”. A matéria, disposta na última página do caderno, foi aberta com a seguinte frase:

Sobe o nível de alerta contra a dengue em Belo Horizonte, que na guerra para combater o mosquito transmissor perdeu a primeira vítima. (Estado de Minas, 25 de março de 2010, Caderno gerais, p. 26)

26 GERAIS

# TIRO E QUEDA

“Que aconteceria com uma pessoa que, no Brasil, entrasse numa loja de armas e mandasse o comerciante botar o mais poderoso dos fuzis no banco traseiro do carro?”

EDUARDO ALMEIDA REIS

## Ideia luminosa

Adônis Leite, de Patas de Minas, tenta descobrir se é possível criar um aparelho que elimine o mosquito Aedes aegypti. Ele já fez um protótipo e agora busca financiamento para testá-lo. O projeto é chamado de "Mosquito Killer".

## Propagandas

Alguns autores acreditam que a dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti. Mas há quem diga que a doença é causada por um vírus que se espalha através da água contaminada. Um estudo recente publicado na revista Science sugere que a dengue pode ser causada por um vírus que se espalha através da água contaminada.

## Letons

Exercícios sobre que os acadêmicos da Brasília de Letonia rejeitaram a ideia de se tornar um país independente. O governo letão rejeitou a oferta de independência feita pela Rússia em 1918.

## Sofá de decorador

O sofá de decorador não por malfeito de angustia de interesse. Mas por malfeito de angustia de interesse. Mas por malfeito de angustia de interesse.

## Mundo é uma bola

De Março o maior chopping e o maior edifício do Brasil. Foi o caso de um empresário que se deu o trabalho de Alameda das Américas e agora se chama o mundo é uma bola.

## Ruminância

O Brasil não é o único país que possui um idioma nativo. Mas o Brasil não é o único país que possui um idioma nativo.

## HEMORRÁGICA

Homem de 41 anos, morador da Região Leste, não resistiu à forma mais grave da doença, que desde 2009 não causava óbitos na capital. No estado, chega a 15 número de vítimas

# Belo Horizonte confirma a primeira morte por dengue

**Infante Evan**

Subo no telhado de uma casa a dengue em Belo Horizonte. O homem de 41 anos morreu de forma mais grave da doença, que desde 2009 não causava óbitos na capital. No estado, chega a 15 número de vítimas.

**CRÍPE SUÍMA**

Os 78 mil alunos de ensino médio do ano de 2010 foram convocados para o concurso de seleção de professores para o ensino médio em Belo Horizonte. O concurso será realizado em março e abrange as disciplinas de Matemática, Física, Química, Biologia e História.

**Figura 9: Última página Caderno Gerais, 25 de março de 2010**  
**Fonte: Jornal Estado de Minas - WEB**

Força-tarefa tinha sido o mesmo termo usado pelo jornal quando autoridades procuravam pelo serial killer, naquele dia em que me deparei com a imensa foto da piscina. A dengue já tinha virado um caso de polícia, ponderei. Aliás, mais do que de polícia: de exército e de guerra. Essa consideração emergiu mais fortemente quando olhei novamente para os materiais e apanhei, em meio aos jornais, o panfleto impresso do Governo de Minas: “AGORA É GUERRA: TODOS CONTRA A DENGUE. Alto risco de epidemia. Faça a sua parte”. Em papel colorido de vermelho sangue, o texto da peça desunha-se em meio a uma imagem de sirene em movimento. No verso do panfleto, alguns fragmentos daquele texto me chamaram a atenção, naquele momento:



Prepare seus familiares, amigos e vizinhos: *estamos em guerra*. Minas está sob o risco de uma grave epidemia de dengue. O número de casos no Estado tem aumentado a cada ano e o número de mortes, também (...). Contamos com você. *Entre nessa luta e comece já a guerra na sua casa, rua, bairro, cidade.* (Governo de Minas, 2010)

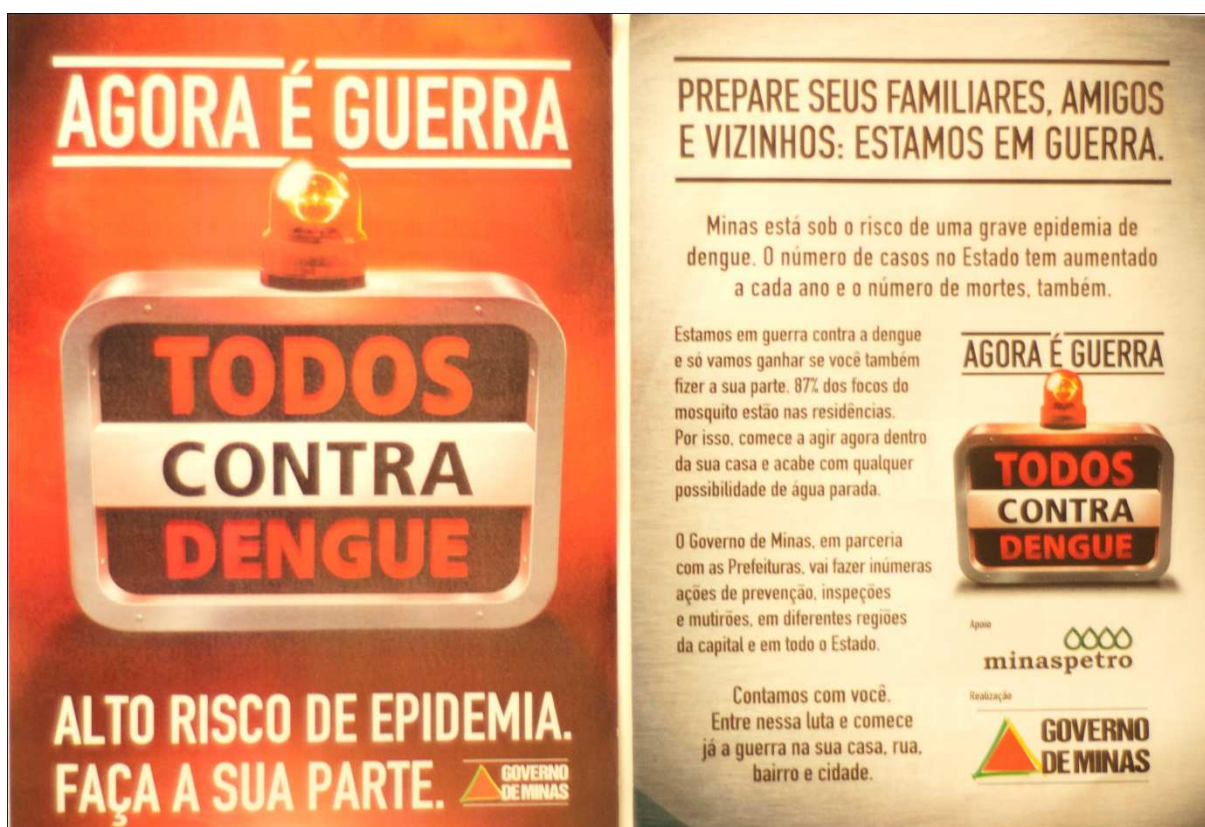


Figura 10: Panfleto publicitário Dengue. 2010  
Fonte: Governo de Minas

Estávamos mesmo em guerra, na iminência da morte com a dengue? Percebi que eu me perdia um pouco entre o humor e a seriedade. Comecei a achar ridícula uma referência à guerra para acabar com um mosquito. Guerra foi o que aquelas crianças e famílias viveram no dia de ontem, no Rio de Janeiro. Guerra é o que países fundamentalistas e ultracapitalistas engendram para obrigarem o mundo a seguirem seus traçados. Susto maior ainda, um misto de risos e de horror, foi o que senti quando me lembrei de duas capas do Estado de Minas que tratavam sobre a guerra no combate à dengue em suas manchetes principais. Tratei de encontra-las no meio do material e as trouxe às mãos. Numa delas, de 19 de fevereiro de 2010, havia os enunciados: “MINAS ABRE GUERRA CONTRA A DENGUE. Doença que se transformou em epidemia no DF e em 5 Estados avança em MG”, sem nenhuma referência imagética.





Figura 11: Capas Jornal Estado de Minas, de 19 de fevereiro de 2010 e de 18 de novembro de 2010  
 Fonte: Jornal Estado de Minas

Entretanto, o jornal de 18 de novembro de 2010 (nove meses depois), trouxe mais destaque à doença:

**MINAS DECLARA GUERRA AO MOSQUITO DA DENGUE.** Estado investirá R\$ 60 milhões em programa contra doença. Força tarefa terá 200 soldados do Exército, 40 da Aeronáutica e 192 agentes treinados (em vermelho). Eles contarão com nove caminhões, 10 ônibus, 70 carros fumacê e 600 bombas costais. Ação vai priorizar 20 cidades com maior número de casos (em vermelho). As principais são BH, Contagem, Betim, Montes Claros e Juiz de Fora. Moradores poderão trocar garrafas e pneus por material escolar (em vermelho). Objetivo é evitar 500 mil novos casos da doença em 2011. Este ano, já são 235 mil casos com 98 mortes.

Era muita informação para uma cabeça cansada de um dia longo de trânsito e de trabalho. Fiquei com muita vontade de rir, mas, ao mesmo tempo, a morte daquelas pessoas trazia seriedade e medo à questão. A foto, abaixo do título e do texto de chamada da matéria, mostrava quatro militares perfilados, com fisionomia e posturas de comando. Ao fundo da foto, havia a traseira de um caminhão com a mesma marca (sirene) e os mesmos dizeres do panfleto do Governo (Agora é guerra. Todos contra a dengue). A legenda da foto dispunha-se assim:

Reforçada por militares, a força-tarefa fará combate direto aos focos do mosquito e ajudará a mobilizar a população para acabar com os criatórios do inseto nos domicílios (Estado de Minas, 18 de novembro de 2010).

Militares ajudando a mobilizar a população nos domicílios? Será que as armas utilizadas para o “combate direto” aos focos do mosquito seriam as mesmas utilizadas nas operações de guerra *com humanos*? Será que um tiro de canhão conseguiria esmagar o anêmico e irônico *Aedes aegypti*? O *serial killer* e os muitos outros assassinos não seriam dignos de tamanha parafernália. Quanto estranhamento, quanto estranhamento! Seria justo fazer uma referência à guerra para exterminar um pernillongo, numa sociedade que não é capaz de enfrentar seus próprios ladrões? Não valeria a pena buscar as experiências de Carlos Chagas e de outros cientistas e agentes públicos de saúde, que conseguiram dar fim a sérias epidemias sociais, disseminadas por vetores? Onde está Louis Pasteur, que salvou uma sociedade inteira contra a morte de inimigos invisíveis? Além de tudo isso, seria mesmo correto lançar uma referência de guerra e de morte para supostamente extirpar da sociedade as próprias mortes causadas pela dengue?

Nesse momento, parei com tudo. Tive a sensação de que caía justamente numa armadilha com a qual lutara veemente no dia anterior: lá estava eu consumindo notícias e mais notícias, fragmentos e imagens de morte sobre a dengue. Quis rasgar aquele amontoado de papéis e ir dormir. A morte desequilibra, é violenta, pede explicações, exige posturas. A morte é incontrolável: quando chega, se abate sobremaneira. Não queria que nada daquilo tivesse me acontecido, num dia que parecia não querer acabar. Naquele exato eterno-minuto, sonhava apenas com a (im)possibilidade de um dia comum: nele, não haveria de existir assassinato nas escolas, mortes pela dengue, exércitos caçando mosquitos, coisas estranhas, sem corpo, que nem pareciam ser desse mundo (e não eram mesmo...). Galo cantando, café na caneca, água na moringa, fogão à lenha, pasto capinado, horta aguada. Ao anoitecer, um banho antes de dormir. Queria apenas ser uma *cidadezinha qualquer*, de Drummond:

*Casas entre bananeiras  
mulheres entre laranjeiras  
pomar amor cantar.*

*Um homem vai devagar.  
Um cachorro vai devagar.  
Um burro vai devagar.  
Devagar... as janelas olham.  
Eta vida besta, meu Deus<sup>88</sup>.*

---

<sup>88</sup> Poema “Cidadezinha qualquer”, da obra Antologia Poética, de Carlos Drummond de Andrade (ANDRADE, 1982).

### **Uma reciprocidade promíscua: estética e contaminação na efetuação do acontecimento**

A partir de sentimentos ambíguos de atração e de repulsão com aqueles jornais e anúncios, eis que, de repente, me dei conta de que a dengue ocupava as materialidades da comunicação com *elementos de violência*— pelo menos em meio os textos que eu tinha catado. O curioso de tudo foi que, apesar de já ter tido um contato epifânico com todos aqueles materiais na experiência mesma de catação, a leitura da chacina das crianças na escola pública do subúrbio carioca me fez quase que (re) catar tudo novamente, em recém-nascida epifania. Dessa maneira, a efetuação da dengue num estado de coisas (Deleuze, 2007) – quando o acontecimento promove um corte no mundo dos corpos e se impõe com sua força disruptiva – parece ter se evidenciado a partir de dois aspectos que saltaram aos meus olhos, em tensionamento e em distanciação com alguns movimentos conceituais executados ao longo desse trabalho: (a) a *relação estética* expressada e pronunciada pelo *componente de violência*, presente na experiência acontecimental com esses textos; (b) a *contaminação* da dengue pela efetuação de outros acontecimentos nas formas de experiência do anúncio e do jornal, em movimento inquieto e incontrolável de *dispositivação*.

O primeiro desses aspectos deita-se, de modo imediato, num argumento de base que construímos em seções anteriores: nas formas de experiência entre sujeitos e materialidades da comunicação, o acontecimento se manifesta e é experienciado por determinado *coeficiente estético*. Isso significa que a experiência acontecimental, conformada entre sujeitos e materialidades, é decisivamente marcada por *momentos de intensidade* e pelo traço de *uma experiência*, de modo que a irrefreável força disruptiva do acontecimento coloca em movimento gestos significantes e tangíveis, que desestabilizam e (re) configuram sujeito e ambiente, como duas instâncias *em afetação recíproca*. Nesse sentido, em inferência primeira, inútil é acreditar que minha busca insana pelas mortes da dengue, sem aparente ou explicável relação com as mortes das crianças no Rio, tratou-se de *falha*, *displicência* ou *equivoco* – termos cunhados para denunciar o esquecimento da tão sonhada e supostamente garantida capacidade iluminista de lidar com as coisas do mundo, em atitude *emancipadora* (combatendo meus próprios devaneios: ao consumir e ao caçar as mortes da dengue no anúncio e no jornal, *não estava caindo em armadilha construída por mim mesmo*). Diante disso, é preciso admitir, como premissa, que o próprio caráter estético que emerge na relação com as materialidades é incontrolável, não enquadrado racionalmente, escorregadio: “há muito a experiência estética tem sido associada a acolher o risco de perder o domínio sobre nós mesmos – pelo menos por algum tempo” (Gumbrecht, 2010, p.145). Assim, por conta de uma *anarquia estética do acontecimento*, o momento de intensidade engendrado pela leitura do assassinato na escola carioca foi capaz de produzir

uma nova configuração junto às próprias costuras ora lançadas sobre as materialidades da dengue – sem que eu mesmo pudesse exercer nenhum tipo de previsibilidade ou de governança a respeito.

No entanto, para além da impossibilidade de controle e do ponto de vista de uma estética do acontecimento, a leitura desses textos (em particular das referências de morte e de guerra) acabou por mobilizar, de um modo direto e literal, (i) o próprio *componente de violência* atribuído a qualquer experiência estética, bem como (ii) *uma dimensão de provação*, cara a qualquer acontecimento. Mais especificamente sobre o componente de violência, é Gumbrecht (2010, p. 144-145) quem o localiza junto a uma pulsão estética (o que me alivia [um pouco] a sensação estranha de ter consumido tais materialidades):

Se insistíssemos numa definição da estética que excluísse a violência, não eliminaríamos apenas o aparato da guerra, a destruição de edifícios e os acidentes de trânsito, mas também fenômenos como o futebol americano, o boxe, o ritual da tourada. Permitir a associação da experiência estética à violência, ao contrário, ajuda a compreender por que certos fenômenos e eventos se nos revelam tão irresistivelmente fascinantes – embora saibamos que, pelo menos em alguns desses casos, essa “beleza” segue junto da destruição de vidas.

É importante ressaltar que, para Gumbrecht (2010, p. 145), a violência como elemento da epifania estética não se posiciona, estritamente, de um ponto de vista físico: mesmo que *virtual*, sem substância nem espaço tridimensional em jogo<sup>89</sup>, podemos entender que as formas de experiência estética são violentas “no sentido de nos ocupar e, desse modo, bloquear nosso corpo”. Entretanto, no conjunto dessas materialidades, eis que a violência surge marcada decisivamente por componentes físicos: são as mortes no Rio de Janeiro em relação às mortes causadas pela dengue em Minas; é o *Aedes* ocupando o espaço e bloqueando (picando) literalmente os corpos dos sujeitos, para logo após depositar seus ovos também em outros corpos (objetos físicos que acomodam água parada); são os aparatos de guerra convocados para exterminar os focos do mosquito; é o semblante resignado e ressentido de Dona Waldívia, bloqueado pela ausência de sua filha.

Dessa maneira, é por meio da disposição desses componentes em literalidade que as referências da morte, da guerra e da violência acabam também atribuindo à experiência da dengue *uma dimensão de provação*, nas formas do anúncio e do jornal evidenciadas<sup>90</sup>. Já vimos em seção anterior que tal dimensão, quando assumida pela confrontação de um

<sup>89</sup> Com relação a isso, Gumbrecht (2010, p.145) cita como exemplo de elemento de violência da experiência estética “quando nos viciamos no ‘ritmo’ de um texto em prosa que lemos em silêncio ou quando um quadro nos ‘prende’ a atenção. (...) É certamente possível criar um vício com certos tipos de textos (não só pelas suas camadas semânticas) e sofrer desse vício; e há certos quadros que alguns de nós precisam ver uma e outra vez – por mais difícil e caro que isso seja”.

<sup>90</sup> Mesmo que tais componentes literais nos permitam estabelecer uma associação imediata com a dimensão de provação do acontecimento, não desejamos, de modo algum, reduzir a provação ao contato com algum desses componentes. Suportar e aguentar o acontecimento são movimentos que constituem o cerne da lógica acontecimental, e se expressam das mais variadas formas.

sujeito a um acontecimento, vincula-se à passibilidade desse sujeito de ser tocado e afetado (Queré, 1995, 2005), de suportar e de aguentar (Dewey, 1980), de sofrer o que quer que seja – sempre em meio a seus contextos de comunicação. A provação também é tomada por Miranda (2005, p. 115) em referência a reflexões deleuzianas, para as quais o modelo do acontecimento é a *batalha*: “tem a ver com uma guerra, através da qual se entrevê um acontecimento inaudito e tremendo para os humanos e que os antecede, portanto. Neste sentido, trata-se de um acontecimento que vem da ‘pré-história’”. Para o próprio Deleuze (2007, p. 103), a batalha é o acontecimento na sua essência porque “ela se efetua de muitas maneiras ao mesmo tempo”, de modo que “cada participante pode captá-la em um nível de efetuação diferente no seu presente variável”.

Miranda (2005, p. 115) vai mais além quando suspeita de que “existe algo de pânico<sup>91</sup> e letal no acontecimento, que Deleuze reconhece e evita, simultaneamente”. Para encetar seu raciocínio, o autor português recupera fragmentos da seguinte passagem do pensador francês:

Por que todo acontecimento é do tipo da peste, da guerra, do ferimento e da morte? Bastaria apenas dizer que há mais acontecimentos infelizes que felizes? Não, pois que se trata da estrutura dupla de todo acontecimento. Em todo acontecimento, existe realmente o momento presente de efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. (...) Que esta ambiguidade seja essencialmente a da ferida e da morte, do ferimento mortal, ninguém o mostrou como Maurice Blanchot<sup>92</sup>: a morte é ao mesmo tempo o que está em uma relação extrema ou definitiva comigo e com meu corpo, o que é fundado em mim, mas também o que é sem relação comigo, o incorporeal e o infinitivo, o impessoal, o que não é fundado senão em si mesmo. De um lado, a parte do acontecimento que se realiza e se cumpre; do outro lado, a parte do acontecimento que seu cumprimento não pode realizar. Há pois duas concretizações, que são como a efetuação e a contra-efetuação. É por aí que a morte e seu ferimento não são um acontecimento entre outros (Deleuze, 2007, p. 154).

Para Miranda (2005, p. 115), a resposta de Deleuze à questão sobre a existência de mais acontecimentos infelizes que felizes é marcada por grande ambiguidade: “se aceitamos que a batalha é o modelo do acontecimento, algo que antes de mais se recebe absolutamente, a ideia de acontecimentos ‘felizes’ perde sentido”. Longe de desejar constituir uma taxinomia do acontecimento (uma vez que Miranda persegue a mesma noção deleuziana de acontecimento puro, impessoal e incorpóreo, como singularidade neutra em permanente devir), é possível perceber o quanto o autor português insiste em identificar no acontecimento algo de letal e de violento:

<sup>91</sup> Não seria esse pânico do qual sofri quando imaginei minha piscina a céu aberto estampada na capa do Estado de Minas?

<sup>92</sup> Poeta e ensaísta francês (1907-2003).

eis uma figura do eterno retorno trágico, mas de um trágico transformado em filosofia. Se o acontecimento, na sua indiferença perante os humanos é necessariamente letal, violento, a maneira como se posiciona perante ele contém uma promessa de felicidade: “que em todo o acontecimento esteja a minha desgraça, mas também um esplendor e um estalido que seque a desgraça e que faz com que, desejado, ele se efetua na sua ponte mais estreita, no fio de uma operação (Deleuze, 1969, p. 109-110)”<sup>93</sup> (Miranda, 2005, p. 115).

Essas pulsões concomitantes de vida e de morte<sup>94</sup> (em visada freudiana) imputam à efetuação do acontecimento uma série de paradoxos marcados por figuras de destruição e de revelação, de ferimento e de aparição, de extinção e de abertura. Isso significa, portanto, dizer que todo acontecimento, ao se abater sobre os sujeitos, destrói algo desse mundo corpóreo – mesmo que essa destruição não se dê pela morte e pela violência físicas – ao mesmo tempo em que sugere um campo, até então desconhecido, que se revela em devir ilimitado. Entretanto, o próprio Deleuze reconhece que a morte e seu ferimento não são um acontecimento entre outros, e cita Blanchot (1955, p. 160 *apud* Deleuze, 2007, p. 154) para expressar tal singularidade:

[a morte] é o abismo do presente, o tempo sem presente com o qual eu não tenho relação, aquilo em direção ao qual não posso me lançar, pois nela *eu* não morro, sou destituído do poder de morrer, nela a *gente* morre, não se cessa e não se acaba mais de morrer.

Diante disso, posso me aventurar a inferir: quando a dengue se dispõe em ligação explícita com a morte, será que sua efetuação num estado de coisas adquire força mais intensa? Ou, dizendo por outras palavras: no percurso de minhas leituras, a figura da dengue como *acontecimento em devir* é reacendida e reenergizada no momento em que ela (re) irrompe vinculada às mortes fortemente pronunciadas no acontecimento da escola carioca, que, naquele dia, me afetaram sobremaneira? Se não há respostas exatas para tais questionamentos – nem seria essa a nossa expectativa –, de tudo o que nos resta é admitir que, de algum modo, a *presença de ausências*, a tragédia e o descontrole da morte (ou proximidade desta) se apresentam quase como que o *acontecimento em pessoa*, uma metáfora viva e fidedigna, o lance incorpóreo que rasga o mundo dos corpos. E no trajeto das minhas narrativas e experiências com o anúncio e com o jornal, a força acontecimental

<sup>93</sup> Essa citação de Miranda refere-se ao original francês de Deleuze: DELEUZE, Gilles (1969). *Logique du sens*. ed de Minuit, col. “Critique”, Paris.

<sup>94</sup> Uma relação entre jornalismo, morte e epidemia de dengue foi abordada por Ferraz (2010) na dissertação de mestrado “Epidemia e memória: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue”. Apesar de o estudo admitir abordagens conceituais e metodológicas distintas das abordagens assumidas em nosso trabalho (já que toma como base para análise do material a Escola Francesa de Análise do Discurso, além de se propor a avaliar estratégias discursivas utilizadas na cobertura da imprensa pernambucana sobre a dengue nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008), o autor também identifica a forte presença de um caráter de peste, de medo e de morte nas notícias sobre a epidemia de dengue – utilizando, para isso, outras construções analíticas.

da morte provocada pela dengue esteve, de algum modo, em ligação com as mortes no Rio – resultado de um movimento absolutamente imprevisível.

Lembrei-me de outra afetação, na qual uma proximidade da dengue com a morte parece ter oferecido ao acontecimento uma força de intensidade considerável. Um grande amigo, com o qual tenho constante contato, sabe, há muito, que minha pesquisa de doutorado se refere à problematização da experiência pública da dengue em Belo Horizonte. Sempre o vi me incentivando e demonstrando um julgamento positivo sobre o tema, mas nunca tinha travado com ele nenhuma discussão conceitual mais específica (uma vez que também sua área de atuação na psicologia não nos permite, de imediato, muitas interfaces acadêmicas), nem mesmo tínhamos conversado sobre a dengue como *sujeitos em provação*, afetados por esse acontecimento. Em período recente, sua esposa adquiriu dengue, e esteve bastante debilitada. Ficou por muitos dias prostrada, sem forças para levantar – as dores nos ossos, nos olhos e na cabeça são assustadoras em alguns casos. Após cerca de um mês sem nos vermos, na primeira oportunidade de encontro, meu amigo, afoito, afirmou (adapto um fragmento de nosso diálogo com o que sobrou em minhas memórias):

A coisa está feia, Rennan. Você estuda a dengue, não é? Pois então, é preciso agir rápido. Estou assustado com o avanço da doença. *Minha esposa quase morreu*. O governo parece que não está dando conta. Essas campanhas também parecem que não valem de nada! Você precisa fazer<sup>95</sup> alguma coisa com seus estudos, urgentemente. A dengue em Belo Horizonte está incontrolável.

No caso dele, é possível notar que uma vivência estética da dengue como morte emergiu em meio a sua própria experiência familiar – diferente da minha vivência aqui relatada, motivada pela leitura da chacina carioca no jornal impresso. Curioso é observar os vestígios do acontecimento presentes em sua linguagem: pelo menos nos contextos por quais transito e habito, o *quase-morreu* parece ser uma das expressões que costumeiramente utilizamos (sem cálculo prévio) para sugerir, de algum modo, a travessia por uma vivência acontecimental disruptiva e fora de controle (inclusive em momentos felizes, cuja violência da ocasião bloqueia o corpo com sentimentos de euforia e entusiasmo: *fulano quase morreu com a chegada de seu filho; quase morri de tanto sambar na primeira vez em que desfilei no carnaval carioca; quase morri de tanto chorar no final da novela das oito*). Nesse sentido, torna-se imperativo considerar mais uma vez que, tanto na minha leitura da chacina quanto na doença da esposa do meu amigo, a experiência colorida pelo acontecimento guarda um *quê* de (quase) morte – atravessado na medida em que os contextos de vida se oferecem ao corte acontecimental, em oscilação incalculável e imprevisível.

<sup>95</sup> A dimensão acontecimental da ação e do fazer será explorada no item 2.4 *Estratégia*.

Em meio a tudo isso, é importante também problematizar os movimentos presentes no jornal e no anúncio publicitário governamental, já que, nessa tese, eles são centrais. Ambos constituem ambientes de interação que tanto se oferecem como âmbitos de efetuação do acontecimento, quanto se constituem como o próprio acontecimento: eles não dão acesso, mas impõem a força acontecimental nos contextos em que ganham presença e sentido; não se tratam de *pontes para ingresso*, mas *fontes da energia incorpórea*, esta que fere o mundo dos homens (e das próprias materialidades) e se lança em devir ilimitado. Sem sombra de dúvidas, não se pode também perder de vista que ambas as materialidades são textos oriundos de campos especializados: apresentam-se como espaços de estratégias dirigidas a leitores, calculadamente finalizadas sob óticas profissionalizantes, comerciais e de geração de imagem pública. As muitas peculiaridades do acontecimento lançado sobre o anúncio e sobre o jornal nos fazem questionar: será mesmo que tais campos *sofrem e suportam* as mortes da dengue como acontecimento? Em meio a tantos estímulos, mecanismos e análises técnicas para profissionalização desses produtos, não seria o acontecimento meticulosamente engendrado por fórmulas noticiosas e publicitárias, forjando imagens e textos vinculados apenas a objetivos estratégico-institucionais?

Localizamos essa reflexão logo no *Tensionamento I*, quando já apresentamos nossa visão de mídia e de materialidades da comunicação. Aceitamos os produtos da mídia como *lugares de experiência*, não apartados das formas de interação dos sujeitos e dos contextos sociais nos quais se inscrevem e são constituídos. Sendo assim, não faz muito sentido estabelecer uma demarcação definitiva entre aqueles que seriam os produtores de tais materialidades e os outros que seriam apenas os receptores: mesmo que na operação e no manuseio do produto existam sujeitos-escritores e sujeitos-leitores, a emancipação de tais textos, em termos comunicacionais, subverte o escritor em leitor de um texto vivo, e o leitor em escritor astuto e invisível (Certeau, 1994). Nesse sentido, se os produtos da mídia são lugares de experiência, os textos midiáticos, como formas vivas, também *sofrem e suportam* o acontecimento. Todavia, da mesma forma que se sucede em outros contextos de comunicação, os espaços midiáticos não se constituem como espaços lisos e desencapados de mediações: quando os efeitos da experiência acontecimental afetam seus contextos de insurgimento, suas manifestações interpretativas não são destituídas das tensões pertencentes a seus campos de origem. Falando por outras palavras, a efetuação do acontecimento *quando* no campo dos media provoca interpretações vinculadas aos *modos de agenciamento* em configuração, nos tensos contextos de sobrevivência e de constituição das materialidades da comunicação.

Nosso olhar sobre tais modos de agenciamento deve, sobretudo, superar a confusão empiricista do acontecimento como acidente: “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (Deleuze,



2007, p 152), de modo que a efetuação do acontecimento instaura um elo infinito, em constante devir, entre o acontecimento e a ocorrência finalizada no mundo. Em meio a isso, Mouillaud (2002, p. 49) diz que “quando o acontecimento irrompe, não há nada para ser visto. Quem dele toma parte, não o ‘vê’”. Por isso, esse autor vislumbra o acontecimento como uma sombra (algo que não se vê) projetada do fato (da ocorrência), que solicita a construção de um sistema de informação: “o modelo ao qual todo acontecimento se deve conformar para ser uma informação é aquele do paradigma fatural” (ibidem, p. 60). É assim que Mouillaud (2002) entende que (a) o acontecimento possui sempre a forma da informação e que (b) o fato se apresenta como o paradigma universal que concebe a regra imediata, codificável e aceita junto à descrição dos acontecimentos: “o ‘fato’ serve de envelope para a experiência” (ibidem, p. 60).

A doença da esposa do meu amigo foi um fato que envelopou sua experiência acontecimental com a dengue. A morte das crianças na escola carioca e as mortes ocorridas em Belo Horizonte pela dengue foram também fatos que enveloparam o acontecimento para o campo do jornal e do anúncio publicitário e que, para além disso, se ofereceram como informação junto a minha experiência de leitura. É nesse sentido que as materialidades do jornal e do anúncio *deram um tom* (tonalizaram) a minha própria experiência, constituída em meio à experiência midiática. No entanto, tal tonalização não pode significar que as materialidades da comunicação situam-se num lugar privilegiado de acesso e/ou de produção do acontecimento:

o jornal – e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a fazer ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (...) um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (Mouillaud, 2002, p. 51).

As notícias sobre as mortes da dengue certamente são parte de uma ressonância acontecimental: a ocorrência das mortes em Belo Horizonte envelopou a experiência dos agentes de saúde, dos familiares, da vizinhança das famílias, das assessorias de comunicação dos órgãos públicos, do jornalista que recebeu a informação na redação, do jornal escrito e editado, da manchete que me fisgou no trabalho. Para Mouillaud (2002), o acontecimento na mídia poderia, portanto, ser alvo de uma pergunta: por trás dele, não haveria continuamente um apoio da narrativa, já que falta sempre à informação uma espécie de carência constitutiva que ela tende, em vão, suprir? Sim, haveria: a narrativa dos sujeitos avaliza o acontecimento na mídia. Por conta disso,

Não se pode apreender um acontecimento de uma só olhada (nenhum espectador jamais viu “uma” partida de futebol): a totalidade não é passível de ser capturada pela vista (seria necessário capturar ao mesmo tempo uma grande quantidade de relações fugindo de uma multiplicidade de focos). A apreensão de um acontecimento exige que ele seja fragmentado em cenas parciais que, para serem passíveis de leitura, devem ser, cada uma, monossêmicas. (...) Resta apenas uma multiplicidade de concentrações sobre uma multiplicidade de focos. O que se chama acontecimento não pode sequer se encarado como uma soma de micro-acontecimentos e, sim, como uma dinâmica inesgotável de apreensões (Ibidem, p. 62).

Nesse sentido, a construção de narrativas é caminho que faz parte da efetuação do acontecimento, de modo que a narrativa midiática torna-se a *vista de um ponto*, em meio a uma cadeia infinita de ressonâncias. Nesse ínterim, habita uma questão relevante: como especialistas na produção da informação e no paradigma universal do fato (noticiosos e/ou chocantes), os profissionais do campo dos media parecem adotar fortemente *uma lógica acontecimental junto à produção de suas materialidades da comunicação*. Dizendo por outras palavras, as próprias materialidades do anúncio e do jornal parecem executar um movimento que tenta imbuí-las de uma espécie de *energia incorpórea*, como se fossem a própria emanção neutra de experiências acontecimentais. E é interessante notar que de acordo com o horizonte de expectativas que envolvem as instituições jornalísticas (supostas guardiãs da verdade e do interesse público) e as instituições públicas (responsáveis por representar os interesses de todos, em sociedades democráticas), as materialidades da comunicação se esforçam por forjar uma aura acontecimental como estratégia de responsabilidade a seus públicos, diante da própria força acontecimental que as afeta e as transcende.

Dona Waldívia não aparece por si mesma no panfleto impresso da Prefeitura de Belo Horizonte: a estampa de sua imagem é resultado de um amplo processo de pesquisa e de produção publicitária de uma agência licitada – que certamente a escolheu e utilizou sua voz como tentativa de vocalizar o próprio Poder Público. Imagino o seguinte subtexto: “Vejam, cidadãos. Nós, Prefeitura de Belo Horizonte, estamos alertando que a dengue realmente mata – basta notar no semblante dessa mulher”. Da mesma forma, a guerra e a sirene não fazem parte de inferências espontâneas na campanha do Governo de Minas, mas são elementos-força escolhidos em meio a um longo processo de elaboração publicitária, orientada pelos poderes públicos junto a necessidades responsivas a eles dirigidas, quanto ao aumento do número de casos de dengue. Não seria a referência explícita à guerra uma tentativa de provocar uma afetação nos sujeitos, em inspiração acontecimental? Quanto às notícias, o uso de fontes vermelhas e garrafais na “guerra contra a dengue”; a foto de militares perfilados para combater a doença; a forte presença de títulos impactantes (segundo Mouillaud (2002, p. 77), “é ao nível do título que o leitor se depara com o

acontecimento no estado puro”); enfim, as matérias de capa de um caderno importante para a vida na cidade (como o *Gerais*), evidenciam, para além de fragmentos do acontecimento apropriados no campo jornalístico, um conjunto de estratégias comerciais e de responsabilidade ao público que consome o jornal: engendram-se formas que tentam forçar uma estetização junto à relação dos leitores com as materialidades, por meio de estratégias milimetricamente dirigidas à produção, à seleção e à diagramação de conteúdos imagético-textuais nas folhas impressas.

Contudo, a força acontecimental e a violência estética da dengue continuam advindo sem controle nem previsibilidade, no seio da experiência pública: possuem natureza epifânica, e não há razão ou estratégia que consiga se aproximar delas, a ponto de presumir tal epifania. Vejam o meu caso: fui apenas dar conta da complexidade da dengue como uma experiência de morte quando me deparei com outro acontecimento, cuja morte me afetou (sem nenhuma justificativa racional consistente) e provocou ligações com a experiência da dengue. Inclusive, as estratégias para enfrentamento da dengue, descritas pelo jornal, mobilizaram em mim reações de crítica e de humor, de raiva e de indignação – pelo menos naquela ocasião em que eu estava sob o efeito estético de outra questão, esta que me fizera insurgir uma profunda tristeza e um grande nó na garganta. Portanto, é possível compreendermos que, de algum modo, o *acontecimento-dengue* – a cobertura pelos jornais e a produção publicitária de peças – encontra-se sempre em tensão com a *dengue como acontecimento* – experiência social que transcende e que acolhe a experiência de escrita e de leitura jornalística –, ainda que o campo especializado da mídia teime em insistir que seus desenhos estratégicos sejam capazes, algum dia, de se tornarem cidadãos-honorários dos mundos incorpóreos (origens neutras do acontecimento).

Por fim, esse cenário nos ajuda a entender o segundo aspecto que lançamos mão no início dessa seção: a efetuação da dengue como acontecimento é *contaminada* pela efetuação de outros acontecimentos nas formas de experiência do anúncio e do jornal, em movimento inquieto e incontrolável de *dispositivação*. Para o próprio Mouillaud (2002, p. 50), “os acontecimentos explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível. Mas põem em ressonância os sentidos que nela são inscritos: desperta um saber virtual, faz alertar um conhecimento adormecido”. De tal sorte, tudo isso nos leva a supor que a efetuação do acontecimento sobre um estado de coisas se faz em meio a uma mistura junto a outras efetuações: a própria capa dos jornais ilustra o quanto as materialidades sobrevivem por energias incorpóreas de outros acontecimentos, como a morte de Isabela Nardoni, a mobilização nacional para a entrega da declaração do Imposto de Renda, a reforma do aeroporto da Pampulha, a vitória do Cruzeiro em semifinais da Copa Libertadores da América, a procura pelo *serial killer*. Mouillaud (2002, p. 69) ainda vislumbra que

a disposição dos acontecimentos em um jornal possui uma analogia com uma mapa (...). As regiões do mapa são dispostas horizontalmente. O mapa não tem centro nem periferia, nenhum ponto de onde parte a vista, nem horizonte. No jornal, os acontecimentos, tornando-se informações, também perdem a relação de próximo e de distante que os separa territorialmente.

Não poderia ser a nossa relação de sujeitos com os acontecimentos expressa por uma espécie de profusão de mapas dentro de mapas, em contaminação dinâmica e epifânica? Se a capa de um jornal abriga acontecimentos confusos em termos de proximidade, que dirá de nossa subjetividade, um conjunto de muitas capas de jornais mal acabadas, confusas, fragmentadas, não preparadas estrategicamente e ainda desconhecidas? Os acontecimentos que em nós se efetuam encontram, portanto, um terreno dobrado, *sujo*, em relevo, que acolhe a efetuação do acontecimento em meio a um conjunto inacabado de efetuações também acontecimentais. Tal movimento pode ser sugerido pela ideia de dispositivação (trabalhada em partes anteriores dessa tese): a efetuação do acontecimento evoca textos dentro de textos, tanto em meio aos próprios lugares das materialidades comunicativas (o jornal e o anúncio), quanto junto aos meus outros lugares de experiência abertos pela força acontecimental (a dialética erótica da flecha e da fenda). Entretanto, por mais que haja misturanças entre as efetuações, é imperativo reconhecer que os acontecimentos ainda continuam neutros entre si mesmos. Deleuze (2007, p.175-176) adverte:

A questão torna-se: quais são estas relações expressivas dos acontecimentos entre si? Entre acontecimentos parecem se formar relações extrínsecas de compatibilidade e de incompatibilidade silenciosas, de conjunção e de disjunção, muito difíceis de apreciar. Em virtude de que um acontecimento é compatível ou incompatível com outro? Não podemos nos servir de causalidade, uma vez que se trata de uma relação dos efeitos entre si. E o que faz um destino ao nível dos acontecimentos, o que faz com que um acontecimento repita outro apesar de toda sua diferença, o que faz com que uma vida seja composta de um só e mesmo Acontecimento, apesar de toda a variedade daquilo que lhe ocorre, que seja atravessada por uma só e mesma fissura, que toque uma só e mesma melodia em todos os tons possíveis com todas as palavras possíveis, não são relações de causa e efeito, mas um conjunto de correspondências não-causais, formando um sistema de ecos, de retomadas e de ressonâncias, um sistema de signos, em suma, uma quase-causalidade expressiva, não uma causalidade necessitante.

Nesse sentido, é por meio de uma *reciprocidade promíscua* que a efetuação da dengue como acontecimento parece se insinuar em meio a uma experiência pública: ela se constitui enquanto uma *afetação mútua* causal entre efetuações acontecimentais no mundo dos corpos; ela expressa uma *co-determinação* entre as próprias materialidades comunicativas; ela organiza a *ação de um sujeito em relação* aos inusitados lugares de experiência acionados; enfim, ela engendra um *percurso interacional* que anuncia a constituição de um público, afetado por um acontecimento. Nessa seara, França e Almeida

(2008, p. 7) nos mostram que os públicos agenciam papéis e experimentam o acontecimento conforme as relações de reciprocidade que estabelecem entre si próprios e entre as materialidades comunicativas:

o olhar que lançamos sobre a interação estabelecida entre sujeito e acontecimento (...) nos permite pensar na constituição de públicos midiáticos não exatamente como “produtos” da mídia ou do acontecimento midiático, mas como princípio de ordem segundo o qual os papéis se agenciam uns com relação aos outros, relação de pertencimento a uma ação estabelecida em conjunto por produtores e receptores. (...) Se é fato que os leitores estão inscritos nos textos a eles endereçados e que as narrativas da mídia associam papéis específicos aos sujeitos que interpelam, a noção de público, tal qual formulada por Queré, ajuda a perceber o grau de recusa e/ou adesão a esses papéis, e o movimento que aí se configura.

Os dois estudiosos ainda apontam que “o conceito de público está, assim, ligado a uma perspectivação específica, que se expressa na associação a uma determinada ordem de sentido, na adoção de um ‘ver como’” (Ibidem, p. 7). É por caminhos sempre abertos e inusitados que a adoção desse *ver como* se faz de um modo interacional: somos sujeitos em comunicação e somos público, afetados por efeitos de presença e de sentido, em meio a uma costura estética suja e contaminada pela efetuação de acontecimentos.

## 2.2 Percurso

### Assaltantes e mosquitos: perigo que circula na cidade

“O PERIGO RONDA A SAÍDA DO BANCO”, é o que diz a manchete do Estado de Minas de 13 de maio de 2010. A chamada, logo abaixo do título, evidencia aos belorizontinos a preocupante situação de que, em média, três pessoas são assaltadas por dia na cidade logo após sacarem dinheiro. Na capa, ainda consta o detalhamento de que

Os pontos de maior risco, aponta levantamento da Polícia Militar, estão nas avenidas Getúlio Vargas, Álvares Cabral, Afonso Pena, Abílio Machado, Carlos Luz, Abraão Caram e Pedro I e nas ruas Curitiba, Formiga, Major Delfino e Conceição do Mato Dentro. Projeto em discussão na Assembleia Legislativa propõe medidas como a proibição do uso de celular nas agências e instalação de biombos nos caixas para melhorar a segurança dos clientes (Estado de Minas, 13 de maio de 2010).



Figura 12: Capa Estado de Minas, 13 de maio de 2010

Fonte: Jornal Estado de Minas

de cotidianidade, agora que se dispõe, sobre mim, essa informação? Era preciso ser rápido; radiografar com os olhos as redondezas; ter em mãos um manual de sobrevivência na selva e outro de defesa pessoal (sabe-se lá onde se escondem e como são esses marginais). Era a cidade do (no) jornal que incitava a constituição de práticas e de ações invisíveis,

Naquela manhã de quinta-feira, levei o jornal à minha mesa de trabalho para continuar a leitura. Sentei-me, enquanto lembrava que utilizo, com frequência, a agência da Avenida Álvares Cabral. E, por várias vezes, já precisei ir a agências de algumas dessas avenidas e/ou ruas. Aliás, qual habitante dessa cidade nunca passou próximo a uma delas? Todas dão forma, de algum modo, à cara de Belo Horizonte: como avenidas/ruas principais de bairros e/ou do centro, recebem os fluxos das ruas secundárias e põem em ligação regiões diferentes da cidade. Talvez porque eu reconhecesse isso intuitivamente, eis que, naquele momento, emergiu em meus pensamentos uma cena de assaltos em banco tomando Belo Horizonte, como um todo: em algum momento, *eles poderiam respingar em qualquer um de nós.*

Como fazer para sacar dinheiro com um mínimo

silenciosas e agora constitutivas de meu caminhar na urbe. Será? Fiquei pensando em meus pais, que não moram em Belo Horizonte: o movimento de uma cidade do interior constitui seus corpos. O andar mais lento, a fala simpática, a abertura em direção ao outro. Será que dariam conta de se precaver nos bancos contra os assaltos? Ainda bem que estão em Ponte Nova (tomara que essa mania não tenha chegado por lá).

Tratei de procurar, na capa do jornal, por algum vestígio da dengue. Lá estava ele, disposto sob a pequena chamada “SAÚDE”, em vermelho, no canto inferior esquerdo da página: “DENGUE AVANÇA RÁPIDO EM BH”. Segundo o pequeno texto da chamada, o número de infectados crescera 21% em uma semana, chegando a 18,6 mil pessoas com a doença, em 2010. No Estado inteiro, já havia o total de 149 mil notificações, com 19 mortes. O que fazer com essa informação? Seria possível que a Assembleia Legislativa tomasse alguma medida para impedir o avanço da dengue – da mesma maneira que discutia um projeto para impedir o avanço dos assaltos a bancos? Naquele momento, tive a nítida sensação de que o *Aedes* é ardiloso: minúsculo, taciturno e enxerido. Intromete-se no *mundo racional humano*, mas não está submetido às mesmas regras que os homens: escorrega-se, ao sinal do primeiro esforço de coerção pela lei. Aliás, parece encontrar sempre um jeitinho de se adaptar às situações: não deixa de namorar, nem de ter filhos; sacia-se com o sangue de suas presas e se esconde, sorrateiro, por baixo das ventas de qualquer sujeito. É força da natureza (uma força silenciosa e astuta), que nos lembra, a todo o momento, a nossa condição de animais, e balança a infalível capacidade humana de controle. Que vontade de socar esse mosquito. Não dei muita bola para as outras chamadas do jornal, e tratei de correr ao caderno *Gerais*, onde se dispunha a matéria completa.

Ao manusear aquele caderno, tive a sensação tátil de que ele estava muito anêmico: normalmente gordo e entupido de notícias, o *Gerais* daquele dia parecia estar mais leve e esguio. Será que naquela quinta-feira não haveria tanto a se dizer sobre o cotidiano da cidade e do Estado? Pelo menos, era o que suas seis vaporosas páginas pareciam insinuar<sup>96</sup>. Minha surpresa maior foi quando me deparei com um mapa de Belo Horizonte, na primeira página, com a manchete em fontes gigantes: “TRÊS VÍTIMAS POR DIA EM BH”. No mapa, havia o título: “Áreas de maior risco”. Como a dengue avança rápido, pensei. E já está fazendo três vítimas por dia? Em quais regiões? Em frações de segundo, percebi que eu misturara as notícias e meus olhos correram imediatamente para a parte superior do jornal, quando li: “SAIDINHA DE BANCO”. Aquele amontoado de frases e de imagens não

---

<sup>96</sup> Ao apanhar as notícias do *Gerais*, aquele emaranhado de textos pouco me afetara naquela quinta-feira, 13 de maio de 2010. Pegando outras edições, percebi que o número médio de páginas do caderno é esse mesmo (cinco a sete). Por isso, achei curioso perceber que pode haver uma relação entre peso do jornal e afetação pelos acontecimentos nele dispostos: o jornal me pareceu mais leve na medida em que suas notícias pouco afetaram minha experiência de leitura, ao passo que o contrário também pode ser tomado como válido (mais peso, mais afetação).



se referia à dengue: o mapa apresentava os principais locais em que ocorriam os assaltos após a realização de saques. Estava ali o detalhamento da manchete principal do dia.



Figura 13: Capa e terceira página do Caderno Gerais, 13 de maio de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Onde estaria então o avanço da dengue? Como identificá-lo na cidade? Concentrar-se-ia em quais lugares? Da mesma forma que os assaltos, seria possível identificar algumas regiões de maior concentração de *Aedes*? Foi então que, na terceira página do caderno, me deparei com a notícia sobre a dengue. Ela se dispunha na lateral esquerda, dividindo a página com duas outras notícias: ao lado – e em destaque maior –, uma matéria que criticava os atrasos para a instalação do parque de Serra do Curral, e, abaixo, uma notícia sobre a demolição de um prédio no bairro Anchieta – ambas as notícias referidas a lugares de Belo Horizonte. Quase não vi, acima da matéria sobre a dengue, a chamada “EPIDEMIA”, em fontes pequenas, tingidas por uma cor cinza claro. Não haveria motivo para pânico? O título “Dengue beira 150 mil casos” refletia o foco da matéria nos números: ao final do texto, um box intitulado “Minas” tentava despertar uma atenção especial na composição da notícia, com uma espécie de levantamento histórico numérico – de 2006 a 2009 o número de casos de dengue quase dobrou no Estado. Uma foto, em preto e branco,



de um presumível posto de saúde ilustrava a matéria, com a legenda: “Avanço da doença se reflete na procura por unidades de saúde”. Em quais unidades? Em que bairros? Qual era a unidade de saúde daquela foto, em que todas aquelas pessoas pareciam infectadas? Era próxima ao bairro Anchieta ou à Serra do Curral? O texto da notícia explicitava:

Em BH, a Região de Venda Nova é a que apresenta maior número de casos, com 4.523 confirmações. Em seguida, estão as regiões Norte, com 3.660 casos confirmados, e Noroeste, com 2.748. Dos 60 casos de dengue com complicações este ano na cidade, 11 foram registrados na última semana, sendo um na Região Centro-Sul; dois na nordeste; três na noroeste e cinco na Região Oeste da capital (Caderno Gerais, Estado de Minas, 13 de maio de 2010).

Uma Belo Horizonte, povoada de assaltantes a banco e de mosquitos infectados, parecia se desenhar em meus pensamentos. Voltei à primeira página do caderno *Gerais* e tentei reconhecer, no mapa de assaltos, encaixes entre as regiões mais infectadas pela dengue e as ruas/avenidas mais visadas pelos pilantras. No meu *ranking*, as avenidas D. Pedro I, Antônio Abraão Caram, Carlos Luz e a Rua Conceição do Mato Dentro se apresentavam como os maiores perigos. Entretanto, nem mesmo as regiões do bairro Anchieta e do futuro parque da Serra do Curral estariam totalmente livres dos mosquitos e dos assaltos. Naquele momento de leitura e de manuseio do jornal, a distância desses lugares me trazia alívio, mas a certeza de que eram trajetos constitutivos de minha circulação pela cidade fazia acender alguns alertas: sempre que preciso, sacaria dinheiro em algum *shopping* e evitaria transitar por esses bairros. Pelo menos essa foi a solução que me tranquilizou a mente – até me lembrar, logo em seguida, de que tinha marcado um almoço na casa de uma amiga, na região da Conceição do Mato Dentro, no sábado próximo. Certamente, proibiria qualquer convidado de ir aos bancos daquela rua. Minha esposa estava grávida – e se ela pegasse dengue? Pé no chão, resignação: era preciso viver a cidade e correr alguns riscos (que venha o almoço, mesmo que sobrevoado por uma nuvem de mosquitos). De tal sorte, a experiência de leitura dos fragmentos daquele jornal afetou, de algum modo, minha localização na (da) cidade: por conta dos vestígios da dengue, *contaminados por/em meio a* outros vestígios de acontecimentos urbanos, *meus percursos imaginários e físicos* por Belo Horizonte sofreriam cortes, cesuras e novas costuras – embora fugazes e atualizáveis, em espaços e tempos impossíveis de se prescrever.

### **A perseguição dos anúncios**

Da mesma forma que a experiência com o jornal, os vestígios da dengue no anúncio pareceram afetar incisivamente meus percursos por Belo Horizonte. Quanto a isso, é válido

destacar um aspecto relacionado ao próprio movimento de coleta desse material: se por um lado a experiência de catação dos jornais acabou se mostrando circunscrita à chegada matinal no local de trabalho, por outro catar os vestígios da dengue nos anúncios revelou-se em meio a espaços-tempos inusitados e não circunscritos, junto ao *fluir mesmo* constitutivo de minha vida na urbe<sup>97</sup>. Parece ser bem próprio aos anúncios *um-se-perder* em meio à cidade; por mais que suas logísticas sejam milimetricamente planejadas pelos profissionais de publicidade, uma vez lançados no espaço público, arrastam-se junto ao movimento próprio dos fenômenos urbanos: tornam-se fragmentos abertos e inusitados. Por isso, não há como separar a experiência de catação e de afetação com os anúncios dos meus próprios contextos de circulação na cidade. As narrativas que vêm a seguir se esforçam por evidenciar esse aspecto.

Em outubro de 2009, resolvi abrir mão do meu precioso tempo para fazer um sacrifício em nome do equilíbrio doméstico: ajudar minha esposa a carregar algumas compras na tradicional Feira de Artesanato de Belo Horizonte, mais conhecida como *Feira Hippie* – que acontece sempre aos domingos, em alguns dos principais quarteirões da Avenida Afonso Pena, no centro da cidade. Na feira, vende-se de tudo um pouco: de roupas, sapatos e acessórios a comidas, bebidas e guloseimas, passando por móveis, quadros e objetos de decoração artística. Por conta da fama dos preços mais baratos, torna-se um local de grande aglomeração de pessoas tanto de Belo Horizonte quanto de diversas regiões de Minas e até de visitantes de outros Estados (muitos vêm à feira para comprar grande quantidade de produtos e revender por um preço mais alto em suas localidades). Naquele pitoresco lugar, reúnem-se duas das coisas que mais me deixam entediado e completamente mal-humorado: o ato de comprar (não apenas de comprar, mas de pesquisar preços, de pechinchar, de ir e de voltar a um mesmo local diversas vezes, de admirar produtos expostos, de encontrar conhecidos e de ficar horas conversando em pé

---

<sup>97</sup>Sabemos, de modo mais amplo, que esse cenário sugere diferenças nas lógicas particulares de produção e de circulação do jornal e do anúncio: o primeiro é marcado por uma periodicidade pré-definida, e distribuído em meio a um conjunto de assinantes e a uma rede de bancas de revistas espalhadas pela cidade; enquanto o segundo orienta-se por vinculações a campanhas que não seguem uma lógica serial e que se valem tanto de uma distribuição dirigida a públicos específicos, quando de uma entrega massiva a qualquer sujeito, ganhando o espaço público em função de inúmeras motivações. Entretanto, é necessário ressaltar que a experiência com o jornal não pode ser reduzida a sua lógica sequencial de produção e de circulação – haja vista inclusive que nossa experiência de pesquisa não se reduziu à experiência de catação. Dito por outras palavras, nossa relação com os jornais não se pautou por um ordenamento sequencial de chegada dos mesmos, mas pelo tensionamento que tais jornais estabeleceram tanto no momento de suas chegadas ao cotidiano quanto na ocasião em que foram selecionados e lidos conjuntamente, como fenômenos empíricos diante de um pesquisador. Por isso, não se pode também resumir a experiência que os sujeitos têm com as notícias ao momento em que as mesmas se apresentam primeiramente em seus cotidianos: elas podem ser recuperadas em conversas futuras; podem ser (re)lidas em momentos posteriores aos da chegada; podem ser tensionadas junto a outras notícias; podem provocar aberturas no tempo, como veremos adiante *no item 2.3 Memória*. Estes, dentre outros, talvez sejam aspectos importantes que aproximam as lógicas de experiência das materialidades do jornal com as lógicas de experiência das materialidades do anúncio.

com o sol à pino e com os músculos distendidos pelas compras dispostas nos braços) e a aglomeração de pessoas (é muita gente que circula entre as barracas, o que me deixa com vontade de sair correndo). Minha aceitação e resignação por estar num ambiente como esse normalmente dura no máximo cinco minutos, ou até que me presenteiem com uma boa pisada nos dedos dos pés. Mas nesse dia, uma doce alma parece ter adentrado em meu espírito ao me guiar pelas andanças na feira, sem que o ato de comprar e que a aglomeração de humanos devolvesse ao mundo um ser completamente enfadado. Talvez tenha sido um anjo que tocara meu coração: foi um período em que minha esposa estava prestes a engravidar, e meu instinto paterno e de *macho-alfa* deveria estar mesmo em alta.

Após passear pela feira com um comportamento que nem eu mesmo acreditara, decidimos almoçar – já estava quase perto das 13 horas. Fomos a um restaurante chinês em que eu muito frequentava nos primeiros anos em que me mudei para Belo Horizonte: bem no início da Rua Goiás, via pública paralela à Avenida Afonso Pena, lá estava ele, localizado no segundo andar de um antigo prédio e ciceroneado por aquele típico fragmento de escada da Igreja da Penha. Depois de vencido o obstáculo, chegamos (bufando) ao salão principal, que evidenciava a simplicidade congelada daquele lugar. Servimo-nos e nos assentamos numa mesa qualquer. Lá pela quinta garfada, sou atraído por uma coisa pregada na parede oposta a meus olhos, que me parecia muito familiar. Fitei aquilo com calma: era um cartaz que, pelos rastros mal definidos, parecia ter vindo de uma impressora doméstica. Quando consegui ler a chamada em fontes bem destacadas, “ATENÇÃO, BH”, identifiquei do que se tratava: era o anúncio da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que fazia parte da então mais nova estratégia de combate à dengue (chamada “Aliança contra a Dengue”), e que detinha o mesmo padrão estético do anúncio em que estava a Dona Waldívia, apresentada no item 2.1 *Reciprocidade*.

“Olha ali, o anúncio da Prefeitura sobre a dengue”, comentei alto na mesa. Desde maio daquele ano, eu já tinha tido contato com aquela peça no site da PBH. Lá, dispunha-se um estímulo para que órgãos comerciais e diversas organizações em geral “baixassem” os anúncios da campanha, na forma de cartazes, para imprimí-los e afixá-los em suas sedes. Quando vi aquele anúncio colado na parede do restaurante chinês, pensei: não é que realmente algumas pessoas imprimiram aquelas peças? Mas em momento posterior levantei a suspeita de que, talvez, aquela impressão tivesse sido estimulada por outras estratégias: o restaurante localizava-se bem no centro entre dois órgãos da PBH, e quiçá os proprietários chineses tenham sido convidados a imprimí-la por algum funcionário responsável pela campanha – ou talvez tivessem ganhado já aquele cartaz impresso. Qual estabelecimento comercial recusaria afixar em seus domínios uma informação de destaque para controlar um problema de saúde pública, a pedido de funcionários públicos responsáveis por tal controle – que ainda eram clientes fiéis do referido estabelecimento? Suspeitas à parte, nessa

versão do anúncio, a imagem em destaque era da médica dermatologista Adriane Gomes, e o texto, acima de sua imagem, assim dizia: “Eu sou médica e nunca pensei que a dengue fosse me atingir. Tive dengue hemorrágica, o estágio mais grave da doença”. Após a chamada “ATENÇÃO, BH” havia o texto em vermelho: “o risco de epidemia de dengue é alto”. E a parte inferior da peça, continha um *box* com as mesmas informações da versão em que se apresentava Dona Waldívia: “Faça a sua parte: não use pratinhos nos vasos de

“Eu sou médica e nunca pensei que a dengue fosse me atingir. Tive dengue hemorrágica, o estágio mais grave dessa doença.”

Adriane Gomes – Médica dermatologista

**ATENÇÃO, BH**  
O risco de epidemia de dengue é alto

**FAÇA A SUA PARTE**

- Não use pratinhos nos vasos de plantas
- Coloque os pneus em locais protegidos das chuvas
- Guarde as garrafas vazias de boca para baixo

PARA INFORMAÇÕES, LIGUE SUS-BH:  
3277-7722  
www.pbh.gov.br

**PREFEITURA DE  
BELO HORIZONTE**

Figura 14: Cartaz publicitário Dengue, PBH, 2009  
Fonte: PBH

plantas; coloque os pneus em locais protegidos das chuvas; guarde as garrafas vazias de boca para baixo”.

Após acabarmos de almoçar, convidei minha esposa para vermos o cartaz de perto. A médica estava de branco, com uma expressão que eu não conseguia bem ao certo definir: timidez? preocupação? cara de foto 3 x 4? Apenas percebi, afixada na parede, que ela parecia nos olhar “do alto”, como se fosse um ser inatingível que de repente foi picada pelo *Aedes*. Sua roupa branca contrastava com os cheiros do restaurante e as cores fortes das comidas. Se Dona Waldívia aparecia referenciada como moradora da regional norte, Adriane Gomes não tinha lugar: na legenda da foto, era simplesmente *médica dermatologista*. Se até ela, resguardada por um ambiente de assepsia e de conhecimento científico – supostamente protegida da sujeira e da contaminação da experiência – adquiriu dengue, o que se dirá de nós, pobres humanos que acabamos de vir da Feira Hippie, carregados de bactérias, de gordura no corpo e de aperto de mãos do comércio? Seríamos as próximas vítimas, nós e todos aqueles presentes no restaurante chinês. Saímos daquele lugar e olhei ao redor: algumas

poças d’água pairavam logo na frente do restaurante, próximas ao meio fio. Mostrei-as à minha esposa e tomamos um andar rápido em direção ao carro. Rimos de nós

mesmos, mas confesso que, intimamente, me deu muita vontade de tomar um banho e de arrancar as bactérias da rua do meu corpo (como se isso pudesse afastar o nosso amigo *Aedes*). Enquanto isso, perguntas e mais perguntas na volta para casa: “Você está fazendo uma análise dessa campanha? Você acha que ela será efetiva para acabar com a dengue?”. E eu, tentando explicar: “Não estou fazendo análise da campanha... quero estudar como os anúncios e os jornais constituem formas de experiência com o problema da

dengue”. Tentei ser mais didático, mas percebi que não sabia bem ao certo como falar. Naturalmente, nos distraímos com amenidades cotidianas.

Quando fui tomado pelo anúncio da médica no inusitado contexto do restaurante chinês, uma experiência também inesperada se constituiu com aquele vestígio da dengue: por mais que eu já tivesse tido algum contato anterior com aquela peça no *site* da PBH, ao ser interpelado por ela numa situação diferente, pude pensar na altivez daquela médica e reparar sua presumível expressão de impassibilidade. Parecia que, para ela, a dengue não detinha dimensões acontecimentais: era como se não a tivesse afetado, a ponto de não lhe trazer quaisquer rugas ou ajuntamentos musculares de expressão, naquele momento em que se punha como interlocutora sobre o assunto. Após a doença – do tipo hemorrágica – ela parecia apenas continuar por lá, com suas roupas brancas, apática e supostamente *fora da experiência*. E veio de seu mundo para deixar um recado aos pobres mortais. Tive vontade de formular uma pergunta a quem elaborou essa campanha: se alguém presumivelmente inatingível adquiriu dengue, em que medida a PBH convida-me a *fazer a minha parte* ao mesmo tempo em que usa a imagem da médica para tentar se justificar perante o espaço público, caso algum *de nós* adquira a doença (*se até ela, por que não vocês, seus cidadãos indolentes...*)?

Tudo aquilo se passava em minha mente no trajeto de volta para casa. Curiosamente naquele dia, tomamos o caminho da Avenida Alfredo Balena, clássica em Belo Horizonte por reunir alguns dos principais hospitais e centros de saúde da cidade. Fiquei olhando para aqueles prédios, e tal qual Canevacci (1993, p. 23) pelas ruas de São Paulo, me senti observado “como se tivesse sido arrastado e imobilizado pelos ‘olhares’ que várias subjetividades de alguns edifícios lançam sobre mim”: ali era o mundo dos médicos, o mundo dos *sem-lugares*, daqueles que nos olham de cima e prescrevem textos para lidar com doenças. Estaria Adriane Gomes transitando por aqueles corredores? Senti-me perseguido pelo anúncio: por mais que eu tentasse fugir, ele parecia se materializar de novo pelos olhares dos hospitais. Mas não seria eu, o pesquisador, que estaria perseguindo as materialidades da dengue? Naquele exato momento, não sabia bem ao certo *quem caçava quem*. Ao chegar em casa, fiz algumas anotações que me permitiram coser, nesse instante, essa narrativa.

Os meses se passaram e curiosamente levei um susto danado menos de um ano depois. Em junho de 2010, numa fria manhã de sábado, acontecia a festa junina da escola em que minha esposa trabalha. Decidi acompanhá-la, agora já grávida, a um mês de ganhar nossa pequena. Seus alunos entusiasmados cumprimentavam-na com votos de euforia e de inquietude juvenil. Sentamo-nos à mesa com um casal de amigos, já com duas filhas. O pai apaixonado e entusiasmado me disse: “sua vida vai mudar completamente para melhor”. Eu observava como ele alimentava a filha mais nova de dois anos com cachorro quente: a

pequetita sorria à beça, enquanto sujava-se de molho e agradecia, com beijinhos, a comida dada pelo provedor. Que cena bonita, pensei. Será que eu daria conta de ser um bom pai? Tomamos um caldo e comemos um churrasco. Antes de ir embora, minha esposa quis dar um último passeio pelos ambientes para despedir-se de alguns colegas. Nesse momento, quando passávamos próximos à secretaria da escola, o leitor poderá imaginar quem avistei afixada numa das paredes? A médica Adriane Gomes, materializada naquele mesmo cartaz que parecia ter sido “baixado” e impresso domesticamente, como no restaurante da Rua Goiás. Aquilo mais se assemelhava a um encontro familiar: “veja só, aquela médica do restaurante chinês, você se lembra?”, interroguei à minha esposa. Ela não se lembrava tão fortemente quanto eu e nem deu muita atenção ao meu comentário. Passamos pela médica, mas fiquei encucado com sua presença na escola. Como seria sua participação naquele contexto escolar? No momento da festa, teria sido notada por alguém, além de mim? Possivelmente não: parecia estar sempre à parte de nossa folia, e por isso não se misturava conosco. Seu lugar era apenas o da prescrição, e não o da experiência.

Além dos encontros do restaurante chinês e da escola, tal imagem me perseguiu mais algumas vezes. Estava, um dia, na Rua Espírito Santo, e quem vejo estampado na traseira do ônibus que estava à minha frente? O anúncio da médica com seu semblante enigmático de Monalisa (às vezes, parecia até sorrir). Rapidamente, quando abriu o sinal, escafedeu-se no espaço das ruas. Foi como se me desse o recado: “estou de olho em você”. Para muito além de uma insinuação amorosa (sou um cabra de respeito!), sentia-me vigiado por aquele anúncio que me fazia radiografar algum possível foco de dengue que estivesse ao meu redor – embora logo em seguida eu me pegasse distraído com qualquer outra interpelação da cidade. Embora eu tenha sido perseguido umas duas ou mais vezes por essa imagem, digo ao leitor que, pelo menos no período dessa pesquisa, nenhuma experiência de perseguição de anúncios pela cidade pode ser comparada à supremacia da campanha “Agora é guerra. Todos Contra a Dengue”.

Eis que Belo Horizonte, a partir do segundo semestre de 2010, se viu endemicamente contaminada pelo vermelho sangue e pelo *slogan* acima descrito, disposto em adesivos para carros e para motos, em panfletos impressos, em banners eletrônicos, em plotagem de caminhões e de traseiras de ônibus (esta última conhecida como *busdoor*), em cartazes, dentre outras peças. Um dia, quando cheguei ao meu setor de trabalho, vejo afixado no mural de recados o cartaz com os dizeres “Agora é Guerra. Todos Contra a Dengue. Alto Risco de Epidemia. Faça a sua parte. Governo de Minas”. Quem o tinha afixado? Fora um colega de outro setor que prestava um serviço para a Secretaria Estadual de Saúde – fiquei sabendo. Em meu transitar pela cidade, comecei a enxergar o adesivo do “Agora é Guerra” em alguns carros e no compartimento de muitas motos, e achei, no mínimo, curioso – como as pessoas o tinham afixado em seus veículos? Foi então que fui ao site do Governo do

Estado<sup>98</sup> e me deparei com o novo conceito da campanha de controle da dengue: a proposta apelava para atributos e símbolos de guerra para chamar a atenção dos cidadãos e convocá-los a lutar pelo controle da doença no Estado (inclusive, mencionamos no item anterior como os jornais deram ampla divulgação a tal conceito). Num primeiro momento, não sabia muito como me posicionar diante daquilo. Carregava eu uma suspeita de que fazer referências à guerra para exterminar um mosquito parecia ser uma evidência grande de desespero por parte do poder público – junto a um impulso enorme voltado a controlar aquilo que tinha se mostrado, nos últimos anos, verdadeiramente irrefreável.



Figura 15: Cartaz publicitário Dengue, Governo de Minas 2010  
Fonte: Governo de Minas



Figura 16: Adesivo publicitário Dengue, Governo de Minas 2010  
Fonte: Governo de Minas

De todo modo, não poderia deixar de reconhecer que, pelo menos em termos de tomada de informações sobre o “Agora é Guerra”, não conhecia viva alma belorizontina que nunca tinha se deparado com esse emblema, desde o final de 2010. No início de sua disseminação, eu ficava contando os carros que tinham o adesivo enquanto estava parado no sinal ou circulando de ônibus coletivo. Levava aquele susto curioso – para não dizer epifânico – todas as vezes que olhava para frente ou para o lado, enquanto dirigia ou me portava na janela do coletivo, e observava o grito vermelho daquele decalque diante dos meus olhos (e dos olhos de *muitos*). Até que um dia pela manhã, quando resolvi tomar um caminho diferente para ir ao trabalho, me deparei com uma cena, no mínimo, reveladora: estava de carro e ao parar no sinal do cruzamento entre as Avenidas Getúlio Vargas e Cristóvão Colombo – no coração da Savassi<sup>99</sup> – eis que avisto um bando de jovens de

<sup>98</sup> O endereço eletrônico é: <http://www.saude.mg.gov.br>. Acesso em 11 de março de 2011.

<sup>99</sup> Savassi é um bairro localizado na região centro-sul de Belo Horizonte. É bastante conhecido pelo número e pela variedade de bares, bem como pelo amplo comércio que se instala na região (inclusive com a presença de um mercado de alto luxo). Seu nome remonta à Padaria Savassi, pertencente ao

beleza e simpatia, moças e rapazes, com blusas de cor doce-de-leite seladas com o emblema “Agora é Guerra. Todos Contra a Dengue”. Eles se aproximavam dos carros e das motos e ofereciam não apenas o adesivo da campanha, mas a sua afixação nos veículos. Abri o vidro e um rapaz se aproximou: “Bom dia! Você deseja que eu afixe o adesivo no seu carro?”. Respondi: “Não, obrigado, gostaria apenas de levá-lo”. “Perfeitamente! Excelente dia!”, respondeu entusiasmado o rapaz. Não me falou nada sobre a dengue. Não me disponibilizou nenhuma informação sobre a campanha. Parecia querer cumprir metas de afixação: após me entregar o adesivo, pôs-se a interpelar o carro de trás. Ao meu lado, observava uma moça abordando uma Kombi e atendo uns dez adesivos ao redor de sua lataria. Fiquei um pouco atônito, e na hora não sabia o que pensar sobre aquilo que acabara de ver. Apenas tive a sensação de que descobrira a razão de tantos adesivos pregados em carros, circulando pela cidade: as estratégias da campanha envolviam tais abordagens, e eu acabara de me encontrar com um dos pontos de distribuição e de colagem de adesivos. Quem se negaria a afixar ou a no mínimo levar um adesivo? Quem se manifestaria publicamente contra o adesivo naquele rápido diálogo com os agentes de divulgação – se tal manifestação poderia se configurar como um *não* à própria campanha de combate ao vetor?

Por muitas vezes em que tomei esse trajeto, fui perseguido por esses agentes. Nas outras ocasiões, simplesmente fechei o vidro. Eles não pareciam se importar muito com minha atitude – estavam apenas trabalhando. Ainda hoje (junho de 2011), é difícil tomar um caminho na cidade em que não apareça pelo menos um veículo, estacionado ou em movimento, tatuado com o adesivo do “Agora é guerra”. Numa tarde de sábado, quando transitava de carro no bairro Floresta (zona leste da cidade), quase bati na traseira de um automóvel importado que trazia o adesivo da campanha colado em seu para-choque: o motorista estava a 20 km por hora, e ainda freou o carro abruptamente à minha frente, numa rua tranquila. Na hora pensei: “Pô, dengue, além de ficar me perseguindo vai me fazer bater o carro?” Um sujeito que estava no passeio e percebeu minha impaciência disse que a motorista era uma senhora idosa que aparentava estar com muito medo de dirigir. Relevei tudo, e até fiquei condoído com sua condição de nervosismo.

Além dos adesivos, várias estratégias da campanha pareciam se vincular a esforços de circulação do emblema. Um dia, quando passava eu perto do terminal rodoviário de Belo Horizonte, fui acometido por grande surpresa: avistei estacionados a um pátio público (próximo ao terminal) cerca de dez caminhões-baú com o emblema do “Agora é Guerra” amplamente aplicados às suas duas laterais. Vários ônibus coletivos insurgiam – e ainda insurgem – próximos a mim com o “Agora é Guerra” exibido em suas traseiras. Nos

---

italiano Amilcare Savassi, que durante muitos anos manteve seu comércio na praça Diogo de Vasconcelos, a partir dos anos 30. (fonte: [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br). Acesso em 28 de agosto de 2011).



primeiros meses de disseminação da campanha, ficava ora satisfeito – os anúncios invadem a cidade! – ora incomodado – o que dizer dessa invasão? – com tamanha perseguição. Com o passar do tempo, notei que me acostumava com o emblema nas ruas, e simplesmente, por alguns momentos, sequer o notava – assemelhava-se a uma parte naturalizada e invisível da cidade. Entretanto, ainda hoje o “Agora é guerra” às vezes parece ressurgir junto a contextos novos que se configuram no fluir mesmo dos trajetos. E às vezes também se perde dos meus olhos, em meio ao movimento disperso e complexo da própria urbe.

### **Descontinuidade num fundo de continuidade**

Na visada relacional que nos orienta, já sabemos que os movimentos de leitura dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal ora apresentados situam-se para muito além de uma questão de aquisição de conhecimento: são experiências em afetação, abertas por mundos no papel que se constituem por um *tecido* e por um *tecer*. Vimos também no item 2.1 *Reciprocidade* que as dimensões acontecimentais de tais vestígios aparecem contaminadas por outros acontecimentos, na medida em que as formas de experiência pública encarnadas nessas materialidades se expressam em meio a uma complexidade de experiências simultâneas dos sujeitos e das próprias materialidades. Entretanto, podemos igualmente admitir que, para além da expressão de uma *reciprocidade promíscua*, uma dimensão acontecimental desses vestígios da dengue também emerge na experiência pública *ao afetar os percursos* dos sujeitos, das materialidades e das ruas na (da) cidade. Dito por outras palavras, as dimensões acontecimentais da dengue insurgem nas materialidades comunicativas do anúncio e do jornal revelando componentes de sentido e de presença que se relacionam à circulação, a direções e a movimentos na (da) cidade – indicando e/ou suprimindo caminhos físicos e imaginários, espacializando a dengue por onde transitamos, insinuando trajetos nos lugares de experiência dos textos (das ruas e das materialidades comunicativas). Mas em que medida podemos efetivamente considerar o argumento de que *dimensões acontecimentais da dengue, tomadas nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal, incidem junto a percursos urbanos?*

Como já vimos em tópicos anteriores, Lefebvre (2008) defende que o fenômeno urbano não se dispõe num único sistema de significações, mas em vários – o que já nos fez aceitar que uma fisionomia das cidades e da comunicação urbana não se materializa apenas por suas ruas, mas também por outros lugares de experiência nos quais se incluem as materialidades do anúncio e do jornal. O autor ainda salienta que a cidade não é uma totalidade: ela se expressa, portanto, sempre por fragmentos urbanos (Lefebvre, 1969), imbuídos de uma virtualidade e encarnados em práticas de escritura engendradas socialmente. É nesse sentido que Fonseca (2008, p.13) igualmente já insinuou que a

*práctic* torna-se um caminho para analisar a cidade: ela se constitui no cotidiano e é “comandada pelas circunstâncias, pelas performances, pelo imediato”, junto àqueles que vivem no espaço urbano – ao passo também que, em meio a ela, revela-se “uma ordem mais global que organiza as relações numa sociedade”. Diante disso, e sendo a dengue uma experiência que se constitui em contextos típicos da cidade moderna, podemos tomar a *prática de leitura* de seus vestígios no anúncio e no jornal enquanto uma *prática urbana*? Sim, é o que nos parece; e a compreensão de tal aspecto torna-se passagem obrigatória para a constatação de que dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal incidem junto a percursos urbanos. As questões que se seguem revelam-se como nucleares para a sustentação dessa proposição.

No exemplo dos contextos de comunicação ora relatados, é possível perceber, de modo mais amplo, que *a leitura do anúncio e do jornal participa de um certo habitat urbano*. Dito por outras palavras, tal questão indica que não há como decantar a experiência de leitura de tais materialidades da experiência na (da) própria cidade. No caso dos anúncios – pelo menos tendo em vista as narrativas lançadas – tal vinculação parece se expressar por uma ontologia mesma entre anúncio e cidade: as peças publicitárias se movimentam pelos textos das ruas; interpelam os próprios traçados (estes últimos sempre constituídos pelos usos dos sujeitos, na visão de Lefebvre (2001)) pela urbe; expressam diversas cidades, em interação com os habitantes: uma Belo Horizonte vermelha, supostamente em alerta; outra pálida, marcada pela morte de pessoas (a filha de Dona Waldívia) e pelo fantástico (seres fora da experiência adquirindo dengue...); e outras tantas *Belo-Horizontes*, a depender de como se constrói, *em fluxo*, as interações entre materialidades, sujeitos e contextos urbanos. É assim que os vestígios da dengue no anúncio inserem-se, portanto, em duplo movimento em direção à cidade: enraízam-se num território urbano sempre mobilizado pelos usos dos sujeitos – são *vestígios na cidade* de Belo Horizonte – como também se instituem, simultaneamente, como um *território mesmo*, encaixado em meio aos outros amplos e abertos territórios que são parte de uma Belo Horizonte em permanente constituição – configuram-se, portanto, como *vestígios da cidade* que devém (de uma urbe possível, dentre tantas outras).

No caso do jornal, esse duplo movimento também parece ser constitutivo de suas formas de experiência: tanto o ato de ler as notícias acontece num espaço urbano – ainda que imaginado ou projetado pelo leitor que, por exemplo, vive no campo<sup>100</sup> (*vestígios na*

---

<sup>100</sup> Uma dicotomia entre rural e urbano sempre foi constitutiva tanto dos estudos que se voltam a investigar a cidade moderna quanto de demais pesquisas dirigidas a problematizações do espaço rural (Lefebvre, 1969; Graziano da Silva e Campanhola, 2000; Favareto, 2007). Inicialmente tomados como âmbitos opostos do ponto de vista exclusivamente econômico-setorial (rural como local das atividades primárias e urbano como local do processamento e da transformação da matéria prima em objetos de uso), as abordagens contemporâneas tendem a enxergar rural e urbano como categorias

*cidade*); quanto as próprias notícias instituem-se como um encaixe em meio aos outros encaixes que conformam a urbe (*vestígios da cidade*). Quanto a isso, é válido lembrar que as próprias formas de experiência engendradas em torno da composição da notícia sobre a dengue constituem-se também como um *experienciar a cidade*: para escrever as matérias, os jornalistas precisam viver Belo Horizonte; tomar caminhos de uma cidade que imaginam; transitar e investigar os espaços físicos da urbe (como os postos de saúde, no exemplo que perseguimos); entrevistar cidadãos e buscar números com especialistas; fotografar a cidade; escrever uma cidade na fundação técnica do texto jornalístico, *insinuando uma experiência urbana possível aos leitores do jornal*<sup>101</sup>. Em relação a estes últimos, tomemos como base minhas próprias narrativas: a partir delas, é possível perceber que a leitura do jornal não se dissocia do início de meu mundo do trabalho e organiza/dispõe fragmentos *na* e *da* cidade que se tornam vivos e interferem na minha localização em/de Belo Horizonte. Sobre o relato de minhas leituras, mais uma vez é urgente ressaltar: não guardo o intuito de sugerir que minha experiência configura-se enquanto um exemplar típico do que seria uma prática urbana genuína de leitura do jornal. Ela constitui-se como uma experiência *possível*<sup>102</sup>, em meio a outras tantas semelhantes e/ou distintas, embora tomadas por um aspecto aglutinador: de algum modo, todas elas revelam essencialmente *uma forte ligação entre viver a (na) cidade e ler o jornal*.

Em Mouillaud (2002, p. 69), podemos vislumbrar essa ligação tomando por base sua noção de *cartografia*, de modo que “a disposição dos acontecimentos em um jornal possui uma analogia de um mapa”. Tal ideia pode ser desmembrada em duas vertentes que se constituem mutuamente: 1) valendo-se da existência de coordenadas e de eixos fundados naquilo que *acontece*, o jornal *mesmo* pode ser tomado enquanto mapa; 2) além disso, a

---

sociais em dialética e em transmutação conjunta, em busca de superar um olhar exclusivamente setorial no entendimento de tais domínios. É assim que uma compreensão centrada na noção de “Abordagem territorial” (Graziano da Silva e Campanhola, 2000; Favareto, 2007) tem se mostrado válida para a problematização de tais âmbitos, na medida em que os toma *em relação*, a partir de uma série de *dinâmicas territoriais* que os constituem enquanto categorias sociais – dos pontos de vista produtivo, de lazer, político e cultural. Quando dizemos que o ato de ler o jornal acontece no espaço urbano, ainda que este se constitua como um espaço imaginado ou projetado pelo leitor que vive no campo, desejamos salientar que: 1) rural e urbano são instâncias em relação – e portanto em transformação conjunta; 2) A experiência urbana não se reduz ao espaço físico das ruas, já que a cidade também se expressa por fragmentos em outros âmbitos sociais de experiência (como o jornal, o livro, a televisão, etc.); 3) Ao constituir uma cidade possível, ler o jornal, ainda que no contexto social do campo, é ler a cidade que se projeta da relação de leitura – tanto quanto as tensões e dinâmicas territoriais que posicionam a cidade em relação aos ambientes rurais.

<sup>101</sup> É importante ressaltar que as relações entre a comunicação e o viver urbano são recorrentes na literatura, tanto em abordagens clássicas – como as da Escola de Chicago (Robert Park (1979) tematizou fortemente inter-relações entre jornal e meio urbano) – quanto em abordagens mais recentes – como os estudos na perspectiva assumida por autores como Néstor Garcia Canclini (2002) (este que problematiza a cidade como espaço social e físico e como instância instituída pelas formas imaginadas pelos meios de comunicação).

<sup>102</sup> Inspirados por Braga (2008), lembramos que a busca de *possibilidades de*, e não de generalizações totalizantes, torna-se elemento central na construção metodológica desse trabalho e na conformação do problema de pesquisa dessa tese, cunhado no campo da comunicação.

noção de cartografia do jornal torna-se válida a nossos intentos uma vez que parece insinuar um tensionamento entre um certo *arranjo espacial dos acontecimentos do dia* e uma *prática territorial de leitura do jornal*. Em relação à primeira vertente, Moulliaud (2002, p. 69) esclarece: “as regiões do mapa são dispostas horizontalmente. O mapa não tem centro nem periferia, nenhum ponto de onde parte a vista, nem horizonte. No jornal, os acontecimentos, tornando-se informações, também perdem a relação de próximo e de distante que os separa territorialmente”. Num mapa *mundi* disposto horizontalmente sob meus olhos, posso, por exemplo, estabelecer aproximações (uma perda da distância) entre a Colômbia e a Holanda, ao tratar das questões ligadas ao tráfico de drogas: neste caso, o mapa é um recurso como também é um mundo próprio que se abre naquele instante e produz localizações espaços-temporais. Da mesma forma, quando li o jornal de 13 de maio de 2010, as notícias sobre a “saidinha” de banco e o avanço rápido da dengue em BH tornaram-se *próximas*, naquela prática de leitura que se pautava pelo perigo, pelo avanço e pela invasão de assaltantes e de mosquitos (como outras aproximações e demais encaixes imprevisíveis podem ter sido produzidos por outros leitores, sempre rebeldes e flutuantes, ou mesmo poderiam insurgir de mim, em outras práticas de leitura cravadas em contextos distintos). Naquele momento, esse gesto me levou a procurar aproximações entre os *perigos* dos assaltos e da dengue no desenho do mapa de Belo Horizonte disposto no jornal e a tirar algumas conclusões sobre os supostos lugares mais perigosos da urbe – afetando minha localização na cidade (como e por onde eu circularia) e de cidade (a dengue e os assaltos – os perigos – foram tomados como eixos válidos na minha própria concepção de vida urbana).

No entanto, é curioso também notar que, ao mesmo tempo em que destitui a distância entre acontecimentos, o jornal-mapa se expressa enquanto prática de leitura na medida em que tais acontecimentos, arranjados espacialmente, são tensionados pelo leitor em meio a uma visada territorial. Em relação a essa segunda vertente do conceito, Mouillaud (2002, p. 70-71) elucida:

uma diferença entre o jornal e o mapa permanece irreduzível. O mapa está liberto de sua origem, circula em todos os espaços, é utilizável por quem quer que seja. Já o jornal tem uma implantação em um território: nunca pode (ainda que tenda para o universal, como *Le Monde*) despir-se inteiramente da diferença do próximo e do distante. A ordem na qual situa os acontecimentos e a área que lhes atribui são tributárias do fato de pertencer a um território: os acontecimentos locais, nacionais e internacionais não são tratados na mesma escala. Desta forma, o jornal aparece como um local de tensão entre duas tendências antagonistas. Ele se coloca – e coloca seus leitores – no ponto de vista de uma totalidade (ainda que fosse aquela do vilarejo). Tende então a derrubar as referências da experiência concreta. Contudo, dado que está ligado a um território, imita do mesmo a percepção de próximo e de distante (Ibidem, p. 70-71).

A assertiva de Mouillaud é esclarecedora: as ligações entre as notícias sobre a “saidinha” de banco e sobre o avanço da dengue só se tornaram possíveis, dentre outros motivos, na medida em que tais acontecimentos se constituíram enquanto *fragmentos urbanos* – encaixes territoriais de Belo Horizonte, em meio a um amplo e infinito sistema composto por outros encaixes: a experiência de ir ao banco na Av. Álvares Cabral, o almoço de domingo próximo à Rua Conceição do Mato Dentro, a referência ao território de uma cidade do interior para cotejar os supostos novos modos de sacar dinheiro nas agências bancárias situadas em territórios belorizontinos – estes nos quais tais experiências ganharam presença e sentido. É assim que o autor francês entende que a totalidade dos acontecimentos dispostos no jornal é posta sob o julgo de uma leitura que acopla o *que acontece* a determinados contextos (ou territórios, nos termos de Mouillaud), sobre os quais insurgirão, em mimetismo, as percepções de *próximo* e de *distante*. Poderíamos produzir aproximações entre esse *acoplamento* dos acontecimentos do jornal em determinados contextos e a noção de *dispositivação* com a qual temos trabalhado junto à compreensão da relação entre experiência e texto? De modo mais específico, seria possível considerar que, na atividade de leitura na (da) cidade, as percepções de próximo e de distante estariam afetadas por dispositivos – textos dentro de textos – que fazem insurgir outros lugares de experiência em meio ao lugar de experiência do jornal?

Tais questionamentos – que também podem ser estendidos aos vestígios da dengue no anúncio – parecem sugerir que as práticas de leitura (como investidas urbanas postas sob um olhar comunicacional) constituem-se por um *tecerdifuso* e inacabado: expressam-se enquanto *percursos* (deslocamentos, itinerários, andanças) por entre lugares de experiências porosos, justapostos, atualizáveis e acessáveis<sup>103</sup>. A forma que tangibiliza esses percursos é a da *narrativa*: como nos lembra Certeau (1994), a experiência urbana se constitui por uma prática de escritura ambulante, conformada por relatos (metáforas) que atravessam e organizam lugares. São *percursos de espaços*, marcados pela rebeldia de um cidadão-leitor que lida com os *próprios* (o anúncio, o jornal, o traçado das ruas, o fluxo do trânsito) que lhe são impostos, a partir de movimentos de relato e de narração que o fazem percorrer, inusitadamente, diversos lugares. Tais percursos não se valem de uma orientação cartesiana: longe de produzirem itinerários retilíneos e escolhas racionalmente orientadas, insinuam trechos justapostos e difusos, andanças marcadas pela *interrupção*, pela *epifania* e pela *descontinuidade*. Quando imaginaria eu encontrar o anúncio da médica no restaurante chinês do centro da cidade, interrompendo meu agradável almoço? Como poderia prever que, em seguida, tomaria a Avenida Alfredo Balena na região hospitalar cujos prédios me interpelaram e se lançaram sobre minha experiência com a dengue

<sup>103</sup> Como já apresentado no item 2.1 *Reciprocidade*, tais lugares de experiência podem ser vislumbrados pela *díade espaço de experiências/horizonte de expectativas*, de Koselleck (2006).

(provocando uma descontinuidade naquele caminho que, embora afetado pelo olhar dos prédios, continuaria a me levar para casa)? E o que dizer sobre a leitura do jornal – descontínua, esquizofrênica, vinculante de mosquitos e de assaltantes, e produtora de um mapa, insólito e volátil, de perigos na cidade?

Benjamim (1987) já vislumbrou, há tempos, a descontinuidade como traço constitutivo da cidade moderna: em meio a impulsos comerciais, formas de exploração e imposição de traçados, o autor entrevê a figura de um novo narrador, conforme aponta Bessa (2006: web): “uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas”. Esse narrador, inspirado na figura do trapeiro/*chiffonier* de Baudelaire ou do catador de sucata e de lixo das grandes cidades, tece sua narrativa recolhendo os cacos, os restos e os detritos. Essa descontinuidade da cidade também parece ser constitutiva das materialidades do anúncio e do jornal: é bem próprio delas que interrompam o fluxo do cotidiano ao mesmo tempo em que se insiram junto a ele; como restos ávidos por um catador, misturam-se junto à complexidade da vida na cidade, aguardando uma narrativa que as apanhe; perseguem as investidas urbanas dos sujeitos, justapondo percursos e tomando parte no infinito e desorganizado sistema de encaixes das práticas urbanas.

Justamente por nascerem enredados junto à cidade e às materialidades, podemos compreender que os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também se instituem e se lançam ao mundo essencialmente pelo traço da *descontinuidade*. Mas, afinal, o que essa proposição indica sob o ponto de vista de uma dimensão acontecimental desses fenômenos? Aqui chegamos ao argumento nuclear dessa seção. Dentre os inúmeros traços que revelam a presença de dimensões acontecimentais nas práticas urbanas de leitura do anúncio e do jornal – ou, utilizando nosso raciocínio, nesses *percursos de espaços* –, a *descontinuidade* aparece como uma das distinções de relevante proeminência. De modo mais específico, podemos considerar que os vestígios da dengue no anúncio e no jornal *afetam* os percursos na (da) cidade na medida em que, dentre inúmeros outros movimentos, provocam *descontinuidade num fundo de continuidade*. Recorramos a Queré (2005, p. 61-62) que reconhece a descontinuidade como um dos traços constitutivos do acontecimento:

O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade (...) esta descontinuidade provoca surpresa e afeta a continuidade da experiência porque a domina. Por isso, fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos. (...) É preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal.

Eis que, no transitar pela cidade, irrompe-se diante de mim o “Agora é Guerra: todos contra a dengue”, quase como que tatuado na traseira do carro da frente. Uma

descontinuidade no trajeto anuncia-se: a interpelação provocada pelo anúncio abriu outros lugares de experiência, fraturando aquele caminho contínuo; entretanto, o fluxo dos carros se escoou, logo ao verdejar do sinal de trânsito. Uma interrupção da leitura do jornal se expressa na medida em que assaltantes e mosquitos são postos em relação: procuro por interseções e correlações no mapa de Belo Horizonte; no entanto, a leitura continua e percorre outros espaços do jornal. A partir desses e de inúmeros outros exemplos possíveis, é importante dizer que a descontinuidade não cessa a continuidade (e a recíproca também é verdadeira): ambas não são movimentos sequenciais, mas *simultâneos*. O sinal de trânsito que se abre não me impede de percorrer outros lugares de experiência na minha imaginação, abertos pelo adesivo da dengue que me interpelou (nesse caso, há que se tomar um grande cuidado para que a imaginação não seja dispersiva o bastante e não provoque nenhum acidente...). O caminhar pelo jornal diante de outras notícias convive coma afetação das proximidades encontradas entre os perigos da dengue e dos assaltos. É assim que as dimensões acontecimentais revelam-se enquanto paradoxos – jogos do sentido e do não senso, caos-cosmos –, e são recuperadas por Deleuze (2007, p.1) a partir de metáforas da figura de Alice:

Quando digo: “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela também se torna menor do que é agora. Sem dúvida, não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ela se *torna* um e outro. Ela é maior agora e era menor antes. Mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. Pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo.

Inspirados pela figura de Alice, tomemos as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue como rupturas e prosseguimentos; cesuras e tessituras; percursos de leitura afetados por cortes, cujos fluxos não se estacionam: seguem infinitamente, perseguem a cidade. Em seus itinerários urbanos, leitores, publicitários e jornalistas precisam lidar o tempo todo – e ao mesmo tempo – com uma descontinuidade da dengue, que se irrompe na urbe, e com a continuidade de suas práticas urbanas: escrituras ambulantes e móveis. A descontinuidade também se revela por outros elementos que se misturam: os períodos de chuva e de seca; os espaços na manchete ou no fim da página; as verbas para a campanha da dengue disputadas por outros problemas de saúde pública (gripe suína, tuberculose, câncer de mama). O percurso da cidade também é afetado pelos vestígios, mas não cessa. As leituras emergem em meio a uma descontinuidade que fragmenta as andanças, ao mesmo tempo em que os próprios vestígios são escorregadios – neles, não é possível fixar o sentido. De tal sorte, a descontinuidade dos vestígios da

dengue também é espacial: interfere nos trajetos, produz sensações no corpo, tangibiliza a doença com seus efeitos de presença na vida da cidade.

Sendo assim, não nos esqueçamos de que o acontecimento é da superfície (Deleuze, 2007): percorre a extensão dos corpos. Por isso, a descontinuidade dos percursos também parece ser fiel à superfície e não às profundezas do sentido: é uma alteração aqui e outra ali; é a dengue da guerra e a dengue da médica sem lugar nesse mundo; é a dengue da morte e a dengue dos números. Que poder de revelação é esse que as dimensões acontecimentais dizem carregar? É a revelação do paradoxo; dos percursos afetados e do *não-saber-o-que-dizer*; da fragmentação e da descontinuidade de práticas urbanas e de lugares de experiência em permanente movimento. Quanto a isso, recuperemos os lampejos de Fonseca (2008): as práticas urbanas são cravadas em circunstâncias de leitura, em performances urbanas e no *fragmentado imediatismo* de uma experiência na (da) cidade. É assim que as leituras da cidade não fundam um próprio (Certeau, 1994): são viajantes, fluidas e inusitadas; são fugazes e perdem-se no espaço; são interrompidas por outras leituras e escrituras: algo acontece, a todo o momento, na cidade. Ou melhor: a cidade acontece. A cidade-acontecimento? Dimensões acontecimentais cravam-se, de algum modo, na cidade quando práticas urbanas efetuam-se, inusitadamente, num estado de coisas. A cidade persegue. Os vestígios da dengue perseguem. Perigo ronda o banco. A dengue avança. A cidade é composta de fendas, bem como os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também o são: elas sugerem outros percursos e, se vistas do alto, vinculam e apartam lugares de experiência, vivos e sobrepostos como as linhas de um metrô sempre em movimento. A afetação dos percursos urbanos pelos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parece, portanto, sugerir uma *experiência sempre dispersiva e descontínua*, cujas dimensões acontecimentais deslocam permanentemente a dengue e a cidade, em dispositivação infinita (o devir ilimitado).

### **Ameaça e proximidade**

Costumo caminhar e/ou dirigir por Belo Horizonte descobrindo atalhos. Quanto menor o tempo gasto entre um ponto e outro da cidade, menor também a irritação: adoro descobrir caminhos que me levem aos lugares com rapidez, especialmente se a circulação pela cidade acontece durante a semana (quando os compromissos precisam caber num dia de apenas 24 horas). Muitas vezes os trajetos oficiais, dispostos em mapas turísticos (ou até mesmo em ferramentas cartográficas como o *google maps*), valem-se das avenidas principais que cortam os bairros como as únicas orientações de circulação na cidade. Sempre gostei de tomar outras passagens que me são apresentadas quase sempre por amigos que transitam por fora daqueles itinerários oficiais. Mas não posso deixar de admitir



que igualmente guardo em minhas localizações reais e imaginárias o desenho de uma Belo Horizonte entrecortada por uma série de micro e de macro possibilidades que se tornaram conhecidas sem qualquer planejamento: oriento-me também, de um local a outro, por vários percursos, memorizados a custo de muitos pneus, de inúmeras solas de sapato gastas e de variadas indagações lançadas a transeuntes e a desconhecidos, quando desaguava eu em rumos não desejados.

É por essa lógica que os percursos da minha casa (que fica na zona leste) até a região da Pampulha<sup>104</sup> valem-se de um trajeto pelo qual possuo apego especial: ao invés de passar pelo centro da cidade para tomar o início da Avenida Antônio Carlos – um dos principais corredores de acesso que liga a região central aos bairros da Pampulha –, fui apresentado a um traçado que me permite atravessar as fronteiras de bairros que se situam entre as zonas leste e nordeste: ao chegar na Floresta, subo o Colégio Batista, chego ao Cachoeirinha, passo pela Renascença, até cair na Av. Bernardo Vasconcelos – que me dá acesso a um ponto bem avançado da Antônio Carlos, quase à beira dos locais na Pampulha que fazem parte de minhas andanças rotineiras pela cidade. O tempo do percurso é fantástico: pelo traçado oficial, um trajeto que duraria normalmente cerca de trinta minutos (ou bem mais) em horários de pico, pode ser feito por esse itinerário *clandestino* em no máximo vinte minutos cravados no relógio. Estávamos em fevereiro de 2010, num dia chuvoso, quando sozinho voltava de carro da Pampulha para casa e, costumeiramente, tomaria o tal trajeto interbairros. Naquele momento, o anúncio e o jornal já tinham sido escolhidos como materialidades da dengue para essa pesquisa, e, inclusive, eu também já me deparara com aquela piscina estampada na capa do Estado de Minas (que provocou em mim um pânico de imaginar meu terraço publicado na capa dos jornais). Mesmo ainda não tendo definido todos os procedimentos metodológicos, considero que já estava predisposto – como pesquisador – a ser tocado pelos vestígios da dengue e a indagar como seria possível compreendê-los no anúncio e no jornal, acima de tudo como práticas urbanas.

O som do carro estava ligado numa estação de rádio da qual não consigo me lembrar. As gotas deitavam-se no para-brisa e formavam um belo caleidoscópio em movimento, atravessado pelo resto de luminosidade que brotara no céu naquele cair de tarde. Escutava Lígia, de Tom Jobim e Chico Buarque: a chuva estava mais tímida, e aquele cenário me emocionou levemente. Senti o cansaço do dia indo embora. No momento em que eu tomava

---

<sup>104</sup> Pampulha é uma região de Belo Horizonte que, além de se constituir enquanto área administrativa da cidade e lugar em que vários bairros se localizam, ficou conhecida por um conjunto arquitetônico projetado na década de 40, quando Juscelino Kubitschek era prefeito da cidade. Dentre os pontos turísticos mais conhecidos estão a Igreja São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile e o late Tênis Clube. Na região da Pampulha – além da grandiosidade da lagoa artificial – também se encontram: o principal campus da Universidade Federal de Minas Gerais, os estádios do Mineirão e do Mineirinho, o Jardim Zoológico, e, mais recentemente, o Parque Ecológico da Pampulha (dentre outras atrações).

a Av. Bernardo Vasconcelos, a música acabou e deu lugar a uma notícia que desmanchou abruptamente aquele cenário de beleza: um dos jornalistas divulgava os números sobre a dengue em Belo Horizonte, e anunciava com segurança que o bairro Cachoeirinha – divisa da zona leste com nordeste – encontrava-se entre os mais infestados de *Aedes aegypti*. Eu estava prestes a tomar meu atalho quando, no impulso, continuei a seguir a Bernardo Vasconcelos. Em frações de segundos, fiquei alucinadamente aliviado: não precisaria atravessar a nuvem de mosquitos do Cachoeirinha para chegar em casa. Olhei para os vidros: estavam fechados (não haveria como o mosquito entrar no carro). Percebi que a dengue agora estava bem mais *perto* de mim: será que também chegaria a meu bairro? Como eu faria para tomar esse trajeto de que eu tanto gostava? Fui acometido por uma enorme vontade de rir de mim mesmo, por conta de tamanha neurose. Que bobagem não ter tomado o itinerário de sempre! Agora teria que cair na Avenida Cristiano Machado, e dar uma volta danada para chegar em casa. Na medida em que seguia o caminho diferente, fiquei abismado com minha reação diante daquela notícia: portara-me como um fugitivo de uma coisa que, sequer, eu tinha visto. Precisaria ver? Aliás, como enxergar esse ínfimo mosquito em meio à cidade? Atônito, mais uma vez não sabia o que pensar.

Após pegar alguns engarrafamentos, cheguei ao centro da cidade e tomei a Avenida dos Andradas. O fluxo seguia normalmente e quando dei por mim estava em local bem próximo a minha casa, parado no primeiro lugar da fila de carros junto ao sinal da Andradas em cruzamento com a Avenida do Contorno. Naquelas alturas, o imediatismo da cidade já tinha me engolido: a dengue tinha se escafedido e eu já estava todo satisfeito com o demorado banho que me aguardava. No entanto, e não mais que de repente, avistei, numa das paredes do muro que ficava numa das esquinas daquele cruzamento, uma inscrição textual descrita em fontes garrafais, porém já gastas com o tempo: “Associação Mineira de Paraplégicos”. Foi então que levei aquele susto: não tinha mencionado na seção 2.1 *Reciprocidade*, mas a piscina estampada na capa do Estado de Minas de 04 de fevereiro pertencia àquela associação. Como ela estava bem *próxima* de mim! O mais incrível é que no momento mesmo da leitura do jornal eu não tinha me dado conta de que a piscina ficava tão *perto* da minha casa: foi apenas durante o percurso das ruas, quando fui interpelado pelas inscrições daquele muro, que constatei a *proximidade* – éramos praticamente vizinhos. E não é que, num átimo de segundo, tive um instinto de tomar outro trajeto? Mas o que isso adiantaria? Eu morava na região, e se a dengue quisesse, ela poderia avançar inclusive sobre minha residência.

Uma sensação estranha, composta de *ameaça* e de *inércia*, tomava conta de mim. Era como se o mosquito estivesse prestes a dar o bote para sugar meu sangue. Percebi que os percursos pela cidade e pelas materialidades me faziam lembrar de uma brincadeira de criança da qual eu muito gostava: polícia e ladrão. Mas se o *Aedes* era o ladrão de agora, eu não seria a polícia (muito menos eu poderia chamar esta última de fato para me ajudar a pegar o ladrão). Esse jogo de esconde-esconde parecia se valer de ameaças veladas e de uma aproximação silenciosa, inusitada e quase que programada. Por outro lado, tudo isso também não deixava de parecer um pouco ridículo: a humanização do mosquito era algo patético, diante da infalível habilidade racional de um homem moderno como eu... No entanto, a dengue continuava a causar mortes, e a seriedade das vidas que se despediam



Figura 17: Capa Jornal Estado de Minas, 20 de maio de 2010

Fonte: Jornal Estado de Minas

outras manchetes (como a condenação de um estudante por *bullying* em BH). Fui ao caderno Gerais procurar pela notícia. Na capa do caderno, no canto superior direito, havia uma pequena foto colorida de crianças que pareciam se divertir – não consegui identificar, mas era provável que um palhaço, de braços abertos, estava a comandar a festa. A chamada em azul minúscula dizia: “Dengue se alastra”. E o texto completava:

podava o espaço das brincadeiras. No Estado de Minas de 20 de maio de 2010, a chamada em vermelho “EPIDEMIA”, disposta na lateral direita do jornal – bem acima em destaque, quando se lê o tabloide dobrado ao meio – anunciava: “DENGUE MATA MAIS 5 PESSOAS EM MINAS”. A seguir, a informação detalhava-se:

Secretaria de Estado de Saúde confirma duas mortes pela doença em BH e três no interior – em Lavras, Muriaé e João Monlevade. Total de óbitos em Minas chegou a 34 este ano e número de notificações subiu para 158 mil. (Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

Como não humanizar o mosquito, se eu tinha a nítida impressão de que a dengue me perseguia? No mês anterior, eu e a família da minha esposa fomos à cidade de Lavras, no casamento do meu cunhado. Ficamos num hotel, em frente a uma linda praça da cidade. Será que me encontrei com a dengue, e não reconheci seus disfarces? Naquele momento,

não dei muita bola para a manchete principal do jornal (“Manobra suja o ficha limpa”) e nem para outras manchetes (como a condenação de um estudante por *bullying* em BH). Fui ao caderno Gerais procurar pela notícia. Na capa do caderno, no canto superior direito, havia uma pequena foto colorida de crianças que pareciam se divertir – não consegui identificar, mas era provável que um palhaço, de braços abertos, estava a comandar a festa. A chamada em azul minúscula dizia: “Dengue se alastra”. E o texto completava:

Alunos de 24 escolas participam de ato contra a dengue, que já matou mais cinco pessoas em Minas. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

Quanto estranhamento aquilo me causava. Os sentimentos que vi no jornal se assemelhavam aos meus: tomavam parte num complexo paradoxo composto por brincadeiras e susto, euforia e medo. Seria aquela alegria uma forma de dizer: não sabemos como lidar com a dengue? Na última página do caderno, na metade inferior da folha, a chamada em cinza "Epidemia" quase não era vista diante do título da matéria, que gritava aos meus olhos: "DENGUE MATA MAIS CINCO". Duas fotos, opostas a tudo aquilo que poderia se vincular aos sentimentos de morte, ilustravam a notícia: uma delas mostrava uma pessoa vestida de Aedes brincando com as crianças (vejam só, a humanização do Aedes parece ser fato mais comum mais corriqueiro do que eu mesmo poderia supor). Em outra, alunos se dispunham num laboratório e observavam as larvas do mosquito no microscópio. Pelo menos, era assim que a legenda única das duas fotografias descrevia aquelas imagens:



Estudante de 13 anos perseguia menina, colega de escola da mesma idade, com palavras depreciativas e a 17ª Vara Cível de BH decide pelo pagamento de R\$ 8 mil de indenização

# GAROTO PRÁTICA BULLYINGE OS PAIS PAGAM

**País responde por danos**  
Um 13-anos de idade de um menino de 13 anos e matriculado na "rede de ensino tradicional" do Colégio de Bom Jesus no bairro Central de Belo Horizonte, viveu um período que parecia não ter fim. Os apelos da colega de classe, a 17ª Vara Cível classificou o caso como bullying e decidiu indenizar os pais pelo prejuízo moral sofrido por eles e pelo sofrimento da filha. O juiz decidiu que os pais devem indenizar o filho de R\$ 8 mil por danos morais e R\$ 2 mil por danos materiais. O juiz também decidiu que os pais devem indenizar a filha de R\$ 2 mil por danos morais e R\$ 1 mil por danos materiais. O juiz também decidiu que os pais devem indenizar a filha de R\$ 2 mil por danos morais e R\$ 1 mil por danos materiais.

## CARTILHA DO BULLYING

**O QUE É?**  
É qualquer bullying organizado, em grupo, sistemático, baseado de comportamento agressivo, intencional e repetitivo voltado para um ou mais alunos contra colegas de escola, sem motivação acadêmica.

**A BULLYING É EXCLUSIVAMENTE FÍSICA?**  
Não. A bullying pode ser verbal, psicológica, física, social, econômica, sexual, racista, religiosa, política, etc. Qualquer forma de discriminação baseada em preconceito é considerada bullying.

**QUAIS OS PRINCIPAIS TIPOS DE BULLYING?**  
Verbal: insultos, apelidos, comentários negativos, ameaças, ameaças de violência, etc.  
Físico: empurrões, socos, chutes, etc.  
Psicológico: isolamento, humilhação, etc.  
Social: exclusão, etc.  
Econômico: extorsão, etc.  
Sexual: assédio, etc.  
Racista: discriminação, etc.  
Religiosa: discriminação, etc.

**QUAIS OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO BULLYING?**  
Anonimato: quem denuncia não quer ser descoberto.  
Repetição: o bullying não acontece uma única vez.  
Intencionalidade: quem bullying quer machucar o outro.

**QUAIS OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO BULLYING?**  
Anonimato: quem denuncia não quer ser descoberto.  
Repetição: o bullying não acontece uma única vez.  
Intencionalidade: quem bullying quer machucar o outro.

**O QUE É BULLYING?**  
Bullying é o ato de intimidar ou humilhar alguém de forma repetitiva e intencional. Pode ser físico, verbal ou psicológico.



No tempo em que os pais saíam dos seminários cruares em latim, aprendiam a frase predileta do personal trainer de Cicero

# Fobias & falias

O médico Alvaro Francisco de Castro, meu conhecido amigo, é um especialista em fobias e falias. Ele me contou que, durante um seminário de fobias, ele viu um homem que estava com uma fobia de falar em público. Ele me contou que, durante um seminário de fobias, ele viu um homem que estava com uma fobia de falar em público.



O mundo é um bolo  
Em 20 de maio de 2010, um terremoto matou cerca de 300 mil pessoas no Haiti e no Equador. O mundo é um bolo.

# EPIDEMIA

Saúde confirma novas vítimas em quatro cidades, ampliando para 34 o número de óbitos em Minas neste ano. Notificações sobem para 158 mil no estado e mobilização chega às escolas



No Parque Ecológico do Pampulha, alunos de 24 escolas do capital participaram de ato de conscientização e pediram veto ao porte de animais de companhia antes de voltar às aulas

**PREVENÇÃO** Em mais uma ação de conscientização, alunos de 24 escolas do capital participaram de ato de conscientização e pediram veto ao porte de animais de companhia antes de voltar às aulas. O ato aconteceu no Parque Ecológico do Pampulha, em Belo Horizonte.

**QUANTO MAIS DIAS VOCÊ ANUNCIA, MAIS DESCONTOS TEM A GANHAR.**  
**PRECISOU? A GENTE VENDE. ANUNCIE: 3228-2000 OU VÁ A UMA DE NOSSAS LOJAS.**  
**LIGUE E CONFIRA.**  
**Clas Sifitudo**  
ESTADO DE MINAS

Figura 18: Capa e última página do Caderno Gerais, 20 de maio de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

No Parque Ecológico da Pampulha, alunos de 24 colégios da capital participaram de ato de conscientização e puderam ver de perto ciclo evolutivo do mosquito *Aedes aegypti*. (Gerais, Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

Entre a chamada e o título, um texto explicativo reproduzia a informação da capa e anunciava um detalhe que referenciava a reunião daquelas crianças:

Saúde confirma novas vítimas em quatro cidades, ampliando para 34 o número de óbitos em Minas neste ano. Notificações sobem para 158 mil no estado e mobilização chega às escolas (Gerais, Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

A matéria expressava claramente duas abordagens *simultâneas* da dengue: as mortes e a festa. Em relação à primeira abordagem no detalhamento da notícia, além dos números divulgados sobre as confirmações da doença e das mortes nas cidades do interior, impressionou-me os detalhes das mortes em Belo Horizonte:

As duas mortes em BH ocorreram por complicações da doença e por febre hemorrágica. O primeiro caso é de um homem de 47 anos, morador da região Noroeste da capital, que estava internado no Hospital Vera Cruz. O paciente morreu em 15 de março. O segundo é de uma mulher de 24 anos, moradora de Venda Nova, que estava internada no Hospital Municipal Odilon Behrens e faleceu em 30 de março. A investigação dos óbitos foi concluída na segunda-feira. As outras duas mortes confirmadas anteriormente são de dois homens. Um tinha 41 anos, vivia na Região Leste e estava internado no Hospital Felício Rocho. Ele era transplantado renal, portador de hepatite C, hipertensão, cardiopatia e insuficiência renal crônica. A segunda vítima tinha 77 anos, morava em Venda Nova e estava internado no Hospital Belo Horizonte. O paciente tinha um quadro de obstrução crônica pulmonar, além de ter um histórico de pós-radioterapia por causa de um câncer. (Gerais, Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

A dengue parecia não escolher muito suas vítimas: suas estratégias de *serial killer* pareciam guardar seu traço característico na diversidade de sujeitos: duas pessoas já doentes, duas pessoas aparentemente saudáveis; uma jovem, dois adultos e um idoso. Difícil mesmo era recuperar os rastros desse mutante, já que ele parecia habitar também diversas regiões da urbe: noroeste, Venda Nova, leste. Numa visada entre dengue e cidade, o texto da notícia continuava destacando os números de infecções sem mortes detectadas nas regiões de Belo Horizonte (até aquele momento):

Entre os casos positivos da doença em BH, a Região de Venda Nova lidera o *ranking* com 5.649 confirmações, seguida pela Norte (3.974) e Noroeste (3.442). Foram confirmados 10 casos de dengue com complicações, sendo quatro na Região Norte, quatro na Oeste e dois em Venda Nova. Já a febre hemorrágica atingiu seis pessoas, sendo dois moradores da Região Centro-Sul, dois da Noroeste, um da Norte e um de Venda Nova. (Gerais, Estado de Minas, 20 de maio de 2010).

No texto do jornal, a cidade já estava infestada pelo mosquito. De que adiantaria correr? Cada vez mais a dengue se aproximava e fechava seu cerco sobre nós: estilhaçava



nossos percursos e investidas de fuga. Não era mais possível localizar na cidade um lugar seguro. Enquanto isso, a mobilização na Pampulha parecia se esquecer das mortes: teatros, brincadeiras e até o próprio *Aedes* se divertia com as crianças. A morte não era convidada naquele momento: que ficasse restrita aos hospitais para não estragar a festa. Achei curioso que, quase um ano depois, o jornal de 07 de fevereiro de 2011 destacava na capa, em chamada pequena na parte inferior do tabloide, a infestação da dengue nas áreas nobres. Nesse caso, ao invés das ações festivas para prevenção como forma de afastar o *Aedes*, o



Figura 19: Capa Jornal Estado de Minas, 07 de fevereiro de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

da notícia<sup>105</sup>. O texto relatava a participação do Exército junto com agentes estaduais de saúde para vistoriar imóveis nas regiões Norte e Venda Nova na capital. Mas os moradores da região Centro-Sul também cobravam ações do poder público. A mesma foto do imóvel abandonado, clicada de outro ângulo, ilustrava a notícia – e a legenda denunciava sua

<sup>105</sup> Como poder ser visto na próxima página, não conseguimos obter a página da notícia nos arquivos eletrônicos do Jornal Estado de Minas – razão pela qual fotografamos o impresso (figura da direita).

Exército era a bola da vez, convidado para enfrentar o mosquito:

Risco da dengue em BH [chamada em cinza]. Mosquito infesta áreas nobres e Exército entra hoje no combate (Estado de Minas, 07 de fevereiro de 2011).

Ao chegar à capa do *Gerais*, havia uma pequena foto colorida que ilustrava a chamada sobre a notícia da dengue (curiosamente no mesmo canto direito superior do jornal de 20 de maio de 2010). Dessa vez, a foto era de uma mansão que parecia vazia: nenhuma boa alma apareceu para compor a cena. Após a pequenina chamada em azul “Dengue na zona sul”, o texto que se seguia procurava situar o leitor:

Moradores de bairros nobres de BH dizem que imóveis abandonados ajudam na proliferação do transmissor da doença (Gerais, Estado de Minas, 07 de fevereiro de 2011).

Fui procurar pela matéria, e ela também se dispunha na última página do caderno (como a matéria anterior). “DENGUE NAS ÁREAS NOBRES” era o título principal

localização na Rua Estevão Pinto, no bairro Serra. No texto completo, um dos moradores destacava a morosidade das equipes de fiscalização em tomar atitudes com relação aos imóveis abandonados. Não era esse o clima que parecia rondar o jornal de 20 de maio de 2010: lá, a população e o poder público se reuniam para festejar (com o *Aedes*) e divulgar ações de prevenção contra a dengue.



Figura 20: Capa e Última página do Caderno Gerais, 07 de fevereiro de 2011  
 Fonte: Jornal Estado de Minas

De modo geral, abatiam-se sobre mim duas impressões ao ler os vestígios da doença nos dois jornais elencados: uma sensação de que a dengue estava cada vez mais *próxima* meus percursos pela cidade e a suspeita de que talvez estivéssemos diante de um cenário no qual uma série de ações *esquizofrênicas* e *desconexas*, como os meus próprios sentimentos, tentava lidar (ou não lidar) com a presença do mosquito (as ações festivas e a presença do exército seriam capazes de afastar a dengue e conter as mortes?). De tal sorte, os percursos de leitura e de circulação nas ruas e nas materialidades

revelavam uma cidade infestada que se perdia em sua própria complexidade. Enquanto isso, a dengue dos jornais avançava: sobrevoava os percursos e escolhia inúmeras localizações (bairros de ricos, de pobres, de classes médias, de miseráveis, de milionários), para fazer sua morada. Tanto a dengue do jornal se espalhava quanto seus vestígios nos anúncios também pareciam querer chegar cada vez mais *perto*, varrendo diversos e inusitados percursos do cotidiano: estratégias de divulgação e de disseminação de informações ganhavam sofisticações e adaptações também inusitadas. *Aedes* e *anúncios* se valiam de semelhantes movimentos: ocupação de espaços, reprodução em escala, *avanço* e *proximidade* junto aos percursos na (da) cidade. A seguir, narro duas situações de aproximação dos vestígios da dengue nos anúncios com relação ao meu cotidiano na cidade, que se despontaram de modo bastante singular.

Num domingo do mês de março de 2011, acordamos logo cedo com as gargalhadas de nossa pequenina filhota. Ela já beirava os sete meses, e sempre se levantava com aquele sorriso estampado no rostinho – o que nos dava energia e ânimo para também sorrir, apesar de cairmos da cama às cinco e cinquenta da manhã. Quando fui à cozinha para fazer sua mamadeira, percebi que o leite em pó tinha acabado. Tratei de trocar de roupa e ir correndo à Drogaria Araújo<sup>106</sup> 24 horas que se localizava próximo a minha casa. Era preciso ser rápido: a bichinha acordava com um apetite de leão, e ao menor atraso poderíamos presenciar uma cena inesgotável de choro mais que profundo. Chegando à *drugstore*, fui rapidamente atendido e quando me dirigi ao caixa percebi que a funcionária dispunha as duas latas de leite em pó numa sacola plástica um tanto quanto familiar. Ao receber os produtos, quase caí para trás: estava impresso na sacola o emblema da campanha “Agora é guerra. Todos contra a dengue”. A dengue não me deixa em paz nem num domingo bem cedo! O curioso foi que, ao invés das cores vermelha e preta, o anúncio era colorido de verde e azul, mantendo-se a tipografia e as proporções da identidade visual original. Além da imagem de luz/sirene de carro policial ter sido apartada, notei também que o texto fora invertido: no lugar de “Agora é guerra. Todos contra a dengue. Faça a sua parte”, lia-se “Agora é Guerra. Faça sua parte. Todos contra dengue”. A chancela do Governo de Minas também estava timbrada, junto com informações sobre telefones e *site* para pedidos e entregas. No verso da sacola, havia a logomarca “Projeto Araújo Verde”, com um texto sobre a tecnologia *oxibiodegradável* constitutiva daquele material, no qual se detalhava informações sobre decomposição e não agressão ao meio ambiente, em caso de descarte do saco plástico.

---

<sup>106</sup> Com mais de 100 anos de existência, a Drogaria Araújo é o nome de uma rede de lojas que, além de remédios, comercializa cosméticos, artigos alimentícios e veterinários, produtos para higiene pessoal etc.. Espalha-se praticamente por todas as regiões da cidade, oferecendo, em várias sedes, atendimento vinte e quatro horas por dia.



Colorida de verde e de azul, a guerra parecia até mais agradável. Mas o que significava fazer a minha parte nessa guerra? Belo Horizonte estava às voltas com uma nova lei municipal que proibia a oferta de sacolas plásticas no comércio da cidade – cuja entrada em vigor tinha sido prorrogada para o mês de abril. Não aceitar aquela sacola seria fazer a minha parte? Mandar silcar numa camisa o emblema da campanha e customizá-la do modo como eu bem entendesse seria também fazer a minha parte? Não havia nada mais na minha casa que poderia gerar dengue e aquele anúncio continuava me mandando fazer a minha parte (fiquei um pouco irritado). Logo no emblema da sacola, também havia o seguinte texto:

Nunca descarte esta sacola na rua ou em lotes vagos – descarte-a sempre nas lixeiras. Dica: reutilize-a sempre que possível, até mesmo no lugar do saco de lixo tradicional. (Sacola da Drogaria Araújo, Campanha da Dengue, 2011).



Figura 21: Sacola Araújo, 2011  
Fonte: Drogaria Araújo

A cidade inteira mobilizava-se na discussão pública da nova lei, e a dengue tinha se metido naquela belicosa seara ambiental: os habitantes da cidade estavam divididos em relação à proibição do uso das sacolas no comércio. Por conta disso, como será que os cidadãos perceberam os vestígios da dengue nas sacolas plásticas? Criticavam o Governo do Estado e a Drogaria Araújo por conta de uma campanha não politicamente correta? Apoiavam a presença da dengue, achando válida a iniciativa? Será que sequer percebiam o emblema nas sacolas? Fiquei sorrindo por dentro e achando tudo aquilo muito estranho... Durante umas duas vezes em que fui a Drogarias Araújo em diferentes locais na cidade recebi a mesma sacolinha e era acometido com surpresa semelhante – até que todas foram proibidas de vez, no dia 18 de abril de 2011. A única coisa da qual conseguia manter alguma clareza era a suspeita de que o avanço dos anúncios parecia seguir mesmo os rastros do avanço dos mosquitos: quanto mais dengue por perto, mais informações também. No entanto, em termos de controle da doença e do vetor e de efetividade junto à diminuição das mortes, não sabia ao certo nem o que pensar.

Por fim, chego à segunda narrativa que também tenta expressar os movimentos de *avanço* e de *proximidade* dos anúncios (imitando os movimentos executados pelo *Aedes*) junto aos meus percursos cotidianos por Belo Horizonte. Numa determinada tarde, em outubro de 2010, saí mais cedo do trabalho para gastar umas horas-extras acumuladas na semana anterior. Estava de carro e o combustível já dava sinais de finalização. Ao chegar

ao meu bairro, dirigi-me ao posto de gasolina no qual eu costumava sempre abastecer. Como dessa vez eu não estava com pressa, desci do carro e fiquei observando ao redor: o posto não era muito grande – três bombas apenas. Além de comercializar combustível, havia duas máquinas para a venda de refrigerantes, bebidas alcoólicas e petiscos. Observei que, ao fundo do posto, havia uma escada que punha em ligação o térreo com uma espécie de mezanino. Nunca tinha reparado que aquele lugar abrigava também um restaurante – que estava fechado – no piso superior. Olhei para cima e observei os vidros sujos. De repente, notei um cartaz: lá estava estampada uma imagem do Dr. Dráuzio Varella, médico brasileiro que ganhou fama ao participar de reportagens e de programas da Rede Globo de Televisão (em especial do Fantástico) – além de ter escrito a obra *Carandiru*, que deu origem ao filme nacional de grande sucesso. A peça gráfica parecia antiga, pois sua cor azul já estava um pouco envelhecida. Cheguei mais perto e tive mais uma surpresa: o cartaz fazia parte de uma campanha do Governo Federal de combate à dengue.

Fui correndo ao carro pegar o celular para fotografar aquele cartaz. Perguntei ao frentista se eu poderia registrá-lo; não fui proibido, mas o funcionário achou aquilo estranho<sup>107</sup>. Por que um cliente tiraria uma foto de um cartaz tão velho e feio? –vi escrita em sua testa essa pergunta. Enquanto isso, minha estranheza pertencia a outras indagações: O que fazia aquele vestígio num lugar tão prosaico do cotidiano? Quem o afixara naquele vidro? Achei também curioso o anúncio se valer da imagem do Dr. Dráuzio: um especialista que tinha se tornado uma celebridade global, falando sobre a dengue. A imagem do médico me fazia recordar da dermatologista Adriane Gomes, também celebrizada naquele anúncio da Prefeitura de Belo Horizonte. O Dr. Dráuzio igualmente parecia não ocupar nenhum lugar do cotidiano: as celebridades não são coisas de nosso mundo comum. Ou melhor: se a médica Adriane ocupava um *não-lugar*, o Dr. Dráuzio estava por ocupar dois *não-lugares*: o dos especialistas e o das celebridades. E agora se estacionava ali: envelhecido pelo tempo, falando sobre a dengue num posto de gasolina.

Tive a impressão de que aquele anúncio se assemelhava a uma velha e gasta tatuagem: observei-o, identifiquei-o, mas não consegui fixar seus detalhes. Não é isso mesmo que fazemos com as tatuagens das pessoas com as quais não desfrutamos de um quadro de intimidade? O frentista do posto interrompeu minha leitura e me chamou para pagar o abastecimento do tanque. Depois de acertar as contas, arranquei o carro e fiquei encucado com o que acabara de ver: a dengue estava mesma próxima de tudo. Não sabia bem ao certo se a doença avançava ou se ela já estava incorporada aos percursos da própria cidade. Aliás, a presença dos anúncios em tantos lugares não parecia nos insinuar que a própria cidade moderna, a Belo Horizonte planejada, a cidade perfeita, *seria*

---

<sup>107</sup> Há uns dois meses, meu celular foi furtado quando não tinha ainda descarregado a foto do Dr. Dráuzio para o computador – razão pela qual ela não se encontra apresentada na tese.

*autogeradora de dengue?* A proliferação dos anúncios não seria uma denúncia mesma de uma cidade-criadouro, com inúmeras fendas de água parada nos passeios de cimento, com compartimentos de acumulação de água da chuva nos telhados mal instalados das casas, com caixas d'água a céu aberto destampadas, com pneus largados a esmo sem eira nem beira, com piscinas sem limpeza e sem cloro, com imóveis abandonados, com um desleixo pelas coisas públicas e com um poder público moroso, enfim, com esse modo de vida urbano-brasileiro maluco, dispersivo e complexo? Se esse é o problema, chamemos a polícia para cidade! Convoquemos o exército para a urbe! Vamos implodir a cidade! Vamos acabar com a dengue e com todo nosso modo de vida! Se essa parece ser mesmo a causa da proliferação do mosquito, nada mais justo que uma batalha, cheia de explosões e de implosões, para exterminar com a dengue. E foi com a temática da guerra que o Governo do Estado de Minas propôs o novo conceito da campanha “Agora é guerra. Todos contra dengue” – poucos dias depois de eu ter me encontrado com o Dr. Dráuzio, no trivial posto de gasolina.

### **Ampliação dos possíveis**

As narrativas que acabamos de escrever nos ajudam a admitir que, para além do traço da *descontinuidade num fundo de continuidade*, os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também afetam os percursos na (da) cidade quando causam uma *ampliação dos possíveis* no campo da experiência pública. Mas a que possíveis ampliados estaríamos nos referindo? Nossos esforços, nas próximas linhas, dirigem-se a tentar identificar tais *possíveis* como sendo oportunos de *a)* movimentos de leitura dos próprios textos; *b)* práticas urbanas e circulações na (da) cidade; *c)* traços constitutivos de dimensões acontecimentais e *d)* referências de presença e de sentido da própria dengue, em cristalização. Sendo assim, tentaremos entrever como tais aspectos apontam, de modo mais amplo, para a noção de *percurso* como uma possibilidade mesma de experiência pública na (da) urbe com o problema da dengue, nas formas de experiência do anúncio e do jornal.

Do ponto de vista da problemática textual que guia essa pesquisa, podemos considerar que a ampliação dos possíveis se apresenta como característica constitutiva do próprio movimento de textualização, como já vimos no item *1.3 Abordagem Metodológica*: a partir de sua dialética da distanciação, Ricoeur (1991) recusa tanto uma lida com os textos que insiste em caçar sentidos supostamente escondidos por detrás dos mesmos (corrente romântica) quanto outra lida que busca identificar estruturas generalizantes nos textos, tomando-os sob a égide do sistema da língua (corrente estruturalista). Pertencemos ao mundo da mesma forma que, a ele, os textos pertencem – argumento que sugere a interpretação do texto como um explicitar do “modo de *ser-no-mundo* exposto *diante* do

texto” (Ibidem, p. 121). A distanciação de Ricoeur exige, portanto, um sujeito que não toma o texto nem como via de acesso nem como um conjunto isolado facilmente dissecável e explicável em si mesmo; mas como materialidade que solicita a compreensão de sua *proposta de mundo* – movimento que se concretiza na medida em que aceitamos habitar nesse mundo que se abre e nele projetar alguns de nossos “possíveis mais próprios no âmago das situações em que nos encontramos” (Ibidem, p. 122). De tal sorte, o pensador francês nos faz entender que a interação com qualquer texto se anuncia por um movimento mesmo de *ampliação dos possíveis*, na medida em que o texto se dispõe à moradia de leitores errantes. Por conta disso, as materialidades do anúncio e do jornal, de qualquer forma, já seriam ocupadas pela projeção de possibilidades, uma vez que a ação de se lançar aos mundos que nelas se abrem torna-se constitutiva dos movimentos de leitura dos sujeitos.

No entanto, o que se torna instigante é perceber que a projeção dos possíveis diante do texto parece se expressar *em meio ao percurso mesmo de leitura*. Por esses termos, é preciso entender, primeiramente, que *ler é percorrer*. é caçar, viajar e circular em terras alheias (Certeau, 1994). Sendo assim, os possíveis se projetam na medida em que *percorremos* o mundo do texto, em meio ao emaranhado de situações e de contextos de comunicação que nos apanham. Nesse sentido, não há como separar os *possíveis* daqueles *percursos* que foram engendrados no momento mesmo de leitura. Se eu desejar visitar novamente o mundo daquelas materialidades do anúncio e do jornal nesse momento, certamente outros percursos serão constituídos e, por sua vez, lançarão outros possíveis. Por conta disso, é *impossível* separar a) a sensação de que a dengue avançava *do* percurso pelas notícias que espacializavam o mosquito por todas as regiões de Belo Horizonte; b) a crítica às ações de mobilização das escolas *dos* sentimentos de tristeza que o percurso pelas mortes me causou; c) o medo da dengue entrar pelos vidros do carro *do* trajeto que eu fazia próximo à região do Cachoeirinha, supostamente infestado de focos da doença de acordo com a notícia no rádio. Portanto, Ricoeur (1991) e Certeau (1994) nos ajudam a entender que *o mundo do texto se abre em percurso*, do qual os possíveis que projetamos não se apartam.

Além disso, uma vez que tomamos as práticas de leitura dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal como práticas urbanas, podemos também entender que o movimento de ampliação dos possíveis é *constitutivo da experiência de cidade*. Quanto a isso, recorramos a duas noções que permearam todas as narrativas da seção anterior: *ameaça* e *proximidade*. Os vestígios do anúncio e do jornal – em correlação com minhas práticas de leitura – insinuavam uma dengue cada vez mais *possível*, de modo que os casos concretos denunciavam que a doença *acontecia* na cidade, cravada espacialmente nos territórios de algumas regiões: a mulher falecida de 24 anos, da região de Venda Nova; os seis casos de

febre hemorrágica causados por dengue, das regiões Centro-Sul, Noroeste, Norte e de Venda Nova; o anúncio que expressava o sentimento de Dona Waldívia pela filha morta, da região Norte. Entretanto, curioso é perceber que os meus *percursos*, reais e imaginários por Belo Horizonte, atribuíam a tais vestígios *um caráter a mais* de possibilidade: a dengue parecia se movimentar cada vez mais *próxima* espacialmente de mim – *é possível* que ela ocorra *ali*, mas também *aqui*, bem ao meu lado. Essa *ameaça* de *proximidade* amplia-se enquanto *possibilidade* quando é posta em meio a um amplo sistema urbano de leitura, no qual os fragmentos do anúncio e do jornal se encaixam junto aos inúmeros outros fragmentos das ruas, de outras mídias (como o rádio), de biografias narradas. Como exemplos, podemos recuperar a mudança de itinerário que impulsivamente adotei por ter escutado a notícia no rádio sobre o bairro Cachoeirinha; o susto levado próximo à Associação Mineira de Paraplégicos, ao me lembrar da piscina na capa do jornal; a percepção de uma dengue cada vez mais próxima, a partir da leitura dos casos de infestação e de morte nas regiões descritas no jornal – estas que, de alguma forma, constituem-se enquanto minhas passagens por Belo Horizonte; a conclusão de uma cidade autogeradora de dengue, tendo em vista a leitura do cartaz no posto de gasolina junto a leituras de outros vestígios – encaixes que insinuaram uma cidade infestada por anúncios como denúncia mesma de uma cidade infestada por mosquitos.

A presença dos vestígios da dengue nas materialidades do anúncio e do jornal, em meio à presença de outros fragmentos urbanos, parece sugerir não apenas a ampliação dos possíveis da dengue *na cidade*, mas a própria ampliação dos possíveis *da cidade*: a circulação dos anúncios e a cartografia dos jornais constituem uma certa Belo Horizonte, com paisagens móveis e espaços em permanente constituição. Nesse sentido, a experiência urbana da dengue, tomada por esses vestígios, constitui-se também por *percursos da própria cidade*. Belo Horizonte parece se movimentar com a infestação da dengue: seu mapa não é mais o mesmo; dobra-se, põe em relação de proximidade a região de Venda Nova e a Centro-Sul; altera-se cartograficamente, mediante eixos flutuantes e instáveis os quais os vestígios da dengue no anúncio e no jornal parecem instituir. Tais vestígios também fazem circular a cidade: ora as paisagens da dengue em Belo Horizonte estão de um jeito (atenção, motorista, quando for passar pelo bairro Cachoeirinha...); ora se posicionam de outro (Bairros nobres correm risco de dengue). Uma urbe possível, *em percurso*, se insinua: os fragmentos do anúncio e do jornal indicam uma cidade que persegue o mosquito, e, ainda que tal perseguição se mostre tautológica, o movimento do *Aedes* parece também coreografar o movimento da própria cidade. Como um coro que canta com uma multiplicidade de vozes que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou contrastam (Canevacci, 1993), a cidade, por esses termos, também

deixa suas marcas, formando um emaranhado de teias e de percursos no espaço, em meio a práticas inusitadas, abertas e complexas que ampliam os possíveis da dengue.

Indo além do movimento que constitui os processos de textualização e das práticas que conformam a experiência de cidade, é notável perceber que a *ampliação dos possíveis* se apresenta como uma das características mais reveladoras de *dimensões acontecimentais* dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal. Para Queré (2005, p. 63), se o acontecimento é descontínuo, ele ultrapassa todas as possibilidades e expectativas previamente estabelecidas, de modo que é necessário que ele se produza para que suas possibilidades apareçam e para que suas eventualidades se tornem manifestas. É nesse sentido que o pesquisador francês ainda completa:

Há coisas que acontecem, e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido do possível. Ao acontecerem, somos obrigados a reconhecer que havia possibilidades, potencialidades ou eventualidades. Podemos também imaginar o que teria podido passar-se de diferente, ou como é que as coisas teriam também podido produzir-se. Somos, portanto, impelidos a rever o nosso sentido do possível, a descobrir “os possíveis que eram os nossos” e a inscrever na ordem das eventualidades o que até então parecia impensável. Essa revisão do sentido do possível tanto diz respeito ao passado como ao futuro (Ibidem, p.63).

É possível fazer ações de prevenção festivas contra a dengue mesmo com a presença das trágicas mortes? É possível que uma jovem de 24 anos tenha morrido de dengue? É possível que o Dr. Dráuzio Varella esteja num posto de gasolina palestrando sobre a dengue? É mesmo possível que a Drogaria Araújo distribua uma sacola com o emblema “Agora é Guerra”, colorido de verde e de azul? É possível que meu bairro esteja realmente infestado com o mosquito por conta da proximidade daquela piscina nas redondezas? A existência de todos esses possíveis emerge no momento mesmo de leitura – esta que se faz enquanto prática urbana de *percursos de espaços*, pelos quais se efetuam as dimensões acontecimentos dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal. Tudo isso parece indicar que tais dimensões ampliam possibilidades de experiência com a dengue na medida em que o *próprio ato de percorrer* espaços das materialidades evidencia as ameaças, as proximidades e as forças incontroláveis da doença se abatendo sobre a cidade. Dito por outras palavras: aventamos ponderar que o *traço acontecimental do possível* se revela em meio aos *próprios percursos* nos vestígios da dengue – recusando a presumível e tácita tese de que a quantidade de conteúdo informacional, por si só, é capaz de *afetar* os sujeitos (ou, como parece existir nas estratégias um desejo de que as informações sejam o próprio acontecimento). Obviamente, os possíveis são tão diversos e imprevisíveis como também são inúmeros e inimagináveis os contextos de efetuação e de individuação do acontecimento (Queré, 1995). Dessa forma, torna-se relevante perceber

que a força disruptiva e inusitada de dimensões acontecimentais pode ser tomada enquanto indicações de *percurso* e de *movimento*: são encaixes que se justapõem, no momento mesmo de leitura; são lugares de experiência abertos e atraídos pela força incorpórea do acontecimento; é a presença de um devir ilimitado que, *em percurso*, movimenta a experiência da dengue e os espaços de leitura ocupados pelos sujeitos.

Por fim, é preciso considerar que os possíveis que se manifestam em percurso – nos vestígios da dengue no anúncio e no jornal – também afetam a experiência a partir de uma oscilação entre componentes de presença e de sentido. É assim que uma visada estética a esse processo é capaz de evidenciar os possíveis como objetos e/situações que tanto oferecem uma incidência espacial – a alteração dos itinerários, o envelhecimento visual do cartaz do Dr. Dráuzio, o tato escorregadio na sacola da Drogaria Araújo – quanto uma incidência de significação – o questionamento do caráter festivo das ações de conscientização; a suspeita de haver uma nuvem de mosquitos no Cachoeirinha; os sentidos da sacola da Drogaria Araújo em meio à lei de proibição de sacolas plásticas. Quanto a isso, levantemos uma instigante suspeita: ao mesmo tempo em que possíveis se ampliam quando a dengue se efetua na cidade, paradoxalmente o anúncio e o jornal – como campos de estratégias e de efetuações próprias – parecem eleger e colocar em circulação alguns objetos que cristalizam sentidos e referências espaciais sobre a dengue: a piscina; o pneu; os bairros Cachoeirinha e Venda Nova; os vasos de planta; a guerra; a morte; o mosquito; etc.. No entanto, tal cristalização não iria contra a própria noção de ampliação de possíveis? Os estereótipos e os emblemas utilizados pelas formas publicitárias e jornalísticas não teriam justamente o interesse de fechamento de possibilidades?

Para responder a essas questões, de início é preciso levar em conta que fotógrafos, jornalistas e publicitários focalizam, em suas investidas textuais e imagéticas, aquilo que, de algum modo, possa carregar o mesmo potencial de efetuação que se abateu sobre seus olhares, podendo ser estendido a muitos sujeitos. Ainda que tais objetos sejam postos sob uma minuciosa transformação profissional até chegar a público, nunca se pode afirmar que há garantias de afetação: as leituras dos objetos em cristalização são feitas, antes de tudo, por sujeitos que experimentam o espaço e que, de algum modo, constituem formas próprias e peculiares de interpretar e de tangibilizar a dengue. Dessa forma, se partirmos do pressuposto de que a experiência dos sujeitos não se resume a tais materialidades, e que as dimensões do acontecimento não se explicam por um movimento de “aquisição de conhecimento e de informação”, não podemos acreditar que a cristalização de tais objetos é capaz de prescrever as experiências dos sujeitos. Como o traçado urbano imposto que se torna estilhaçado pelas experiências daqueles que usam e vivem a cidade, os objetos em cristalização também sofrem de tal transformação: são estilhaçados pelos usos dos sujeitos,

e se atualizam em meio às próprias práticas urbanas. Mesmo porque, como aponta Fonseca (2008, p. 38),

Os usos do espaço [são] abordados como operações de produção de sentido que acontecem na cidade a partir das interações comunicativas que as pessoas promovem entre si e com os objetos e edificações urbanas. Porque comunicativas? Porque além do uso funcional, as ações dos sujeitos no espaço carregam uma potência de significação. Ao agir sobre o espaço estabelecem uma relação de significação, que resulta na produção de sentidos sobre o mesmo. Na rua esta relação é vivida coletivamente. A produção de sentido não constrói uma imagem única que representa o lugar ou a cidade. A experiência da cidade é vivida pelos indivíduos, mas o seu sentido ultrapassa a dimensão individual, pois o espaço é compartilhado ou disputado com outros [grifos nossos].

Ao tomar como pano de fundo o texto das ruas, Fonseca (2008) nos ajuda a entender que o movimento de leitura dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal também é vivido coletivamente: seu sentido – e sua presença, em visada gumbrechtiana – ultrapassa certamente a dimensão individual, e se apresenta como espaços percorridos que são compartilhados ou disputados com outros sujeitos. Podemos oferecer algumas narrativas que nos foram caras e autênticas na relação com tais materialidades, em especial para tomar o *percurso* como uma unidade de força relevante no que se refere a uma experiência pública com tais vestígios da dengue. Dessa forma, o que nos parece de modo incisivo é que, do ponto de vista da experiência, as cristalizações nunca fazem sentido por si mesmas: elas são encaixes em meio a um amplo sistema de encaixes que compõem a cidade.

Os vestígios da dengue também parecem insinuar um sentido e uma presença que emergem à deriva, sob a lente da experiência pública. Como recurso didático de comparação, tomemos como exemplos as saliências do pneu e da piscina, como objetos de cristalização e de ampla circulação pública. Quando o pneu emergiu enquanto cristalização relevante da dengue – do que eu consigo me recordar, tal objeto esteve presente em campanhas e em muitas reportagens anos de 1997 e 1998 – preciso confessar que, àquelas épocas, não consigo me lembrar de detalhes sobre o que a presença do pneu significava para mim (em particular sob o ponto de vista de uma relação pública com o problema da dengue). Por outro lado, os percursos pela imagem da piscina infestada de larvas foram capazes de atualizar meu campo dos possíveis e de me orientar sob uma relação pública mais ampla, que me transcende (reciprocidade e coletividade). É assim que os possíveis, do ponto de vista de uma experiência pública, constituem-se, acima de tudo, como aspectos relevantes que incidem sobre uma interação pública mais ampla com o problema da dengue (já que não afeta apenas a mim, mas a muitos). Por conta de tudo isso, é preciso entender que as formas de experiência pública do anúncio e do jornal são abertas e negociadas; constituem-se pelos vestígios libertos, mas os transcendem; ocupam a cidade das ruas e a



cidade dos imaginários que projetamos. De tal sorte, a experiência de percurso dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal torna-se, ao mesmo tempo, a experiência que se condensa em torno de alguns objetos e que se atualiza em meio às próprias práticas urbanas.

## 2.3 Memória

### Exterminador de mosquito

Sábado de um feriado de *Corpus Christi*, 05 de junho de 2010. Fazíamos a última viagem às casas de nossas famílias, eu e minha esposa, antes da nossa pequena nascer. Moramos em Belo Horizonte, mas ambos nossos familiares vivem em duas cidades do interior de Minas Gerais. Já com oito meses completos de gravidez, minha esposa já sentia o corpo pesado e nossa pequetita já não lhe dava mais sossego: mexia aos montes, sem parar. Estávamos decididos a visitar os familiares – avós, tias, primos – e a montar um álbum de retratos para tentar registrar os que nos precederam em nossas terras-natal, recompostos e ajuntados agora para tomarem parte na biografia de nossa filha, prestes a nascer. O que isso significaria daqui a uns anos? Não tínhamos a mínima ideia. Mas, de todo modo, era como se nos sentíssemos na posição daqueles que, a partir de então, deveriam organizar esse patrimônio genético e simbólico de nossas tribos e entrega-lo àquela que nos sucederia.

Nesse sábado, após algumas idas e vindas a domicílios de parentes, chegamos por volta das 11 horas à casa da avó materna da minha esposa. Logo na entrada, o jardim bem cuidado, o clima sereno e fresco e o cheiro de terra pareciam denunciar o estado de outro tempo: não havia correrias, fumaça de carburador, buzinas e outros ruídos urbanos. A casa, que ficava em pleno centro da cidade de Manhuaçu, rodeada de prédios e do movimento inquieto da urbe, guardava ainda vestígios de uma cidade mais horizontalizada e de um modo de vida daquela família ligado ao cultivo da terra e à sua centralidade na organização do espaço – em semelhantes proporções, a área territorial do jardim era quase do tamanho da área da residência construída. Entramos pela cozinha e logo fomos recebidos por aquele perfume de café: a mesa, posta com simplicidade e fartura, nos aguardava com uma broa de fubá e com uma caçarola italiana. Como exagerávamos a dose nesses momentos! Naquela convidativa mesa, empilhavam-se também revistas e jornais da semana, e dentre eles, apresentava-se o jornal Estado de Minas daquele sábado. É preciso lembrar que lá é uma casa onde não se falta informação: a avó da minha esposa, sempre atenta e interessada nas notícias diárias, reconta os acontecimentos que mais lhe tocam, entremeados por conversas livres, por amenidades e por casos de família. Todas as vezes que lá me adentro, recebo continuamente um estoque imenso de atualidades que se espraia durante alguns dias, movimentando-se junto a outras conversações que se achegam diante de meu cotidiano recente.



Figura 22: Capa Jornal Estado de Minas, 05 de junho de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Enquanto nos dispúnhamos sem pressa naquela cozinha, decidi passar os olhos no jornal do dia. Suas folhas moles, com os cadernos levemente não alinhados, evidenciavam que por ali já tinham se passado algumas leituras. Tomei-o nas mãos e, como de costume, sobreveei o espaço da capa. Estava eu um pouco disperso e talvez por isso minha escorregadia leitura não tivesse se fixado muito naquilo de que falava o jornal. Observei que uma manchete posicionada mais ou menos à centro-esquerda denunciava uma perda de área do Cerrado Mineiro do tamanho de vinte e sete Belo-Horizontes. Bem abaixo desta, uma chamada pequena convidava o leitor a conferir a programação dos parques de BH naquele que se tratava do Dia Mundial do Meio Ambiente. Dei-me conta de quanto o *Estado de Minas* deveria se chamar *Cidade de Belo Horizonte* – em que aquela notícia poderia ser de interesse a um cidadão de Manhuaçu? Enquanto eu lia o jornal, emitia alguns palpites na conversa e ainda mastigava os suculentos pedaços da

majestosa caçarola italiana – tudo quase ao mesmo tempo. Eis que, de repente, avisto ao final da capa, à direita, uma foto em destaque que remetia à seção-padrão “Personagem da Semana”, das edições de sábado do primeiro caderno do jornal: tratava-se da imagem de um rapaz de boné que retirava a tampa de uma caixa d’água e que simultaneamente parecia fitar o líquido transparente. Ao lado da foto, com o título “EXTERMINADOR DE MOSQUITO”, acomodava-se o seguinte parágrafo:

O quase imperceptível *Aedes aegypti* já causou a morte de seis pessoas este ano em BH. A população, nem sempre cuidadosa, contribui para a existência do perigoso inseto, que só tem um inimigo realmente feroz: o agente de zoonose. Ronilson Bitencourth (foto), de 28 anos, anda desde a adolescência de casa em casa ensinando como combater a larva, antes que ela se torne mortal (Estado de Minas, 5 de junho de 2010).

Ao acabar de ler, intervi na conversa: “nossa, tem uma matéria da dengue nesse jornal que me interessa!”. Enquanto caminhava até a última página do caderno, onde se dispunha a matéria, a avó da minha esposa comentava (seguem alguns fragmentos do que me recordo da conteúdo da conversa):

Rennan, eu já li essa matéria. Ela fala sobre a vida de dois agentes que vão às casas das pessoas para verificar se tem focos. Eu acho que isso não adianta muito: tem gente que fecha a porta na cara deles! Eu fico achando que a dengue é um problema das pessoas que nem ligam para a infestação dos mosquitos. O que você acha?

No momento, foi como se eu estivesse perdido – ainda que em durante centésimos ínfimos de tempo – minha orientação espaço-temporal. Ver a dengue no jornal parece até que me arrebatou, de súbito, daquele ambiente: foi como se eu tivesse ido parar ao mundo desconexo de todos os jornais que já coleitei, de todos os anúncios que já se passaram por meus olhos, de todas as conversas que tive com colegas, dos conceitos que compunham o meu trabalho, das análises que eu precisava fazer. Naquele eterno instante, parecia também que eu tinha lembranças de coisas as quais nunca vivi: lia a minha pesquisa de doutorado e encontrava uma resposta a dar naquele contexto; vi-me travando discussões com especialistas da dengue e do governo, alertando sobre a quantidade de dinheiro gasto com campanhas; vislumbrei uma cenário de vacinação contra a dengue e de um fim a essa epidemia silenciosa. Era esse aquele *tempo da dengue* que eu bem conhecia e que tinha novamente me sequestrado – como bem reparava minha esposa todas as vezes em que eu me *perdia numa intensidade concentrada* diante de jornais e de anúncios relacionados ao meu problema de pesquisa. Ao mesmo tempo, tudo parecia se misturar, e num átimo de segundo, fui simultânea e forçosamente arrancado daquele mundo desconexo, convidado a emitir uma solução lógica e racional diante daquela opinião: *O que você acha?* E se eu dissesse que eu não achava nada? Que eu estava tão perdido como todos os cidadãos diante do controle da dengue? De que eu tinha algumas suspeitas de como todos nós experimentávamos aquele problema (as unidades de força), mas que eu não tinha nenhuma certeza sobre quem deveria dividir a responsabilidade pelas mortes e pela proliferação da doença? E se após aquela pergunta, viesse outra: como você acha que devemos acabar com a dengue? Interrompi o caminho até à última página do caderno e voltei à capa – naquele momento, seria impossível ler a matéria completa. Estava numa situação de interação, e nela eu deveria permanecer. Respondi apenas: “É, realmente...”, sem muita segurança de como continuar a falar sobre aquele assunto.

Enquanto a conversa tomava outros rumos, fixei-me, com mais vagar, no título da matéria: EXTERMINADOR DE MOSQUITO. Naquele mesmo instante, foi impossível não me lembrar de uma situação que minha família de Ponte Nova, particularmente minha mãe e meu cunhado, vivenciaram com a dengue. Há cerca de cinco ou seis anos atrás, o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, produziu uma reportagem sobre a dengue com foco nas suas formas de prevenção. A matéria trazia um especialista que observava as casas das pessoas e apontava formas – até então inimagináveis – de reprodução do mosquito. Desde a chamada da matéria, no início do programa, foi divulgado que o

Fantástico daquela noite ensinaria como montar uma armadilha doméstica para capturar o *Aedes Aegypti* de modo a impedir seu processo de reprodução – e esse foi um dos trunfos do programa da ocasião.

Em meio à reportagem completa, eis que é chegado o momento de o especialista ensinar como montar a armadilha. Os materiais eram todos de fácil acesso: garrafas *pet*, um pedaço de tecido de filó (aquele usado em cortinados), tesoura, arames, fita crepe e água limpa. Do que eu me recordo, a montagem se dava da seguinte forma: a) em primeiro lugar, era preciso cortar a garrafa *pet* ao meio – de modo que os dois recipientes da garrafa poderiam ser usados (desde que a metade superior estivesse com a tampa) b) em segundo lugar, era preciso cortar dois pedaços de filó de acordo com os diâmetros das embocaduras de cada metade da garrafa, deixando que um pouco de tecido invadisse as laterais, para que este fosse afixado ao plástico da garrafa em momento posterior; c) em terceiro lugar, dever-se-ia fazer dois furos opostos e alinhados perpendicularmente, bem próximos ao corte de cada metade da garrafa, para em seguida amarrar, em cada furo, a ponta de um pedaço de arame – de modo a se obter uma alça para pendurar a armadilha em locais estratégicos; d) por fim, era preciso encher de água limpa até quase o topo do recipiente – deixando-se um espaço de meio centímetro até a borda – para depois “tampar” a armadilha com o tecido de filó, afixando suas sobras com fita crepe nas laterais em torno da garrafa. Tudo isso seria feito com a seguinte lógica: a armadilha atrairia a fêmea do mosquito, estimulando-a a botar seus ovos (os furinhos do tecido em filó permitiam o contato com a água); entretanto, apesar da eclosão das larvas, no momento em que estas se transformassem em mosquitos, não haveria como estes saírem da armadilha – já que os furos do tecido possuíam ínfimo diâmetro, não suportando a passagem dos corpos daqueles insetos.

Lembro-me que os dias seguintes à reportagem foram marcados por um grande alvoroço público: pelo menos em meus círculos de convivência, muitos eram os comentários sobre o conteúdo da matéria. Recordo-me, brevemente, da presença de inúmeras opiniões controversas em outras aparições midiáticas seguintes que discutiam a armadilha: alguns especialistas se manifestavam veemente contra enquanto outros apoiavam a iniciativa. Na minha família, em Ponte Nova, meu cunhado se interessou pela facilidade daquela engenhoca doméstica e decidiu testar sua efetividade no combate à dengue: em torno do terraço da casa dos meus pais, várias armadilhas foram distribuídas, montadas cuidadosamente conforme orientou o especialista no programa Fantástico – e também foi disposta uma delas particularmente na área de ventilação e de circulação que circunda a janela do quarto da minha mãe. Depois de alguns dias, já era possível notar a reprodução das larvas: a arapuca realmente atraía o mosquito! No entanto, algo bizarro também acontecia: enquanto os recipientes mostravam-se cheios dos filhotes de *Aedes*, minha mãe começava a apresentar os sintomas de dengue: febre alta, dores no corpo, muita

indisposição. Quando ela *caiu de cama* e passou a ficar a maior parte do dia deitada, todos nós nos preocupamos muito: será mesmo que era dengue? Mas justo agora em que as armadilhas capturavam o perigo? Para mim, que não moro na mesma cidade em que vivem meus pais, foi um momento de angústia e de alerta: não conhecia ainda Dona Waldívia muito menos a médica Adriane Gomes, mas, de todo modo, uma apreensão enorme parecia comandar meus sentimentos: o que aconteceria com ela? Tratava-se de algo simples? E as mortes causadas pela dengue – estariam associadas a outros sintomas? Mas e a armadilha, não seria justamente para combater a dengue?

No mesmo período em tudo isso acontecia, os argumentos contra a arapuca doméstica apresentada no Fantástico ganhavam força pública em jornais e em outros programas da mídia. Muitos especialistas atestavam que tal engenhoca não dispunha de validade científica, uma vez que ela não havia sido amplamente discutida pelas comunidades de pesquisadores antes de ser levada ao programa. Contudo, para muito além disso, foi verificado que a armadilha também apresentava uma gravíssima disfunção: por mais que pudesse impedir – de modo precário, e ainda com muitos riscos – o ciclo de reprodução do mosquito, ela era igualmente eficaz em atrair o *Aedes* para o ambiente de convivência humana – onde encontrava, com fartura, seu alimento. A armadilha não supria a fome insaciável do mosquito, muito menos não impedia que as pessoas fossem picadas – e o vírus da dengue, esquecido, invisível e astuto, continuava por circular nos corpos dos mosquitos que não ficavam presos à armadilha e que se portavam prestes a avançar ao sinal do primeiro cheiro de pele humana. Esse argumento foi devastador e suficiente para que meu cunhado retirasse todas as armadilhas do *Aedes* da casa dos meus pais e para que, inclusive, o programa Fantástico retomasse as discussões e apresentasse os riscos de se produzir tal parafernália no ambiente doméstico. Minha mãe, apesar de ter sido afetada pelos horríveis sintomas e de ter custado a se curar, não teve outras complicações provocadas pela doença. A cura abriu espaço para a ironia e para a gozação (o humor é a arte de superfície, mobilizado pelo acontecimento – como recordaria Deleuze): tudo, na verdade, não se passou de um plano do meu cunhado para dar um sustinho na sogra...

Naquele momento, eu já tinha há muito me esquecido do jornal: o *exterminador do mosquito* me levava a outros lugares. Toda essa recordação não ocupou mais do que alguns segundos, e me fez ter vontade de falar sobre a dengue de novo. Interrompi a conversa entre minha esposa e a sua avó e narrei essa história: todos nós rimos bastante, e depois começamos a discutir a responsabilidade sobre a qual os meios de comunicação deveriam assumir quando dessem ampla disseminação a informações vacilantes e perigosas à saúde pública, como essas que contestavam a segurança da armadilha. Chegou, enfim, a hora de irmos embora, e eu tive muita vontade de levar o tabloide do sábado comigo: talvez não o conseguisse na próxima segunda-feira no meu trabalho, e se tratava de um válido fragmento

de meu corpus, de acordo com a metodologia escolhida na tese. Mas, obviamente, fiquei *sem graça* (como se diria lá em Ponte Nova) de demandar aquele jornal que ainda estava fresquinho. Falei baixinho para minha esposa e ela o pediu para mim. Sua avó disse: pode levá-lo, já está lido – como quem atesta, com segurança, que a leitura (e não unicamente a data de publicação) destitui o jornal de sua aura de atualidade. Na hora de sair, observava de novo o lindo jardim: quando sequer pudera eu imaginar que me encontraria com a dengue, em Manhauçu – e que a lembrança tragicômica da minha família emergiria em meio a deliciosos sabores e ao inusitado tropeço daquela notícia?

### **Abertura no tempo**

Desde o item 1.3 *Abordagem Metodológica*, anunciamos que tão importante quanto catar os vestígios do anúncio e do jornal seria também o movimento de catar os indícios de textualização e de dispositivação – em particular, os outros textos ligados à experiência de leitura das materialidades, que emergissem quando acionados pela atividade de leitura. Ao tomar os vestígios como lugares de experiência, fizemos também uma analogia a uma dialética (a que caçamos de *erótica*) entre uma *flecha* e uma *fenda*: a *flecha* epifânica das materialidades me afeta e me insere, simultaneamente, numa *fenda* – um movimento de textualização que me guia a outros textos, estes que me chegam à forma de narrativas em movimento (tecer) junto aos indícios do anúncio e do jornal (tecido). Desde então, foi possível tomar os vestígios de tais materialidades como *dispositivos de memória* (Silva et alii, 2008): ao acionarem um conjunto inacabado de outros textos e de outras experiências, completam (até aquele momento) o sentido e a presença do vestígio insurgido, num gesto fragmentário de leitura que indica, portanto, mais *um se perder* – em meio ao ineditismo dos lugares insurgidos – do que *um se achar* diante das materialidades. Sendo assim, *os dizeres nos ditos dos textos* (as narrativas) são sempre imprevisíveis e expressam lugares de experiências inusitados, por meio de *fendas* que acessam as memórias e as movimentam.

No entanto, para além de um entendimento da memória como aspecto presente a qualquer processo de textualização, guiamo-nos igualmente pelo seguinte desafio: compreender em que medida dimensões acontecimentais da experiência pública com os vestígios da dengue provocam, particularmente, *uma abertura em nosso campo de memórias*, acionando uma série de tempos e de lugares de experiência vividos e motivando encaixes e justaposições passadas e futuras com as temporalidades de vivência presente. Dito por outras palavras, para além de uma *reciprocidade promíscua* e de um *percurso afetado*, a experiência acontecimental com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também se revela por *fraturar a memórias* dos sujeitos, das materialidades e da própria cidade, acionando e dispondo em movimento as experiências vividas, (re)narrando-as e

atualizando-as em devir. Na seção anterior, pudemos justamente vislumbrar essa dinâmica: em meio a um inusitado contexto de comunicação, eis que a notícia *Exterminador de Mosquito* pôde acionar uma série de lembranças, disponibilizando-as na forma de encaixes espaços-temporais que emergiram em meio a outros encaixes da situação comunicativa, constituindo e reconfigurando uma experiência possível e em permanente atualização com a dengue, a partir dos vestígios daquele jornal – experiência cujos mecanismos pretendemos detalhar a seguir.

Com a ajuda de Ginzburg (1991), somos capazes de inferir: se não há linearidade nas formas de experiência do anúncio e do jornal – de modo que a leitura de tais materialidades se expressa na perspectiva de indícios inusitados que se achegam, não apartados dos contextos de comunicação –, não poderíamos acreditar que as memórias que constituem a experiência da dengue se conformam a partir de uma acumulação linear de todas as informações com as quais se depararam os sujeitos sobre tal problema público, ao longo de suas vidas. Mesmo porque, se execramos um olhar que toma a experiência como acumulação de conhecimento, é preciso também buscar um caminho que dê conta de refutar visões funcionais, estas que apanham a memória seja como arquivo estático, seja como processo linear que acumula informações. Para assumir uma perspectiva diferente, podemos recuperar, de início, um aspecto relevante oferecido por Silva et alii (2008, p. 3): a memória humana “é *lacunar* e realiza seu trabalho por meio da *tentativa de conexão dos fragmentos de tempo nela presentes* (grifos nossos)”. Por esse caminho, a memória parece ser a insistência de um movimento que tenta conectar as fatias temporais que constituem suas diversas lacunas, nas quais se dispõem as experiências vividas pelos sujeitos, em contato com os contextos de interação presentes. Nesse íterim, Maurice Halbwachs (2006)<sup>108</sup> – um dos principais pensadores sobre o assunto – entende que a memória não se expressa por uma atividade estritamente individual, uma vez que não se encontra inteiramente isolada e fechada. É dessa forma que,

para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Ibidem, p. 72).

Araújo (2010) destaca que um dos aspectos fundantes da obra de Halbwachs é justamente a saliência desse *aspecto social da memória*, que a constitui enquanto atividade

<sup>108</sup> Agradeço à amiga Wânia Maria de Araújo por ter compartilhado suas discussões sobre memória e cidade, em sua tese de doutorado, “Na tessitura da memória: narrativas do bairro Cachoeirinha”. A forma como ela utiliza a obra de Maurice Halbwachs foi bastante inspiradora – e, por mais que eu me dirigisse posteriormente à leitura original do pensador francês, muitos dos fragmentos que utilizei foram sugeridos pela tese de Wânia – a quem credito a originalidade das apropriações do autor e de novas inferências sobre o conceito.



inerente a uma gênese que posiciona os sujeitos em meio a outros. Nesse sentido, as lembranças do passado, mesmo que se apresentem como “oriundas de pensamentos e sentimentos que pareçam exclusivamente pessoais, só existem a partir dos quadros sociais da memória” (Ibidem, p. 137). Segundo a autora, isso não pode ser entendido como se os indivíduos não tivessem memórias próprias, muito menos como se não participassem da construção das mesmas, “mas que os quadros sociais da memória são anteriores às lembranças pessoais” (Ibidem, p. 137). No caso de um olhar comunicacional ao problema público da dengue, essa compreensão corrobora com um dos aspectos mais caros a essa tese (que apresentamos particularmente no início desse trabalho, na seção *Sujeitos da Comunicação*): se já compreendemos que os sujeitos não antecedem a *relação*, mas se constituem e resultam dela – na medida em que são *engendrados por e engendram* gestos de presença e de sentido, como também projetam expectativas e movimentos que são recíprocos –, a perspectiva de Halbwachs nos permite igualmente afirmar que *as memórias dos sujeitos não precedem seus quadros sociais de interação, mas se constituem e se resultam dos mesmos*.

No bojo da proposta halbwachiana, a visão de Araújo (2010) nos permite assim imprimir uma visada comunicacional à própria noção de memória, o que torna possível a compreensão de que as memórias da experiência com a dengue parecem ser fortemente marcadas tanto por *vivências sociais* – e não exclusivamente individuais – quanto por fatias do vivido que são acionadas *em meio aos outros*. Em relação à narrativa que apresentamos no início desse item, tal aspecto se mostra evidente: como poderia eu estar a postos com a lembrança das armadilhas domésticas antes da leitura da notícia, na casa da avó da minha esposa? Como poderia adentrar ao universo de todos os jornais e de todos os anúncios coletados, antes da pergunta que a mim foi endereçada (*O que você acha?*) sobre os motivos que levariam à infestação da dengue na cidade (tendo em vista que, sabendo que minha pesquisa de doutorado é sobre o problema público da dengue, a avó da minha esposa me reconheceu como interlocutor-especialista e projetou em sua questão uma expectativa social)? Além desses dois aspectos, não podemos também nos esquecer de que a própria leitura do Estado de Minas constitui-se enquanto uma atividade social: ela transcende as peculiaridades e os contextos de comunicação do próprio caso contado e insere-se junto a um público que consome as atualidades projetadas e as interpreta, em meio a inusitadas experiências e expectativas sociais. Por conta de tudo isso, a relação entre memória e vestígios da dengue nas materialidades elencadas permite-nos lançar luz sobre um saliente feito do conceito halbwachiano: a noção de memória coletiva, que, segundo Araújo (2010, p. 138),

não pode ser definida como a agregação das memórias individuais, subjetivas. Para [Halbwachs], a memória coletiva envolve as individuais, mas

não se confunde com elas. De uma maneira genérica, refere-se a um conjunto de lembranças que são socialmente construídas e têm como referência um conjunto que transcende o indivíduo. A memória coletiva possui um caráter familiar, grupal, social e a capacidade de lembrar vincula-se ao pertencimento do indivíduo ao grupo que ele faz parte, seja no espaço habitado, seja no espaço de trabalho, um espaço no qual viveu e compartilhou experiências junto a uma coletividade por certo período de tempo; enfim, um espaço de residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho. A memória coletiva está também vinculada ao fato de que várias de nossas lembranças vêm à tona porque outros nos fazem recordá-las, elas são oriundas de um fato que teve lugar na vida do nosso grupo.

Tal noção de memória coletiva nos ajuda a compreender porque os vestígios da dengue no anúncio e no jornal não são capazes de produzir um manancial coletivo de informações que pode ser acessado e lembrado por quaisquer sujeitos, e de maneiras semelhantes, em seus quadros de interação – jogando por terra um olhar informacional que insistiria, por exemplo, em analisar a quantidade de informações que determinado sujeito ou grupo possui sobre o problema público da dengue e o uso dessas informações em seus contextos de interação. Perguntas como, *se todos nós possuímos informações suficientes sobre como acabar com os focos do mosquito, por que nós não a utilizamos para agir em nossos cotidianos?*, ou *o que fazer para “colocar na cabeça” dos sujeitos informações que sejam lembradas no combate à dengue?* deixam de ter sentido, uma vez que parecem tomar a memória como uma atividade estática de estoque, e os sujeitos como unidades racionais que acessam as informações armazenadas apenas ao comando de suas vontades, em quaisquer situações.

De tal sorte, numa perspectiva relacional, a visada de Halbwachs nos ajuda a tomar os vestígios da dengue no anúncio e no jornal como fragmentos de memórias compartilhadas por determinadas coletividades (*lembram-se daquela notícia sobre a dengue, no jornal Estado de Minas? Lembram-se daquela campanha da dengue que mais parecia propaganda de guerra?, Então, à época... – dizem os sujeitos*), que se apresentam, no entanto, como catalisadores responsáveis por acionar determinadas fatias do vivido tão múltiplas, diversas e inusitadas quantos são múltiplos, diversos e inusitados os grupos e as situações sociais que conformam nossas experiências com o problema da dengue. É por isso que, do ponto de vista de uma memória coletiva, os vestígios da dengue que se achegam não passam a ocupar uma espécie de *arquivo estocado de experiências* – acessado supostamente pela vontade consciente de um sujeito que controla e dá conta de sua vida a partir de uma racionalidade que se antecipa aos problemas e a suas ações no mundo, junto aos outros. Em visão diferente, tais vestígios mais se assemelham a *forças* que fraturam o terreno “enrelevado” da memória e ativam os lugares de experiência já vividos, sempre os rerepresentando e os atualizando junto ao momento presente. Esse raciocínio nos permite chegar ao argumento principal dessa seção: ao que tudo indica, ao

fraturarem nosso campo de memórias, os vestígios da dengue no anúncio e no jornal *provocam uma abertura no tempo* – traço este eminentemente característico de dimensões acontecimentais (Deleuze, 2007).

Eis que a dengue irrompe-se no seio de nossa sociedade. O vírus existe, as pessoas se infectam, a morte se aproxima. O jornal publica notícias, o governo lança campanhas. A notícia do *exterminador do mosquito* é um vestígio dentre os inúmeros que compõem alguns dos fragmentos desse problema público. A dengue *acontece* na cidade e seu corte no mundo dos corpos afeta nosso presente. Em sua discussão sobre acontecimento e temporalidade, Deleuze (2007, p.154) reconhece que o acontecimento está dentro do tempo, no sentido em que ele remete necessariamente a uma efetuação espaço-temporal, irreversível como tal (*Há cinco anos, meu cunhado fez armadilhas na minha casa, motivado pelo Programa Fantástico, e minha mãe foi contaminada com a doença... – por exemplo*), em que cada um é afetado pelo acontecimento em seu presente variável. Entretanto, o acontecimento também se furta ao presente, escorrega-se ao tempo, desdobra-o, instaura uma temporalidade não a partir dos corpos cortados, mas de sua energia incorpórea:

Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente, porque ele é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular, *eventum tantum...*; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar a contra-efetuação (Ibidem, p. 154).

Para pensar a extratemporalidade do acontecimento (ou melhor: sua temporalidade paradoxal), Deleuze (2007) reabilita a distinção estoica de *aione chronos* como duas designações do tempo. *Chronos* é o tempo consecutivo, cronológico, em que o antes se ordena ao depois. É o tempo do mundo dos corpos, da profundidade, da sucessão. *Aion* é um não-tempo, um tempo morto, o tempo dos não-corpos, batizado também de *entretempo* – não submetido à lei de *chronos*. Ao se encarnar num estado de coisas (no momento presente de sua efetuação), o acontecimento afeta necessariamente as condições de uma cronologia: marca uma cesura e um corte, de modo que o tempo (*chronos*) se abre para se retomar sobre um outro plano (*aion*). Deleuze (2007) assim aponta que essa experiência do não-tempo é a de um tempo flutuante: simultaneamente a um presente sucessivo, a energia incorpórea do acontecimento se abate paradoxalmente sobre os sujeitos num instante de cisão ou de disjunção de um antes e de um depois. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que tal energia atualiza o presente e a sua efetuação (as dimensões acontecimentais da

dengue estão *em devir* e, sempre que se lançam sobre os corpos, transformam-nos), o acontecimento não se modifica: é puro, mantém-se vindo, não se confunde com os corpos. As dimensões acontecimentais da notícia *Exterminador do mosquito* – em meio aquele contexto presente em que se lançou a pergunta *O que você acha?* – abriram uma fenda no tempo, num instante em que se fluuavam os jornais, os anúncios, as experiências com a dengue, furtando-me ao presente e nele me mantendo, tudo ao mesmo tempo. Sendo assim, Deleuze (2007, p. 6-8) vislumbra que não há como conceber o acontecimento fora do tempo, embora ele próprio não seja temporal, de tal forma que

o tempo deve ser apreendido duas vezes, de duas maneiras complementares, exclusivas uma da outra: inteiro como presente vivo nos corpos que agem e padecem, mas inteiro também como instância infinitamente divisível em passado-futuro, nos efeitos incorporais que resultam dos corpos, de suas ações e de suas paixões. Só o presente existe no tempo e reúne, absorve o passado e o futuro, mas só o passado e o futuro insistem no tempo e dividem ao infinito cada presente. Não três dimensões sucessivas mas duas leituras simultâneas do tempo.

*Abertura no tempo* torna-se, por esse caminho, uma maneira de se entender o corte acontecimental numa cronologia. Por esse ponto, é possível lançar uma instigante proposição: as compreensões deleuzianas de tempo se mostram úteis ao entendimento da relação entre vestígios da dengue, acontecimento e memória. Para isso, voltemo-nos às ideias de Halbwachs (2006): pela proposta do autor, a memória não se apresenta como atividade fincada num passado intocado, mas como campo que aglutina encaixes entre tempos, acionados socialmente por vivências presentes. Nesse sentido, a abertura no tempo também pode ser entendida como uma abertura nesse campo de memórias, acionando uma série de fatias temporais relativas a lugares de experiência vividos e motivando encaixes e justaposições passadas e futuras com as temporalidades de vivência presente – (re) narrando e atualizando as experiências, em devir. A propósito, o próprio Halbwachs (2006) explicita uma ligação existente entre memória coletiva, tempo e espaço. Tempo, para o autor, é tomado como categoria social: “é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças” (Ibidem, p. 125), de modo que, em contextos sociais diversos, os sujeitos imprimem, de um modo coletivo (e nunca homogêneo), memórias e representações de seus tempos:

a busca pela reconstituição ou reencontro de alguma lembrança por um grupo é, então, realizada no tempo desse grupo, pois é aí que ela se apoia. É o tempo que tem o poder de desempenhar esse papel de rememoração. Entretanto, é preciso não perder de vista que a construção social do tempo varia, não existindo um tempo único e universal, em termos de sua duração, visto que as sociedades se decompõem em uma série de grupos. O que é importante reter de tais considerações é que a subsistência do tempo, mesmo que não transcorra da mesma forma para os vários grupos de uma sociedade, é uma condição da memória (Araújo, 2010, p. 140).

Além do tempo, Halbwachs (2006, p. 170) reconhece o espaço como uma categoria importante para se pensar a memória: afirma que as lembranças são possíveis uma vez que estas ganham no espaço uma espécie de suporte material, e ainda completa que

é ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça (Halbwachs, 2006, p. 170).

Sem sombra de dúvidas, a relação entre memória, tempo e espaço encontra em Halbwachs uma composição conceitual relevante. Entretanto, para ajudar na compreensão entre vestígios da dengue no anúncio e no jornal e suas inter-relações com o acontecimento e a memória, tal composição não se revelaria, às vezes, um tanto quanto positiva? Dito por outras palavras, o autor não parece tomar o tempo como algo interno à memória e aos sujeitos e/ou ao próprio grupo – quase como que responsável por acionar as fatias de experiências passadas, em movimento que sugere uma certa linearidade – e o espaço como algo externo à memória e a esses sujeitos – como se a relação entre memória e espaço fosse reduzida a uma ativação das lembranças nos lugares *tangíveis-pelos-pés* (ruas, casas, bares, parques), pelos quais se encontram ou passam os sujeitos<sup>109</sup>? Tendo em vista tal suspeita, propomos nos inspirar na visada acontecimental de Deleuze (2007) para lançar luz às noções de tempo e espaço – com vistas a elencar outros elementos para alargar nossa compreensão sobre vestígios da dengue, dimensões acontecimentais e memória.

Deleuze (2007) parece admitir um jogo coreografado e intrínseco entre as categorias de tempo e espaço, permitindo-nos tomá-las enquanto *díades encaixadas*. Lembremos: quando o acontecimento causa uma fissura numa cronologia, instaura-se um entretempo e um devir-ilimitado – é a figura do *aion* que acolhe futuro e passado. Dessa forma, ao esticar o tempo, *aion* instaura-se como um *lugar*, espacializando-se num presente eterno. O tempo de *aion* ganha, portanto, uma forte dimensão espacial: é o espaço – e não a duração de um antes e de um depois – que parece caracterizá-lo enquanto temporalidade. É assim que em *aion*, o espaço parece estar a serviço do tempo: atribui ao tempo o *status* de um lugar, e acolhe, numa extensão infinita, os diversos lugares de experiência, passados ou futuros, abertos pelo corte acontecimental. Tais formulações nos permitem dizer que a abertura de outros lugares de experiência provocada pelos vestígios acontecimentais da dengue no anúncio e no jornal é, também, *um gesto de memória*: encaixes espaço-temporais são acionados pela força incorpórea do acontecimento e postos em relação na atmosfera de um

<sup>109</sup>É importante lembrar que tal apontamento não nos faz recusar as contribuições de Halbwachs. Apenas desejamos buscar uma configuração teórica que dê conta de apanhar a complexidade das relações entre tempo, espaço e memória sob o ponto de vista de dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal.

presente eterno – simultaneamente em meio ao tempo cronológico dos corpos, sobre o qual se efetua o corte acontecimental. Com relação a isso, dois aspectos se mostram válidos para considerar a relação entre tais gestos de memória e os vestígios da dengue: 1) a memória acontecimental como a expressão de um *espaço de experiências* e de um *horizonte de expectativas* (Koselleck, 2006); 2) a experiência pública com os vestígios enquanto a constituição de movimentos de ativação e de atualização do campo de memórias coletivas dos sujeitos em relação ao problema público da dengue.

Em relação ao primeiro aspecto, a visada de Deleuze (2007) nos permite entender que a relação entre memória e acontecimento não se faz apenas por um acionamento de experiências passadas, mas também por uma projeção de horizontes futuros, abertos pelo entretempo do acontecimento. Por esses termos, a memória acolheria não apenas o que já se passou, mas o que sequer ainda não veio, mas que advém, vem vindo (devir). *O que você acha?* – calava-me a pergunta da avó de minha esposa, ao mesmo tempo em que eu era sugado pela energia incorpórea do acontecimento: naquele eterno instante, tanto lembranças de experiências passadas (as notícias e os anúncios os quais li, por exemplo) quanto projeções de experiências imaginadas (o cenário de uma cidade sem dengue pela vacinação, dentre outras) tomavam parte naquela fenda acontecimental e se lançavam sobre as fatias de um tempo infinito que, naquele momento, constituíam meu campo de memórias sobre a dengue. Nesse sentido, passado e futuro confundiam-se num presente eterno: lembranças pretéritas e projeções de horizontes possíveis eram mutuamente afetadas, ao ocuparem o espaço de um presente esticado.

Sendo assim, as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue nos permitem retrazer a díade *espaço de experiências/horizonte de expectativas* de Koselleck (2006) junto à compreensão da memória acontecimental como uma relação entre lembranças vividas e lembranças imaginadas. Isso porque a memória fraturada pelo acontecimento parece incorporar

vivências próprias e as de outros que lhe foram transmitidas. O passado então pode se condensar ou expandir-se de acordo com a forma como estas experiências são incorporadas. Assim, teríamos no passado uma constelação de possibilidades de escritura para o presente histórico, objetivando o horizonte de expectativa no tempo futuro em alguma medida já estabelecido (Silva et alii, 2008, p.8)<sup>110</sup>.

Ao ser interpelado pela notícia, não teria sido fissurada a minha memória, atualizando-se minha experiência com o problema da dengue – a partir de um presente eterno que ora expande ora condensa as vivências passadas, acolhendo projeções de um

<sup>110</sup> Tal citação pertence ao contexto da experiência urbana, problematizado pelos autores. Apesar de termos destituído seu lugar inicial, consideramos o fundo de seu pensamento bastante esclarecedor, no que se refere ao entendimento da memória sob a égide de dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal.

futuro imaginado que não pertence só a mim, mas a outros? Tal questionamento abre espaço para refletirmos sobre o segundo aspecto relevante junto à relação entre materialidades da dengue e gestos de memória: a partir de dimensões acontecimentais, a experiência pública com os vestígios da dengue parece sugerir, em alguma medida, *uma experiência de memória coletiva* – em que são ativados e atualizados os diversos encaixes espaços-temporais que constituem os sentidos e as presenças de tal problema, em meio aos inúmeros e inusitados contextos de comunicação pelos quais se dispõem os sujeitos e suas memórias. Para que tal aspecto se sustente, é preciso lembrar que a noção de público adotada nessa pesquisa lança luz sobre a *relação* proveniente de uma *tensão recíproca* entre as experiências que nos são alheias (o exterminador do mosquito propagado pelo jornal; a doença da minha mãe e a construção das armadilhas) e as experiências que nos são mais próprias e subjetivadas. Da mesma forma que, em caminho afim, a noção de memória coletiva é tomada não como a soma de memórias individuais, mas como um conjunto de lembranças que insurgem sempre *vinculadas a e/ou motivadas por* quadros sociais mais amplos, afetando-nos enquanto sujeitos que se enredam em múltiplas formas de experiência. De tal sorte, é Dewey (1980, p. 60) quem nos inspira a pensar numa inter-relação entre experiência, memória e atualização:

A junção do novo e do velho não é apenas uma composição de forças, mas uma recriação na qual a impulsão presente toma forma e solidez enquanto o “velho”, o material armazenado é literalmente revivificado, ao lhe dar nova vida e alma por ter encontrado uma nova situação<sup>111</sup>.

Tudo isso nos faz supor que os sujeitos sempre compartilharão de uma memória fraturada, estilhaçada, inusitada e em permanente atualização, sob o jugo de dimensões acontecimentais da dengue nos vestígios do anúncio<sup>112</sup> e do jornal. Dessa forma, a abertura

---

<sup>111</sup> “The junction of the new and old is not a mere composition of forces, but is a re-creation in which the present impulsion gets form and solidity while the old, the ‘stored’ material is literally revived, given new life and soul through having to meet a new situation” (Dewey, 1980, p. 60).

<sup>112</sup> Para não gerar narrativas repetitivas, optei, nessa seção, por tensionar os conceitos apenas com a narrativa do vestígio no jornal (o caso do *exterminador do mosquito*). Isso porque, ao também dispor as narrativas do anúncio, percebi que o fundo da questão – a memória como um gesto de abertura no tempo – valeira em igual medida tanto para as narrativas do anúncio quanto para as do jornal, sem muitas especificidades no que tange aos tensionamentos gerados. Para o leitor ter uma ideia e tomando como partida o anúncio *Agora é Guerra: todos contra a dengue*, eu narraria, no corpo do texto, a história de um dia em que me deparei com o adesivo dessa campanha num carro logo à frente ao meu, em meio a um engarrafamento horroroso em Belo Horizonte. Depois de permanecer durante uns dez minutos literalmente estacionado em plena via pública, fitei concentradamente o adesivo disposto no carro da frente. Foi então que, naquele momento, eis que me transporte até 1991, e me vi novamente acompanhando a Guerra do Golfo sendo televisionada ao mundo inteiro. Na ocasião daquela guerra, me lembro que eu era tomado por sentimentos de perplexidade: as imagens se assemelhavam muito a meus jogos de vídeo game, e, para ser muito sincero, a vivência da Guerra do Golfo, em meio às minhas férias escolares, mais se assemelhava ao acompanhamento de um intenso episódio de ficção do que algo que tinha concretude no mundo (algum tempo depois, fui tomar pé da dura realidade que aquele momento representou). Ao mesmo tempo em que era guiado pelas lembranças da Guerra, eis que fui também sequestrado por um gesto de infantilidade:

no tempo – como um *gesto de memória provocado pelos vestígios* – parece sempre insinuar a atividade de uma memória lacunar que se expressa pela conexão de um conjunto inacabado de encaixes espaços-temporais – estes que se conformam enquanto lugares de experiência passados e futuros em movimentação num presente eterno. Por conta disso, é válido reforçar uma proposição que temos utilizado desde as primeiras partes desse trabalho: agora também sob o ponto de vista da memória (e não apenas de um movimento de dispositivação), podemos considerar que os vestígios da dengue no anúncio e no jornal, quando abertos pela força acontecimental, também se posicionam, eles mesmos, como *lugares de experiências* que reúnem outros: são *fendas cheias de fendas*, sempre a se completarem pelas fatias espaços-temporais das lembranças, acionadas e atualizadas em devir – sob a égide de múltiplos e de nunca homogêneos contextos de comunicação.

### **Histórias e previsões**

Mais uma labuta matinal começava. O mês de março do ano de 2011 já dava sinais de agonia – estávamos no dia 25, última sexta-feira que precedia as horas de abril. Depois que minha filha nasceu, em julho de 2010 (cerca de oito meses antes desse dia), minha orientação com relação ao tempo nunca mais fora a mesma. Até então, julgava-me capaz de me localizar em meio a uma direção cronológica sob a qual, supostamente, acontecia a vida. No entanto, habitando agora a plenitude da paternidade, balançavam-se os pilares de uma sequencialidade: era como se minha existência estivesse exposta a um tempo sem fim, nem antes e nem depois. O curioso de tudo isso é que eu me sentia convidado a tomar assento na comunidade dos mais velhos: eu já me enxergava, com grande clareza, adotando comportamentos semelhantes a condutas dos meus pais e dos meus avós em relação ao tempo – eles se referiam a alguns anos de suas vidas como se fossem eternos: “*Em 1960, quando eu fui morar no Rio, aconteceu isso...*”, dizia meu pai. “*Quando sua irmã nasceu, em 1969, eu estava nessa situação...*”, contava minha mãe. Sabe-se lá se em suas narrativas dispunham-se histórias acontecidas em 1962 ou em 1970: o importante era a marca indelével daqueles anos que pareciam ter interrompido bruscamente o correr das horas.

---

lembrei-me também que, à época, eu tinha vontade de destruir o personagem “Dengue” do programa Xou da Xuxa que passava todos os dias, pela manhã. Recordei-me de um dia em que tive vontade de mandar aquele personagem sair do programa e ir direto para a Guerra do Golfo, para nunca mais voltar (eu tinha muita implicância com aquela *figura*). Tudo isso me gerou um crise de risos, especialmente quando imaginei o adesivo da Campanha do Governo do Estado assim descrito: *Agora é Guerra, todos contra o Dengue!* Naquele instante, vi sendo realizado um sonho de criança, em meio a um engarrafamento estúpido, no início de um inusitado começo de dia. Tal narrativa, que seria enriquecida com outros detalhes, serviria a gerar raciocínio semelhante junto às considerações sobre vestígios da dengue, dimensões acontecimentais e memória – mas preferi apartá-la do corpo do texto para não produzir redundâncias.





Figura 23: Capa Jornal Estado de Minas, 25 de março de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

primeira frase que me saltou aos olhos, disposta num *banner* superior acima da manchete principal. A chamada se referia a um caderno especial que trazia o guia completo do Mundial de Fórmula 1 – que se iniciaria no próximo domingo. Desci um pouquinho os olhos, e vi que a manchete principal da edição referia-se à Lei Ficha Limpa, que tinha sido aprovada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2010 e que agora passava por algumas revisões: “...E NÃO É QUE VAI SUJAR AINDA MAIS?”, gritava aquele amontoado de letras num tom de crítica. Tive novamente a sensação de que ainda estávamos em 2010: as questões eleitorais submergiam-se à superfície de 2011 e pareciam dar continuidade a um tempo que não passaria jamais.

Com lentidão, desci os olhos sobre a capa para continuar a leitura. A grande imagem de um quebra-cabeça revelava alguns itens que faltariam nas obras de “Revitalização da Savassi”, tal como anunciavam informações obtidas junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Acalorei um pouco os ânimos quando avistei lá embaixo, quase totalmente no canto direito do jornal e escondida em meio a outros acontecimentos da capa, mais uma notícia sobre a dengue. A pequena manchete “DENGUE – VÍRTUS TIPO 4 CHEGA AO RIO E ACENDE

Era exatamente esse sentimento que me nutria naquele 25 de março. Na vivência dos meus dias, a consciência mesma de uma cronologia parecia ter cedido lugar a um entretempo, um tempo sem início e sem fim. Falo isso porque enquanto eu percorria o caminho de costume ao trabalho, naquela derradeira sexta-feira de março, me dei conta de que realmente estávamos em 2011 – até então, era como se eu estivesse por viver sob a égide de 2010. Cheguei enfim ao trabalho para um novo recomeço – tive a sensação de que o trânsito fluíra mais do que o de praxe. Mas quando confirmei as horas no relógio, vi que gastara mais minutos para percorrer o mesmo trajeto de todas as manhãs. Acho que eu precisava mesmo era dormir: estava mais lento naquele dia e confundindo as coisas, pensei. Senti ainda que a vida quis me dar um recado quando me aproximei do meu setor e tomei o Estado de Minas que acabava de chegar: “É HORA DE ACELERAR”, foi a

**ALERTA EM MINAS”** dividia aquele canto inferior direito com a manchete de outro acontecimento: **“MORTE DE NAMORADOS – POLÍCIA VÊ INDÍCIOS DE HOMICÍDIO CULPOSO”**. Belo Horizonte parecia acompanhar atentamente as investigações sobre a morte de um casal de namorados em pousada de luxo, numa região serrana próxima à capital. Tal acontecimento assoberbava os belorizontinos: nas últimas semanas, a vida perdida desses dois estudantes de medicina, que não tinham nenhum histórico criminal aparente, compunha o cardápio de comentários e de especulações em meio à vida na cidade.

Cumprimentei os colegas e me sentei a minha mesa: antes que fosse engolido pelos afazeres laborais, tentaria degustar, ainda que por poucos segundos, um pedaço daquela notícia sobre a dengue. Dirigi-me à quarta página do caderno Gerais, onde se dispunha a matéria. Ocupando toda a metade superior da folha, a manchete principal **“UM VIAJANTE INDESEJÁVEL”**, era aberta com a seguinte chamada que se antecipava:

Minas se arma para tentar deter a chegada do vírus tipo 4, que do Norte e Nordeste aportou em Niterói. Infectologistas consideram o avanço preocupante e aperfeiçoam técnicas de exame (Caderno Gerais, Estado de Minas, 25 de março de 2011).

O texto completo da notícia relatava o *ressurgimento* no Brasil, depois de 20 anos, do vírus tipo 4 da dengue e anunciava a preocupação de autoridades tanto com a suposta expansão intempestiva da doença quanto com formas mais rápidas de diagnóstico dos possíveis suspeitos. Ao final, a matéria é concluída com a fala do então vice-presidente da Sociedade Mineira de Infectologia, Carlos Antonio Teodoro, que confirmava as previsões de infestação desse tipo de vírus no país:

**“Mais cedo ou mais tarde, ele virá. Pode ser que, como as temperaturas estão caindo, ele não chegue este ano e venha com mais força em 2012. É hora de intensificar as estratégias de combate”**. Ele alerta que o novo sorotipo não é mais forte nem mais perigoso. **“Como há 20 anos não aparece por aqui, ele tem uma população suscetível e, como muitos já foram contaminados pelos outros tipos, uma segunda infecção por dengue é potencialmente mais grave”**. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 25 de março de 2011).

26 ESTADO DE MINAS • QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2011

**DENGUE**

**Minas se arma para tentar deter chegada do vírus tipo 4, que do Norte e Nordeste aportou em Niterói. Infectologistas consideram avanço preocupante e criam nova técnica de exames**

## Um viajante indesejável

**Luiz Carlos**

Cento milhares de pessoas foram afetadas pelo vírus da dengue, que desde há dois anos ganhou força na região Sudeste. No entanto, em 2011, o vírus tipo 4, que chegou ao Brasil em 1962, voltou a ser detectado em Minas Gerais. O vírus é considerado um dos mais perigosos e a chegada do novo sorotipo preocupa autoridades de saúde e especialistas em doenças tropicais. O vírus tipo 4, que chegou ao Brasil em 1962, voltou a ser detectado em Minas Gerais. O vírus é considerado um dos mais perigosos e a chegada do novo sorotipo preocupa autoridades de saúde e especialistas em doenças tropicais. O vírus tipo 4, que chegou ao Brasil em 1962, voltou a ser detectado em Minas Gerais. O vírus é considerado um dos mais perigosos e a chegada do novo sorotipo preocupa autoridades de saúde e especialistas em doenças tropicais.



**Agente de saúde intensifica trabalho em todos os regiões do estado para evitar a chegada do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue**

**HISTÓRICO**

■ O vírus da dengue tipo 4 chegou ao Brasil em 1962, vindo de Niterói, no Rio de Janeiro. Desde então, o vírus tem sido detectado em várias partes do país, incluindo Minas Gerais.

■ Em 2011, o vírus tipo 4 foi detectado em Minas Gerais, após um surto em Niterói. O vírus é considerado um dos mais perigosos e a chegada do novo sorotipo preocupa autoridades de saúde e especialistas em doenças tropicais.

■ O vírus da dengue tipo 4 chegou ao Brasil em 1962, vindo de Niterói, no Rio de Janeiro. Desde então, o vírus tem sido detectado em várias partes do país, incluindo Minas Gerais.

**DEPENDENTE DE CRACK**

**Pedagoga recebe cuidados especiais**

Maria Eduarda, 32 anos, é uma jovem de Belo Horizonte que sofre de dependência química. Ela chegou ao Brasil em 2005, vindo de Niterói, no Rio de Janeiro. Desde então, ela tem sido detectada em várias partes do país, incluindo Minas Gerais.



**Prevenção tem reforço de R\$ 70 mil**

A Prefeitura de Belo Horizonte anunciou um investimento de R\$ 70 mil para a prevenção da dengue. O dinheiro será usado para a compra de produtos de limpeza e para a realização de campanhas de conscientização.

**JACIR GUIMARÃES ESTEVES**  
MISSA DE SÉTIMO DIA

A família de JACIR ESTEVES convoca para o Missa de Sétimo Dia

Prevenção tem reforço de R\$ 70 mil

Figura 24: Notícia Caderno Gerais, 25 de março de 2011  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Era ou não era para se ter medo? O sorotipo não é mais forte e nem mais perigoso – para que tanto assoberbo? Ainda assim, o jornal insistia que as previsões para o futuro do Estado com a dengue seriam as mais alarmantes possíveis por meio da fala do próprio especialista (que simultaneamente constatava uma população mais suscetível à aproximação de tal vírus). Confesso que ler tudo isso me trazia um caminhão de dúvidas: o que poderíamos fazer? O que significa intensificar as estratégias de combate, como anunciou o médico na matéria – se o vírus tipo 4 não era o mais forte e o mais perigoso? O jornal, a partir de tal recomendação, se dirigia a quem? A nós, cidadãos dispersos? A organizações e a empresas? Ao poder público? Para completar a notícia, um *box* vertical à esquerda trazia um desenho em preto e branco do *Aedes aegypti* e, com o título “HISTÓRICO”, apresentava alguns dados sobre a trajetória do mosquito no país, na forma de tópicos:

. Há referências de casos de dengue no Brasil desde o século 19. Em 1916, houve relatos de um caso em São Paulo e, em 1923, em Niterói, no Rio de Janeiro, sem diagnóstico.

. A primeira epidemia registrada ocorreu em Boa Vista, em 1981-1982, causada pelos tipos 1 e 4.

. Em 1986 houve epidemias no Rio e capitais do Nordeste. Desde então, a dengue vem ocorrendo no Brasil de forma contínua, intercalando-se com epidemias, associadas a dois fatores: 1 – Introdução de novos sorotipos em áreas onde não circulavam; 2 – Mudança do tipo de vírus predominantes.

. Em 2010, um novo recorde de dengue assolou o Brasil. Com a volta do sorotipo 1, três tipos de vírus circularam: 1, 2 e 3.

Fonte: Ministério da Saúde (Caderno Gerais, Estado de Minas, 25 de março de 2011).

Tudo aquilo me causava surpresa, a breve história da dengue e a previsão para os próximos meses. Uma presença forte de um passado e de um futuro, em meio a uma retomada de fatos e a um discurso escorregadio do que poderia vir, pareciam conformar a estrutura de constituição daquela notícia – será que aqueles pensamentos sobre o tempo, que tinham aberto o meu dia, influenciavam-me a tomar todos os fenômenos sob a lente das temporalidades? Minha vontade era de continuar a pensar, mas eu precisava – ainda que com lentidão – voltar aos fazeres profissionais. Durante todo o período em que trabalhava, aquela notícia *volta-e-meia* retornava aos meus pensamentos. O que significava ter dengue na década de 80? E no início do século? A lembrança daqueles principais marcos sobre a epidemia no país parecia não alcançar o calor das biografias afetadas pela doença. Como seriam as histórias das pessoas que tiveram dengue naqueles períodos? Como foram suas reações à doença – haveria mortes e ranger de dentes? E como seria o futuro da dengue: estaríamos perdidos e condenados à moléstia, em meio a números que cada vez mais



denunciavam o aumento desenfreado de uma infestação coletiva? Ou tudo aquilo não se passava de uma grande estratégia do jornal para chamar a atenção de seus leitores?

Quando cheguei em casa após o expediente, fui logo mexer no material catado. Tive curiosidade de observar, em meio às materialidades, como apareciam as histórias e as previsões da dengue. Entre os jornais, lá estava aquele com a notícia sobre o *Exterminador do mosquito*, cuja leitura primeira tinha sido regada gostosamente a lascas de caçarola italiana em Manhuaçu, no dia 5 de junho de 2010. Aliás, na ocasião eu não tinha sequer lido a matéria completa: restringi-me às informações de capa e às chamadas de abertura da

18 ESTADO DE MINAS CARRO, 1 DE JUNHO DE 2010 ESPECIAL

# PERSONAGENS DA SEMANA

RONILSON BITENCOURTH E GERALDO PACHECO  
Agentes de zoonose

Combatentes da epidemia que matou duas pessoas na capital esta semana acreditam que apenas uma ampla conscientização da população pode minimizar o problema

## Tropa contra a dengue

**Luciano Elias**

Ele tem apenas meio-centenário e é um mosquito. Apesar de ser um inseto, o *Aedes aegypti* é considerado um dos maiores responsáveis pela disseminação da dengue no Brasil. É ele quem transmite o vírus através de suas picadas. Apesar de ser um inseto, o mosquito é considerado um dos maiores responsáveis pela disseminação da dengue no Brasil. É ele quem transmite o vírus através de suas picadas. Apesar de ser um inseto, o mosquito é considerado um dos maiores responsáveis pela disseminação da dengue no Brasil. É ele quem transmite o vírus através de suas picadas.

... (repetição do texto para manter a estrutura)



Ronilson (E) e Geraldo Pacheco examinam uma caixa d'água no bairro Santa Lúcia

MÉS DOS NAMORADOS

### TOULON

É HORA DE DEMONSTRAR TODO O SEU AMOR.

Malha Básica a partir de R\$ 20,  
Malha Estampada a partir de R\$ 28,  
Calça Jeans a partir de R\$ 42,  
Pólo a partir de R\$ 48.

www.toulon.com.br

10 DE AGOSTO

ATEX SEM JUROS

CARTÕES 2X E 3X

Figura 25: Notícia Primeiro Caderno, 05 de junho de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

notícia, após ser engolido pelas conversações na cozinha. Desta vez, quase um ano depois, degustaria todo o texto. Posicionada na última página do caderno principal, a notícia compunha a seção especial “PERSONAGENS DA SEMANA”, título que se apresentava em azul petróleo, ao alto da página. A seguir, os nomes de “RONILSON BITENCOURTH e GERALDO PACHECO” vinham em fonte pequena, porém destacada em branco, num fundo também em azul petróleo. “TROPA CONTRA A DENGUE” era o título da matéria, prenunciada pelo seguinte texto em cinza:

Combatentes de epidemia que matou duas pessoas na capital esta semana acreditam que apenas uma ampla conscientização da população pode minimizar o problema. (Primeiro caderno, Estado de Minas, 5 de junho de 2010).

Lembrei-me novamente daquela pergunta *O que você acha?*, feita pela avó da minha esposa, e sorri. A matéria,

aberta com caracterizações do *Aedes aegypti* e com o destaque para o número de casos confirmados no Brasil até a ocasião, enfeixava-se, em seguida, para evidenciar o trabalho dos agentes de zoonoses (realçando como os principais atores responsáveis pelo controle da doença nas cidades), e dava lugar às biografias de dois deles, Ronilson

Bitencourth e Geraldo Pacheco, que atuavam particularmente na região centro-sul de Belo Horizonte:

Desde os 17 anos, Ronilson Bitencourth, hoje com 28 anos, bate de porta em porta para informar, orientar e alertar moradores sobre os cuidados com o mosquito. Há 11 anos como agente de zoonose de Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), ele já passou por várias epidemias e confessa que a deste ano tem sido a pior delas. “Nem mesmo o frio conseguiu desbancar o *Aedes aegypti*. Lembro que a de 1998 também não foi nada fácil, mas esta tem sido mesmo impressionante”, compara. Mesmo sendo velha conhecida de Ronilson, a dengue, segundo ele, ainda o assusta. “Já fui contaminado e sei o mal que se tem quando a doença nos ataca. Além disso, conheço quem já perdeu a vida por causa do vírus. Ele não é brincadeira”, alerta. (...) Geraldo Adriano Pacheco é quem coordena essa tropa e há 13 anos está nessa batalha. Dificuldades? “Há muitas. Mas a principal delas é a falta de colaboração das pessoas. Há a informação sobre os cuidados, mas percebemos que a dengue não tem o crédito que merece. Muitos simplesmente não acreditam no poder dela. Aí que está o problema”, comenta Geraldo. (Primeiro caderno, Estado de Minas, 5 de junho de 2010).

Será que o próprio especialista da notícia anterior era um dos que não acreditariam no poder da dengue (ao afirmar que o sorotipo 4 do vírus não era mais forte e nem mais perigoso)? Senti que as histórias dos dois agentes traziam um pouco mais de humanidade aos números e às confirmações de casos – fundada numa convivência diária com essa doença que não era “brincadeira”. A matéria depois seguia apresentando outros detalhes de suas vidas, em particular na relação com as pessoas. Eles se diziam, às vezes, ter que ocupar o lugar de psicólogos e de amigos durante as visitas nas casas, e contavam de suas frustrações quando voltavam aos mesmos ambientes e percebiam que os problemas não tinham sido solucionados. Apesar disso, se mostravam apaixonados pelo serviço. Era uma notícia que parecia ter rosto e projetar sentimentos – ao contrário de outro vestígio da dengue encontrado no Estado de Minas de 16 de abril de 2010.

Na capa deste jornal, a chamada não muito grande e em vermelho – “DENGUE” –, gerava um relativo destaque à manchete em cinza “BACTÉRIA IMPEDE QUE MOSQUITO TRANSMITA VÍRUS”, naquele canto inferior direito. Fui conferir a notícia completa que ocupava toda a extensão da última página do primeiro caderno. Além do texto principal, dispunha-se à esquerda – esticando-se na parte inferior do jornal até a direita da página – uma espécie de desenho fluxogramado em sequência, contendo informações sobre o mosquito transmissor, as formas de infecção, os cuidados e a prevenção, até chegar a um detalhamento da pesquisa com as tais bactérias que impediriam a transmissão do vírus. Sem contar a bizarria que essa notícia me causou, o que me chamou a atenção – em meio à procura de histórias e de previsões – foi o pequeno *box*, ao final do texto principal, que trazia informações de outros tempos sobre o ciclo da doença no país:

O mosquito da dengue foi identificado pela primeira vez em 1762. Os primeiros registros da doença no Brasil surgiram no fim do século 19, em

Curitiba (PR), e no início do século 20, em Niterói (RJ). Em 1955, o *Aedes aegypti* chegou a ser considerado erradicado, depois de medidas impostas pelo governo para o controle da febre amarela. Mas, na década de 1960, o relaxamento das regras fez com que o mosquito reaparecesse em território nacional (Primeiro caderno, 16 de abril de 2010).

**ESTADO DE MINAS**

SEUS HORIZONTAIS, SEUS FEIROS, 16 DE ABRIL DE 2010

**COPA COM TV EM 3D**

Atletas vão a televisão 3D para acompanhar o Brasil

**IDEOLOGIA NO ENSINO**

Programa Nacional de Direitos Humanos prevê a inclusão de temas como discriminação, direitos de minorias e formação de servidores públicos, com material didático de governo. É que ensino e saúde representam os setores mais afetados

**ESPORTES**

**Empate no Chile garante Reposo nas oitavas**

Os Chilecos venceram por 2 a 1 os argentinos, mas não foram capazes de avançar para a Copa que está a dois jogos. Com Thiago Ribeiro (M) no elenco, o time brasileiro não conseguiu vencer o Chile no jogo decisivo

**VACINA DA GRIPE SUÍÇA CHEGA A CLÍNICAS DE BH**

Quem sofrer de gripe do grupo A, mais comum, não precisa se preocupar com o risco de complicações graves. Já quem sofre do grupo B, mais raro, pode sofrer de um quadro pulmonar grave de 5% a 10%. Portanto, a vacina suíça contra a gripe, mais conhecida como "gripe suína", chegou às clínicas de BH

**STF ABRE CAMINHO PARA IPSEMG DEVOLVER TAXA**

SEVIDORES PODERÃO REQUERER A DEVOLUÇÃO DO DESCONTO DE 3,2% FEITO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Crédito de 450 mil funcionários públicos estaduais que tinham sendo descontado para assistência médica, hospitalar e odontológica poderá pedir na Justiça o ressarcimento. Depois que o Supremo considerou legal a contribuição compulsória. Para o tribunal, o recolhimento só poderia ser voluntário. O Estado pede recurso contra a indenização motivou. O TSTing informou que o plano de saúde continua à disposição dos usuários que contribuíam

**Strike sobre óleo na Contorno**

Um dos maiores problemas de trânsito na cidade é o trânsito de caminhões que fazem entregas no bairro. A greve dos caminhoneiros pode piorar a situação

**ELIÇÕES**

Espectro à direita entre PT e PMDB em Minas

Não há consenso entre os dois partidos sobre o que fazer com o resultado. O PT quer manter o governo, o PMDB quer se preparar para o próximo ano

**POLEIA UNIFICADA**

Estado vai instalar centro integrado no Conselho

Uma única unidade administrativa para o Conselho Municipal de Saúde, com o objetivo de melhorar a gestão e a qualidade do serviço

**DENGUE**

Bactéria impede que mosquito transmita vírus

Um estudo realizado em laboratório mostrou que a bactéria *Wolbachia* impede que o mosquito transmita o vírus da dengue

**PLACEBO NA VEIA**

Doença rara de pele tratada com placebo

O tratamento com placebo mostrou resultados semelhantes aos do tratamento com o medicamento

**CAOS NA EUROPA**

Criças de vacinação fecham aeroportos

Em vários países da Europa, as pessoas começaram a recusar a vacinação, o que levou ao fechamento de aeroportos

**BARCODES**

Barcodes em produtos de higiene pessoal

Barcodes em produtos de higiene pessoal para facilitar a identificação de produtos falsificados

**CIÊNCIA**

**EM LABORATÓRIO, CIENTISTAS DOS EUA CONSEGUEM QUE A *WOLBACHIA* BLOQUEIE A DUPLICAÇÃO DO VÍRUS. IDÉIA É INJETÁ-LA NO *AEDES AEGYPTI* PARA IMPEDIR QUE ELE PASSE O MAL ADIANTE**

**Bactéria contra a dengue**

**ARMA BIOLÓGICA**

Contra o mosquito *Aedes aegypti*, uma bactéria que pode ser injetada no mosquito para impedir que ele passe o mal adiante

**O mosquito**

O mosquito *Aedes aegypti* é o principal vetor da dengue, febre amarela e zika vírus. Ele se reproduz em água parada e transmite o vírus da dengue para humanos ao picá-los. Para ser infectado, o mosquito precisa picar um humano infectado. Uma vez picado, o mosquito transmite o vírus da dengue para o próximo humano que ele picar.

**Wolbachia**

A Wolbachia é uma bactéria que forma simbiose com muitos insetos, incluindo mosquitos. Ela impede a reprodução do mosquito e bloqueia a transmissão do vírus da dengue.

**Experimento**

Os cientistas injetaram a Wolbachia em mosquitos do laboratório. Depois de algumas semanas, os mosquitos infectados não conseguiram transmitir o vírus da dengue para outros mosquitos.

**Próximo passo**

O próximo passo é testar a Wolbachia em mosquitos no mundo real. Isso será feito em áreas onde a dengue é comum.

**Um longo problema**

A dengue é uma doença que causa muita dor e pode ser fatal. Ela é causada por um vírus que é transmitido por mosquitos. O mosquito *Aedes aegypti* é o principal vetor da dengue. Ele se reproduz em água parada e transmite o vírus da dengue para humanos ao picá-los.

**Prevenção**

Para prevenir a dengue, é importante evitar picadas de mosquito. Isso pode ser feito usando repelentes e roupas protetoras. Também é importante eliminar locais de reprodução do mosquito, como água parada.

**Conclusão**

O estudo mostrou que a Wolbachia pode ser usada como uma arma biológica para controlar a dengue. Isso é uma grande descoberta que pode ajudar a reduzir o número de casos de dengue no mundo.

Figura 26: Capa e última página do Primeiro Caderno do Jornal Estado de Minas, 16 de abril de 2010  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Vejam só: o mosquito foi erradicado tomando carona em medidas impostas para o controle da febre amarela. O causador da doença – o próprio vírus, de quem se fala pouco – não tinha sido eliminado por um “combate” de vacinas injetadas em corpos humanos. O vetor, que parece mesmo ser o grande vilão da epidemia, ganhou de lambuja os esforços para erradicação de outro conhecido. Até então, tal informação mostrava-se nova em minhas leituras de outro conhecido. Até então, tal informação mostrava-se nova em minhas leituras de outro conhecido. Até então, tal informação mostrava-se nova em minhas leituras de outro conhecido.



novamente para o material coletado, mas não achei nenhuma pista sobre outros detalhes passados da dengue em nosso país. Por que o jornal não citava a fonte que lhe fornecera tal informação? Tudo aquilo era muito instigante. Era melhor deixar isso *para lá*, uma vez que, naquele momento, uma outra questão também saltava aos meus olhos: além de o jornal lançar mão de recursos passados – seja por meio de biografias, seja a partir de uma história oficiosa e impessoal – era possível notar que os vestígios da dengue em alguns anúncios também se valiam do que já se passou em suas interpelações textuais – particularmente, fazendo uso de histórias particulares de cidadãos belorizontinos (pelo menos em parte da empiria catada para essa pesquisa).



Figura 27: Produtos Anúncio PBH Dengue 2009  
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2009.

Como já vimos em itens anteriores, a campanha da PBH do ano de 2009 pautava-se essencialmente por um apelo a partir das histórias de Waldívia dos Santos, que teve a filha morta pela dengue, e de Adriane Gomes, médica dermatologista que teve dengue hemorrágica. Nos dois anúncios – que certamente representavam o resultado de um longo processo de seleção e de enquadramento publicitário –, as biografias em destaque eram de duas mulheres, cidadãs de Belo Horizonte. Por que mulheres? Algo haveria de ter movido os profissionais da mídia para focar a campanha em referências femininas. Junto às histórias, o anúncio também dava um grande destaque para previsões da doença na cidade: “ATENÇÃO, BH O risco de epidemia de dengue é alto”. Tomei novamente o anúncio nas mãos: para quem elas falavam? Quem era a “BH” destinatária daquela admoestação? Como era possível fazer uma previsão tão contundente sobre o risco de epidemia? As dúvidas e

os questionamentos os quais senti ao ler aquela primeira notícia do jornal do dia pareciam querer retornar: ao ser novamente avisado pelo anúncio de que o risco de epidemia era alto, percebi que não havia mais o que fazer – pelo menos no que tangia ao alcance das ações de mim mesmo. Eu estaria sendo cobrado de quê? Seria o momento da resignação e da aceitação da tomada da cidade pela dengue? A guerra cessaria e era chegada a hora da trégua? Ou tudo aquilo não se passava de um grande alarde? Eu estava sem referências seguras para compreender aquelas previsões. Assemelhavam-se a folhas soltas e sem vida de uma árvore distante, arrancadas pelo vento: o que mais eu poderia fazer diante daquilo, para além do que meu cotidiano suportava?

Com uma sensação estranha, voltei aos jornais. No Estado de Minas de 21 de janeiro de 2011, uma manchete quase ao centro da capa, sem foto ilustrativa, anunciava também previsões para Minas Gerais:

**ESTADO ESPERA 500 MIL CASOS DE DENGUE.** Projeção do número de infectados este ano dobra em relação a 2010. Uso mais intenso da internet para mobilizar a população é a nova arma no combate à doença (Estado de Minas, 21 de janeiro de 2011).



Figura 28: Capa Jornal Estado de Minas e Notícia Gerais, 21 de janeiro de 2011  
Fonte: Jornal Estado de Minas

**O PREÇO DO ABANDONO**  
**Cadastro de feras não avançou**

**MIGUEL VIEGAS FILHO**  
(Missa de Sétimo Dia)

**SEBASTIÃO DA COSTA VELOSO**  
(Missa de 7º dia)

**ROSA IDALÓ SILVA**  
(Missa de Sétimo Dia)

**EFIGÊNIA DA SILVA MIRANDA (DONA NANA)**  
(Missa de 7º dia)

**NOVO INDIENSO**  
Carnaval está de volta ao Centro de BH

**REFORMA DE VIADUTOS CUSTA R\$ 5,8 BILHÕES**

**Áreas de risco vão receber R\$ 5,5 bi**

**Revolução no telhinho**

**URGENTE**  
Tiradentes respira cinema

**Justiça manda abrir provas do ENEM e prorrogar o SISU**

**ESTADO ESPERA 500 MIL CASOS DE DENGUE**

**FAÇA SUA PARTE, ESPANTE O PROBLEMA**

**COMBATE NINJA**



A matéria completa dessa referência na capa dispunha-se no caderno *Gerais*: com o título acima da página “AMEAÇA REAL” e a manchete “MG PREVÊ 500 MIL COM DENGUE”, o texto parecia pressagiar um cenário de grande epidemia não muito distante, além de dar um destaque para as estratégias de mobilização pela internet e de detalhar alguns dos instrumentos utilizados pela Secretaria de Estado de Saúde para prever a infestação no Estado:

De acordo com o secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge de Souza Marques, a previsão de 500 mil pessoas infectadas pelo vírus da dengue é baseada em um modelo matemático que analisa a curva histórica de contaminação. Apesar de trabalhar com esse contingente, Marques acredita que Minas Gerais não atingirá a marca equivalente a 0,5% da população do estado. “Existem outras variáveis que interferem no número de infectados, como a quantidade de chuvas e a temperatura”, afirma (Caderno Gerais, Estado de Minas, 21 de janeiro de 2011).

Mais uma vez, fiquei sem saber o que pensar com a fala deste outro especialista, também ocupante de um cargo expressivo: estaríamos nos preocupando desnecessariamente, uma vez que o Estado não chegaria aos números previstos? E já que o próprio Secretário de Saúde parecia desautorizar o alarde, o que o jornal queria dizer ao insistir com a divulgação daquele quantitativo, inclusive em espaço na capa? Haveria uma secreta leitura dos astros que atestava a segurança daquelas previsões? Apesar de o Secretário não acreditar que os casos no Estado atingissem o número de 500 mil infectados, estaria a terceira vista jornalística se antecipando a um cenário futuro, desvendado por uma habilidade de clarividência – em meio a um modo de vida pragmático e disperso, sedento por previsões coletivas (como faziam os magos e os anciãos em coletividades não afetadas pelo modo de vida moderno)? Já era tarde, e a exaustão do sono me expulsava do escritório. Tudo aquilo me fez ir para a cama com mais questionamentos em profusão: o jornal e o anúncio percorriam o passado e o futuro como se fossem guardiões de um tempo afeto a todos nós? As histórias e as previsões se configuravam apenas como indícios de um movimento de tais materialidades em direção ao público leitor? Com relação a esta última questão, será que, para além de um acordo profissional estilístico e de uma busca por fundamentação dos conteúdos de seus textos, a presença de histórias e de previsões poderia se vincular, de modo mais amplo, a dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue, presentes no anúncio e no jornal?

Naquelas alturas da noite, não dispunha mais de neurônios alertas para analisar a validade (e a sanidade) de quaisquer suspeitas – num dia que já se iniciara com um ritmo mais lento. Lembrei-me apenas de uma grande amiga (e irmã de alma) que é historiadora e astróloga – as duas coisas encarnadas, simultaneamente, na mesma pessoa. Como ela lidaria com os estratos de tempo passados e futuros, junto a suas leituras presentes? Como ela poderia me explicar o movimento das materialidades de lançar fatos históricos e

biográficos e de acolher clarividências sobre um futuro próximo? Eu, que sempre me encantei também pela astrologia (principalmente pelo engenhoso sistema de signos, criado pelo homem para tentar dar conta de seu comportamento no mundo, consigo mesmo e com os outros), teria que agora lançar mão de algumas leituras dos astros para dar conta dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal? Inevitável foi a lembrança de “Esotérico”, de Gilberto Gil – que adentrou comigo o campo dos sonhos, e fez minha mente acalmar diante daquelas misturanças:

*Não adianta nem me abandonar,  
 Porque mistérios sempre há de pintar por aí,  
 Pessoas até muito mais vão lhe amar  
 Até muito mais difíceis que eu prá você  
 Que eu, que dois, que dez, que dez milhões,  
 todos iguais  
 Até que nem tanto esotérico assim  
 Se eu sou algo incompreensível, meu Deus é mais  
 Mistério sempre há de pintar por aí  
 Não adianta nem me abandonar (não adianta não)  
 Nem ficar tão apaixonada, que nada  
 Que não sabe nadar  
 Que morre afogada por mim*

### **Mnemotécnica: gestos de presentificação e de (in)clarividência**

Por que um conjunto de narrativas sobre *histórias, biografias e previsões* no anúncio e no jornal se dispõe em meio às discussões sobre dengue, acontecimento e memória? A partir de um caminho que trilhamos anteriormente, pudemos entender que dimensões acontecimentais dos vestígios em tais materialidades acabam por fraturar um campo de memórias sobre a dengue, a partir de um movimento de *abertura no tempo*. Nesse sentido, num presente de tal forma espacializado, passado e futuro se achegam e atualizam os encaixes espaços-temporais de lembranças – estas que, de algum modo, se deixam afetar pelo traço acontecimental de tais vestígios. Por ora, ao problematizarmos as histórias e as previsões que encontramos no anúncio e no jornal, observamos ainda que há uma outra possibilidade (dentre inúmeras) de se lançar inferências sobre acontecimento, materialidades e memória: além de afetar as lembranças que emergem de uma relação direta dos sujeitos com tais materialidades (como se deu em minha própria leitura do jornal em meio ao contexto da cidade de Manhuaçu), as insinuações de uma memória fraturada pela dengue parecem também se revelar *a partir de gestos próprios do anúncio e do*

*jornal*(enquanto materialidades que acolhem e constituem formas singulares de experiência pública). Propomos que tais gestos podem ser entendidos a partir de uma noção de *mnemotécnica* (França, 2011), instituída a partir de dois movimentos: *presentificação* e *(in)clarividência*.

Tanto pelo uso das biografias e pela evocação de um tom *oficioso* junto à recuperação de fatos passados sobre a dengue, quanto pelo lançamento de previsões futuras, algumas das materialidades do anúncio e do jornal parecem evocar os ecos de uma história perdida e as projeções de um tempo a ser vivido. Inclusive a despeito do que já se passou, sabemos que tais materialidades se rendem a uma ligação forte com a própria atualidade da vida: não se propõem, em tese, a colher acontecimentos passados, muito menos a lançar luz e interpretações sobre algumas lacunas encobertas por narrativas suspeitas ou até mesmo submersas pelo véu do esquecimento. Justamente por isso – e para além de um imediatismo estratégico, vinculado aos interesses dos campos profissionais que as acolhem (no caso dos anúncios), e de uma busca por dados para fundamentação pragmática das notícias (no caso dos jornais) –, como compreender e como problematizar os movimentos de recuperar o passado e de lançar o futuro da dengue enquanto *gestos de memória*, mantidos por materialidades que se constituem por uma pulsão do atual e do presente<sup>113</sup>?

Algumas suspeitas podem ser encontradas nas pesquisas de Renné França (2007; 2011) sobre televisão, acontecimento e memória. França (2011) parte de um entendimento da memória como atividade coletiva e finca suas primeiras raízes no trabalho de Halbwachs (2006). Entretanto, o pesquisador reconhece que a compreensão do sociólogo francês, embora relevante e esclarecedora, deita seus pressupostos num cenário de grupos sociais um tanto quanto mais estáveis, a partir dos quais se constituem memórias relativamente mais consensuais. Dada uma supremacia da existência de coletivos sociais fragmentados que ocupam os tempos de agora, a compreensão halbwachiana pode não dar conta de apreender “uma nova dinâmica de temporalidade que dificulta a existência de formas de memórias consensuais coletivas” (França, 2011, p. 77). Por conta disso, França (2011) busca investigar a maneira como as memórias coletivas contemporâneas se comportam em meio a uma nova temporalidade pós-moderna, entrelaçada junto a uma “sociedade que

---

<sup>113</sup>Particularmente em relação ao jornal, Antunes (2007) posiciona uma discussão relevante que nos ajuda a problematizar o estatuto da temporalidade nos jornais impressos diários. Sendo assim, a partir de discussões que transcendem as questões ligadas à memória, o autor se propõe a “analisar a maneira como a escrita jornalística dos diários impressos tem aparecido como uma espécie de ‘vidente do presente’, um discurso em que ver o passado e prever o futuro aparecem enclausurados em uma inteligibilidade orientada para a primazia ao presente equiparado à atualidade, para o ‘presentismo’. O ‘presentismo’ obviamente não se restringe ao discurso jornalístico, operando em um contexto social e histórico alargado que, ao mesmo tempo, incide sobre a forma da notícia e é por ela alimentado, ambos guardando entre si uma relação sistemática” (Antunes, 2007, p. 290).

parece apresentar laços mais efêmeros do que aqueles de épocas anteriores" (França, 2011, p. 77), e ainda completa:

A descrição feita vale também para as sociedades de consumo contemporâneas, em que uma obsessão pela memória nos debates públicos se choca com um pânico frente ao esquecimento. Quanto mais nos pedem para lembrar, maior parece ser a necessidade e o risco do esquecimento. Esse enfoque sobre a memória é energizado pelo nosso desejo de buscar âncoras em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço. Porém, ao mesmo tempo, essas mesmas estratégias de rememoração podem ser transitórias e incompletas (Ibidem, p. 78).

É de tal sorte que França (2011) localiza a incidência dos meios de comunicação como uma espécie de *lócus* por meio do qual se referenciam, em alguma medida, as memórias coletivas. Tal constatação – muito antes do que sugerir um juízo de valor apressado e comparativo com cenários sociais anteriores ao surgimento e à consolidação desses meios – insinua, de algum modo, que a presença da mídia não deve ser negligenciada aos se travar estudos contemporâneos que versem sobre a relação entre sujeitos e memória coletiva. Diante disso, algumas de suas reflexões sobre a televisão são inspiradoras, em grande medida, para se problematizar questões que possam ser afetadas ao campo midiático de modo mais amplo:

Em um mundo movido pela instantaneidade, de experiências passageiras e excesso de informação, o aparelho de tv na sala de estar das pessoas acabou se tornando também, e ironicamente, um dos locais de ancoragem no tempo. (...) No contexto da contemporaneidade, em meio às mudanças de temporalidades influenciadas pelas novas tecnologias, a televisão tenta nos fazer lembrar daquilo mesmo que ela contribuiu para nos fazer esquecer. Em uma era que a memória coletiva se apresenta tão instável quanto a sociedade que a produz, sendo todo o tempo negociada e influenciada, procuro aqui pensar uma peculiar *mnemotécnica* inventada pela televisão, e que, de algum modo, pode tentar recuperar aquilo que não pára de passar (Ibidem, p. 79).

Pelo descortinamento que sua constatação produz – e apesar de seus estudos dedicarem à televisão um lugar especial junto à memória coletiva –, podemos assim problematizar duas principais inferências a partir da contribuição de França (2011) em direção às materialidades que são tomadas nessa tese como empiria: a) o jornal impresso não se constituiria também enquanto um dos locais de ancoragem do tempo – de uma atualidade na qual se espraia tanto uma sequencialidade quanto acontecimentos que fraturam uma cronologia e instalam um devir ilimitado (Antunes, 2007)? e b) a veiculação e a circulação do anúncio publicitário não se valeriam também da insistência de uma atividade que tenta produzir lembranças, invadindo as memórias dos sujeitos – em tempos nos quais a publicidade toma para si o papel de projetar desejos mercadológicos, políticos e sociais, bem como de dar amplo acesso a valores e a posicionamentos que se estendem a públicos

diversos? Por conta disso, sem adentrar o vasto campo de particularidades que cada mídia certamente possui, nossa proposta busca considerar que: 1) de algum modo, a memória coletiva pode ganhar ancoragem tanto no anúncio quanto no jornal impressos (como também em outras mídias e sob outros suportes e registros)<sup>114</sup>; 2) uma *mnemotécnica* torna-se igualmente uma atividade presente em tais materialidades, que se lança como tentativa de aglutinar temporalidades – não pautadas por um gesto histórico ou afetivo, mas por uma atualidade marcada pelo imediatismo e por impulsos, inclusive, estratégicos – em meio a fragmentados vínculos e a cenários sociais fluidos e complexos.

É dessa forma que esse conjunto de reflexões nos inspira a problematizar os vestígios da dengue no anúncio e no jornal e suas relações com a memória e com o acontecimento. Quanto a isso, é possível considerar de início que a *mnemotécnica* de tais materialidades frente aos vestígios parece se apresentar diluída em meio aos próprios produtos que se apresentam cotidianamente – o que também não invalida a proposta de França (2011) que, em estudo empírico, dirige-se à pesquisa de um programa anual, a *Retrospectiva*, da Rede Globo de Televisão, cuja finalidade peculiar volta-se a rememorar os principais acontecimentos do ano, que foram apanhados e/ou se constituíram em meio à participação da membrana midiática. Nesse sentido – pelo menos junto às materialidades catadas para a realização de nossa pesquisa –, a *mnemotécnica* do anúncio e do jornal no caso específico da dengue aparece como atividade mesma de um movimento constitutivo das notícias e dos anúncios (pelo menos não houve nenhuma publicação específica que se dedicasse exclusivamente a contar a história da dengue no país, no Estado ou na cidade de Belo Horizonte).

Tal diluição em meio aos produtos pode nos fazer acreditar, num primeiro momento, que os mecanismos de rememoração da dengue (seja por meio de seus números pretéritos, seja a partir das histórias oficiosas e das biografias envolvidas) no anúncio e no jornal se expressam como simples estratégias técnicas, aportadas em acordos sobre *modos-de-fazer* rotineiros aos campos profissionais do jornalismo e da publicidade. Por esse viés, a recuperação de um *box* com dados passados sobre a dengue em dois jornais torna-se uma simples prática de se gerar aportes de informações complementares aos leitores. Igualmente o apelo a biografias na notícia sobre os agentes de zoonoses e na campanha publicitária da PBH pode ser tomado apenas como artifício corriqueiro, que revela tanto uma busca por um estilo mais *próximo* – no caso da construção do texto jornalístico – quanto um movimento mesmo de elaboração de um *conceito* – no caso da produção do anúncio publicitário (como quem faz quase que uma livre escolha de se trabalhar com a história de

---

<sup>114</sup> Já anunciamos nas primeiras páginas desse trabalho: reconhecemos a presença da mídia em meio às formas de sociabilidade contemporâneas. Entretanto, não advogamos por uma visão midiocêntrica da experiência – o que torna legítimo considerar que a memória coletiva encontra também outras formas de ancoragem para além da mídia.

vida das pessoas, podendo também ter se optado por tomar qualquer outro elemento ligado à dengue para dar ênfase estratégica em seus produtos).

No entanto, para muito além de uma explicação meramente profissional – que acaba por se esgotar em si mesma – a atividade de rememorar, presente nos vestígios do anúncio e do jornal, parece também se revelar enquanto uma feição fenomênica desses produtos que se vincula fortemente a dimensões acontecimentais da própria dengue. Como sabemos, essa feição não é interna a tais materialidades (não existe em si mesma, mas *em relação*) e pode ser apanhada no movimento de textualização que exemplificamos com as narrativas da seção anterior (ou seja, numa relação entre o *tecido* e o *tecer*): por que tantos questionamentos emergiram diante das lacunas deixadas pela vinculação entre erradicação do *Aedes aegypti* e esforços para controle da febre amarela? Por que tanto desejo eu manifestei de buscar as histórias de quem viveu à época das doenças, no sentido de oferecer depoimentos mais *acalorados* em relação aos *frios* dados dispostos pelo jornal? Por que tanto estranhamento sentido com as fortes previsões de epidemia anunciadas pelo jornal, contrastadas com a fala de um especialista que parecia vacilar quanto à afirmação da periculosidade do vírus?

Por tudo isso, recuperemos: já vimos em tópicos anteriores que os vestígios da dengue no anúncio e no jornal sugerem uma memória fraturada e de tal modo constituída por encaixes espaços-temporais passados e futuros, acolhidos num presente espacializado. Nessa atividade mnemônica, o que nos parece é que a *atualidade* adquire uma feição desvairada, ao tentar absorver passado e futuro num movimento sempre inacabado, por meio de estratégias de rememoração que se mostram transitórias e incompletas (como lembra França (2011)). Outro aspecto em meio a tal cenário igualmente se revela: energizada por dimensões acontecimentais, uma memória fraturada parece sempre solicitar respostas causais que se mostrarão ininterruptamente escorregadias frente à não-causalidade do próprio acontecimento (Deleuze, 2007). É assim que, ao promoverem uma abertura no tempo, dimensões acontecimentais da dengue, dispostas em tais materialidades, parecem sempre insinuar a produção de uma *mnemotécnica esquizofrênica*, que aponta simultaneamente para um passado (retraído, mas não desvelado por gestos históricos) bem como para um futuro (avistado, porém sempre escorregadio), em meio a um presente esticado (uma temporalidade infinita). Dessa forma, desejamos entender que a *mnemotécnica* dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal institui-se a partir de dois gestos simultâneos, incompletos e fatiados temporalmente junto a um presente espacializado: o gesto da *presentificação* e o gesto da *(in)clarividência*.

*Presentificação*, para Gumbrecht (2010), é movimento amplo e traço cultural constitutivo de sociedades pautadas pelo lastro de uma modernização epistemológica. Em tais contextos – fatiados pela complexidade de uma organização social dispersa, por um

mundo do trabalho altamente especializado, por um modo de vida urbano, por uma racionalidade que passa a se projetar como a preferência primeira em meio aos atributos humanos –, um “desejo subjacente a todas as culturas históricas, historicamente específicas, seria a *presentificação* do passado, ou seja, a possibilidade de ‘falar’ com os mortos ou de ‘tocar’ os objetos dos seus mundos” (Ibidem, p. 153). Dessa maneira,

nossa ânsia de preencher o sempre crescente presente com artefatos do passado pouco tem a ver – se é que tem algo a ver – com o projeto tradicional da história como disciplina acadêmica, com o projeto de interpretar (ou seja, de reconceitualizar) o nosso conhecimento sobre o passado ou com o objetivo de “aprender com a história”. (...) Há aí um desejo de presentificação – e não tenho quaisquer objeções quanto a isso. Já que não podemos sempre tocar, ouvir ou cheirar o passado, tratamos com carinho as ilusões de tais percepções. Esse desejo de presentificação pode estar associado à estrutura de um presente amplo, no qual já não sentimos que estamos “deixando o passado para trás” e o futuro está bloqueado. Um presente assim amplo acabaria por acumular diferentes mundos passados e os seus artefatos numa esfera de simultaneidade (Ibidem, p. 151-152).

Um senso de atualidade parece querer nos preencher por inteiro (Antunes, 2007): as notícias, as imagens publicitárias, os estímulos visuais e uma cultura *do agora* se jogam sobre nossos modos de vida que, embora sequenciais, não se rendem à força de uma cronologia. Além disso, como nos lembra França (2011), é próprio de nossa atualidade nos fazer esquecer dos instantes que já se passaram, após estes últimos perderem valor na economia da informação (tornam-se velhos e obsoletos rapidamente). Desse modo, muito antes do que buscar experiências passadas para vivificá-las no presente, Gumbrecht (2010) toma a presentificação como *atividade que se vale de pulsões estéticas*: é uma lembrança que nos afeta como se não tivesse a intenção mesma de nos fazer lembrar; é uma recordação que procuramos não tanto para encetar uma interpretação do passado, mas para se produzir uma sensação física e espacial pretérita, ancorada no tempo presente. Pela lente da presentificação, a memória é quase como que um gesto de esquecimento: voltar ao passado não para lembrá-lo, mas para ser tocado por suas franjas. E pela lente da memória, a presentificação é quase como que *uma feição da própria atualidade*: tal gesto estético parece nos fazer lembrar daquilo que, simultaneamente, ele mesmo contribui para que nos esqueçamos – não há nada de edificante com a experiência estética: nada a aprender. Por conta disso, problematiza Gumbrecht (2010, p. 153-155):

mas de que modos gerais as técnicas que usamos para presentificar o passado são diferentes, por exemplo, das técnicas de aprender com o passado? A julgar pelas práticas e pelos fascínios presentes, as técnicas de presentificação do passado tendem obviamente a enfatizar a dimensão do espaço – pois só em exibição espacial conseguimos ter a ilusão de tocar objetos que associamos ao passado. (...)O desejo de presença nos leva a imaginar como nos teríamos nos relacionado intelectualmente, e os nossos corpos, com determinados objetos (em vez de perguntar o que esses

objetos “querem dizer”) se tivéssemos encontrado com eles nos seus mundos cotidianos históricos (Ibidem, p.153-155).

No caso específico dessa citação de Gumbrecht (2010), há uma referência a práticas e a espaços físicos como os museus, as instalações, as exposições de arte, dentre outros, nos quais se manifestam técnicas de presentificação do passado a partir de artefatos dispostos em meio a intervenções no próprio território imediato que os acolhe. Dessa maneira, em se tratando de visar a presentificação como um gesto de memória subjacente aos vestígios da dengue no anúncio e no jornal, como seria possível amearhar as contribuições de Gumbrecht (2010) em meio às formas de experiência pública constituídas junto aos contextos de leitura e de produção dessas tais materialidades? Ao que tudo indica, a presentificação como um gesto mnemônico de tais textos parece se revelar em meio a uma ênfase mesma numa *dimensão espacial de um tempo presente*: o espaço do agora como um *lugar* que, esticado e espacializado por dimensões acontecimentais da dengue, passa a acolher um desejo de busca pelo passado perdido. Dito por outras palavras, a presentificação se torna *um gesto de uma mnemotécnica da dengue como acontecimento no anúncio e no jornal* na medida em que fatias de vivências passadas são retrazidas por um movimento estético de ocupação de um espaço (o próprio presente). É por conta disso que um olhar sobre o que já se passou, insinuado pelo anúncio e pelo jornal, parece não se valer de um impulso dirigido à confirmação de informações, muito menos de uma atividade voltada a uma interpretação detalhada de fatos para supostamente buscar um *aprendizado* com o passado da dengue em nossas sociedades.

Para vislumbrar a presentificação como uma possibilidade mnemônica dos vestígios, voltemos às narrativas anteriores: as técnicas de recuperação de fatos passados nos *box* das notícias se preocupavam em detalhar e em interpretar as nuances da dengue em épocas pretéritas? Por um acaso esmiuçavam a relação entre erradicação do *Aedes* e ações de controle da febre amarela? Os anúncios da PBH se atentavam em detalhar vários aspectos da história de Dona Waldívia? Escarafunchavam a biografia da médica Adriane Gomes em relação a particularidades enfrentadas com a doença? Detalhavam a vida dos agentes de zoonoses para além de aspectos que transcendiam seus próprios papéis profissionais? Estamos sempre diante de lembranças incompletas e transitórias, que teimam em afetar os sujeitos para, ao mesmo tempo, fazerem-se esquecidas. Diante disso, procuro aqui pensar que a retomada de elementos pretéritos da dengue no anúncio e no jornal, muito além do que resultados de técnicas profissionais para a constituição de tais produtos, se apresenta como uma atividade de presentificação – revelando uma faceta possível da mnemotécnica conformada, em afetação, por tais materialidades.

Como vimos anteriormente, Gumbrecht (2010) ainda diz que o desejo de presentificação encontra-se associado à estrutura de um presente amplo em que o passado



mantém a impressão de ser não deixado para trás e em que o futuro se encontra bloqueado – de modo que esse presente acabaria por acumular distintos mundos passados numa esfera de simultaneidade. O que torna as coisas ainda mais complexas é que, no caso dos vestígios da dengue, esse presente esticado também se vale à ocupação de projeções futuras, provocada pela força disruptiva de um acontecimento. Justamente por isso, a presentificação não se mostra como o único gesto de uma mnemotécnica dos vestígios da dengue. Em meio a materialidades afetadas por uma abertura no tempo, e ao contrário da proposição gumbrechtiniana, o futuro não se mostra bloqueado: ele é projetado, imaginado – tomando igualmente assento num presente especializado.

De tal sorte, o que concerne uma feição ainda mais desvairada à memória fraturada pelo acontecimento é a existência de outra faceta simultânea à presentificação, que os vestígios da dengue parecem também acolher. A *(in)clarividência*, termo a que chegamos para sugerir tal gesto, se mostra como a previsibilidade sempre incerta de um futuro, a anunciação de um ponto mais adiante sempre escorregadio – movimentos que o anúncio e o jornal igualmente insistem em executar. É como um querer se antecipar às dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue, trazer suas pistas para ocupar uma memória – como se tal atividade fosse capaz de envelopar a dengue com uma causalidade própria ao mundo dos corpos (Deleuze, 2007), destituindo sua força incorpórea e disruptiva. No entanto, tomando como exemplo as narrativas da seção anterior, tal força parecia se revelar ainda mais atuante na medida em que as afirmações de um futuro, particularmente nas notícias, deixavam sempre um rastro de insegurança: lembram-se do especialista dizendo que o tipo 4 do vírus da dengue não seria tão forte e perigoso como os outros tipos? E do Secretário Estadual de Saúde, que em meio às previsões de 500 mil infectados pela doença, afirmou não acreditar que os casos chegassem a esse quantitativo no Estado?

Em movimento contraditório e simultâneo a tais afirmações, o jornal parecia manter uma insistência em lançar uma previsibilidade sempre alta, acima do esperado, à ampliação da doença junto aos sujeitos e à cidade (nas manchetes de capa, nas aberturas de cada matéria, nos textos das notícias). Portanto, instigante é perceber que, diante das previsões anunciadas, havia uma impressão de sempre haver algo nebuloso no ar, ausente em todas as falas, produtor das ambiguidades nas enunciações dos especialistas e dos jornalistas no espaço mesmo das notícias<sup>115</sup>. Como leitor, e diante das direções distintas de tais enunciações, me sentia como se eu estivesse mesmo em meio a um movimento de espicha-e-encolhe, de estica-e-puxa, de vai-e-volta, de aperta-e-afrouxa – paradoxos eróticos que só podem ter origem em dimensões acontecimentais. Por tudo isso, e da mesma forma que na

---

<sup>115</sup> Inclusive é curioso perceber que cidadãos comuns não apareciam como fontes nesses momentos de previsibilidade. Mas, o que eles teriam mesmo a dizer sobre o futuro? Talvez explicitassem ainda mais as contradições constitutivas da própria dengue, revelando a pancada forte de dimensões acontecimentais da doença em nossos contextos recentes.

presentificação, o gesto de uma *(in)clarividência* parece ser mais estético do que conteudista: deixemos que o futuro nos afete para que nos percamos em nossa atualidade infinita.

Tudo isso nos leva a crer que, do ponto de vista de uma experiência de memória, os vestígios da dengue no anúncio e no jornal são como pontos sensíveis, verdadeiras fendas na experiência pública, “tocas do coelho” não tão profundas – que levam e expulsam os sujeitos de suas lembranças, num movimento instável e estético, oriundo de dimensões acontecimentais. No espaço das materialidades, o urbano também se manifesta em memórias vivas, enlaçadas, que parecem vir à deriva de minha própria vontade: a cidade da dengue é Ponte Nova, com suas armadilhas; é Manhuaçu, com os jornais e com a caçarola italiana; é Belo Horizonte, com agentes de zoonoses, especialistas e previsões sempre escorregadias. Mais uma vez, uma relação entre acontecimento e memória nos ajuda a recusar totalmente a noção de uma suposta acumulação informacional em meio aos movimentos dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal: ao contrário da construção de uma memória coerente, marcada por uma linearidade e por um empilhamento de experiências (como supõem as estratégias que se dirigem aos sujeitos), a mnemotécnica da dengue em tais materialidades sugere um tipo de memória aos pedaços, fragmentária, estilhaçada entre gestos estéticos de um passado presentificado e de um futuro (im) previsto – fatias de tempo que se achegam ininterruptamente ao espaço do presente. Jornal e anúncio não seriam, por essa visada, produtos pedagógicos por si mesmos: não estocam informações, muito menos oferecem um manancial de precisões sobre a dengue. Como fenômenos próprios, parecem fortemente insinuar mnemotécnicas engolidas pela mesma atualidade para a qual se colocam a serviço.

## 2.4 Estratégia

### Poder público sob suspeita

Belo Horizonte, segunda-feira, 14 de fevereiro de 2011. Um dia comum, no início de uma semana que parecia também não demonstrar muitas surpresas. Nesse período, sentia que estávamos todos a esperar quais novidades se *engatariam* no ano: vivíamos um início de 2011 bastante demorado – afinal, o carnaval estava previsto para começar apenas no dia 04 de março. Como um típico brasileiro, sentia-me *em meio a um princípio longo de um ano que ainda sequer não tinha começado*. Estranho, não? Talvez quem não tenha nascido por essas bandas, não consiga entender a dimensão que o feriado de carnaval tem em nossas vidas. Não pelo samba, apenas; muito menos pelo número elevado de dias em que é possível se ausentar do trabalho. Não somente pela exuberância e descontração da festa – ocasião de suspensão do cotidiano; nem exclusivamente pela possibilidade de descanso e/ou de viagem que a data oferece. O carnaval, para nós, brasileiros, marca um ponto de cisão, uma costura desalinhavada no início de cada ano, sem a qual as coisas parecem não fluir. É como o desate de uma mandinga, a soltura de um feitiço de capoeira (amarrado em pano branco), que torna as ações e os pensamentos livres ao correr do tempo – quando finalmente a ponte entre as decisões e as esperas é aberta à passagem das horas.

Cheguei ao trabalho no horário costumeiro, mas me esqueci de procurar pelo Estado de Minas nesse dia. Estava envolvido num projeto que sugava meus minutos e me solicitava ação e concentração. Não era hora de tudo aquilo acontecer – por que não esperávamos passar o carnaval? Mas, enfim, não havia como argumentar. Por volta das 13 horas, saímos para almoçar, um bando de colegas. No restaurante que frequentamos quase todos os dias, o almoço é sempre um momento de novidades: por lá, além das figuras estranhas que tomam assento nas mesas, o próprio lugar é embebido de uma excentricidade só percebida pelos fregueses assíduos. Não há nada de diferente, numa primeira vista. Entretanto, nas profundezas das interações, um olhar um pouco mais atento é capaz de captar delírios durante as refeições (há que se ter cuidado para não engasgar, principalmente quando se está acompanhado de parceiros também com olhares atentos, o que quase sempre acontece). Duas televisões, não alcançadas pela vista de todos, ocupam o ambiente – em verdade, mais parecem adornos tecnológicos em meio a uma atmosfera de muita conversa e de fortes ruídos de panelas. Quando nesse dia chegamos ao lugar, fomos tomados por uma cena inusitada: um silêncio imperava na fila para servir e todas as cabeças se dirigiam às televisões (dava para ouvir com precisão o som dos aparelhos). As que não estavam no raio de visão da imagem pareciam apenas mastigar e escutar – e, às vezes, emitir

comentários em volume quase inaudível. O que estaria acontecendo? – era a pergunta que saltava de nossas faces quando nosso grupo entreolhou-se. Em instantes, observamos que Ronaldo, o *fenômeno*, oferecia uma coletiva de imprensa, transmitida ao vivo pelos principais canais de televisão da rede aberta nacional.

Um colega mais ligado ao futebol então cochichou: “Hoje ele iria anunciar sua retirada dos campos”. Muitos faziam cara de espanto; outros de tristeza. Observei a quase-inércia de alguns frequentadores do restaurante, que só davam conta de piscar os olhos (de vez em quando) enquanto movimentavam vagarosamente os garfos em direção às mandíbulas. Achei curiosa aquela reação de grande parte das pessoas: pelo menos em meus círculos mais próximos de convivência, só me recordava de ter ouvido falar sobre os “quilinhos” a mais do jogador e sobre suas peripécias amorosas extraconjugais. No entanto, uma comoção parecia tomar conta do recinto naquele momento. Quando acabou a rápida entrevista, todas as palavras contidas pareciam ter saltado no ambiente de uma só vez: quanta poluição sonora soltavam aquelas bocas. Após nos servirmos e tomarmos assento numa das mesas, alguns amigos diziam: “é, estamos nos despedindo de uma era do futebol brasileiro”; “vocês se lembram da Copa de 1994, como ele era magro e já jogava bola como ninguém?”; “é um craque mesmo, uma raridade que tão cedo não acontecerá de novo”. Continuei a levar susto com a reação dos colegas – susto que também foi reacendido à tarde quando estive no setor de uma grande amiga e lá estava ela exaltando a trajetória do *fenômeno*. Desde a copa de 1998, eu perdera meu encanto por Ronaldo: tive muita raiva da história mal contada daquela final em que a França levou o título. Nike, Ronaldo e Zagalo, uma infeliz e execrável combinação. Por que agora aquelas pessoas exaltavam Ronaldo? Ronaldo que *Zidane!* (trocadilho infame que teimou em sair de meus lábios em outro momento de conversação à tarde). Fiquei com muita implicância com aquele chororô todo – minha vontade era de voltar ao tempo para socar Ronaldo, em pleno *Stade de France*, em *Saint-Denis/Paris*.

Ao final do expediente, quase na hora de ir embora, eis que aparece o Estado de Minas quando fui à cozinha do meu setor. Aquele não era o seu lugar habitual: o que estivera aprontando naquele dia? Amarrotado, com os cadernos bagunçados e as folhas desalinhadas, denunciava ter passado por muitas leituras. Em verdade, aquele jornal promíscuo nem se parecia com o costumeiro e engomado tabloide que muitos poucos do meu setor degustavam todos os dias. Além de seu visível estado físico de esgotamento, a feição de sua capa tinha duas fotos enormes, em fundo preto, do então novo técnico da seleção brasileira, Mano Menezes, e de Ronaldo, o *fenômeno*. Eu já devia ter desconfiado: além de perder a final de 1998, o *fenômeno* igualmente tinha aprontado com aquele jornal. As fotos davam destaque para os rostos de ambos que se posicionavam, cada um e a suas maneiras, em lados opostos da página: Mano Menezes parecia gritar e Ronaldo mantinha o



Figura 29: Capa Jornal Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

guardar aquela materialidade com pressa, antes que mais alguém desejasse arrancar-lhe outra casquinha. Ao chegar em casa e brincar um pouco com minha filha, não poderia deixar minha leitura para depois. Dirigi-me sem demora ao escritório e, quando abri o jornal, carregava apenas uma sensação de muito estranhamento: afinal, se a dengue mereceu ocupar o espaço principal da capa, no primeiro dia oficial de labor da semana (a segunda-feira) e ainda dividindo espaço com a saída de Ronaldo, talvez estivéssemos mesmo não apenas diante de um, mas de *dois fenômenos* que se irrompiam sobre nossos corpos. Com esse sentimento, só então fui me dar conta de que a notícia sobre a doença era mesmo de *se arrancar os cabelos*: inúmeras falhas de agentes públicos de saúde estariam por comprometer o controle da doença em Belo Horizonte.

Que bela surpresa se revelava diante de mim: durante todo o período de catação das materialidades da dengue (particularmente dos jornais), nenhuma notícia, muito menos manchete alguma, enfocara a doença sob o ponto de vista de uma crítica ao poder público. Com entusiasmo e curiosidade, corri com os dedos para as folhas do caderno *Gerais*: quando por lá cheguei, fui interpelado por uma capa e por uma segunda página recheadas

olhar perdido e a expressão impassível, próprios mesmo de uma despedida. Dizeres coloriam o espaço preto e vazio da foto com uma fonte laranja. Depois de observar aquela diagramação nada comum, dirigi-me a ler a manchete de capa – certamente faria uma referência a Ronaldo ou ao futebol, talvez. No entanto, quando observei atentamente aquelas fontes garrafais que pairavam acima das fotos, levei inigualável susto:

[*Manchete principal*] AGENTE DE SAÚDE FALHA AO COMBATER DENGUE EM BH. [*texto abaixo da manchete*] Reportagem acompanha trabalho de agentes em vistoria de imóveis e comprova o alerta de que erros e métodos superados comprometem sucesso do programa de R\$25 milhões (Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Super vestígios da dengue se destacavam na manchete principal do jornal e eu ainda não tinha sequer notado? Tudo culpa do *fenômeno*: ah se eu tivesse perdido aquele jornal – aí que nutriria ainda mais raiva daquele intrometido de capas de tabloide. Tratei logo de



# GERAIS

## COM SUPERVISÃO DE ESPECIALISTAS, EM ACOMPANHAMENTO VIGILANTE EM IMÓVEIS SE CONSTATA FALHAS NA LINHA DE FRENTE DE ATAQUE AO MOSQUITO. QUADRO PODE COMPROMETER O PESADO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO PARA EVITAR EPIDEMIA

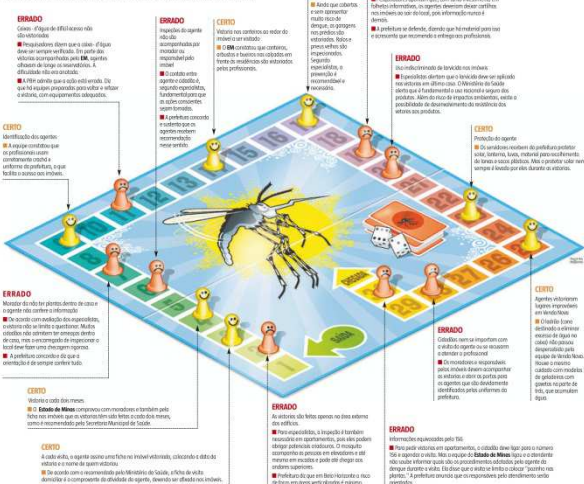
# UM JOGO DE ERROS QUE VALE R\$ 25 MI

**Luciano Bani**

Cada um deles tem que enfrentar uma rotina de vistoria de, no mínimo, 800 imóveis de Belo Horizonte a cada dois meses. Por dia, são cerca de 30. Em outubro de outubro ganharam um contrato de R\$ 24,4 milhões para combater a epidemia da dengue. Mas, apesar de serem especialistas, os agentes não conseguiram evitar que o mosquito se espalhasse em Belo Horizonte. O resultado é uma epidemia que já matou mais de 100 pessoas e deixou milhares de doentes em hospitais e casas. São os responsáveis pela epidemia de dengue em Belo Horizonte. Cada um deles tem que enfrentar uma rotina de vistoria de, no mínimo, 800 imóveis de Belo Horizonte a cada dois meses. Por dia, são cerca de 30. Em outubro de outubro ganharam um contrato de R\$ 24,4 milhões para combater a epidemia da dengue. Mas, apesar de serem especialistas, os agentes não conseguiram evitar que o mosquito se espalhasse em Belo Horizonte. O resultado é uma epidemia que já matou mais de 100 pessoas e deixou milhares de doentes em hospitais e casas. São os responsáveis pela epidemia de dengue em Belo Horizonte.

## O TABELA DE SAÚDE

Com uma equipe multidisciplinar, o município de Belo Horizonte lançou o plano de combate à dengue. Contudo, muitos erros foram cometidos. Confira os principais erros de campo e, em seguida, as ações corretivas.



# COMBATE À DENGUE

# GUERRA COM ARMAS DE 90 ANOS

**Luciano Bani**

Em 20 anos de luta, o vírus da dengue e o crescimento da população em áreas de risco de infestação por mosquitos se tornaram um desafio para o combate à epidemia. Especialistas afirmam que estratégias de ataque ao mosquito evoluíram pouco ao longo de décadas, o que ajuda a explicar as ameaças de epidemia, que resistem aos investimentos



Recurtos de áreas de risco de infestação por mosquito em áreas de risco. Em caso de falta de equipamentos adequados para vistoria, outro agente deve ser enviado.

Uma tecnologia usada nas vistorias. O uso de equipamentos modernos, como o uso de drones, ajudou a identificar áreas de risco de infestação por mosquito.

## PROBLEMA CRESCERÀ SOMBRA DAS FALHAS

Quando a população não faz parte do combate à epidemia, o problema cresce à sombra das falhas. Especialistas afirmam que estratégias de ataque ao mosquito evoluíram pouco ao longo de décadas, o que ajuda a explicar as ameaças de epidemia, que resistem aos investimentos

Figura 30: Capa e segunda página do Caderno Gerais, Jornal Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011. Fonte: Jornal Estado de Minas

de imagens, de fotos e de textos – que tentavam dar conta da complexidade da manchete principal escolhida. Na capa do caderno, o emblema de um desenho com o *Aedes aegypti*, mirado por uma circunferência em vermelho (como se estivesse num alvo) e rodeado pela frase “COMBATE À DENGUE”, dispunha-se na esquerda da página, tomando parte numa tarja preta com o título “UM JOGO DE ERROS QUE VALE R\$ 25 MI”. A abertura do texto completo delimitava um problema que parecia ser do conhecimento de poucos – particularmente no que tange a especificidades técnicas que constituem o processo de acompanhamento da infestação do mosquito em residências, espaços comerciais e locais públicos. De modo direto, o texto jornalístico revelava contradições e complexidades do cenário de controle da dengue na capital mineira, sob o ponto de vista dos fazeres de seus agentes municipais, responsáveis pelo controle de endemias:

Cada um deles tem que enfrentar uma rotina de vistoria de, no mínimo, 800 imóveis de Belo Horizonte a cada dois meses. Por dia, são cerca de 30. Em

**Crime no cemitério**

**ASSISTA HOJE NO JA**

**JORNAL DA ALFHEIRA**

Ladrões depenam sepulturas, arrancando peças de bronze, imagens e crucifixos para vender e comprar drogas.

**Jornal da Alfheira - 1ª edição, com Boney Salom e Lucas Lima.**

oito horas de trabalho, ganhando um salário de R\$748,00, cada agente de combate a endemias da capital visita, a pé, sob sol ou chuva, casas, prédios, lojas, hospitais, cemitérios e obras. Sob sua responsabilidade, estão nada menos do que 138 quarteirões. O peso que carregam vai além do material necessário para o trabalho. A carga mais pesada é o desafio de corresponder às cobranças das autoridades e população: conter o avanço da dengue antes de a doença explodir na cidade. Com tempo curto para bater todas as metas e combater uma ameaça que se recusa a recuar, uma das principais peças nos jogos de guerra contra o mosquito vem cometendo erros que podem comprometer o programa de combate à doença, que apenas este ano investirá R\$25 milhões, segundo Prefeitura de BH. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Será que o leitor se lembrará da matéria de caráter biográfico sobre os agentes de zoonoses, amplamente descrita no item 2.3 *Memória*? Lá, estávamos diante das falas de dois deles que destacavam como principal problema da infestação do mosquito a suposta falta de informação atribuída a muitos cidadãos – e não a expressão do enredamento de um sistema de visitação que apresentava deslizos. Talvez por isso mesmo a notícia de agora me impressionava, tanto pelo detalhamento de inúmeros equívocos cometidos pelas equipes técnicas de vistoria aos locais de proliferação do vetor, quanto pelas estratégias jornalísticas utilizadas pelo veículo para dar conta de tantas informações, de modo fácil e didático. Por conta disso, além do texto padrão, a expressiva ilustração da figura de um tabuleiro ocupava toda a metade inferior daquela página e fazia referência à manchete (*um jogo de erros*), ajudando a elucidar o conteúdo principal. Com o título “O TABULEIRO DA SAÚDE<sup>116</sup>”, o desenho de um *Aedes* se posicionava ao centro da figura (mantendo expressão e sorriso irônicos). Ao redor, peças (como peões de jogos de xadrez) verdes e vermelhas indicavam, respectivamente, o certo e o errado nas vistorias de dengue. Informações como tempo das visitas, proteção do agente, uso de larvicidas nos locais, procedimentos para inspeções em edifícios e casas, etc.. anunciavam o cenário preocupante que parecia envolver a importante e a intrincada atividade de verificação dos vetores da doença *in loco*.

Enquanto o desenho ilustrava de modo lúdico o rápido diagnóstico feito sobre as vistorias, o texto completo da notícia parecia dar concretude a nuances e a sutilezas até então invisíveis, que perpassavam o processo de controle da dengue:

Como resultado de um trabalho corrido, cansativo e, muitas vezes, pouco valorizado, a negligência nas vistorias do dia a dia se torna tão ameaçadora quanto a capacidade que o *Aedes aegypti* tem de contaminar. (...) Nas visitas de casa em casa, ação que é considerada fundamental para enfrentar a ameaça da epidemia, há informações equivocadas ou que

<sup>116</sup>Como conta o jornal, tal ilustração foi resultado de um trabalho de campo do Estado de Minas que, durante dois dias, acompanhou em turnos alternados o trabalho de agentes de endemias na capital. Além disso, as avaliações sobre certo e errado foram feitas com base no manual de combate à dengue do Ministério da Saúde e em entrevistas realizadas com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Sociedade Mineira de Infectologia.

simplesmente não são repassadas aos cidadãos. As caixas-d'água, apontadas como reservatórios com maior potencial para o desenvolvimento de larvas, muitas vezes são negligenciadas na vistoria, por puro esquecimento. “Por causa de muitos fatores, o trabalho tem mais pressa do que qualidade”, reconhece o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Prefeitura de BH e agente de combate a endemias da Regional Noroeste, Raimundo Fonseca. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Ao denunciar que grande parte dos moradores (principalmente de prédios) não acompanhava o agente de zoonoses durante sua permanência no local, a notícia aproveitava para lançar uma controvérsia sobre a presença da dengue em edifícios a partir do seguinte caso: o síndico de um prédio da Região Centro Sul da cidade relatou à equipe de vistoria que no 13º andar de seu edifício foi verificada a presença do *Aedes aegypti*. Dos agentes de zoonoses, recebeu a informação de que o mosquito só conseguiria voar até a marca máxima de três metros, razão pela qual as equipes não inspecionariam tal apartamento (já que não havia supostos riscos). Contradizendo a apreciação dos agentes, a médica especialista Silvia Hess, primeira-secretária da Sociedade Mineira de Infectologia, afirmou que os apartamentos podem sim abrigar focos do transmissor da dengue. Diante de tais visões em contenda, o que me chamou a atenção foi o proferimento vacilante da própria Prefeitura ao ser convidada a se posicionar diante de tal controvérsia:

A PBH se defende, dizendo que a recomendação é de que trabalhadores façam suas vistorias até o primeiro andar dos edifícios. “*A potencialidade do vetor em outros andares é mínima*”, argumenta o secretário-adjunto da Saúde Municipal, Fabiano Pimenta. Segundo ele, um inquérito sorológico com dados de 2000 apontou que o risco de moradores de casas adoecerem por dengue é três vezes maior do que aqueles que vivem em prédios (...). Mas quando se pergunta a um dos agentes de combate a endemias o motivo do avanço do vírus na Regional Centro-Sul, a resposta é rápida e clara: “Nesses lugares, o que predomina são prédios e somos proibidos de ir aos apartamentos”. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011) [*grifos nossos*].

*Potencialidade mínima é igual a não potencialidade?* Afirmar que os moradores de apartamentos possuem um risco três vezes menor de serem infectados pela dengue em relação aos riscos de moradores de casas é o mesmo que dizer: um vivaos moradores de apartamento! Não há risco de dengue em suas residências? Se já tivesse essa informação em mãos, para quê eu manifestaria tanto alarde ao pensar na minha piscina de plástico, diante daquela piscina estampada na capa do jornal há um ano? Para quê perder tempo em limpá-la, já que ela poderia causar apenas um dano mínimo à sociedade? Além de tudo isso, as caixas d'água não são consideradas um dos locais de maior proliferação do *Aedes*? E elas normalmente não se posicionam em locais elevados? Ora, como o poder público sustentaria tal afirmação? Quer dizer então que pouca gente doente por conta de um problema de saúde pública é menos preocupante do que muita gente doente? Que poucas



mortes não devem gerar tanta preocupação quanto muitas? Quando virei a página do jornal e fui reler a continuidade da matéria, mais estupefato ainda eu confesso que fiquei. Com a manchete “GUERRA COM ARMAS DE 90 ANOS”, o seguinte texto antecipava-se, no alto da página:

Especialista afirma que estratégias de ataque ao mosquito evoluíram pouco ao longo de décadas, o que ajuda a explicar as ameaças de epidemia, que resistem aos investimentos. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Ao alto da página, o mesmo emblema com um desenho do *Aedes* num alvo (agora em preto-e-branco) tarjava a folha da reportagem que parecia ser mesmo reveladora. Uma foto de uma agente comunitária de saúde, que apoiava suas mãos no parapeito de um edifício para fixar uma caixa d'água em local de complicado acesso, ajudava a compor o cenário da notícia. A legenda da foto era literal: “Reservatórios de água em áreas de difícil acesso são um desafio para agentes. Em caso de falta de equipamentos adequados para vistoria, outra equipe deve ser acionada”. A imagem dava a ver o feixe temático principal e aglutinador de toda a investigação jornalística: os posicionamentos e as pesquisas daquela que acabava por ser a fonte nuclear da notícia, o Professor Álvaro Eiras, do Laboratório de Ecologia Química de Insetos Vetores da UFMG<sup>117</sup>. Na lateral direita da página, havia outra foto, dessa vez com a presença do professor Álvaro – desfocado ao fundo, tendo ao lado sua armadilha<sup>118</sup> criada para captura do mosquito – e de uma espécie de boneco do *Aedes aegypti*, em proporções bem maiores do que as originais do inseto, que enfeitava a mesa e ganhava o foco das lentes. Ao centro da página, bem ao lado desta última foto, um *box* acolhia uma fala de Álvaro (retirada do próprio corpo completo da notícia) que denunciava a situação preocupante relativa aos procedimentos e aos métodos utilizados nas vistorias dos agentes de controle de endemias. Reproduzo, a seguir, um instigante fragmento da notícia (e destaque em itálico a frase do professor disposta no *box*):

Em 20 anos de lutas, o vírus da dengue e seu transmissor já se mostraram capazes de surpreender os encarregados de combatê-los. Especialistas não param de descobrir truques de que a dupla se vale para driblar uma

<sup>117</sup> Tive a oportunidade de conhecer o Prof. Álvaro quando fazia parte do Comitê Assessor Técnico do Programa Nacional de Controle da Dengue – do qual ele também tinha assento – e sempre julguei relevantes os seus esforços de desenvolvimento de tecnologias para captura do mosquito da dengue.

<sup>118</sup> Segundo o Boletim da UFMG, “batizados com os nomes de MosquiTRAP e AtrAEDES, os produtos formam a armadilha contra o mosquito *Aedes aegypti*, novidade que já foi adotada no controle da doença na Austrália, Alemanha, Cingapura e Panamá” ([www.ufmg.br/online/arquivos/006105.shtml](http://www.ufmg.br/online/arquivos/006105.shtml)). Acesso em 20 de agosto de 2011). A tecnologia busca as fêmeas grávidas do mosquito, evitando a postura de ovos sobre a água: a partir de uma câmera instalada numa armadilha comum, o pesquisador constatou que a fêmea vai primeiramente à parede do recipiente e não à água; nesse sentido, foi desenvolvido um adesivo para prender as fêmeas (que morrem grudadas no adesivo), perfumado com um produto químico para atraí-las. Além disso, a armadilha conta com um sistema de georeferenciamento, que realiza a identificação da presença e do índice de infestação do mosquito por região.

fiscalização que não avança no mesmo ritmo e está ultrapassada. (...) “A metodologia usada nas vistorias, por exemplo, é de 1920. Estamos em pleno século 21 e usamos as mesmas estratégias de décadas atrás”<sup>119</sup>, diz o pesquisador, responsável pela criação de uma armadilha que permite capturar o *Aedes aegypti*, identificar suas áreas de ocorrência e os níveis de infestação. A tecnologia desenvolvida em Minas já está em 45 municípios brasileiros, beneficiando 4,5 milhões de pessoas, e também no exterior. Mas não está em BH. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Era a primeira (e foi a única) vez, pelo menos nas materialidades catadas para essa pesquisa, que eu me deparava com uma crítica clara, bem fundamentada e que expressava o problema da dengue para além dos números alarmantes, das pessoas fantasiadas de mosquito em praças públicas, dos mortos anônimos pelos hospitais da cidade, da necessidade onipresente e sufocante da informação e da mobilização social para acabar com o mosquito. Tive uma impressão de que a notícia tinha sido muito bem construída: houve investigação, método, escuta de fontes, tudo isso constituindo um caráter denunciativo que me parecia concreto e não somente especulativo. Assim, para muito além do uso das armadilhas, a notícia também destacava outros fragmentos da fala do professor, responsáveis por descortinar uma série de aspectos e de procedimentos insuficientes (além de inadequados) para o controle do vetor. Dentre eles, destacava-se o tempo utilizado em cada vistoria:

(...) ao ser procurado para avaliar as observações da reportagem, [Álvaro Eiras] não se surpreendeu com os relatos. “Uma vistoria de sete minutos é muito rápida”, exemplificou. Como base ele cita um artigo elaborado por ele em conjunto com outros pesquisadores da UFMG e da Universidade do Pará, apontando o tempo médio de 24,8 minutos para uma vistoria. “É claro que isso depende do tipo de imóvel que está sendo visitado, mas a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que uma visita bem feita dure entre 10 e 35 minutos”, explica. Para o secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Saúde, Fabiano Pimenta, o protocolo da OMS não condiz com a realidade de BH. “É uma medida para outros países, com outras vivências. Aqui, vai depender do local onde está o agente, se é em uma casa pequena e limpa sem nenhum potencial de riscos ou em um casarão com vários cômodos e repleto de possíveis criadouros”, rebate (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011).

Como se vê, o secretário-adjunto desejava rebater os números do protocolo de visita da OMS: ou seja, uma visita entre 10 e 35 minutos deveria ser relativizada; isso justificaria o tempo médio gasto de 7 minutos por visita, praticado hoje pelos agentes de endemia do município? Se as medidas do protocolo não valem para o Brasil, conforme aponta o secretário-adjunto – e se, ao que tudo indica, o tempo de 7 minutos não tem

<sup>119</sup> Segundo a notícia, o professor Álvaro acompanhou agentes de campo no combate à dengue, em 1998, e encontrou vários entraves ao trabalho dos profissionais que acabavam comprometendo um eficiente controle do vetor. Inclusive alguns desses equívocos encontrados pelas pesquisas do professor foram os mesmos com os quais a equipe do Estado de Minas se deparou, ao realizar tal reportagem.

conseguido conter a situação alarmante de infestação do mosquito nas terras brasileiras – ,deveríamos acreditar que, por ora, o tempo de cada vistoria deveria ser até mesmo maior do que preconiza o protocolo, não? Enfim, perguntas e mais perguntas passeavam por meus pensamentos. Pude ainda ler na última parte da reportagem, “PROBLEMA CRESCE À SOMBRA DAS FALHAS”, que os questionamentos ligados às vistorias compunham-se ainda de vários outros aspectos constitutivos, para além da questão do tempo:

A meta que os agentes têm a cumprir não é fácil. Para cada profissional, são entre 800 e 1 mil imóveis a serem vistoriados no prazo de dois meses. Nesse ritmo, apesar dos avanços nas pesquisas sobre o mosquito, os profissionais dizem não ter tempo para se atualizar por meio de cursos. (...) “Como o serviço é apertado, o tempo é curto e há muita pressão. Não dá tempo de parar para fazer reciclagem. A prefeitura nos cobra números”, argumenta [*Raimundo Fonseca, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da PBH*]. (...) “Imagine fazer esse tipo de trabalho, dia após dia, sob sol. Essas pessoas não têm um retorno positivo, só cobrança. Pela importância do serviço, deveria haver mais reconhecimento”, [*aponta o professor Álvaro Eiras*] No fim do ano passado, a prefeitura anunciou que as equipes que cumprissem metas no combate ao mosquito da dengue poderiam ganhar como bônus um 14º salário. Mas o incentivo não tem animado tanto os servidores. A bonificação será paga, pela primeira vez, em março, mas, segundo eles, além de ser difícil cumprir entre 90% e 100% da meta de reduzir o levantamento do Índice Rápido do *Aedes aegypti* (Liraa) em determinadas regiões, não são todos os profissionais que serão contemplados (Caderno Gerais, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011) [*grifos nossos*].

Dentre os jornais que catei, lembrava-me exatamente de um deles que destacava, logo na capa, o pagamento do 14º salário aos agentes de saúde. Tratei de mexer nos meus arquivos e, quando o encontrei, reví o principal detalhe do qual eu tinha me esquecido: tal materialidade, de 17 de novembro de 2010, destacava essa notícia também como manchete de capa: “BH PROMETE PAGAR ATÉ 14º SALÁRIO A AGENTES PARA DETER A DENGUE”. Apesar do destaque considerável dado pelo jornal, era possível notar que o texto completo da notícia, na primeira página do caderno *Gerais*, não era tão expressivo (e inclusive dividia a folha com a enorme propaganda de uma palestra sobre *gestão avançada* que aconteceria na ocasião em Belo Horizonte). No entanto, ao final da página, chamou-me a atenção a figura de um mapa ilustrativo, que expressava o índice de infestação do mosquito nas nove regiões administrativas da capital. Como foi possível notar, quatro dessas regiões apresentavam índices acima do tolerável.

O texto completo da notícia já não se preocupava em detalhar todos os índices: apenas tomava como positivo o índice geral de infestação em Belo Horizonte (obtido a partir de uma média entre os índices das nove regiões), além de dar destaque à questão da bonificação salarial anunciada na capa:

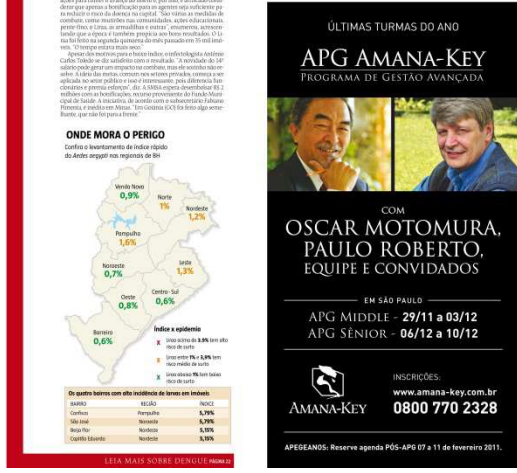


Figura 31: Capa do Jornal Estado de Minas e Capa do Caderno Gerais, 17 de novembro de 2011  
 Fonte: Jornal Estado de Minas

O mosquito mais temido do Brasil está com a cabeça a prêmio em Belo Horizonte, valendo R\$700,00. (...) os 4,7 mil agentes de saúde empenhados no combate ao inseto terão metas a cumprir para reduzir o número de casos de dengue na capital. Os funcionários da equipe que alcançarem o resultado proposto vão ganhar 14º salário referente a este ano. (...) Desde então, os 4,7 mil agentes estão em busca, além dos focos de dengue, dos R\$700,00. Coincidência ou não, *BH já tem uma boa notícia*. O Levantamento do índice rápido do *Aedes aegypti* (Liraa), divulgado ontem pela secretaria municipal, está abaixo de 1%, com 0,9%, ou seja, a cada centena de imóveis visitados pelos agentes, apenas em 0,9% havia presença de larvas do mosquito. O índice é considerado satisfatório pelo Ministério da Saúde (MS). (Caderno Gerais, Jornal Estado de Minas, 17 de novembro de 2010) [grifos nossos].

Apesar de o próprio Secretário Municipal de Saúde, Marcelo Teixeira, assumir que há regiões preocupantes – e que a bonificação não é suficiente para conter o avanço do inseto – fiquei pasmado com a diferença da composição dessa notícia em relação a que estava no jornal do *fenômeno*: era como se estivéssemos todos nós, leitores, diante de um panfleto publicitário da Prefeitura – com destaque mínimo para críticas (mais ao final da matéria, um especialista elogiou a medida e disse apenas que ela não poderia ser a única tomada para o controle do vetor), mediante linguagem quase que institucional. Ao se tratar

das metas, qual seria a indicação a ser cumprida? Será que, ao serem estimulados pela bonificação, os agentes não fariam a visitação ainda mais depressa do que já estavam fazendo? Tais metas dependeriam apenas da inspeção – ou havia outras variáveis que poderiam interferir no resultado do índice de infestação?

Dirigi-me novamente ao mapa disposto no jornal e tal visada me fez levantar uma grande suspeita: se são os próprios agentes de saúde os profissionais responsáveis por coletar informações sobre a infestação da dengue – e se estávamos diante de inconsistências e de uma série de erros verificados em tais coletas – poderíamos confiar na boa notícia apregoada pelo jornal? Os números teriam fidedignidade em relação ao que estava acontecendo nas regiões? Além disso, mesmo levando-se em conta as porcentagens atuais, 4 das 9 regiões estavam com índices acima do tolerável – estaríamos mesmo diante de uma boa notícia? Será ainda que o valor de R\$700,00 – recebido quatro meses após o cumprimento das metas – mostrar-se-ia enquanto medida adequada, diante de um trabalho que envolvia tantos riscos e inúmeras estratégias obsoletas para dar conta de um problema tão grave e perigoso à saúde pública? A leitura daquelas duas notícias me acendera uma grave suspeita: talvez o nosso poder público, de um modo geral, não estava mesmo preparado para lidar com o controle da dengue. E com isso, fiquei matutando em outros aspectos do problema: se as técnicas e metodologias para controle *in loco* estavam mesmo ultrapassadas, de que adiantaria a participação dos cidadãos em mutirões de limpeza, em ações educacionais, no estímulo ao controle da dengue em suas residências? De quê adiantaria participar de uma *guerra* contra o mosquito da dengue, se a própria estrutura pública de controle do vetor estaria por apresentar tantas falhas?

Por falar em guerra, tomei novamente em minhas mãos algumas peças publicitárias da campanha de 2010 do Governo Estadual – um panfleto, um adesivo de carro e um cartaz.



Figura 32: Panfleto, adesivo de carro e cartaz, Governo de Minas, 2010  
Fonte: Governo de Minas

Curioso que, depois de ler as duas matérias no jornal, a passagem de olhos sobre as materialidades desse anúncio provocou em mim uma impressão indigesta: ao mesmo tempo em que o poder público estadual me convocava a participar de uma guerra contra o mosquito, ele igualmente parecia adotar uma postura de *Pilatos* com o slogan presente no



adesivo: “FAZEMOS A NOSSA PARTE. FAÇA A SUA. (marca do Governo de Minas)”. Como quem diz: “Olha, nós estamos fazendo a nossa parte; faça a sua porque se a dengue ganhar a guerra, a responsabilidade será apenas de você, cidadão. E ponto final”. Apesar da mesma estética vermelha, o texto do cartaz e do panfleto já não marcava um lugar tão explícito de afirmação do Governo: “ALTO RISCO DE EPIDEMIA. FAÇA A SUA PARTE. (marca do Governo de Minas).” Fiquei imaginando se, ao invés do último ponto final do texto, tivéssemos uma vírgula: “FAÇA A SUA PARTE, Governo de Minas”. Era esse o sentimento que eu nutria após tomar conhecimento da complexidade da situação dos agentes de saúde e de me ver sendo convocado a participar de uma guerra descabida e demagógica – em que o próprio poder público não parecia desempenhar com presteza a parte que lhe cabia no combinado.

Mas os agentes não mantinham vínculo com a Prefeitura de Belo Horizonte? Por que eu imputaria ao Governo do Estado um encargo que seria supostamente do município? Todavia, independente de qualquer coisa, não estaria o controle da dengue sob uma

responsabilidade compartilhada entre os entes do poder público de modo mais amplo? Já estava tarde e era hora de dormir – naquela noite, eu tinha exagerado a dose nos estudos: já se passavam das duas horas da madrugada. E adivinhem quem era o grande responsável por aquilo tudo? O fenômeno, que despertara esse conjunto de indagações num dia que se assemelharia apenas como mais um, naquele período de espera do carnaval. Como quem se despede de um instigante jornal, tomei nas mãos novamente o Estado de Minas fraturado por Ronaldo – organizaria suas páginas amarrotadas antes de arquivá-lo. Quando estava certo de que não haveria mais nenhum vestígio da dengue disposto naquela materialidade, vejo na última página do primeiro caderno (na editoria “Ciência”) uma manchete em verde-e-amarelo que me chamou a atenção: “Brasil se arma contra DOENÇAS NA COPA”. Abaixo do título, especificava-se o conteúdo: “Ministério da Saúde antecipa ações de prevenção para o Mundial de 2014 e ativa Laboratórios Nível de Biossegurança 3 nos estados para barrar epidemias graves”.



Figura 33: Última página Primeiro Caderno, Jornal Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

responsabilidade compartilhada entre os entes do poder público de modo mais amplo? Já estava tarde e era hora de dormir – naquela noite, eu tinha exagerado a dose nos estudos: já se passavam das duas horas da madrugada. E adivinhem quem era o grande responsável por aquilo tudo? O fenômeno, que despertara esse conjunto de indagações num dia que se assemelharia apenas como mais um, naquele período de espera do carnaval. Como quem se despede de um instigante jornal, tomei nas mãos novamente o Estado de Minas fraturado por Ronaldo – organizaria suas páginas amarrotadas antes de arquivá-lo. Quando estava certo de que não haveria mais nenhum vestígio da dengue disposto naquela materialidade, vejo na última página do primeiro caderno (na editoria “Ciência”) uma manchete em verde-e-amarelo que me chamou a atenção: “Brasil se arma contra DOENÇAS NA COPA”. Abaixo do título, especificava-se o conteúdo: “Ministério da Saúde antecipa ações de prevenção para o Mundial de 2014 e ativa Laboratórios Nível de Biossegurança 3 nos estados para barrar epidemias graves”.

comprimido tomava conta da página. Será que a Dona Dengue estaria ali de novo? Na tira “SAÚDE NOS JOGOS”, um dos tópicos revelava a última surpresa da noite:

DOENÇAS QUE PODEM APARECER [título]. Serviços de assistência e vigilância à saúde devem estar em alerta para a possibilidade de ocorrência de doenças incomuns e inesperadas ao país. As mais conhecidas são: *dengue 4*, sarampo, rubéola, poliomielite, além de novos subtipos de influenza, febres hemorrágicas africanas, doenças endêmicas como malária, febre amarela e outras arboviroses (Primeiro caderno, Estado de Minas, 14 de fevereiro de 2011) [grifos nossos].

Quanta petulância: a dengue já se apresentava junto ao escopo das discussões sobre a Copa do Mundo no Brasil e estava disposta a chamar toda a atenção para si. Apesar de serem louváveis os esforços do Ministério da Saúde, por que eles apareciam apenas agora, motivados pelo evento mundial? Já não poderíamos ter tido o benefício de tais tecnologias de prevenção há mais tempo? No espaço do jornal, não havia como negar: pelo menos sob o ponto de vista das políticas de controle da dengue, só podíamos estar todos nós diante de entes federados autônomos, porém incomunicáveis. O Município, cheio de equívocos nas vistorias; o Estado, convocando-nos para uma guerra; A União, preocupada com estratégias para a Copa do Mundo, enquanto há vinte anos a dengue já vinha ganhando o país. Pagaríamos o preço por tal desarticulação? De repente, eis que caio num cochilo e me esparramo sobre a mesa – com a cara mergulhada no jornal. Naquela breve madorna, estávamos eu e Ronaldo a conversar com a Presidenta do Brasil, Dilma Roussef, com o Governador de Minas, Antonio Anastasia, e com o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. Acordei assustado – já tinha vencido o meu tempo. Fui para a cama e, antes que meus olhos se fechassem, apenas sorri ao perceber que o meu próprio dia tinha sido mesmo fraturado por dois fenômenos. Um deles despedia-se do futebol. O outro insistia em aparecer até como estrela do mundial de 2014.

### **Entre o problemático e o fazível**

Desde as primeiras seções desse trabalho, questões ligadas às estratégias de comunicação para o controle da dengue têm sido postas sob reflexão. Seja para superarmos uma visão transmissiva que toma a comunicação como *um ente responsável* pelo extermínio da dengue, seja para caracterizarmos os próprios campos profissionais em que as materialidades do anúncio e do jornal são constituídas, não podemos negar que um vislumbre sobre a temática da estratégia inevitavelmente torna-se um ponto de problematização que perpassa essa pesquisa. Dessa forma, se em tópicos anteriores, a discussão sobre estratégia estimulou uma reflexão sobre a dimensão relacional da comunicação admitida por essas bandas – como também ganhou parte junto à

compreensão das materialidades empíricas tomadas como objetos de investigação –, desejamos nesse momento compreender *a estratégia mesma como um aspectoconstitutivo de dimensões acontecimentais da experiência pública com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal.*

Tentemos especificar um pouco mais as nuances desse argumento, oferecendo outra forma de vislumbrá-lo, antes que partamos para seu tensionamento com aspectos conceituais e empíricos. Aventuramo-nos a dizer que assumimos a discussão sobre *estratégia* nesse trabalho em, particularmente, três âmbitos interligados: a) um âmbito em que marcamos o olhar relacional lançado sobre o problema público da dengue – a partir do qual abandonamos uma visão informacional que fatalmente poderia admitir a experiência pública como o suposto coeficiente de conhecimento que os vestígios da dengue nas materialidades seriam capazes de disseminar entre públicos; b) um âmbito em que reconhecemos que anúncio e jornal constituem-se enquanto produtos de campos estratégicos, e, por isso mesmo, fazem parte de rotinas profissionais – nas quais se impera sempre uma pressão por resultados e por tentativas de *controlar* a escorregadia experiência comunicacional dos sujeitos com tais materialidades; c) um âmbito em que é possível tomar a *estratégia* enquanto uma forma constitutiva de dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal – nesse caso (e da mesma forma que *reciprocidade, percurso, memória e os outros*) a estratégia constitui-se como uma *unidade de força*, na qual se condensam possibilidades de experiências em contextos urbanos contemporâneos com o problema público da dengue. Sendo assim, para além de uma *reciprocidade promíscua*, de um *percurso afetado* e de uma *memória fraturada*, a experiência acontecimental com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também se revela pelo aparecimento de uma *pulsão estratégica* junto àqueles sujeitos e/ou instituições abatidos pela dengue enquanto um problema público. Arriscaremos vislumbrar que tal pulsão, embebida por tentativas de suportar/dar conta desse problema, é lançada ao mundo de um modo *contextualmente enredado*, em meio à natureza pública e diversificada da experiência com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal. Por tudo isso, é particularmente sobre esse último âmbito da estratégia que voltaremos nossos esforços nas discussões que se seguem<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> Aqui destacamos, mais uma vez, nossos esforços de sair do “círculo analítico da estratégia”: não constituímos nessa tese um olhar que se volta a analisar o anúncio e o jornal sob o ponto de vista de uma suposta efetividade da qual os mesmos poderiam se imbuir no combate à dengue, mas de tomá-los enquanto materialidades que se espraiam em meio à comunicação (a interações sociais fluidas e incontroláveis) – o que para isso tem sido essencial a visada que imprimimos junto aos conceitos de acontecimento e de experiência. Por ora, desejamos pensar a estratégia como um dado da experiência acontecimental com a dengue, ou seja: ao se abater sobre instituições e sujeitos, o problema público da dengue inevitavelmente ganhará, em algum momento, uma atenção estratégica – seja no sentido de as instituições públicas formularem estratégias para combate ao vetor, seja nas críticas endereçadas por sujeitos e/ou por outras instituições às estratégias elaboradas pelos



Para dar conta do entendimento da estratégia como aspecto constitutivo de dimensões acontecimentais da dengue, é possível elencar no próprio conceito de acontecimento uma discussão que parece ser chave para o desvelamento dessa aposta: a visada sobre *problema* e sobre *campo problemático* (noções inclusive já mencionadas em itens e em seções anteriores):

O modo do acontecimento é o problemático. Não se deve dizer que há acontecimentos problemáticos, mas que os acontecimentos concernem exclusivamente aos problemas e definem suas condições. [...] Um problema, com efeito, não é determinado senão pelos pontos singulares que exprimem suas condições. (...) [*Sendo assim*], não se pode falar dos acontecimentos a não ser nos problemas cujas condições determinam. Não se pode falar dos acontecimentos senão como de singularidades que se desenrolam em um campo problemático e na vizinhança das quais se organizam as soluções (Deleuze, 2007, p. 57; 59).

É assim que, ao mesmo tempo em que faz emergir uma boa dose de coeficiente estético, o acontecimento força os sujeitos a abrirem um campo problemático diante de sua energia incorpórea e disruptiva. Dessa forma, quando algo acontece e se abate sobre os sujeitos, não há escolha: por exemplo, não havia no meu pensamento uma vontade que comandou a saída cuidadosamente controlada de argumentos contra as afirmações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sobre o trabalho dos agentes de controle de endemias; mas tais argumentos vieram na medida em que me vi diante de um campo problemático (caído na minha frente, em pleno jornal) que me solicitava uma coparticipação. Ao contrário do que o resultado de somente um comando racional da minha vontade, problematizar a situação da PBH em relação aos seus agentes também se apresentou, portanto, como um aspecto mesmo das dimensões acontecimentais daquela notícia (algo acontecia na cidade com relação ao trabalho dos agentes de saúde e também se abatia sobre mim no momento da leitura): fui forçado a tomar aquela realidade como um problema e a produzir significação. Obviamente, Deleuze (2007, p. 103) também afirma que “cada participante pode captar o acontecimento em um nível de efetuação diferente no seu presente variável” – o que nos faz crer que minhas atitudes diante da questão não podem ser tomadas como típicas. De todo modo, podemos aproveitar o modo como emergiram a fim de compreender que junto à construção pública de um problema – motivada por um acontecimento – os sujeitos se sentem mais ou menos afetados a depender das situações em que se encontram e dos desenhos de seus quadros de experiência (nesse exato momento, a dengue tem grande

---

governos, seja igualmente quando os sujeitos se sentirem tomados pelo impulso de um agir orientado a fins (é preciso fazer alguma coisa para acabar com a dengue...). De tal sorte, compartilhamos do pano de fundo já apresentado em seções anteriores: reconhecemos que as estratégias se constituem em lugares de enfrentamentos e de estranhamentos, inaugurados pelas dimensões acontecimentais da dengue – em nosso caso específico, nos vestígios do anúncio e do jornal.

ressonância em meus contextos de vida, situação que pode valer para alguns, mas não para todos).

Dessa maneira, a efetuação do acontecimento enquanto problema público não se dissocia de uma produção discursiva por parte dos sujeitos: narrativas emergem e delimitam campos de significância sobre os quais os problemas ganham contornos e se projetam para outros. Entretanto, tais campos não são capazes de dizimar o corte acontecimental: a linguagem permite ao sujeito lançar possibilidades de compreensão ao que aconteceu, ao mesmo tempo em que expressa a impossibilidade de apreensão total do próprio acontecimento. Como nos lembra Deleuze (2007, p 13):

É a linguagem que fixa os limites [...] mas é ela também que ultrapassa os limites e os restitui à equivalência infinita de um devir ilimitado. [...] É próprio aos acontecimentos o fato de serem expressos ou exprimíveis, enunciados ou enunciáveis por meio de proposições pelo menos possíveis.

Nesse “ter de dar conta” aparecem os discursos produzidos pelos sujeitos, que, diferentes entre si ao exprimirem como esse acontecimento os afeta, causam um estranhamento recíproco, como proposto por Queré (1995). Isso significa que o acontecimento enfrenta diferentes formas de linguagem, advindas de sujeitos não “virgens”, encarnados em panos de fundo pragmáticos. Tudo depende do modo pelo qual e o quanto o acontecimento lhes concerne. Vejam só as minhas inúmeras questões colocadas no tópico anterior, diante da perplexidade das afirmações da PBH sobre o tempo das vistorias e sobre a potencialidade mínima da infecção do *Aedes* em apartamentos: seria correto fazer a vistoria apenas em casas? Estaria a PBH trabalhando para conter o avanço ou realmente para acabar de vez com os focos? Seria correto o tempo de 7 minutos diante de estudos e de protocolos que expressam uma quantidade mínima de tempo maior do que a praticada? Tais perguntas e suspeitas, dentre inúmeras outras, são reveladoras: é no processo de *dispositivação* – da produção mesma de narrativas diante do tecido pronto – que as dimensões acontecimentais da dengue são suportadas e enredam os sujeitos em teias discursivas, na lida com a impessoalidade do acontecimento. Dessa forma, as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no jornal, ao apresentarem os equívocos envoltos junto às vistorias dos agentes públicos, foram capazes de inaugurar um campo problemático em *dispositivação*, sobre o qual eu, como sujeito-leitor do jornal e cidadão de Belo Horizonte, não me dava conta até então (Deleuze, 2007).

Numa visada hermenêutica, Queré (2005, p. 69) entende que os problemas levantados pelo acontecimento se inserem em meio à abertura de “um horizonte de sentido, introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro”. Em consonância com Deleuze (2007), Queré (2005, p. 71) vislumbra o caráter crítico do acontecimento:

o acontecimento tem um poder de esclarecimento e um “sentido discriminatório”: a sua observação permite descobrir o campo do qual ele faz parte, identificar a situação na qual ele se insere, referente a um problema submetido a pesquisa. Na sua singularidade, o acontecimento é mesmo o pivô da pesquisa sobre uma dada situação, porque representa o que é crítico, no sentido literal do termo: permite fazer diferenciações e distinções, estabelecer oposições e contrastes, gerar alternativas e escolher respostas apropriadas. (...) Os acontecimentos que se produzem neste tipo de situação caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso.

O autor francês então destaca que tal caráter crítico do acontecimento está ligado a uma *colocação em intriga (mise en intrigue)*, a uma situação problemática caracterizada por “tensões, conflitos ou contradições, ou pela discordância entre os seus elementos, que impedem que se chegue a uma solução mediante a adoção de condutas apropriadas” (Ibidem, p. 72). Subjacente à intriga, encontra-se o problema a se resolver: a situação problemática ganha circunscrição pelos sujeitos, na medida em que dá origem a uma pesquisa sobre elementos que poderiam a ela se relacionar. Nesse ínterim, movimentos de definição e de análise são levantados, em torno da busca de soluções para tal situação. Com relação a isso, Queré (2005, p. 72) aponta que

muitas vezes, porém, um problema é formado de uma multiplicidade de elementos constitutivos, dispostos numa relação de integração, ao mesmo tempo que se entrelaça com outros problemas conexos. Podemos falar, então, de um campo problemático. Diversos campos problemáticos constituem, assim, a trama da vida de um indivíduo num dado momento. (...) O mesmo para a vida de uma coletividade, qualquer que seja a sua extensão. Tal como se integram nas intrigas, contribuindo para o seu desenvolvimento, os acontecimentos ganham um lugar em campos problemáticos e servem, pelo seu poder de esclarecimento e de discriminação, de pivôs dos inquéritos que procuram e elaboram soluções.

As dimensões acontecimentais da dengue, presentes no jornal, expressaram um campo problemático ainda não tão visível publicamente (pelo menos nos vestígios pesquisados durante o período desse trabalho) sobre a situação dos processos de vistoria empregados pelos agentes públicos municipais: literalmente a partir de uma pesquisa e de uma investigação, os jornalistas puderam oferecer um olhar para a dengue até então supostamente desconhecido dos leitores e do próprio âmbito daquela materialidade. Não estamos aqui querendo afirmar que a explicitação no espaço dos *media* já é suficiente para que tais nuances do problema da dengue sejam publicamente reconhecidas. Mesmo porque, “a constituição e a evolução de um campo problemático público são processos complexos, em grande parte entregues à contingência, juntamente com as pesquisas que exploram o potencial de inteligibilidade e de discriminação dos acontecimentos” (Ibidem, p. 72). Dessa maneira, Queré (2005, p. 73) entende que a base da pesquisa e da intriga, nos

diversos campos problemáticos que se espriam publicamente em função de acontecimentos diversos, é, em si, distribuída:

Todos os tipos de atores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e investigadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo o tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação se faz através do debate público cujos suportes e arenas são múltiplos, ou através de concertações que concretizem as decisões tomadas aos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas.

Junto aos campos problemáticos, insurgem em profusão um conjunto incontrolável de quadros de sentido, de valores, de sujeitos e de instituições, todos estes que a partir de uma interação pública aberta e incontrolável, dão-se a ver em busca de definições e de visões na produção pública de um problema. Entretanto, no espaço mesmo da materialidade jornalística a própria textualização revela, de algum modo, um certo enredamento público, movido por dimensões acontecimentais ali presentes. De tal forma, as minhas narrativas emergiram em meio às fontes e aos recursos de editoração escolhidos pelo jornal (a universidade e o discurso especializado; os trabalhadores que estão diretamente relacionados à operação de vistoria; o representante da Secretaria Municipal de Saúde, vinculado a um cargo de confiança do Prefeito e preocupado em dar justificativas aos problemas encontrados; a costura jornalística, que utiliza imagens, ilustrações e uma forma de produção do texto que expressa o problema de um modo peculiar), quanto em meio a outros lugares de experiência que se dão a ver no momento de leitura (o comitê assessor da dengue, o outro jornal com a notícia sobre a história de vida dos agentes, a final da copa do mundo de futebol na França, em 1998, o restaurante costumeiro, o anúncio do *Agora é Guerra*, reexperimentado após a leitura da notícia, etc.). Como são inúmeros os movimentos de textualização que enredam publicamente os gestos de leitura do jornal, quando há efetuação da energia acontecimental da dengue...

Dessa forma, Queré (2005) entende a *investigação* como o movimento mesmo de qualquer campo problemático inaugurado pelo acontecimento. E aqui, uma ressalva merece ser lembrada: a pesquisa que sujeitos e instituições executam não se finca em origens fecundas de uma suposta racionalidade onipresente nas diversas situações em que os mesmos se dispõem. Na perspectiva que nos orienta, instituições e sujeitos são tocados num campo estético de experimentação: uma epifania envolta aos fatos (em nosso caso, envolta às materialidades nos vestígios do anúncio e do jornal) é capaz de despertá-los para a energia do acontecimento e levá-los a uma dinâmica de problematização, desorganizada e socialmente distribuída – encetando explicações, mergulhadas em cadeias de causa/consequência. Inútil mesmo é o desejo de controlar os campos problemáticos: eles são anárquicos, escorregadios e fugitivos, a cada momento visado.

Relembremo-nos do discurso institucional da campanha *Agora é guerra: todos contra a dengue*. Tal anúncio, como fruto de um movimento de textualização inaugurado por dimensões acontecimentais da dengue, é uma tentativa de interpretar e de dar conta do acontecimento por parte do Governo Estadual. Entretanto, tal discurso se coloca em estranhamento em meio aos discursos do próprio jornal e aos outros que emergiram nos movimentos de leitura executados. No exemplo anterior, destaco minha vontade de trocar a vírgula pelo ponto (*Faça a sua parte, Governo de Minas*), depois de ler a notícia sobre os agentes de saúde e de me sentir cobrado pelo governo sem a chance de devolver a cobrança e de solicitar explicações públicas do que estava sendo feito. Sendo assim, Queré (1995, p. 100) aponta que a recepção pública de um acontecimento “não é simplesmente uma questão de atribuição de sentido ao que se passa, nem de manifestação pública de atitudes, de reações, de opiniões, mas um processo coletivo de individuação e de socialização do acontecimento em questão” [*tradução nossa*]. Em outros termos, um acontecimento individualizado (ou individuado) é um acontecimento inscrito numa ordem social que possui identidade e significação, conformada pelas formas simbólicas de uma cultura. É claro também que a individualização (ou individuação) excede o momento da sua ocorrência: o acontecimento continua a ocorrer e a singularizar-se sobre aqueles os quais afeta (Queré, 2005).

De modo mais específico, cravada num contexto de interações, a individuação do acontecimento, se faz através de um percurso interpretativo, conformado por três aspectos (que não obedecem a uma ordem prioritária, pois não são etapas): i) *a descrição*; ii) *a colocação em intriga (mise en intrigue)*; e iii) *a normalização* (Queré, 1995). Descrever um acontecimento é realizar uma “nominação”, é inscrevê-lo na ordem de determinados fenômenos, é delimitá-lo, é categorizá-lo (*o problema da dengue são os agentes de saúde; o problema da dengue é a falta de informação; o problema da dengue é o próprio mosquito que é esperto e sorrateiro...*). Colocar o acontecimento em intriga é realizar uma narração, tornar o acontecimento dizível por meio de uma narrativa que chega e que está a chegar (*de vir*), configurando uma sucessão de ocorrências, um interrogatório, ou um encaminhamento de ações numa totalidade inteligível (*por que o tempo mínimo de 7 minutos ainda é utilizado pela PBH? por que o Governo Federal esperou o período de preparativos para o mundial de 2014 para adotar medidas de controle como aquelas?*). Normalizar um acontecimento é tentar retirar do mesmo sua natureza acontecimental; é compará-lo a outros acontecimentos de mesma ordem, associando-o ao que já se passou ou ao que poderá vir (*Lembram-se daquela notícia que também tinha os agentes de saúde? Será que eu precisaria limpar minha piscina diante da fala da Prefeitura que afirmava haver poucos riscos de dengue em apartamentos?*).

Queré (1995) ainda propõe que, além da observância desses aspectos (descrição, colocação em intriga e normalização) na conformação de um percurso interpretativo, a matriz de individuação do acontecimento pode ser decomposta no que o autor chama de *três séries de elementos*: a) *o contexto de descrição*: o acontecimento filia-se a um contexto de descrição, mobilizado em função das circunstâncias de ocorrência identificadas, dos quadros da experiência vivenciados pelos sujeitos; b) *um pano de fundo pragmático*: um determinado sistema simbólico que individualiza o acontecimento não é uma entidade abstrata; ao contrário, as crenças e os signos articulam e animam as práticas, engajam interpretações sob apreciações inerentes às estruturas normativas de uma cultura; e c) *uma estruturação determinada das perspectivas temporais*: o acontecimento é uma entidade temporal, num campo de experiências; Queré (1995) aponta que a temporalização de um acontecimento é imbricada na temporalização das ações que suscitam sua recepção pública. Tal recepção não é da ordem de um movimento contemplativo; como os acontecimentos têm o poder de nos afetar e de nos fazer enfrentá-los, sua recepção pública instaura um campo problemático (“*O que é isso? Como isso pode acontecer? Não imaginava que as vitórias pudessem ser tão equivocadas.*”) bem como estrutura um campo prático ao seu redor (“*Como dar conta dessa informação agora? O que fazer?*”), da ordem do *fazível*: “a estruturação da capacidade de ação e de reação a um campo prático permite elaborar as soluções, num jogo de determinação recíproca” [*tradução nossa*] (Queré, 1995, p.104).

Chegamos aqui ao principal argumento que nos ajuda a entender, no caso dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal, como podemos tomar *a estratégia* como um aspecto mesmo de dimensões acontecimentais. Para isso, precisamos compreender mais especificamente como Queré (2005; 1995) constrói um raciocínio entre acontecimento e campo da ação (ou campo do *fazível*). Como acabamos de ver, se um campo problemático é aberto, fatalmente algo de ordem prática aparece, convidando os sujeitos a darem conta no mundo de algo que 1) os afeta; e 2) os solicita a lançar ações em busca de soluções – ainda que de modo impreciso e sempre incompleto. Sendo assim,

a observação e a interpretação de um acontecimento singular efetuam-se pois numa situação ou num campo e são orientadas por uma intenção prática: determinar uma “resposta ativa de ajustamento que se deva fazer para promover um *tipo* de comportamento” (pode suceder que o desânimo, a desorientação ou o medo sejam tais que impossibilitem qualquer reação) (Queré, 2005, p. 71).

O pesquisador francês recupera a noção de *fazível* de Von Wright (1995), para tentar vislumbrar tal dimensão prática, convocada pelo acontecimento:

Diremos que é *fazível* um estado de coisas que podemos produzir ou destruir, que podemos impedir de se produzir ou, quando ele existe já,

impedir de desaparecer. Um estado é *fazível* quando a sua realização ou não realização, numa dada ocasião, pode ser o resultado de uma ação humana. O que um homem pode fazer, um outro homem pode não ser capaz de fazer. A ideia de um estado “fazível” é, portanto, relativa à capacidade humana, que pode variar de uma pessoa para outra (Von Wright, 1995, p. 36 apud Queré, 2005, p. 65).

Queré (2005) propõe alargar o sentido de *capacidade*, não a identificando somente com o *poder fazer*: em meio a ela, inclui-se, também, uma *dimensão de receptividade* que se refere ao “que alguém *pode* suportar, aguentar, sofrer e, ainda, aquilo pelo quê esse alguém *pode* ser afetado, tocado, etc., e ao que *pode* reagir, em função da sua constituição e da sua sensibilidade” (Ibidem, p. 65). Se de tal sorte o campo do *fazível* se refere a uma capacidade e a uma receptividade vinculadas à dimensão da ação, podemos compreender que, em meio ao ineditismo dos campos problemáticos inaugurados pela energia acontecimental, as *estratégias* – como conjuntos de ações previamente elaborados e orientados a fins – podem ser tomadas como *fragmentos do fazível*: são modos de agir, ligados a capacidades e a receptividades de sujeitos/instituições, diante dos problemas levantados pelo acontecimento. As ações de vistorias, a produção das notícias, a concepção dos anúncios publicitários governamentais, as pesquisas científicas do Professor Álvaro inserem-se num *campo de ação* caracterizado por uma pegada estratégica que imputa uma dimensão de planejamento, de método, de avaliação e de responsividade pública aos *fazíveis*. É necessário esclarecer que não estamos advogando por uma similaridade entre *estratégia* e *ação*; inclusive, em sentido mais amplo, inúmeras são as ações provocadas pelos vestígios da dengue no anúncio e no jornal (como as alterações no percurso pela cidade e a limpeza da piscina no terraço de casa, por exemplo) que não poderiam ser enquadradas como calculadas previamente e orientadas a fins objetivados por um esforço reflexivo. Desejamos apenas evidenciar que as estratégias – enquanto esforços que ganham um caráter mais complexo, vinculando-se principalmente a sujeitos especializados e/ou a instituições dirigidas a fins específicos – podem ser identificadas como *fragmentos que compõem a ampla rede do fazível*, já que se expressam como tipos peculiares de agir, inaugurados pela energia acontecimental.

Interessante voltar às narrativas para identificar o movimento de textualização que foi empreendido, no momento de leitura do anúncio e do jornal. A dengue se abate sobre nós, brasileiros, há aproximadamente 20 anos. Nesse período, sujeitos e instituições instauram, portanto, um campo do *fazível* não apenas a partir de suas capacidades, mas de suas *dimensões de receptividade*. Em que medida uma instituição pública é tocada por esse acontecimento? Como julga que deve agir e suportá-lo, diante dos cidadãos? Como uma instituição de pesquisa também recebe esse acontecimento? Quais ações promove para tentar dar conta dos problemas que ele gera, diante de sua escorregadia natureza

acontecimental? E os cidadãos – como recebem e são mobilizados pelo acontecimento? Tais questões parecem nos revelar o quanto as *dimensões de receptividade* guardam um caráter contextualizado: nesse sentido, as ações e as estratégias que compõem o fazível dos sujeitos enredam-se, intrinsecamente, não apenas à capacidade técnica ou operacional que tais sujeitos e instituições possuem, mas aos contextos sempre dinâmicos que os acolhem, sobre os quais o acontecimento efetua-se. Ao que tudo indica – e se as técnicas e os métodos utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte são mesmo obsoletos – a *dimensão de receptividade* de tal instituição parece não ter chegado ao ponto de rever as ações de seus agentes de saúde, ao passo que na universidade esse foi um dos aspectos de mais interesse. Tudo isso nos faz crer que, além das estratégias se constituírem como aspectos do próprio acontecimento, elas se enredam numa ampla teia de experiências, vinculadas aos contextos dos sujeitos e das instituições, de modo desorganizado e difuso. Mas, diante disso, o que fazer para que o campo do fazível tenha um mínimo de coordenação? Lembremo-nos de Queré (2005): é no espaço público que tais interpretações do acontecimento ganham visibilidade, de modo que é também em estranhamento recíproco (como foi o caso de minha leitura do jornal) que os diversos sujeitos e instituições tomados pelo acontecimento participam publicamente com posicionamentos e ações.

Por conta disso, quando dimensões acontecimentais da dengue solicitam respostas práticas, insurge no mundo um campo do fazível que é sempre – e de algum modo – *contextualmente produzido* (ou seja, constitui-se para muito além de capacidades técnicas ou aparentemente espontâneas). As estratégias, como formas de ação complexas e orientadas a fins – que se constituem por movimentos de planejamento, de método, de avaliação e de responsividade pública – emergem igualmente enquanto fragmentos enredados ao amplo campo do fazível, tendo em vista as *dimensões de receptividade* de sujeitos e de instituições. Sendo assim, toda estratégia, por sua vez, conforma-se como *ação contextualmente enredada* – muito antes do que resposta técnica ou neutra, a estratégia insurge em meio a um conjunto de valores e se lança num campo de enfrentamento a outros valores distintos; vincula-se à pluralidade de campos problemáticos dos quais tomam parte sujeitos e instituições; evidencia-se, portanto, junto a arranjos discursivos agonísticos, em ininterrupta e sempre mutante contenda pública<sup>121</sup>. Em definição peculiar de estratégia, Certeau (1994, p.46) assim disserta:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A

---

<sup>121</sup> Uma discussão sobre espaço público e sobre estranhamento recíproco será retomada na próxima unidade, 2.5 *Os outros*, principalmente a partir das contribuições de Hannah Arendt (1999; 2007; 2008) e de Chantal Mouffe/Ernesto Laclau (1985; 1990; 1996; 2005).



nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Além de não reduzirmos o *fazível* à produção de estratégias (ou seja, as ações provocadas pelo acontecimento não necessariamente insurgem motivadas pelo cálculo), não podemos também entender que as pulsões estratégicas valem-se somente de sujeitos e de instituições que as produzem, mas também de sujeitos-leitores que a experimentam. Por conta disso, é possível dizer que o enredamento contextualizado da estratégia serve não apenas a um movimento que lança os *próprios* no mundo, mas igualmente ao movimento que lê tais próprios e os toma em meio a um ininterrupto processo de produção de presença e de sentido. Por conta disso, além de expressarem as estratégias de instituições e de sujeitos diante da dengue – e além de se constituírem, eles mesmos, enquanto materialidades estratégicas –, podemos recuperar o que apontamos desde o item 1.2 *A experiência e o texto*: anúncio e jornal também enredam-se em movimentos de leitura que se produzem em processo inacabado e imprevisto de textualização. A estratégia, por esses termos, perde-se em meio ao *tecer* e ao *tecido*, à fundação de próprios e a leituras escorregadias. É, portanto, uma teia difusa e desconexa que diz do modo como tais estratégias inserem-se na vida social. Certeau (1994, p. 46-47) entende esse movimento de leitura sobretudo a partir da noção de táticas:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. (...) Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades de mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.

Diante dos textos da dengue como estratégias provocadas pelo acontecimento, enredam-se, portanto, inúmeras táticas dos sujeitos, tecendo a infinita rede de um *fazível*. No entanto, as táticas são fluidas, passageiras, flutuantes, vão e retornam diferentes, apresentam-se sem precisão e sem contratos, simplesmente aparecem e somem. Diante da leitura da notícia sobre os agentes de saúde, indagações e críticas eis que emergiram tais quais táticas diante da imposição do jornal e dos poderes públicos: por que utilizar metodologias obsoletas de controle do vetor? Por que controlar a dengue nas fronteiras

brasileiras somente agora em que teremos a Copa de 2014? Por que a política da dengue parece não se produzir pragmaticamente a partir de ações integradas entre município, estado e federação? É dessa forma que os usos do anúncio e do jornal enredam tanto as estratégias da notícia quanto as estratégias descritas de outras instituições, em movimento astuto que ganha o leitor. De tal sorte, o acontecimento também se manifesta pelas táticas: constitui a vida dos sujeitos, provoca gestos espontâneos que deixam apenas rastros – mas indicam que *algo* acontece por aquelas bandas...

É por tudo isso que estratégias e táticas são modos de ação, frutos de afetações e de efetuações do próprio acontecimento, modos de fazer, fragmentos do fazível que emergem em meio a dimensões acontecimentais. Assim, Queré (2005, p. 64) nos incita a compreender que o acontecimento afeta as “dimensões essenciais da ação: o tempo, a situação, a expectativa e o projeto”, de modo que “a realização da ação é, simultaneamente, abertura e fecho contínuo de possibilidades” (Ibidem, p. 64). Tal visada permite-nos imputar um olhar diferente à ação e à estratégia – já que, como nos lembra o francês, as ciências sociais tendem a associar a ação sempre a sujeitos movidos por razões de agir, por motivos ou por interesses, e menos a uma afecção por acontecimentos e por mudanças nos objetos ou nas situações, no decurso da própria organização da experiência. Nesse sentido, as estratégias dirigidas à busca de soluções para o problema da dengue não são resultado de um movimento promovido por instituições/sujeitos que se posicionam fora da experiência – fato pelo qual não podem oferecer, portanto, nenhuma garantia *a priori* de controle e de coordenação dos fins ora pretendidos, muito menos apostar cegamente em certezas e em projeções. Não há também como entender estratégias sem táticas: as ações calculadas também enredam-se em contextos de leitura independentes, escorregadios e únicos. Por tudo isso, tal fazível não se constitui de modo asséptico: ele se arranja em meio aos quadros de vivência dos sujeitos; mobiliza valores e horizontes de sentido vinculados a concepções que o animam; encarna-se enquanto pulsão dirigida a outros sujeitos e contextos, de modo difuso, tático e socialmente distribuído. O processo de textualização no anúncio e no jornal revela, portanto, dimensões acontecimentais que apontam para um *fazível enredado* – a partir do qual campos problemáticos insurgem, sempre em estranhamento recíproco. Ao que tudo indica, são essas dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue nas materialidades escolhidas que insinuam a *estratégia* como uma unidade de experiência possível, situada entre o *problemático* e o *fazível*.

### **Informação + mobilização + cidadão-especialista = extermínio da dengue**

Sábado, 30 de julho de 2011. Numa manhã que mais parecia ser de primavera, saímos de carro eu, minha esposa e minha filha – então com um ano recém-completado –

em direção a um laboratório de análises clínicas. Enquanto deixei minha esposa por lá – que precisava aproveitar seus dois últimos dias de férias para fazer alguns exames – fui com a pequena na Praça Floriano Peixoto, reformada há pouco tempo, no Bairro Santa Efigênia. O lugar parecia estar banhado por uma brisa diferente: flores tímidas coloriam os belos jardins; alguns caminhavam tranquilamente ao redor das imediações; outros utilizavam os aparelhos públicos para ginástica que lá se dispunham; poucas crianças, mas muitos adultos com cachorros aproveitavam para desfrutar a beleza do espaço; um grupo de *taichichuan* executava lentamente seus movimentos, com silêncio e precisão. Minha pequetita se exaltou quando por lá chegamos: já queria logo descer e se dirigir aos brinquedos. Uma sensação de descanso e de vitalidade parecia nos unir, todos que por lá nos encontrávamos, de um modo tácito e inebriante.

Eis que de repente, aproxima-se da praça um grupo de religiosos – famílias, crianças, líderes, lotando um ônibus de 50 lugares, pelas minhas contas. Portavam camisetas amarelas e demonstravam euforia e animação quando por lá apearam. Confesso que, num primeiro momento, nutri um pouco de antipatia: tão cedo, antes das oito da manhã, poderíamos ter pessoas falando tão alto, quebrando a harmonia que parecia existir naquele ambiente? Em seguida, me repreendi: quanto absurdo pensar daquela forma. A praça é pública: guarda as surpresas e a diversidade; é espaço aberto, conjunto de encaixes e de articulações múltiplas; se lá havia o *taichi*, haveria também os religiosos entusiasmados, as pessoas com cachorros, eu e minha pequena e muitos outros mais. No entanto, continuei a fitá-los com estranhamento e curiosidade – portavam também um equipamento de som, junto com pilhas e mais pilhas de panfletos: o que estariam planejando fazer? Eis que então lá puseram uma música e começaram a cantá-la, ininterruptamente. Aquilo voltou a me trazer incômodos: não poderiam aguardar o pessoal do *taichi* terminar sua execução? Não deveriam ter se colocado no lugar de nós outros, que não partilhávamos de suas crenças e opiniões? Se estavam num espaço público, não poderiam adotar comportamentos pautados apenas por suas lógicas: haveria de ter alguma negociação. Reparei que eu e que todas as pessoas da Praça, em coreografia sincronizada, dirigimos nossos olhares fuzilantes para o grupo – de menos o pessoal do *taichi* que parecia ignorar a presença da música alta. Um dos líderes desconfiou que o observávamos com desagrado e baixou o volume. Menos mal: apesar de ser a mesma ininterrupta canção, pelo menos aquele som não se esgoelaria por nossos tímpanos durante a nossa permanência naquela praça.

Enquanto todos cantavam, reparei que um grupo feminino posicionava-se abraçado em círculo: estariam aquelas mulheres participando de alguma reza ou de certo ritual específico? Achei a cena, no mínimo, curiosa e meu olhar não se desgrudou daquilo que acontecia, enquanto passeava lentamente com minha filha no colo. Não mais que de repente, eis que se irrompe diante de todos da praça uma *grata* surpresa: duas mulheres

saem do centro do grupo, portando uma maxi-fantasia de *Aedes aegypti*. Foi então que percebi que o grupo feminino organizava-se em círculo de modo a criar uma barreira visual humana para que suas colegas trocassem suas roupas por aquelas fantasias. Minha Nossa Senhora: até aqui a dengue me persegue, pensei. As duas mosquitas se portavam como se estivessem prestes a picar as pessoas: corriam pela praça eufóricas, pulavam com os desconhecidos, faziam brincadeiras com as crianças daquele grupo – além de entoarem repetidamente a música gospel que embalava seus movimentos. O cúmulo da invasão – do meu ponto de vista, é claro – deu-se quando as duas se aventuraram a atrapalhar o pessoal do *taichi*: vocês acreditam que elas se meteram em meio aos praticantes e tentaram executar os lentos e serenos gestos orientais? Ah, mas que implicância eu tive com aquilo! Quem me dera ter a paciência e a tolerância daqueles aspirantes a monges urbanos: eu fiquei incomodadíssimo, enquanto eles não aparentavam carregar nenhum sentimento de desconforto. Em seguida, as mosquitas convidaram alguns de seus companheiros devotos para abrir os pacotes que traziam. De longe, eu pude observar que se tratava de um panfleto religioso com informações sobre a dengue. Talvez eu fosse até contemplado com um exemplar, mas minha esposa acabara de chegar à Praça, após terminar seus exames. Quando veio ao meu encontro, eu apenas disse: “Adivinha quem adora me perseguir por onde eu ando, e que agora está também aqui na Praça?”. Ela nem desconfiou, e eu apenas apontei para as fantasiadas. “Dengue!”, foi a resposta que recebi, entre risos e estranhamentos. Depois disso, voltamos para casa. Afinal, meu momento de lazer naquele lindo dia já tinha se acabado: eu precisava mergulhar minha cara no material coletado e adiantar a escrita da tese.

Preciso confessar que cheguei ao meu escritório com aquela inusitada cena das mosquitas que acabara de se desenrolar em plena Praça Floriano Peixoto. Sem questionar nenhum mérito de tal ação – afinal de contas, era um grupo que demonstrava preocupação com esse problema e acreditava naquela forma como a mais adequada para se posicionar publicamente diante da dengue – fiquei me indagando sobre qual relação poderia existir entre as mulheres fantasiadas de mosquito e as estratégias de controle do vetor da doença. Em que medida aquelas informações no panfleto (este que nem cheguei a ver) contribuiriam para exterminar o *Aedes*? Estariam aqueles religiosos imaginando que as mosquitas fossem capazes de levar informações para as pessoas e que conseguissem, com isso, instigá-las à caça do mosquito verdadeiro? Não mais que de repente, tais questões abriram uma fenda no meu campo de experiências, quando então caí novamente num programa televisionado de educação à distância, no Canal Minas Saúde<sup>122</sup>, do qual participei como um dos

---

<sup>122</sup> O Canal Minas Saúde constitui-se enquanto uma rede televisionada de educação à distância, interna à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, destinada a qualificar os profissionais de todo Estado, em cidades-sedes das Gerências Regionais de Saúde.

convidados em dezembro de 2008. O tema do programa foi *AComunicação e a Mobilização Social no Controle da Dengue*, e, no lugar de especialista da comunicação, fui chamado a falar sobre a importância de estratégias de comunicação junto à constituição de processos de mobilização social – estes que, supostamente, poderiam contribuir para o controle público e compartilhado da doença.

O formato do programa previa uma aula inicial, ministrada por mim, seguida de uma abertura para perguntas que vinham de todo o Estado por telefone e pela internet. Já à época, preciso assumir que uma questão particularmente ligada à seara da comunicação já me incomodava: será mesmo que poderíamos tomar como pressuposto que estratégias de comunicação para mobilização social seriam capazes de produzir uma cooperação incisiva dos sujeitos junto ao controle da dengue? Apesar de não possuir essa indagação tão explicitamente elaborada quanto agora, seu incômodo se manifestava por um nó na garganta e por uma vacilação interna quando eu era convidado a defender essa premissa (não tão segura em meus pensamentos) durante a explanação televisiva. Esse sentimento emergia principalmente todas as vezes que se achegavam perguntas de alunos distribuídos por todo o Estado – servidores técnicos em saúde que eram incumbidos de realizar ações públicas para o controle da dengue em suas regiões. O que aqueles profissionais esperavam de mim: que eu oferecesse a eles uma fórmula mágica de controle do vetor? Que eu indicasse um caminho comunicacional que desse conta de abrir a cabeça das pessoas e de inserir informações, de modo a estimulá-las à saírem às ruas para caçar o *Aedes aegypti*? Eu, que há mais de dez anos tinha acreditado que a informação era importante para a mobilização social (e que era capaz de produzir julgamentos positivos e, com isso, gerar ação e envolvimento dos públicos)<sup>123</sup>, por que agora estava a carregar aquela suspeita diante da relação entre informação, mobilização social e controle da dengue?

Com esse sentimento estranho da lembrança do programa de televisão e ainda apanhado pela recém-experiência na praça, dirigi-me a procurar nos jornais e nos anúncios catados como a informação e as estratégias de mobilização social para o extermínio da dengue eram tratadas. Não seria tarefa difícil: afinal, tanto um aspecto quanto o outro pareciam fazer parte de premissas inquestionáveis, sob o ponto de vista de suas supostas contribuições eficazes para o controle do vetor. Antes mesmo que eu tocasse nos materiais, lembrei-me do Estado de Minas de 5 de junho de 2010: lá, abrigava-se a já tão falada matéria EXTERMINADOR DE MOSQUITO, que se abateu sobre mim na casa da avó de minha esposa, em Manhuaçu. Na própria capa daquela materialidade, dispunha-se, no

---

<sup>123</sup> Referencio explicitamente o artigo “Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade” (Henriques, Mafra e Braga, 2004), produzido em meados de 2000 e publicado em 2004 pela Autêntica Editora, no livro *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*(Henriques (org.), 2004).



trajetórias de caça à dengue pela cidade de Belo Horizonte. Ao passar os olhos novamente por aquelas linhas, dois fragmentos saltaram aos meus olhos: um, em que Ronilson Bitencourth (um dos agentes) destaca que a falta de informação é o principal problema para o controle do vetor; e outro, em que Geraldo Adriano Pacheco (juntamente com Ronilson) identifica na suposta ausência de colaboração das pessoas mais um relevante aspecto que explicaria a continuidade da dengue em nossos contextos brasileiros:

[a fala sobre informação:] A falta de informação de algumas pessoas, segundo Ronilson, é um problema perigoso que pode se tornar uma arma a mais para o mosquito. “Uma vez, uma senhora chegou na minha casa com uma libélula nas mãos dizendo que tinha capturado o *Aedes aegypti*. Aí, tive que mostrar para ela que o inseto não era aquele, aliás, era bem menor”, lembra, acrescentando que situação como essas não são raras. “Por mais que haja propagandas em jornais e programas de televisão, há muitos que ainda desconhecem esse inimigo e isso o torna mais poderoso”.

[a fala sobre colaboração:] Dificuldades? “Há muitas. Mas a principal delas é a falta de colaboração das pessoas. Há a informação sobre os cuidados, mas percebemos que a dengue não tem o crédito que merece. Muitos simplesmente não acreditam no poder dela. Aí que está o problema”, comenta Geraldo. (...) “É muito ruim você ir a uma casa que já visitou semanas antes e ver que aquilo que foi explicado não foi colocado em prática”, reclama Geraldo e Ronilson completa: “Enquanto não houver uma conscientização maior de todos, a batalha será, cada vez, mais arriscada” (Primeiro Caderno, Estado de Minas, 5 de junho de 2010).

Será que a senhora que matou uma libélula precisava ainda de mais informações? Será mesmo que ela carecia de se conscientizar ainda mais? E se ela realmente interpretou que o mosquito da dengue fosse uma libélula – poderia ser punida por tal confusão? Além disso, o que fazer para que o cidadão acredite no poder da dengue – seria essa uma ação passível de controle racional e estratégico, sob o ponto de vista da comunicação (não tem gente que não acredita na ida do homem à lua até hoje? – inclusive às vezes me incluo nesse grupo)? Na notícia, uma oscilação entre informação/conscientização era apresentada, portanto, como o movimento que explicava a grande proliferação da dengue: se o problema não era a informação – amplamente divulgada em programas de televisão, como apontou um dos agentes – seria então a falta de conscientização, ou seja, o cidadão *inconsciente* e *inconsequente* que não consegue controlar o vetor em seus contextos de vida (porque supostamente não raciocina sobre a importância do controle). Mas, sejamos claros: controlar o mosquito da dengue é algo simples? Será que o cidadão leigo sob o ponto de vista do controle técnico do *Aedes* – ainda que esteja consciente da dengue como um problema público – dá conta de descobrir todos os possíveis esconderijos e as astutas armadilhas desse esperto mosquito? Além disso, teria o controle do vetor como sua obrigação prioritária, diante de uma vida complexa, dispersiva e desgastante – pelo menos como tendência das cidades modernas?



Tais questões ganharam força quando tomei em mãos dois *folders* de anúncios publicitários governamentais diferentes sobre a dengue: um deles fazia parte da já conhecida campanha da PBH do ano de 2009, e tinha Dona Waldívia na capa; o outro constituía a campanha de controle da dengue do ano de 2008, promovida pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Ambos foram catados quando a mim se achegaram de modo inusitado: o primeiro deles estava disposto na mesa de um colega de outro setor, na instituição em que trabalho (perguntei se eu podia levá-lo); o outro, apareceu no meu carro, não sei como, ainda em 2008 (talvez eu o tenha recebido em algum sinal de trânsito, ou catei meio a esmo em algum balcão de atendimento público) – quando eu tomei alguns discursos sobre a dengue como empiria desse doutoramento.

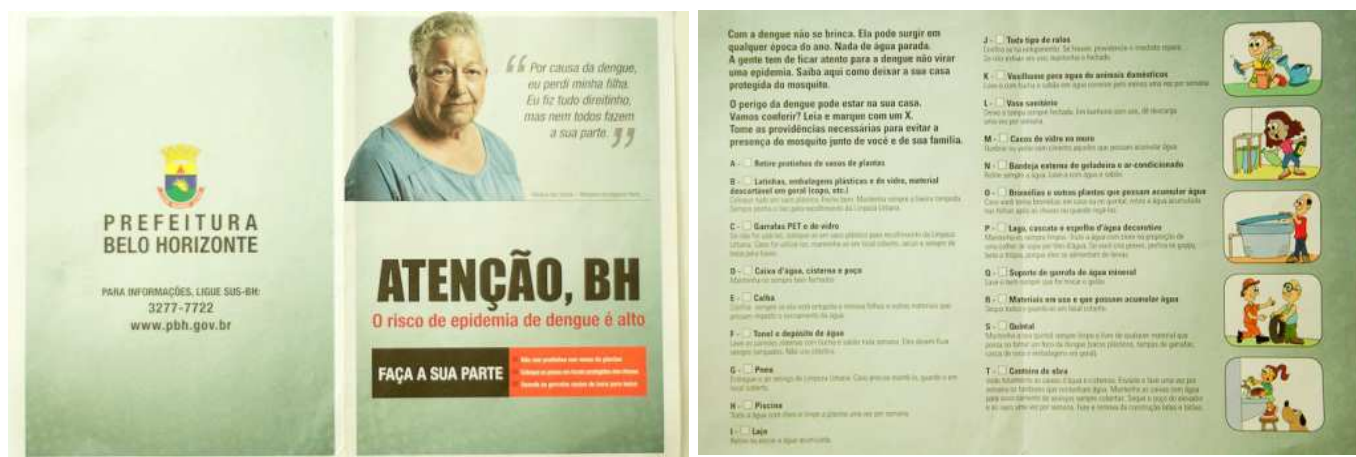


Figura 35: Contracapa, capa e miolo – Folder Dengue, PBH, 2009  
 Fonte: PBH



Figura 36: Contracapa, capa e miolo – Folder Dengue, Governo de Minas, 2008  
 Fonte: Governo de Minas



Ambas as peças tinham formato semelhante: com duas dobras, tentavam expressar o conceito que movia e inspirava o anúncio na folha de capa; nas duas páginas do “miolo”, ambas igualmente apresentavam uma espécie de *check list*, com supostos lugares e espaços em que o mosquito da dengue poderia se reproduzir nas residências (havia, inclusive, quadrados em branco ao lado dos itens para serem marcados pelo cidadão que resolvesse aplicá-lo em seus contextos); na última página, ambas as instituições assinavam a peça. No caso do *folder* da PBH, havia um telefone indicando a possibilidade de se buscar mais informações, e no caso do *folder* do Governo do Estado, havia detalhamento sobre os sintomas da dengue e sobre alguns sinais de alerta que poderiam evidenciar o contágio da doença.

A campanha do Governo do Estado se pautava pelo seguinte slogan: “Já acabou com a dengue hoje?” – e indicava ao cidadão uma necessidade cotidiana de controlar a doença. No miolo do folder, anunciava-se na parte superior a informação: “PARA EVITAR UMA EPIDEMIA, TODO MUNDO TEM QUE AGIR AGORA E TODOS OS DIAS.”, corroborando com o slogan principal. Sobre a campanha da PBH, o leitor já teve a oportunidade de conhecer seu conceito norteador à exaustão. O miolo desse folder continha o seguinte texto, inédito em relação a outras peças já apresentadas anteriormente:

Com a dengue não se brinca. Ela pode surgir em qualquer época do ano. Nada de água parada. A gente tem de ficar atento para a dengue não virar uma epidemia. Saiba aqui como deixar a sua casa protegida do mosquito. [parágrafo] O perigo da dengue pode estar na sua casa. Vamos conferir? Leia e marque com um X. Tome as providências necessárias para evitar a presença do mosquito junto de você e de sua família. (Folder publicitário Dengue, Prefeitura de Belo Horizonte, 2009).

Em seguida, dispunham-se vinte itens aos quais o cidadão era convidado a verificar em sua residência – no caso do anúncio do governo, o número de itens era dezessete, com algumas variações em relação à peça da PBH. Seria mesmo possível dar conta daquilo tudo, cotidianamente? Ou talvez, como lembrar de todas aquelas informações para vistoriar nossas casas, tendo em vista o escasso e difuso tempo doméstico de que dispomos? Convido ao leitor a correr os olhos rapidamente sobre as figuras 35 e 36, e a se colocar no âmbito de sua própria residência, estabelecendo uma rotina doméstica de controle conforme o convite das instituições. Tente se posicionar no lugar comum de não especialista no assunto – característica essa que qualifica grande parte da relação de todos nós com a dengue (aliás, mesmo os especialistas, no momento em que se posicionam no ambiente doméstico, vivem como seres múltiplos, com atenções difusas, não é verdade?).

É por conta de tudo isso que retorno à questão: em que medida o cidadão, consciente ou não, dá conta pragmática e tecnicamente de controlar o *Aedes aegypti*? Insisto ainda nessa indagação da mesma forma que vários outros vestígios da dengue nas

materialidades do anúncio e do jornal insistem igualmente em tomarem a relação causal entre informação/conscientização, engajamento e controledomosquitocomo uma espécie de premissa já acordada e indiscutível publicamente. Na capa do Estado de Minas de dia 21 de janeiro de 2011, por exemplo, a manchete e o texto explicativo (como já vimos em itens anteriores) preocupavam-se em destacar a questão da mobilização para o combate da doença a partir do dado de que a internet se apresentava como a nova estratégia do governo estadual dirigida à população mineira:

[manchete] ESTADO ESPERA 500 MIL CASOS DE DENGUE. [texto explicativo] Projeção do número de infectados este ano dobra em relação a 2010. Uso mais intenso da internet para mobilizar a população é a nova arma no combate à doença (Capa do Estado de Minas, 21 de janeiro de 2011) [grifos nossos].

**ESTADO DE MINAS**  
www.em.com.br  
SELO HORIZONTAL - TERÇA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2011

**JUSTIÇA MANDA ABRIR PROVAS DO ENEM E PRORROGAR O SISU**  
Inscritos na UFGM com problemas no exame podem fazer 2ª etapa do vestibular

**ESTADO ESPERA 500 MIL CASOS DE DENGUE**  
Projeção do número de infectados este ano dobra em relação a 2010. Uso mais intenso da internet para mobilizar a população é a nova arma no combate à doença

**REFORMA DE VIADUTOS CUSTA R\$ 5,8 BILHÕES**  
O governo estadual vai inaugurar obras em 2011

**Áreas de risco vão receber R\$ 5,5 bi**  
Verbas serão liberadas em 2011 para obras de saneamento

**MIGUEL VIEGAS FILHO**  
Esposo e filho agradecem as manifestações de pesar pelo falecimento do pai

**SEBASTIÃO DA COSTA VELOSO**  
Marta (em memoriam), Irene, Iolanda, Ideu e Iara; genitoris, nora, netos e bisnetos agradecem, sensibilizados, as manifestações de respeito pelo falecimento do admiro e inesquecível Dr. Veloso e convidam parentes e amigos para a missa de 7ª Dia de se realizar hoje, SEXTA-FEIRA, 21/1, às 18:00h na Igreja de Lourdes.

**ROSA IDALÓ SILVA**  
A família de ROSA IDALÓ SILVA, agonizada, os pibamos e solidariedade apresentada, por seu falecimento, e convidam parentes e amigos para a MISSA DE SÉTIMO DIA de seu encontro com o Pai, a ser celebrada às 19 horas, deste domingo, dia 23/01/2011, na Paróquia Nossa Senhora do Líbano, Rua Pouso Alegre, nº. 659, Floresta, Belo Horizonte - MG.

**AMEAÇA REAL**

Temendo a maior epidemia a ser registrada no estado, Secretaria de Saúde lança hotsite informativo para que internauta aprenda brincando sobre como eliminar o *Aedes aegypti*

**MG prevê 500 mil com dengue**

**FACA SUA PARTE, ESPANTE O PROBLEMA**

**AGORA É GUERRA**  
FAZEMOS A NOSSA PARTE, FAÇA A SUA

**COMBATEMOS MIM**

**PREÇO DO ABANDONO**  
**Cadastro de feras não avançou**

**NOVO ENDRECE: Carnaval está de volta ao Centro de BH**

**Áreas de risco vão receber R\$ 5,5 bi**

**MIGUEL VIEGAS FILHO**

**SEBASTIÃO DA COSTA VELOSO**

**ROSA IDALÓ SILVA**

Figura 37: Capa Jornal Estado de Minas e Notícia Gerais, 21 de janeiro de 2011  
Fonte: Jornal Estado de Minas

No texto completo da notícia, que se dispunha na quinta página do *Caderno Gerais*, o jornal detalhava as estratégias e a expectativa do Governo Estadual com a escolha do uso da internet:

A principal aposta da SES para combater a dengue será a informação. “São 15 anos de enfrentamento da epidemia sem êxito. Há uma evidência de que as pessoas conhecem o problema mas não estão engajadas. Achamos oportuno conquistar esse engajamento por meio do site e das redes sociais. Mais de 80 milhões de pessoas no mundo usam a internet”, ressalta [o secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge de Souza Marques]. No *hotsite* [www.querracontraadengue.com.br](http://www.querracontraadengue.com.br), o internauta encontra, além das dicas sobre como combater focos do *Aedes aegypti*, onde estão as unidades de saúde mais próximas de casa, além das ações programadas pela Secretaria de Saúde. De forma lúdica, interessados podem se alistar na guerra contra a dengue. A partir do momento em que eles cumprem as missões, como tampar caixas d’água ou não deixar acumular em pneus, os combatentes vão ganhando novas patentes e melhorando de posição no esquadrão da dengue. Com ferramentas disponíveis no *site*, os usuários podem informar aos amigos das redes sociais *Twitter* e *Facebook* cada nova ação contra a epidemia. Conforme o envolvimento de cada combatente, a SES envia mensagem convidando para que ele deixe o campo virtual e passe a atuar também na prática. Aqueles voluntários que comprovarem a relevância do trabalho contra a dengue podem concorrer a prêmios. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 21 de janeiro de 2011) [*grifos nossos*].

Sem sombra de dúvidas, em termos de ineditismo de estratégias de comunicação dirigidas a públicos, o texto da matéria evidencia um cenário inovador: fico imaginando como os profissionais de comunicação devem ter quebrado a cabeça para compor um quadro tão criativo! Apesar de compreender os esforços que sustentam esse gesto, é impossível não problematizar alguns sentidos que parecem estar naturalizados na seara de lutas contra a dengue. Na fala do secretário de Estado, conseguimos notar que se explicita uma relação que parece já ser encadeada entre *engajamento das pessoas* e *controle do mosquito: grosso modo*, as ações públicas da Secretaria de Saúde investiriam em tal engajamento para apanhar os sujeitos e eliminar, com isso, a dengue. Suponhamos que um cidadão seja sensibilizado por tais estratégias e alcance o topo máximo de eliminação de focos. Diante disso, é possível questionar: por quanto tempo tal cidadão dará conta de continuar a manter suas vitórias? Talvez seja necessário que ele paralise sua vida para dar atenção apenas a ações de controle da dengue?

Outros aspectos da notícia merecem também destaques. A página ocupada no espaço do jornal compunha-se da foto de uma criança, tendo ao fundo o *banner* da campanha “*Agora é guerra. Fazemos a nossa parte. Faça a sua.*”, do Governo Estadual. Nela, expressava-se a seguinte legenda: “Depois de infectado, Gabriel Silva resolveu agir: eliminou 209 focos da doença e foi premiado pelo exemplo”. Se Gabriel Silva conseguiu eliminar essa quantidade de focos de reprodução do *Aedes* (sem ser especialista nas metodologias de caça ao mosquito), fiquei pensando em quantos inúmeros outros focos não

devem existir por aí! E por mais que seja correto premiar a criança pela nobre atitude, não seria injusto exaltar o controle da dengue como uma questão de responsabilidade equânime de cidadãos e do governo? Não deveria o próprio Estado assumir-se enquanto instituição que se mune de recursos legítimos e legais para empreender ações de controle (como o uso de métodos de captura do vetor mais adequados aos tempos de agora, desenvolvidos em parceria com corpos científicos) e de investimentos na erradicação do próprio vírus (como o desenvolvimento de pesquisas para a busca de vacinas, por exemplo) em nome do bem comum? Além disso, sobre o ponto de vista dos profissionais e das estratégias de comunicação, até quando esse desenho virtual dará conta de se sustentar – num espaço dispersivo e não exclusivo da dengue, como é a internet? Será que os estrategistas dariam conta de lidar com a angústia de sempre ter que renovar as estratégias – tendo como orientação a visão questionável de que o engajamento e a informação são capazes de eliminar o vetor? Por isso, insisto em levantar a pergunta: será mesmo possível estabelecer uma relação de causa/consequência entre engajamento, informação e extermínio da dengue?

É, meu caro leitor, a impressão que eu tinha é que tal relação de causalidade não era posta sob suspeita nem pelos jornais, muito menos nem pelos anúncios publicitários governamentais. Ao contrário disso, o discurso da mobilização social anunciava-se publicamente enquanto ideia-força – particularmente em evidência nas ações governamentais de 2010, aqui tomadas pelos vestígios da dengue ora dispostos em tais materialidades. Como se isso não bastasse, no Estado de Minas de 18 de novembro de 2010, era possível notar que a mobilização social achegava-se ao governo ganhando também uma faceta de guerra – com participação inclusive de militares. Como já vimos no item 2.1 *Reciprocidade*, a capa do jornal trazia uma foto de quatro combatentes do exército, tendo ao fundo a traseira de um caminhão silcada com a marca da campanha *Agora é Guerra*. Além de todo o destaque dado à manchete principal, a primeira página do Caderno Gerais dedicava-se inteiramente ao assunto, com uma chamada gigante: “Agora, é guerra mesmo!”. Ao lado direito, uma foto do Governador do Estado, Antonio Augusto Junho Anastasia – que parecia estar numa coletiva de imprensa – , era seguida do seguinte texto:

“Nossa maior arma será a mobilização social, ou seja, a intenção é que a população nos ajude a combater o mosquito” (Capa do Caderno Gerais, Jornal Estado de Minas, 18 de novembro de 2010).

A população ajudaria ou seria uma das responsáveis? – fiquei me perguntando, depois de tudo o que tinha lido. Abaixo da fala do político, um *box* colorido com fotos e expreso pelo seguinte texto, anunciava os locais de reprodução do mosquito:





Figura 38: Capa Jornal Estado de Minas e Capa Caderno Gerais, 18 de novembro de 2010  
 Fonte: Jornal Estado de Minas

Vasos com prato, vasos de flores ornamentais, pia e tanque, box de banheiro, vaso sanitário, ralos, caixas d'água destampadas, calhas entupidas, bebedouro de animais domésticos, potes, filtros, garrafas e latões destampados, pneus e tudo mais que acumule água da chuva (Capa do Caderno Gerais, Jornal Estado de Minas, 18 de novembro de 2010).

Como já concluímos anteriormente, talvez fosse mesmo melhor implodir a cidade – e dessa vez começando de nossas próprias residências – diante de uma guerra que já parecia estar perdida. Como o exército daria conta de apanhar os mosquitos, se nem os próprios agentes de saúde pareciam desempenhar suas funções com precisão? Fiquei ainda refletindo: sob a égide do *Agora é guerra*, a mobilização social se resumiria a quê (o que seria ajudar o Estado no combate ao mosquito)? No texto completo da matéria, algumas expectativas governamentais eram explicitadas pelo jornal:

Com o slogan “Agora é guerra. Todos contra a dengue”, o Programa Permanente da Dengue do Governo do Estado traz uma novidade: a mobilização social. O cidadão que juntar garrafas PET’s, pneus e latas – típicos esconderijos das larvas do mosquito – ganhará prêmios. Nove caminhões vão circular pelas cidades mineiras com material escolar para serem trocados pelos entulhos recolhidos. Serão distribuídos 45 mil cadernos e 125 mil borrachas e lápis (Capa do Caderno Gerais, Jornal Estado de Minas, 18 de novembro de 2010).

Então a mobilização social seria estabelecida a partir de benefícios individualizados aos moradores e à presença do Exército circulando pelas cidades? Qual seria a diferença dessas ações governamentais da publicidade de Dona Waldívia e da médica Adriana Gomes? Dito por outras palavras, não seria essa uma outra face de ações promocionais e de produção de visibilidade pública acerca do governo do Estado? O que há de mobilização social em tais esforços? O fragmento que se segue nos ajuda a entender o uso da parafernália do Exército e de outras parcerias como esforços que mais se voltam à produção de publicidade institucional e de captura da atenção dos cidadãos, do que a um processo de diálogo e de participação coletiva:

**SUPORTE.** A força-tarefa do programa conta com 432 pessoas: 200 soldados do Exército, 40 da Aeronáutica e 192 homens treinados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) no combate aos focos do mosquito. Nove caminhões e 10 ônibus vão dar suporte às equipes, que terão ainda 70 carros fumacê, cedidos pelo Ministério da Saúde, e 600 bombas costais. “A palavra chave na guerra ao mosquito talvez seja exatamente esta: mobilização, mostrando que não basta a ação do governo, não bata meramente os anúncios na TV, porque as pessoas sabem o que fazer e, por muitas vezes, não fazem. Temos de mostrar a elas que é fundamental ter atitude”, afirmou o governador. (Capa do Caderno Gerais, Estado de Minas, 18 de novembro de 2010).

Bombas costais – o que seria aquilo? Não bastam os anúncios na TV – então, partiremos para outro tipo de publicidade (não seria esse o subtexto dito pelo Governador)? E por que a insistência no uso do termo mobilização social? Posso até concordar que, em princípio, não basta apenas a ação do governo: numa democracia, em alguma medida, um problema público afeta potencialmente a todos os cidadãos, exigindo posturas e comportamentos coletivos. Entretanto, particularmente no caso da dengue, o que o governo tem feito que “não tem bastado”? Realmente não bastam os anúncios na TV, mas concluir que *as pessoas não controlam a dengue porque não têm atitude* não seria por demais desconsiderar a complexidade da dengue e da vida urbana? E como tomar o discurso da mobilização pelo discurso da guerra: perderíamos os gestos de organização coletiva que sustentam uma sociedade democrática e partiríamos para uma convocação autoritária de atuação numa guerra contra um mosquito? Não entendi muito bem o que o Governo queria: convocar os cidadãos a tomar parte na constituição de uma política pública de combate à dengue ou, ironicamente, chamar a atenção pública de um problema cujas principais ações de solução, no entanto, parecem pesar muito mais ao campo de responsabilidades governamentais do que à esfera múltipla e difusa dos cidadãos?

No terreno da publicidade *assumidamente* governamental, já vimos também que termos bélicos exaltavam-se de vez, junto às peças do anúncio *Agora é guerra, todos contra a dengue*. Dentre todas que o leitor já conheceu em itens anteriores, apresento agora um produto ainda inédito, importante por revelar aspectos que parecem ir ao encontro de

nossas reflexões: o “MANUAL DO COMBATENTE”. Mantendo a mesma estética visual das outras peças da campanha, o Manual do Combatente é uma espécie de cartilha informativa, dirigida, *em tese*, a qualquer cidadão mineiro (pelo menos, foi essa a impressão que restou de minha leitura do produto). Com desenhos ilustrativos e informações técnicas, o pequeno livreto dirige-se a qualificar literalmente o cidadão como um combatente, e, com isso, prescreve o que os sujeitos devem fazer para se engajar no controle do vetor. Logo na primeira parte do manual, um mapa do Estado de Minas Gerais marcado por regiões prioritárias de infestação da doença é acompanhado de um texto que insinua a urgência do problema da dengue, convocando o leitor, em seguida, a fazer parte do *Esquadrão Antidengue*– detalhado na segunda parte da peça:

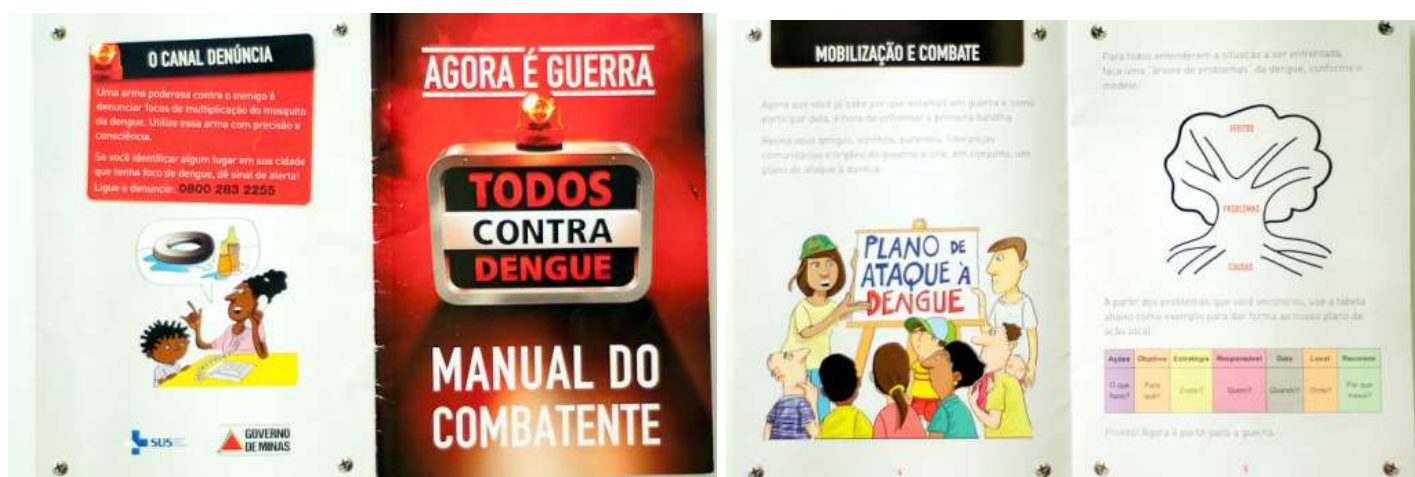


Figura 39: Contracapa, capa e fragmento do miolo do Manual do Combatente, Governo de Minas, 2010

Fonte: Governo de Minas

Ninguém vence a guerra sozinho. Não basta apenas fazer sua parte, é preciso combater em conjunto com toda a comunidade. Por isso, em todas as cidades mineiras há um grupo mobilizado para atuar com a população nesta luta. São profissionais da saúde, da educação, do meio ambiente, da defesa civil, lideranças comunitárias, representantes de associações e de órgãos do governo – muita gente lutando pra vencer esta guerra que já começou. Seja um combatente! Comece a batalha pela sua casa, mas não pare por aí. O perigo mora ao lado. Converse com seus parentes, vizinhos e colegas de trabalho. Ser um combatente não é só eliminar a água parada, é entrar em ação coletiva (Manual do Combatente, Governo de Minas, 2010, p. 2).

Imagens de pessoas observando objetos comuns de suas residências (garrafas, vasos de plantas, pneus, caixa d’água) ilustravam aquela página. Entrar em ação coletiva em plena guerra: ser combatente era quase que desempenhar um ofício, imbuir-se de uma especialização – pensei. Dessa forma, era possível perceber que o Manual carregava fortes propósitos de transformação de qualquer cidadão em um combatente, ou seja, num cidadão

especializado no controle do vetor. Mais uma vez a causalidade entre mobilização e controle do vetor fazia-se indiscutível: especializar-se no controle da dengue era como se especializar em mobilização social, transforma-se num cidadão capaz de *arregimentar batalhões de luta* para, supostamente, controlar o vetor e acabar com a doença. Em outra parte do produto, *Mobilização e Combate*, um emaranhado entre imagens e palavras parecia fazer com que tal propósito fosse explicitado:

Agora que você já sabe porque estamos em guerra e como participar dela, é hora de enfrentar a primeira batalha. Reúna seus amigos, vizinhos, parentes, lideranças comunitárias e órgãos do governo e crie, em conjunto, um plano de ataque à doença (Manual do Combatente, Governo de Minas, 2010, p. 4).

Será que eu entendi bem: eu, cidadão comum, seria potente e competente para reunir, em torno de mim, sujeitos e instituições? Criaríamos em conjunto um plano de ataque à doença, com responsabilidades igualmente compartilhadas? Aquele texto seguia-se de um desenho de pessoas em torno da imagem de um álbum-seriado, preenchido com o título: “PLANO DE ATAQUE À DENGUE”. Em seguida, o Manual detalhava procedimentos altamente profissionalizados de constituição do grupo que deveria ser mobilizado para acabar com o vetor:

Para todos entenderem a situação a ser enfrentada, faça uma “árvore de problemas” da dengue, conforme o modelo: [o modelo indicava as causas como raízes, os problemas como o tronco e os efeitos como os galhos e a copa da árvore]. A partir dos problemas que você encontrou, use a tabela abaixo como exemplo para dar forma ao nosso plano de ação local. [imagem de uma tabela colorida, contendo 7 colunas e duas linhas: Ações (O que fazer?); Objetivo (Para quê?); Estratégia (Como?); Responsável (Quem?); Data (Quando?); Local (Onde?); Recursos (Por que meios?)]. Pronto! Agora é partir para a guerra (Manual do Combatente, Governo de Minas, 2010, p. 5) [grifos nossos].

Eu simplesmente não acreditava naquilo que estava diante dos meus olhos: era quase que uma profissionalização em ação estratégica! Fiquei imaginando se num grupo de amigos ou de vizinhos aos quais eu tomo parte faria algum sentido provocar uma reunião para discutir aquele manual. O que pensariam a meu respeito? No vínculo que nutríamos cabia tamanha linguagem profissionalizada? E ainda uma de minhas suspeitas principais conduzia os propósitos daquele produto: toda a argumentação da peça valia-se de uma causalidade entre mobilização, informação e controle do vetor. Transformar o cidadão em combatente não seria quase como que destituir sua autonomia democrática – sua liberdade de ação e de expressão diante de um regime público de governabilidade? Como combatente, havia espaço para crítica? Depois de passar pela parte “INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS – Verdades e Mentiras sobre a dengue”, cheguei à última seção do manual: lá, projetava-se uma voz supostamente autorizada por mim e por todos nós,



cidadãos de Minas Gerais. Com o título “VITÓRIA: UMA LIÇÃO DE CIDADANIA”, o texto era disposto com o desenho de um homem e de uma mulher, ambos dizendo, “Faça a sua parte!”, e se apresentava da seguinte maneira:

Nossa causa é a vida. Por isso, como cidadãos de Minas Gerais, declaramos guerra contra a dengue. Combatê-la significa livrar nossa rua, nosso bairro, nossa cidade, enfim, livrar Minas Gerais da doença. Juntos acabaremos com nosso inimigo, o mosquito *Aedes aegypti*. A luta não será fácil, todos sabemos, mas vamos agir agora e mostrar que somos vencedores (Manual do Combatente, Governo de Minas, 2010, p. 13).

Quem autorizou o governo a falar por mim, enquanto cidadão? Como era possível que os cidadãos de Minas tivessem declarado guerra contra a dengue? Qual cidadão isolado teria competência e tempo para dar conta do complexo controle envolto ao *Aedes aegypti*, como uma ação rotineira e permanente? Em que medida seria justo e correto projetar um cidadão-especialista em ações estratégicas, fazendo planos no seu dia-a-dia – e ainda lidando com as coisas do mundo como se fosse apenas razão e/ou se dependesse apenas de sua vontade própria para convocar outros sujeitos? Além disso, como pressupor que o cidadão teria condições de guardar todas as informações do manual e de buscar o controle do vetor, sem que nenhum processo de debate e discussão pública (sobre a causa de luta, sobre os aspectos problemáticos e sobre os equívocos que pareciam se exibir no próprio entendimento da política pública formulada pelo governo) parece ter sido estimulado? Já estava quase na hora do meu almoço: tinha eu passado toda a manhã no escritório sem que nenhum alimento ocupasse o espaço vazio do meu estômago (meu café foi tomado antes do episódio das mosquitas, e já se completavam quase treze horas). Antes de sair para almoçar, foi impossível não perceber que quase todos os vestígios relacionados ao envolvimento coletivo dos sujeitos pareciam se pautar pela busca exata da equação *informação+mobilização+cidadão-especialista=extermínio da dengue*. Era como até se a vida coletiva se resumisse a um jogo matemático! Que doce ilusão: as dimensões acontecimentais irrompiam-se inclusive sobre as equações e sobre as relações de causalidade, criando fendas e rachaduras inexatas e flutuantes, num espaço público sempre por se realizar. Alguém se aventura a contar isso para os estrategistas governamentais?

### **Mobilização social: guardião da experiência (e armadilha para mosquitos)?**

Além de sugerirem a estratégia como um *fazível enredado* – a partir do qual campos problemáticos emergem em estranhamento recíproco –, dimensões acontecimentais da experiência pública com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também parecem insinuar um peculiar aspecto da vida coletiva que se torna relevante em sociedades orientadas por regimes democráticos: a mobilização social. Nesse sentido, seja para

caracterizar uma forte dimensão de luta empreendida por sujeitos quando se organizam em torno de problemas públicos, seja para expressar os esforços para que a organização mesma de tais sujeitos se torne possível, o termo *mobilização social* tem ganhado saliência especial ao se referir à ação coletiva. Assim, tanto alguns estudos têm se debruçado a problematizar a mobilização social em meio a cenários democráticos recentes (Henriques et alii (2004); Toro e Werneck (2004); Rabello (2003); Mafra (2006); Henriques (2010);), quanto inúmeras práticas de organizações da sociedade civil e do poder público têm voltado sua atenção para tal processo. Segundo Henriques (2010), não se sabe bem ao certo como o termo ganhou saliência; no entanto, o autor localiza-o em meio a: 1) uma ideia de *colocação em movimento*; 2) uma *raiz bélica*, marcada pela simbologia de enfrentamento das lutas revolucionárias e dos movimentos de guerrilha, movidos não necessariamente por ideais democráticos.

Todavia, no contexto brasileiro, o autor posiciona a emergência de tal noção em meio ao marco político da Constituição Brasileira de 1988 – momento que instituiu uma série de desenhos e de possibilidades participativas entre poder público e sociedade civil, em convivência com o regime formal de eleição de representantes. Em tais desenhos (como conselhos, fóruns, comitês consultivos e deliberativos, dentre inúmeros outros) a vivência da cidadania e a produção de políticas públicas pautam-se por esforços de interlocução entre Estado e cidadãos organizados – de modo que uma série de questões coletivas passa a pleitear regulamentações e a provocar debates públicos a partir de tais possibilidades de participação (questões ambientais, de raça, de sexo, de etnia, etc.). É nesse contexto que a mobilização social torna-se um gesto de valor: como convocar os sujeitos para ocuparem as possibilidades participativas? Como movimentá-los, de modo a tornar a participação uma prática democrática e aberta a todos? Ainda por conta disso, além dos âmbitos democráticos institucionais, o próprio cenário cotidiano – em que se pulverizam movimentos sociais, organizações do terceiro setor e outras formas de associação com vistas à defesa de causas coletivas – tem sido espaço de indagações e de disputas no que tange à convocação dos sujeitos: em que medida é possível organizar os cidadãos em torno das lutas coletivas? Como estimulá-los a agir conjuntamente em torno dos problemas sociais? Como convencê-los a atuar e a participar de propostas de voluntariado e de ação pública? Como garantir o caráter democrático da mobilização social, (excluindo, portanto, o sentido bélico de guerra e de simples movimentação) – convocando os cidadãos a participarem, sem que se sintam obrigados e respeitando ainda suas orientações e escolhas (inclusive as de não participação)?

De tal sorte, em meio a um desenho político-institucional propício, investimentos de toda espécie passam a existir junto ao campo de organizações que lutam para causas de interesse comum: o próprio Estado passa a prever financiamento público e gestão de

projetos voltados ao desenvolvimento de coletivos sociais, e as organizações empresariais – cada vez mais cobradas para gerarem investimentos não apenas econômicos – também passam a destinar recursos para o custeio de ações voltadas ao enfrentamento de problemas coletivos. Obviamente, tal quadro insere-se junto a outros interesses e motivações mais amplos (como é o caso da influência de políticas neoliberais que visam enxugar a máquina pública e produzir menos interferência governamental, frente a um capital financeiro cada vez mais flutuante e na mão de poucos); no entanto, é inegável que, em meio a configurações contemporâneas sócio-político-econômicas, eis que emerge uma esfera profissionalizada de relacionamento com os problemas públicos, de modo que Estado, empresas e organizações não-governamentais imbuem-se de processos de trabalho específicos e de finalidades organizacionais (*missão, visão e valores*) para tentar dar conta de tal relacionamento. Por essa e por inúmeras outras razões, não se pode desconsiderar que a convocação de públicos para lutas coletivas passa a ganhar um forte caráter profissionalizante, ensejo que provoca o acolhimento da *mobilização social*, muitas vezes, em rotinas de trabalho: tal prática passa a ser alvo de definição de processos gerenciais, de produção de instrumentos de planejamento e de execução, e de busca por avaliação e “controle” de resultados. Esse cenário de profissionalização da ação coletiva ganha considerável saliência tanto pelo fato de insinuar certa legitimidade junto a organizações modernas que destinam recursos para projetos sociais (organizações essas que se orientam pela racionalidade da *eficácia*, da *eficiência* e da *efetividade* para decidirem em que medida continuam ou encerram os contratos de repasse...) quanto pelo próprio imaginário moderno que sugere a crença de que os processos mobilizadores são fenômenos que podem ser objetos de certa coordenação, de planejamento e de interferência – tendo em vista o uso de artefatos, de técnicas e de metodologias humanas voltadas a tal finalidade.

É em meio a esses aspectos que se localiza um caráter estratégico da mobilização social: é preciso encontrar metodologias e técnicas destinadas a buscar, de modo induzido, a participação e o envolvimento coletivo dos sujeitos nas mais diversas causas sociais – numa tentativa de ganhar adeptos, de posicionar publicamente enquadramentos sobre determinados temas (ou de contra-argumentar enquadramentos contrários já posicionados) e de produzir esforços para ampliação das possibilidades de participação junto a questões coletivas. Em outro trabalho (Henriques, Mafra e Braga, 2004, p. 36), procuramos dar destaque a esse caráter estratégico, que passa a fazer parte das rotinas de quem lida com ações mobilizadoras:

a mobilização social é a reunião de sujeitos que *definem objetivos* e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a

transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público [*grifos nossos*].

Toro e Werneck (2004) também salientam uma verve estratégica quando afirmam que “a mobilização social é um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade”, e, além disso, por envolver um compartilhamento de discursos, de visões e de informações, os autores reconhecem que tal processo é notadamente constituído pela comunicação. Podemos então compreender que um caráter estratégico da mobilização social se manifesta essencialmente por um *caráter estratégico comunicativo*, já que, nos termos de Toro e Werneck (2004), tal convocação se manifesta a partir de ações de comunicação em seu sentido mais amplo. Em outra oportunidade, também tentamos identificar os processos mobilizadores estratégicos como processos comunicativos:

“convocar vontades” e compartilhar “sentimentos, conhecimentos e responsabilidades” pressupõem conversa, troca, partilha intersubjetiva, interação [*de modo que*] a mobilização, como prática social, constitui-se, eminentemente, pela comunicação (Mafra, 2006, p. 34) [*grifos nossos*].

A visada da comunicação nos ajuda a compreender porque os recursos comunicativos estratégicos e os esforços dirigidos à ocupação do espaço de visibilidade da mídia têm sido preocupações constantes na rotina de quem lida com causas sociais: é por meio de seus usos (*site*, notícias, planos de comunicação, eventos, marca e *slogan*, *folders* e panfletos, palestras e encontros, cartilhas, redes sociais, passeatas etc.) que os esforços de mobilização social se materializam – em meio a uma vida coletiva contemporânea notadamente marcada pelo desenvolvimento altamente especializado de técnicas e de instrumentos de comunicação. Junto a isso, uma questão relevante sempre emerge em meio aos estudos relativos à temática: é preciso não desconsiderar que a dimensão estratégica da mobilização social deve guardar o limite *do outro* em seus processos de convocação coletiva. Ou seja: como convocadora de vontades (Toro e Werneck, 2004), a mobilização pode se deparar com uma vontade de não participação; ou mesmo, com sujeitos que se achegam para também oferecerem outras possibilidades e diferentes aspectos do problema fruto da atenção pública. Por conta disso, o limite das estratégias (estas que, em último grau, podem se pautar inclusive por uma visada autoritária, ou mesmo por uma busca inconsequente dos fins pretendidos<sup>124</sup>) em processos mobilizadores deve ser balizado pelo *diálogo* entre os sujeitos que mobilizam e os sujeitos aos quais se pretende mobilizar (Henriques, Mafra e Braga, 2004). É por conta disso que os estudos da área

---

<sup>124</sup> Dessa forma, uma das conclusões de alguns estudos dos quais participei se propôs a entender que “a geração de um modelo de planejamento respeita, antes de tudo, a uma opção política, orientada por valores. Se estes valores, por um lado, podem remeter a um tipo de ação autoritária, paternalista, unidirecional, podem, sob outra perspectiva, propiciar ações abertas, multidirecionais, democráticas, sem abri mão do planejamento como meio de coordenar e organizar as iniciativas” (Henriques, Mafra e Braga, 2004).

apontam que as práticas de comunicação para mobilização social, em sociedades democráticas, precisam se constituir, acima de tudo, como práticas dialógicas.

Mesmo reconhecendo o mérito que as vivências e que os estudos de mobilização social pautados pela visão estratégica possuem – e dando valor à utilidade que oferecem a formas de organização social contemporâneas que tomam a mobilização como seus objetos finalísticos –, não podemos deixar de identificar a suspeita de que tal visão estratégica ainda parece carregar fortemente o imaginário de uma ação social movida unicamente pela racionalidade. Dessa forma, sem desconsiderar a importância dos desenhos participativos entre poder público e cidadãos – e ainda reconhecendo o valor de uma sociedade que, mesmo com todas as contradições econômicas, políticas e sociais, dá lugar a interações públicas pautadas por ideais democráticos e por esforços coletivos ajustados pelo diálogo e pela participação dos sujeitos –, não podemos deixar de apontar que, por esse caminho, é possível que a mobilização social se assemelhe a algo que, de algum modo, *sempre poderá ser coordenado pelos sujeitos*. Dito por outras palavras, a mobilização social, quando indagada e pensada a partir de questões: “como convocar os sujeitos?”; “como estimulá-los a agir conjuntamente?”; “como convencê-los a lutar por essa causa?”, pode se munir da impressão de que tal processo *sempre* será banhado por um caráter estratégico – como se a participação e a ação coletiva fossem coisas que pudessem sempre ser calculadas, mensuradas e adequadas ao resultado final que se pretende com elas. Por esses termos, as metodologias e os conhecimentos que proporcionam subsídios à construção de estratégias de mobilização social – quando vislumbrados unicamente pela lente da *racionalidade* e do *despertar do interesse* – podem oferecer aos mobilizadores uma perigosa ideia: a de que tais estratégias de mobilização social supostamente descortinariam e disponibilizariam *algumas massenhas que dariam acesso à experiência dos sujeitos*. De tal sorte, é como se o investimento na construção de ações estratégicas de mobilização social fosse capaz de *tocar os contextos dos sujeitos*, e, ao mesmo tempo, *despertar o interesse* desses últimos e *os convencer racionalmente* a tomarem parte naquilo que foi definido previamente pelos mobilizadores<sup>125</sup>. Além de tudo, quando levada ao extremo, tal visão não se pautaria por

---

<sup>125</sup> Adotando um olhar sobre as estratégias de comunicação diante de uma causa coletiva, tive a oportunidade de realizar minha pesquisa de mestrado sobre uma grande ação estratégica de mobilização social, a “Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas”, organizada pelo Projeto Manuelzão – como já tratamos em nota de rodapé no item 2.1 *Reciprocidade*. À época, desejava identificar limites e possibilidades da Expedição enquanto ação estratégica mobilizadora, e, para isso, foi elaborado um modelo de análise que se voltava às estratégias de comunicação do projeto e às notícias veiculadas em jornais televisivos durante o evento, com vistas a identificar três dimensões de tal ação: uma dimensão espetacular – dirigida a chamar a atenção dos sujeitos para a causa do projeto; uma dimensão festiva – que buscava organizar momentos de encontro, pautados pela sociabilidade livre e por vínculos afetivos; e uma dimensão argumentativa – que se voltava a posicionar a causa de revitalização da Bacia do Rio das Velhas como uma questão de interesse comum. Na visão que me comandava, o espetáculo e a festa, como atributos estratégicos, poderiam ser capazes de tocar a experiência das pessoas; mas apenas a argumentação projetada poderia

uma ideia hipodérmica da comunicação? A um olhar que acreditaria haver formas estratégicas de comunicação capazes de incutir e injetar ideias nos sujeitos, com vistas a produzir persuasão e convencimento? A uma visão que desconsidera a abertura como um dos movimentos constitutivos da democracia (Lefort, 1990)?

Sendo assim, a perspectiva do acontecimento e da experiência pode nos oferecer outra visada à relação entre comunicação e mobilização social, particularmente sobre dois aspectos em evidência. O primeiro deles se refere ao próprio *entendimento da noção de mobilização social*: muitas vezes, o que mobiliza os sujeitos e o que configura a ação coletiva é a irrupção inesperada de acontecimentos, estes que fraturam os contextos sociais e provocam uma abertura no campo público de experiências. Dessa forma, dos âmbitos problemáticos e dos âmbitos realizáveis conformados pelo acontecimento, é possível que insurja a *ação coletiva* e a *mobilização social* como formas de enfrentamento dos sujeitos ao próprio acontecimento (por exemplo, no caso de um crime bárbaro, é possível que os sujeitos se dirijam às ruas para protestar, ou mesmo encaminhem pedidos de alteração na regulamentação legislativa sobre penalidades a crimes bárbaros, ou talvez fundem uma organização não-governamental que lute pela paz) – o que não impede também que o *fazível* seja conformado pela inércia (não fazer nada é fazer alguma coisa) ou pela violência (um outro crime bárbaro como forma de vingança). Dessa maneira, não se pode reduzir o realizável à mobilização social, de modo que, por esse viés, a ação diante de um problema público é tão inesperada quanto sua natureza acontecimental. De todo modo, é igualmente relevante compreender que, como um processo essencialmente comunicativo, a mobilização social não necessariamente é movida por impulsos estratégicos (nem apenas por sujeitos que compartilham objetivos acordados racionalmente), mas essencialmente por acontecimentos que irrompem e se abatem sobre contextos, produzindo (ou não) a ação coletiva.

O segundo desses aspectos se refere à própria relação entre acontecimento e estratégia. Quando dizemos que a mobilização social não é necessariamente movida por impulsos estratégicos, não estamos desejando produzir uma dicotomia entre estratégia e acontecimento. Ao contrário – e como já vimos anteriormente nessa seção – nosso olhar para a experiência a partir de dimensões acontecimentais nos faz localizar as estratégias de mobilização social como formas possíveis (e não as únicas) de lidar com o acontecimento. Sendo assim, como possibilidades de interpretar e de agir diante do que acontece, tais

---

convencê-las de que a causa do Manuelzão era nobre e passível de atenção pública. Meu intuito, portanto, era o de analisar em que medida as três dimensões contribuiriam para uma espécie de modelo estratégico ideal, que prevê captura de atenção (espetáculo); vinculação livre e afetiva (festa); e racionalidade (argumentação). Nos bastidores de tal estudo, havia, portanto, uma noção de que *uma estratégia bem pensada poderia ser capaz de convocar os sujeitos ao envolvimento coletivo* – visão da qual, atualmente, não compartilho.

estratégias são contextualmente enredadas: elas se arranjam em meio aos quadros de vivência dos sujeitos; mobilizam valores e horizontes de sentido distintos; dirigem-se a outros sujeitos e contextos, de modo difuso e socialmente distribuído – em *estranhamento recíproco*. Anúncio, jornal e outros produtos/outras ações estratégicas de comunicação para mobilização social são, portanto, *fragmentos do fazível*, restos e vestígios do próprio acontecimento – sem que, neles mesmos, o acontecimento deixe-se guardar. Por conta disso mesmo, a experiência acontecimental nos possibilita entender que, na busca pela solução de problemas públicos (nos diversos fazíveis), a mobilização social é um tipo de ação coletiva em meio a inúmeras outras, como também é processo comunicativo que não se coloca (e nem teria a prerrogativa de se colocar) diante de todo o tipo de ação pública (como exemplo, convocar outros para lutar a favor da paz é um tipo de ação no mundo que pode ser pautada por estratégias de comunicação para mobilização social; entretanto, tal convocação não garante, por si só, o fim da violência e da criminalidade – o que pode exigir, dessa forma, outras qualidades de ação pública, como as ações repressivas com participação das polícias e de outros atores sociais).

Toda essa discussão tem sido possível na medida em que as próprias dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal – ao encarnarem a feição estratégica da experiência com esse problema a partir do uso da noção de mobilização social – revelam indícios preciosos sobre como o Estado, em particular, tem se apropriado da ideia de mobilização junto a ações empreendidas para o controle da doença. Antes de tudo, é inegável o incômodo frente ao forte imaginário bélico que se associou aos anúncios e aos posicionamentos públicos do Governo Estadual. Embora a orientação estética e conceitual das peças – e inclusive de outras ações, como a participação do Exército – pareça evocar a própria origem de guerrilha do termo mobilização, tal evocação não é capaz de imprimir, por si só, um caráter democrático à ação pública. Por isso, instigante é suspeitar por quais motivações o Governo foi justamente associar *mobilização social* com *guerra*: estaria desejando convocar os cidadãos como tropas diante de um conflito incontornável? Tomaria a política pública de controle da dengue apenas como um processo de controle do vetor – e controle armado, diga-se de passagem –, convocando os cidadãos unicamente para seguirem as prescrições recomendadas nos panfletos? Estaria aberto a lançar mão de possibilidades de diálogo com os cidadãos e de participação na construção das políticas de ação – e, com isso, de rever suas próprias estratégias inicialmente planejadas?

Além do incômodo com os motivos bélicos, desde a seção anterior mantivemos muitas suspeitas em relação a uma certa premissa – e a uma causalidade que ganha força no anúncio e no jornal – de que a informação e a mobilização social se apresentam como soluções para o problema da dengue. Num dos panfletos que já apresentamos em outras

seções, o próprio Governo Estadual divulgou a informação de que 87% dos focos do mosquito estão nas residências. Diante disso, as dificuldades para o controle de uma doença cujo principal habitat do vetor é o ambiente doméstico tornam-se maiores: ao Estado, parece ser mais difícil, delicado e complexo adentrar a esfera privada dos cidadãos. Sendo assim, fica evidente que o discurso da mobilização social e da informação se apresenta quase como que um alento a essa *criação moderna* que regula a vida de todos nós: a maneira sobre a qual o poder público entendeu como sendo a mais eficaz para controlar a dengue é enfiar-se na esfera doméstica a partir da criação de estratégias para 1) informar aos cidadãos as nuances de reprodução do *Aedes*; 2) tentar despertar junto aos mesmos um espírito público, a partir da inspiração da mobilização social; 3) como consequência, produzir um esforço maior desses cidadãos para que, por eles mesmos, sejam criadas ações espontâneas e cotidianas de controle da doença. É justamente esse raciocínio dedutivo que tento questionar. Vamos supor que um cidadão, em seu campo do fazível, seja afetado por dimensões acontecimentais da dengue e esteja suficientemente receptivo para dar conta dos focos de sua residência. No entanto, ao controle da dengue imputa-se uma série de ações e de informações especializadas que também demandam uma determinada *capacidade* – que pode ser traduzida numa dose de competência técnica e de disponibilidade no cotidiano – para o domínio desse vetor. Dessa forma, seria justo e correto pressupor que um cidadão, embora receptivo, seja competente tecnicamente para lidar com informações tão precisas e, além disso, para que tenha disponibilidade cotidiana de modo a controlar o *Aedes aegypti*?

Lembremo-nos do exemplo da senhora que matou uma libélula e a entregou aos agentes de saúde, comemorando a captura do mosquito (e, conforme a experiência dos próprios agentes, situações como essa não eram esporádicas). Seria correto exigir dessa criatura mais do que a própria *consciência* da dimensão pública desse problema, aparentemente já demonstrada? Seria preciso catequizá-la ainda mais com as informações sobre o mosquito e esperar que ela conseguisse eliminar os reais focos, para que o Estado a parabenize e a premie por tal iniciativa? Com esses questionamentos, não estamos desconsiderando a importância da informação e da orientação pública – afinal de contas, é papel do poder público tomar um problema como a dengue como prioridade de ação e de comunicação pública. Entretanto, o que desejamos é justamente ressaltar que os sujeitos não lidam com as informações que recebem como se fossem computadores: seus movimentos de leitura não são como varreduras de um disco rígido, mas se tratam de gestos complexos, cuja receptividade implica a figura de um nômade que não se prende, *a priori*, nos textos, e lança táticas astutas, absolutamente enredadas em seus contextos. Portanto, estamos diante da figura de um leitor sempre indeterminado, sobre o qual nenhuma estratégia, por melhor que pareça, consegue antecipar suas táticas e suas



experiências que emergem da relação com os textos. Por tudo isso, é ingenuamente impensável a figura de um cidadão mobilizado a partir da imagem projetada de um cidadão-especialista ou de um cidadão fazendo plano de ações. Essa projeção parece simbolizar, por excelência, o cenário moderno de domesticação e de racionalização do mundo da vida, sobre o qual o próprio Habermas (1989; 1997) – tributário da figura da razão pública – já explicitava em seus trabalhos. Se a mobilização social sugere um indivíduo racionalizado a ponto de lidar com o problema da dengue de modo estratégico como o próprio Estado, não estaríamos diante da típica figura de um combatente – e não de um sujeito-cidadão partido, disperso, astuto e nômade, um próprio sujeito em comunicação?

De tal sorte, as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parecem insinuar, particularmente, duas questões no que tange ao uso da mobilização social como estratégia de controle da dengue por parte dos poderes públicos. A primeira delas se refere a um aspecto que já apontamos em parágrafos anteriores: tendo em vista a influência de uma visão unicamente estratégica e racionalizada dos processos mobilizadores deflagrados pelo Estado para o controle da dengue, parece haver um certo *fetiche* de que a mobilização social se apresenta como algo absolutamente novo (em termos de estratégias de comunicação pública) e de que, com isso, tal mobilização conseguirá senhas de acesso à experiência dos sujeitos, as quais a publicidade e o jornalismo, por exemplo, não conseguiriam. É como se a mobilização social, como uma espécie de *guardiã da experiência*, dará conta de apanhar os contextos dos sujeitos, de adentrar suas formas de experiência, de fraturar seus cotidianos comunicacionais. O olhar acontecimental nos faz entender que a mobilização social não é um processo miraculoso ou mágico: não se deflagra, muitas vezes, por pulsões estratégicas – mas, sobretudo, por dimensões acontecimentais que se abatem *em relação*, sobre os sujeitos. Além disso, quando se faz por estratégias, a mobilização também se vale de produtos publicitários, jornalísticos e organizacionais. Por tudo isso, os processos mobilizadores não são coisas fora desse mundo (como o próprio acontecimento o é): eles são formas de interpretação e de resposta a problemas públicos – junto a inúmeras outras possibilidades de respostas e de ações públicas, num imenso e inusitado campo do fazível.

A outra questão relacionada ao uso da mobilização social como estratégia de controle da dengue refere-se ao fato de que tal uso paradoxalmente parece nos insinuar uma *esquizofrenia ontológica entre participação e controle de endemias*. Sobretudo, não se pode negligenciar que a mobilização social, em cenários democráticos, insere-se como possibilidades dirigidas à ampliação da participação dos sujeitos na vida pública – tanto em desenhos participativos institucionais, quanto no próprio *tomar-parte* cotidiano no que se refere a questões controversas e a discussões públicas acerca de problemas de interesse comum. No entanto, o que fica evidente a partir dos vestígios da dengue no anúncio e no

jornal é que, nesse caso, a mobilização social posiciona-se como ferramenta estratégica que convoca os sujeitos não para tomarem parte em desenhos participativos ou nas inúmeras questões controversas que podem se relacionar ao controle da dengue, mas para que tais sujeitos possam, por si mesmos, *serem capazes de participar do controle de uma infestação do Aedes aegypti*. *Trocando em miúdos*, mobiliza-se para tomar parte numa ação pragmática que deve ser executada: a eliminação dos focos do vetor. Por tudo o que temos discutido, parece impraticável que tal modelo se sustente: o governo espera fornecer informações tanto para gerar uma espécie de consciência cívica acerca do problema quanto para que tais cidadãos (então conscientes) sejam capazes de controlar o vetor. Sendo assim, o que nos parece é que o discurso da mobilização social para o controle da dengue é, por si só, *contraditório sob o ponto de vista da participação* – já que não parece insinuar uma convocação advinda do poder público para ampliar o diálogo com os cidadãos – e *equivocado sob o ponto de vista de uma ação pública para controle da dengue* – uma vez que parece se vestir da mobilização social como estratégia principal para algo que necessita de um controle pragmático imbuído de considerável grau de especialidade e de técnica (espera-se hoje que a mobilização social seja autogeradora de *armadilhas para os mosquitos da dengue...*).

Se for uma atribuição de nosso Estado contemporâneo a função social de controle de endemias, por que esgotar a ação de controle a uma questão de mobilização social? Por que destinar tantos recursos à publicidade governamental e não investir num eficiente sistema de captura do mosquito e numa metodologia precisa de vistoria dos agentes públicos de saúde? Onde estão igualmente os investimentos destinados a pesquisas de vacinas – eles existem? Por que continuar a culpabilizar o cidadão por conta do controle do vetor? Se em sua residência há focos que colocam em perigo a comunidade, por que não adotar ações que produzam multas ou que o imputem criminalidade, configurando seu desleixo como um atentado à saúde pública (vamos esperar que esse cidadão se conscientize até que seu imóvel contamine a vizinhança inteira)? Será mesmo possível exterminar o *Aedes* numa cidade moderna, cheia de buracos, de fendas, de esconderijos, de lugares autogeradores de dengue? Será que conseguiremos acabar com o mosquito ou teremos que conviver com ele, até que surja uma vacina para a doença? A dengue continua fazendo vítimas fatais, mas será que é preciso aguardar que a doença se abata sobre muitas vidas para que uma atitude mais incisiva seja tomada, para além das estratégias de comunicação?

Guardo a indigesta impressão de que o número não muito elevado (ainda) de mortes causadas por dengue (ao contrário do crescente número de infectados que tem conseguido sobreviver) parece imprimir uma lentidão para a própria ação pública – esta que, por sua vez, tem sido fortemente focada em ações de comunicação e de mobilização social. De uma

forma irônica, é a própria mobilização que produz a lentidão: desvia o olhar que criticaria a ação governamental; faz barulho mas fecha o cerco para o diálogo e para a participação na própria gênese da política; abre espaço para a existência de mosquitas fantasiadas em praça pública – ação esta de cidadãos que ainda acreditam contribuir para o extermínio do vetor. Enquanto isso, Dona Waldívia – a cidadã celebrizada pelos poderes públicos – continua a contemplar a cena de um espaço público e íntimo fraturado pela dengue. Traz no corpo a ferida do acontecimento, e lança a todos nós o mesmo olhar perdido, banhado pelo sofrimento e pela morte.

## 2.5 Os outros

### Os outros são muitos

“MINEIROS COMPRAM UMA ARMA POR HORA”. Foi com essa manchete do Estado de Minas que eu começava mais um dia de trabalho, naquele 5 de maio de 2011. A edição de capa do jornal estava feia, meio sem cor – talvez tenha sido pela perda na noite anterior do Cruzeiro, meu time do coração, eliminando suas possibilidades de ser tricampeão na Copa Libertadores da América (bem ao alto da capa, dispunha-se uma foto com um dos gols sofridos pelo goleiro Fábio). Descendo um pouco mais os olhos para o canto direito, era

possível avistar uma chamada que delatava uma série de erros na construção de uma nova ponte, na BR-381, próxima à Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte. A queda da ponte velha afetara em muito as rotinas dos belorizontinos, incluindo a minha: todo o trânsito que habitualmente chegava à capital por Santa Luzia foi transferido para a estrada de Outro Preto – caminho que dá acesso à cidade de meus pais, Ponte Nova, e a dos meus sogros, Manhuaçu. Uma viagem que levaria em média duas horas e meia para Ponte Nova durava agora praticamente o dobro disso. Que preguiça de viajar, pensei. Do lado esquerdo dessa notícia, uma foto escura, que denunciava uma operação no Paquistão com membros do Al-Qaeda mortos, ilustrava a manchete que criticava o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, por não liberar as fotografias do recém-assassinado Osama Bin Laden (abaixo da notícia, uma foto inexpressiva e sem cor parecia indicar o esconderijo do líder islâmico).



Figura 40: Capa Jornal Estado de Minas, 05 de maio de 2011

Fonte: Jornal Estado de Minas

À esquerda da capa, seis manchetes amontoavam-se. “FABRICANTES COMEÇAM A DIMITIR”, eis a maior dentre elas. A chamada tratava de pequenas empresas de sacolas plásticas que reduziram seus quadros de funcionários por conta da proibição do uso de tais sacolas no comércio de Belo Horizonte, em lei aprovada pela Câmara dos Vereadores no início do ano. Impossível foi não me lembrar da dengue estampada nas sacolinhas da Drogaria Araújo: quanto azar investir num produto que estava fadado à extinção. Eis que, de sobressalto, fui tomado também pela lembrança de dois exemplares dessas sacolinhas que estavam guardados na minha casa: será ainda que eles se posicionavam por lá da forma como eu os deixei? As sacolas eram objetos escassos no cotidiano de agora... pode ser que alguém tenha saqueado alguma delas, acreditando que se empilhavam simplesmente ao léu no armário do escritório. Por um instante, fiquei com muita vontade de ir até minha casa e de verificar se eu ainda detinha as tais sacolas como parte da empiria catada para a tese. No entanto, essa querência durou muito pouco, já que meus olhos foram tomados mais uma vez por aquela que tem me perseguido durante esses quase quatro anos: a dengue. Foi só falar nela que a bichinha deu as caras, numa das manchetes localizadas à esquerda do jornal: “DENGUE EM MINAS”. Parecia até que se tratava de um fenômeno inexpressivo: com fontes pequenas, não mereceu do jornal nem mesmo a companhia de uma foto para ressaltar seu *status*. Quando li o micro texto abaixo da manchete – “NÚMERO DE CASOS SUSPEITOS CAI 84,3% NO INÍCIO DE 2011” – fui tomado por um considerável estranhamento: como poderia o jornal ter dedicado um lugar tão mínimo como aquele, diante de uma porcentagem tão significativa de queda de casos suspeitos de dengue? Tendo em vista que o espaço da capa já tinha sido muitas vezes ocupado por quantitativos alarmantes de infectados e por inúmeras ocorrências relacionadas ao mosquito, por que agora aquele tabloide destinara tão escassos centímetros a um conteúdo que poderia ser relevante e pertinente para o interesse público?

Vai entender esses jornalistas em reuniões de pauta. Afinal, não sabemos o que orientam suas escolhas – acho que nem eles mesmos conseguem traduzí-las numa regra de uso geral. No mínimo tempo de que eu dispunha antes que o trabalho me engolisse, sentei à minha mesa e dirigi-me à página 30 – que se tratava da contracapa daquela edição do Caderno *Gerais*. A notícia completa se posicionava na metade inferior da folha e se abria com uma grande manchete em vermelho: “ALERTA CONTRA DENGUE”. Mas agora não seria justamente a hora de se relaxar o cerco, diante da elevada queda de casos suspeitos que tinham diminuído? Entretanto, esse não parecia ser o único tom que comandava a notícia sobre a dengue daquela edição: antes do título, a chamada “FORÇA-TAREFA” anunciava o pequeno texto que tentava indicar o foco principal da matéria:

Secretaria de Estado da Saúde muda enfoque de campanha e lança livro de receitas para aproveitar os resíduos de cozinha que podem se

transformar em criadouros de mosquito (Caderno Gerais, Estado de Minas, 05 de maio de 2011).

Força-tarefa misturada com mudança de enfoque da campanha e livro de receitas? Achei aquela história muito estranha. Uma foto ao centro da página referia-se ao lançamento do tal livro, *Cozinhando com saúde*,

que aconteceu em meio à apresentação do último balanço da dengue pela Secretaria de Estado de Saúde – momento em que foi divulgada a queda de 84,3% de casos suspeitos da doença em Minas. Compondo com mais bizarria aquele cenário, abaixo da foto do lançamento do livro havia uma receita de torta de leite condensado, com uma suculenta imagem da iguaria. Levei tanto susto com aquilo (como poderia uma torta de leite condensado estar relacionada à dengue?) que apenas me lembrei de algumas imagens de antigas capas de jornais brasileiros, à época da ditadura militar, que ocupavam o espaço das notícias censuradas com grandes receitas de acepipes, adaptados à culinária doméstica. Além disso, como poderia *Cozinhando com saúde* estrelar-se mobilizando o conceito de saúde e tendo uma torta de leite condensado como seu carro chefe? Apesar de suculento, teria esse pitéu algo de saudável? Estaríamos diante de mais uma armadilha para o *Aedes*, preparada pelo Governo



Secretaria de Estado da Saúde muda enfoque de campanha e lança livro de receitas para aproveitar os resíduos de cozinha que podem se transformar em criadouros do mosquito

**ALERTA CONTRA DENGUE**

**PARA LEMBRAR**

**DENGUE NA COZINHA**

**CAIXAS DE LEITE**

**INGREDIENTES:**

- Leite de leite condensado
- Leite de leite em pó
- Leite de leite integral
- Leite de leite sem lactose
- Leite de leite com açúcar
- Leite de leite com adoçante
- Leite de leite com sal
- Leite de leite com cálcio
- Leite de leite com ferro
- Leite de leite com zinco
- Leite de leite com selênio
- Leite de leite com cobre
- Leite de leite com manganês
- Leite de leite com vanádio
- Leite de leite com cromo
- Leite de leite com molibdênio
- Leite de leite com níquel
- Leite de leite com cobalto
- Leite de leite com sódio
- Leite de leite com potássio
- Leite de leite com magnésio
- Leite de leite com cálcio
- Leite de leite com fósforo
- Leite de leite com cloro
- Leite de leite com enxofre
- Leite de leite com flúor
- Leite de leite com iodo
- Leite de leite com bromo
- Leite de leite com lítio
- Leite de leite com berílio
- Leite de leite com boro
- Leite de leite com alumínio
- Leite de leite com silício
- Leite de leite com germânio
- Leite de leite com arsênio
- Leite de leite com selênio
- Leite de leite com telúrio
- Leite de leite com estanho
- Leite de leite com chumbo
- Leite de leite com zinco
- Leite de leite com cobre
- Leite de leite com níquel
- Leite de leite com cobalto
- Leite de leite com sódio
- Leite de leite com potássio
- Leite de leite com magnésio
- Leite de leite com cálcio
- Leite de leite com fósforo
- Leite de leite com cloro
- Leite de leite com enxofre
- Leite de leite com flúor
- Leite de leite com iodo
- Leite de leite com bromo
- Leite de leite com lítio
- Leite de leite com berílio
- Leite de leite com boro
- Leite de leite com alumínio
- Leite de leite com silício
- Leite de leite com germânio
- Leite de leite com arsênio
- Leite de leite com selênio
- Leite de leite com telúrio
- Leite de leite com estanho
- Leite de leite com chumbo

Figura 41: Última página Caderno Gerais, 05 de maio de 2011  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Estadual? À direita da notícia – além da legenda da foto –, dois parágrafos, prenunciados pelo título em vermelho “PARA LEMBRAR”, tinha sido retirados do livro pelo jornal e por ali dispostos:

**Dengue na cozinha:** 87% dos focos do *Aedes aegypti* são encontrados nos domicílios, segundo a Secretaria de Estado de Saúde. Por isso, donas de casa são importantes aliadas no combate à doença. Elas foram “convocadas” a integrar a campanha pela correta destinação dos resíduos produzidos na cozinha, como cascas de ovos, latas de alumínio, embalagens plásticas e de papel, que podem acumular água e se transformar em criadouros do mosquito da dengue.

**Caixas de leite:** não jogue a embalagem de leite no lixo antes de lavá-la, secá-la bem e cortá-la. A caixinha pode acumular água e se transformar em mais um foco do *Aedes aegypti*. Use a imaginação e a embalagem para fazer uma bela peça decorativa.

Fonte: Livro *Cozinhando com saúde*. (Caderno Gerais, Estado de Minas, 05 de maio de 2011).

Estariamos cada vez mais fadados à perseguição da dengue em nossos cotidianos? Agora, até as donas de casa precisariam ser *mobilizadas* e também responsabilizadas pela infestação de dengue na cidade? E quantas peças decorativas poderiam ser feitas – quanta imaginação deveria existir para dar conta de tantas embalagens de leite dispersas no lixo? E para qual dona de casa estaria voltado o livro? Certamente não seria para a mulher trabalhadora, que quase não tem tempo de preparar alimentos na sua própria casa; nem para a mulher de uma contemporaneidade que não traz a obrigação de cozinhar como aspecto de sua posição de sujeito. Pelos afazeres que compartilham na cozinha e pelos resíduos que destinam ao lixo doméstico, não se assemelhariam alguns homens a verdadeiros donos de casa, na mais literal acepção do termo? Depois de já ter lido tantas notícias sobre a dengue, confesso que, dessa vez, aquilo me impacientava: as estratégias de mobilização estavam indo longe demais (ou talvez perto além da conta). Quando me dirigi a sorver o texto completo da notícia, uma informação parecia justificar o título da matéria: devido à redução tida como considerável dos números de casos suspeitos contra a dengue, o Governo Estadual alterara o slogan “Agora é guerra: todos contra a dengue” para a frase “Estado de alerta”. A própria notícia parecia denunciar que as ações de controle da dengue voltavam seus esforços às ações de mobilização social – tendo a então projeção de uma *dona de casa* como a *bola da vez*. Continuei a leitura da notícia, até que o fragmento a seguir sacudiu meu peito de revolta:

A queda no percentual de mortes é outro motivo de comemoração por parte das autoridades de saúde: em 2010, a taxa de letalidade era de 7,88% e este ano, está na casa de 1,69% com dois óbitos registrados em Minas, até abril de 2011 (Caderno Gerais, Estado de Minas, 05 de maio de 2011).

Estariamos mesmo diante de um motivo para comemoração? A dengue estaria erradicada do país? Uma redução drástica e imediata poderia oferecer motivos para uma boa notícia – não poderíamos estar diante de um ciclo natural do próprio mosquito? E as mortes, que ainda continuavam a acontecer (de acordo com a notícia, só em 2011, dois óbitos já tinham sido registrados) – seriam levadas em conta naquele momento? Para aqueles poderes públicos, uma morte parecia valer menos do que muitas: afinal de contas, o Estado não choraria a dor da perda, de modo que um desencarne era quase como se fosse apenas e simplesmente o desaparecimento de um número diante das estatísticas. Outra questão que também não se sustentaria, *a priori*, relacionava-se à explicação da redução dos casos suspeitos de dengue, emitida pelas palavras do secretário de saúde:

Apesar da boa notícia nas estatísticas, o secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge de Souza Marques, alerta a população para não baixar a guarda no combate à doença: “A dengue é sempre desafiadora para a sociedade e o governo. (...) Mas precisamos reconhecer que os mineiros atenderam o apelo e se esforçaram para reduzir os índices. Conseguimos acabar com mais de 1 milhão de focos de dengue nas cidades envolvidas na força tarefa nos últimos seis meses e agora precisamos cristalizar essa consciência na cabeça dos cidadãos”, afirma (Caderno Gerais, Estado de Minas, 05 de maio de 2011).

Será mesmo que os mineiros atenderam ao apelo da campanha? Caso o tenham atendido, como faria o Governo para manter a força de tal apelo, a ponto de exterminar com a dengue definitivamente – seria isso possível? Ou talvez já poderíamos dizer que o *Agora é guerra* tinha provocado uma alteração contínua e ininterrupta nos hábitos de vida dos cidadãos, no que se refere à vigilância quanto aos focos do *Aedes*? Mais uma vez, o velho discurso de que o controle da dengue seria uma questão de *consciência cristalizada na cabeça dos cidadãos* parecia insistir em se firmar publicamente – fazendo, dessa vez, um convite aos números para argumentar a favor de tal visão. De sobressalto, eis que meu telefone comercial tocou: era preciso iniciar o trabalho. Guardei o jornal na bolsa, mas não consegui me desligar dessa notícia que se martelou em meus miolos durante todo o dia: *vez ou outra*, as imagens da dengue, das donas de casa e da torta de leite condensado emergiam em meus pensamentos. Que combinação mais estranha e inesperada!

Quando cheguei em casa à noite, reli novamente a matéria completa. A mesma impressão de incômodo diante da dengue ainda permanecia: era muito esquisito perceber o jornal botando a doença em ligação com essas tais donas de casa, com um conjunto de receitas nada saudáveis e com resíduos da cozinha. Os números e as porcentagens também não faltavam por lá: ajudavam o poder público a justificar a exposição de um novo posicionamento diante da dengue. Quais pistas eu poderia tirar daquilo tudo? Quais inferências se produziram diante daquele novo indício? Confesso que não conseguia enxergar nada para além daquele sentimento de estranhamento. Peguei, então, todos os jornais e todos os anúncios que tinham sido catados, e os dispus ao chão, bem à minha frente. Fitei-os com atenção: mexia e remexia nas páginas, lia os conteúdos, tocava e cheirava os materiais, na tentativa de produzir relações com a notícia daquele dia. A própria presença da diversidade de temas, de sujeitos, de instituições e de enfoques parecia me sugerir algo difuso e múltiplo. Concomitantemente, era aquela própria diversidade que também se mostrava estranha a mim mesmo: sentia que eu não era tomado por nada que me provocasse a tessitura de um fio narrativo diante de todo o material catado. Guardei tudo e fui dormir – afinal, naquele momento não havia inspiração alguma que me fizesse espremer qualquer letra na página em branco.

Passados quase três meses, repeti a experiência, tomando o mesmo jornal nas mãos. Ainda sentia que não era interpelado por nada que unisse a notícia das donas de casa com



o restante dos outros jornais. Por outro lado, em meio àqueles lugares de experiência, podia eu com clareza avistar a dengue misturada ao massacre na escola do Rio de Janeiro. Era possível também ver uma doença adotada pelo Exército, este que, em alguns vestígios, protagonizava a cena – com seus tanques de guerra e com as caras truncadas dos militares. Dona Waldívia me fitava com o mesmo semblante de tristeza no anúncio que, junto às materialidades espalhadas ao chão, foi parar no canto da parede; e a médica Adriane Gomes ainda mantinha seu misterioso e oblíquo sorriso de Monalisa. Com Ronilson Bitencourth e com Geraldo Pacheco (os agentes de controle de endemias da Prefeitura de Belo Horizonte), emergiam o gosto de caçarola italiana da avó de minha esposa e as lembranças da minha mãe com dengue e do meu cunhado arrancando as armadilhas do Fantástico, na casa dos meus pais. A piscina ainda sacudia o meu corpo naquela primeira capa de jornal que tinha me tomado, enquanto o vizinho que morava no prédio da frente parecia posicionar uma máquina fotográfica em direção ao meu terraço lotado de larvinhas de *Aedes*. O crime da saidinha de banco também continuava a evocar aquele mapa de Belo Horizonte, contaminado por assaltantes e por mosquitos. E os adesivos do *Agora é Guerra, Todos Contra a Dengue* faziam emergir as ruas de uma Belo Horizonte que me engolia, em meio aos meus percursos na (da) cidade. Também pude avistar o Dr. Dráuzio Varella no posto de gasolina e sentir nas mãos o barulhento e escorregadio toque das sacolinhas da Drogaria Araújo. O pessoal do *tai chi* e as mosquitas da Praça Floriano Peixoto se entremeavam com a criança do interior do Estado que eliminava, por si só, os focos de reprodução do vetor. E a mulher pobre da capital voltava a apresentar a libélula que acabara de assassinar, ainda há pouco. Ronaldo, o *fenômeno*, me ajudava a conversar com Dilma, Anastasia e Lacerda sobre as políticas de dengue, e o manual do combatente perdia sua força em meio aos números de suspeitos, de infectados e de mortos pela doença. O *Aedes*, altivo e altaneiro, reinava absoluto em meio às materialidades; e o vírus, quase invisível, parecia apenas se portar como um simples acessório, em meio às camadas de informação (ou à ausência destas) que o escondiam. E agora era a vez das famigeradas donas de casa, dos lixos da cozinha doméstica e das receitas engordativas aparecerem entremeados à *morte-e-vida-severina*, encenada pela dengue.

Que mundos múltiplos eram aqueles os quais anúncio e jornal faziam abrir, diante de movimentos também diversos de leitura... Eis que me dei conta de que os vestígios da dengue expressavam inúmeros *outros* que tomavam parte nas formas de experiência daquelas materialidades. Uns dentre eles pareciam brigar e se engalfinhar (como o pesquisador da UFMG, Prof. Álvaro Eiras, e o Secretário Adjunto Municipal de Saúde, Fabiano Pimenta), enquanto alguns nem se davam conta de que se perdiam em meio a uma pluralidade de presenças. Por tudo isso, como entender esses *outros* que insurgiam em meio às formas de experiência com os vestígios da dengue naquelas materialidades

comunicativas? Estranhamento, estilhaçamento, mistura: todos aqueles vestígios insinuavam um movimento de rebeldia, e, dessa vez, pareciam não aceitar minhas leituras. Durante o período de catação dessa pesquisa e naquele último Estado de Minas que oferecia um espaço à dengue na manchete de capa, o processo de textualização dos vestígios acabava sugerindo que os *outros* eram *muitos* e *imprevisíveis*, pilhados em processos ininterruptos de estranhamento recíproco.

### **Dimensões acontecimentais e rumor social: uma prosa aos pedaços**

Na discussão primeira desse *Tensionamento II*, pautada pela *reciprocidade*, compreendemos que as formas de experiência pública permitidas pelo anúncio e pelo jornal sugerem a efetuação de dimensões acontecimentais nos vestígios da dengue a partir de uma *relação promíscua* entre acontecimentos: ou seja, apesar de a força acontecimental se manter pura com sua energia incorpórea (Deleuze, 2007), sua efetuação mesma insinua uma reciprocidade obscena, em que acontecimentos se esfregam e constituem o cenário de processos de textualização sempre contaminados. Tal cenário nos traz a evidência de que essa relação impudica, configurada por um *tecer* e por um *tecido* junto aos vestígios, igualmente sugere uma *prosa aos pedaços*, um processo comunicativo em devir, interrompido e retomado – gestos estes que se realizam ao mesmo tempo. Sendo assim, também em meio a um *percurso afetado*, a uma *memória fraturada* e a uma *estratégia contextualmente enredada*, a experiência com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal também se revela pela *conformação de um processo comunicativo aos cacos*, no qual se evidencia uma prosa acolhida pela presença de *outros* muitos e inusitados – que insurgem provocados por dimensões acontecimentais e que se estranham mutuamente, junto aos também múltiplos movimentos de textualização.

Mas seria possível conceber a ideia de uma comunicabilidade fragmentada? De uma prosa social feita aos pedaços? De tessituras (re) iniciadas, porém sempre (re) interrompidas? De tecidos prontos, todavia sempre instáveis? Se o acontecimento estilhaça os processos de textualização, estaríamos diante de um gesto comunicativo ou de conjuntos mal resolvidos de informações amontoadas, caóticas e indirigíveis, quando apanhadas pelos sujeitos em seus movimentos de leitura? *Em suma*: é possível dizer que em torno das materialidades do anúncio e do jornal há campos gravitantes de comunicabilidade – ainda que os gestos de textualização e as dimensões acontecimentais insinuem uma prosa aos pedaços? Tal cenário produziria interação? Deleuze (2007, p. 107) nos ajuda a compreender a natureza de tais processos comunicativos, quando dirige um olhar ao próprio acontecimento:

as singularidades se distribuem em um campo propriamente problemático e advém neste campo como acontecimentos topológicos aos quais não está ligada nenhuma direção (singularidades livres, anônimas e nômades).

Pelos termos do intelectual francês, podemos entender as singularidades como as próprias efetuações do acontecimento: elas não se ligam a direção alguma e se produzem em uma multiplicidade de *outros* livres, anônimos e nômades, que emergem em função do corte acontecimental junto aos também mutantes e anônimos processos de textualização. Tendo em vista as materialidades aqui catadas, a explicitação de tal processo – calcado, por essas bandas, em minha própria experiência de sujeito-pesquisador – revelou todos aqueles outros: os que já estavam presentes no corpo do tecido vivo (Dona Waldívia, Adriane Gomes, agentes de saúde, militares, Governo Estadual, etc..) tomavam parte tanto em tessituras nômades (avó da minha esposa, cidade de Ponte Nova, vizinho e sua máquina fotográfica, Dilma e Lacerda, meu cunhado e minha mãe, etc..) conformadas pelas leituras, quanto em outros inúmeros e inesperados contextos que se enredavam à textualização (local de trabalho, Praça Floriano Peixoto, as ruas da cidade de Belo Horizonte, o escritório particular, etc..). Assim, é válido destacar igualmente que tanto os *contextos* quanto esses tais *outros* dos processos comunicativos não existiam junto à dengue antes do próprio acontecimento: eles insurgiram e se enredaram mutuamente pelo magnetismo de uma ferida acontecimental livre e sem direção, encarnada nas formas de experiência do anúncio e do jornal.

Por conta disso, em meio a essa multiplicidade infinita, o estranhamento é também algo constitutivo da experiência quando da efetuação de dimensões acontecimentais: ao fraturarem o mundo dos corpos e se distribuírem em campos problemáticos, os *outros* emergentes costuram-se num movimento de colocação em intriga, em que perguntas e questionamentos confundem-se com a própria incerteza do acontecimento (como já vimos em passagens anteriores). Por tudo isso, conseguimos produzir o seguinte raciocínio: se 1) os processos de textualização, envoltos nos vestígios da dengue no anúncio e no jornal, sofrem o corte de dimensões acontecimentais, e se 2) os campos problemáticos não se desvinculam dos sempre plurais e inusitados contextos de interação que acolhem os sujeitos, logo 3) a experiência com tais materialidades parece sempre ser ocupada pela presença de *muitos outros*, em processo comunicativo imprevisível e (des) contínuo – de modo que tal descontinuidade é, em si mesma, ininterrupta. Em meio a essa compreensão, a nossa aposta é a de que esses *outros despedaçados insinuam o próprio estatuto de uma comunicabilidade fraturada por dimensões acontecimentais envoltas às materialidades do anúncio e do jornal*. Dito por outras palavras, os processos de textualização de tais materialidades, quando afetados pelas dimensões acontecimentais, sugerem sempre um

campo de comunicabilidade inesperado, nômade, agonístico, pilhado por inúmeros *outros* em devir.

Obviamente, a presença de tais outros não se faz de corpo presente (Gumbrecht, 2010): eles se materializam em *dispositivação*, por um conjunto de articulações discursivas – algumas já expressas pelo texto, outras pelas tessituras que produzimos. Dessa forma, tais articulações se aconchegam no *tecido* e se realizam no *tecer*: elas se apresentam como interseções mesmas entre os mundos abertos pelo texto e a projeção dos possíveis mais próprios que o leitor estabelece diante de uma proposta de mundo que se abre (Ricoeur, 1991). É justamente por isso que Ricoeur (2005, p. 53) atribui às articulações discursivas uma característica *suireferencial*: enredadas em processos de textualização elas já acolhem, por si mesmas, inúmeros e inusitados *outros*, dentro de campos de comunicabilidade. Contudo, quando atravessadas pelo acontecimento, tais articulações estilhaçam-se sempre por incertezas e por fraturas inimagináveis, de modo que

pode-se perguntar se, por trás de todos os acontecimentos da mídia, não haveria sempre um aval da narrativa, um “a saber” ou um “desconhecido”, se não falta sempre à informação “um tipo de carência constitutiva” que ela “tende em vão suprir”. (...) No próprio momento em que o acontecimento é projetado, um processo inverso o põe a distância como algo que é impossível de atingir-se ou, pelo menos, do qual só se poderá captar visões parciais, e do qual a totalidade escapa. Todo acontecimento pressuporia que fossem desdobrados um saber e um não-saber, um mundo e um fim-de-mundo (Mouillaud, 2002, p. 80-81).

Em que sentido, em que sentido? – pergunta Alice quando tomada pelas dobraduras de um país das maravilhas. A todo o momento suas passagens são abruptamente afetadas por figuras estranhas, por esses múltiplos *outros* que lhe insurgem *interrompendo* e *ao mesmo tempo retomando* sua interação naquele cenário, onde habitantes enlouquecidos lhe oferecem informações vãs para suprir suas incertezas; onde figuras esquizoides se desdobram, ao mesmo tempo, num saber e num não-saber, num mundo e num fim-de-mundo, naquele lugar estranho de experiências inusitadas. Beba-me. Coma-me. Alice cresce e diminui. Animais que falam e que dialogam coisas sem nexos. O lacaio-sapo fazendo as vezes do Deus-hermes. A Duquesa com seu bebê-porco que não termina de espirrar e o sorriso largo do Gato de Cheshire que some e que (re) aparece. Um chá muito louco com o Chapeleiro e a Lebre de Março. Rainha e Rei, Valetes e uma Tartaruga Falsa. Alice depondo pelo roubo das tortas e acordando de um sonho no colo da irmã. “De tanto deslizar, passar-se-á para o outro lado, uma vez que o outro lado não é senão o sentido inverso” (Deleuze, 2007, p. 10). Tomada pelo acontecimento, a narrativa de Alice é sempre aos pedaços, inesperada, provocada por outros estranhos que se chegam e que destituem

qualquer possibilidade de profundidade. Alice é convidada a descobrir que não há direção única ou interlocutores fixos, mas sempre estranhos, loucos<sup>126</sup>, *em devir*, de modo que

o devir-louco, o devir-ilimitado não é mais um fundo que murmura, mas sobe à superfície das coisas e se torna impassível (...) Não há, pois, aventuras de Alice, mas uma aventura: sua ascensão à superfície, sua desmistificação da falsa profundidade, sua descoberta de que tudo se passa na fronteira (Ibidem, p. 8-10).

É igualmente na fronteira que as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parecem constituir um diálogo louco, estranho, sem direção e ausente de interlocutores fixos. É margeando a superfície que tanto combatentes de guerra e tortas de leite condensado tentam, inutilmente, suprir a carência constitutiva da efetuação do acontecimento – junto a um contexto dispersivo, a (im)possibilidades de controle do vetor, a um movimento de circulação e de descontinuidade pela cidade das ruas e pela urbe dos anúncios e dos jornais. Por isso, quando a textualização traz as marcas de dimensões acontecimentais, os vestígios da dengue no anúncio e no jornal não se portam como *artefatos de uma interação ininterrupta*: eles insinuem uma prosa aos pedaços, um processo de interlocução que não é contínuo, muito menos epistêmico (no sentido de expressar um suposto conhecimento que se amalha com as experiências), uma interação pública que não é direcional, organizada, aprofundada, *ponto-a-ponto*. Ao contrário de um diálogo assim pontuado, as dimensões acontecimentais dos vestígios nos provocam a inferir que as interlocuções públicas sobre a dengue sugerem a imagem de um grande *rumor social* (Mouillaud, 2002) que acolhe muitos *outros* imensuráveis, inevitáveis, imprevisíveis.

É por isso que o acontecimento chacoalha as estruturas estratégicas: como compreender algo instável e flutuante? Como mensurar uma interação que é sempre difusa e caótica? Por mais que advoguem – e lutem como numa guerra... – pelos limites do acontecimento, anúncio e jornal também se perdem em meio a esse rumor: oferecem enquadramentos, mas não molduras precisas da realidade; se valem de performances – como as de outros sujeitos e instituições – e se vestem de descrições aparentemente fixas; condensam formas de experiência igualmente fraturadas pelo magnetismo acontecimental:

O rumor social confere a um acontecimento que parecia bem marcado um rastro no termo que Claude Labrosse designa como seu “horizonte”, um horizonte desprovido de sintaxe que não pode jamais ser envolvido. O acontecimento torna-se então um conjunto de limites pouco precisos. A

<sup>126</sup> Um fragmento do famoso diálogo entre Alice o Gato nos faz recordar do belo texto de Carroll (2005, p. 86-87): “Alice sentiu que não havia como negar essa verdade, por isso tentou outra pergunta: ‘Que tipo de pessoas vivem por aqui?’ ‘Nesta direção’, disse o Gato, girando a pata direita, ‘mora um Chapeleiro. E *nesta* direção’, apontando com a pata esquerda, ‘mora uma Lebre de Março. Visite quem você quiser, são ambos loucos.’ ‘Mas eu não ando com loucos’, observou Alice. ‘Oh, você não tem como evitar’, disse o Gato, ‘somos todos loucos por aqui. Eu sou louco. Você é louca.’ ‘Como é que sabe que eu sou louca?’, disse Alice. ‘Você deve ser’, disse o Gato, ‘senão não teria vindo para cá.’”

partir do momento em que o rumor social é incluído no acontecimento, a mídia torna-se partidária do mesmo. É, ao mesmo tempo, externa e interna a um acontecimento ao qual atribui limites por seu próprio discurso (Moulliaud, 2002, p.66).

Se a dengue se apresenta como uma figura de interlocução, essa prosa é de quem? Ou melhor: quem são os interlocutores sobre a dengue? Eles se olham, frente-a-frente? Se posicionam como num diálogo de cavalheiros (como ironiza John Dryzeck (2004), ao criticar certa imagem idealizada de que discursos públicos, em sociedades democráticas, deveriam ser supostamente ditos com cortesia, de modo pontuado e num diálogo sequenciado, como num *clube fechado de cavalheiros*)? Quem são esses outros que aparecem? Eles dizem de quê – aprofundam ou atrapalham o debate público? É por tudo isso que as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal revelam o cenário de um campo de comunicabilidade continuado e interrompido, nômade e inesperado, ruidoso e confuso, constituído por outros estranhos e despedaçados – estes que, como Alice, não medem o que dizem e não sabem quem são, produzindo-se numa tensão mútua e numa agonia pilhada em torno do problema público da dengue. Nesse campo de incertezas, é como se

os acontecimentos desfrutassem de uma irrealidade que se comunica ao saber e às pessoas através da linguagem. Pois a incerteza pessoal não é uma dúvida exterior ao que se passa, mas uma estrutura objetiva do próprio acontecimento, na medida em que sempre vai nos dois sentidos aos mesmo tempo e que esquarteja o sujeito segundo esta dupla direção. O paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação de identidades fixas (Deleuze, 2007, p. 3).

É também por isso que, se não há identidades fixas, os *outros* da dengue que insurgem nos processos de textualização são muitos e inesperados, de modo que as dimensões acontecimentais de tais vestígios posicionam os sujeitos (leitores, escritores, jornalistas, publicitários, estrategistas, cidadãos comuns) em pontos que não são fixos: o sentido escapole; vai de um lado para o outro; atrai-se e se repulsa pela energia acontecimental. Não há significações estáveis sobre a dengue. Há sentidos e presenças, *no plural*, igualmente dinâmicos, nômades, flutuantes. Nesse caso, a instabilidade é também algo presente no movimento de leitura: tais *outros* emergem em função da textualização, ou seja, de um sujeito que se posiciona diante de um texto e que nele passa a habitar (Ricoeur, 1991) – dando a ver fragmentos das escorregadias posições que o orientam, em cada momento visado. Lembremo-nos sempre de Certeau (1994, p. 269): os leitores são nômades, caçam em território alheio sem se aterem a qualquer fixação no espaço da obra; “suas fugas o exilam das certezas que colocam o eu no tabuleiro social. *Quem* lê com efeito? Sou eu ou o quê de mim?”. De tal sorte, a expressão dos muitos *outros*, provocada por dimensões acontecimentais, consiste simultaneamente na expressão de um *si* também

pilhado(na forma de uma subjetivação despedaçada), de modo que “o texto é a mediação pela qual nós nos compreendemos a nós mesmos” (Ricoeur, 1991, p. 123). Esse *compreender-se perante a obra* (nos termos ricoeurianos), muito antes do que uma suposta ideia de *iluminação* ou de descoberta definitiva, sugere um movimento de subjetivação escorregadio, que não fixa nenhum sentido, nem até mesmo nenhuma identificação definitiva, de modo que

aquilo de que eu, finalmente, me aproprio, é uma proposta do mundo; esta não está *atrás* do texto, como estaria uma intenção encoberta, mas *diante* dele como aquilo que a obra desenvolve, descobre, revela. A partir daí, compreender é *compreender-se diante do texto*. Não impor ao texto a sua própria capacidade finita de compreender, mas expor-se ao texto e receber dele um si mais vasto que seria a proposta da existência, respondendo da maneira mais apropriada à proposta do mundo. A compreensão é, então, exatamente o contrário de uma constituição de que o sujeito teria a chave. Seria, nesta perspectiva, mais justo dizer que o *si* é constituído pela “coisa” do texto. (...) A compreensão é, então, tanto desapropriação como apropriação (Ibidem, p. 124).

É por conta disso que os *outros* insurgidos nas narrativas sobre os vestígios do anúncio e do jornal expressam, ao mesmo tempo, *uma prosa pública aos pedaços* e *uma identidade fluida* – ou melhor, uma posição de sujeito – também despedaçada e amontoada, partida e costurada, simultaneamente. É Deleuze (2007, p. 155) quem nos elucida que

não há acontecimentos privados e outros coletivos; como não há individual e universal, particularidades e generalidades. Tudo é singular e por isso coletivo e privado ao mesmo tempo, particular e geral, nem individual nem universal. Qual guerra não é assunto privado, inversamente qual ferimento não é de guerra e oriundo da sociedade inteira? Que acontecimento privado não tem todas as suas coordenadas, isto é, todas as suas singularidades impessoais sociais?

Dessa forma, as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parecem insinuar um processo de textualização em que uma feição íntima da experiência aparece em tensionamento com uma feição pública; que diante do próprio acontecimento, não há razão para decantar aquilo que há de íntimo/privado daquilo que há de público. Sou sujeito que se posiciona nesses dois âmbitos, ao mesmo tempo: há aspectos na minha intimidade com os vestígios da dengue que não podem ser verificadas novamente (que são únicas e particulares), como também há outros aspectos que se relacionam e se conectam potencialmente a muitos (ou a nenhum). Por isso, Deleuze (2007) nos insinua que, diante do acontecimento, não há como apartar intimidade e publicidade; que a experiência pública é suja e contaminada pela vivência íntima; que não se trata da existência de âmbitos dicotômicos, mas de práticas que se encaixam, em esferas da vida que se articulam – em meio a ligaduras que se estabelecem e que se desfazem, atadas e desatadas pelo magnetismo acontecimental. Se o próprio acontecimento não sugere um

apartar entre uma dimensão íntima e uma dimensão pública, é possível considerar que as experiências públicas com a dengue, antes de tudo, se apresentam como *práticas* que também revelam aspectos de subjetivação, entremeados por presenças e por sentidos que, potencialmente, podem afetar a qualquer um (ou a ninguém). É justamente por isso que a visão de Deleuze (2007) nos inspira a entender que os públicos de um acontecimento 1) são, antes de tudo, aqueles corpos *assujeitados* ao corte acontecimental; 2) da mesma forma que Alice, têm balançadas e modificadas as suas posições de sujeito acerca de determinadas questões; 3) particularmente nas formas de experiência textuais do anúncio e do jornal, se deparam com inúmeros *outros*, múltiplos e inesperados; 4) apresentam algo que pode ser comum à vivência de todos, e algo que é sempre particular ou íntimo. Nesse contexto, um público de um anúncio e de um jornal não é uma entidade fixa (um sujeito, um grupo, um coletivo que se aglutina em torno de tais materialidades), mas é instância móvel, que passa por um processo mesmo de *experenciação* – não apartado das inusitadas posições de sujeito que podem insurgir contaminadas pela presença dos *outros*, junto à efetuação de dimensões acontecimentais.

Além disso, não podemos nos esquecer de que esses inúmeros *outros* se estranham, em agonia recíproca; ora se aglutinam, ora se repulsam, em articulações discursivas que constituem os campos de comunicabilidade em meio aos quais eles emergem. Sendo assim, tendo em vista a natureza instável e diversificada dos vestígios da dengue, atravessados por dimensões acontecimentais nas formas de experiência pública do anúncio e do jornal, dois aspectos já anunciados nessa seção merecem uma reflexão mais saliente – já que eles se mostram particularmente caros à empreitada de problematização desses *outros* que insurgem no movimento de textualização: 1) o aspecto da *pluralidade* (Hannah Arendt, 1999; 2007; 2008) – a experiência com esse *outros* da dengue revela o cenário de uma experiência plural, em que diferenças sempre se expressam, diante de um espaço público aberto a uma multiplicidade infinita de visões. Dessa forma, a visada sobre a *pluralidade* é capaz de insinuar que uma experiência pública é, por natureza, uma experiência *política*: ela se constitui por indivíduos que *assujeitados* a uma relação que é pública (ainda que também seja privada/íntima) e que, munidos por suas diferenças, se voltam à construção de um mundo comum afeto a todos eles; 2) o aspecto da *agonística* (Chantal Mouffe/Ernesto Laclau, 1985; 1990; 1996; 2005): a presença da diferença também insinua um processo de disputas e de lutas por ocupação de visões e de articulações acerca do problema público da dengue. Uma agonística evidencia-se, portanto, junto a arranjos discursivos em ininterrupta e sempre mutante contenda pública, e se expressa por a) *encaixes flexíveis e precários* – que ora se constituem, ora se destituem – e por b) *posições de sujeito* – que hora se aproximam, ora se afastam –, sugerindo pontos de articulações



instáveis e flutuantes, traços mesmos de uma experiência pública estilhaçada nos vestígios da dengue no anúncio e no jornal.

### **Pluralidade e agonística: (des)encaixes de uma experiência pública estilhaçada**

Como já anunciado a pouco, esses *outros* – muitos e inesperados – que insurgem do movimento de leitura dos vestígios da dengue nas materialidades elencadas anunciam o próprio cenário de uma multiplicidade de vozes que se tornam presentes e caras, de algum modo, a esse problema público. Tal presença, para além da expressão de um rumor social notadamente atravessado por dimensões acontecimentais, igualmente sugere que a *pluralidade* parece ser um movimento constitutivo que se impõe junto às formas de experiência pública do anúncio e do jornal, quando afetadas pelas dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue. Para pensar em tal pluralidade, Hannah Arendt<sup>127</sup> (1999; 2007; 2008) figura de modo particular em meio ao debate da experiência pública, especialmente no caminho que enceta sobre espaço público, política e democracia: para a autora, a diferença múltipla entre os homens se apresenta como a condição mesma para a existência de um espaço que é *público*, instituído por um gesto que é, sobretudo, *político*.

Nesse sentido, uma das feições que mais nos impressiona na tessitura de Arendt (2008, p.144-145) é sua concepção simples – e ao mesmo tempo complexa – de política: para a autora, o fundamento genuíno da política filia-se para além de uma ideia de *contrato social* ou de *base institucional do Estado* (embora Arendt não desconsidere as instituições públicas enquanto âmbitos constitutivos da sociedade moderna), de modo que “a política se baseia no fato da pluralidade humana; (...) diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*”. Por conta disso Arendt (1999) toma a política como *fenômeno* (e não como objeto) e entende que sua existência, antes de tudo, só é possível pela relação entre homens diversos, múltiplos, distintos. Em tal relação, a própria política se revela, portanto, enquanto âmbito da vida que acolhe a *pluralidade como condição de humanidade e como possibilidade da vida coletiva*, de modo que os homens não poderiam coexistir como *homens-em-conjunto* se não puderem se valer de suas próprias diferenças.

Para a filósofa, tal pluralidade só pode ser mantida e instituída enquanto realidade a partir de dois gestos co-constitutivos: liberdade e ação. Kurt Sontheimer, no prefácio de uma das obras da autora, pauta-se por tal visada arendtiana e afirma: “livre agir é agir em

---

<sup>127</sup> Por aqui, cabe-nos recolher ínfimos fragmentos de seu pensamento – correndo todos os riscos de cometermos alguma apropriação indébita de seus belos e inúmeros escritos. Nesse sentido, nossa timidez diante da autora se deve ao profundo respeito que dedicamos a sua vida e a sua obra – aspecto que nos traz a extrema lucidez de que suas contribuições correm para muito longe dos estilhaços que conseguimos deter.

público, e público é o espaço original do político. Nele o homem deve mostrar-se em sua liberdade e espontaneidade, e se afirmar no trato político com outros” (Sontheimer apud Arendt, 1999, p.11). De tal sorte, Arendt (2007) entende o espaço público como o âmbito essencial da política, a esfera em que se torna possível a criação de um mundo comum pela livre expressão das diferenças entre os homens, o espaço em que a realidade humana é produzida com a presença do *outro*. De tal forma, é somente quando expressam publicamente suas diferenças que os homens podem compreender o mundo em que vivem, com vistas a modificá-lo permanentemente. É assim que, tendo os sujeitos a primazia da liberdade e da ação diante dos outros, Arendt (1999) enxerga o espaço público como o âmbito da vida que, por princípio, acolhe indivíduos em *igualdade moral e política* – ou seja, com possibilidades iguais de participação em uma comunidade política<sup>128</sup> que busca garantir o permanente movimento de reconhecimento e de legitimação de suas diferenças constitutivas, em meio à construção de um mundo comum. Nos termos de Telles (1990, p. 4) em visada arendtiana,

Esse mundo comum, portanto, não se refere a uma esfera cultural dada ou ao mundo da vida definido pela fenomenologia. Tampouco é um sistema de instituições, valores, regras e normas que a sociologia tradicional chama de realidade objetiva, à qual o indivíduo se integra pelas vias da socialização. Esse mundo comum é uma construção — um “artefato humano”, diz Hannah Arendt — que depende dessa forma específica de sociabilidade que só o espaço público pode instituir. Forma de sociabilidade que é regida pela pluralidade humana, essa mesma pluralidade da qual depende a existência da própria realidade.

Para Arendt (2008), a partir do momento em que as diferenças entre os homens não podem mais ser expressas, o mundo comum passa a ser o mundo de alguns: os homens passam a viver subjugados; perdem sua condição de humanidade e existem como objetos na mão de outros homens que os tratam como coisas<sup>129</sup>. Aliás, esses homens dominadores não seriam também humanos: são objetos, iludidos em seus mundos isolados, sem qualquer traço do estar-junto. Dessa maneira, a visada de Arendt (2007) toma a política como algo que se esbarra em nossos corpos: ela transcende a esfera formalizada das instituições, já que ocupa o espaço das relações que estabelecemos nos inúmeros lugares

<sup>128</sup> Aqui se funda uma noção clássica de Arendt (2007): participar de uma comunidade política é como desfrutar de um “direito a ter direitos”. Nós, homens, não nascemos iguais, mas nos tornamos iguais politicamente. Sua visão de cidadania, portanto, é expressa como o conjunto de movimentos públicos que se constituem por meio da convivência coletiva, do acesso ao espaço público e do respeito às diferenças – em meio à pluralidade infinita dos homens.

<sup>129</sup> Na obra “A condição Humana”, Arendt (2007) tece um longo raciocínio entre *labor* – enquanto movimento no mundo que visa atender necessidades fundamentais para a sobrevivência do animal humano –, *trabalho* – enquanto movimento que constrói as *coisas* desse mundo – e *ação* – enquanto gesto constitutivo de expressão das diferenças, intrínseco à própria condição de humanidade. Dirigir-se ao outro para extirpar suas diferenças é abrir mão, portanto, de uma condição de humanidade (é deixar de agir no mundo, eliminando o traço essencial da liberdade); é se portar não diante de um homem, mas de um objeto de *labor* ou de *trabalho*.

de experiência que nos tomam – o ambiente doméstico, as ocasiões de debate formal e/ou de conversa livre, a esfera das ruas com os desconhecidos, e, particularmente no caso desse trabalho, a instância das materialidades comunicativas do anúncio e do jornal. Dessa forma, podemos considerar que os processos de textualização dos vestígios da dengue, que emergem entremeados a tais materialidades, instituem formas de experiência pública notadamente marcadas pela expressão de diferenças (como princípio constitutivo dos homens em coletividade). Por esses termos, esses inúmeros *outros* que nos insurgem diante da dengue insinuam um movimento público em direção a tal problema a partir de um gesto que é, por natureza, político.

Nesse caminho, Arendt (2007) entende que agir nesse mundo plural e comum, instituído pelos homens, é como se munir de uma liberdade de *se dar a ver as suas próprias diferenças* – qualidade necessária para imputar à coletividade a condição singular de humanidade. Por tudo isso, a visada arendtiana toma a política como a *esfera do aparecimento*: para se assegurar como realidade, a pluralidade dos homens precisa ser compartilhada, tornada visível a eles próprios, para que a política adquira igualmente um significado também humano. Sendo assim, o espaço público é tomado por Arendt (2007) como um âmbito cujo substrato se constitui, por excelência, do *aparecimento* e da *visibilidade*, com vistas à instituição de um mundo comum: enquanto a diferença é individualizada/particularizada, ela não ganha existência nem para o outro nem para a comunidade dos homens – isto é, não ganha existência pública, muito menos política. Dessa forma,

a aparência — aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos — constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima (...) vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequadas à aparição pública. (...) A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado (...) Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas (Arendt, 2007, p. 59-67)<sup>130</sup>.

A desprivatização e a desindividualização que Arendt (2007) tanto advoga são gestos que se constituem em *relação*: não se trata de considerar o âmbito doméstico como apenas o espaço em que os sujeitos compartilham de uma intimidade; muito menos o âmbito das ruas ou da praça pública como a esfera que apenas acolhe sujeitos que pensam

<sup>130</sup> O crédito dessa junção de fragmentos do pensamento de Arendt (2007) é de Telles (1990).

e que agem movidos por uma noção de vida pública. Por esses termos, espaço público e espaço íntimo não são divididos por limites prévios ou por cortes irreconciliáveis: são *instâncias encaixadas*, de modo que em meio à esfera íntima é possível lançar mão da construção de uma vida pública. Vejamos o exemplo: após o almoço de domingo feito em casa, um casal recém-casado decide dividir as obrigações de limpeza da louça e de arrumação da cozinha. O homem sugere à esposa que lave as vasilhas e, ao mesmo tempo, traz para si as funções de guardar a comida e de tirar a mesa. A razão para tal sugestão? Lavar vasilhas é *coisa de mulher*. A esposa incomodada retruca: onde está escrito isso? Desejo que dividamos as tarefas em pé de igualdade: apenas as mulheres é que podem sujar as mãos de detergente e ficar com o serviço mais pesado? Nesse momento, em meio a uma esfera de intimidade, eis que se inicia uma discussão sobre os papéis que cada um exerce na relação da qual participam – papéis esses que são definidos socialmente. De tal sorte, quando a esposa retruca o marido, inicia-se um processo mesmo de desprivatização, na medida em que sua diferença de pensamento é expressa e passa a influenciar o próprio agir dos dois, diante de uma tarefa simples do cotidiano doméstico. Nesse momento, o público – os papéis de marido e de mulher – posto em evidência na relação, pode se referir a outros (ou a ninguém até que se problematize tal aspecto), instituindo um mundo comum com base na própria liberdade de ação e de expressão. Por esses termos, a experiência política diz de uma relação que se configura encaixada em meio a outras relações em que se posicionam os sujeitos, simultaneamente à vida pública e ao âmbito da intimidade.

Além disso, uma dimensão temporal torna-se qualidade intrínseca ao espaço público: é por um corte no tempo – na cronologia que insinua o correr das horas – que a pluralidade se dá a ver ao mundo dos homens; que a diferença institui um antes e um depois; que a singularidade visível ganha existência pública e imputa a esses mesmos homens a obrigação moral e política de lidar com as diferenças que se lhe apresentam. É em meio a esse corte no tempo que o pensamento dos sujeitos se abre à pluralidade: não há uma predisposição anterior ao momento em que as diferenças emergiram na cena pública, de modo que o contexto de relações e a multiplicidade de sujeitos insurgem simultaneamente à ferida temporal (ao aparecimento da pluralidade como fenômeno político). No bojo dessa discussão de Arendt (1980), Telles (1990, p. 3) elucida:

“o pensamento nasce da experiência” e deve permanecer a ela ligada como o círculo ao seu centro. E isto significa enfrentar-se com os acontecimentos que irrompem no presente, sem procurar uma verdade fora dos significados que se armam no tempo de seu próprio aparecimento e, sobretudo, sem dissolvê-lo num princípio de causalidade ou determinação que anularia o impacto de sua novidade.

É no presente das horas que o fenômeno político aparece e causa fissuras na experiência pública dos sujeitos em coletividade: na atualidade de tal aparecimento,

passado e futuro se modificam com a ferida temporal – de modo que um presente esticado acolhe tanto a busca por causas anteriores e a projeção de expectativas em situações futuras (Koselleck, 2006). Dessa forma, tanto a dimensão temporal constitutiva do espaço público quanto seu o caráter de aparecimento e de visibilidade à pluralidade nos fazem entender que, no contexto em que problemas públicos emergem e se abatem sobre os sujeitos, não há como apartar acontecimento, espaço público e campos de comunicabilidade. Nas palavras de Arendt (1974, p.34 apud Telles, 1990, p. 5), “o mundo não é humano por ter sido feito pelos homens e tampouco se torna humano porque a voz humana nele ressoa, mas somente quando se torna objeto de diálogo”. É nesse sentido, que a visada da autora é capaz de igualmente acolher a noção de espaço público *como forma e como acontecimento*, proposta por Queré (1995) e apresentada no item 2.1 *Reciprocidade*. Como forma, tal instância é âmbito mediador na constituição de um mundo comum: estrutura a coexistência dos problemas públicos, conforma e dá forma às relações sociais e se abre às mudanças pelas diferenças lançadas pelos sujeitos. Como acontecimento, o espaço público é instância mesma em meio à qual emergem e se tornam visíveis questões que afetam os sujeitos, a partir de acontecimentos que se irrompem no seio de uma experiência publicamente compartilhada e permanentemente aberta às diferenças. É por isso que, como também já apresentado anteriormente, a visibilidade como qualidade do espaço público não se traduz como uma habilidade racional de se dar a ver, mas como *a ocupação de um horizonte no qual se projetam as histórias e as narrativas de si em reciprocidade inconstante e infinita*, quando um sujeito é afetado por uma energia acontecimental.

Por esses termos, a provação em conjunto que se abre com o acontecimento sugere sempre um *aparecimento de si* e a *ocupação de uma posição* frente a um mundo diferente – este que institui *outros* não existentes antes do corte acontecimental, os quais também, por meio deste, aparecem e se posicionam. É por tudo isso que a discussão de Hannah Arendt nos inspira a pensar que a diversidade desses inúmeros *outros* insurgidos em meio aos vestígios da dengue no anúncio e no jornal não apenas evidencia o cenário de um rumor social aos pedaços, mas igualmente guarda profunda correlação com a ideia de *pluralidade* – enquanto qualidade política que se constitui como um movimento intrínseco à experiência pública. É nesse sentido que propomos tomar a *pluralidade* como um gesto político mesmo das formas de experiência pública do anúncio e do jornal quando fraturadas por dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue. No entanto, não se pode também desconsiderar um aspecto que parece estar sempre presente em meio a tal gesto político: *com a pluralidade, se chega o estranhamento*. Em meio às narrativas produzidas não apenas nesse item, mas em todo o trabalho, revela-se um processo de textualização com os vestígios da dengue notadamente marcado por perguntas, por surpresas, por

questionamentos: comentários ácidos criticavam a atuação do exército na ação de saúde pública para controle do vetor produzida pelo Governo do Estado; indagações inúmeras questionavam uma causalidade – admitida como premissa – entre informação, mobilização e controle do vetor; interrogações problematizavam as indicações festivas em meio à existência de mortes e de doentes nos hospitais públicos; investigações se dirigiam ao modo como eram apanhadas as supostas *donas de casa* a partir das estratégias do livro de receitas; inquéritos criticavam a afixação de adesivos do *Agora é guerra* em carros que aguardavam a abertura de sinais de trânsito; etc..

Diante disso, tais indícios de estranhamento (não os *únicos*, muito menos os *típicos*, mas os *possíveis* que se mostraram nesse trabalho) nos ajudam a inferir que as dimensões acontecimentais dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parecem igualmente insinuar uma experiência pública marcada por um *traço conflituoso*: o que tal estranhamento sugestionaria para além das indagações acerca das diferenças? Como é possível também caracterizar esse movimento público – e também político – diante dos muitos e inesperados *outros* que emergem em devir, em meio ao processo de textualização da dengue nas materialidades comunicativas? É de tal sorte que, além de uma prosa aos pedaços e de uma pluralidade intrínseca às formas de experiência com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal, tal estranhamento parece também indicar uma qualidade política que surge imbricada a essas formas de experiência: a *agonística*. Constitutivamente vinculado à pluralidade, o traço agonístico admite que a *expressão* das diferenças solicita, num mesmo movimento, a *interação* com tais diferenças, de modo que as práticas estabelecidas publicamente diante da efetuação de um acontecimento carregam disputas, conflitos e tensões, próprios mesmo de uma experiência pública que se articula aos pedaços.

A indicação do espaço público como instância agonística tem ganhado considerável atenção e ressonância particularmente a partir dos estudos de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1985; 1990; 1996; 2005). No bojo dessa proposta, a noção de agonismo se constitui, *grosso modo*, a partir de duas grandes tradições do pensamento social: o marxismo de origem gramsciniana – particularmente a partir do conceito de hegemonia – e os estudos democráticos – especialmente tendo em vista a noção de pluralismo de Arendt (2008). Em linhas gerais, aponta Mouffe (2005, p. 19) que

compreender a natureza constitutiva do poder implica abandonar o ideal de uma sociedade democrática como a realização de perfeita harmonia ou transparência. O caráter democrático de uma sociedade só pode ser dado na hipótese em que nenhum ator social limitado possa atribuir-se a representação da totalidade ou pretenda ter controle absoluto sobre a sua fundação.

Por esse caminho, a noção de um agonismo é aquela que toma o conflito como a base de uma sociedade democrática: os sujeitos plurais assumem “o papel de adversários

que compartilham um conjunto de valores e princípios ético-políticos, cuja interpretação está em disputa” (Ibidem, p. 1). Nesse sentido, diferentemente de relações *antagônicas*, cujo intento principal é a eliminação da diferença e a visada do outro como inimigo (Laclau e Mouffe, 1985), as relações *agonísticas* são aquelas que acolhem uma disputa por hegemonia como constitutiva das relações sociais em meio às quais sujeitos diferentes se autoconsideram adversários legítimos, tornando-se iguais perante as oportunidades de ocupação de poder<sup>131</sup>. Dessa forma, junto a essa proposta de "pluralismo agonístico" (Mouffe, 2005, p.5), a noção de hegemonia admite uma ausência de totalidade e um movimento notadamente marcado por tentativas de recomposição e de rearticulação em torno de espaços e de significados em disputa. Sendo assim, uma (nova) hegemonia sempre resulta de um maior número de lutas democráticas, e, por consequência, também estimula a sobrevivência de práticas democráticas plurais, que se organizam em diversas formas de relação social. Por tudo isso, a hegemonia não se traduz por um lugar determinado na topografia social, mas se configura como um *tipo de relação política* que procura êxito e estabilidade, em meio a um espaço público instável e tenso, por natureza.

Junto ao agonismo, Laclau e Mouffe (1985) localizam a noção de discurso enquanto categoria central: é em torno de um *campo de discursividade* que as lutas hegemônicas se distribuem. Partindo do princípio de que não há totalidade de significação, a (re)composição e a (re)articulação em torno de significados em disputa se constituem intrinsecamente de gestos discursivos, voltados à fixação de algum sentido, à construção de um centro de significação, à imputação de uma verdade sobre o social. De tal sorte, o *discurso* é tomado enquanto uma prática articulatória – *um sistema de (des) encaixes* – resultante de momentos nos quais emergem os sujeitos plurais em torno de significados em disputa:

Nós chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de discurso. (...) A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados, e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade (Laclau e Mouffe, 1985, p.105-113).

Ironicamente, os discursos tentam fornecer ao real uma unidade aparente ao se valerem como tentativas “de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das

---

<sup>131</sup> Em esclarecedora passagem, Mouffe (2005, p. 205) aponta: “vislumbrada a partir da óptica do ‘pluralismo agonístico’, o propósito da política democrática é construir o ‘eles’ de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática, a qual não requer a condescendência para com ideias que opomos, ou indiferença diante de pontos de vista com os quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos” (Mouffe, 2005, p.20).

diferenças, de construir um centro, como pontos nodais” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 96). Isso acontece porque alguma fixação há de existir (embora nunca seja total ou absoluta): ela se expressa em torno dessas tentativas de aglutinação de nódulos de significância, embora ao redor dos quais sempre se condensará a pluralidade estilhaçada de um social, que fratura qualquer possibilidade estratégica de fixação de sentido. Por tudo isso, nas palavras dos autores, “decorre que numa formação social podem existir vários pontos nodais hegemônicos, mesmo que algum deles possa vir a constituir pontos de condensação de um número de relações sociais com efeitos de totalização” (Laclau e Mouffe, 1985, p.133).

Em torno dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal, campos de discursividade se organizam: dessa forma, a dengue se revela enquanto centro de comunicação, em direção à qual pontos nodais gravitam em conflito. Não se trata de uma luta explícita, muito menos de *outros* que se assumem numa disputa ostensiva. Não estamos também diante de um processo comunicativo presencial, com a ocupação de adversários que travam um debate imediato. Anúncio e jornal insinuam uma comunicação estilhaçada, aos cacos, em que projeções e opiniões se misturam à concretude de letras e de imagens. Sendo assim, o processo de textualização dos vestígios da dengue revela uma luta silenciosa, uma *guerra fria*, um lugar de experiências em que as diferenças se articulam, promovendo estranhamento. Dessa forma, a visão do agonismo nos ajuda a desvelar o cenário de disputas de significação que o processo de textualização dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal parece admitir: o mundo aberto pelo texto e a projeção dos possíveis mais próprios de um leitor sugerem uma interação pública estilhaçada, composta de práticas articulatórias em estranhamento e em contenda pública – em torno de significados que se propõem a ser hegemônicos sobre tal problema. Por tudo isso, as materialidades comunicativas, enquanto formas de experiência pública, se enredam nesse espaço agonístico e são palco para a expressão e para a articulação de relações políticas plurais em torno da dengue. De tal sorte, os *outros* que insurgem no processo de textualização são a evidência mesma de tais práticas articulatórias múltiplas e difusas, junto às dimensões acontecimentais que atravessam anúncio e jornal: eles se mostram como bons indícios de que a relação com as materialidades é, sobretudo, agonística, plural e sempre aberta ao ineditismo.

Além disso, Mouffe (2005) admite que uma relação agonística não tem seu centro e seu norte na racionalidade, de modo que tal atributo não se coloca como único e exclusivo substrato aglutinador das práticas: em meio às múltiplas experiências de sujeitos e de instituições, os discursos se enredam tanto a afetos e a paixões quanto a argumentações. Tal entendimento nos faz lembrar da visão de experiência de Dewey (1980): a agonística é capaz de assumir sujeitos que não apenas agem, mas que também padecem. Nessa relação entre criatura e ambiente, Mouffe (2005) entende que não existem definições



aprioristicamente privilegiadas (já que elas se organizam em meio ao espaço mesmo da discursividade), muito menos defende que há regiões discursivas que devem ser abortadas – uma vez que a própria pluralidade se encarrega de instituir encaixes e desencaixes que se pronunciam diante das questões públicas. No entanto, é preciso também levar em conta que um sistema discursivo de (des)encaixes se institui em meio a um espaço discursivo dinâmico e nunca totalizante – questão que evidencia um movimento de práticas articulatórias sempre precárias, provisórias e parciais. Sendo assim, “a articulação se constitui de relações contingentes onde os sentidos são precários e sem literalidade” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 96), de modo que

na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura (Laclau e Mouffe, 1989, p. 96).

Nesse sentido, a precariedade e a provisoriedade dos discursos nos provoca a buscar aproximações entre acontecimento e agonística, tendo como pano de fundo os vestígios da dengue no anúncio e no jornal. Em que medida os discursos flutuantes dão conta da dimensão acontecimental? Como se organizam em torno da energia do acontecimento? Que respostas definitivas se aventuram a prescrever e a pronunciar, diante da instabilidade de um cenário público fraturado por dimensões acontecimentais? A incerteza, como estrutura objetiva do próprio acontecimento, parece estilhaçar ainda mais um sistema de (des) encaixes cuja natureza já se mostra precária. Junto a isso, nos lembra Deleuze (2007, p. 59) que a ferida acontecimental se vale sempre de um aspecto

pelo qual os problemas permanecem sem solução e a pergunta sem resposta: é neste sentido que problema e pergunta designam por si mesmos objetividades ideais e têm um ser próprio, *minimum de ser* (as “adivinhações” sem resposta de *Alice*).

Sendo assim, nos vestígios da dengue, a precariedade dos discursos se mistura à superficialidade da efetuação do acontecimento: as práticas articulatórias do anúncio e do jornal revelam pontos nodais frágeis (tanto no tecido do jornal, quanto no tecer da leitura), questionáveis, facilmente problematizáveis. Nesse momento, um exemplo peculiar é a própria fala do Secretário Municipal Adjunto de Saúde, Fabiano Pimenta, com suas explicações sobre o porquê de os apartamentos não serem alvos de vistorias: como tudo aquilo poderia ser objeto de suspeitas... Da mesma forma, outro exemplo é o discurso do cientista Álvaro Eiras que também passava por questionamentos advindos da própria Prefeitura de Belo Horizonte levando-se em conta as recomendações da Organização Mundial de Saúde – indagações que pareciam buscar a manutenção da então atual hegemonia de vistorias e de metodologias vinculadas ao trabalho dos agentes municipais de

saúde. Não podemos também nos esquecer dos meus próprios devaneios: como se perdiam na poeira do tempo! As narrativas lançadas ao mundo pelo processo de textualização também eram provisórias, inexatas, mutantes – ainda que tentavam se referir e se fixar em fragmentos da dengue, em torno dos quais gravitavam. Se os encaixes e desencaixes das práticas já se mostram flutuantes, ora em organização, ora em estilização – dando lugar sempre a outras práticas – uma causalidade elencada para compreender o problema da dengue igualmente se mostra fraca, incerta, suspeita, diante do acontecimento:

Da mesma forma que não é causado por nada – na medida em que represente uma descontinuidade –, o acontecimento não causa nada, no sentido estrito do termo. Aquele a quem o acontecimento acontece parecerá afligido, desolado ou, pelo contrário, radiante, alegre, etc.. Não se tratará de sentimentos provocados pelo acontecimento? sem dúvida que sim. Mas trata-se também, trata-se sobretudo, de qualidades que, em virtude do acontecimento, impregnam as situações que o envolvem, afetam e modificam os seus elementos constitutivos assim como as relações entre eles, penetram e colorem tudo o que está implicado na experiência. Trata-se, diz Dewey (1993, p. 132), de qualidades difusas “únicas e inexprimíveis por palavras” (Queré, 2005, p.68).

É por isso que, diante da própria presença de dimensões acontecimentais, o poder hermenêutico do acontecimento também se relativiza: em algum momento, não há o que dizer, mas apenas sentir o olhar de Dona Waldívia; o vermelho da guerra nos anúncios; o desenho do *Aedes* pairando em alguns jornais; a imagem da torta de leite condensado, a ausência sufocante dos que perderam a vida, o precário discurso mobilizador empreendido pelo Governo do Estado. O acontecimento se abate sobre as práticas e estiliza ainda mais os encaixes já contingentes, sob o ponto de vista da experiência. Sendo assim, como também já vimos na seção anterior, o acontecimento balança qualquer tentativa de fixação de identidades – visada com a qual o agonismo igualmente coaduna, tendo em vista a negação que estabelece junto a uma lógica essencialista do social. Para Laclau e Mouffe (1985), as práticas articulatórias organizam e modificam identidades, diante de sujeitos descentrados, estes que se mostram como verdadeiros pontos de interseção entre uma série de posições subjetivas (ou posições de sujeito) – sobre as quais não se enxerga relações prioritárias, nem mesmo identidades definitivamente estabelecidas. De tal sorte, a lógica da diferença proposta por Arendt (2008) e assumida por Laclau e Mouffe (1985) admite decididamente um espaço público e político plural que incide diretamente sobre subjetividades mesmas que se posicionam em disputa e de modo flutuante. No processo de textualização da dengue no anúncio e no jornal, evidenciam-se, sobretudo, esse *outros* – numa equação que parece indicar sempre um *nós* + um *eles* (e nunca um *nós* integral) – que insinuam o despedaçamento e a precariedade dos pontos de vista e das superfícies discursivas, em torno de disputas acerca de individualizações da dengue.

Mouffe (2005) assim propõe que o espaço público é o lugar onde projetos hegemônicos diferentes são confrontados, sem qualquer possibilidade final de reconciliação, de modo que as confrontações agonísticas tomam lugar numa multiplicidade de superfícies discursivas – onde não há princípio de unidade, nem centro determinado. Esses termos nos ajudam a defender o argumento principal, aventado no início desse item: fraturadas numa feição temporal (Arendt, 2007), as formas de experiência pública do anúncio e do jornal, quando atravessadas por dimensões acontecimentais, parecem insinuar vestígios da dengue compostos por inúmeros e estilhaçados *outros* – tanto aqueles que emergem em meio a um espaço de experiências (arejando um passado que permanentemente ganha novos sentidos) quanto aqueles que se projetam junto a um horizonte de expectativas (que se abre a um futuro, sem ritmo certo ou rumo garantido) (Koselleck, 2006).

É nesse terreno fragmentado, estriado e estilhaçado que particularmente as instituições públicas precisam se valer da condição de humanidade, sobre a qual Arendt (2008) tão belamente nos apresenta. Somente assim, talvez seja possível que as mulheres e os homens públicos – que nos representam institucionalmente – sejam capazes de encontrar algo em comum que os torne aptos a abrir mão do pensamento fixo em posições muitas vezes vazias de sentido, e a partir para uma efetiva ação pública, aberta e sensível à presença da pluralidade humana atingida pela dengue. Para além dos esforços de justificativas públicas e da tentativa de manutenção de práticas hegemônicas, as instituições públicas, antes de tudo, não deveriam colocar suas posições acima dos riscos que afetam o mundo comum a todos os homens. Por isso, independente dos pontos nodais em disputa, *os outros* são *muitos* nas práticas, mas são *semelhantes* em condição, e aguardam (ainda que de modo tácito e íntimo) um controle prático do vetor que não seja posto como uma questão em disputa – mas como uma obrigação inquestionável e urgente.

**Em devir**

**Tensionamento III**

É chegado o tempo de fenecer? Certamente que não. O próprio título desse *Tensionamento III* sugere a impossibilidade de completude e de encerramento das discussões que realizamos nessa pesquisa. O tempo do ponto final é ocasião que carrega, paradoxalmente, um pouco de tudo: alívio, alegria, frustração, cansaço, vazio e preenchimento, vontade de seguir e lucidez diante de um limite que se abate sobre o corpo. Eia, pois, é hora de estacionar o carro; interromper a viagem; descer e tomar um café; seguir a pé, sem portar mais a obrigação de fundar um próprio por meio do labor de escrever. É tempo apenas de ser leitor, diante de um texto emancipado e petulante, sofredor da eterna angústia de não conseguir capturar os escorregadios olhos que porventura, à frente dele, deitarem algum interesse. Antes que esse tempo se acheque, é preciso, contudo, não largar mão de pontuar alguns aspectos – sem a pretensão de lançar conclusões definitivas diante de fenômenos comunicacionais astutos, mutantes e flutuantes, que habitam as materialidades do anúncio e do jornal quando ocupadas por vestígios do problema público da dengue.

### **Inferências sobre o mapa: um sobrevoo pelos tensionamentos**

Desde o início desse trabalho, anunciamos o problema de pesquisa que enfeixou os percursos desse estudo: compreender em que medida materialidades comunicativas impressas do jornalismo diário e do anúncio publicitário governamental *encarnam* formas singulares de experiência pública com o problema da dengue, numa cidade como Belo Horizonte. Como seria possível tomar, antes de tudo, jornal e anúncio como formas de experiência pública? Sobre quais aspectos tais materialidades participariam da vida comunicacional do agora, particularmente quando se abrem à ocupação de uma questão (como a dengue) que afeta uma coletividade? Essa curiosidade – diante de um cenário em que estratégias de comunicação são empreendidas pelos governos com vistas ao engajamento coletivo para o controle da doença e em que a mídia de massa se porta como instância que interfere nos modos de sociabilidade contemporânea em torno de problemas públicos – foi subdividida em duas problematizações específicas: 1) como a experiência com a dengue, constituída por dimensões acontecimentais, é *tonalizada* nessas materialidades – ou seja, como anúncio e jornal imprimem um certo *tom* a essa experiência; 2) em que medida tal tonalização – comunicacional por excelência – se revela por *práticas de interação* e por *campos problemáticos*, em meio a um jeito urbano de se viver e de suportar esse problema público.

Para desenrolar o novelo encetado, admitimos, antes de tudo, a perspectiva de Braga (2008) sobre o estudo de caso como caminho viável na produção desse trabalho. Dito

por outras palavras, anúncio e jornal impressos gravitariam em torno de um caso propício para estudo – em que determinados aparatos teóricos, metodológicos e empíricos deveriam ser elencados para dar conta de dar forma ao problema de pesquisa pretendido. Em linhas gerais, a partir de um gesto de *tensionamento* entre empiria, teoria e método, nosso esforço principal guiou-se pela busca de indícios e, em seguida, pela produção de inferências – sempre num caminho que não pretendeu produzir considerações universais, muito menos típicas. Nesse ínterim, por um movimento de abdução, partimos de algumas teorias para envelopar o problema público da dengue no anúncio e no jornal, sem que nosso movimento buscasse a confirmação de pressupostos conceituais, muito menos o cerramento dialógico com outros campos do saber. Por conta disso, demos início à tese com uma discussão referente a três elementos que subjazem ao problema de pesquisa: comunicação, sujeitos da comunicação e mídia. De algum modo, tais elementos foram fundantes junto às bases que produziram um olhar comunicacional ao problema da dengue, tendo em vista nosso lugar de pesquisa no campo da comunicação. Além de uma visada relacional ao fenômeno comunicacional e de uma noção que toma a multiplicidade dos sujeitos em relação, a escolha da teoria das *materialidades da comunicação* (particularmente pela proposta de Gumbrecht (2010)), foi determinante para que, desde o início, uma orientação subjacente a todo o trabalho pudesse ser explícita: nossos trajetos não se guiariam por uma teoria comunicacional excessivamente centrada na noção de sentido para estudar anúncio e jornal – o que permitiu a busca do conceito de experiência para conduzir a abordagem escolhida junto à compreensão das materialidades comunicativas.

Nesse momento, o leitor pôde acompanhar as discussões sobre experiência particularmente em Dewey (1980) e em Gumbrecht (2010), de modo que uma visada estética à experiência nos foi capaz de insinuar sujeitos em comunicação num ininterrupto e constitutivo jogo de afetação mútua com o ambiente em que se encontram. Nesse duplo movimento de *agir* e de *padecer*, a experiência se desvela em meio a uma oscilação produzida por elementos de presença e por elementos de sentido, ambos envoltos na relação do homem com diversos atos e objetos sobre os quais se instituem interações. Dessa forma, foi possível perceber que *modos de se relacionar* com tais atos e objetos são constituídos em múltiplos quadros de experiência, na medida em que, em torno deles, se institui um campo condensado de forças – este que, sempre dinâmico e nunca enrijecido, acaba tonalizando (dando o tom) à experiência dos sujeitos. Nessa ocasião pudemos entender que anúncio e jornal se constituem como objetos da experiência que, a partir de modos de uso e de práticas de interação específicas, acabam *indicando/tonalizando* a experiência de maneira singular. Mesmo que não haja generalizações – na medida em que as práticas de leitura do anúncio e do jornal são inúmeras e absolutamente vinculadas a contextos de comunicação – um aspecto ainda relacionado a tais objetos poderia ser

problematizado: eis que se achegou a esse trabalho o conceito de *texto*, para tentar dar conta de aspectos específicos junto às formas de experiência pública que se constituem em torno de anúncios e jornais impressos.

A partir de então, particularmente com Gumbrecht (1998), Certeau (1994), Olson (1994) e Ricoeur (1991) foi possível tomar o *texto* como um fenômeno capaz de revelar aspectos constitutivos do nosso próprio modo de vida moderno. De modo mais específico, a emancipação dos textos enquanto um processo intrínseco à expansão e à consolidação das sociedades modernas nos fez entender que os impressos não são guardiães de sentidos, muito menos são pontes de acesso a um sentido produzido na mente de um autor e, em seguida, apenas depositado numa superfície material sem qualquer expressividade e/ou participação no processo comunicativo. Ao contrário, o texto, em si mesmo, é materialidade que se constitui enquanto forma de experiência singular: 1) não há nada por detrás do texto, de modo que em sua superfície mesma é que se constitui a oscilação entre presença e sentido, que com ele se apresenta; 2) o texto não se aparta de formas de comunicação – na medida em que tais materialidades enredam-se em meio a uma complexa trama de presenças e de sentidos nos contextos em que sujeitos os produzem e os recebem simultaneamente; 3) por conta disso, tomar os textos numa visada relacional é lidar com corpos vivos, que se posicionam entre um tecido expresso (e, no caso desse trabalho, também impresso) e um *tecer*, gesto último produzido por um leitor errante e astuto, em meio a inúmeros lugares de experiência que insurgem em contínua tessitura (apartar os textos das formas de comunicação é como lidar com cadáveres que não dizem, não falam e não interagem com o mundo dos homens); 4) diante do texto, um mundo se abre, uma experiência se encarna, um lugar se precipita – de modo que, como leitores, projetamos nossos possíveis mais próprios nesse mundo, em meio ao qual passamos a habitar. Como dispositivos (Bougnoux, 1999; Antunes e Vaz, 2006), os textos assim articulam uma forma singular de manifestação material dos discursos, um processo de produção de sentido, uma maneira de *dar um tom/de modelar/de ordenar* os processos de interação e uma forma de ambiência em que eles se dão a ver enquanto fenômenos comunicacionais.

Não por acaso, tomar as materialidades do anúncio e do jornal enquanto *textos* foi determinante para que pudéssemos: 1) entender que as singularidades de tais formas de experiência encontram-se, sobretudo, em suas dimensões textuais; 2) compreender que a tonalização da experiência com os vestígios da dengue no anúncio e no jornal se faz, sobretudo, em meio a uma tessitura viva, em contextos de comunicação múltiplos, mutantes e nunca generalizáveis – cujas presenças e significações não se dissociam dos usos e dos modos de se relacionar cunhados entre sujeitos e materialidades. Dessa forma, jornal e anúncio impressos ecoam na experiência dos sujeitos conforme práticas que solicitam gestos de interação: em alguns casos, tais materialidades apanham os sujeitos quando se

encontram expostas em bancas de revistas ou quando avistadas nas mãos de jornalheiros em sinais de trânsito (não apartadas do circular pelas ruas de uma cidade); para outros, esses textos não se dissociam do início de um dia laboral, expressando-se em meio ao cheiro do papel jornal e ao toque rude junto às folhas grossas da folha suja e porosa – presenças que acabam por pautar ritualmente o começo de cada manhã. Em outros momentos, anúncio e jornal impressos são apanhados em meio a um complexo sistema de midiaticização: misturam-se à televisão, ao rádio, ao computador, numa teia que constitui uma experiência contemporânea notadamente marcada pela interferência de sistemas especializados de comunicação. Os modos de se relacionar com anúncio e jornal não são, portanto, fixos, embora também não sejam totalmente liquefeitos (há algo que permanece e algo que se modifica); para alguns sujeitos, o impresso talvez nem ocupe mais seus campos de experiências cotidianas; para outros, estar no mundo é tocar a página áspera cuja leitura sempre deixará marcas de tinta nas pontas dos dedos.

Feitas as bases abduativas que sustentariam a possibilidade de pesquisa do problema elencado, era preciso ainda dar conta da dimensão empírica dos jornais e dos anúncios em correlação a outros aspectos conceituais que também faziam coro junto a tais materialidades, vislumbradas enquanto formas de experiência singulares com o problema público da dengue. Quais outros aspectos nos ajudariam a dar conta da tonalização constituída por tais textos, em relação à experiência da dengue? Em que medida seria possível compreender as práticas de interação e os campos problemáticos constituídos por anúncio e jornal, em meio a um jeito urbano de viver e de suportar esse problema público? Nesse momento, apresentamos a abordagem metodológica que guiou a realização de nossa pesquisa. Tomados pelo projeto de uma “ciência pós-moderna” – que não se coloca num lugar de produção absoluta de verdades, muito menos não aparta o pesquisador de sua condição de sujeito –, vimo-nos diante do desenvolvimento de um método que pudesse dar conta do processo de textualização da dengue no anúncio e no jornal e que nos ajudasse a levantar aspectos estimulantes envoltos a tais formas de experiência, sem, contudo, cair em generalizações falaciosas. Nesse sentido, nossa orientação se pautou pela expressão de um âmbito metodológico geral, *quase-epistemológico*, a que chamamos de *Epifania da Distanciação*: nome que resultou da união entre as noções de *epifania* de Gumbrecht (2010) e de *hermenêutica da distanciação* de Ricoeur (1991).

Apesar da hermética nomenclatura, tal âmbito se traduz num gesto simples, como também é simples a forma como anúncio e jornal se posicionam numa instância ordinária de experiência: 1) a proposta buscava tomar tais materialidades não centrando foco exclusivo no sentido que as mesmas pudessem instituir, mas também em suas presenças em nossos cotidianos de sujeitos-pesquisadores; 2) tal quadro metodológico também buscava orientar o processo de seleção e de escolha do recorte empírico elencado para pesquisa: as



materialidades estudadas seriam aquelas que, de algum modo, nos afetassem e que se achegassem até nossos corpos, em contextos próprios de interação (dessa forma, não fazia sentido selecionar anúncios e jornais por temas, mas pela própria aproximação que foi estabelecida com os mesmos, em meio ao fluir de um cotidiano durante o período da pesquisa); 3) por tudo isso, o âmbito da epifania da distanciação buscava orientar nossa própria forma de olhar para conceitos e empiria, instituindo um gesto de pesquisa que não nos apartava de nossa condição de sujeitos ordinários – posicionando-nos enquanto pesquisadores misturados em nossos próprios mundos e cujo gesto de pesquisa não se voltaria a negar tais mundos, mas a distanciar-se deles, como num *looping* que não pretende estacionar a dinâmica das coisas. Em meio a esses gestos de pesquisa, a noção de experiência estética não se posicionava no trabalho apenas como âmbito teórico ou empírico, mas, sobretudo, epistemológico e metodológico.

Mesmo com o enfeixamento metodológico possibilitado pela epifania da distanciação, alguns procedimentos precisariam ainda de especificações: como dar conta de uma epifania que levasse em consideração os contextos urbanos em que a experiência da dengue tipicamente ocorre (tanto do ponto de vista da reprodutibilidade do vetor *Aedes aegypti*, quanto do ponto de vista de uma experiência com anúncio e jornal em meio a quadros urbanos de comunicação)? Quando se posicionassem diante de mim os textos catados, qual o movimento de interferência poderia ser estabelecido com eles (nessas alturas, já concordava que eu não poderia assassiná-los, dissecando suas partes; muito menos apartá-los de um processo de textualização, em que um *tecer* se precipita em meio ao *tecido* impresso)? Nesse sentido, o grande desafio que se apresentava gravitava em torno das seguintes questões: como dar concretude a um movimento de epifania da distanciação? Quais procedimentos poderiam ser escolhidos de modo a materializar formas de interferência mais específicas para lidar diretamente com o material e para mergulhar junto à realidade erigida como objeto? Nesse momento, a escolha pela proposta de estudo de caso de Braga (2008), pautado pelo paradigma indiciário de Ginzburg (1991), insinuou à pesquisa uma concretude necessária diante de nosso gesto de investigação.

Braga (2008) entende o estudo de caso como uma possibilidade relevante aos estudos comunicacionais. Tal metodologia parece se adequar, nos termos do autor, ao momento em que se dispõe o próprio campo da comunicação: ela dá conta de apreender as realidades comunicacionais sempre dinâmicas sem a pretensão de produzir teorias abstratas ou generalizantes, como também abrindo mão de uma precariedade descritiva encontrada em muitos trabalhos que não estabelecem choques epistêmicos relevantes entre teoria e objeto. Por isso, Braga (2008) advoga por um movimento de tensionamento que o estudo de caso deve ser capaz de acolher, de modo a: a) compreender os casos estudados como possibilidades de ocorrências do fenômeno comunicacional, sem a pretensão de

universalizações; b) elencar gestos de pesquisa que não busquem, em visada nomotética, a confirmação de teorias – muitas delas originadas em outros campos de conhecimento –, mas que se estabeleçam pela proposta de eleger alguns indícios da realidade escolhida e, a partir de tal eleição, produzir tanto inferências conceituais quanto inferências de campo. É nesse momento que Braga (2008) propõe o paradigma indiciário de Ginzburg (1991) como um caminho relevante a esse movimento de pesquisa que pode ser tomado pelos estudos em comunicação.

Com Ginzburg (1991), tentamos nos pautar por uma forma de pesquisa mirada numa espécie de *égide dos restos*: em que medida indícios negligenciáveis sobre o processo de textualização da dengue poderiam revelar elementos importantes no que se refere às formas de experiência pública constituídas em torno do anúncio e do jornal? A proposta ginzburguiana não se vale dos intentos de uma ciência totalizante; muito menos procura dar conta de universalizar aspectos muitas vezes flutuantes e precários da experiência humana. Contudo, ao enxergar a empiria como um conjunto de pistas que pode remontar situações reveladoras, o indiciário toma como pressuposto a interpretação como um gesto válido de investigação: por meio dele, o pesquisador pode até inferir sobre generalizações da situação remontada; contudo, tem por premissa que suas interpretações não são as *únicas*, muito menos as *típicas*, mas as *possíveis* – em meio aos limites de tempo e às escolhas sempre arbitrárias que se apresentam junto à viabilização de uma pesquisa.

Por tudo isso, partindo de tal *égide dos restos*, dois procedimentos metodológicos foram elencados para também auxiliar o gesto da epifania da distanciação: as derivas cartográficas (Silva et alii, 2008) e a “etnografia” dos textos (Certeau, 1994; Canevacci, 1993). Como formas de captar a cidade pelo pesquisador, as derivas cartográficas nos permitiram tomar os textos da dengue enquanto fenômenos urbanos: a) tais textos insinuam uma experiência de cidade, que vem à deriva; b) sugerem ao leitor-cidadão uma vivência sempre múltipla, aberta e incompleta; c) dão conta de oferecer ao pesquisador uma possibilidade de tomar a experiência urbana constituída pelo anúncio e pelo jornal, sem apartá-la de seu ritmo próprio e de seus usos – além de compreender a cidade dos textos como um encaixe em meio a um fluxo caótico e imprevisível de outros encaixes que constituem a experiência numa urbe. Além disso, tal procedimento nos foi inspirador à produção de um mapa narrado (e não descrito) de uma experiência de pesquisa junto ao espaço urbano: com tal mapa, admite-se a participação do olhar do pesquisador na produção de uma *cartografia de sentidos* de uma cidade. Dessa forma, um mapa composto por narrativas móveis e encaixadas se constituiu como uma forma de apresentar a cidade (em meio a inúmeras outras formas) enquanto um conjunto de relações que se estabelecem até aquele momento em que um recorte de pesquisa foi estabelecido (de modo que a cidade continua advindo com seus ritmos próprios e usos ininterruptos).

Para dar conta de apreender especificidades vinculadas ao universo textual do anúncio e do jornal, seria ainda necessário adaptar as derivas cartográficas – inicialmente projetadas a pesquisas no espaço das ruas – aos lugares de experiência constituídos pelo anúncio e pelo jornal. Assim, nasceu um procedimento a que denominamos de “etnografia” dos textos, enraizado nos estudos históricos de Certeau (1994), na hermenêutica de Ricoeur (1991) e nas pesquisas sobre comunicação urbana de Canevacci (1993). Tal procedimento nos permitiu: a) tomar os textos como fenômenos culturais – imersos em meio a contextos de comunicação e a quadros de experiência específicos; b) entender que a produção de narrativas poderia se apresentar como uma forma possível de se expressar o *tecer* que estabelecemos diante do *tecido* textual que nos achega epifanicamente; c) viabilizar metodologicamente a noção de dispositivo – que toma os textos como formas de experiência porosas, justapostas e atualizáveis, acolhendo histórias dentro de histórias; e d) compreender os textos como fragmentos urbanos, barulhentos e polifônicos, que se lançam sobre os sujeitos e que também os escolhem – como partes constitutivas de um ambiente citadino vivo e em constante movimento.

Dessa forma, o resultado dessa combinação metodológica foi a expressão de um *Mapa de Experiências* – sobre o qual tentamos insinuar, em desenho (figura 42), os *percursos de espaços* que emergiram na experiência de pesquisa. Nesse mapa, expressam-se a costura e a constelação de determinadas unidades de força, sobre as quais se condensam cinco aspectos que se mostraram relevantes nas formas de experiência com a dengue no anúncio e no jornal: *reciprocidade*, *percurso*, *memória*, *estratégia* e *os outros*. Fitando o desenho do mapa, é possível observar que todo o nosso esforço foi o de provocar tensionamentos entre aspectos conceituais e fragmentos empíricos, de modo a produzir narrativas e inferências de pesquisa não a partir de uma abstração conceitual ou de um esforço nomotético, mas do próprio ineditismo que os indícios foram capazes de levantar, solicitando compreensões.

Em meio a todas as unidades de força, bem como junto a uma energia abduziva que guiou nosso primeiro olhar para o problema da dengue, os conceitos de acontecimento (Deleuze, 2007; Queré, 1995; 2005; Mouillaud, 2002) e de experiência pública (Queré, 2003; Koselleck, 2006; Arendt, 2008; Laclau e Mouffe, 1985) acabaram por pautar, de modo entremeado, as discussões do mapa de experiências – ou seja, tais conceitos desfolharam-se aos poucos, na medida em que os fragmentos de experiência com os textos solicitavam o auxílio pedagógico da teoria para lançar inferências epistêmicas. Nesse sentido, tais conceitos se revelaram em meio aos próprios tensionamentos provocados pela empiria – gestos esses que, *grosso modo*, puderam nos sugerir: a) uma *reciprocidade promíscua* – a efetuação de dimensões acontecimentais da dengue no anúncio e no jornal é contaminada pela efetuação de outros acontecimentos, de modo que o *eu* se posiciona sempre diante de

uma experiência pública diversa e misturada; b) um *percurso afetado* – as dimensões acontecimentais da dengue sugerem uma descontinuidade num fundo de continuidade, em meio aos percursos das ruas e dos textos que expressam a cidade, ampliando os possíveis

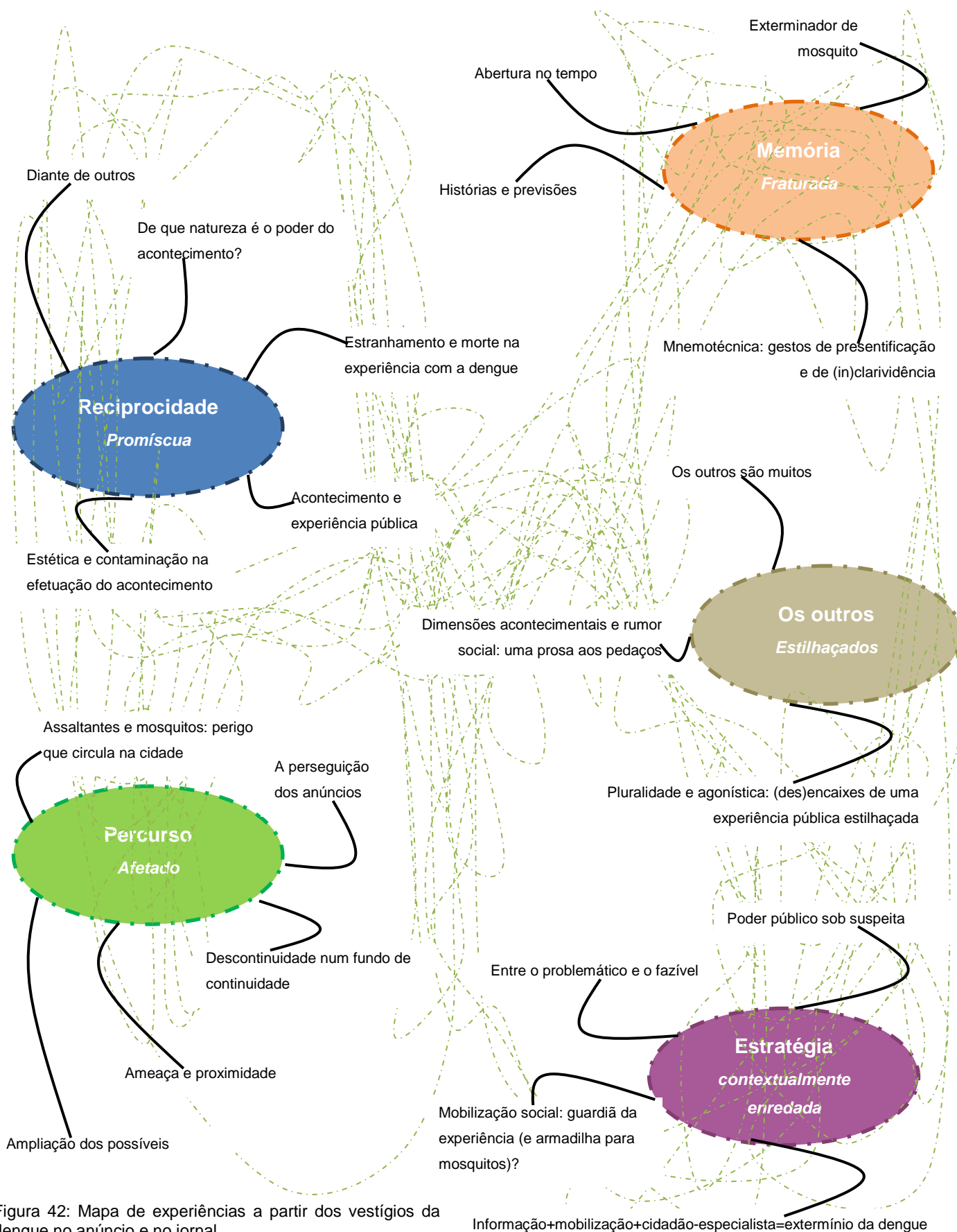


Figura 42: Mapa de experiências a partir dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal  
Fonte: Construção da pesquisa

na medida em que afeta também as orientações de próximo e de distante; c) uma *memória fraturada* – os vestígios da dengue no anúncio e no jornal provocam uma abertura no tempo, em que passado e futuro se achegam junto a um presente esticado, a partir de uma mnemotécnica ambulante que sugere gestos de presentificação (o retorno a um passado como movimento estético e não pedagógico) e de (in)clarividência (a projeção de um futuro nebuloso e invisível, como lembrança antecipada de algo que advém, mas que talvez nunca chegue); d) uma *estratégia contextualmente enredada* – as formas de experiência pública do anúncio e do jornal revelam formas de ação diante da dengue entre campos problemáticos e campos fáceis, junto aos contextos de experiência dos sujeitos – além de expressarem que as estratégias de ação empreendidas pelos poderes públicos tem se valido da mobilização social como promessa de controle do vetor (tomando como premissa falsificável uma causalidade entre informação, mobilização social e extermínio da dengue); e e) os *outros estilizados* – as dimensões acontecimentais do anúncio e do jornal provocam a saliência de outros muitos e imprevisíveis, que ora se atraem, ora se repulsam aos vestígios da dengue – insinuando um múltiplo e incomensurável rumor social aos pedaços, no qual pluralidade e agonística se apresentam como expressões de uma experiência pública conflituosa e estilizada, constituída pelas materialidades elencadas.

Ao fitar a figura em que se projeta o mapa de experiências, correlacionando-a com o problema que tornou possível essa pesquisa, algumas considerações finais podem ser levantadas. Com Ricoeur (1991), foi possível compreender que o movimento de distanciamento diante dos mundos abertos pelos textos não é exclusivo de um campo científico: ele constitui a relação ordinária mesma que se estabelece entre esses corpos emancipados e os sujeitos que se portam à frente dos mesmos. Sendo assim, em meio à experiência cotidiana, a distanciamento é gesto fragmentário, disperso, flutuante, e se vale de um processo de textualização em que os sujeitos também narram suas experiências, tecendo os fios de um dispositivo inacabado.

No caso dessa pesquisa, a distanciamento executada diante dos jornais e dos anúncios catados gravitou em torno dessas cinco unidades de força. Obviamente, outras unidades diferentes podem emergir, como também outros múltiplos e infinitos caminhos em meio às unidades já elencadas podem ser desenhados. Sem a mínima pretensão de universalização desse mapa narrado, arriscamos lançar apenas uma suspeita: será que, em algum momento, a experiência dos sujeitos com os vestígios da dengue em tais materialidades não tocaria em alguma dessas cinco unidades de força? De certo modo, passariam (ou já passaram) os sujeitos por algum desses pontos nodais, em condensação? Embora não desejamos uma resposta exata para tal proposição, podemos apenas afirmar que, de algum modo, a combinação metodológica utilizada nessa tese se voltou à produção de um mapa móvel, este que tenta se projetar como uma espécie de *mecanismo de rememoração*

*coletiva* (Silva et alii, 2008): ele promove a narração de um espaço de experiências ao mesmo tempo em que também espera uma completude e uma atualização pela atividade de seus leitores. Diante disso, lanço ao leitor alguns questionamentos: as narrativas – ou percursos de espaços, sugeridos pelo mapa – foram capazes de tocar em algum fio de suas próprias narrativas sobre a dengue? A partir das unidades de força elencadas, o leitor conseguiria se lembrar de alguma questão envolvendo sua experiência com a dengue em vestígios do anúncio e do jornal? Daria conta de se reconhecer numa situação de *reciprocidade*, como narramos com o caso da piscina? Relembraria se seus *percursos* já foram afetados por algum anúncio governamental ou por alguma notícia? Conseguiria ocupar um espaço de experiências já passado ou projetar uma expectativa futura, diante de alguma notícia que fraturou o tempo de suas *memórias*? Recordar-se-ia de alguma crítica lançada ou de alguma ação que executara diante de *estratégias* insinuadas para o combate ao vetor? Estranhar-se-ia junto a vários *outros* que lhe insurgem em movimento agonístico, junto a tal problema? De todo modo, mesmo sem a certeza definitiva dessas inferências, é preciso atentar que tais unidades não funcionam como marcos estanques e isolados, mas se constituem enquanto pontos de condensação promíscuos: elas se misturam, se atualizam, se portam em relação. O gesto de separá-las é próprio mesmo de um esforço investigativo, com vistas a produzir reflexões e diálogos sobre o problema constituído.

### **Inferências de campo: estética, acontecimento e experiência pública**

Por tudo isso que apresentamos, é possível destacar que, junto à pesquisa dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal, um movimento de *desatenção intensa* tomou conta de nossos próprios corpos: deixaríamos ser tocados por uma epifania com os materiais, de modo a estabelecer a distanciação necessária ao movimento investigativo pautado pela égide de uma experiência textual. De tal sorte, para além de instigantes definições conceituais em tensionamento com as materialidades comunicativas, a noção de *experiência estética* foi tomada por essas bandas como uma estimulante possibilidade metodológica e epistemológica, em meio a um fazer científico da comunicação. Obviamente, num contexto contemporâneo tomado pela convivência entre pulsões ainda hipermodernas da ciência e movimentos científicos pós-modernos, Duarte (2010) nos aponta que, quando tentamos dar conta de metodologias e de objetos que vislumbram os fenômenos humanos de um modo mais completo – ao tomarmos tanto a razão quanto a desrazão como aspectos intrínsecos à construção do conhecimento –, certamente há o risco de acusação de perda dos contornos de um certo *fazer científico* (especialmente pelas cercanias cunhadas junto à modernidade).

Sendo assim, especialmente nas imediações do *Tensionamento I – Suor e Palavras*, uma discussão sobre o fazer científico na contemporaneidade nos foi solicitada, particularmente junto à definição das características e dos contornos metodológicos e epistemológicos de uma *epifania da distância* – que não se vinculam, definitivamente, aos contornos arbitrários desenhados por uma ciência moderna. Nosso lugar não é o de cientistas apartados do mundo e das coisas; mas de pesquisadores que enxergam no âmbito da academia inúmeras possibilidades abertas (pelo menos ainda, e Deus queira que permaneçam...) a combinações reflexivas, com vistas a produzir diálogos pautados por uma forma peculiar de experimentar o mundo e de falar sobre as coisas. Afinal de contas, ao recuperar alguns projetos de Niklas Luhmann e de Max Weber, Gumbrecht (2010) propõe entender a universidade como um sistema social secundário, cuja função principal seria a produção de complexidade (ao contrário de outros sistemas sociais que seriam orientados justamente a reduzir a complexidade de seus ambientes). Por conta disso (especialmente por uma combinação entre ensino e pesquisa acadêmica, nos termos do autor), as sociedades disporiam de alternativas aos diversos quadros sociais, políticos, econômicos que a desafiam, podendo assim sobreviver. Gumbrecht (2010) também recupera um ensaio conhecido de Weber, no qual se ressalta a necessidade de que ensino e pesquisa nas universidades centrem foco primeiramente em todos os *factos desagradáveis*, ou seja, em perspectivas contraintuitivas e em achados improváveis – gesto que exigiria coragem a nos expor a problemas não resolvidos e a trajetórias intelectuais imprevisíveis.

Por esses termos, estariam os campos de saber contemporâneos abertos a dialogar com trabalhos pautados por uma epistemologia da experiência estética (Duarte, 2010)? Lógica ou inlogicamente, tal questão não alcança nenhuma resposta *ipsis literis*. Talvez a única certeza da qual compartilhamos seja aquela anunciada por Braga (2008, p. 84), quando entende que uma perspectiva dos restos (dos negligenciáveis e dos indícios acidentais) “exige um trabalho de descoberta ou invenção que é, inevitavelmente, um processo de risco”. O que posso admitir, caro leitor, é que me senti em meio a um *filio de navalha* durante vários momentos dessa tese: por mais leves ou livres que as narrativas do *Tensionamento II* possam ter se apresentado, a escrita pautada pela epifania exigiu uma abertura sobre a qual desconhecíamos, e um “descontrole” e uma “perda” que, antes dessa tese, seriam impensáveis. Devo confessar que, no início dessa pesquisa, me sentia como um *louco* que não mantinha certeza alguma do ponto em que chegaria ao final de tudo (e, ao final de tudo, tive a certeza de que o ponto a que cheguei não poderia nunca ter se baseado em certezas...). Ao longo do processo de pesquisa, compreendi que essa “loucura” é benéfica e faz parte de um sujeito-pesquisador que se relaciona com o ambiente, e que precisa estar *atento, forte e sensível* aos indícios acidentais – que se achegam, muitas vezes, de modo tímido e quase inadequado sob a égide de um paradigma ultramoderno.

Interessante também é perceber que, apesar de não ter sido assumida pelo movimento científico inaugurado pela modernidade, a relação entre ciência e estética não é nova, já que os cientistas talvez sempre tenham se beneficiado “de instantes de epifania criativa no seu fazer científico, quando acidentalmente são levados a abandonar um sistema coerente e racional como única forma de produção de conhecimentos” (Duarte, 2010, p. 5). Por tudo isso, entremear a espartana argumentação científica junto às narrativas libertas no processo de textualização dos vestígios da dengue no anúncio e no jornal é gesto que se filia, acima de tudo, ao movimento epistemológico sugerido por Duarte (2010): o autor vislumbra, em paradigmas contemporâneos de construção do conhecimento, a possibilidade de criação de pesquisas em que os fenômenos racionais e irracionais se combinem – de modo que a desrazão, colocada como aliada epistemológica, faz com que a experiência estética seja assumida como fundamental ao processo de produção de conhecimento.

Junto a esse gesto epistêmico, é preciso igualmente creditar ao conceito de *acontecimento* uma das principais chaves de entendimento que atravessou nossa pesquisa. Nesse caso, não me refiro apenas aos caminhos traçados nas unidades de força do *Tensionamento II* mas, particularmente, ao lance revelador mais amplo que tal conceito foi capaz de imprimir: a sustentação de uma visada relacional da comunicação. Ainda que, nos tempos de agora, os acontecimentos com os quais se deparam as sociedades passem a habitar a membrana da mídia, os olhares de Deleuze (2007), de Queré (1995, 2005) e de Mouillaud (2002) nos elucidam que: 1) *Ninguém é capaz de produzir o acontecimento: ele simplesmente acontece*; dessa forma, o acontecimento não se subjeta a qualquer avaliação de qualidade (maior e menor são terminologias que não se aplicam ao acontecimento), muito menos, em si mesmo, não é causa de nada (mesmo que, em sua efetuação, o movimento de causalidade se apresente como uma forma de individuação do acontecimento pelos sujeitos); 2) *O acontecimento é aquilo que se torna a alguém*: nesse sentido, o acontecimento não é definido por atributos como grandiosidade (esta que mais se vincula a uma noção de espetáculo, por exemplo) ou pompa, mas pela *relação* que é capaz de estabelecer no mundo dos corpos: algo que se irrompe no tempo, suspende qualquer explicação, se abate sobre os sujeitos, e continua sempre advindo.

Justamente por isso, é preciso manter certa cautela para que estudos que se pautem pelo conceito de acontecimento não caiam numa *dimensão acontecimental totalizante*: apesar da fonte de energia ser incorpórea (Deleuze, 2007), o que acontece a um pode não acontecer a outro – já que cada participante do acontecimento capta-o em função de sua efetuação em contextos que são múltiplos e variáveis. Para que evitássemos cair num risco por demais generalizante, entendemos que uma visada estética ao acontecimento mostrou-se essencial: no caso do desenho teórico-metodológico construído nesse trabalho, a dengue aconteceu a mim enquanto cidadão e enquanto pesquisador; mas isso não significa que ela



*acontece* a x ou a y da mesma forma (ou mesmo que ela simplesmente *aconteça* a x ou a y, de modo que não é suficiente que a dengue seja caracterizada como acontecimento apenas porque se encontre estampada em capas de jornais e/ou em anúncios pela cidade). E é também por isso que, ao mesmo tempo em que carrega uma força disruptiva e em que apresenta um caráter inaugural, *a efetuação do acontecimento pode ser simples em sua forma*. Por esses termos, inferir em que medida uma situação merece ser problematizada pelo conceito de acontecimento, a partir de um movimento que se proponha a medir *sua força de efetuação*, é sempre um equívoco: parece-nos que o acontecimento não se presta a esse tipo de análise nomotética – esta que, ao tentar emoldurar as realidades a partir de algum aspecto da teoria, ironicamente, passa a limitar o próprio acontecimento enquanto fenômeno. Refiro-me, aqui, a possíveis gestos inúteis de comparação que podem ser utilizados equivocadamente junto à compreensão do acontecimento: “a Copa do Mundo de Futebol é um acontecimento – veja como ele se abate sobre muitos sujeitos! A dengue não é: quem está preocupado em eliminá-la na cidade? A gripe suína pode ser chamada de acontecimento – vejam seu poder revelador! etc..”. Temos tendido a acreditar que a noção de acontecimento, quando se presta a esse movimento comparativo, pode perder seu caráter explicativo. Diante disso, o que nos parece é que tomar os fenômenos como atravessados por dimensões acontecimentais não é gesto que se encontra apenas na empiria, muito menos somente na teoria, mas no olhar do pesquisador – que tensiona ambas, a partir de um esforço abduutivo provocado pela epifania de suas próprias experiências. Por tudo isso, tomar uma realidade empírica como acontecimento é sempre uma *aposta*.

Justamente para que o conceito de acontecimento não perca sua utilidade heurística junto às pesquisas em comunicação, suspeitamos que o paradigma indiciário de Ginzburg (1991) possa se oferecer como uma metodologia propícia (mas não exclusiva, obviamente) à sua investigação: são os restos do acontecimento que, quando catados, podem ajudar a recompor e a remontar situações pelo pesquisador – mesmo porque, em movimento e em *devenir*, o acontecimento nunca pode ser tomado em sua totalidade. Dessa forma, o indiciário oferece a possibilidade de se constituir uma zona de distinção (Ginzburg, 1991), isto é, uma zona privilegiada da realidade, interpretada por sinais e indícios que nos permitam decifrá-la – movimento esse que talvez seja o máximo que sempre conseguiremos estabelecer diante de dimensões acontecimentais. Dessa forma, a escolha pelo indiciário admite que o acontecimento nunca deixa de vir, e se expressa por rastros, pegadas, contaminando a efetuação de outros acontecimentos, em meio às experiências dos sujeitos.

É de tal sorte que a noção de acontecimento (que parece revelar a comunicação no espaço público como algo sempre difuso, incontrolável, estilhaçado e plural) ajudou-nos a dar conta de aspectos estratégicos, estéticos e políticos, envoltos à experiência pública da

dengue, num cidade como Belo Horizonte. A propósito, a experiência pública, tomada pelo olhar da estética e do acontecimento, acolhe a visão de público *como uma categoria relacional da experiência fundada no recíproco*, no potencialmente acessível a qualquer um e a ninguém, a todos e talvez a nenhum. Nessa relação, instituem-se sistemas de encaixes que acolhem fragmentos íntimos e privados, e articulam-se práticas que se dirigem a um espaço público plural e agonístico (Laclau e Mouffe, 1985; Mouffe, 2005). Foi com base nesses entendimentos que apostamos em tomar nossas experiências particulares de sujeitos-pesquisadores (que sempre carregarão igualmente feições públicas, nesses termos), com vistas a lançar inferências sobre formas de experiência pública permitidas pelos vestígios da dengue no anúncio e no jornal.

Em meio a isso, o indiciário se mostrou como a possibilidade para que “dados aparentemente negligenciáveis” pudessem “remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1991, p. 152). Assim, as inferências que lançamos sobre a experiência pública – as quais seguramente nos afetaram – podem se realizar ou não se realizar em outras situações; podem ter ou não ter afetado outros sujeitos; podem se estender ou não a outras realidades; e, por conta disso, a compreensão que encetam gera possibilidades, mas nunca proposições de ordem universal. Sendo assim, movidos por um prazer quase erótico de sujar as mãos e de assumir nossa própria condição de humanidade (Arendt, 2007) diante de uma pesquisa científica (Gumbrecht, 2010), biografias ajuntaram-se a inferências públicas, como práticas articulatórias e pontos nodais de um mesmo gesto de *experienciação*. Afinal de contas, uma tese que se propõe a ser indiciária deve assumir seus riscos e seus prazeres, suas lacunas e seus sabores, paradoxos talvez indicativos de que, pelo menos no campo das ciências humanas, o conhecimento nunca é totalizante, as proposições universais acolhem sempre feições localizadas e a produção científica ocupa, por excelência, o lugar da não-dominação, do diálogo e do devir.

## Referências

ALTIVO, B.R.; SILVA, J.M.O. ; CARDOSO JR, V.S.; ANTUNES, E. . Sargentos Gays no Exército Brasileiro: para se pensar o acontecimento jornalístico. In: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2010, Vitória. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Intercom, 2010. p. 1-13.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. 48ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César. FRANÇA, Vera. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp. 43-60.

ANTUNES, Elton. *Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2007.

ARAÚJO, Inesita Soares. *Polifonia, concorrência discursiva e produção dos sentidos. O método do mapa do mercado simbólico*. Rio de Janeiro: UNIrevista, Vol 1., nº 3, julho de 2006.

ARAÚJO, Inesita Soares. *Seminário SUS 20 Anos: desafios para a informação e a comunicação em saúde*. Apresentação em power point. Rio de Janeiro: novembro de 2008 (mimeo).

ARAÚJO, Inesita. *Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 2009. V. 3, n3, p 42-50

ARAÚJO, Wânia M. *Na tessitura da memória: narrativas do bairro Cachoeirinha*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARENDT, Hannah. Los orígenes del totalitarismo. Madrid, Taurus, 1974 *apud* TELLES, Vera da S. *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*. Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1), 1990.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. Belo Horizonte: Lua Nova nº50, 2000. pp 25-46.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BESSA, Beatriz de Souza. *As experiências de Walter Benjamin*. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 05, número 09, 2006

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BLANCHOT, Maurice. *L'Éspace littéraire*. Gallimard, 1995. *apud* DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOHMAN, James. *Public Deliberation: Pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT Press, 2000.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO 15 DE JANEIRO DE 2009. [www.combataadengue.com.br](http://www.combataadengue.com.br). Acesso em 28 de maio de 2009.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. Revista Matrizes, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. Verso e Reverso, XXV(58):62-77, janeiro-abril 2011.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2000. In: BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. Revista Matrizes, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

CAL, Danila: Contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Opinião pública, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993

CARDOSO FILHO, Jorge Cunha. Práticas de escuta do Rock: experiência estética, mediações e materialidades da comunicação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CARROLL, Lewis. Alice no país das maravilhas. Porto Alegre / RS: L&PM Editores, 2005.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COELHO, V. S. & NOBRE, M. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J. e REIGH, W (orgs). *Deliberative democracy*. Cambridge-Mass: MIT Press, 1997. pp 67-91.

COURTINE-DENAMY, Sylvie. O cuidado com o mundo – diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DEBRAY, Régis. Manifestos Midiológicos. Petrópolis: Vozes, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DEWEY, John. *Art as experience*. New York: Perigee Books, 1980.

DEWEY, John. *Tendo uma experiência*. In: \_\_\_\_\_. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. IN: COELHO, V. S. & NOBRE, M. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. p.21-41.

DUARTE, Eduardo. *A vertigem, as desrazões e a modelagem do tempo como fenômenos naturais à construção do conhecimento. Por uma epistemologia da experiência estética*. XIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, junho de 2010. [www.compos.org.br](http://www.compos.org.br) <Acessado em 10 de agosto de 2011>.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, 2007.

FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. *Epidemia e memória: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FONSECA, Cláudia Graça da. *A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas no Centro de BH*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

FRANÇA, Renné. *Eclipses do Inesquecível: o acontecimento na mnemotécnica da Retrospectiva de Fim de Ano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FRANÇA, Renné. *Memória eletrônica: a mnemotécnica da retrospectiva de final de ano*. Ciências & Cognição, Vol 16 (1) 075-098. Publicado online em abril de 2011 <http://www.cienciasecognicao.org> <Acesso em 15 de julho de 2011>.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L.G.; WEBER, M.H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (org). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, 2002.

FRANÇA, Vera. *Sujeito da comunicação, sujeitos da comunicação*. In: GUIMARÃES, César. FRANÇA, Vera. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp. 61-88.

FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. *O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, Contemporânea, vol. 6, nº2, 2008.

FRANCO, Augusto de. *Ação local – a nova política da contemporaneidade*. Brasília / Rio de Janeiro: ÁGORA / Fase, 1995.

GARCÊZ, R. L. O. ; MAIA, R.C.M. Lutas por reconhecimento dos surdos na internet: efeitos políticos do testemunho. *Revista de Sociologia e Política (Online)*, v. 17, p. 85-103, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Wilson. Esfera Pública Política e *Media* – Com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Produção e Recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. P 155-185.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. (org). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Vol. 4. Jaguariúna-SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

GUIMARAES, César Geraldo. LEAL, Bruno Souza. *Experiência estética e experiência mediada*. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-14, julho/dezembro 2008.

GUIMARÃES, César Geraldo. O campo da comunicação e a experiência estética. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio (Org.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulinas, 2002. pp 83-100.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010.

HABERMAS, J. Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics. *Acta Política*, 2005, volume 40, 384-392.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: \_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. pp 57-123.

HABERMAS, J. Política deliberativa: um conceito procedimental de democracia. In: \_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 9-56.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.36, p. 39-53, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org) *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica: Belo Horizonte, 2004.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara. & MAFRA, Rennan. *O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade*. In: HENRIQUES, M. S. (org) *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.



LACLAU, E. & MOUFFE, C. El Fracaso de las utopías políticas. Cuadernos de Marcha, Julio 1990.

LACLAU, E. Emancipación e diferencia. Buenos Aires, Espasa/Calpe/Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso, 1985.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Entrevista concedida à Kristen Ross em 1983. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=138&secao=potlatch>>. Acesso em: 02 dez. 2008. In: SILVA, Regina Helena Alves; FONSECA, Cláudia Graça da; FRANCO, Juliana de Oliveira Rocha; MARRA, Pedro Silva; GONZAGA, Milene Migliano. *Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.11, n.1, jan./abr. 2008.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969

LEFORT, Claude. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 345 p.

LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. Organização: Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

LUHMANN, Niklas. Sociedad y sistema: la ambición de la teoría. Barcelona: Pensamiento Contemporáneo, 1990.

MAFRA, Rennan. *Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de Advocacy em contextos de engajamento cívico*. VI Jornada de Comunicação e Democracia. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública e Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Democracia, 2008.

MAFRA, Rennan. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAIA, Rousiley (org). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. A dinâmica da deliberação: indicadores do debate mediado sobre o referendo do desarmamento. *Contemporânea* (Salvador), v. 4, p. 13-23, 2006.

MAIA, Rousiley C. M. . Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 2007.

MAIA, Rousiley. GOMES, Wilson. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2008,

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro (org). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Para pensar a cidade: passagens entre representações publicitárias ideais e vivências concretas. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação / E-compos*. Brasília, v11, n.3, set/dez 2008.

MARTIN-BARBERO, Jésus. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 20, p. 135-145, junh 2003.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MERLEAU-PONTY M. *Le visible ET l'invisible*. Paris, Gallimard, 1964 **apud** QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (org.). *Prendre Place*. Espace public et culture dramatique. Coloque de Cerisy. Association dês Amis de Pontigny-Cérisy / Editions Recherches, 1995.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. [www.combataadengue.com.br](http://www.combataadengue.com.br). Acesso em 28/05/2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br). Acesso em 28/05/2011.

MIRANDA, Flávia. Aqui uma Super Notícia: os lugares do leitor em dois jornais populares. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MIRANDA, José Bragança. *O acontecimento como invenção necessária da história*. In: TRAJECTOS. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: ISCTE, n. 6, 2005. Pp. 113-121.

MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia Tomo 3 K-P. São Paulo: Edições Loyola, 2001. pp. 2253.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de (Org.). Ensaio de complexidade. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 15-24.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 25, pp. 11-23, nov. 2005.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UNB, 2002.

NUNES, Margareth Fagundes. Diálogos nas fronteiras disciplinares: as aventuras do trabalho antropológico. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinares em Ciências Humanas. Florianópolis, v.11, n.99, p. 186-206, jul/dez 2010.

OLSON, David R. O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1994.

OTTONI, Paulo. R. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. v. 18, n. 1. São Paulo, 2002.p. 117-143.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. in VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PEIRANO, Mariza G.S. *Etnografia, ou teoria vivida*. Ponto. Urbe, vol. Ano 1, 1-5. São Paulo: USP/Núcleo de Antropologia Urbana, 2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. <http://portalpbh.pbh.gov.br>. Acesso em 28/05/2009.

QUÉRÉ, Louis *Le caractere impersonnel de l'expérience*. In: GUIMARÃES, César; LEAL, Bruno; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Comunicação e Experiência Estética. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 (*mimeo*).

QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (org.). *Prendre Place*. Espace public et culture dramatique. Colloque de Cerisy. Association des Amis de Pontigny-Cerisy / Editions Recherches, 1995.

QUÉRÉ, Louis. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CEFAÏ, D., PASQUIER, D. (org.). *Lessens du public, publics politiques, publics médiatiques*. Paris: PUF, 2003.

QUÉRÉ, Louis. *Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. In: TRAJECTOS. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: ISCTE, n. 6, 2005. Pp. 59-74.

QUÉRÉ, Louis. D'un modele épistemologique de la communication à um modele praxéologique. In: Réseaux n° 46/47, Paris: Tekhné, mar-abr 1991.

RABELLO, Desirée. C. 2003. Comunicação e mobilização na agenda 21 local. Vitória: FACITEC, 203 p.

RICOEUR, Paul. *Discours et communication*. Paris: Editions de L'Herne, 2005.

RICOEUR, Paul. *Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Res, 1991.

SANTIAGO, Daniela: As estratégias discursivas da Companhia Souza Cruz. In: \_\_\_\_\_  
Entre as fronteiras do debate público e do mercado: as estratégias discursivas da  
Companhia Souza Cruz. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais,  
2003.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um  
discurso sobre as ciências” revisitado. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro:  
Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2003.

SHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*.  
São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Regina Helena Alves; FONSECA, CláudiaGraça da; FRANCO, Juliana de Oliveira  
Rocha; MARRA, Pedro Silva; GONZAGA, MileneMigliano. *Dispositivos de memória e  
narrativas do espaço urbano: cartografiasflutuantes no tempo e espaço*. Revista da  
Associação Nacional dos Programas de Pós-GraduaçãoemComunicação | E-compós,  
Brasília, v.11, n.1, jan./abr. 2008.

STEIN, Ernildo. *A consciência da história: Gadamer e a hermenêutica*. São Paulo: Jornal  
Folha de São Paulo, *Mais* (caderno especial de Domingo), 24/03/02 (versão eletrônica).

TELLES, Vera da S. *Direitossociais – afinal do que se trata?* Belo Horizonte:Ed. UFMG,  
1999.

TELLES, Vera da S. *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre  
o pensamento de Hannah Arendt*. Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1),  
1990.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de  
comunicação de massa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

TORO, J.B.; WERNECK, N. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a  
participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VAZ, Paulo Bernardo. *Capas de newmagazines: produção e apropriação de sentidos*. VIII Congresso da LUSOCOM (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação), Universidade Lusófona, Lisboa, 2009.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine. *A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008*. XX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junho de 2011. [www.compos.org.br](http://www.compos.org.br) < Acessado em 10 de julho de 2011 >.

VON WRIGHT, G. H. *Y a-t-il une logique des normes?*. Cahiers de philosophie politique et juridique, 27, 1995. Apud QUERÉ, Louis.. *Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. In: TRAJECTOS. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: ISCTE, n. 6, 2005. Pp. 59-74.